

DOMINGOS
ANTÔNIO
RAIOL

MOTINS POLÍTICOS

OU HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS
ACONTECIMENTOS POLÍTICOS
DA PROVÍNCIA DO PARÁ DESDE O
ANO DE 1821 ATÉ 1835

VOLUME 3



MOTINS
MOTINS
MOTINS
MOTINS



POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS

MOTINS
MOTINS
MOTINS
MOTINS

OU HISTÓRIA DOS PRINCIPAIS
ACONTECIMENTOS POLÍTICOS
DA PROVÍNCIA DO PARÁ DESDE O
ANO DE 1821 ATÉ 1835

POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS
POLÍTICOS

DOMINGOS
ANTÔNIO
RAIOL

MOTINS POLÍTICOS

VOLUME 3



Copyright © 2023 Editora Cabana

Obra em domínio público.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Todos os direitos desta edição reservados.

Capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação: Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Imagem de capa: *Belém do Pará* de Joseph León Righini, 1868, Cervo do Museu da UFPA.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R82

Raiol, Domingos Antônio. Motins Políticos [livro eletrônico] ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835 - Volume 3 – Ananindeua, PA: Cabana, 2023.

280 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85733-02-1

1. Amazônia – História do Pará – História – Independência. I. Raiol, Domingos Antônio.

CDD 981.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

BICENTENÁRIO DA
independência
DO BRASIL NO PARÁ

**PROJETO: BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ**

Realização: SECTET - Secretaria de Estado de Ciência,
Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

Governador: Helder Barbalho

Secretária: Edilza Joana Oliveira Fontes

Coordenação: Francivaldo Alves Nunes

Apoio: Universidade Federal do Pará

SECRETARIA DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR,
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



GOVERNO DO
PARÁ



A

*SUA MAJESTADE O IMPERADOR
O SENHOR D. PEDRO II.*

DEDICA

*O SEU REVERENTE SÚDITO
DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL.*

SUMÁRIO

PARTE QUINTA

1835

CAPÍTULO SEXTO

13

I - Considerações sobre os rebeldes. - Estado crítico do marechal Manuel Jorge. - Juízo sobre a sua nomeação e a de outros funcionários. - Embaraços em que se viu. - Influência dos sucessos da Vigia em seu ânimo. - Medidas que tomou. - Prisão de Francisco Vinagre e de outros rebeldes. - Reação de seus partidários. - Reuniões e planos dos mesmos para atacar a capital da província. - Preparativos para repeli-los. - Forças exíguas do Governo. - Pedido de auxílio aos navios de guerra estrangeiros. - Últimas tentativas para chamar à ordem os amotinados. - Atitude hostil destes.

33

II - Várias considerações. - Intenções hostis dos rebeldes. - Ameaça de Antônio Vinagre ao marechal. - Conselho no palácio do governo. - Plano de defesa na capital. - Preparativos contra a invasão dos rebeldes. - Auxílios prometidos pelos cônsules português e inglês. - Ofício do marechal ao ministro da guerra sobre a situação arriscada da província. - Pedidos do capitão Narciso do Amaral e do prior do convento do Carmo. - Conflito na fazenda denominada Pernambuco. - Morte e ferimentos. - Socorro da escuna Mundurucu. - Junção dos rebeldes na fazenda Itaboca. - Antônio Vinagre e Eduardo Angelim aclamados comandantes-em-chefe dos mesmos. - Plano de ataque à capital. - Embarque daqueles para Murutucu. - Proclamação de Antônio Vinagre e outros. - Marcha dos rebeldes para o arraial de Nazaré. - Descrição deste arrabalde naquele tempo, Denúncia ao marechal da aproximação do inimigo. - Piquete mandado para observá-lo. - Alvorço na cidade.

47

III - Breves noções topográficas da capital do Pará naquele tempo. - Chegada dos revoltosos ao arraial de Nazaré. - Seu rompimento e entrada na capital. - Tomada do quartel de artilharia, do arsenal de marinha e do convento do Carmo. - Chegada de Antônio Vinagre à travessa das

Mercês em marcha para o arsenal de guerra. – Descrição deste e dos seus preparativos para resistir. – Morte inesperada de Antônio Vinagre. – Desânimo entre os revoltosos. – Resolução de Eduardo Angelim. – Morte do filho do marechal. – Providências durante a noite. – Notícias sobre a família de Eduardo Angelim. - Desgosto deste por não encontrá-la.

58

IV - Sucessos do dia 15 de agosto. - Providências tomadas pelo presidente,

- Combates parciais. - Ataques ao Arsenal de guerra nesse dia e nos seguintes. - Efeitos terríveis de granadas. - Mau êxito dos rebeldes em suas tentativas. - Meios de hostilidade empregados pelos mesmos. ferros para Lisboa e postos ali em liberdade. Sucessos na vila de Muaná.

65

V - Situação da capital. - Embaraços do marechal. - Deserção dos voluntários. - Fome e providências. - Desânimo geral. - As famílias buscam asilo nos navios. - Conselho no palácio do governo na noite de 22 de agosto. - Deliberação do mesmo. - Retirada do marechal para bordo da fragata Campista na madrugada de 23 do referido mês de agosto. - Embarque das famílias e das guarnições do Arsenal de guerra e de outros pontos. - Posição que tomara a esquadra durante nove dias de fogo. - Considerações sobre os seus atos de hostilidade. - Abandono da Capital. - Retirada de todos os navios para a baía de Santo Antônio. - A fragata Imperatriz de guarda à fortaleza da Barra. - Desgraças a bordo deste navio e em terra.

74

VI - Descrição da ilha de Tatuoca. - Sede do governo legal. - Desembarque de gente naquela ilha. - Várias providências tomadas pelo marechal. - Fome na esquadra. - Participação oficial dos acontecimentos e pedidos de socorros ao presidente do Maranhão e à Regência. - Considerações sobre o mau êxito do marechal.

91

VII - Comissão do cônego Severino de Matos a Tatuoca. - Ofício do bispo ao marechal. - Bom êxito da comissão. - Regresso da família Eduardo Angelim à capital e influência benéfica no ânimo deste - Permissão do marechal a vários negociantes ingleses para irem à capital salvar seus bens. - Partida da corveta Elisa para Lisboa - Protestos dos portugueses contra o governo imperial. - Correrias dos revoltosos. - Refúgio das famílias em Tatuoca. - Providências do marechal na Vila da Cachoeira. - Ataque e debandada dos revoltosos ali. - Deserção da força legal. - Retirada da mesma para a fazenda Santana. - Participação

do major Chermont ao marechal. - Embarque deste para Santana. - Primeiro ataque contra os rebeldes na fazenda Itacua. - Perda da força legal. - Regresso do marechal para a ilha de Tatuoca. - Segundo ataque e seu mau êxito. - Chegada de Chermont à esquadra. - Assassinatos e roubos no navio Clio, em Salinas.

103

VIII - Esquadrilha na baía do Guajará. - Chegada de tropa de Pernambuco. - Expedições no Mosqueiro e Chapéu-Virado. - Derrota dos rebeldes. - Outra expedição para a vila da Vigia. - Vitória da mesma. - Providências ali tomadas pelo major Sérgio de Oliveira. - Sua ida a São Caetano, Curuçá e Sintra. - Restauração da legalidade até Turiaçu. - Regresso daquele a Vigia. - Convite da câmara municipal ao marechal para estabelecer a sede do governo legal nesta vila. - Retrato dos rebeldes.

113

IX - Assaltos dos rebeldes em vários pontos. - Breve notícia dos mesmos em Ecuipiranga. - Reconhecimento de Eduardo Angelim como presidente da província pela câmara municipal de Santarém. - Serviços do padre Sanches de Brito e de Bararoá no Amazonas. - Novas providências tomadas em Cameté pelo padre Prudêncio. - Retirada do vigário de Baião. - Ataque dos Rebeldes. - Morte daquele e dos seus companheiros. - Gurjão feito prisioneiro com outros. - Plano de Tebas. - Encontro da força legal com os rebeldes. - Trama de Pedrada. - Mortandade daqueles. - Regresso da expedição a Cameté. - Várias considerações.

131

X - Eduardo Angelim toma conta da capital. - Morticínios e roubos no Carmo e noutros pontos. - Aclamação daquele para Presidente da província. - Seus primeiros atos e providências. - Nomeações de empregados. - Organização da força armada. - Estabelecimento de fábrica de pólvora, de açougue e padaria. - Anarquia na cidade. - Pastoral do bispo. - Rigor de Eduardo Angelim contra os facciosos. - Prisão do padre Jerônimo Pimentel. - Conflito por tal motivo. - Ataque à fortaleza da Barra. - Reação por parte de Eduardo Angelim. - Conspiração contra este. - Medidas tomadas para frustra-la. - Manifesto do mesmo. - Considerações.

152

XI - Chegada da força expedicionária de Pernambuco a Tatuoca. - Desânimo entre os rebeldes. - Proclamação de Eduardo Angelim. - Misérias na capital. - Entrada no Guajará de uma esquadrilha inglesa. - Reclamação pelos atentados do navio Clio. - Ofício do comandante da esquadrilha a Eduardo Angelim. - Resposta deste. - Almoço à ofi-

cialidade inglesa. - Retirada da esquadilha. - Chegada do brigadeiro Andréia e do capitão-de-fragata Mariath. - Mudança do acampamento de Tatuoca para a ilha do Arapiranga.

159

XII - Intenções hostis dos rebeldes. - Conselhos e prédicas do bispo. - Conselho formado de Eduardo Angelim com os seus oficiais. - Resolução dos mesmos. - Correspondência entre Eduardo Angelim, o bispo e Andréia. - Recusas deste às propostas do primeiro. - Os rebeldes deliberam abandonar a capital. - Proclamação de Eduardo Angelim. - Sua despedida ao bispo e entrega de dinheiro da fazenda pública. - Malogro de suas últimas tentativas.

172

XIII - Fogo de artilharia na Pedreira contra os navios de guerra. - Desembarque de tropa. - Debandada e fuga dos rebeldes para a capital. - Boatos de ataque contra esta. - Retirada precipitada de Eduardo Angelim e sua gente. - Entrada da força legal na cidade abandonada. - O treze de maio. - Comunicação de Andréia ao presidente do Maranhão. - Considerações sobre o governo da regência. - Notícias de vários motins no império durante a menoridade do imperador. - A imprensa no Pará. - Influência perniciosa da mesma nos acontecimentos. - Origem dos partidos liberal e conservador. - Promotores das desordens. - Várias considerações.

186

XIV - Suspensão de garantias constitucionais. - Juízo de Andréia sobre as condições da província. - Expedição contra Eduardo Angelim. - Prisão do mesmo. - Várias providências contra os rebeldes. - Justificação de Andréia sobre os seus atos. - Criações de comandos militares, de corpos de polícia e de trabalhadores. - Organização dos mesmos. - Primeiro orçamento da receita e despesa da província. - Considerações a respeito do mesmo. - Agradecimento e felicitação da assembleia provincial a Andréia pelos serviços prestados à província. - Resposta do mesmo. - Sua exoneração e relatório ao entregar a administração a Sousa Franco. - Atos deste. - Pedido e concessão de anistia. - Apresentação dos rebeldes às autoridades. - Notícia do restabelecimento da ordem pública, dada por João Antônio de Miranda, sucessor de Sousa Franco. - Eduardo Angelim e Francisco Vinagre anistiados, com obrigação de irem residir no Rio de Janeiro. - Prisão do primeiro na corte e seu embarque para o presídio de Fernando de Noronha. - Várias considerações.

219

NOTAS FINAIS

PARTE
QUINTA
1835

CAPÍTULO VI

II

Considerações sobre os rebeldes. - Estado crítico do marechal Manuel Jorge. - Juízo sobre a sua nomeação e a de outros funcionários. - Embaraços em que se viu. - Influência dos sucessos da Vigia em seu ânimo. - Medidas que tomou. - Prisão de Francisco Vinagre e de outros rebeldes. - Reação de seus partidários. - Reuniões e planos dos mesmos para atacar a capital da província. - Preparativos para repeli-los. - Forças exíguas do Governo. - Pedido de auxílio aos navios de guerra estrangeiros. - Últimas tentativas para chamar à ordem os amotinados. - Atitude hostil destes.

Os acontecimentos vão agora suceder-se com espantosa rapidez e gravidade. O solo estava preparado para grande e pavoroso incêndio: alastrado de tantos combustíveis amontoados, uma fâisca bastaria para abrasá-lo, sem haver talvez poder capaz de impedir a sua devastação. É impossível desviar o fogo quando lavra em campo de relvas ressequidas, entremeadas de matérias oleosas: e quase sempre as chamas deixam brasidos que minam os madeiros e queimam até os troncos. É esta a imagem sombria, porém fiel, dos movimentos sediciosos.

Quer na ordem física, quer na moral, os fatos estão subordinados a princípios eternos e imutáveis. As modificações circunstanciais não os alteram em sua essência. É assim que os motins obedecem às leis invariáveis de sua natureza: uma vez germinados, crescem e frutificam, prendem-se entre si e seguem o seu rumo fatal: alimentados reciprocamente por abusos e reações contínuas, todos têm desenvolvimento natural e ascendente, forçado e irresistível, sendo-lhes sempre congênicas as desordens das turbas, que só acalmam quando cessam as causas perturbadoras do estado normal da sociedade, São ondas revoltas que, entrelaçadas, se enfurecem e debatem enquanto sopram as fortes ventanias.

Destas considerações não se conclua que os motins sejam irremediáveis: com tino e prudência podem ser prevenidos. Indícios mais ou menos veementes de erros, imprevidências e desmandos, as comoções sociais deixam de aparecer desde que governantes e governados cuidem de cumprir com lealdade os seus deveres cívicos, respeitando

e fazendo respeitar as leis, os direitos individuais, os princípios de justiça moralidade. Transgredir este preceito é o mesmo que alterar as relações amistosas dos cidadãos como os depositários do poder público; é afrouxar os laços que os unem e fraternizam, criando os primeiros germens do descontentamento popular.

E quebrados que sejam os elos de mútua estima e confiança, de submissão e dependência, fica imediatamente abatido o princípio da autoridade, e é conseqüente o movimento tumultuário da liberdade transviada pela impaciência e avidez da gente inculta que sacrifica tudo na sua vertiginosa carreira. E na excitação do espírito popular é sempre pronto o rompimento hostil das turbas amotinadas; qualquer motivo lhes serve para os primeiros atos de desforço, dos quais irrompem sem tardança, inúmeros e gravíssimos atentados, muitas vezes imprevisos e difíceis de remediar.

A mortandade atroz que referimos, praticada na vila da Vigia coagiu o Governo a tomar medidas de justa repressão, e os rebeldes despeitados juraram vingar-se do ultraje de que se consideraram vítimas. Conspirando desde logo contra o presidente da província, eles apresentam-se como traídos e perseguidos pelos agentes do poder público, adulteram os fatos, instigam a desordem, reúnem gente, chamam às armas os seus partidários, proclamam às massas, invadem a capital com desusada temeridade, assaltam as fortificações e quartéis da tropa de linha, debilitam as forças legais com meios estratégicos, sitiaram o delegado do Governo no seu próprio palácio e o forçam a fugir, alta noite, depois de inútil e prolongada resistência de nove dias!

Requinta então a perversão moral. O sentimento sedicioso, desperta os maus instintos da plebe, eleva a escória social, assanha os malfeitores, produz abomináveis cenas de sangue e aviltamento! Homens, mulheres, propriedades, lar doméstico, tudo foi sacrificado ao furor satânico dos sicários que infestaram a cidade e repetiram depois nas vilas e povoações as mesmas violências e atrocidades da capital! Era o triste desenlace do drama começado nos anos anteriores, sob a influência direta das classes superiores a que pertenciam os protagonistas primitivos.

O dia 7 de janeiro de 1835 devia ter o seu termo fatal, tempestuoso e sangrento como despontara. Com o assassinato dos principais agentes da autoridade, os rebeldes declararam a província independente do governo central, tomaram por lei o arbítrio, impuseram-se pelo terror! Os mais exaltados tiveram preferência no mando e desenvolveram mais atividade nos acontecimentos. É certo que, em 21 de fevereiro, quando apenas tinham decorrido quarenta e três dias depois do assassinato de Lobo de Sousa, eles adotaram nova e oposta resolução, protestando obediência à regência e aos seus delegados, mas nem por isso deixaram de continuar na mais licenciosa liberdade.

Nem o governo intruso de Malcher, nem o de Francisco Vinagre, tinham podido conter os facciosos. A anarquia reinava desde o princípio do ano, e o movimento já tinha descido a última escala social. Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens

sem conceito para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem nada terem que perder esses indivíduos estavam dispostos a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte.

Houve já quem comparasse os anarquistas com os jogadores infelizes ou inábeis, que, embaralhando cartas sem interrupção ou mudando de baralhos, esperam assim melhorar de fortuna e condição¹. E esta judiciosa comparação a ninguém cabe tão bem como aos referidos desordeiros, que viviam ociosos, fora de seus domicílios, sem amor ao trabalho, exaustos de recursos e sem habilitações.

Os promotores dos primeiros atos de rebeldia e das subsequentes reações, ou tinham sido envolvidos no incêndio que eles mesmos atearam, ou tinham fugido diante dos desastres que pressentiram, abandonando tudo à voragem das chamas, aos ímpetos insensatos dos celerados! Nem sempre afronta as tempestades quem as provoca, e raro é deixar de sucumbir nas tormentas quem não sabe precaver os perigos. Os motins são como os tufões que abatem as árvores frondosas e elevam as folhas secas do chão, os corpos que menos peso tem.

Francisco Vinagre vivia sob a pressão de seu irmão Antônio, e instigado pelo padre Casimiro Pereira de Sousa, que o dirigia como secretário, não tinha vontade própria e muito menos força para refrear a desordem: temendo ciladas e ressentimentos, deixava-se arrastar por eles, e condescendia com os facciosos para não desagradá-los, nem desmerecer-lhes a confiança; não tratava por tal motivo de reprimir seriamente os excessos dos principais anarquistas. Neste regime arbitrário permaneceram por longos meses, e não houve quem os pudesse contrariar: a não ser o malogrado desembarque de 12 de maio, nenhum outro fato os perturbara no seu viver solto e desregrado.

Tentar em tais condições chamá-los à ordem, e querer sem meios de repressão submetê-los à ação regular da autoridade, era tarefa inútil, se não impossível, de cumprir. Ufanos de sua fátua influência e poderio tornavam-se audazes, intransigentes, assomados e rancorosos: baldos de educação, além disto, embrutecia-os a ignorância agravada tanto pelo vício da embriaguez que lhes embotava o entendimento, como pelas insinuações de espíritos malignos que lhes açulavam as paixões. Somente isto pode explicar os atos de estolidez e desumanidade que praticaram sem nenhuma justificação plausível.

Nulificada a ata de 7 de janeiro como fora pela de 21 de fevereiro², já tinham sido reatados os laços de submissão ao governo central. Demais, os rebeldes se haviam, posteriormente, apossado da capital sem nenhuma oposição, logo que foi abandonada pela força legal; e recolhidos os presos de 27 de julho aos porões dos navios de guerra, onde eram conservados debaixo de guarda escolhida e vigilante era-lhes impossível soltá-los, como premeditavam. No havia, pois razão nem fim político que autorizasse os atos criminosos que perpetraram a sangue frio, saqueando casas, desrespeitando fa-

¹ Marquês de Maricá.

² Leia-se vol. III em cujas páginas estão transcritas estas duas atas.

mílias, assassinando pessoas inermes e inofensivas, muitas das quais, de joelhos e mãos postas, abraçadas com imagens sagradas, imploravam inutilmente piedade, sem comover os bárbaros algozes.

Para maior desgraça da província tinham vingado as doutrinas pregadas com o fim sinistro de excitar o sentimento patriótico e o religioso contra determinadas individualidades, agitando as turbas com falsa ideia de pretender-se destruir a Igreja e a integridade da nação! Destes perniciosos enredos nasceram as mais absurdas prevenções, das quais se aproveitaram as facções desvairadas para alimentar as antigas rivalidades e dividir em campos extremados os naturais e os europeus, os ricos e os proletários, a gente inculta e as classes mais esclarecidas, fazendo-se dos imaginários maçons e dos portugueses as primeiras vítimas das iras populares!

Na falta destes supostos inimigos, desenvolveu-se e influiu bastante o ânimo dos rebeldes o ódio de raças dos homens de cor contra os brancos que eram em menor número³, e ninguém mais pôde escapar das vinditas particulares senão refugiando-se nos matos, em Tatuoca e Cameté. Na perturbação geral que sobreveio ao morticínio e aos roubos deixou de intervir a discórdia entre os próprios facciosos, a fome varíola, o escorbuto, a disenteria, toda a sorte de vexames e sofrimentos que nos últimos tempos flagelaram a população e aumentaram o quadro negro de misérias⁴, como epílogo trágico dos atentados anteriores impunemente cometidos e acumulados durante tantos anos!

O marechal Manuel Jorge não se desvanecera com os protestos dos rebeldes: ao tomar as rédeas do governo, conhecera logo a gravidade de sua posição, divisando perto a borrasca soffreada que o ameaçava; mas sentira-se impotente para desviá-la como exigia o império da lei. Sem força com que pudesse reagir contra a anarquia, empenhara-se desde o principio de sua administração por contemporizar com os facciosos, ao menos enquanto não lhe chegassem os auxílios que pedira à regência e a vários presidentes de província. Esta atitude, aliás, conciliadora e aconselhada pela prudência, não agradara a muitos e até gerara em outros desarrazoadas desconfianças.

As visitas que Taylor fazia uma ou outra vez aos chefes dos rebeldes por interesse comum da ordem pública, e as relações e correspondências mais ou menos amistosas de Francisco Vinagre com o presidente da província, eram notadas e serviam de pretextos a censuras infundadas. Os impacientes queriam a todo o transe a punição dos facciosos com quem não admitiam a mais simples condescendência. As condições excepcionais do Governo não permitiam, entretanto outro regime que não fosse de conciliação. Era perigoso

³ Em 1933 calculava-se a população livre do Pará em 119.877 habitantes, inclusive 32.751 Índios; e a escrava em 29.977. Não entravam neste cálculo os mestiços descendente da raça branca cruzada com a indígena e africana, os quais deviam atingir a soma muito mais elevada que a dos Índios e africanos referidos. Não há pois exageração em afirmar que os brancos eram em número menor que os mestiços. – (Leia-se Baena Ens. Corog, págs. 8 e 463.) Nas *Cenas da Vida Amazônica*, págs. 9 e seguintes, o Sr. José Veríssimo sustenta ainda hoje que os mestiços formam mais de duas terças partes da população paraense e tratando do cruzamento das raças nas regiões amazônicas, faz interessantes considerações sobre os tapuios, curibocos, mamelucos, mulatos, carafuzes e outras castas que nascem do entrelaçamento direto destes entre si.

⁴ Ofício do marechal ao Ministro da Justiça, de 27 de outubro de 1835.

empregar nessa ocasião qualquer medida correccional contra as facções, reconhecida como estava a fraqueza da autoridade. Ouçamos o marechal na sua interessante comunicação ao governo imperial. Descrevendo os sucessos posteriores à sua posse, a péssima situação da província, o estado melindroso em que se via, o disse ao ministro da guerra:

“Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que no dia 25 de junho desembarquei e no dia 29 tomei posse depois de muitas controvérsias e correspondências, as quais ora dirijo à Regência, sem que até hoje se tenha dado um tiro, mas nem por isso se deve Vossa Excelência persuadir de que tudo esteja tranquilo, e não sejam precisos seiscentos homens, uma vez que se queira tranquilizar a província, pôr a lei em execução e retirar daqui as fragatas que não são necessárias; agora não podem ser dispensadas por causa da gente que as mesmas prestam para a guarnição e rondas da cidade. Prestou grande serviço o presidente do Maranhão em dar-me o batalhão de caçadores sem ter ordem de Vossa Excelência, porque apesar de ter somente oitenta baionetas, faz-se mais respeitável pela sua disciplina e por saber a ordem do serviço do rancho.

“No dia 26, quase ao pôr do sol, destinado para a gente entregar as armas, correu o boato de achar-se Francisco Vinagre preso: tudo se alvoroçou naturalmente por temerem este homem. Fui logo ao Castelo, e lá achei Antônio Vinagre atemorizado. Os rebeldes foram todos desarmados, e a nossa gente tomou posse desta fortificação. Não sucedeu o mesmo no Trem onde nos esperavam com peças assestadas nas ruas com morrões acesos, principiando à nossa vista em uma infernal algazarra. Tinham já então aparecido Francisco e Antônio Vinagre, e correndo ambos adiante, conseguiram sossegar os ânimos; e sendo noite, ficou a entrega deste ponto para o dia seguinte, mesmo porque estavam muito bêbados. A mesma cena deu-se no forte de Santo Antônio.

“Enquanto isto se passava, alguns permanentes arrombaram o quartel de artilharia, tiraram três peças, foram ao corredor da casa de Vinagre, carregaram uma outra que lá estava, meteram todas dentro de um barco que estava fundeado no Porto do Sal com quatro canhões, levantaram ferro e se dirigiram para o Acará, levando sessenta homens. Dizem que eles ali têm reunido três mil homens. Tenho encarregado a Francisco Vinagre de tirar-lhes a artilharia e fazê-los dispersar, tomando lhes as armas que puder. Teimam em declarar que não largarão as armas sem anistia. Talvez pareça em mim demasiada moderação, mas não posso ser mais ativo. Sem força a lei é letra morta. Um homem que eu perca, deixa-me falta sensível; não sei onde ir buscar outro que possa preencher o seu lugar.

“Gastei 60 dias para chegar aqui com uma exposição que causou admiração a todos os estrangeiros, tendo-se já passado cinco meses e meio depois da catástrofe de 7 de janeiro! A vila da Vigia revoltou-se e os facciosos depuseram as autoridades que foram depois reintegradas por efeito de uma reação operada ainda antes de minha chegada. Mandeí já para ali vinte e duas armas, mas podem-me mais cem, porque estão a braços com Colares, de onde saíram os revolucionários.

“Dei duzentas e cinquenta para a vila da Cachoeira, ao major de guardas nacionais Chermont, que estava fugido, a fim de ver se ele reunia a gente dispersa e armava-a para restabelecer ali a ordem, Hoje tive notícia de que Chermont estava já senhor da vila. Na ilha de Marajó só o povo de Chaves se conserva tranquilo; os demais, juízes de paz, párocos, oficiais de guardas nacionais, a gente branca, todos andam ausentes. Os de Monsarás mandei-os reunir à Chermont para o ajudarem, com ordem de este por sua vez ajudá-los, quando esteja restabelecida a tranquilidade pública.

“O Barão de Jaguarari retirou-se para Caiena, e muitos não se sabe para onde foram. No Maranhão se me disse que de Cameté podiam vir seiscentos homens, porém ainda não vi um só até hoje. Declara-me dali o vice-presidente Ângelo Custódio que todos alegam direitos e ninguém reconhece deveres, concluindo por pedir-me duzentas e cinquenta armas. Das quatrocentas que trouxe, só me restam oitenta. Foi necessário armar alguns marinheiros. Cameté tem estado em sossego, mas vê-se a braços com os vizinhos, e por isso reclama armamento para sua maior segurança e dos subúrbios.

“Oeiras e Portel estão revoltados, e a não ser o Alto-Amazonas, todos os povoados ou existem cercados ou contêm em si os germens da rebelião. Tal é o estado miserável desta província, que assim tão cedo não pode tranquilizar. Os bons missionários foram causa de tudo isto com as doutrinas que espalharam. Não tenho ânimo de mencioná-las. Alguns já pagaram outros porém gozam tranquilos os frutos de seus trabalhos! Há ante eles certos malvados que até sentem prazer em ver a desordem!

“Mais de oitenta homens havia no Maranhão quando ali cheguei eram foragidos desta província e alguns empregados públicos. Ofereci-lhes passagem, porém somente sete ou oito vieram; os outros já tinham ali negócios. Não tenho encontrado aqui muita disposição entre os homens para me coadjuvarem; noto quase geral esquivança. Faço esta exposição para melhor convencer a Vossa Excelência de que há pouco com que contar aqui, sendo preciso que venha quanto antes gente que me possa auxiliar, se já não está de viagem a tropa de Pernambuco.

“O batalhão de caçadores e o corpo de artilharia, aquartelados nesta capital, não têm quase um homem, o que reputo uma felicidade. Mas quem há de ser recrutado para preencher estes corpos? No Trem não ficou uma só arma capaz de dar fogo, e depois de reunido todo o cartuchame, reconheceu-se que apenas existiam mil e quinhentos cartuchos! Desde o ano de 1833 têm saído deste depósito de armamento nacional mais de três mil armas, e todas estão entregues a boas mãos! As revoluções aqui se sucedem umas às outras, é fato que não se pode negar, e sem força não é possível restabelecer a ordem e a lei. Devo dizer, em abono da verdade, que trinta e sete mancebos se reúnem aqui todas as noites e espontaneamente alternam as rondas.

“O secretário do comando das armas veio comigo do Maranhão, e achava-se a bordo da fragata Imperatriz o sargento amanuense. Não havia empregado na

secretaria do governo, e tudo andava fora de seus eixos. Ajuíze-se qual não deve ser o meu trabalho. Para dar informações mais circunstanciadas sobre os negócios relativos ao ministério da guerra, foi necessário demorar esta notícia: irei dando ao governo conhecimento das ocorrências e das coisas conforme puder. Os vinte contos de réis ainda estão a bordo por segurança.

Não me é possível informar a Vossa Excelência sobre a oficialidade dos corpos individualmente; por ora só posso asseverar que é quase toda caduca e inábil, e necessita de ser reformada. Passo a tratar por interpostas pessoas da compra das armas dispersas; talvez seja este um meio eficaz de desarmar os facciosos e conseguir gente. O chefe de divisão Taylor tem cooperado muito para o restabelecimento da ordem prestando-se a todo serviço: os seus oficiais como os de terra são incansáveis, o que supre de alguma forma a falta de disciplina na gente."⁵

⁵ Ofício de 7 de julho de 1835. Leia-se ainda o seguinte ofício da Câmara Municipal da capital ao Ministro do Império, de 3 do mesmo mês:

11.mo. Ex.mo. Sr. - A Câmara Municipal da cidade de Belém do Grão-Pará, já livre da opressão e tirania, julga do seu mais sagrado dever levar ao conhecimento de V. Ex. todos os fatos na mesma ocorridos, desde o sempre infausto dia 7 de janeiro até 25 de junho do presente ano, lamentando a impossibilidade de o não ter feito há mais tempo pela coação e acabrunhamento em que foi conservada pela facção desorganizadora. Na madrugada daquele dia, um bando de assassinos assenhoreando-se de todos os pontos mais importantes, sacrificarão ao seu sanguissedento furor o Presidente, Comandante das Armas, Comandante das forças marítimas, alguns oficiais e outros indivíduos, aqueles porque acudiram ao toque do alarme, e estes em suas próprias casas. Colocaram na presidência a Félix Antônio Clemente Malcher, principal chefe da revolta do rio Acará, e por isso preso na Fortaleza da Barra, e elevaram a Comandante das Armas o tenente de guardas nacionais Francisco Pedro Vinagre; o susto e a morte se difundiu em todas as classes de cidadãos que forçados subscreviam a execranda ata daquele dia; e esta Câmara sufocando em seu peito o justo ressentimento, conferiu a posse depois das terminantes ordens que lhe foram expedidas, como se evidencia da documento nº 1, com o único fim de salvar suas vidas ameaçadas pelo punhal fratricida.

Prisões, deportações e assassinatos eram o forte de sua administração, e a revolução, tomando curso extraordinário, inculcava males irremediáveis, porém a ambição desfigurativa absoluta fez que desinteligenciados os dois chefes, aparecessem novas cenas de horror e carnificina que com efeito tiveram lugar nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro. De um lado as malvadezas de Malcher, violentando com sua facção os miseráveis que se asilaram a bordo dos navios estrangeiros, donde eram arrancados, apesar dos gemidos dos filhos e das consortes, para serem conduzidos ao Castelo; do outro a pertinácia de querer conseguir pela força o timão da província; e desta desordenada ambição resultou o completo aniquilamento daquele que mais se ufanava da destruição do gênero humano.

Vencido Malcher, subiu à anelada cadeira presidencial o seu adversário, que, entre cadáveres e ruínas, assegurou sua efêmera posição, tomando posse pelos mesmos motivos que o outro, no dia 2 de março, em virtude do ofício constante da cópia (Documento nº 2); seguiu-se a prisão de Malcher, e daí há dias a sua morte, quando o conduziam para a Fortaleza da Barra; e assim acabou aos golpes daqueles que mais contribuíram para o seu engrandecimento. Os atrativos de uma grandeza aparatosa despertaram no ânimo de Francisco Pedro Vinagre o insaciável desejo de bem consolidar sua obra; e para esse fim mister era evitar descontentes nos da sua facção; e para o conseguir fez ponçar uma soma enorme de dinheiro, a exemplo de seu antecessor: o roubo e a dilapidação tornou-se então espantosa.

Enquanto os habitantes da capital sofriam toda a sorte de vexames, os do interior se dispunham a fazer reviver a lei silenciosa entre as armas, e a câmara da vila de Cameté foi a primeira que tomou a iniciativa, convidando a esta nos termos da cópia (Documento nº 3): este procedimento não agradou a Vinagre, e o impeliu a dirigir a esta Câmara o ofício (Documento nº 4), no qual recomenda se proceda quanto antes à apuração de votos para Deputados à Assembleia Provincial. Bem longe estava a Câmara de persuadir-se que a intenção de Vinagre era preencher o art. da Lei de 12 de outubro de 1834, entregando a presidência; porém não obstante essa consideração efetuou-se a apuração em 21 de abril, e reuniu a maioria o deputado Doutor Ângelo Custodio Correia, a quem dirigiu o ofício. (Documento nº 5)

Em todos os ângulos do Império se sabia já nesta data das desgraças que afligiam as pacíficos paraenses, e condoídos de nossa sorte muito se distinguiu o presidente da província do Ceará, Alencar, e muito mais o presidente do Maranhão enviando em nosso auxilio a fragata Imperatriz, que fundeou neste porto em 17 abril. Apenas ela

vinha de ancorar, a agitação se manifestou na cabilda Vinagrista que se dispunha ao combate; porém o comandante dela, seguindo em tudo suas instruções, empregou os meios de brandura, e alguns dias se decorreram sem que o luto e horror se reproduzissem.

Mão arteira e hábil dirigia os planos que a maldade havia engendrado em seus antros; e enquanto convidavam ao vice-presidente para assumir a administração da província, enviando-lhe a escuna Mundurucu, para o conduzir de Cametá à cidade fortificavam-se e preparavam a mais negra traição; o vice-presidente partiu do seu destino desencontrando-se com a escuna; porém, felizmente, sabendo o comandante da fragata que uma força se dispunha a acometê-lo, enviou uma outra para o guardar, e na sua volta, junto às imediações da cidade, foi agredida, mas batida a inimiga, apresentando-se então a seu bordo o Doutor Ângelo Correia, que foi reconhecido imediatamente pelas forças marítimas como autoridade legal.

O vice-presidente empregou a persuasão até o dia 12 de maio, em que do Castelo, rompendo o fogo contra a fragata, foi por ela correspondido: a força tinha de operar, e um desembarque se tentou; porém teve de sucumbir ao vivíssimo foco dos facciosos. Com este golpe uma bandeira branca foi içada na fragata, mas não foi respeitada pelos de terra, obrigando a que ela e os navios aqui estacionados fossem fundear três léguas distantes da cidade, na baía de Santo Antônio, onde se conservou até a chegada de novas forças.

É difícil pintar qual a situação dos habitantes desta capital; a fome, a morte e o susto, tudo enfim nos flagelou: e imensas vítimas seriam imoladas se porventura os estrangeiros em suas casas não os acolhessem. Composto o partido Vinagrista da gente mais baixa e mais indigente, toda a maldade se empregou para se desmoroñar e eliminar esta parte do solo americano, e consequi-lo iam se a Providência, que constantemente tem velado sobre os nossos destinos, nos não trouxesse o marechal Manuel Jorge Rodrigues, que a Regência, em nome de Sua Majestade o Imperador, nos enviou para presidente: à sua prudência e saber se deve o seu desembarque em 25 de junho, e a sua posse no dia imediato, assim como o mais que tem obtido no restabelecimento da ordem. O corajoso João Taylor não merece elogios pela atividade, vigilância, cautela que tem desenvolvido, e semelhantemente todos os oficiais que com denodo se têm sacrificado em prol da ordem: e nem nos era de esperar daqueles que têm a fortuna de ser comandados por tão ague chefe.

Esta Câmara, como órgão dos habitantes de seu município, tributa à Regência em nome de Sua Majestade o Imperador. Os mais sinceros votos de agradecimento pelos benefícios que lhes prodigaliza salvando-os da destruição a que os malvados nos queriam levar. E sem a menor sombra de exageração o que fica relatado, e pede a Câmara a V. Ex. que, levando tudo ao conhecimento da Regência, em nome de Sua Majestade o Imperador, assegure nossos protestos de adesão e fidelidade.

Deus guarde a V. Ex. Pará, em vereação extraordinária, 3 de junho de 1835. – Il.mo. Ex.mo. Sr. Joaquim Vieira da Silva e Sousa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. – João Valente do Couto, presidente interino. – José Alberto Ribeiro, Salvador Rodrigues do Couto e Pinho. – Marcelino Manuel Perdigão. Manuel Emilio Pereira Guimarães.

(Os documentos a que alude este ofício estão já transcritos em vários pontos do vol. IV.)

Ofício de 7 de julho de 1835. Leia-se também a seguinte participação de Taylor ao Ministro da Marinha, em ofício de 9 de julho de 1835:

Il.mo. Ex.mo. Sr. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que no dia 19 de junho cheguei à baía de Santo Antônio com 5 dias de viagem do Maranhão, onde encontrei fundeada a fragata Imperatriz, a corveta Defensora e o brigue Cacique.

No dia 20, tendo removido todos os doentes e feridos que se achavam na ilha de Tatuoca para bordo da corveta Defensora, que se acha servindo de hospital, suspendi na ocasião da enchente com os navios que estão debaixo do meu comando, prontos para combate e para resistir a qualquer insulto da bateria da Barra, levando a corveta Regeneração a reboque da corveta Defensora. Infelizmente a fragata Imperatriz, não se conservando no seu lugar como lhe foi ordenado, encalhou de maneira a mais vergonhosa possível, o que deu lugar a eu suspender o capitão tenente Pedro da Cunha e a nomear o capitão-de-fragata Guilherme Eyre comandante da dita fragata; vi-me obrigado por este incidente a deixar aí a corveta Regeneração com todas as lanchas para ajudá-la a desencalhar e eu segui e dei fundo com o resto das embarcações que eram o Cacique e os dois paquetes, perto da fortaleza da Barra em consequência de principiar a vazar a maré.

No dia seguinte, quando a maré enchia, fiz-me de vela, e dei fundo defronte da bateria de Santo Antônio, vindo a bordo várias pessoas pertencentes ao governo intruso, e achando-se um grande número de gente armada por todas as partes: conforme a mais exata informação que pude ter, a força se compunha de mil e seis centos homens, estando muitas familiares refugiadas em montarias, privadas de todos os recursos de vida. No dia 24 tornaram a vir a bordo as mesmas pessoas, acompanhadas dos Juizes de Paz para tratarem com o Presidente sobre a sua posse, tendo eu nesse mesmo dia feito reforçar a fragata Campista com gente da corveta Regeneração e mais navios.

Fazendo idêntica exposição a regência, o marechal tinha repetido com instância o seu pedido de tropa com a declaração formal de que sem o auxílio desta lhe seria impossível restabelecer a ordem pública pois que anarquia estava enraizada em toda a província, e sem força ele não poderia fazer vigorar a lei violada constantemente pelos rebelde os quais não queriam depor as armas e permaneciam reunidos com posições hostis, A espera dos atos do governo: qualquer castigo que tentasse efetuar como corretivo aos infratores da lei irritá-los-ia mais, sendo lhe por isso necessário os meios de reação, que não os tinha nenhuns⁶.

No dia 25 veio a bordo o intruso Presidente acompanhado de pessoas de sua confiança para entregar a presidência, e acompanhar-nos a terra a fim de mostrar a sua boa-fé. Estando o Sr. Marechal Manuel Jorge de inteligência comigo, determinamos desembarcar às 11 horas da manhã estando a tropa e a marinhagem dividi das em duas divisões compostas de quatrocentos e sessenta homens, incluindo cento e vinte praças do batalhão do Maranhão, em dezessete escaleres debaixo das ordens do comandante desta fragata.

Demos o desembarque com a maior ordem e rapidez possíveis, o que é muito louvável nos oficiais que comandaram os diferentes escaleres; nesta ocasião estavam todos os pontos guarnecidos e a artilharia com murrões acesos nas bocas das ruas, e eu de acordo com o Sr. Marechal dei ordens, no caso que houvesse alguma traição de dirigir-nos ao palácio e tomar o Castelo de assalto, para de lá então atacar o Trem e a bateria de Santo Antônio; porém infelizmente nada foi necessário, pois parece um sonho o que aconteceu. Estando nós agora senhores de todos os pontos e reinando o mais periférico sossego e alegria, as lojas acham-se abertas e as famílias se reúnem outra vez em suas casas.

Agora tenho o prazer de participar que a fragata Imperatriz, depois de estar em quatro pés d'água e ter sofrido muito quando adernara, e depois de ter tirado toda a artilharia da tolda, desencalhou, devendo-se este serviço ao comandante, oficiais e guarnição, que foram incansáveis no cumprimento dos seus deveres; acha-se a mesma fundeada ao pé de mim defronte do Castelo, a corveta Regeneração defronte do Trem. Com maior gosto participo também a V. Ex. que entre o Ex.mo. Marechal tem reinado toda harmonia possível, do que lhe estou muito obrigado pela maneira franca com que me tem tratado em todos os negócios; e isto igualmente acontece com os oficiais de marinha, tropa, soldados e marinhagem a quem tenho dado maiores agradecimentos.

Imediatamente à nossa chegada, destaquei a escuna Rio de Prata para o rio Arari, na ilha de Marajó, a fim de facilitar a vinda de mantimento para a cidade: o late Mundurucu e o patacho Independência acham-se em Cametá onde reina perfeito sossego, porém o Acará acha-se em poder dos rebeldes e lá estão reunidos muitos Índios bem armados com oito ou nove bocas de fogo.

Sinto muito participar a V. Ex. que a ilha de Marajó está perturbada de vários bandos de rebeldes ou salteadores que andam matando e roubando gado, porém como a escuna Rio da Prata levou 250 armas e o Tenente-Cornonel (aliás, Major) de Guardas Nacionais Chermont, um dos principais proprietários daquela ilha, já tinha reunido cem cidadãos amigos da legalidade, conforme as últimas notícias. Todas as guarnições dos navios debaixo do meu comando se acham em terra fazendo serviço com a tropa do Maranhão, e a bordo só resta a guarnição de alguns escaleres; é impossível que eles possam sair daqui para qualquer navio de vela sem que venham pelo menos 500 homens para rendê-los. Remeto a V. Ex.^a as partes do estado das guarnições e mantimentos dos referidos navios estacionados nesta província, e por elas verá a falta que há principalmente de feijão, toucinho e carne salgada.

Rogo-lhe haja de nos mandar estes gêneros na primeira ocasião que tiver, bem como brim, fio de agulhas para fazer toldos que aqui muito se estragam. Participo também a V. Ex. que a corveta Defensora acha-se em miserável estado de ruína, não podendo ir para a Bahia sem proceder a uma vistoria; porém da minha parte farei o que estiver ao meu alcance para fazê-los voltar à Corte. Participo ainda a V. Ex. que os doentes e as feridos em tratamento vão muito bem, achando-se quase bons os mesmos que foram amputados, o que se deve ao zelo e cuidado do cirurgião da corveta Defensora.

A escuna Bela-Maria partiu no dia 3 para o Moju a fim de coadjuvar a venda de mantimentos para esta cidade, tranquilizar e restabelecer o sossego naquele lugar. No dia 4 do corrente faleceu de moléstia o Primeiro-Tenente Tomás Thompson; nesta ocasião chega-me um officio do comandante da escuna Rio de Prata que remeto a V. Ex. no qual dá notícias mais favoráveis de Marajó. Aqui fico esperançado de que venha alguma tropa de Pernambuco para assim poder retirar-me para a Corte.

Deus Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata Campista, surta no Pará, em 9 de julho de 1835. - II.mo. e Ex.mo. Sr. José Pereira Pinto, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. - João Taylor, chefe e comandante.

⁶ Officio de 7 de julho de 1835. Leia-se também a seguinte participação de Taylor ao Ministro da Marinha, em officio de 9 de julho de 1835:

II.mo. Ex.mo. Sr. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que no dia 19 de junho cheguei à baía de

Santo Antônio com 5 dias de viagem do Maranhão, onde encontrei fundeada a fragata Imperatriz, a corveta Defensora e o brigue Cacique.

No dia 20, tendo removido todos os doentes e feridos que se achavam na ilha de Tatuoca para bordo da corveta Defensora, que se acha servindo de hospital, suspendi na ocasião da enchente com os navios que estão debaixo do meu comando, prontos para combate e para resistir a qualquer insulto da bateria da Barra, levando a corveta Regeneração a reboque da corveta Defensora. Infelizmente a fragata Imperatriz, não se conservando no seu lugar como lhe foi ordenado, encalhou de maneira a mais vergonhosa possível, o que deu lugar a eu suspender o capitão tenente Pedro da Cunha e a nomear o capitão-de-fragata Guilherme Eyre comandante da dita fragata; vi-me obrigado por este incidente a deixar aí a corveta Regeneração com todas as lanchas para ajudá-la a desencalhar e eu segui e dei fundo com o resto das embarcações que eram o Cacique e os dois paquetes, perto da fortaleza da Barra em consequência de principiar a vaziar a maré.

No dia seguinte, quando a maré enchia, fiz-me de vela, e dei fundo defronte da bateria de Santo Antônio, vindo a bordo várias pessoas pertencentes ao governo intruso, e achando-se um grande número de gente armada por todas as partes: conforme a mais exata informação que pude ter, a força se compunha de mil e seiscentos homens, estando muitas familiares refugiadas em montarias, privadas de todos os recursos de vida. No dia 24 tornaram a vir a bordo as mesmas pessoas, acompanhadas dos Juizes de Paz para tratarem com o Presidente sobre a sua posse, tendo eu nesse mesmo dia feito reforçar a fragata Campista com gente da corveta Regeneração e mais navios.

No dia 25 veio a bordo o intruso Presidente acompanhado de pessoas de sua confiança para entregar a presidência, e acompanhar-nos a terra a fim de mostrar a sua boa-fé. Estando o Sr. Marechal Manuel Jorge de inteligência comigo, determinamos desembarcar às 11 horas da manhã estando a tropa e a marinhagem divididas em duas divisões compostas de quatrocentos e sessenta homens, incluindo cento e vinte praças do batalhão do Maranhão, em dezessete escaleres debaixo das ordens do comandante desta fragata.

Demos o desembarque com a maior ordem e rapidez possíveis, o que é muito louvável nos oficiais que comandaram os diferentes escaleres; nesta ocasião estavam todos os pontos guarnecidos e a artilharia com murrões acesos nas bocas das ruas, e eu de acordo com o Sr. Marechal dei ordens, no caso que houvesse alguma traição de dirigir-nos ao palácio e tomar o Castelo de assalto, para de lá então atacar o Trem e a bateria de Santo Antônio; porém infelizmente nada foi necessário, pois parece um sonho o que aconteceu. Estando nós agora senhores de todos os pontos e reinando o mais periférico sossego e alegria, as lojas acham-se abertas e as famílias se reúnem outra vez em suas casas.

Agora tenho o prazer de participar que a fragata Imperatriz, depois de estar em quatro pés d'água e ter sofrido muito quando adernara, e depois de ter tirado toda a artilharia da tolda, desencalhou, devendo-se este serviço ao comandante, oficiais e guarnição, que foram incansáveis no cumprimento dos seus deveres; acha-se a mesma fundeada ao pé de mim defronte do Castelo, a corveta Regeneração defronte do Trem. Com maior gosto participo também a V. Ex. que entre o Ex.mo. Marechal tem reinado toda harmonia possível, do que lhe estou muito obrigado pela maneira franca com que me tem tratado em todos os negócios; e isto igualmente acontece com os oficiais de marinha, tropa, soldados e marinhagem a quem tenho dado maiores agradecimentos.

Imediatamente à nossa chegada, destaquei a escuna Rio de Prata para o rio Arari, na ilha de Marajó, a fim de facilitar a vinda de mantimento para a cidade: o late Mundurucu e o patacho Independência acham-se em Cametá onde reina perfeito sossego, porém o Acará acha-se em poder dos rebeldes e lá estão reunidos muitos Índios bem armados com oito ou nove bocas de fogo.

Sinto muito participar a V. Ex. que a ilha de Marajó está perturbada de vários bandos de rebeldes ou salteadores que andam matando e roubando gado, porém como a escuna Rio da Prata levou 250 armas e o Tenente-Cornonel (aliás, Major) de Guardas Nacionais Chermont, um dos principais proprietários daquela ilha, já tinha reunido cem cidadãos amigos da legalidade, conforme as últimas notícias. Todas as guarnições dos navios debaixo do meu comando se acham em terra fazendo serviço com a tropa do Maranhão, e a bordo só resta a guarnição de alguns escaleres; é impossível que eles possam sair daqui para qualquer navio de vela sem que venham pelo menos 500 homens para rendê-los. Remeto a V. Ex.^a as partes do estado das guarnições e mantimentos dos referidos navios estacionados nesta província, e por elas verá a falta que há principalmente de feijão, toucinho e carne salgada.

Rogo-lhe haja de nos mandar estes gêneros na primeira ocasião que tiver; bem como brim, fio de agulhas para fazer toldos que aqui muito se estragam. Participo também a V. Ex. que a corveta Defensora acha-se em miserável estado de ruína, não podendo ir para a Bahia sem proceder a uma vistoria; porém da minha parte farei o que estiver ao meu alcance para fazê-los voltar à Corte. Participo ainda a V. Ex. que os doentes e as feridos em tratamento vão muito bem, achando-se quase bons os mesmos que foram amputados, o que se deve ao zelo e cuidado do cirurgião da corveta Defensora.

A escuna Bela-Maria partiu no dia 3 para o Moju a fim de coadjuvar a venda de mantimentos para esta cidade, tranquilizar e restabelecer o sossego naquele lugar. No dia 4 do corrente faleceu de moléstia o Primeiro-Tenente Tomás Thompson; nesta ocasião chega-me um officio do comandante da escuna Rio de Prata que remeto a V. Ex.

Para aumentar as dificuldades da administração, havia ainda a circunstância de ser o marechal oriundo de Portugal. O sentimento de rivalidade entre os naturais e os portugueses estava sobremaneira inoculado no espírito da população e servia aos facciosos para excitar as massas populares. Um deputado geral declarara na câmara temporária haver dito ao ministro do império que fora impolítica a nomeação do marechal para presidente do Pará assim como a de outros funcionários públicos. “Sendo aquele nascido em Portugal, disse-o ele, e fazendo os paraenses consistir a sua tranquilidade na exterminação dos portugueses, olhariam para a expedição como uma portuguesa; e longe de sossego novas desordens apareciam. Infelizmente via suas suspeitas realiza das, quando o visconde de Goiana num projeto pedia a mudança do presidente nomeado, declarando-se muito contra a recolonização, que era a opinião do Pará. O governo nomeara o marechal com poderes para sossegar a província; entretanto, atava-lhes os braços nomeando ao mesmo tempo Rozo e Santiago juizes de direito, sendo este último até irmão do comandante das armas que fora vítima de Malcher e Vinagre! E apaixonados como estavam, nutrindo ressentimentos e desejos de vingança, não poderiam nunca ser bons agentes de pacificação”⁷.

Veio ainda dar maior vulto ao sentimento de rivalidade a má lembrança de fazer o marechal do coronel Brito Inglês seu valido, chamando-o para junto de si no intuito de auxiliá-lo no serviço como seu ajudante de ordens e oficial de gabinete. Este oficial era maldizente e de caráter vaidoso e efeminado, pelo que se tornava aborrecido e odiado. Tinha também contra si o nascimento português, e nas circunstâncias d’então isto por si só bastaria para exaltar a desconfiança contra o presidente, que o considerava como seu melhor amigo e confidente.

Deduz-se de tudo isto que a posição do marechal não podia ser pior, e ele bem a compreendia, tanto que se esforçava por evitar hostilidades contra os facciosos: sem meios de lhes fazer resistência, pensava que talvez pudesse pacificá-los recorrendo à influência de seus chefes. Mas era opinião geral que eles o iludiriam com promessas e protestos fementidos. E fosse ou não fundada esta suspeita, o certo é que se deu a desgraçada coincidência dos sucessos da Vigia, que veio confirmá-la. Não temos razão para afirmar que os chefes dos rebeldes instigassem os ânimos para tão lamentáveis atentados; cremos mesmo que estejam isentos de culpabilidade nesses atos de selvageria. Nas convulsões populares quase sempre a população desvaira e se recusa à obediência submetendo-se somente ao seu próprio instinto. Mas a verdade é que lhes atribuíram a autoria de tais acontecimentos como também a dos que tinham ocorrido na freguesia de S. Domingos do rio Guamá.

no qual dá notícias mais favoráveis de Marajó. Aqui fico esperançado de que venha alguma tropa de Pernambuco para assim poder retirar-me para a Corte.

Deus Guarde a V. Ex. Bordo da Fragata Campista, surta no Pará, em 9 de julho de 1835. - II.mo. e Ex.mo. Sr. José Pereira Pinto, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. - João Taylor, chefe e comandante das forças navais.

⁷ Palavras textuais do discurso de Rafael de Carvalho na sessão da Câmara temporária de 17 de agosto de 1835, publicado no Correio Oficial do Rio de Janeiro, nº 42, de 20 do mesmo mês e ano.

Nos primeiros dias do mês de julho, os sediciosos retirados da capital haviam ali deposto os juízes de paz, nomeando por substitutos os seus partidários mais exaltados. Para restabelecer a ordem seguira para aquele ponto a escuna Bela-Maria com uma força de tropa de linha. O regresso demorado deste navio de guerra fez com que não chegassem a tempo os socorros pedidos para a Vigia, dando isto causa aos desastres dessa desventurada vila.

A anarquia manifestava-se por toda parte. Marajó e outras localidades estavam ameaçadas e reclamavam armamentos, munições e forças auxiliares. O marechal sentia-se contrariado por não poder satisfazer as exigências do serviço público, como desejava e era urgente para debelar o mal que assoberbava cada vez mais. Arrependia-se mesmo algumas vezes de ter vindo da Bahia sem a tropa que deixara de receber ali. Sabia das censuras que lhe faziam como tímido e sem energia. Privado de recursos e não podendo criá-los de momento, julgava prudente curvar-se às circunstâncias imperiosas da situação.

Mas a notícia infausta do morticínio da Vigia veio demovê-lo deste propósito. O clamor foi geral e fez pressão sobre o seu ânimo. Os defensores da legalidade bradaram e pediram providências contra os assassinos. E nesta apertada conjuntura, não lhe era permitido hesitar; cruzar os braços seria demonstrar nímia fraqueza e desmoralizar mais o princípio de autoridade com ganho de causa para os anarquistas. O marechal não pode conter-se, nem transigir por mais tempo, e no dia 27 de julho deu ordem para que fossem presos Francisco Vinagre, Eduardo Angelim, os irmãos de um e outro, todos os chefes enfim revoltosos que existiam na capital.

Taylor foi o incumbido desta importante diligência e sem tempo tratou de satisfazê-la. Não pôde, porém conseguir ser de Francisco Vinagre, de Leal Aranha e de alguns outros menos influentes em número talvez de duzentos. Foram todos conduzidos para bordo dos navios de guerra. Os dois primeiros tiveram por cárcere comum o porão da corveta Defensora, apesar de serem inimigos desde os acontecimentos de fevereiro. Aranha tinha sido secretário de Malcher que Francisco Vinagre depusera e fora um dos mais perseguidos pelos agentes deste.

Antônio Vinagre, Eduardo Angelim e seus irmãos não foram encontrados: receosos e previdentes, andavam distantes da capital observando de longe os atos do presidente e predispondo com cautela os meios de reação contra qualquer medida que lhes fosse desfavorável. Em breve souberam das prisões efetuadas na cidade. Puseram-se logo em campo com o desígnio assentado de virem reclamar a soltura de seus partidários. E estabelecidas entre eles correspondências regulares, comunicavam constantemente e acordaram em todas as suas deliberações. Faziam reuniões, percorriam os sítios e concitavam o povo à revolta por intermédio de emissários que eles mandavam pelos distritos mais vizinhos.

Antônio Vinagre achava-se no rio Itapicuru, e daí fazia partir os seus agentes para o Acará, Capim, Guamá e todos os afluentes destes rios, passando-se mais tarde para a fazenda de Itaboca no Moju, onde estabeleceu desde agosto o seu quartel-general. Eduardo Angelim achava-se em Conde, pequena povoação à margem meridional da baía de

Marajó, e de lá proclamava e sublevava a gente de Beja, Barcarena, Muaná e das povoações circunvizinhas⁸. Outros se ocupavam da mesma tarefa em Tatuaiá, Caraparú, Guajará, Ourém, Benfica, Colares e em pontos mais próximos à capital.

E escusado dizer que os rebeldes ajeitavam os fatos aos seus fins, invertendo tudo conforme a necessidade de tornar simpática a sua causa: presumiam-se traídos e vítimas de perseguições; apregoavam que muitos paraenses conspícuos eram arrastados pelas ruas; clamavam que não havia garantias individuais, o que as leis eram violadas, a constituição calcada aos pés, as famílias desrespeitadas, a província dominada por batalhões de portugueses e de outros estrangeiros! E para fazer maior efeito, imaginavam cabeças postas a prêmio, e até pintavam o presidente como déspota, português perverso e malvado, disposto a exterminar a parte mais sã dos filhos do Amazonas!

⁸ Proclamação de Eduardo Angelim: Paraenses! O Marechal Manuel Jorge Rodrigues, Presidente e Comandante das Armas nomeado para esta desditosa província, pelo Governo Central, tendo tomado posse da presidência sem efusão de sangue, antes de seu desembarque para terra, em uma proclamação que publicou aos Paraenses, em nome do jovem Imperador e do Governo Regencial, que e só a lei é que dirigia seus passos; que ele vinha curar as chagas abertas na província, e não abri-las de novo: que ele trazia bálsamo e não cáustico; que seria para ele uma glória tomar posse da presidência sem derramamento de sangue. Desembarcou o monstro fementido, tomou posse da presidência, entre salvas de alegria, é quase que de geral contentamento. Mas quem pensaria, amados patrícios, que este malvado e perverso português havia de faltar à sua palavra e abusar da boa-fé dos revoltosos, que sem a mais pequena garantia e só confiados na palavra de honra do despota e traidor lhe entregaram a capital de que se achavam de Posse, seus tesouros, e todo o material de guerra, para terem em compensação a perseguição, o extermínio e a mais negra vingança!

Esse déspota, caros patrícios, em menos de três dias, tem mandado prender para mais de trezentos paraenses, arrastados pelas ruas da cidade, espaldeirados, fuzilados e carregados de pesadas cadeias, nos porões dos navios de guerra! No número de presos conta-se o corajoso e ilustre Sr. Francisco Pedro Vinagre que lhe entregou a presidência, e outros muitos cidadãos conspícuos comprometidos na revolução. Não tenho palavras para vos patentear o pranto e consternação que reina na capital. As famílias dos verdadeiros patriotas estão cobertas de luto e desrespeitadas pelos perversos que se intitulam legais. Batalhões de portugueses e de outras nacionalidades com as armas em punho são hoje os senhores do Grão-Pará! Oh! dor! Oh infâmia! Oh desespero! Em paga dos valiosos serviços, que com honra e lealdade prestei a esse presidente (com sacrifício de minha própria vida), para que ele fosse empossado na presidência, sem que custasse uma gota de sangue, sem que se queimasse uma escorva, pede-se agora a minha cabeça e de outros valentes e briosos brasileiros, comprometidos na revolução! Os desprezíveis traidores e baixos intrigantes têm até espalhado boatos de que eu tenho abandonado a causa santa do povo, que é a da humanidade; que me tenho recolhido ao silêncio; e que finalmente tenho de me retirar para algum país estrangeiro!... Eu, amados patrícios meus, sol dado da liberdade, abandonar-vos e retirar-me para fora do Pará, quando a Pátria geme ao peso da mais vil escravidão! É até onde pode chegar a baixez e miserável calúnia de meus inimigos! Pois bem: muitos dias não se hão de passar que ainda uma vez mais hei de provar a esses delatores a firmeza de meu caráter e o muito que prezo a dignidade de homem.

Paraenses! A parte sã dos filhos do rico Amazonas está votada à perseguição e ao extermínio como acima disse. Todas as leis do Estado violadas; a Constituição do Império calcada aos pés por esse Marechal que se intitula Presidente legal; ingratos estrangeiros provocando os nossos brios, fazendo a polícia da cidade, e governando a nossa terra! Que desgraça! Que imoralidade! Que degradação e vergonha! Se o quanto venho expor é verdade, se os fatos são consumados, convido os bons paraenses, aos dignos filhos do brioso Pará, que corram sem perda de tempo às armas, que abandonem os seus campos, as suas famílias, o seu lar; unam-se a mim e a outros chefes importantes e bem conhecidos pela sua honradez e probidade; corramos, meus patrícios, voemos se tanto for possível, ao coração da capital para libertar a nossa pátria do jugo aviltante que a oprime e para castigar aos covardes, que acabam de provocar os nossos brios, lançando-nos um cartel de desafio! Que arrojo! O parense que não acudir ao reclamo da Pátria será apontado como um traidor e vil covarde! Salvemos, prezados patrícios, os brios da província, o nome paraense, e provemos a esses perversos que escravos não são capazes de se bater com homens livres. Guerra de morte ao Marechal Manuel Jorge Rodrigues, Presidente e Comandante das Armas da Província! Abaixo os traidores! Vivam os patriotas paraenses! Viva o Pará! Acampamento na Vila de Conde, 29 de julho de 1835. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

Nada disto ignorava o marechal: não faltava quem lhe viesse continuamente denunciar o que se passava por essas localidades. E não tendo mais dúvida sobre os preparativos dos rebeldes, resolveu prevenir a sua defesa e predispor os meios possíveis de repelir a agressão que lhe anunciavam. Mas quais os recursos com que poderia contar? Onde o armamento e a gente de que naturalmente careceria? As armas que a custo ia arrancando dos rebeldes eram poucas além de estragada e não se prestavam ao serviço; as que trouxera tinha-as já distribuído, e conseguira obter umas trezentas e setenta e cinco que existiam armazenadas na alfândega e cuja compra o vice-presidente Ângelo Custódio havia ajustado com uma casa comercial inglesa, mas estas mesmas sem baionetas⁹.

A única força de que poderia dispor era a marinhagem dos more de guerra, que nem tinham completas as suas guarnições; - eram praças do batalhão de caçadores do Maranhão, das quais umas já tinham desertado e outras estavam doentes de varíola; - eram os voluntários que sem prática militar não saberiam manobrar nem executar operações regulares em caso de ataque, formando todos, estes e aqueles, um de quatrocentos homens quando muito.

Sabia que em maio o comandante das armas de Pernambuco, tenente coronel José Joaquim Coelho, se oferecera ao governo para marchar contra os rebeldes do Pará com uma expedição composta de duzentos homens de Fernando de Noronha, do 7º batalhão de caçadores e de uma companhia do 4º corpo de artilharia com duas bocas de fogo, por já a poder dispensar essa força do serviço da sedição de Panelas e Jacuípe.¹⁰

⁹ Ofício do Marechal ao Ministro da Guerra, de 11 de julho de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. Tenho a honra de participar a V. Ex^a que havendo o Dr. Ângelo Custódio Correia, Vice-Presidente da Província, em 12 de maio precedente, ajustado com Ingliz M. Calmont & C^o, negociantes britânicos, a com de 375 armas sem baionetas pelo preço de 93000 réis em prata cada uma, as quais existiam na Alfândega, Vinagre as queria comprar pelo referido preço. O Dr. Ângelo fez este trato não só porque precisava de armamento para a força da legalidade como porque queria tirá-las ao inimigo. Em consequência disto foi-me forçoso efetuar a compra tanto por precisar de armas como para sustentar o crédito nacional. Digne-se V. Ex^a de levar ao conhecimento da Regência este meu procedimento, esperando eu que seja de sua aprovação. Palácio do Governo do Pará, 11 de julho de 1835. Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

¹⁰ Ofício do Vice-Presidente de Pernambuco ao Ministro do Império, de 7 de maio de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. - Levo ao conhecimento de V. Ex^a, para ser presente à Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro Segundo, o incluso original ofício que me dirigiu o Comandante das Armas desta Província o Tenente-Coronel José Joaquim Coelho, oferecendo-se para marchar para a Província do Pará a plantar ali a ordem e a obediência às Leis e ao Governo Supremo, postergadas por nefários assassinos capitaneados pelo monstro Francisco Pedro Vinagre: e igualmente apresento a cópia da resposta que julguei a propósito dar ao Comandante das Armas, que por mais este rasgo de patriotismo se torna cada vez mais credor da estima e confiança do Governo.

Ofício do comandante das armas de Pernambuco, a que o vice-presidente de 24 de abril de 1835: a que o vice-presidente alude, 24 de abril de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. - Os tristes e melancólicos acontecimentos que têm tido lugar na desditosa Província do Pará, nos lutosos dias 7 de janeiro, e 19 a 21 de fevereiro do corrente ano, oferecem aos brasileiros o quadro mais lastimável que imaginar-se pode. Uma administração intrusa e sanguinária, firmada obre cadáveres de verdadeiros Patriotas, a quem mão assassina roubou a preciosa existência, impera desgraçadamente naquela parte do Império, onde o Corpo do Comércio, a causa agricultora, e as de melhor nota, gemendo sob o peso do maior dos males, a anarquia, espavoridos abandonam o seu País natal, suas caras famílias e afazeres em procura de um asilo mais ameno, e onde sem risco de suas vidas possam contemplar a sorte menos próspera de seus Concidadãos. Não é possível, Ex.mo Sr., que em presença de tantas calamidades e dos horrores que nos devem inspirar os efeitos da guerra civil, exercida no Pará pelos principais agentes de sua atual e criminosa administração, os ânimos se

não revoltem contra os monstros autores de nefandos atentados, e não empreendam tomar uma justa vingança. Não é possível, que os bons brasileiros encarem a sangue frio os atos desregrados que ali se tem verificado; não é possível, finalmente, que nenhum Cidadão amigo da ordem, da prosperidade de seu País, e, sobretudo da humanidade oprimida, se negue (apesar dos maiores sacrifícios) a prestar seus serviços aos habitantes daquela Província digna de melhor sorte. Por tão ponderosas quanto justificadas razões, eu faltaria ao mais sagrado de meus deveres, se como militar me conservasse indiferente a tamanhos males, e não concorresse por todos os meios a meu alcance, a libertar os honrados Paraenses do jugo que lhe há imposto uma porção de anarquistas, que só em contentes com a desfortuna de seus adversários ou dos homens amigos da Lei. Se estes são os meus sentimentos, não hesito um momento em patentear-los a V. Ex^a., a quem proponho a marcha de uma expedição desta Província, que auxilie e coadjuve a força da legalidade, que ali ou na Província do Maranhão deve necessariamente a esta hora existir. Parece-me poder ser dispensável do serviço de guerra de Panelas e Jacuípe duzentos homens da gente de Fernando, que em quatro Companhias formando um Corpo debaixo da direção do Major Manuel Muniz Tavares e a ele reunido o 7º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, uma Companhia do 4º Corpo de Artilharia com duas bocas de fogo, comporá uma força auxiliadora de alguma importância e de reconhecida utilidade àquela Província. Preparada assim a expedição, resta dar-lhe um Oficial que a dirija. Eu tomo a liberdade de oferecer-me a V. Ex^a para semelhante fim, e não pouparei fadigas nem esforços para, unido aos demais contingentes das Provinciais, proteger as aflitas famílias, a honra, os bens e vidas dos Paraenses, e entregar os revoltosos ao rigor da Lei para serem punidos. A Província do Maranhão deve ser o ponto de reunião de todas as tropas, não só por ser a Província mais contigua, como porque será preciso primeiro que as tropas se movam contra os rebeldes, exigir exatas informações do estado e forças dos mesmos.

Contando desde já que V. Ex^a: se dignará aceitar este meu oferecimento, lembro que para me substituir tem V. Ex^a. o honrado e destemido Patriota o Coronel Fias cisco Jacinto Pereira, que atualmente exerce as funções de Comandante Superior das Guardas Nacionais do Município. Este militar brioso, que já outras vezes tem satisfatoriamente desempenhado o lugar de Comandante das Armas, fará mais este serviço à Pátria e dará com ele lugar a que eu semelhantemente vá prestar em outra Província os que forem compatíveis com as minhas faculdades. Restabelecida que seja a tranquilidade do Pará, e que as Autoridades legais entrem no livre exercício de suas funções, regressarei com a expedição, logo que neste sentido receba ordem.

Presumo que o Governo de Sua Majestade jamais reprovará à medida que venho de propor, medida emanada da imperiosa lei da necessidade, per ocasião de ser útil à minha Pátria adotiva, consagrando-lhe meus tênues serviços. Escuso protestar a V. Ex^a. que serei incansável para conseguir o feliz resultado de uma comissão que reputo unicamente superior as minhas forças, mas não aos bons desejos, que me acompanham nesta empresa, porque só os meus feitos poderão justificar as minhas asserções. Espero que V. Ex^a., que tanto se há interessado pela prosperidade da Pátria e pela manutenção da ordem, acolha benigno este se meu oferecimento, distribuindo-me suas sábias determinações a tal respeito a V. Ex^a.. - Quartel do Comando das Armas de Pernambuco, 24 de abril de 1 -- II.mo e Ex.mo Sr. Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, Vice-Presidente da Província. - José Joaquim Coelho, Comandante das Armas.

Ofício do vice-presidente em resposta a este, de 27 de abril de 1835:

Ilmo Ex.mo Sr. - O patriótico oferecimento que V. Ex^a. acaba de fazer este Governo, para à testa de uma expedição, a cuja organização oferece o necessário detalhe, marchar em socorro da malfadada Província do Pará, que depois de lutuoso dia 7 de janeiro tem sofrido tudo quanto pode causar a anarquia, passando ultimamente pela horrível catástrofe dos dias 19, 20 e 21 de fevereiro, é certamente um titulo de glória com que V. Ex^a. faz aumentar o forçoso titulo que teme ao inteiro reconhecimento da Pátria; é mais um sinal honorífico com que se die tingue o militar bravo e honrado, que tem sabido, sempre fiel ao juramento, empunhar a espada que lhe confiou a Nação, e que não-satisfeito dos louvores que tem granjeado no desempenho do posto, em que o tem colocado o Governo de Sua Majestade Imperial, sensível às desgraças de uma parte de nossos Concidadãos que gemem sob o jugo da anarquia, procura arriscadas ocasiões em que possa de novo mostrar o sincero afeto que tem ao Brasil. Este Governo sumamente penalizado com os males que flagelam aquela eclipsada Estrela do Firmamento Brasileiro, e sobremaneira deseioso de ver sopeado o monstro da anarquia que a devora, e restabelecido o Império da Lei, sente todavia não poder aceitar o sincero e patriótico oferecimento de V. Ex^a.; tanto porque a continuação da guerra de Jacuípe e Panelas e as perturbações políticas que ultimamente têm ameaçado o rompimento da ordem, tornam indispensável a conservação desta força na Província, como porque semelhante medida está fora das raías das minhas atribuições. Estes motivos, porém poderiam ainda ser desprezados, tomando sobre mim comprometer-me pela conservação da ordem, e carregando todo o peso de responsabilidade que me pudesse resultar de aceitar e executar a proposição de V. Ex^a., contanto que tentasse a salvação do desditoso Pará, se pelo tempo que daqui partiram as notícias para a Corte: não pudésemos contar decerto que o Governo de Sua Majestade, tomando na consideração que merece a sorte daquela infeliz Província, tenha já a esta hora

É confiando no patriotismo da regência, esperava este socorro ou qual. quer outro que se lhe enviasse conforme reclamara desde a Bahia.

Mas tudo isto não passava de bons desejos, e o caso não admitia delongas. O mal estava iminente e instava por prontas providências. Ele já tinha também pedido socorros ao presidente do Maranhão e ao do Ceará assim como chamado às armas os guardas nacionais das localidades do interior da província, onde julgava encontrar fidelidade ao governo, mas nenhum auxílio havia ainda recebido, nem esperava tão cedo recebê-lo, atentas as notícias que lhe davam.

Que lhe cumpria, pois fazer neste terrível aperto em que de súbito se via? Lembrou-se de recorrer aos navios de guerra estrangeiros surtos no porto, por intervenção dos cônsules de suas respectivas nacionalidades, pedindo-lhes a sua cooperação em benefício geral da segurança pública e particular, o consulado português estava então confiado ao negociante Francisco Gaudêncio da Costa. Foi o primeiro a quem se dirigiu como mais interessado na manutenção da ordem, por serem os seus compatriotas em mais crescido número e com relações comerciais mais extensas na capital e com todas as localidades da província.

“As repetidas denúncia, lhe disse ele, dos tenebrosos planos malvados têm-me tornado vigilante e cauteloso: nestes últimos dias soube com veracidade dos fins sinistros com que os desordeiros projetam aniquilar todos os elementos de associação paraense principalmente entre os brancos. Vejo-me, portanto forçado a comunicar a Vossa Senhoria que se pretende envolver nos movimentos anárquicos os pretos com o especioso pretexto de que de que, finda a luta, serão todos livres. Já em alguns pontos tem-se obrigado a uns e seduzido a outros para semelhante fim; e nesta capital onde existem os seus principais agentes, se premedita breve levar a morte e o roubo até a mais humilde choupana.

“O governo, pois se vê obrigado a declarar a Vossa Senhoria que não tem força suficiente para garantir a vida e a propriedade dos habitantes, quer nacionais quer estrangeiros; e nestas condições recorro ao representante de uma das nações aliadas ao Brasil e em nome de Sua Majestade peço haja de prestar-lhe as forças de sua nacionalidade aqui existentes a fim de que, unidas às deste governo, se possa salvar esta malfadada província dos horrores da carnificina, e nenhuma dúvida me resta de que nas circunstâncias aflitivas em que me acho pela longitude do governo central, encontrarei a proteção e apoio que em crises arriscadas reclama a salvação comum.”

O agente consular remetendo por cópia este ofício ao capitão-de-fragata Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta portuguesa Elisa pediu houvesse

todas as providências que acertadas julgar para a punição do crime, desafronta nacional e restabelecimento da ordem. Estas ponderosas razões me fazem não aceitar o oferecimento de V. Ex^a., cujo rasgo de tão acrisolado patriotismo farei chegar ao conhecimento do Governo de Sua Majestade Imperial. Deus Guarde a V. Ex. Palácio do Governo de Pernambuco, em 27 de abril de 1835. – Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo. 11.mo. e Ex.mo. José Joaquim Coelho, Comandante das Armas da Província.

de dizer quais os seus sentimentos acerca deste auxílio reclamado pelo presidente da província, e se as instruções que recebera permitiam prestá-lo mesmo no caso somente de aparecerem escravos armados.¹¹

“Atentas as circunstâncias aflitivas em que se acha o governo da província, respondeu aquele oficial, e sendo certos os atentados praticados pelos facciosos nos diferentes lugares por onde andam errantes, matando, roubando e devastando tudo, como fizeram na desventurada vila da Vigia; sabendo eu além disto que em uma casa mesmo dentro desta cidade se trata de assassinar todos os brancos inclusive as mulheres, pode Vossa Senhoria fazer saber ao Presidente da província que eu lhe darei os socorros que pede, quando se verifique a agressão, porque sei que os portugueses e as suas casas serão as primeiras vítimas. Estou satisfeito em saber que o comandante da corveta inglesa está resolvido a prestar o mesmo socorro com a sua guarnição, e estou certo que o governo de Sua Majestade Fidelíssima aprovará esta minha deliberação que não deixa de estar em harmonia com as instruções que me foram dadas”.¹²

Com esta resposta o cônsul português se julgou autorizado a assegurar o marechal a cooperação da força que existia a bordo da Elisa. O mesmo sucedeu com o cônsul inglês. Mas toda a guarnição destes dois navios não atingia a trezentas praças: portanto, tirada a gente indispensável ao serviço diário dos mesmos, apenas poderiam restar cento e cinquenta homens para o auxílio prometido, ficando assim elevada a seiscentas baionetas, pouco mais ou menos, toda a força com que o governo poderia defender a capital.

Os corpos de infantaria artilharia existentes na província reduzidos a um número muito limitado de praças, e estas mesmas sem nenhuma subordinação e recolhidas em grande parte às enfermarias como doentes, mal podiam fazer a guarnição da cadeia, arsenal de guerra e fortalezas.¹³ Os municipais permanentes esposavam a causa dos sediciosos com a rara exceção de um ou de outro, e tinham abandonado postos. Os poucos que restavam não inspiravam confiança.

Os guardas nacionais não se achavam em melhores condições; substituindo a tropa de segunda linha, não tinham, aliás, a disciplina dos corpos militares. Os seus oficiais eram de eleição, e na dependência em que viviam dos seus próprios subordinados, não podiam tratá-los com a conveniente severidade com receio de que fossem no dia seguinte rebaixados à classe inferior de soldado. Na opinião de um julgador autorizado, eles formavam

¹¹ Ofício de 27 de julho de 1835, publicado entre os referidos documentos, sob nº 5. (Leia-se a Nota Final I.).

¹² Ofício de 28 de julho de 25 de julho de 1835, publicado na citada participação entre os documentos sob nº 6. (Leia-se a Nota Final I.).

¹³ Da exposição feita pelo Marechal ao Ministro da Guerra em ofício de 26 de outubro de 1835 constam que os batalhões de tropa de linha, destacados no Pará, tinham apenas as seguintes praças: 5º corpo de artilharia, 17 soldados; 4º de caçadores, 45 soldados; 5º de caçadores, 18 soldados; ao todo 80, além de 50 doentes que estavam nas enfermarias. Era esta a mesma força, pouco aumentada talvez, que existia em agosto, excetuada a tropa do Maranhão. Não podiam ser grandes as alterações para mais ou para menos. Não encontramos outros dados para melhor cálculo.

verdadeiras ordens de franciscanos pela humildade e resignação com que se distinguiam na sua excessiva tolerância deixando também lavrar em suas fileiras o sentimento sedicioso.¹⁴

Não havia que contestar; a força do governo era diminuta e, por mais adestrada que fosse, não poderia repelir guerrilheiros acosta a fazer fogo de emboscada, escondidos dentro de casas e quintais quer luta em campo aberto ser-lhe-ia favorável, porém impossível de executar. Os rebeldes não lhe permitiriam; tendo consciência de imperícia na arte da guerra, eles souberam acautelar-se: Senhores capital por muito tempo, preveniram os meios estratégicos de frustra evoluções da tropa de linha. Assaltar de surpresa o inimigo; evitar encontrá-lo com retiradas simuladas; fazer fogo sem ser visto; não dar sem alvo, tal era o sistema que eles adotavam nos combates. Nestas circunstâncias, só atos de suprema dedicação e energia seriam capazes de salvar o governo.

O marechal quis ainda chamar à ordem a população amotinada e fez publicar diferentes proclamações e ordens¹⁵, nas quais tentou excitar o patriotismo e tirar aos rebel-

¹⁴ Andréia. Fala com que este abriu a assembleia provincial em 2 de março 1838, pág. 19.

¹⁵ Proclamação e ordens do marechal:

- Habitantes do interior e defensores da legalidade e da ordem. Estou sumamente satisfeito da vossa conduta e identificado convosco em princípios e sentimentos, vos envio meus sinceros parabéns pela nobre atitude que haveis tomado rejeitando o ignominioso jugo que a mão do crime pretendia vos impor.

Continuai, pois a serdes vigilantes, e não consintais impunes em vosso seio aqueles que ufanos alardeiam levar a morte e roubo, o susto e pranto, por entre vossos lares e famílias. A lei cercada de braços defensores existe em espada da justiça manejada por retos juízes não deixará o monstro da anarquia levantar o atrevido colo. Viva a Religião Católica Romana. Viva a Assembleia Geral Legislativa. Viva a Constituição do Império. Viva Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Vivam os amigos da legalidade. Palácio do Governo do Pará, 20 de julho de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Manuel Jorge Rodrigues, Fidalgo da Casa Imperial, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador das Ordens de S. Bento e Aviz, e da Rosa, Cavaleiro da Ordem da Torre Espada, Marechal-de-Campo dos Exércitos Nacionais e Imperiais, Presidente e Comandante das Armas desta Província etc.

Faço saber que sendo constante que do Trem de guerra se extraviou grande porção de armamentos e munições de guerra por ocasião das horrorosas catástrofes que ensanguentaram esta malfadada capital, e que ainda se conservam em poder daqueles a quem ilegalmente foram confiados, e exigindo por outra parte o restabelecimento do sossego e tranquilidade pública, o repouso das famílias e o exato cumprimento das leis, que quanto antes se restituam e recolham ao lugar do seu destino, a fim de se evitar a renovação de novas calamidades: Ordeno a todos os habitantes em cujo poder se acharem os sobreditos armamentos e munições os façam recolher até às 4 horas da tarde de hoje ao Trem de guerra aonde acharão as necessárias providências para o seu recebimento, na certeza de que farei proceder com todo o rigor das Leis contra os refratários; confio não haverá falta no cumprimento desta ordem, atenta a obediência às Leis e docilidade do povo paraense.

E para constar, e chegar ao conhecimento de todos, mandei publicar este pelas ruas e praças públicas desta cidade. Palácio do Governo do Pará, 28 de julho de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Habitantes do Pará. A voz da razão e da humanidade reclama vossos serviços na presente crise; vossas vidas, honra e fazenda estão em perigo; reuni-vos em torno do Governo para evitardes horrores da anarquia, e tudo será salvo: Às armas. Viva a Religião Católica Romana. Viva Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Viva a Assembleia Geral Legislativa. Viva a Constituição do Império. Viva a Regência. Palácio do Governo do Pará, 28 de julho de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Cidadãos Guardas Voluntários Nacionais!

A vossa conduta é superior a todo o elogio, porém a pátria aflita, e coberta de pesado luto reclama de vós ainda maiores sacrifícios; estai alerta, e ao primeiro grito correi a defender vossas vidas, honra e fazenda. Viva a Religião Católica Romana. Viva a Assembleia Geral Legislativa. Viva a Constituição do Império. Viva Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Vivam os Voluntários Nacionais, temor dos anarquistas. Palácio do Governo do Pará, 30 de julho de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Paraenses! Apenas a legalidade acaba de ser com vivo entusiasmo proclamada, havendo com o seu triunfo ba-

des os meios indiretos de ação, mandando sob a cominação das mais severas penas usadas

queado o efêmero poder dos malvados que representaram nas ensanguentadas cenas do rio Acará, e nas de 7 de janeiro, de 19, 20 e 21 de fevereiro, e 12 de maio deste ano, apenas solícito o Governo havia conseguido colocar sobre seus eixos a máquina da administração, entregando-se ao árduo empenho de curar as mortais feridas da pátria; motivo de grande transcendência chama toda a sua atenção, exige que se oponha uma forte barreira aos males que iminentes estão.

Aqueles mesmos malvados considerando como aprovação de seus atos criminosos o temor da parte do Governo, a procrastinação do castigo de seus enormes delitos, então (mas em vão) renovar aquelas bárbaras catástrofes nesta capital tendo-as já reproduzido na Vila da Vigia e Marajó, onde barbaramente sacrificadas foram ao seu inaudito furor centenas de vítimas. Paraenses! O meu coração se parte por efeito da mais viva e intensa dor à vista dos quadros dolorosos e aflitos. É mister que se levante um dique à torrente de tantos males: empunhai as armas e esforçai todo o vosso denodo para fazer desaparecer de uma vez do vosso solo natalício essa raça de feras carnívoras indômitas que não respeitam a Lei, nem Religião, nem a humanidade.

E vós, homens iludidos que trilhai a senda do crime debaixo dos estandartes da morte, do massacre e das ruínas, refleti um pouco, lembrai-vos dos vossos deveres; abandonai esses monstros, vossos chefes, compêndios de todas as maldades e vícios; ide depositar as armas da Nação nas mãos das autoridades policiais recolhei-vos aos vossos lares, ao seio de vossas famílias, que reclamam os vossos socorros, e não temais perseguições; toque o vosso coração um verdadeiro arrependimento dos vossos passados desvarios, que causado têm males incalculáveis à nossa cara pátria e à liberdade, procurai eliminar os vossos nomes da lista dos réprobos pela prática das virtudes sociais. Viva a Religião Católica Romana. Viva a Assembleia Geral Legislativa. Viva a Constituição do Império. Viva Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Vivam os amigos da legalidade. Palácio do Governo do Pará, 19 de agosto de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Iludidos habitantes do município! O amor que consagro a esta Província, a compaixão e a humanidade me impelem a chamar-vos, antes de empregar a força pública à órbita dos nossos deveres que, bem como os vossos interesses, estão em diametral oposição a esse desorganizador e pestífero sistema de dissolução e morte, de sangue e ruínas, adotado e propalado por homens insanos que, surdos às vozes da Religião, da Lei e da sã Razão, por ser o sórdido e vil interesse, a crua e feroz vingança, o termômetro das suas ações. Fugi desses bárbaros e celerados monstros, inimigos vossos, algozes da Pátria, e traidores da Nação, que vos arrastarão ao precipício: largue das armas, sob pena de sofrerdes, a não fazê-lo, o fatal e terrível golpe da Justiça: dai ao Pará, ao Brasil e ao mundo inteiro uma prova convincente de que a vossa alma ainda sensível aos estímulos da honra e da virtude, é capaz de escolher, e seguir o bem, e abominar o crime.

O vosso Presidente com ardor empenhado em consolidar a união fraternal entre os Paraenses, e restabelecer a tranquilidade, vacilante em quase toda a Província, espera de vós este passo, como salvador de vossa reputação e responsabilidade, digno sem dúvida do nome Brasileiro. Viva a Religião Católica Romana. Viva a Assembleia Geral Legislativa. Viva a Constituição do Império. Viva Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II. Palácio do Governo do Pará, 5 de agosto de 1835.

- Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

- Manuel Jorge Rodrigues, Fidalgo da Casa Imperial. Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador das Ordens de S. Bento e Aviz e da Rosa, Cavaleiro da Ordem da Torre Espada, Marechal-de-Campo dos Exércitos Nacionais e Imperiais, Presidente e Comandante das Armas desta Província etc.

Não restando dúvida ao Governo desta Província de que os sediciosos se dispõem a agredir os pacíficos habitantes desta cidade, e a levar a efeito seus danados planos, não respeitando nem Leis, nem as inspirações mais naturais da humanidade, comuns a todo o homem social, e sendo de esperar que para maior apuro eles se estabeleçam nos subúrbios e sítios mais próximos da cidade, donde possam extrair víveres e fornecimentos de boca para sustentarem correrias e suas explorações, como consta terem já feito em alguns sítios; o Presidente da Província, não podendo deixar de lançar mão de todos os recursos que entende concorrerem para a salvação do povo, suprema lei a seguir em tais crises, e daqueles que as leis da guerra, em cujo estado nos achamos, autorizam e exigem: ordena a todos os cidadãos, proprietários de fazendas, engenhos e sítios mais próximos da cidade façam recolher à mesma todo o gado, farinha e qualquer mantimento que possa servir ao inimigo, e que da cidade remetam para os seus sítios e engenhos, aquele mantimento que possa exclusivamente ser necessário aos seus escravos e gente de trabalho para dois dias, providenciando deste modo sua subsistência durante esta crise. O Presidente confia no patriotismo dos cidadãos a exata observância desta medida debaixo da sua restrita responsabilidade, segundo os motivos que expõem, e que as leis da guerra mandam observar com as cominações e penas estabelecidas, por se julgar conivente com o inimigo quem lhe subministra os meios de subsistência. E para que chegue a notícia de todos, mando publicar pelas ruas e praças públicas e fixar nos lugares do costume o presente bando. Palácio do Governo do Pará, 6 de agosto de 1835. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

em tempos de guerra, recolher tanto as munições e armamentos extraviados do depósito militar, como o gado, a farinha e todos os gêneros alimentícios que, armazenados fora da capital, pudessem servir ao inimigo.

E duvidando de que fossem respeitadas as suas ordens, mandou proceder a certas averiguações, e chegou ao conhecimento de que em diversas casas comerciais da capital havia grande quantidade de lazarinas e terçados que podiam servir de instrumentos aos rebeldes! E quando tais casas fossem saqueadas por estes, ainda se levantariam queixas contra o governo reclamando-se por prejuízos, perdas e danos!

E não era isto o pior. O que causava mais apreensão era ver a atitude dos rebeldes que continuavam ostensivamente hostis; recalcitrantes às intimações, não queriam entregar as armas nem as munições que tinham desde o princípio do ano. Muitos nos últimos dias do domínio de Francisco Vinagre se haviam retirado para o interior da província até com peças de campanha e diferentes materiais de guerra! O marechal, vendo baldado todo o seu empenho, recorreu ao sentimento mercenário de corrupção; pensou que talvez pudesse obter melhor resultado do interesse que porventura existisse entre os rebeldes, e neste pressuposto tentou comprar-lhes o armamento por intermédio de pessoas que lhes fossem insuspeitas; mas nem assim conseguiu o seu intento.

Os facciosos escondiam as armas e munições; e se as vendiam eram somente as inutilizadas que não se prestavam mais a serviço algum. Nos seus menores atos mostravam-se prevenidos contra qualquer acidente que lhes parecia iminente. Os mesmos que protestavam obediência ao serem despedidos da capital reuniam-se nos subúrbios em grupos numerosos, e lá permaneciam sem nenhuma disposição de dispersar-se, apesar das promessas que faziam. Tudo indicava haver da parte deles plano formado de agressão, e o governo sentia-se amedrontado diante dos perigos que previa, sem ter recursos nem meios suficientes de defesa.

III

Várias considerações. – Intenções hostis dos rebeldes. – Ameaça de Antônio Vinagre ao marechal. – Conselho no palácio do governo. – Plano de defesa na capital. – Preparativos contra a invasão dos rebeldes. – Auxílios prometidos pelos cônsules português e inglês. – Ofício do marechal ao ministro da guerra sobre a situação arriscada da província. – Pedidos do capitão Narciso do Amaral e do prior do convento do Carmo. – Conflito na fazenda denominada Pernambuco. – Morte e ferimentos. – Socorro da escuna Mundurucu. – Junção dos rebeldes na fazenda Itaboca. – Antônio Vinagre e Eduardo Angelim aclamados comandantes-em-chefe dos mesmos. – Plano de ataque à capital. – Embarque daqueles para Murutucu. – Proclamação de Antônio Vinagre e outros. – Marcha dos rebeldes para o arraial de Nazaré. – Descrição deste arrabalde naquele tempo, Denúncia ao marechal da aproximação do inimigo. – Piquete mandado para observá-lo. – Alvorço na cidade.

Em qualquer regime político, sejam quais forem as condições da sociedade, ou na agitação dos espíritos ou no remanso da paz deixam de produzir má impressão os atos da administração pública que, sem atender à oportunidade da ocasião, não correspondem à legítima conveniência de remediar essa ou aquela necessidade coletiva as circunstâncias da gente, do tempo e do lugar. Carecendo de opinião, esses atos são comentados pelo sentimento partidário sempre aproveitam aos anarquistas. E foi seguramente por este que a nomeação das novas autoridades do Pará desagradou e ser estímulo à rebeldia.

Os facciosos deram logo como estrangeiros os funcionários chegados, e declararam que nenhum deles podia inspirar-se no verdadeiro sentimento nacional: com calculada maldade asseveraram sendo todos de nascimento lusitano, vinham fazer tentativas para recolonizar a província, de mãos dadas com os maçons e portugueses. Já o dissemos; havia muito que eram estes e aqueles apontados como inimigos da religião e da pátria, e assim os corrilhos exploravam a ignorância e o fanatismo do povo no interesse comum de suas ambições pessoais. E por fatalidade semelhante embuste encontrou eco no espírito rude da gentalha, levantando-a em massa contra o governo e os seus agentes, criando desconfianças e odiosidades no seio da família paraense.

Nada disto, porém era de estranhar. Atento o estado vertiginoso do país, não admirava que fossem feitas tais nomeações, nem tampouco que os rebeldes procurassem sombreá-las à feição de seus desígnios. Não havia quem de bom grado quisesse aceitar a árdua comissão de administrar a província anarquizada; nem as massas po-

pulares, agitadas como se achavam, respeitariam os atos do governo, submetendo-se facilmente à lei e ao princípio da autoridade. O que devia admirar e merecer sérios reparos era a imprudência de ter o marechal saído do Rio de Janeiro com oito soldados de linha, seguir para o Pará sem a tropa que tinha de receber noutras províncias, e desembarcar na cidade rebelada de Belém apenas com cento e vinte praças que lhe dera o presidente do Maranhão!

Que confiança lhe podiam inspirar esses homens que, avezados à anarquia, já tinham assassinado a Lôbo de Sousa, a Santiago, a English e a tantos outros depositários do poder público, sem isentar o próprio Malcher que eles mesmos dias antes haviam aclamado presidente da província! Como ter a temeridade de entrar em uma cidade sublevada e pretender restabelecer a ordem entre as turbas revoltadas, sem os meios necessários de resistência que, infundindo respeito, pudessem obrigar à obediência?

Nos delírios dos motins são inúteis os conselhos e nunca vingam, ditames da razão: somente da força material pode nascer respeito as, e às autoridades. O marechal não devia, portanto confiar no bom êxito de sua comissão, privado como estava do auxílio eficaz da tropa. Envolvendo-se entre os amotinados, dera-lhes a conhecer a fraqueza de seus recursos, e devia presumir que eles reagiriam contra o mais insignificante ato que os contrariasse.

E nem os chefes rebeldes faziam mistério das intenções que tinham: alguns sem reserva declaravam que somente tolerariam o governo do marechal enquanto não lhes fosse infenso e prejudicial.¹ Era, pois certo o perigo que ameaçava a ordem pública, quer pela coação de que seria vítima o presidente, quer pelo malogro de qualquer luta que o mesmo tentasse: ou ele ficaria impassível e serviria de juguete aos desvarios dos desordeiros que se julgavam poderosos e capazes de impor a sua vontade; ou trataria de reagir e seria vítima da imprevidência com que se precipitara sem força no meio dos grupos amotinados, dispostos à resistência.

Com intenções hostis os facciosos nunca quiseram dispersar-se, nem entregar as armas e munições. Retirados da capital, conduziam umas e outras e iam reunir-se nos subúrbios. E se aí recebiam qualquer intimação para se recolherem aos seus domicílios, fingiam que obedeciam, porém mudavam apenas de lugar escolhendo sempre melhores posições. O marechal foi mais de uma vez prevenido das reuniões que eles faziam para este fim.

Houve quem, evadindo-se dentre os facciosos, viesse denunciar que o padre Casimiro, Angelim e outros proclamavam e aliciavam gente contra o governo; – que aprisionavam canoas e forçavam a acompanhá-los todos os homens encontrados em suas casas de moradia ou que navegavam pelos rios. Dizia-se mesmo que na freguesia de Conde já se achavam trezentos rebeldes preparados para atacar a capital no dia 15 de agosto, logo

¹ Leia-se a Nota Final I. Estão aí vários depoimentos de testemunhas que confirmam esta nossa asserção.

que se reunissem com os de Moju, Acará e outros pontos.² Parecia que para o rompimento efetivo de hostilidades só esperavam a senha de seus chefes. E assim aconteceu.

Em 2 de agosto, cinco dias depois da prisão dos revoltosos, Antônio Vinagre escrevia do Acará ao marechal em tom imperativo, dizendo-lhe com arrogância: – que mandasse quanto antes soltar o seu irmão e todos os cidadãos que estavam recolhidos aos porões dos navios de a que, se não o fizesse logo e logo, ele seria o único responsável pelas desgraças da província, pois que estava disposto entrar na cidade a força que já tinha reunido em número considerável de quatro mil homens; e sem deixar pedra sobre pedra, iria até às masmorras onde se achavam esses infelizes, e com as próprias mãos os soltaria.³

² Ofício do padre Prudêncio ao marechal, de 7 de agosto de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. Neste momento me veio pessoalmente representar o cidadão Manuel Pedro da Silva, inspetor do 4º distrito deste Termo, que viajando para a Capital foi impedido por uma reunião de facciosos na freguesia de Conde como já o tinham sido muitas canoas que ali se achavam; e que durante o tempo que lá existiu, presenciou que os cabeças dos facciosos eram o Padre Casimiro, os cearás Eduardo e Geraldo, e dois sujeitos apelidados um Paraense e outro Amazonas. Assistindo ele à chamada dos reunidos, reconheceu que eram em número de trezentos homens armados, mulatos, carafuzes, e tapuios. A intenção dos cabeças, como eles diziam, era no dia 15 do corrente baterem-se com essa cidade, para cujo efeito o Padre Casimiro proclamava, desacreditava o governo e aliciava os incautos, cor respondendo-se com Antônio Vinagre neste sentido. Diziam mais que haviam de bater Cameté, conforme concordassem quando estivessem juntos com Antônio Vinagre; já tinham de mão para este fim a João Remigio de Sousa, o Periquito, com quem se correspondiam a tal respeito.

Tendo os facciosos notícia de que os de Moju já tinham batido o destacamento de Igarapé-mirim, puseram-se em marcha por terra para o dito rio Moju para dali marcharem para o Acará e porem então em prática os seus planos. Foi nessa ocasião que o referido cidadão pôde evadir-se deles e fugir para esta vila. O que exponho a V. Ex. é fato incontestável, e não despreze V. Ex.^a. este meu aviso que com urgência levo à sua presença...

(O final deste ofício contém uma apreciação severa do procedimento anárquico do tal Periquito desde a revolta de Barbosa - uma notícia breve nem só da sua prisão na estrada, armado de uma faca de ponta, como das doutrinas incendiárias que pregava na cadeia, e das providências pedidas ao marechal para que fosse retirado quanto antes de Cameté, onde se tornava muito pernicioso à tranquilidade pública.)

³ Carta de Antônio Vinagre ao marechal, de 2 de agosto de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. – Tenho a honra de levar à respeitável presença de V. Ex.^a. que à minha notícia chega de achar-se preso o meu irmão, O Major José Bernadino, Meninéia e outros patricios, mais que até parece impossível pela honra da palavra de V. Ex.^a. que seguiu toda a fidelidade que não vinha satisfazer paixões, tais procedimentos. Tenho ignorado a franqueza com que V. Ex.^a. tem-se posto a campo nada mais tenho a expor senão que logo o receber deste no mesmo momento haja logo e logo mandar soltar o meu irmão e todos os mais patricios, e quando V. Ex.^a. assim o não faça terei o arrojo com as minhas forças soltá-los obrigando-se V. Ex.^a responsável pelos prejuízos, percas e danos da Província, torno a dizer que acho-me com um exército de quatro mil homens quando V. Ex.^a. assim o não atenda, e mandar-me a resposta das solturas pelo mesmo embaixador logo, que se eu chegar a entrar não ficará pedra sobre pedra. – Deus Guarde a V. Ex.^a.. Acará, 2 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Presidente Manuel Jorge Rodrigues. – Antônio Pedro Vinagre, Tenente-Coronel Comandante. (É textual a redação.)

Reconhecimentos: Certifico e porto por fé de meu emprego e sob o juramento que prestei de o bem servir, que a assinatura retro de Antônio Pedro Vinagre é em tudo semelhante a duas que se acham escritas por baixo das Atas de 7 de janeiro e 27 de março do corrente ano, lançadas em um Livro existente na Secretaria do Governo com o título: Livro quarto das Atas do Ex.mo Conselho do Governo, que teve principio na Sessão Ordinária de 24 de maio de 1834; e assim mais a uma outra que se acha exarada em outra Ata avulsa datada de 31 de março também do corrente ano, escrita pelo Coronel Geraldo José de Abreu, cujo Livro e Ata avulsa me foram apresentados em Palácio pelo Secretário do Governo Raimundo Veríssimo Nina, a cujas mãos me reporto e volvi o referido Livro e Ata, do que tudo dou fé. - Pará, 5 de agosto de 1835. - Em testemunho de verdade. Antônio Ricardo de Carvalho Pena.

Reporto-me sob o juramento que prestei de bem desempenhar os deveres do emprego, ao certificado retro e supra do Tabelião companheiro Antônio Ricardo de Carvalho Pena, em resultado do escrupuloso exame a que procedi nas assinaturas de Antônio Pedro Vinagre, escritas no Livro e Atas mencionados no mesmo certificado, do que tudo dou fé. - Pará, 5 de agosto de 1835. – Em testemunho de verdade. O Tabelião Paulo Maria Perdi-

A ameaça não podia ser maior, e nem mais poderia restar dúvida sobre as intenções dos facciosos; o seu principal chefe as declarava sem reboço. Era 7 de agosto. O marechal tratou de formar um conselho e sem perda de tempo reuniu no palácio do governo os comandantes das forças marítimas, dos navios de guerra nacionais e estrangeiros, dos corpos de primeira linha e dos voluntários, e todos os agentes consulares. E lendo-lhes a carta provocadora que acabamos de extrair, assim como o mapa da força de que o governo podia dispor, pediu a todos que emitissem a sua opinião sobre o melhor plano de defesa, visto que a agressão seria em geral contra todos os brancos, e tanto os nacionais como estrangeiros haviam de sofrê-la correndo os mesmos riscos, e por isso ele desejava ouvir a todos sem excetuar um só dos interessados.

Sujeita a matéria à discussão, deu cada um o seu parecer, sendo resolvido, de comum acordo, que o comandante da corveta portuguesa e o da inglesa prestariam ao governo toda a guarnição que pudessem dispensar de seus navios, e ao mesmo tempo protegeriam o embarque dos seus compatriotas e dos súditos de outras nacionalidades, que quisessem transportar-se para bordo com as suas famílias e haveres, não devendo nenhum alistar-se em corpo militar, nem ser obrigado ao ser viço das armas.

Ficou também assentado que se poria em estado de defesa o Arsenal de guerra, do qual era diretor o capitão de artilharia Joaquim Rodrigues de Andrade, aumentando-se com mais trinta praças a guarnição que ali havia. Era o depósito do armamento nacional e das munições, e convinha fortificá-lo de maneira que pudesse resistir a qualquer ataque que os sediciosos tentassem. Para defesa externa deste ponto, passaria para o antigo quartel das Mercês, onde atualmente é a Alfândega, o corpo de artilharia que se achava aquartelado no pavimento térreo do palácio do governo, ficando neste somente alguns artilheiros que pudessem manobrar as peças de campanha, e parte dos voluntários de Pedro Segundo.

Ficou ainda assentado que se fortificariam o Seminário e o Hospital militar para impedir que do alto destes edifícios se fizesse fogo para dentro do terrapleno do Castelo, e mesmo para proteger qualquer embarque que fosse necessário fazer. No quintal do palácio do governo se levantaria pela parte interna do muro uma plataforma de madeira com altura suficiente para que se pudesse, a coberto do inimigo, fazer fogo para a praça e ruas contíguas.

Dobriariam de noite as rondas e percorreriam as estradas e subúrbios da cidade. O Arsenal de marinha, o Forte de Santo Antônio e outros pontos seriam guarnecidos de tropa, conforme reclamasse a estratégia militar e permitissem os recursos do governo. Mandar-se-ia enfim fundear alguns navios de guerra na foz do Acará e em frente à fazenda da Pedreira e noutras localidades por onde tinham de passar os revoltosos, quando viessem contra a capital.

gão. - Está conforme. - Miguel Antônio Nobre, Secretário interino do Governo.

(O original destes documentos está na Biblioteca Nacional da Capital onde o examinamos e conferimos. Foi remetido ao governo imperial pelo marechal.).

Tal foi o plano de defesa combinado no conselho. É de justiça reconhecer que os agentes auxiliares do presidente se mostraram empenhados nos preparativos de que dependia a segurança pública contra a invasão premeditada de Antônio Vinagre e seus partidários. O marechal mandou logo pagar os soldos atrasados das praças de marinha para evitar descontentamentos, e ordenou a transferência para bordo dos navios de guerra de todos os presos recolhidos à cadeia pública com o duplo fim de tê-los em maior segurança e de dispensar a guarda em proveito do serviço da guarnição. Expondo a posição arriscada em que se achava ele ao ministro da guerra:

“Confirmando o que em meus ofícios anteriores tive a honra de escrever a Vossa Excelência para subir ao alto conhecimento da Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, cumpre-se o doloroso dever de continuar a magoar o paternal coração da mesma, noticiando-lhe que efetivamente me acho com as armas na mão à espera da agressão com que o partido de Vinagre ameaça a esta cidade, propalando planos horríveis e guerra à gente branca.

“A cópia sob número I mostrará a Vossa Excelência que Antônio Pedro Vinagre me diz diretamente o seu audacioso projeto, e é apoiado nas correrias e extorsões que está praticando nos sítios e subúrbios pela gente que reúne em diferentes pontos, fazendo constar que acometerá com quatro mil homens. Diz-se que ele já não tem agredido por andar procurando munições e por falta de certas combinações. De todas as partes recebo comunicações oficiais das reuniões e da ativa inteligência que há entre os facciosos. E lamenta a falta de tropa e de navios pequenos com que os possa atacar e dispersar. Em um país hidrográfico como este nada se pode fazer sem embarcações ligeiras artilhadas

“No dia 23 do mês passado os sediciosos caíram sobre a desgraçada Vila da Vigia em número de quatrocentos e quinhentos homens, e assolaram com horroroso massacre e roubo aquela habitação de bravos, que infelizmente não recebeu em tempo o socorro da escuna Bela-Maria apesar de lhes mandar logo que chegou da freguesia de São Domingos e eu fui informado do fim da primeira reunião do Pinheiro. Encorajados os sediciosos do Acará com este sucesso e inteligenciados uns com os outros pelo centro, sem que eu lhes possa interceptar as comunicações, andam em ativas excursões e já atacaram a povoação de Igarapé-miri e Abaeté, embora fossem obrigados a recuar. Chega o seu arrojo ao ponto de terem explorado até a fazenda de Val de Cães, que se acha muito próxima desta cidade!

“No dia 27 do mês passado, vendo eu a sedição desenvolver-se por diferentes partes, esgotados todos os meios de prudência e conciliação, entendi que devia prender como prendi a Francisco Vinagre, que em contato com a gente de seu partido esperava na cidade o momento da agressão do irmão para capitanear os facciosos. Por falta de plano não foram presos os outros agentes que estavam fora da capital. Foram-no somente os que existiam dentro desta contra quem havia denúncias motivadas.

“Cumpre declarar a Vossa Excelência que as forças à minha disposição são apenas os marinheiros da esquadra, a qual não tem completa a sua guarnição, nem a fragata Imperatriz que por fortuna aqui está. A marinhagem não é suficiente para o serviço dos navios e para repelir o ataque de uma massa de numerosa gente ainda que bruta, tendo eu ao mesmo tempo de acudir a vários pontos importantes como Marajó onde já tenho a escuna Rio da Prata por se haver ali desenvolvido a anarquia: além disto, acresce a necessidade de proteger o comércio do interior que é todo feito pelos rios, e estes se acham infestados dos malvados que querem bloquear a cidade antes de agredi-la.

“Nenhuma tropa eu trouxe do Rio; embarquei apenas com oito praças e a ordem de Vossa Excelência para recebê-la no Maranhão⁴; ali só me foram dados cento e vinte soldados com oitenta e seis baionetas, das quais já têm desertado alguns e outros adoecido de bexiga, moléstia que infelizmente está grassando nesta cidade. É de meu dever declarar que nos achamos aqui em perigo, e a província está muito arriscada por não ter tropa nem armamento: o que eu trouxe foi logo distribuído pelos cidadãos refugiados e parte mandei para Marajó, donde vem o fornecimento de carne verde para esta cidade: o que existia por cá os sediciosos o levaram todo, e o pouco que tenho feito recolher, tirado aos guardas nacionais suspeitos, está em mau estado. Já requisitei socorro ao Maranhão, Ceará e Pernambuco.

“Tem crescido muito o número dos cidadãos voluntários, mas embora estejam possuídos de nobres sentimentos e entusiasmo, não poderão talvez na maior parte sofrer uma carga em caso de ataque, quando seja preciso manobrar; não poderão seguir um plano de operações, nem servir para rebater os facciosos nos pontos que ocupam fora da capital; prestam-se somente para as rondas.

“Tomando na devida consideração e no seu verdadeiro aspecto esse estado crítico da província, convencido do perigo desta; achando-me sem forças e circunscrito a uma defesa passiva, sem poder acudir aos povos que a cada hora imploram socorro; vendo que neste perigo também se envolvem os estrangeiros por ser a guerra feita aos brancos, recorri aos cônsules estrangeiros pedindo-lhes, a bem da salvação pública e do serviço e honra da

⁴ O marechal neste ofício de 8 de agosto de 1835 diz que embarcou no Rio com ordem para receber força no Maranhão; entretanto, quatro dias antes, em ofício de 4 do mesmo mês, declara que o presidente daquela província lhe tinha concedido o embarque do batalhão, apesar de não ter ordem! Eis em sua íntegra o referido ofício de 4 de agosto:

“Em 26 de julho precedente tive a honra de receber o Aviso de V. Ex.^a de 24 de abril do presente ano, que cobre a cópia do que V. Ex.^a dirigiu na mesma data ao Ex.^{mo} Presidente do Maranhão. Já comuniquei a V. Ex.^a que o dito Presidente me tinha concedido o embarque do Batalhão, apesar de não ter ordem, com 63 soldados por não poder dar mais, e que tudo o que requisitei me forneceu.* - Deus Guarde a V. Ex.^a. Palácio do Governo do Pará, 4 de agosto de 1835. Il.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Barão de Itapecuru-mirim, Ministro e Secretário da Guerra. Manuel Jorge Rodrigues.”

Deste ofício consta que o embarque da tropa no Maranhão efetuou-se sem ordem, ao menos por escrito, do Ministério da Guerra, conforme referimos no 4º volume desta obra. A ordem a que alude o marechal em ofício de 8 de agosto não pode ser senão verbal que naturalmente ele trouxe para transmiti-la de viva voz ao presidente do Maranhão: só assim poderá desaparecer a contradição que se manifesta nestes dois ofícios.

* Esta comunicação foi feita em ofício de 7 de julho de 1835, já transcrito na pág. 807 e seguintes.

Nação e do Império, a cooperação dos súditos de suas respectivas nacionalidades no caso de agressão, e somente se prestaram a corveta portuguesa Elisa com oitenta e cem homens, e a inglesa com setenta e oitenta. Estes com os marinheiros da esquadra e as praças do Maranhão formarão toda a força com que devo repelir os sediciosos.

“Os documentos de número 1 a 5⁵ darão a Vossa Excelência a necessária luz sobre a posição terrível em que nos achamos. A carta de Antônio Vinagre, os sucessos da Vigia, as reuniões dos desordeiros tudo demonstra a crise em que se acha o infeliz Pará, que, se por mau fado sucumbir, não será fácil restaurar ainda a custa de enormes e sangüinolentos sacrifícios. Esta província carece de medidas singulares e de auxílios imediatos de tropa; os cidadãos poderão sofrer por longo tempo uma vida ativa de serviços e fadigas, sem poderem ao menos nos rios vizinhos os sediciosos que interceptam o comércio; e quando não sucumbam agora, sucumbirão depois.

“Rogo, pois a Vossa Excelência que em atenção ao abismo que parece abrir-se a este malfadado povo, atraia em benefício dele a proteção do Governo Imperial, a fim de acudi-lo sem demora remetendo tropa, armamento e munições com que eu possa responder pela segurança pública. No Maranhão não há mais tropa que possa vir para Pará, e Vossa Excelência pessoalmente conhece esta província para saber que a sua hidrografia não permite nenhum serviço, ataque ou defesa sem tropa e embarcações ligeiras.

“Se tivesse armamento, eu aproveitaria o ardor de trezentos bravos vigienses que, saindo do mato onde se refugiavam e da pesca em que se empregavam me pedem de trezentas a quatrocentas armas com que querem defender a lei e tomar vingança das desgraças de sua terra natal. Mas não posso satisfazê-los, e eles se veem na dura necessidade de abandonar a vila por falta de armamento. Desde o meu ofício de 7 do mês passado até hoje ainda não recebi de Cameté um só homem”.⁶

O capitão Narciso do Amaral tinha já então chegado à capital com alguns guardas nacionais de Bujaru conforme as ordens do marechal, e pedia providências para que pudesse vir com segurança os outros, que lá haviam ficado com receio de encontrar em viagem os facciosos, contra os quais se não poderiam defender, desarmados como todos estavam. Por este mesmo tempo frei João Ramos reclamava força para trazer à submissão certos escravos que se tinham tornado rebeldes na fazenda Pernambuco, à margem direita do Guamá, da propriedade do convento do Carmo do qual ele era prior.

Para um e outro serviço o marechal fez seguir uma expedição de soldados de primeira linha e dos próprios guardas nacionais de Bujaru em dois lanchões artilhados sob o comando do segundo-tenente de marinha Fernando Ferreira da Veiga. Cercados de noite os ranchos da referida fazenda, e ao amanhecer feitos os castigos reclamados, a expedição prosseguiu para o Bujaru a fim vir para a cidade.

⁵ Estes documentos são: a carta de Antônio Vinagre e as participações dos sucessos da Vigia, Igarapé-miri, Monsarás e Marajó.

⁶ Ofício de 8 de agosto de 1835. Idênticos dirigiu na mesma data ao Ministro da Justiça, e em 23 do referido mês ao Ministro do Império.

Era já esperada ali, e por isso nenhuma demora houve no seu regresso. Veiga foi instado em viagem para ir também escoltar os guardas nacionais de Inhangapi, que estavam prontos a embarcar em defesa do governo; mas quando começava a subir este rio, soube que pouco acima no lugar em que o mesmo mais estreitava, os facciosos aguardavam a sua passagem para acometê-lo do mato onde se emboscavam. Com esta notícia retrocedeu, e descendo o Guamá foi ter de novo à fazenda dos carmelitas, onde teve de esperar a vazante da maré para poder continuar a sua viagem até a capital.

Por desenfado saltou em terra com algumas praças, mas não teve tempo de dar um passo: recebeu de repente uma descarga de fuzilaria caindo instantaneamente morto. Travou-se então renhido fogo entre a gente de terra e a dos lanchões e canoas fundeadas em frente à casa. Durou este tiroteio mais de uma hora até que por fim cessou, retirando-se a força do governo para o meio do rio, em distância de não poder ser alcançada pelas balas do inimigo. Com a morte de Veiga tomou conta do comando da expedição o alferes de guardas nacionais João Ferreira Braga, que, participando daí mesmo ao presidente esta inesperada ocorrência, voltou ao Bujaru para sepultar os mortos e curar os feridos em número de dezessete entre uns e outros.

Constou depois que os agressores faziam parte dos celerados que se diziam acoitados no Inhangapi de mistura com os escravos castigados. O marechal, ao ler a participação deste triste acontecimento, fez partir logo a escuna Mundurucu em auxílio da expedição recomendando ao seu comandante, o primeiro-tenente de marinha Francisco de Borja, a maior celeridade possível a fim de protegê-la contra algum novo atentado dos facciosos, que andavam por toda parte concitando o povo à revolta.

Havia na margem direita do Moju, talvez sete milhas distante da foz deste rio, uma importante fazenda rural chamada Itaboca, da propriedade do lavrador Antônio de Siqueira Queirós. Era rodeada de extensas campinas e tinha casas e telheiros espaçosos, que podiam dar aposento a grande número de gente: comunicava-se por boas estradas com os habitantes de Jambuaçu e de outras localidades.

Antônio Vinagre, conhecendo as vantagens que lhe oferecia esta fazenda para centro de suas operações, mudou o seu acampamento do Acará e veio ali estabelecer o seu quartel-general. Eduardo Angelim, depois de reunir quanta gente pôde em Conde e nos distritos circunvizinhos, passou-se para a antiga vila de Beja, distante daí duas léguas, na costa ocidental da baía de Marajó, e seguindo pelo rio Araenga foi ter ao Moju onde fez junção com a força de Antônio Vinagre, tendo percorrido por terra somente algumas léguas da zona que separa estes dois rios.

Reunidos em número de dois a três mil homens, os sediciosos aclamaram Antônio Vinagre seu comandante-em-chefe, devendo Eduardo Angelim substituí-lo em qualquer falta ou impedimento: e depois de nomeados vários oficiais subalternos, dispuseram-se a marchar contra a capital. Não tinham soldados, nem rações, nem fardamentos.

Faziam correrias pelos sítios e apossavam-se de tudo quanto lhes podia servir de provisão de boca. Vestiam camisas e calças de diferentes panos, compradas e feitas à sua própria custa. Para regularizar este variado uniforme, tingiram depois umas e outras na casca de muruxi fervida em água, dando a todas a cor avermelhada deste arbusto. Raros eram os que usavam de calçados e chapéus. Camponeses em sua quase totalidade, estavam habituados à simplicidade e aos rigores da vida rústica. O sol, as chuvas, as intempéries do tempo não lhes faziam massa. Frutos agrestes, um pouco d'água com farinha serviam-lhes de refeição muitas vezes. Desconhecendo os cômodos e gozos da civilização, eram fáceis de contentar; resignavam-se a tudo.

Resolvido o ataque à cidade, decidiram que fossem divididos em três colunas: a primeira e a maior, comandada por Antônio Vinagre tomaria o Arsenal de guerra e todos os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, comandada por Eduardo Angelim, tomaria Palácio do governo onde residia o presidente da província; a terceira era menor, comandada por Geraldo Gavião, tomaria o Arsenal de marinha e as fortalezas do bairro da Cidade.

Em batelões e canoas se transportariam a Murutucu, fazenda rural situada à margem direita do Guamá nas proximidades da capital: dali seguiriam para esta por terra, servindo-se das mesmas estradas que ainda hoje existem: no dia 14 de agosto acampariam nos subúrbios de Nazaré os quais eram nesse tempo cobertos de espessas matas, e daí tentaria obter a soltura dos presos sem nenhum emprego de força. Se nada conseguissem por meios amistosos, então acometeriam no dia seguinte a cidade segundo o plano aludido.

Cada coluna seria seguida de um grupo de gente desarmada, que serviria de reserva nem só para auxiliar os combatentes conforme exigissem as necessidades da ocasião, como para suprir os claros que os mortos e feridos deixassem nas fileiras, tomando em ato contínuo as suas armas e munições, quando na cidade não encontrassem, como esperavam, armamentos para todos. Supunham achar no Arsenal de guerra e nas casas comerciais grandes depósitos de petrechos bélicos de que se pudessem prover.

Dispostas assim as coisas, embarcaram para o Murutucu. Nenhum estorvo tiveram na viagem. Souberam iludir a vigilância dos navios de guerra; ou estes nunca estiveram de guarda aos rebeldes conforme a resolução do conselho, ou fundearam em pontos donde não puderam impedir-lhes a passagem. Como quer que fosse, todos chegaram ao seu destino na madrugada do dia 14 de agosto de 1835, aportando incólumes uns após outros com pequenos intervalos. E receando que na cidade soubessem de sua chegada e lhes fosse fatal qualquer demora, prepararam-se logo para a jornada depois de simples refeição. Postos em ordem de marcha às sete horas da manhã, seguiram caminho direto de Nazaré, tendo-lhes sido antes excitada a coragem pelos seus chefes, entre os quais distinguiu-se Antônio Vinagre pela leitura enfática de uma proclamação insidiosa na frente das três colunas, feita com voz imperiosa, alta e retumbante. Transcrevemo-la fielmente:

“Paraenses! Irmãos e companheiros d’armas! Valentes e denodados defensores das liberdades pátrias! gritou ele, cheio de si. Aproximam-se os momentos e as horas em que temos de medir as nossas forças com os vândalos, que se intitulam legais, quando eles não são mais do que vis escravos do poder a quem servem!

“Dois estrangeiros, a saber, um que é presidente e comandante das armas da província, e outro chefe de esquadra, gozam das honras de brasileiros adotivos! O primeiro, que é marechal, chama-se Manuel Jorge Rodrigues, e deixou o umbigo nas terras de Portugal; o segundo, João Taylor, nascido em Inglaterra e desertor da marinha daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz o posto de chefe de esquadra!

“Infeliz. País! Desditosa Nação! Esses perversos de mãos dadas um com o outro, em menos de três dias, prenderam duzentos e oitenta e tantos patrícios nossos, que se acham a bordo dos navios de guerra, carregados de pesadas cadeias!... Cidadãos beneméritos por seu patriotismo e virtudes, deputados provinciais, juizes de órfãos, juizes de paz, oficiais de primeira o segunda linha, da guarda nacional, agricultores, empregados públicos, negociantes, padres, artistas, em uma palavra, cidadãos de todas as classes neste momento gemem ao peso de grossas algemas, nos porões de navios de guerra sem processo e sem sentença! Que ultraje às leis do Estado! Que afronta aos sagrados direitos dos cidadãos brasileiros! Que provocação aos verdadeiros patriotas paraenses! Mais de trezentas famílias estão inundadas em lágrimas, por se verem privadas de seus dignos chefes e naturais protetores!

“As esposas chorando por seus maridos, os filhos por seus pais, venerandos e pobres velhos, curvados ao peso dos anos e das enfermidades, carpindo à falta daqueles que lhes eram arrimo na velhice! A consternação quase que é geral na capital! Famílias distintas e respeitáveis, insultadas e desrespeitadas em suas honras! Finalmente as famílias dos verdadeiros patriotas paraenses estão cobertas de luto! Se nos está figurando uma nova palhaçada! Aqui a pena nos cai das mãos, mas forçoso é acabar. Os perversos e traidores que temam de nossa justa vingança! Ai dos cobardes que se interpuserem em nossa marcha!

“Dignos filhos do gigante Amazonas, valentes e denodados defensores das liberdades dos cidadãos brasileiros, a nós cumpre castigar e vingar a afronta feita a esta briosa Província, que hoje geme sob o mais vil despotismo. Que cada um de vós seja um novo Guilherme Tell na defesa da pátria e da liberdade. Seja a nossa divisa – Vencer ou Morrer. Os vossos chefes estão na vossa frente, e onde maior for o perigo, ai será o seu posto de honra! Somos paisanos, desconhecemos a arte da guerra, mas nos havemos bater como os mais briosos e aguerridos soldados. Aquele que em frente ao inimigo recuar um passo à retaguarda, e mostrar-se cobarde (o que não é de esperar de homens livres) seja morto no mesmo momento. Se os vossos chefes caírem aos golpes de nossos miseráveis perseguidores e cruéis verdugos, pisai por cima de seus cadáveres e vingai a sua morte.

“Se algum de vossos chefes no ato de carregar sobre o inimigo se mostrar vacilante ou cobarde, que seja no mesmo instante morto como um traidor e indigno de capitanear a homens livres. Os régulos que nos oprimem dispõem de numerosa artilharia, de excelente armamento e munições de guerra em abundância, e são coadjuvados pelos navios de guerra da marinha portuguesa e inglesa! Que miserável presidente que lança mão de baionetas estrangeiras para derramar o inocente sangue brasileiro! E tudo isto contra as leis do país!

“Os vossos chefes não sabem iludir, por isso é preciso usar de franqueza e dizer-vos a verdade, Temos pouco armamento e falta de pólvora; mas essa falta será suprida pela santidade da causa que defendemos, e pelo desejo da mais nobre vingança. Mil vezes a morte no campo de batalha do que ter os pulsos algemados, e arrastar pesadas infames cadeias. Só devemos reconhecer por inimigos os que se apresentarem em campo.

“Recomendar-vos sagrado respeito às famílias e proteção aos desvalidos é desnecessário. Compaixão para com os vencidos. O homem livre e verdadeiro patriota é generoso. Queremos prisioneiros e não cadáveres. Caros Patrícios e Irmãos d’armas, dignos filhos do Grão-Pará, o Deus da América está convosco e o nosso triunfo não pode ser duvidoso. O Brasil inteiro tem os olhos sobre nós... Sejam dignos do nome brasileiro. Cumpra cada um o seu dever e a pátria será salva. Viva a Religião Católica Apostólica Romana! Viva a Nação Brasileira! Vivam os defensores da Pátria e da Liberdade! Guerra aos déspotas e tiranos! Viva o rico e majestoso Pará!”⁷

Merece reparo esta proclamação. Os seus autores seguem a norma invariável de todos os agitadores: adulteram a verdade dos fatos para melhor enganar as turbas inconscientes de que precisam. Ajeitando tudo aos seus fins, os chefes rebeldes falam das prisões, porém ocultam o morticínio bárbaro da Vigia que lhes deu causa; e entre os presos fazem figurar de má-fé cidadãos prestantes, como padres, deputados, juizes, agricultores, comerciantes, artistas e tantos outros varões recomendáveis por virtudes e saber, quando em geral todos eram atrabiliários e anarquistas afamados, alguns até indiciados em crimes horrorosos!

Nem esqueceram o estafado mote com que nesse tempo os desordeiros costumavam açular as massas populares - o sentimento injusto e exagerado contra os que não eram nascidos no país! Imaginaram a província sob o jugo do governo despótico, prestes a cair na dominação estrangeira! E os infelizes que não tinham o necessário discernimento para conhecer as mentiras desfaçadas de que eram vítimas, puseram-se logo em marcha, naturalmente impressionados com os imaginários perigos da pátria, prontos para defendê-la até com o seu próprio sangue!

Deixemo-los prosseguir sem murmurar em sua jornada, e enquanto não chegam ao ponto a que se destinam, demos uma breve noticia do arraial onde eles têm de fazer parada, como centro de reunião indispensável para tomarem a sua última deliberação.

⁷ Está com a data e assinaturas seguintes: Acampamento no engenho Murutucu. 14 de agosto de 1835. -- Antônio Pedro Vinagre. Eduardo Francisco Nogueira Gavião. - Manuel Antônio Nogueira. Manuel José da Silva Paraense. - André Pinto de Araújo Amazonas. Geraldo de Oliveira Vinagre.

Nazaré chamava-se esse arraial, já o mencionamos. Tem ainda hoje o mesmo nome. É atualmente um lindo bairro da cidade de Belém; era nesse tempo simples sítio solitário e sombreado de árvores agrestes. Um quadrilátero de setenta e quatro braças de comprimento formava uma pequena praça com uma ermida no centro, dedicada a Nossa Senhora de Nazaré, cuja imagem era primitivamente venerada em uma espécie de armário enfeitado dentro da humilde casa de um homem pardo chamado Plácido, um dos poucos moradores daquele sítio, e nesse armário iam alguns devotos rezar e depor as suas oferendas em certos dias da semana.

Falecendo esse homem, passou a imagem para o domínio de um tal Antônio Agostinho, que, desejoso de dar à santa de sua devoção um santuário mais decente, fez diligências e conseguiu com donativo erigir a primeira ermida, que depois foi substituída por outra no governo de Dom Francisco de Sousa Coutinho.⁸ Era a mesma que, não há muito tempo, foi demolida, mais ou menos modificada pelos vários consertos que tinha sofrido.⁹

⁸ Baena, Ensaio Corográfico, pág. 274.

⁹ N° 77. Pará, 22 de setembro de 1800. Il.mo Ex.mo Sr. A pouca distância desta capital, achei ereta uma pequena Capela dedicada a N. S. de Nazaré, a que este povo e singularmente o da Vigia, tem grande devoção. A mesma Capela construída de más madeiras e terra, apesar de muitos reparos que se lhe fizeram, se pôs em estado de última ruína, e tendo alguns fundos a Irmandade, por persuasão minha, se propôs e fez erigir outra de novo, de pedra e cal muito decente, para onde se fez trasladação da Imagem no dia 7 do corrente, e no dia 8 como próprio se festejou.

Como aqueles fundos não fossem bastantes, o Juiz da Irmandade, que era o tesoureiro do Erário Ambrósio Henriques, com o Ajudante-d' Ordens de Semana e com o Juiz de Fora, pediram esmola pela cidade às pessoas mais opulentas dela, quase todas do comércio, ao qual antecipadamente por dois negociantes se tinha também pedido, e tudo quanto de uma e outra vez se tirou, creio não chegou a três mil cruzados, que junto com o que havia suposto, não chegou para concluir todo o projeto da obra; chegou para a principal que era a Igreja e uma tal e qual sacristia, tão precisa que, antes de se fazer a trasladação da Imagem, mais de dois meses antes, já o frontispício da capela antiga estava em terra.

Para esta Igreja se poder fazer, a Junta de Fazenda e eu fizemos dar uma grande parte da cal dos Reais Armazéns pelo preço que importara à Real Fazenda: emprestou-se um carro e bois que eram da fazenda de Val-de-Cães, para o transporte de pedras. Eu lhe dei o pórtico de cantaria lavrada que os frades das Mercês tinham na portaria do convento que se tapou quando se rompeu a porta para o Quartel, para onde não podia servir, nem era próprio: dei-lhe mais um lava tório também de cantaria lavrada, que estava na casa a que chamavam De Profundis, e que estava inútil por dever ser aquela casa a primeira da entrada da nova Alfândega; dei-lhe também o altar e Retábulo que estava na sacristia inútil, por se destinar para ser a casa de despacho da dita nova Alfândega. Tudo isto dei em nome de S. Alteza e enquanto o mesmo Senhor o houver por bem: e a razão por que o dei, foi não só o da confiança que tenho, e todos temos, na Real Piedade de S.A., mas porque todo o referido não podia ter outro emprego algum.

A isto que acabo de referir, pode V. Ex^a. juntar que eu também havia de dar do meu, meu chamo o que S.A. me tem dado, porque de ninguém tenho coisa alguma recebido. Sobretudo o Juiz da Irmandade, acima nomeado, que é um dos mais ricos desta colônia, concorreu com grandes esmolos. Faço esta narração a V. Ex^a., porque estou persuadido que também à referida disposição se terá dado sinistra interpretação.

A obra principiou em junho do ano passado, e teria principiado antes, se antes tivesse notícia de sucessor nomeado ou promessa de o ser, pois o meu fim naquela obra foi o de mostrar o meu reconhecimento a Deus pelo benefício obtido pela intercessão que solicitei de sua Mãe Santíssima por me levar a termos de ser aliviado do peso deste Governo, insuportável aos meus ombros, deixando livre o seu território dos espanhóis e franceses que ocuparam nas suas respectivas fronteiras uma parte, quando tomei posse dele, e por tê-lo livrado de invasões destes. - Deus Guarde a V. Ex. Ilmo. e Ex.mo. Sr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. (Assinado) D. Francisco de Sousa Coutinho.

A espaçosa estrada que ora se dirige àquele bairro, aformoseada de suntuosas chácaras e alamedas, distinguia-se outrora pelos arbustos que a marginavam, interrompidos apenas por algumas casas baixas e cabanas construídas de palha. Havia uma outra estrada, mandada abrir pelo general José Narciso de Menezes: partia do Paul d'Água e vinha terminar na estrada de Nazaré no lugar chamado Largo da Memória, que ainda hoje existe. Este nome foi originado da lembrança que teve no ano de 1782 o governador José de Nápoles Telo de Menezes de mandar ali levantar um obelisco de madeira sobre pedestal de pedra com várias inscrições em língua latina.¹⁰ Tal obelisco chegou a nossos dias, porém na Memória atualmente não resta mais vestígio algum que ateste a sua existência.

A estrada foi de novo aberta e segue hoje até a Praça de São Brás Este melhoramento devemos-lo ao presidente Jerônimo Francisco Coelho que em 1849 transformou-a em aprazíveis sítios; e para perpetuar a memória desse ilustre cidadão, a câmara municipal deu-lhe a denominação de seu próprio nome. É hoje a bela estrada de São Jerônimo, toda arborizada, com jardins e parques, ostentando magníficos prédios que alvejam por entre copadas mangueiras de um e outro lado. Era dantes um caminho estreito sem quase serventia para o trânsito público: desembocava na Praça de Pedro Segundo como a de Nazaré. Esta, porém continuava além do arraial em linha reta, e ramificava em várias direções, dando comunicação a muitos sítios como à Pedreira e ao Murutucu, donde tinham saído os facciosos em marcha para Nazaré.

Eduardo Angelim e seu irmão Geraldo Gavião foram os primeiros que ali chegaram, e conforme o acordo que tiveram com os outros chefes, cuidaram de levar a efeito a mediação ajustada dos agentes consulares: tinha esta por fim interceder pela soltura dos presos ou pelo menos obter a neutralidade dos estrangeiros na contenda, quando de outra maneira não pudessem prestar-lhes o seu apoio e valimento.

Eram quase nove horas da manhã, e Antônio Vinagre não aparecia. Entretanto, um morador de Murutucu, evadindo-se pelo mato, já tinha ido levar à cidade a notícia da saída da força facciosa daquela fazenda com direção à capital, e o marechal à pressa havia feito marchar para Nazaré o seu filho capitão graduado Jerônimo Herculano Rodrigues e o segundo-tenente José Luís de Faria, comandando um piquete de praças com duas peças de campanha.

A maioria desta força, que não excedia de duzentos homens, era de alemães engajados, quase inutilizados por moléstias e excessos de bebidas alcoólicas: resto da tropa enviada da corte em anos anteriores serviam apenas para atestar a impopularidade, senão incúria do governo imperial nos últimos tempos do primeiro reinado. Nas dissensões intestinas a intervenção de força estrangeira, além do mau efeito que produz entre os naturais, é sempre indício de falta de confiança nos governantes ou de carência de patriotismo nos governados, sendo raro dar-se esta última hipótese, quando os depositários do poder são intérpretes fiéis da opinião nacional. Não há povo que seja

¹⁰ Baena, Ensaio Corográfico, pág. 276.

indiferente às justas necessidades da pátria, nem cidadão que se escuse de satisfazê-las com mais ou menos solícitude, sempre que o sentimento do bem geral inspire os atos de quem dirige as rédeas da administração pública.

A notícia da entrada dos rebeldes no arraial de Nazaré espalhou-se imediatamente pela capital e encheu de pavor os habitantes. Ficaram todos aterrorizados com a perspectiva das desgraças que imaginavam, esperando a cada instante os primeiros sinais de hostilidade. Corriam como loucos, uns para os portos em procura de botes e canoas em que pudessem transportar-se aos navios surtos no ancoradouro, outros para o palácio do governo e do bispo em busca de asilo mais seguro, que nenhum encontravam em seus domicílios. No alvoroço e confusão sobressaíam as mulheres que em completo desalinho abandonavam as casas, muitas carregando ao colo inocentes crianças que amamentavam.

Comovia ver tanta gente aterrada nas ruas e no litoral, fugindo dos rebeldes que já se haviam tornado conhecidos e temíveis nos atentados contra a propriedade e segurança individual. O momento era realmente de aflições e angústias. Os sediciosos batiam as portas da cidade e ameaçavam não deixar pedra sobre pedra, uma vez que não fossem postos em liberdade os seus partidários, presos em 28 de julho por ordem do marechal. A consternação não podia ser mais profunda. Ninguém se considerava garantido diante de homens embrutecidos e transviados por doutrinas subversivas. Tudo era de recear das turbas agitadas. São sempre perigosas as multidões insurgidas: arrastadas por espíritos exaltados e incendiários, facilmente desenfream e desenvolvem instintos de animais ferozes.



Breves noções topográficas da capital do Pará naquele tempo. – Chegada dos revoltosos ao arraial de Nazaré. – Seu rompimento e entrada na capital. – Tomada do quartel de artilharia, do arsenal de marinha e do convento do Carmo. – Chegada de Antônio Vinagre à travessa das Mercês em marcha para o arsenal de guerra. – Descrição deste e dos seus preparativos para resistir. – Morte inesperada de Antônio Vinagre. – Desânimo entre os revoltosos. – Resolução de Eduardo Angelim. – Morte do filho do marechal. – Providências durante a noite. – Notícias sobre a família de Eduardo Angelim. – Desgosto deste por não encontrá-la.

Antes da entrada dos rebeldes na capital, convém fazer desta um esboço topográfico para facilitar a compreensão dos acontecimentos que aí vão ter por cenário alguns dos seus edifícios, praças e ruas. A cidade de Belém não é hoje a mesma que foradantes. Os tempos a têm transformado imprimindo-lhe mais gracioso aspecto. Nem era possível que, dotada como é de tantos elementos de grandeza, se tivesse deixado ficar estacionária no longo período de mais de meio século. Não é nossa intenção tratar do seu estado atual; o que desejamos é somente dar uma notícia resumida das condições em que a mesma se achava no ano de 1835. E para isto seremos mais de uma vez forçados a recorrer a um escritor coevo¹, extratando do seu trabalho o que houver de mais interessante sobre tal assunto.

A cidade tinha nessa época 1.400 braças de frente à margem da Guajará. Da ponta do Castelo, que tem a forma de um cotovelo dividindo-a em duas partes distintas, havia para o lado da barra uma extensão de 800 braças até o convento de Santo Antônio, e de 600 para lado oposto até o arsenal de marinha. No litoral só havia um pequeno cais de pedras desde este convento até à travessa das Gaivotas, o hoje chamada Primeiro de Março, e uma mal construída rampa, a mesma denominada Ponte de Pedras de que já temos tratado, fronteira à travessa do Pelourinho, atualmente Sete de Setembro; ficava esta rampa no local onde ora está edificado o Mercado público. Nada mais havia deste ponto em diante a não ser uma tosca escada no conhecido Porto do Sal.

Da ponte do Castelo a esta escada, as casas faziam fundos para o Guajará sem rua alguma que lhes desse comunicação pelo litoral, e neste estado ainda permanecem! Nem um palmo de cais tem-se feito naquelas praias para ao menos melhorar a perspectiva da cidade e estimular a edificação! Este bairro não tem merecido a solicitude dos poderes públicos: ao contrário disto, o governo no bairro oposto tem desenvolvido louca mania

¹ Baena, Ensaio Corográfico.

de construir cais uns após outros, sobre o mesmo perímetro, sem adiantar uma polegada no seu prolongamento! Não há muito tempo que, a pretexto de dar ao comércio uma nova rua sobre terrenos roubados às águas do Guajará, mandou-se ainda levantar um dispendioso cais com revestimento de pedras de cantaria desde o Ver-o-Peso até à travessa da Estela, com enormes despesas de aterros, despesas duplamente superiores à do próprio cais! E assim inutilizou-se obra idêntica em perfeito estado, e onerou-se a província com sacrifícios que podiam ser feitos em serviços de mais reconhecida utilidade pública!

E é de lamentar que este novo cais, além de haver perdido um outro cuja construção ainda prosseguia, tenha obstruído o ancoradouro e esteja sendo por sua vez inutilizado por tantos trapiches e pontes, que nem só atravancam o litoral da cidade como impedem a livre navegação das pequenas embarcações, afetando ao mesmo tempo a vista da capital com as suas casas informes de madeira, quando o embelezamento daquela fora também pretexto invocado para tão decantada obra!

E o pior de tudo é que esses serviços abriram fontes rendosas de especulações a custa dos cofres provinciais! Estimulado o sentimento de sórdida ganância, a corrupção lavrou e desenvolveu-se ditando leis, firmando contratos, arruinando sem pudor as finanças da província em troca de favores e retribuições indecentes, com a aquiescência senão patrocínio dos poderes públicos!... Deixemos, porém, estes feitos imorais dos tempos que não vão longe: não faltará quem os traga um dia ao domínio e julgamento da história, condenando com severidade os dilapidadores dos dinheiros públicos. Nosso fim está circunscrito; é descrever os motins políticos que em épocas passadas agitaram a província; outros seguramente se ocuparão mais tarde da corrupção que certo os vindouros referirão com vergonha... Continuemos no esboço de Belém em 1830.

A cidade dividia-se em duas freguesias, uma chamada da Sé e outra de Santana. A primeira, que teve princípio em 1616 compunha-se de 699 domicílios; a segunda, que foi criada em 1727, constava de 1.236 casas², formando uma e outra dois grandes bairros geralmente conhecidos por Cidade e Campina: eram separados por um pequeno igarapé que cortava o terreno próximo ao palácio do governo. O nome de Campina dado ao bairro mais novo em contraposição ao de Cidade dado ao mais antigo, provinha de ser aquele edificado em campinas afastadas do povoado primitivo, e não de ter aí fixado a sua residência o célebre índio Capim, que exercia poder soberano entre as tribos situadas no rio deste nome, depois de conquistar esse sítio ao guerreiro Para-açu, como alguns imaginam. E quando mesmo fosse verídica tanto a contenda destes dois índios como a suposta residência de Capim, nenhum motivo tinha Castelo Branco para querer perpetuar um fato de que não falam os anais da história do país, sendo certo que ele lá só encontrara

² Conforme o lançamento feito pela recebedoria, neste ano de 1890, eleva-se o número de casas na capital deste Estado a 7.702, sendo: sobrados 576; térreos 5.914; telheiros 519; barracas 533; trapiches 16; chalés 7; quiosques 7. Além destas há as isentas de imposto predial as novas em construção ao e muitas outras situadas fora dos limites urbanos, em número superior a 3.000, sem nenhuma exageração. Pode-se, portanto calcular em 10.000 o total dos prédios da cidade de Belém.

espessa floresta, que doze anos depois da fundação da cidade é que começou a ser invadida e aproveitada por um ou outro dos moradores.

A cidade continha 35 ruas, umas estreitas e outras de largura conveniente; 10 eram simples caminhos de raríssimo trânsito por suas más condições e algares; 25 eram adornadas de edifícios, muitos de um pavimento, poucos de dois: mal alinhadas, umas eram grosseiramente em pedradas e a maior parte sem calçamento algum. Estas ruas eram cortadas por outras em número de 31, às quais davam o nome de travessas, e apenas 18 tinham edificações. Havia 12 praças que chamavam largos; os maiores eram o da Pólvora e o do Palácio. A área de 60 braças de largura e 84 de comprimento, dada a este último, fora determinada pelo general José da Serra, que para tal fim comprou o alagadiço por onde corria um pequeno igarapé³, cuja foz era no sítio do Ver-o-Peso, levando as águas do Guajará até o Piri, lugar baixo e pantanoso atrás do palácio do governo. Este lugar mereceu sempre séria atenção dos governadores por causa da salubridade pública. O conde dos Arcos mandou abrir nele várias estradas com sarjetas e valas que pudessem dessecar o terreno dando esgoto às águas, e ordenou que fossem todas arborizadas de mongubeiras.

No ano de 1771 o engenheiro alemão, major Gaspar Gronfelts, deu ao governador Fernando de Ataíde Teive um plano bem desenvolvido em que demonstrava a conveniência de aperfeiçoar a obra da natureza, para fazer um lagamar que pudesse receber as águas da baía por três entradas, sendo uma pelo lado do arsenal de marinha, outra pelo Ver-o-Peso, e a terceira pela testada do antigo cemitério e da igreja da Trindade, a qual ainda não existia, Esta última entrada devia ser aberta para se aproveitar a comunicação do igarapé do Reduto, já começada pela própria natureza, que a levou na direção do Paul d'Água, até atravessar a boca da estrada de Nazaré, que então tinha ai ponte e portão. O perímetro do lagamar e as entradas para o mesmo deviam ter um cais de pedra todo cingido de árvores de um e outro lado.

Para levar a efeito este plano, ele lembrou que a despesa fosse feita pelos moradores, obrigando-se cada um a pagar um tanto por canoa conforme o número de remos que tivesse, havendo no lagamar estâncias seguras que serviriam de registro e guarda das canoas e de todos os seus carregamentos e utensílios, quando assim rios. Este tributo duraria enquanto não fosse satisfeita a despesa total da obra. Semelhante plano não teve inteira execução, mas nas estradas que cortavam os terrenos baixos, foram abertas profundas valas por onde entravam e saíam as águas do Guajará desde o arsenal de marinha até quase a igreja da Trindade, como ainda hoje se vê, percorrendo toda a extensão da estrada que começava das proximidades daquele estabelecimento, e ia fazer junção com a de Nazaré na praça de Pedro Segundo, sendo cortadas por outras como a de São José e São Mateus.

E despovoadas como eram, estas estradas ofereciam aos revoltosos trânsito livre e desembaraçado para poderem sem perigo invadir a capital de um a outro extremo: havia além

³ Igarapé é o nome que dão no Pará a todo o rio, que enche e vaza com o fluxo das marés, de margens quase sempre lodosas.

disto caminhos transversais que partiam da estrada de Nazaré e iam ter ao bairro do Reduto, de Santo Antônio e a outros pontos por onde se lhes facilitava a entrada até ao litoral da cidade. E era por estas diferentes vias de comunicação que eles resolveram invadir a capital, atacando cada coluna quase simultaneamente a fortificação que lhe estivesse designada. Mas não tiveram tempo de executar o seu plano: os acontecimentos precipitaram tudo, e eles se viram forçados a obedecer às necessidades imperiosas da ocasião, repelindo a força que os foi procurar em seu próprio acampamento, quando ainda não tinham descansado das fadigas da jornada, e esperavam o grosso da gente que se havia demorado em caminho.

O piquete que deixamos em marcha para o arraial de Nazaré, ao chegar à Memória, começou a encontrar as sentinelas avançadas que Eduardo Angelim mandara posar na estrada. Alguns tiros foram dados contra as que tentaram fugir, e isto bastou para produzir o alarma entre os revoltosos. Estavam reunidos em uma pequena casa de campo, que havia defronte da ermida, debaixo de espesso arvoredor onde aguardavam as ordens de seu chefe. Ao estampido dos primeiros tiros, correram por natural curiosidade ao arraial, e verificaram que o inimigo se lhes aproximava a passos acelerados. Informado disto, Eduardo Angelim mandou tocar a rebate, e formar a sua coluna em linha de combate. Não eram passados dez minutos e a luta estava travada. O piquete varria o arraial com as metralhas de suas duas peças, e aquele só esperou que o mais migo chegasse ao alcance de sua fuzilaria. Acometendo-o com inesperada temeridade, fê-lo parar com a primeira descarga, e com a seguir obrigou-o a retroceder de marcha.

Na Memória, Eduardo Angelim julgou poder cortar a retaguarda piquete pela estrada de São Jerônimo ou pela praça de Pedro Segundo e para este fim destacou de sua coluna um pelotão com ordem de corte e cercar de qualquer forma a força que se retirava. Mas o comandante do piquete, ou porque pressentisse a trama que se lhe urdia, ou porque se reputasse fraco para resistir à falange dos sediciosos, acelerou a sua retirada de maneira tal que não deu tempo a ser envolvido na estrada de Nazaré. Somente ao sair na praça de Pedro Segundo é que se viu acometido pela força do pelotão que, descendo da Memória pela estrada de São Jerônimo, aí desembocará fazendo-lhe renhido fogo pelo flanco esquerdo ao mesmo tempo em que outra força, também mandada por Eduardo Angelim, desfilava pela chamada estrada do Cemitério, é o atacava pelo flanco direito. O Cemitério, que dava nome a esta estrada, era situado ao lado oriental da mesma, fazendo esquina com o lado ocidental da praça de Pedro Segundo. Não existe mais esse Cemitério, e a estrada forma hoje a rua de São Vicente de Fora, assim denominada para distinguir-se da antiga rua de São Vicente que fica em seguimento da de Santana no bairro da Campina.

O marechal tinha feito seguir um segundo piquete quando sentiu aproximar-se o tiroteio, e esta força chegou a tempo de poder proteger a retirada da outra até ao palácio do governo, onde estavam reunidos os principais agentes da autoridade, a fim de darem com prontidão as providencias que as circunstâncias reclamassem.

Este edifício ainda hoje serve de residência aos governadores deste estado, e data do ano de 1767. É de três pavimentos, todo amurado, com espaçoso pátio e jardim. No primeiro estavam a capela, cocheira e cavalaria, e funcionavam então a junta de fazenda, a contadoria e a pagadoria além da tropa aquartelada. No segundo havia onze grandes salas, oito aposentos e um salão, cuja entrada exterior se acha no centro da arcada em que termina a ampla escada, que é dividida em duas outras até a arcada do vestíbulo, recebendo a claridade do pátio por quatro grandes janelas.

Estava o palácio naquele dia quase todo fechado. A tropa achava-se nas esquinas, disposta a repelir a agressão anunciada. Pouco e pouco foi chegando a força do governo, perseguida por Eduardo Angelim que lhe veio sempre no encaço, e não demorou que ele aparecesse na rua Formosa. Imediatamente recebeu uma descarga de metralha, que prostrou em terra muitos de seus combatentes, e ele preparava-se para acometer de assalto a força inimiga, quando lhe vieram avisar de que no quartel de artilharia havia tropa, que naturalmente o atacaria pela retaguarda e o colocaria entre dois fogos, tendo a mesma já repellido três avançadas de gente sua que fora incumbida de tomar aquele ponto. Distava pouco mais de trezentos passos: este quartel estava situado no extremo da rua de São João, em uma praça a que dava o nome, chamada hoje de Saldanha Marinho. Era uma extensa casa de um só pavimento com alpendre em toda frente, apoiado em pilares de madeira. Desde o ano de 1779 servia de habitação aos regimentos de infantaria. Acha-se presentemente em melhores condições; os consideráveis reparos que tem sofrido transformaram o seu aspecto e lhe deram novas acomodações.

Eduardo Angelim, ao receber o aviso, retrocedeu e marchou pela travessa de São Mateus em direção a este alojamento militar. Desembocando na praça, avançou debaixo de balas e metralhas e sem dar tempo ao inimigo de repetir muitas vezes os tiros, investiu e de assalto tomou o quartel. A tropa fugiu em debandada para o palácio do governo.

Conhecendo a imperícia dos seus companheiros, Eduardo Angelim nunca se arriscava a combater em paradas. A sua marcha e operações eram sempre precipitadas e sem plano. Estranho aos manejos regulares das armas temia a estratégia militar e fazia tudo por frustrá-la com a celeridade de movimentos repentinos e imprevistos. Era também meio de assim evitar a tibiaza e esmorecimento dos seus apregoados patriotas; e certo, não tendo estes, ocasião de refletir, não podiam medir os perigos nem avaliar os sacrifícios a que se expunham.

Deixemos por momento neste ponto a coluna de Eduardo Angelim e demos notícia das outras comandadas por Antônio Vinagre e Geralda Gavião. Este, separando-se de seu irmão na praça de Pedro Segunda seguira para o Arsenal de marinha pela estrada deste nome. Era no era extremo ocidental da cidade, no mesmo edifício em que fora a antiga Intendência de marinha, abolida por decreto de 27 de março de 1832, que a substituiu pelo arsenal ora existente.

Era insignificante a força que ali havia, e essa mesma retirou-se depois de um ligeiro tiroteio na estrada aonde veio encontrar o inimigo com receio de ficar encurralada naquele estabelecimento que não tinha senão uma saída para a cidade. Sem outra resistência, Geraldo Gavião tomou o Arsenal de marinha e marchou para o convento do Carmo, onde estava outra força reunida. Este convento era à margem do Guajará e pertencia aos carmelitas calçados: formava com o de Maranhão uma vigararia provincial, subordinada ao Capítulo de Lisboa. A sua fundação teve começo no ano de 1626, e para efetuá-la o capitão-mor Bento Maciel Parente deu a sua casa sita no fim da rua do Norte: em 1696 esta casa, pelo estado de ruína em que se achava, foi demolida e em seu lugar fizeram um novo convento de taipa. Em 1708 é que levantaram o edifício que atualmente existe.

Havia neste ponto uma pequena força como meio estratégico para defender pela rua do Norte o Hospital militar e o Castelo; e apesar do contingente que lhe trouxe a retirada da gente do Arsenal de marinha, não pôde por muito tempo resistir ao ímpeto da coluna de Geraldo Gavião, a qual lhe era de mais a mais muito superior em número, e por isso aquele sem grande trabalho fê-la dispersar apoderando-se incontinenti do convento. Antônio Vinagre foi o último que chegou ao arraial de Nazaré, e de lá ouvindo os tiros, correu ao ponto que lhe tinha sido designado, sem a menor perda de tempo. Como comandante-em-chefe dos revoltosos, tomou a si o ataque do Arsenal de guerra para apoderar-se do armamento e munições nacionais que pensava aí encontra.⁴

O Arsenal de guerra era o mesmo Trem de artilharia que o governador José Araújo de Menezes mandara edificar em 1806 em cumprimento das determinações da carta régia de 26 de abril de 1803, começando do parque feito pelo seu antecessor Domingos Francisco de Sousa Coutinho no convento dos mercenários até ao beco do Açougue, compreendido todo o segundo claustro dos referidos frades. No pavimento superior ficavam a casa da escrituração de contabilidade e expediente, a armaria, os armazéns de munições e efeitos militares de infantaria e cavalaria, e as oficinas de alfaiates, sapateiros e serralheiros. No pavimento térreo ficavam os armazéns das peças de artilharia, dos petrechos e projetis, o laboratório pirotécnico e a ferraria. No pátio existiam dois telheiros em que trabalhavam os carpinteiros de reparos e obras brancas, e havia um forno para derreter metais, uma serraria adaptada aos misteres do estabelecimento e uma pequena cisterna. Agora faz parte do edifício da alfândega.

O diretor deste estabelecimento, capitão Joaquim Rodrigues de Andrade, com o reforço das trinta praças que tinha recebido sob o comando do tenente João de Castro da Gama, tratou de fortificar-se da melhor forma possível. Fez encher de areia todas as mochilas inutilizadas que existiam em depósito, e colocou-as nas janelas, formando uma espécie de paliçada capaz de resistir às balas do inimigo. Convidou os moradores da circunvizinhança em número talvez de cinquenta e recolheu-os ao Arsenal, abrindo

⁴ Vê-se desta exposição que a luta travou-se em 14 de agosto, e não em 15 de outubro de 1835, como afirma Pereira da Silva na sua *História do Brasil de 1831 a 1840*.

entre eles e alguns negociantes uma subscrição para compra de gêneros alimentícios com que pudessem sustentar a gente que lá tivesse, quando fosse sitiado pelos rebeldes, como receava. E cauteloso como era, lembrou-se de prevenir um meio de poder comunicar-se, em caso de assédio, com a esquadra e com o presidente da província. No mesmo edifício para o lado do mar, estava a repartição da alfândega, em frente da qual se achava fundeada a fragata Imperatriz. Havia comunicação interna de uma parte para outra por um pátio. Desciam a este por uma escada de corda, e daí passavam para o alpendre, donde faziam os sinais convencionados para aquele navio, que os transmitia para o marechal em palácio.

No Arsenal de guerra, além do portão de entrada existia um outro com fortes grades de ferro, que dava passagem para a escada por onde subia-se ao segundo pavimento. No soalho superior entre estes dois portões, havia um alçapão que abria e fechava por cima: era feito par lançar granadas sobre o inimigo, quando este arrombasse o primeiro portão e invadisse o corredor do edifício. Antônio Vinagre, marchando para este ponto, desceu pela Rua Nova de Santana, depois de mandar um terço da força avançar pela Rua da Indústria. Ao chegar à esquina da Travessa das Mercês⁵, fez alto para observar as posições do inimigo e refletir sobre as providências que devia tomar. Notou que nesta travessa e nas proximidades do Arsenal de guerra havia vários pontos fortificados por voluntários e praças de linha.

No prédio da esquina da Rua dos Mercadores⁶ com a Travessa das Mercês, geralmente conhecido então por casa de Jerônimo do Porto, percebeu sinais de preparativos hostis contra a sua gente; e quando fitava a vista sobre aquele lugar, foi ferido por uma bala que certa lhe traspassou o crânio. A sua morte instantânea e inesperada derramou o alvoroço nas fileiras dos rebeldes sem haver quem os pudesse conter na de bandada que em seguida se operou. Raimundo Vinagre, vendo o estado de desordem da gente que fugia, correu ao quartel de artilharia e lá comunicou tudo a Eduardo Angelim. Este foi a toda pressa ao encontro dos fugitivos que procuravam evadir-se da capital. Montado num cavalo que encontrara, seguiu-os a galope, e pôde alcançá-los em caminho para Nazaré: depois de breve alocação conseguiu fazê-los retroceder em socorro dos companheiros que eles pretendiam abandonar no momento de maior perigo, quando mais necessitavam de seu auxílio, conforme lhes ponderou em frases inspiradas pela paixão que o dominava.

O marechal, no intuito de fazer evacuar do quartel os revoltosos tinha já então mandado seguir o seu filho, que infelizmente foi ferido ao passar por uma casa da rua de São João, e teve de voltar carregado em braços, depois de entregar a outro oficial o comando da força com ordem terminante de desalojar o inimigo a todo transe. Conduzido para o palácio do governo, o capitão Jerônimo Rodrigues cedo conheceu o seu estado mortal: o ferimento que recebera era grave e não lhe dava esperança alguma de vida. O marechal mostrou-se solícito nos meios de salvá-lo. Não cansou de visitá-lo a cada hora em seu leito

⁵ Hoje, do Dr. Frutuoso Guimarães.

⁶ Hoje, do Conselheiro João Alfredo.

de dor, rodeando-o sempre de todos os cuidados de que é capaz um pai extremoso. Tudo, porém foi debalde; poucas horas depois faleceu, sendo o seu cadáver sepultado no jardim do próprio palácio.

No conselho formado pelos rebeldes na fazenda de Itaboca, fora resolvido que Eduardo Angelim seria o imediato de Antônio Vinagre no comando-em-chefe da força, e o sucederia em qualquer fala ou impedimento que houvesse. E foi por esta razão que ele, tomando o mando supremo dos revoltosos depois da morte daquele, se empenhou por fazer reunir, retroceder e reanimar a gente da coluna que se ia dispersando, sem esquecer-se de proclamar aos valentes defensores das liberdades pátrias! - Disse ele:

- “Virtuosos paraenses, caros patrícios e irmãos: O nosso ilustre e valente chefe Antônio Pedro Vinagre acaba de morrer, combatendo a peito nu os nossos desprezíveis e vis opressores! Terminou esse nosso corajoso amigo os seus preciosos dias como um verdadeiro herói! Encarou a morte denodado e sem dar um passo à retaguarda; caiu de peito sobre a culatra de uma peça, com a vela de composição na mão, quando fazia pontaria e disparava um tiro! Uma bala varou-lhe o crânio!... Morreu pela pátria e liberdade! É gloriosa a sua morte, e a sua sombra voltaia em roda de nós pedindo vingança!

“Eu acabo de ser aclamado por nossos companheiros d’armas chefe de todas as forças. Juro por Deus vencer ou morrer! Vingamos a morte do bravo guerreiro que foi nosso digno chefe, e a de muitos de nossos valentes companheiros que já dormem o sono da eternidade! É no campo da batalha, ao troar do canhão, ao estampido da fuzilaria, entre mortes e gemidos, no meio da confusão de alaridos e gritos de vingança, que eu à pressa escrevo estas linhas para fazer ciente a todas as colunas que estou à sua frente de espada em punho! Os covardes que tremam do nosso valor! Meu caros patrícios: por amor à liberdade, por amor às nossas esposas e filhos, vingamos o ultraje feito à nossa adorada pátria; e pelo sangue inocente que se está derramando, sejam eles, déspotas e traidores, os responsáveis perante a divindade! Vivam os paraenses que preferem a morte a uma fuga ou retirada vergonhosa! - Vivam os paraenses livres! – Morram os tiranos e vis escravos! – Guerra de morte ao metro português e infame traidor Manuel Jorge Rodrigues!”⁷

Era já tarde quando voltou de Nazaré, encontrando retomado pela do governo o quartel de artilharia. Aproximava-se a noite e ele julgou conveniente não empreender mais ato algum de hostilidade; adiou tudo para o dia seguinte. Tratou de dar quanto antes sepultura cadáver de Antônio Vinagre e de outros na igreja do Rosário, à Rua da Trindade, e aproveitou o tempo em fortificar algumas casas nos arredores do palácio do governo e do Arsenal de guerra, para facilitar os ataques que projetava, sendo contudo obrigado durante a noite, ora aqui, ora aqui, a agredir ou a repelir a força do governo que o vinha incomodar nos seus preparativos de cometimentos arrojados, que pretendia efetuar principalmente contra o Arsenal de guerra, o qual tencionava tomar a todo custo, sem cogitar

⁷ Esta proclamação está com a data e assinatura seguintes: Pará, 14 de agosto de 1835, às 3 horas da tarde. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

nos perigos da terrível resistência de antemão preparada pelos defensores da legalidade, nem no sacrifício das vítimas que seriam imoladas, como desgraçadamente sucedeu no primeiro ataque de 15 de agosto e nos cinco dos dias posteriores, dos quais nos vamos ocupar, admirados da louca temeridade dos rebeldes!

Eduardo Angelim era infatigável e raras vezes perdia a serenidade. Uma coisa, porém perturbava-lhe o espírito nessa ocasião: era não ter notícia de sua consorte. Ao passar de manhã pela rua Formosa, hoje Treze de Maio⁸, com a coluna do seu comando, fizera alto por instantes defronte da casa em que morava. É a que ora tem o n.º 38. Entrando precipitadamente em procura das pessoas que aí deixara antes de retirar-se da capital, nenhuma encontrou, causando-lhe isso verdadeira surpresa e pesar. Apareceu-lhe somente um criado velho e doente, que lhe declarou ter a família corrido para a rua ao ouvir tiros em Nazaré, ignorando, todavia a direção que a mesma tomara.

A consorte de Eduardo Angelim tinha sido casada em primeiras núpcias com o capitão Teodosio Constantino Pimenta e em segundas com Simão José da Silva, português abastado que, no princípio do ano, observando, por detrás da vidraça de uma das janelas da casa de sua residência, certo magote de facciosos armados que passava pela rua em alaridos, fora ferido e morto por uma bala arremessada do meio deles, quando o mesmo Eduardo Angelim exercia o cargo de tenente-coronel do Corpo de Permanentes, ao qual aqueles em sua maioria pertenciam.

Houve quem lhe atribuisse a autoria deste brutal atentado. Não encontramos, entretanto provas para negar, nem mar o fato. Como quer que seja, é de justiça declarar que o acusado não deixou correr à revelia essa imputação: tratou de justificar-se até perante a viúva, a qual não hesitou em desposá-lo pouco tempo depois o que faz crer que ela ou lhe perdoou o crime ou o julgou isento de culpabilidade.⁹

É de crer que não passasse de rumores o que se dizia como geralmente acontece em casos tais. Praticado o fato na dominação dos rebeldes, quando estes se mostravam mais encarniçados contra os portugueses, era impossível descobrir a verdade como reclamava a justiça. Com receios fundados de comprometimentos ou por deveres de segurança e conservação, ninguém se arriscaria a denunciar o delinquente, nem a fornecer provas contra ele, quem quer que fosse, suspeito ou indiciado, uma vez que pertencesse à situa-

⁸ Nestes últimos tempos têm-se mudado os nomes de muitas ruas e praças da capital! Pode ser que haja nisto algum melhoramento público ou mesmo qualquer ato de patriotismo, que não seja possível descortinar; mas por nós declaramos que tal mudança parece não passar de meras extravagâncias, praticadas em momentos de impressões e entusiasmos pueris sem nenhuma utilidade nem merecimento, sendo, entretanto certa a perturbação que o novo e frequente batismo de ruas trará aos arquivos e tradições do Estado em épocas mais ou menos remotas. Há em todas as cidades certos nomes sagrados pelo povo que vê neles verdadeiros símbolos de fatos importantes; recordações vivas do passado devem ser conservadas como monumentos de sua história. Em Belém há mais de um caso destes. E justo perpetuar os nomes de cidadãos ilustres, assim como as datas gloriosas da vida social de qualquer povo, não contestamos; mas faça-se tudo sem destruir as memórias que os antepassados legam às gerações vindouras como fontes de notícias interessantes dos tempos idos.

⁹ Estes e outros fatos foram discutidos no ano de 1851, pelo *Publicador Paraense* e pelo *Mártir*, jornais publicados em Belém, o primeiro acusando e o segundo defendendo a Eduardo Angelim.

ção dominante. Inquéritos, diligências, esclarecimentos judiciários, tudo seria inútil. Não admiraria que fosse até protegido e inocentado o criminoso conhecido e confesso!

Demais, estando em seu auge a aversão dos rebeldes aos portugueses, era lícito também supor que o sentimento de rivalidade tivesse instigado o assassinio: podia bem ser que desse o tiro qualquer malfeitor do referido magote por própria resolução, sem nenhuma sugestão estranha. E esta suposição, aliás, natural e procedente, se não destruísse, pelo menos abalaria a suspeita contra Eduardo Angelim. Na falta de processo criminal há sempre carência de provas que convençam, e em tais condições é permitido fazer este e outros juízos que sejam verossímeis. A história nunca afirma um fato por presunções que possam facilmente ceder a outras presunções.

Surpreendido com a ausência inesperada da consorte, Eduardo Angelim ficou muito apreensivo, e não pôde ocultar o seu profundo desgosto. Indagava, mas ninguém lhe dizia o destino que ela tinha tido, e na incerteza fazia mil conjecturas, cada qual mais desagradável. Imaginava que tivesse sido desacatada, e no domíno dessa mortificante ideia sobressaltava-lhe o coração o zelo excitado do amor conjugal. Parecia-lhe tudo um mistério que o martirizava intimamente, por não lhe ser possível desvendá-lo na posição difícil em que se achava.

Sem comunicação com a gente do governo e em luta constante com este, não tinha tempo nem meios de averiguar o fato que tanto o impressionava. Por ditos vagos soube apenas que ela fora levada à presença do marechal, e isto fê-lo acreditar que a mesma estivesse recolhida ao palácio do governo ou a bordo de algum navio de guerra. Mas nada disto lhe podia tranquilizar o espírito. E efetivamente, dado o caso de estar ela neste ou naquele ponto, ainda assim ser tratada com o devido respeito e consideração. Via em tudo incertezas que o acabrunhavam. E por enquanto não devemos ir além destas suposições. Para observar a ordem natural dos acontecimentos, é necessário dar a cada um o seu lugar cronológico. Adiante terão os leitores a continuação desse assunto com todas as suas particularidades.

Entretanto, releva declarar que nem esta dolorosa atribulação abatia o ânimo de Eduardo Angelim. Conhecendo a sua arriscada posição, fazia tudo por vencer, e não descansava de prevenir-se até contra ciladas imaginárias. E foi ao seu gênio desconfiado e previdente que ele deve não ter sido morto ou pelo menos preso nessa noite.

Eram três horas da madrugada, e parecia que todos repousavam das fadigas do dia. Alguém viu e veio denunciar que Eduardo Angelim se recolhera a casa, seguido de pouca gente. Receber esta notícia e assaltá-lo foi obra de um momento. O marechal pensou poder encontrá-lo despercebido; mas, malicioso como era, ele já havia postado fortes guarnições nas esquinas mais próximas da casa em que residia, dentro de dois prédios que julgou mais apropriados à sua defesa.

A força do governo passou incólume a primeira esquina, e quando se avizinhava da casa, que era na referida rua Treze de Maio, entre a travessa de São Mateus e a do Pe-

lourinho¹⁰, foi acometida há um tempo pelos rebeldes que a colocaram entre dois fogos e a dispersaram com perda de muitos voluntários e praças de linha. A refrega foi medonha na escuridão da noite.

Eduardo Angelim não pôde mais pernoitar como pretendia, apesar de achar-se extremamente fatigado. Havia noites que já não dormia, preocupado com a necessidade de dirigir os seus camaradas e de impedir a frequente desordem entre os anarquistas, espalhados pela cidade em grupos tumultuários contra as suas terminantes ordens. Continuando nas suas vigílias, esperou que amanhecesse para dar execução ao plano que projetava.

Reuniu a gente dispersa e reduziu-a a um só corpo a fim de assim embaraçar que divagassem pelas ruas os turbulentos. Examinou os melhores lugares para estabelecer pontos fortificados nas imediações do palácio do governo e do Arsenal de guerra. Pôs-se à frente da força; preparou enfim tudo para o dia seguinte, disposto a romper fogo ativo ao raiar da aurora, sem tréguas ao governo.

¹⁰ Hoje, Sete de Setembro.

IV

Sucessos do dia 15 de agosto. - Providências tomadas pelo presidente, - Combates parciais. - Ataques ao Arsenal de guerra nesse dia e nos seguintes. - Efeitos terríveis de granadas. - Mau êxito dos rebeldes em suas tentativas. - Meios de hostilidade empregados pelos mesmos.

A noite de 14 de agosto foi toda de sobressaltos. Ninguém confiava em sua sorte pela incerteza dos acontecimentos, que não se podiam prever. Eduardo Angelim não pôde apaziguar os distúrbios, apesar das providências que tomara. Nem todos os desordeiros acudiram ao seu chamado e intimações; alcoolizados, muitos persistiram nas turbulências e assuadas pela cidade. A algazarra continuou nas ruas, seguida de tiros isolados e de descargas de fuzilaria, que perto e ao longe se ouviam com maiores ou menores intervalos. Ao amanhecer do dia 15 de agosto começou mais enérgico o fogo em vários pontos da capital. O marechal ao saber das fortificações preparadas pelos revoltosos durante a noite fez marchar uma coluna sob o comando do tenente-coronel João Henriques de Matos com ordem de repeli-los das posições que haviam tomado. Antes das oito horas da manhã este oficial com uma peça de campanha tinha-os desalojado dos pontos em que se haviam fortificado.

Mas, evacuadas as casas, teve de abandoná-las por ter de ir a socorro do palácio do governo, assaltado por numerosos grupos, sem poder distrair em serviço permanente a pouca gente de que dispunha: julgava de melhor conselho deixar esses pontos antes sem nenhuma guarnição do que com guarnição insuficiente; e isto deu lugar à facilidade com que os revoltosos horas depois se viessem fortificar de novo nas mesmas casas sem a menor resistência. Eles eram em grande número, e tinham invadido quase toda a cidade. Nas circunvizinhanças do palácio do governo, se haviam reforçado nos prédios mais próximos de onde faziam fogo sem risco algum contra a força legal. Não foi difícil batê-los; porém abandonadas as posições por necessidade de serviços mais urgentes, eram imediatamente ocupadas pelos facciosos que sem demora recommçavam os seus atos de hostilidade.

O tenente-coronel Matos foi chamado à pressa para acudir aos que atacavam a gente de Geraldo Gavião, entrincheirada no convento do Carmo; e alcançado o triunfo, seguiu por algum tempo no encalço dos revoltosos que fugiram pela estrada do Arsenal de Marinha. E nem bem tinha chegado à Cancela, lugar situado na esquina desta estrada com a de São José, quando Eduardo Angelim lhe saiu ao encontro obrigando-o a retirar-se para o palácio do governo debaixo de um chuva de balas, que lhe tirou da ação muitos dos seus melhores soldados. Não lhe valeu a perícia, nem a intrepidez da tropa de linha contra as falanges numerosas dos facciosos, que não enfraqueciam com a perda dos seus comparsas. As armas dos que saíam fora de combate por mortes e ferimentos eram em ato contínuo entregues a outros que os acompanhavam de reserva.

Nestes e outros tiroteios passou-se o dia inteiro. Pelas 5 horas da tarde lembrou-se Eduardo Angelim de atacar o Arsenal de Guerra e, reunindo a sua melhor força, marchou para ali com a firme resolução de fazer todo o sacrifício para apossar-se desse ponto, onde imaginava encontrar os petrechos bélicos de que tanto carecia. Grande parte dos seus sequazes precisavam de armamentos e munições que ele supunha encontrar em abundância nesse estabelecimento militar.

Chegado à Praça das Mercês, lá deixou parte da gente para repelir o inimigo que tentasse vir pela travessa deste nome e pelas ruas de Santo Antônio, dos Mercadores e da Imperatriz, postou-se em Arsenal de guerra e estendeu os seus combatentes até ao beco imediato do Açogue. A Rua da Indústria é uma das mais estreitas da cidade, principalmente na parte fronteira ao Arsenal: talvez não tenha oito metros de largura. É, pois fácil de prever como ficavam aglomerados os revoltosos sem lugar para executar a mais simples manobra, e como lhes deveriam ser fatais os tiros do pavimento superior desfechados sobre eles, unidos e compactos na rua.

A guarnição do Arsenal estava a postos; dividia-se em pelotões incumbidos de serviços certos e determinados. Cada janela tinha os seus defensores e estes, vigilantes sobre o inimigo, espreitavam por imperceptíveis frestas todo o seu movimento para poderem operar com acerto. O comandante mostrava-se incansável; percorria o edifício, fortificava os pontos mais vulneráveis, regularizava o serviço, examinava os armamentos e munições, animava os soldados, prevenia a defesa por todos os meios possíveis, para que nada faltasse na ocasião do ataque que era esperado a todo o instante. E não houve demora no rompimento de hostilidades. Os facciosos deram uma descarga de fuzilaria depois de corres ponderem aos costumados vivas de Eduardo Angelim. Então, de cima, de todas as janelas do edifício começaram a lançar granadas e estas, fazendo terríveis explosões, reduziam-se a milhares de estilhaços no meio dos revoltosos que, não obstante se moverem em ondas para evitar o perigo, caíam às dezenas, uns mortos, outros feridos.

O alarido foi geral: aos gemidos e aos gritos de dor sucediam as imprecações, as frases entusiásticas de animação, as saudações frenéticas à liberdade, à nação, à pátria, a todas as entidades morais, próprias para em ocasiões tais excitar os brios populares. Salpicados de sangue, com a morte diante dos olhos, entre milheiros de projetis das granadas que reben-tavam sem cessar, tropeçando sobre cadáveres despedaçados e disformes, todos se empenhavam na luta com louco ardor, e não retro cediam um passo. Pasmava a temeridade com que esses homens arrostavam a morte, sem poderem ao menos divisar o inimigo, que tanto mal lhes fazia! Inconscientes, obedeciam automaticamente às ordens de seu chefe sem nenhum queixume, nem relutância, e pareciam delirar na valentia insensata que ostentavam. Os seus tiros perdiam-se, entretanto de encontro às paredes e janelas do edifício!

Eduardo Angelim, vendo os ferimentos e a espantosa mortandade que dizimavam as suas fileiras, mandou subir aos prédios fronteiros e de lá fazer fogo renhido sobre

as janelas do Arsenal, de maneira que não se desse tempo de abri-las para hostilizar a quem estivesse na rua. Tratou ao mesmo tempo de ativar o trabalho do arrombamento do portão, para cujo serviço fora prevenido com alavancas, machados e homens habitua dos a manejá-los. Mas nem assim conseguiu o seu intento como desejava. Pelos postigos das janelas continuavam a lançar granadas e os machados, embora manejados com destreza e vigor, encontravam forte resistência no ferro com que estava chapeado o portão. Com muito esforço só pelas 7 horas da noite puderam abrir brecha por onde entraram precipitadamente alguns dos mais ousados com aplausos gerais dos amotinados. A alegria de triunfo manifestou-se no semblante de todos: a notícia correu e espalhou-se pelas falanges, das quais partiram logo mais frenéticos gritos de animação.

Imaginavam talvez que a maior dificuldade estava vencida! Engano fatal! Havia ainda maiores obstáculos e talvez insuperáveis. Além do segundo portão de que já falamos, muito mais forte que o primeiro, existia na entrada da escada uma porta chapeada de ferro, que embaraçava a subida para o pavimento superior. Na parede oposta a esta porta e nas laterais havia algumas fendas em forma circular por onde se poderia coberto fazer fogo contra os que tentassem subir. E de presumir que os revoltosos ignorassem tudo isto: homens do campo na sua máxima parte e de supor que desconhecessem as condições de segurança do trem de guerra. Assim pelo menos faz crer o arrojo temerário com que combateram durante todo este ataque. Para contê-los em seus ímpetos, bastaria que soubessem da existência do formidável alçapão de que já também demos notícia.

Com incrível audácia puderam abrir de par em par o portão. Todos porfiavam em entrar como primeiros; parecia-lhes que disso lhes proviria maior quinhão de glória! Mas o espaço era muito acanhado para tantas ambições! Tinha apenas seis metros e alguns centímetros de comprimento sobre três e meio de largura. Entrados de tropel e apinhados, cuidavam de forçar com denodado esforço o portão interno de ferro, quando de repente abriram o alçapão e despejaram quase há um tempo uma dúzia, duas, centenas de granadas sobre a massa compacta de gente, que estava embaixo comprimida e quase colada! Houve um momento súbito de espanto! Como se um raio os tivesse fulminado, ficaram estupefatos e imóveis diante da surpresa de um acontecimento tão grave e imprevisível, que nunca lhes passou pela mente! Foi instantâneo, porém, este estado de amortecimento moral. As granadas, despedaçando-se sobre essa massa apinhada de gente, fizeram logo sentir os seus terríveis efeitos. Foi um verdadeiro quadro de horror!

Os revoltosos despertaram em breve do torpor que os dominava, e prorromperam em vociferações e alaridos. Mutilados, caíam mortos ou feridos sobre o lajedo. Os tímidos que tentavam sair para evitar a morte eram encontrados pelos que em grossas colunas impediam a passagem, e sem conhecer o perigo que havia dentro do pavimento, se esforçavam por entrar impelindo para diante quantos julgavam poder embaraçar lhes o caminho. Não havia que recuar, e os revoltosos cada vez mais se apertavam, ofere-

cendo às granadas maior número de vítimas. Os claros deixados pelos mortos e feridos eram sem delonga preenchidos por outros, todos queriam ter posição na vanguarda e não regateavam a vida. Eduardo Angelim não cessava de encorajá-los, arengava no meio deles como possessor.

Testemunha ocular dos estragos que faziam as granadas, ele ordenou uma linha de atiradores com mira certa no alçapão de modo que impedissem com fogo vivo e sucessivo o manejo da portinhola por onde eram aquelas arremessadas. Nada, porém, conseguiu o oficial que comandava a guarnição do Arsenal era bastante perito na tática militar, e estava prevenido contra a astúcia do inimigo. Por determinação sua os artilheiros encarregados de lançar as granadas se estendiam deitados sobre o soalho, e com os braços abertos sem erguê-los faziam o serviço, livres de perigo, conservando as cabeças sempre abaixadas, fora do alcance dos tiros inimigos. As granadas eram postas e acesas junto do alçapão: aberto este, lançavam-nas sem interrupção; bastava sacudi-las para as frestas que ficavam de um e outro lado daquele, quando levantavam a portinhola que o fechava. E uma vez lançadas desciam logo esta portinhola sobre os seus gonços, e no mesmo instante a cercavam com uma barra de ferro que lhes servia de tranca. E quando momentos depois a tornavam a suspender, era sempre com a mesma cautela e prevenção: parecia haver receio fundado de alguma trama do inimigo. A abertura que davam à portinhola era somente a que julgavam estritamente indispensável à necessidade absoluta do serviço.

Eduardo Angelim, depois de incessantes fadigas, convenceu-se de que era inútil todo sacrifício. Deu ordem de retirada e mandou conduzir os feridos e mortos para serem estes sepultados e aqueles tratados na enfermaria do quartel de infantaria, onde recolheu-se com toda a gente. E quer neste trajeto, quer no ataque que durou até às dez horas da noite, não foi hostilizado senão pela guarnição do Arsenal: apenas os navios de guerra fizeram fogo contra a cidade, mas as suas balas e metralhas, varrendo as ruas, só danificaram os defensores do governo, os prédios e edifícios públicos. Nos dias posteriores Eduardo Angelim ainda tentou por cinco vezes novos ataques ao Arsenal de guerra, redobrando de ardor e ousadia nos seus cometimentos. Não cessava de arengar e fazer proclamações.¹

¹ Uma das proclamações de Eduardo Angelim: “Briosos e valentes paraenses! Meus bons amigos e dignos companheiros d’armas! Fazem hoje 6 dias com outras tantas noites, que sustentamos um fogo mortífero contra os nossos inimigos, que tiveram o arrojo e atrevimento de provocar os brios dos dignos filhos desta rica e importante província, ameaçando-nos com fuzilamento, prisões e algemas. Diziam os covardes que nós não passaríamos do portão de Nazaré, e quando muito do Largo da Pólvora! Logo no primeiro dia da nossa entrada nesta cidade, levamos de vencida os escravos do poder e ficamos senhores de mais de metade da cidade, e já estaríamos senhores de toda a capital, se tivéssemos algumas peças de artilharia. Mais alguns dias de constância e seremos vencedores. O infame jugo estrangeiro e opressor há de cair por terra! Os monstros se hão de arrepender de terem violado as leis do Estado, e menosprezado os sentimentos patrióticos dos habitantes do Grão Pará! Os dois estrangeiros Jorge Rodrigues e Taylor estão encurralados, e não têm a necessária coragem de se apresentarem em frente de seu valente exército para se baterem conosco. Por que não seguem esses déspotas e vis tiranos o exemplo dos chefes rebeldes, que se acham à frente de seus companheiros d’armas, e sempre nos pontos de maior perigo? É fácil a resposta: é porque são covardes, sobrando-lhes, todavia a coragem para prender e espancar a cidadãos pacíficos e indefesos! Paraenses! Seja o nosso brado de guerra: Vencer ou morrer! A nossa coragem, valor e constância tem por tal forma aterrado os nossos inimigos, que eles já estão entrincheirados, e quase que

Arremessava-se como louco no meio dos combatentes, e ora os animava com exortações, ora os impelia com ameaças e pranchadas. Antes dos ataques mandava sempre distribuir entre eles bebidas alcoólicas que, sobre-excitando, pudessem tomá-los indiferentes às cenas de sangue e aos temores da morte.

Não havia ardis de que se não servisse para vencer as dificuldades e levar ao cabo o seu intento. No segundo dia fez introduzir no alçapão, quando este foi aberto, um pau que de propósito transportara para tal fim. Pensava que assim, impedindo que o mesmo fechasse, pudesse impossibilitar o serviço das granadas e facilitar os tiros para cima pelo maior buraco que ficasse. Ignorava que no soalho e na portinhola estava presa pelos extremos uma curta corrente de ferro, que não permitia outra abertura além da necessária. Não melhorou de posição; pelo contrário a abertura permanente do alçapão, diminuindo o trabalho e o cuidado de fechá-lo, desenvolveu maior atividade no arremesso das granadas, como estragos mais sensíveis entre os amotinados. Eduardo Angelim parecia desesperar com ver frustrados os seus planos. Tentou por várias vezes escalar as janelas do Arsenal, mas, ao subirem as escadas, os seus intrépidos soldados eram arremessados sobre a calçada da rua, feridos por balas ou projetis de granadas, quando não rolavam com as próprias escadas que de encosto à parede lisa do edifício, eram facilmente desequilibradas e com qualquer impulso arremessadas sobre o solo.

Eduardo Angelim foi mal sucedido em todas as suas tentativas contra o Arsenal: arrastou sem vantagem à hecatombe tantos infelizes que lhe rendiam cega obediência. A sua pertinácia era improficua, e não pode ter justificação nem na inexperiência de sua pouca idade, nem na ignorância do sacrifício que já lhe era conhecido. A reincidência, com pleno conhecimento do mal, é sempre condenável. E se no primeiro ataque, quando ele ignorava o perigo, cometeu um erro que lhe pode ser relevado, no segundo e seguintes, quando já sabia de tudo, cometeu uma desumanidade, senão perfídia, que não lhe será nunca perdoada. Não contente com ter induzido essa gente rústica à rebeldia, precipitou-a ainda no morticínio e azares de seis ataques mortíferos, sem possibilidade alguma de triunfo! A valentia não exclui a prudência, nem justifica os atos de estúpida temeridade.

As perdas sucessivas destes ataques não arrefeceram o ardor de Eduardo Angelim. Os seus cometimentos continuaram sempre assoma dos e arteiros. Nos pontos que ocupava, tinha já mandado abrir comunicações internas nas paredes e quintais das casas, por onde os rebeldes passavam incólumes de umas para as outras. Pelos postigos e frestas das janelas espivavam a gente que os perseguia, e só faziam fogo quando marcavam a vítima que tinham de imolar. Não era possível assim destroçá-los. Desapareciam no maior calor das refregas, e reunindo-se mais adiante, no mesmo quarteirão ou no imediato, punham de novo em execução o seu costumado sistema de combate.

não ousam apresentar-se em campo! Companheiros d'armas! Defensores da Pátria e da Liberdade: Vencer ou morrer! Viva o Pará! - Belém, 20 de agosto de 1835. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim.”

(Como esta proclamação há outras que deixamos de publicar por falta de interesse histórico; são quase idênticas, dirigindo-se todas ao mesmo fim.)

A cidade tinha então imensas cercas estacadas de madeiras, que lhes serviram de trincheiras. Colocados por detrás das mesmas, faziam pontarias certeiras, e raro era o tiro que perdiam. Debandavam logo que se julgavam incapazes de resistir, e na fuga por dentro das casas não podiam ser alcançados, pois que nem ao menos eram vistos. A força do governo por mais de uma vez tentou acozá-los, porém viu sempre frustrados os seus esforços diante da presteza com que os fugitivos sumiam-se por lugares escusos sem deixar vestígios do rumo que tomavam.

Chamavam eles a isto guerrilha, e por tal meio defendiam em pequenos grupos os quarteirões confiados a sua guarda, postando em lugares apropriados sentinelas avançadas e ocultas que lhes davam avisos das ocorrências. Para as sortidas e ataques é que havia fortes colunas de homens escolhidos que se conservavam em pontos determinados, donde só saíam por ordem expressa de Eduardo Angelim. Este não parava em parte alguma: acompanhado de um piquete, andava dia e noite pela cidade, espreitando os movimentos da força legal, hostilizando-a e acudindo aos seus agentes, sem descuidar-se do palácio do governo, cujo cerco ele apertava com interesse cada vez maior, sendo depois reforçado com os contingentes que lhe dispôs a retirada da marinhagem.

Aprisionar o marechal ou obrigá-lo a fugir da capital era o seu principal empenho, e para consegui-lo não poupava sacrifícios. Tinha introduzido gente armada nas casas situadas na praça², onde demorava a residência do presidente, com ordem de fazer fogo constante contra esta e de lhe cortar todas as comunicações, de maneira que ficasse completamente vedada a entrada e saída do palácio do governo. E cumprida com rigor, esta ordem foi de efeito desastroso para o marechal que se viu em breve encurralado.

A falta que os rebeldes sentiam de armamentos e munições estava mais ou menos reparada. Desde o dia em que invadiram a capital e conheceram a resistência obstinada do Arsenal de guerra, não descansaram de empregar todos os meios possíveis de prover semelhante necessidade, dando busca nos estabelecimentos comerciais, onde suspeitavam encontrar pólvora e quaisquer outros artigos bélicos, e nas suas diligências tinham conseguido resultados favoráveis, dos quais souberam tirar vantagens pela severa economia guardada no emprego das munições. Não davam tiros em vão, e desses mesmos prescindiam quando afrouxava a energia da tropa de linha.

Eduardo Angelim conhecia a fraqueza dos defensores do governo, e reanimava-se ao ver que eles desacoroçoavam e fugiam das fileiras. A guarnição do palácio estava sitiada; ninguém mais podia sair nem entrar sem receber um e mais tiros de fuzilaria; as portas e janelas permaneciam cerradas com receio das balas arremessadas em direção a qual quer abertura que fizessem. Os rebeldes incontestavelmente ganhavam terreno: ou pela sua atividade e grande número, ou pela frouxidão e insuficiência da gente do governo, eles abriam caminho e avançavam a passos largos.

² Era esta praça então conhecida por Largo de Palácio; hoje tem o nome de Praça da Independência.

Eduardo Angelim temia somente a chegada de forças mandadas do sul em socorro do marechal. Corria o boato de que este esperava a cada instante auxílios importantes que lhe haviam prometido nas províncias, por onde passara em sua vinda para o Pará, e este boato não deixava de ter fundamento razoável. Ninguém acreditava que o novo presidente, no meado pela regência, tivesse a infeliz lembrança de tomar a administração da província, sem contar com a remessa pronta de tropa, que pudesse apoiar a sua autoridade contra as turbas anarquizadas e triunfantes desde o dia 7 de janeiro. Sem este auxílio de forças era impossível sufocar a rebelião. E nem Eduardo Angelim duvidava mais do favor da sorte que lhe parecia propícia.

V

Situação da capital. - Embarços do marechal. - Deserção dos voluntários. - Fome e providências. - Desânimo geral. - As famílias buscam asilo nos navios. - Conselho no palácio do governo na noite de 22 de agosto. - Deliberação do mesmo. - Retirada do marechal para bordo da fragata Campista na madrugada de 23 do referido mês de agosto. - Embarque das famílias e das guarnições do Arsenal de guerra e de outros pontos. - Posição que tomara a esquadra durante nove dias de fogo. - Considerações sobre os seus atos de hostilidade. - Abandono da Capital. - Retirada de todos os navios para a baía de Santo Antônio. - A fragata Imperatriz de guarda à fortaleza da Barra. - Desgraças a bordo deste navio e em terra.

O marechal conhecia a sua má posição, e pressentia a desgraça que lhe estava destinada, mas nada podia fazer que remediasse o mal. A sua resistência era quase nula e enfraquecia cada vez mais. Os rebeldes já percorriam as ruas sem temor nem constrangimento. A força legal estava exausta, dizimada, ferida e fora de combate em sua maioria. Os poucos voluntários que restavam no serviço reconheciam-se fracos diante das numerosas falanges do inimigo e dos seus ardis, deixavam as armas e refugiavam-se no palácio do bispo, nos consulados e nos navios mercantes.

O desânimo era geral e subiu de ponto, quando a esquadra começou a envergar panos como preparativo de próxima retirada. As famílias que ainda se conservavam em seus domicílios ficaram de todo esmorecidas e foram implorar socorro à esquadra e às embarcações surtas no porto, abandonando tudo à voracidade dos malfeitores. Poucas puderam resguardar insignificantes joias e valores que levaram consigo. Na confusão cada uma tratou de salvar-se sem pensar em acautelar bens, e nem estes podiam ser avultados, atento o atraso da província nesse tempo.

Julga-se, entretanto que houve quem enterrasse trastes de ouro e prata assim como dinheiros nos quartos e quintais das próprias casas para livrá-los do latrocínio! Quando isso fosse verdade, ninguém logrou o seu intento. Fascinados pelas notícias de tais tesouros, os rebeldes escavaram todos os recantos suspeitos e apoderaram-se dos objetos que encontraram, não constando que fossem muitos e de grande valia. Declaremos de passagem: por longos anos acreditou-se e talvez ainda hoje se acredite nos exagerados cabedais sepultados durante o tempo da rebelião! E com o fim de descobri-los têm-se feito de noite muitas escavações em rentes pontos da capital! Houve já quem até pedisse ao governo central permissão para cavar as ruas e praças de Belém e desenterrar tão decantados tesouros! Quem duvidar disto consulte os arquivos públicos e lá encontrará a prova desta tentativa de ridícula aventura.

Em nossa opinião não passam de criações fantásticas da imaginação popular os boatos sobre essas fabulosas riquezas. Em 1835 as fortunas eram apoucadas no Pará, e não havia capitais acumulados que pudessem ser enterrados. Os proprietários e negociantes mais abastados fizeram em tempo transportar para fora da província o dinheiro e bens que puderam retirar, temendo a anarquia que imperava principalmente depois de 7 janeiro dia em que os rebeldes tomaram conta da província. Em agosto a população estava inteiramente exausta de recursos e meios pecuniários, e não podiam existir as preconizadas fortunas. Havia carência de tudo. Grandes e pequenos sofriam privações e misérias.

E este triste estado de coisas piorou com a agitação crescente da idade fazendo-se, sobretudo sentir a falta de gêneros alimentícios. Nos primeiros dias serviram de muito as canoas e os barcos chegados com bordo peixe seco e farinha do Amazonas, Marajó e outros pontos do interior da província, onde ainda ignoravam as desgraçadas condições da capital. Ao passarem essas pequenas embarcações pelos navios de guerra, eram intimadas a fundear; e avisadas das ocorrências de terra, aí mesmo por ordem do marechal efetuavam a venda das mercadorias que traziam e regressavam sem tocar na cidade.

Talhado o gado na esquadra, a carne era distribuída em pequenas rações pela gente de bordo e de terra, e isto em princípio suavizou os rigores da fome, conquanto não satisfizesse a população depois de esgotadas as parcas provisões das casas particulares. Idêntica distribuição se fazia do peixe, da farinha e dos poucos gêneros de primeira necessidade, os quais, todavia tendiam a escassear com a constante múngua de comunicações, suspensas por notícias aterradoras da capital ou interrompidas diretamente pelos facciosos.

E não tardou que estes mesmos víveres desaparecessem, sem haver onde comprá-los por dinheiro algum. Os açougues estavam fechados. Os rebeldes haviam arrebanhado o gado recolhido ao Curro, que era então nas proximidades do Arsenal de marinha, e escondendo-o nos matos vizinhos, lá só abatiam as reses indispensáveis ao seu restrito consumo. Além disto, tinham-se apoderado das poucas vitualhas encontradas nos armazéns e mercearias que saquearam, fazendo repentinamente falhar a alimentação pública. Não era esta então exposta à venda em local de terminado e exclusivo.

Nenhum mercado havia nesse tempo. Os gêneros eram comprados em certas praças ou no litoral da cidade, onde as canoas encostavam às praias que lhes ofereciam melhores acomodações e vantagens de comércio. E os portos estavam desertos e abandonados pelos lavradores que, aterrados pelas notícias, não se animavam mais a vir à capital, tentar a mínima transação.

Os perigos cresciam. O marechal já não contava senão com os pontos do Castelo, Hospital militar, Seminário e Palácio do governo, mas estes mesmos achavam-se muito reduzidos pela continuada perda de gente por mortes, ferimentos, doenças e deserções. O Arsenal de guerra era o único que se conservava inalterável em seu posto, repelindo tenazmente os violentos ataques dos rebeldes.

Pelo lado da segurança individual não era menos deplorável o estado da cidade. Os sediciosos repetiam com mais imprudência os seus atentados. Alcoolizados, andavam em orgias pelas ruas, davam tiros, faziam algazarras, e à caça de imaginários maçons e portugueses entravam pelos aposentos mais reservados, apossavam-se do que viam de melhor, infligiam castigos, desrespeitavam famílias, maltratavam mulheres e cria indefesas.

No meio de tantas dificuldades o governo sentia-se acabrunhado sem poder remover os perigos, que se multiplicavam com o enfraquecimento sensível da força legal. A própria guarnição do palácio já se reduzia a poucas praças de linha e de voluntários, as quais, pela fadiga, não podiam mais resistir aos frequentes assaltos dos rebeldes, tendo estes invadido nos últimos dias as casas situadas nas imediações de todos os pontos fortificados pelo marechal, impossibilitando as comunicações dos mesmos entre si, com o governo e a esquadra.

Nove dias depois da entrada dos rebeldes, o assédio do palácio fora levado ao extremo de os sitiados, quebrantados de forças, perderem toda a esperança de salvação. Correria mal para o governo o dia 22 de agosto. O marechal amanhecera cercado pelos rebeldes que já pouco distavam do palácio, e sem meios de defesa estava em risco de ser aprisionado. Não tinha talvez mais de cem homens disponíveis, e estes seriam insuficientes para repelir qualquer agressão contra o palácio que, isolado em uma praça como se achava, podia ser atacado simultaneamente pelas quatro faces, tornando-se neste caso impossível a defesa.

Havia muito que os navios de guerra estrangeiros não faziam desembarcar a sua marinhagem em auxílio do governo: vendo o desânimo e a deserção dos nacionais, não quiseram mais expor as suas guarnições aos azares das emboscadas. Esta abstenção tirou aos rebeldes o temível baluarte que encontravam na tropa aguerrida, e deu-lhes o trânsito livre das ruas incitando-os a maiores cometimentos de audácia.

O governo pelo contrário, privado de tais auxiliares, perdeu o seu melhor elemento de força, tornando-se lhe sobremaneira difícil poder manter-se até em posição defensiva. O perigo era iminente e convinha preveni-lo sem perda de tempo. Parecia entretanto de bom conselho ouvir, antes de qualquer providência, os principais agentes da autoridade pública sobre os meios de obstar ao mal que ameaçava devastar tudo. Era urgente impedir novas catástrofes que trouxessem à província prejuízos mais irreparáveis.

Para este fim o marechal reuniu de noite no palácio do governo o chefe da força naval João Taylor, o tenente-coronel José de Brito Inglês, o tenente-coronel comandante dos voluntários Francisco Marques d'Elvas Portugal, o capitão-de-fragata comandante da fragata Campista Jorge Manson, o major comandante do 4º batalhão de caçadores João Raimundo Carneiro Junqueira e o Dr. juiz de direito chefe de polícia João Alves de Castro Rozo. E presentes todos, declarou-lhes que os havia convocado para ouvir a opinião de cada um sobre as providências que mais convinhão à salvação da província no estado em

que se achava a capital. Havia já nove dias de fogo, sem outra vantagem que não fosse a morte do primeiro chefe de rebeldes e a conservação do Arsenal de guerra, o qual já tinha resistido a seis vigorosos ataques.

Declarou-lhes mais que estava admirado de ver abandonados pelos voluntários os principais pontos que serviam de postos exteriores ao palácio e tinham sido conquistados com sacrifício de sangue e vidas aos rebeldes que, senhores do quarteirão de leste, já se achavam na distância de cem a cento e vinte passos. Este sucesso e as denúncias que tinha de proteção oculta aos rebeldes lhe faziam acreditar que estavam em risco o palácio e o governo. A tropa estava fatigada, sendo crescido o número de mortos e feridos tanto nela como na marinagem.

Declarou finalmente que também estava admirado de ver o palácio desguarnecido, faltando nem só os voluntários como as armas que eles, ao retirar-se, não deixavam para suprir as que se inutilizavam. O perigo era pois certo, e a bem do interesse nacional ele pedia ao conselho reunido lhe sugerisse um meio de salvar a província, melhorando a posição precária do governo.

O chefe da força naval tomou então a palavra e ponderou que, informado da opinião dos comandantes dos navios da esquadra e dos seus oficiais, especialmente dos que tinham entrado em fogo contra os rebeldes, e tendo ouvido os comandantes das corvetas inglesa e portuguesa, era de parecer que o presidente da província se retirasse para bordo, visto não ter alcançado vantagem sobre os rebeldes durante os nove dias de defesa. Ele e o comandante da fragata Campista tinham ido pessoal mente aos pontos encorajar os voluntários, e a estes por muitas vezes deram de conselho que não deixassem por forma alguma os seus postos; mas apesar disto e não obstante serem comandados por oficiais de marinha e do exército, abandonavam os pontos, consumindo-se o tempo na desgraça alternativa de ganhar e perder posições!

Mais de quinhentos voluntários acrescentou, se tinham apresentado e recebido armamentos com entusiasmo; entretanto poucos já apareciam e, a despeito de todas as ordens, fugiam para o mar em canoas e montarias levando consigo as armas! Presenciando este covarde procedimento, os cônsules sentiam pesar em ter feito desembarcar a marinagem dos navios de sua nacionalidade, e com razão não queriam mais sacrificar os seus compatriotas, quando os nacionais pouco se importavam com o estado da cidade. O presidente da província não podia contar senão com oitenta voluntários bravos e capazes de fazer frente ao inimigo, mas estes não bastavam para acudir aos pontos que necessitavam de defesa, e ao palácio que era o principal alvo dos rebeldes.

As praças de bordo e da tropa, continuou, estavam em grande número mortas e feridas, não lhes sendo mais possível fornecer marinheiros por lhes restar pouca gente e ser-lhes esta indispensável para o serviço da guarnição dos navios de guerra. O sistema dos rebeldes de penetrarem nas casas e fazerem fogo a coberto exigia muita gente para poder

atacá-los com vantagem: e em consequência de terem sido abandonados os pontos, eles efetivamente já dominavam o quarteirão de leste do palácio e, com o fogo que faziam, tornavam difícil senão impossível a comunicação com o governo e com o mar. Para não sacrificar o presidente da província a tropa e a marinhagem que estavam sós em campo, julgava conveniente e propunha a retirada destas e daquele no maior segredo possível, para não ser a mesma impedida pelo inimigo que apenas distava cem passos do palácio.

E sendo tudo ouvido pelos oficiais presentes, e concordes todos na fadiga dos soldados e na deserção dos voluntários, confirmaram não haver mais em palácio gente suficiente para defesa do governo; pelo que apoiaram a retirada pela maneira proposta, encravando-se a artilharia e lançando-se nos poços de palácio todo o cartuchame e pólvora que houvesse.¹

¹ Termo lavrado pelo secretário do comando das armas, Raimundo Verissimo Nina, e assinado pelos referidos oficiais. Foi remetido ao Ministério da Guerra pelo seguinte ofício: Il.mo e Ex.mo Sr. – Levo às mãos de V. Ex^a., por cópia, o conselho de guerra que formei na noite de 22 deste mês, acerca da minha retirada para a esquadra. No mesmo conselho como no meu ofício se evidenciam os forçosos motivos deste procedimento, com o qual me persuado ter obrado a bem da Nação e do serviço de S. M. o Imperador; porquanto aqui na esquadra tenciono manter em respeito a providência que espero não combinará com os inimigos da cidade. Ponho igualmente nas mãos de V. Ex^a., a declaração do marinheiro desta fragata, que muito serve para esclarecer tudo quanto em meus ofícios levo exposto e do mesmo conselho se vê. Deus Guarde a V. Ex^a. Bordo da fragata Campista, 27 de agosto de 1835. – Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

Extratamos com toda fidelidade o aludido termo do conselho de guerra; entre tanto, para confrontação e prova do que acabamos de expor ainda aqui o transcrevemos na sua íntegra:

“Aos 22 dias do mês de agosto do corrente ano de 1835, no Palácio do Governo desta Província do Pará, reuniu o Ex.mo Sr. Marechal Presidente da Província e encarregado do Comando das Armas, Manuel Jorge Rodrigues, um conselho das pessoas abaixo assinadas: o Ex.mo Comandante das Forças Nacionais João Taylor, o Coronel às suas ordens João de Brito Inglês, o Tenente-Coronel Comandante dos Voluntários nacionais Francisco Marques d’Elvas Portugal, o Capitão-de-Fragata Comandante da Fragata Campista Jorge Manson, o Major Comandante do 49 Batalhão de Caçadores João Raimundo Carneiro Junqueira, e o Dr. Juiz de Direito Chefe de Polícia João Alves de Castro Rozo; e logo que reunidos foram, o Ex.mo Sr. Presidente declarou que tinha chamado o Ex.mo Sr. Chefe, e convocado este conselho para ouvir a sua opinião e propor o que melhor conviesse no estado atual da cidade a bem do serviço nacional e imperial e da salvação da Província, por quanto sendo já nove dias de defesa sem outras vantagens além da morte do 19 chefe dos rebeldes e a conservação do Arsenal de Guerra, que já havia resistido a seis ataques, estava verdadeiramente surpreso de ver abandonados pelos Voluntários os principais pontos que serviam de postos exteriores ao Palácio e tinham sido ganhos com sangue e vidas; que os rebeldes, senhores do quarteirão de leste, se achavam na distância de 100 a 120 passos; que este sucesso bem como denúncias que tinha de proteções ocultas aos rebeldes faziam crer em risco o Palácio, e a situação do Governo, vendo já a tropa fatigada e crescendo o número de mortos e feridos na tropa e marinhagem, e muito admirava ver o Palácio desguarnecido faltando não só os Voluntários como as armas que não deixavam para se suprirem as que inutilizavam, e sendo isto assim dito tomou a palavra o Ex.mo Chefe e continuou motivando do modo seguinte a necessidade de retirar-se o Sr. Presidente para bordo da esquadra:

“Que ele inteirado da opinião dos Comandantes dos navios da Esquadra e dos seus Oficiais, especialmente dos que tinham estado no fogo contra os rebeldes, bem como tendo ouvido os Comandantes das Corvetas de guerra Portuguesa e Inglesa, propunha ao Ex.mo Sr. Presidente a necessidade de retirar-se para a Esquadra, porquanto eram nove dias que S. Ex^a. sustentava uma defesa rigorosa contra os rebeldes, mas que nenhuma vantagem se colhiam senão as já ponderadas: Que ele Chefe pessoalmente e o Comandante da Fragata Campista Jorge Manson tinham ido muitas vezes aos pontos onde havia fogo, a encorajar os Voluntários não tanto para entrarem nele como para sustentarem os pontos que se ganhavam com vidas e sangue, e conquanto eles fossem comandados por oficiais de marinha e tropa, os desamparavam de maneira que por nove dias se estava na desgraçada alternativa de ganhar e perder posições: Que se tinham armado cerca de 500 Voluntários, os quais tinham recebido armas com entusiasmo, mas que não apareciam, e em despeito de todas as ordens eles

Aceito este alvitre, que outro não havia, o marechal preparou a sua retirada com as precauções necessárias para não despertar o inimigo com qualquer alarme que fizessem as famílias reunidas no palácio, e às duas horas da madrugada saindo pela porta da cocheira, seguiu às ocultas para o Seminário e daí passou-se para o Castelo, onde o esperava um escaler que o transportou sem demora a bordo da fragata Campista. Somente o acompanharam quatro amigos, escolhidos entre os oficiais que mais confiança lhe mereciam por fidelidade e valentia. Deixou prevenida a sua defesa no caso de agressão em caminho, cuja distância não excedia de cento e cinquenta a duzentos metros.

O Seminário fica fronteiro ao palácio do governo, pouco distante deste e quase junto ao Castelo, com entrada pelo lado oriental da Praça da Independência; pelo que se tomou fácil o trajeto do marechal até ao porto sem ser pressentido por ninguém. Momentos antes de embarcar, tinha ele ordenado o abandono do Arsenal de guerra e de todos os pontos fortificados, devendo as guarnições dos mesmos recolher-se aos navios de guerra, logo que encrassem as peças e lançassem nos poços o cartuchame e a pólvora que tivessem, de maneira que os rebeldes nada encontrassem que lhes pudesse servir. E prevendo o alvoroço que haveria com a notícia de sua retirada, tinha também ordenado que se convidasse e desse embarque sem distinção às pessoas e famílias que estivessem no palácio do governo e do bispo, assim como às que se apresentassem no litoral com intenções de embarcar e recolher-se à esquadra.

E para mais pronta execução destas ordens, ao chegar a bordo fez imediatamente partir para os pontos de embarque todos os lanchões e escaleres dos navios de guerra; e por felicidade foi secundado com admirável atividade na sua louvável resolução: tanto a oficialidade como a marinagem mostraram-se solícitos no desempenho desta humanitária fugiam para o mar em montarias e canoas levando as armas: Que as corvetas estrangeiras, presenciando este escandaloso e covarde procedimento, tinham sustado o desembarque de suas forças, não as devendo sacrificar enquanto os próprios nacionais não se importavam com o estado da Cidade: Que S. Ex^a. podia apenas contar com 80 Voluntários bravos e capazes, mas que este número já não era bastante para acudir aos pontos necessários e defender o Palácio, primeiro alvo dos rebeldes; porque os marinheiros e a tropa da Brigada se achavam muitos mortos e feridos em grande número, sendo o resto necessário ao serviço da Esquadra; ele conhecia que não podia fornecer marinheiros: o abandono não-esperado dos Voluntários fazia que o serviço recaísse sobre eles e sobre a pouca tropa, do que estavam muitos soldados mortos e feridos, e mesmo Oficiais: Que o sistema de guerra dos rebeldes de penetrarem as casas, e fazer fogo matador a coberto, exigia muita gente para os atacar, e não a havia; eles em consequência de terem sido os pontos desamparados, estavam já senhores do quarteirão do lado de leste do Palácio, o seu fogo já proibia a comunicação com o Governo e com o mar; e para não sacrificar o Sr. Presidente, a tropa e a marinagem que estavam sós em campo, ele propunha a retirada no maior segredo possível, a fim de não ser impedida pelo inimigo que se achava de 100 a 120 passos do Palácio; e fazendo mais algumas observações, concluiu com a necessidade do que representava, e sendo ouvido tudo pelos Oficiais abaixo assinados, e maiormente pelo Tenente-Coronel reformado Francisco Marques d'Elvas Portugal, e pelo Comandante do 4o Batalhão de Caçadores, concordaram na fadiga dos soldados e na falta dos Voluntários, mostrando não haver gente em Palácio; e sendo por todos confirmado, decidiram a retirada pelo modo proposto encravando-se a artilharia e lançando-se nos poços do Palácio o cartuchame; do que tudo S. Ex^a. o Sr. Presidente mandou se lavrasse este termo em que todos assinaram. Eu Raimundo Veríssimo Nina, Secretário das Armas, o escrevi. O Presidente Manuel Jorge Rodrigues, João Taylor, Chefe e Comandante das Forças Navais, Jorge Manson, Capitão-de-Fragata, Jorge de Brito Inglês, Coronel às ordens do Governo, Francisco Marques d'Elvas Portugal, João Raimundo Carneiro Junqueira, Major Comandante do 4o Batalhão de Caçadores, João Alves de Castro Roza, Juiz de Direito e Chefe de Policia.

ria comissão. Antes das cinco horas da manhã estavam embarcadas as guarnições, as famílias e pessoas que haviam afluído à praia. As embarcações mercantes prestaram-se também de bom grado a este serviço por pedido do marechal, e não foram menos esforçadas na salvação de inúmera gente que correu aos diversos pontos do litoral em busca de proteção, sendo em tempo naturalmente avisada da retirada do presidente da província e das ordens posteriores que o mesmo dera em benefício da população.

Os bravos defensores do Arsenal de guerra, avisados da esquadra por sinais convenencionados, inutilizaram todo o material que lhes restava, e desceram para o pátio por cordas: aí abriram uma das portas que dava para a praia e embarcaram todos sem o menor incidente.

Verificou-se então a bordo que na enérgica defesa daquele estabelecimento militar tinham sido feridos o valente capitão Joaquim de Andrade e dois soldados de artilharia. Foi entusiástica a recepção deste oficial e dos seus companheiros. Todos renderam justo preito de homenagem à bravura e perícia com que se distinguiram abatendo o orgulho dos rebeldes em todos os seis ataques que loucamente deram.

Efetuuou-se o embarque em onze vasos de guerra, excetuados os navios mercantes. Além das fragatas Campista e Imperatriz, havia no ancoradouro a corveta Regeneração comandada pelo capitão-de-fragata José Joaquim Rapôso, a corveta Defensora comandada pelo primeiro tenente João Pedro dos Santos Lopes, o brigue Cacique comandado pelo primeiro-tenente Joaquim Marques Lisboa, a escuna Rio da Prata comanda da pelo primeiro-tenente Antônio Leocádio do Couto, a escuna Bela-Maria comandada pelo primeiro-tenente Antônio Firmo Coelho e o patacho Patagônia comandado pelo segundo-tenente Benjamin Carneiro de Campos.

À corveta Regeneração defendia o Arsenal de guerra e o litoral desde o Reduto até à Alfândega; a fragata Campista e a corveta Defensora defendiam o palácio do governo e o litoral desde a Alfândega até ao porto de Colares; a fragata Imperatriz defendia o Castelo e a Catedral; as escunas Rio da Prata e Bela-Maria defendiam o litoral desde o Castelo até ao Carmo, e deste até ao Arsenal de marinha defendiam o brigue Cacique e o patacho Patagônia. Entre a fragata Campista e a corveta Defensora estavam fundeados um brigue francês e as duas corvetas portuguesa e inglesa.

Cada navio ancorava em frente a uma das travessas que vinham desembocar no litoral da cidade, e despejava balas e metralhas com louca ostentação! Afirma-se que durante os nove dias de fogo a esquadra e os dois navios de guerra estrangeiros fizeram para a capital mais de vinte e dois mil tiros². Foi um deplorável bombardeamento que não pode deixar de merecer séria estranheza!

Se a cidade estivesse toda em poder dos rebeldes, talvez fosse justificável o emprego de tantos projetis como meio de obrigá-los – pelo terror – à retirada, fossem embora destruídos os edifícios públicos e particulares; mas achando-se ainda a cidade ocupada

² Pereira Leal, Correção à História do Brasil, por Pereira da Silva, págs. 14 e 15.

pela gente do governo e pela população inofensiva, não era de razão fazer tantos tiros que podiam ferir a uns como a outros sem nenhuma distinção entre legais e rebeldes. Estes últimos nem ao menos se localizavam em pontos certos e conhecidos, que servissem de alvo aos canhões dos navios de guerra. Arremessadas ao acaso ou em direção aos lugares suspeitos, as balas ofendiam mais à gente do governo que aos sediciosos, porque estes permaneciam emboscados nas casas donde faziam fogo; entretanto que os outros combatiam a peito descoberto nas praças e nas ruas que eram varridas pelos projetis.

O bombardeamento é um recurso extremo, permitido somente contra posições exclusivamente ocupadas por inimigos com o fim provável de rendição. E no caso dado, nem sequer o fim podia justificar o meio violento empregado pelo governo. O fogo exagerado da esquadra nenhum resultado produziu a não ser a perda inútil de vidas e a ruina de vários edifícios; nenhuma vantagem trouxe à causa pública. Os rebeldes pouco ou nada sofreram; zombaram sempre das balas e não cederam um passo na luta; o governo pelo contrário foi forçado a abandonar a capital vendo que eles, reanimados cada vez mais, redobravam de audácia e apertavam o cerco do palácio de tal maneira que o presidente da província ao nono dia julgou arriscada a sua estada em terra e tratou de retirar-se para bordo da esquadra, de acordo com o conselho que fez reunir, repartindo assim com outros a responsabilidade de semelhante resolução!

Nos navios surtos no porto, nacionais e estrangeiros, mercantes e de guerra, embarcaram cerca de quatro mil pessoas que perfizeram o total de oito a nove mil com as que já tinham embarcado nos dias anteriores, entre homens, mulheres e crianças. A rapidez do embarque e a escuridão da noite não permitiram transportar as famílias inteiras para os mesmos navios; muitas se viram separadas das pessoas que lhes eram mais caras, só depois é que se encontraram e reuniram.

Merece louvor a regularidade do serviço que se observou no embarque de tanta gente, sem haver em semelhante emergência um só fato desagradável. Com medo dos rebeldes, ninguém ousou quebrar a calada propicia da noite: apesar da ansiedade geral de fugir ao perigo, não se ouviu um grito, uma voz que pudesse despertar o inimigo! Diante do risco comum, todos guardaram a ordem e o silêncio indispensáveis nessa ocasião em que o menor ato de precipitação ou imprudência lhes poderia ser fatal.

Mas seria possível que os rebeldes não descobrissem o movimento do embarque, quando tinham rondas e vedetas por muitos pontos da cidade, ou pelo menos deviam percorrer as ruas como costumavam dia e noite? É natural que se nos faça esta pergunta, e é dever nosso res. ponde-la, Que o marechal seguisse para bordo às ocultas, sem ser pres. sentido, é fácil acreditar; era isso um fato isolado e imprevisto que, resolvido e preparado em segredo, podia sem transpirar ser executado em horas mortas da noite.

Outro tanto se não pode dizer do embarque posterior e prolongado das guarnições e das famílias por três horas consecutivas. É de crer que os rebeldes, sabendo do mo-

vimento que se operava no litoral, não quisessem ou por própria inspiração ou por ordens de seus chefes sobressaltar as pessoas que embarcavam. Esta presunção é mais razoável, além de confirmada por Eduardo Angelim cujo testamento adiante mencionaremos.

Ao amanhecer do dia 23, todos os navios suspenderam ferro e desceram para a baía de Santo Antônio, ficando a fragata Imperatriz fundeada em frente à fortaleza da Barra para servir-lhe de guarda com alguns soldados que recebeu. Parece que tudo se conspirava contra os refugiados! Refere-se que para desinfetar este navio, como é costume quando há muita gente a bordo, o imediato ou oficial de quarto mandou um dia fazer fumigação de pólvora umedecida em vinagre. Ao cheiro da fumaça, houve quem gritasse que havia fogo no paiol da pólvora!

Ignorando tal costume e sem nenhuma prevenção, muitos se deixaram apoderar de pânico, e dos que estavam nas amuradas quase todos se lançaram ao rio na esperança de salvarem-se da explosão que imaginavam prestes a dar-se. Apesar dos auxílios prestados, esses infelizes pereceram em crescente número: arrastados pela força da correnteza das águas, raros puderam escapar à morte.³

Outra desgraça seguiu-se a esta. Dias depois alguns homens e mulheres desembarcaram nos escaleres da fragata, postos à disposição de quem quisesse tomar banhos e espalhar-se em terra. Dispersos pelos matos que marginavam ali o Guajará, foram surpreendidos e aprisionados por malta de rebeldes que já tinham lá formado um ponto para impedir a comunicação da fortaleza com a terra.

Deixada na praia aquela gente, os escaleres tinham voltado e permaneciam atracados ao navio à espera do sinal convencionado para irem reconduzi-la; não houve por isso transporte algum para os que tentaram embarcar. Felizmente nenhum atentado apareceu. Desarmados como todos se achavam, não opuseram a menor resistência; entregaram-se à discricção dos rebeldes. O comandante da fragata nem pôde socorrê-los por falta de força capaz de efetuar qualquer desembarque, nem ousou fazer fogo contra os malfeitores com receio de ofender também os prisioneiros.

³ Pereira Leal, Correções citadas, pág. 19.

VI

Descrição da ilha de Tatuoca. - Sede do governo legal. - Desembarque de gente naquela ilha. - Várias providências tomadas pelo marechal. - Fome na esquadra. - Participação oficial dos acontecimentos e pedidos de socorros ao presidente do Maranhão e à Regência. - Considerações sobre o mau êxito do marechal.

A baía de Santo Antônio dista quatro léguas da capital. É aí que demora a ilha de Tatuoca, situada entre esta baía e a de Marajó. É pequena, porém graciosa e cheia de atrativos no seu isolamento. Quem a vê e observa a sua configuração não pode deixar de admirar o esmero com que a natureza pareceu fadá-la. Com cinco faces distintas, a sua estrutura inteiramente irregular e apresenta várias perspectivas, cada qual mais bela e mais encantadora.

Pelo nascente descortina o Guajará que alarga e se encaminha pujante para o oceano. Pelo poente lobra a ilha de Marajó, cujas costas em dias serenos se avistam saindo das águas como negras sombras no horizonte. Pelo norte mira o Atlântico, sem, contudo poder devassá-la na sua amplidão pela distância em que se acha ao longo da costa, sempre semeada de ilhas que se interpõem umas às outras, interceptando a vista na imensidade do oceano. Pelo sul enfim encara as ilhas de Cutijuba e Paquetá, e mais ao longe a cidade de Belém que, a doze milhas, se ergue sobranceira à margem do Guajará, ostentando os zimbórios dos seus templos e principais edifícios.

Meia légua apenas decorre desta ilha ao Mosqueiro, onde se distingue a povoação deste nome com os seus sítios e casas de campo, à beira-mar ou nas ribanceiras da costa, por entre os palmares e arvoredos que bordam a enseada da baía de Santo Antônio, com todo o verdor luxuriante e nunca interrompido da vegetação equatorial. Por essas águas continuamente passam e repassam os vapores e navios de todas as nacionalidades, os barcos e canoas do interior da província, ou quando demandam ou quando deixam o porto da capital; e navegando em direções opostas, cortam a monotonia de Tatuoca, salpicando a baía de espessos espirais de fumo e de brancas velas que à porfia correm e balouçam sobre as ondas.

O perímetro desta ilha é de 1.270, e a sua área de 11.241 metros quadrados. Uma tão pequena extensão coloca-a entre as menores da barra do Pará. Orlada em duas faces por brancos areais, recebe as ondas que rolam pela praia, e com soturno bramido rompem o silêncio desse sítio solitário no meio das águas que o rodeiam. As três outras faces não oferecem abrigo; são inacessíveis em certas horas do dia. Cercadas de penedias que em tempos de vazante se elevam acima das águas nas encostas da ilha, lutam sem cessar com o mar revolto que lhes vem bater de encontro, impellido pela força da corrente e das ventanias.

Tatuoca é um verdadeiro oásis num deserto d'águas. Atualmente arborizada, por toda parte liberaliza a agradável sombra dos seus arvoredos ainda na maior ardência do sol: debaixo dos leques entremeados das palmeiras ou das comas frondosas das mangueiras há sempre refrigério para o calor nos dias mais quentes do verão. A ilha é quase em si um pomar. Não a embelezam somente as árvores singulares plantadas com mais ou menos simetria; embelezam-na também as árvores agrestes que brotam do solo e vicejam tanto nas praias como nas fendas das pedras, sobressaindo no contorno da ilha os ajuruzeiros com os seus frutos purpúreos no verde escuro de suas ramagens.

Alta, seca e bem arejada, Tatuoca parece destinada a servir de mansão ao prazer e ao descanso. E já foi um ponto escolhido para recreio. O seu último proprietário lá possuía uma excelente herdade com todos os confortos da vida, e em certas estações do ano passava dias felizes com os seus parentes e amigos mais íntimos. Entretanto, em tempos não muito remotos esta ilha foi um triste cenário de sofrimentos, um vasto cemitério onde ficaram sepultadas inúmeras vítimas imoladas à tormenta revolucionária! Nenhum palmo de terra deixou de ser regado por lágrimas de excruciante dor! Não existe talvez uma só família ali não perdesse pelo menos um parente ou um amigo estremecido! A varíola que sobreveio, seguida de tantas outras enfermidades não deixou ninguém incólume na consternação geral!

A ilha não era então mais do que um bosque natural enredado de espinhos e cipós. Além de uma ou outra palhoça de pescador toscamente levantada na praia, nada mais apresentava a não ser a humilde habitação de um pobre homem na parte mais saliente do sul, onde permanecia como encarregado de anunciar para o Pinheiro a entrada dos navios que buscavam a barra. Pertence hoje ao domínio nacional. O governo imperial comprou-a para Lazareto mandando fazer as acomodações necessárias a este serviço.

Esta ilha foi em 1835 a sede do governo legal. Na manhã do dia 22 de agosto daquele ano fundearam em seu ancoradouro os navios que o deixamos descendo para a baía de Santo Antônio com o presidente da província e outros agentes da autoridade. Estavam apinhados de gente na sua maioria suja e esfarrapada, a qual nem roupa tinha para mudar: grande parte havia embarcado com a vestimenta do corpo.

A miséria não tardou a aparecer com todo o seu cortejo de desgraças. As provisões de boca estavam quase acabadas. A alimentação reduzia-se a meia ração de arroz. A água que bebiam era da baía; barrenta e com partículas de sal, não saciava a sede, antes pelo contrário a excitava com sensível incômodo para quem não estava acostumado a bebê-la. Nesse tempo baixavam, como ainda hoje baixam, as águas do Amazonas e Tocantins, e na foz destes se misturavam com as do oceano, tornando-se por isso salobras e prejudiciais à saúde dos refugiados.

Desta água e da comida salgada resultaram várias enfermidades como o escorbuto e a diarreia de sangue que, grassando com intensidade na marinhagem, na tropa e no

povo aglomerado, deram causa depois à grande mortandade que houve e começou pelos presos da corveta Defensora: consta tudo do ofício do marechal ao ministro da Justiça, de 27 de outubro de 1833, como se vê do seguinte trecho que extratamos:

“E do meu dever participar ao Governo que o contágio das bexigas, os fluxos de sangue e o escorbuto têm feito morrer 139 presos da corveta Defensora, restando apenas 150. Não admirará o Governo esta mortandade lembrando-se que os doentes, há mais de mês e meio, em um terrível contágio não têm tido carnes verdes, nem há onde comprá-las. Acresce que as águas salobras desta baía concorrem em nossa infeliz sorte para a continuação do escorbuto e fluxos de sangue; e consequentemente continuará a mortandade tanto nos presos como marinagem, na tropa e nas famílias, sem eu ter lanchões para conduzir água para tanta gente; e quando os tivesse, não haveria pessoal para um serviço como este, pesado e constante.”

Em condições tão lamentáveis lembrou-se o marechal comboiar para a ilha de Tatuoca as embarcações que fossem encontradas com gêneros alimentícios, e encarregou desta comissão as escunas Rio da Prata e Bela-Maria, à lancha da fragata Imperatriz e a três barcos artilhados sob o comando de José Siqueira, Jose de Abreu e Santa Bárbara, devendo estas embarcações menores cruzar pelas baías do Sol e de Santo Antônio, e aquelas duas escunas pela de Marajó.

E sendo natural que, espalhada a notícia da revolta pelas localidades do interior da província, ninguém mais quisesse vir, nem mandar à capital, o marechal compreendeu o resultado duvidoso de semelhante providência, e resolveu sem perda de tempo pedir socorro ao presidente do Maranhão, e por intermédio deste ao do Ceará e Pernambuco.¹ Para este

¹ Ofício do marechal ao presidente do Maranhão, de 26 de agosto de 1835:

Il.mo e Ex.mo Sr. Dos meus últimos ofícios, especialmente daquele que a V. Ex.^a escrevi em data de 17 deste mês pelo paquete Moderado não podia ser dificultosa a penetração de V. Ex.^a prever os resultados do ataque que estava sofrendo, por saber da minha diminuta força de tropa de linha, o que me necessitou a requisitar a V. Ex.^a socorros de gente e munições de guerra e boca de toda a qualidade. Estava, pois reservada a minha vida cansada de fadigas em aturados anos de campanha o presenciar os fados de uma província que sempre reclamou providências, e que a espaço tem sofrido os golpes mais penetrantes de a fazerem morrer, e quis o destino que eu fizesse o sacrifício de vir presidir-lhe sem os elementos que não me escaparam de solicitar.

Pelas muitas pessoas e famílias que vão para essa província na corveta Regeneração serão notórios os sucessos desastrosos da província, e permita-me V. Ex.^a que no labirinto em que me acho sem tempo, e nesta fragata sem o preciso sossego, apenas lhe diga que sustentei por nove dias uma defesa vigorosa sem conseguir ou trás vantagens além da morte do 1º Chefe Antônio Pedro Vinagre, e repelir do Arsenal de Guerra com um valor e brio superiores a todo o elogio, seis ataques de mais de trezentos tapuios; como já disse a V. Ex.^a, não tendo força regular para os atacar como convinha, porque toda a ostentação dos voluntários nacionais, com exceção de uns poucos valentes e bravos, depois do dia 17 se evaporava diariamente. Contudo, olhando para a bravura dos soldados ainda que poucos como V. Ex.^a. o sabe e para a dos marinheiros que podia dispor; combinada esta força com os contingentes das corvetas de guerra, portuguesa e inglesa, que requisitei, eu me iludia na esperança de vitória até o dia 17, crendo que os voluntários seguiriam em defesa da honra própria de tão nobres exemplos de valor. Mas estava marcado no destino que eles, esquecidos de tudo quanto pode estimular o patriotismo, e desprezando com covardia o apuro em que se viam, ou de morrer com honra ou às mãos de assassinos, e de verem saqueadas suas casas e pobres suas famílias, me abandonassem a pouco e pouco, restando muito poucos, mas esses bravos, e por isso recaindo sobre a tropa, marinheiros e oficiais as mortes e ferimentos que avultavam diariamente, sofrendo logo o primeiro resultado desfavorável de não desembarcarem mais forças estrangeiras, presenciando a fraqueza e escândalo dos voluntários que fugiam!

fim mandou preparar e seguir viagem a corveta Regeneração, e aproveitou-se também para transportar os feridos e doentes em número superior a trezentos, visto não poderem ser convenientemente tratados nos navios de guerra por causa da falta de dietas e recursos higiênicos.

Francisco Vinagre, João Miguel Aranha e outros que estavam presos no porão deste navio, foram mandados para o da fragata Campista, onde o marechal instalou a secretaria do governo, chamando para o serviço do seu expediente alguns empregados de outras repartições, na ausência dos efetivos que existiam dispersos. E para funcionar a

Não era pois possível acudir a um tal sistema de guerra, pois cada casa e cada estacada era uma fortaleza, sem ter gente com que dar um golpe de mão e penetrar com eles as casas, e por isso não pude evitar o saque que começou logo na primeira noite no bairro ocupado pelos rebeldes. Reduzido pois a fortificar o palácio e os pontos que lhe serviam de postos exteriores, assim me conservei, fazendo contudo sair constantemente alguma gente que, ou desesperada ou por brava, era muito ferida, e eu me via na mais pungente aflição de ver a desgraçada alternativa de ganhar e perder pontos, porque nunca foi possível conter os voluntários em um só, ganhado com sangue e vidas para o sustentar, se bem que alguns se comportaram mui dignamente, e até com bravura como levo dito. Diminuindo todos os dias a força dos mesmos em palácio, diminuindo a marinagem com ferimentos e mortes, e com o indispensável serviço da esquadra, cansados esses poucos soldados com um tirotoio efetivo dia e noite por nove dias, desamparados os principais pontos, que defendiam o palácio, e vendo penetrar os tapuios até o quarteirão da praça do mesmo da parte de leste, fazendo um fogo vivo, entrincheirados nas casas e arriscada já a comunicação com o Governo, ouvindo o Chefe Comandante da esquadra e os que me cercavam, e inteirado da opinião dos estrangeiros e pessoas prudentes em vista do abandono dos voluntários, retirei-me na noite de 22 para a esquadra com a gente que me rodeava, e com as famílias abrigadas em palácio que quiseram embarcar; passando de cinco mil pessoas que se acham nos navios tendo nessa noite bem pouca gente que defendesse o palácio. Firmei pois a reside a residência deste Governo a bordo da fragata Campista, onde continua a legal administração da província até a Regência em nome do Imperador decidir dos destinos destes povos e do meu, que por certo é apurado na última expressão da palavra.

Sinto dizer a V. Ex^a., com a dor mais profunda do coração, que a cidade caiu nas mãos dos tapuios, que ela tem sofrido um horrível e geral saque, seguido da mais tremenda carnificina, pois não perdoam a vida aos bravos, que os estrangeiros saíram uns já para a Europa e outros dispostos se acham no mar; as suas casas foram violadas. Não sei contar o horror da cidade que, além da solidão dos túmulos, tem em ruínas com os fogos da esquadra e navios estrangeiros os edifícios, onde os rebeldes se acolhiam a fazer fogo. Sobretudo é lamentável, é superior ao encarcimento, nem pode facilmente acreditar-se a miséria, a penúria e a pobreza de todas as famílias que se acham a bordo dos navios; suas casas se acham roubadas, e algumas destruídas; vieram para bordo com a roupa que tinham no corpo; e causa compaixão ver senhoras de primeira representação no estado mais pobre possível, e os em pregados descalços, alguns pedindo camisas, e o pior é acharmo-nos a meia ração de arroz. Eu não posso concluir este quadro que desafia lágrimas e a maior sensibilidade; o que mais me magoa é ver os bravos e a gente fiel que me cercava, aliás gente bem estabelecida, ser confundida com os covardes, todos pobres, todos miseráveis. Rogo pois a V. Ex^a. que, penetrado da sorte desgraçada desta porção de cidadãos e do estado desta província, se digne mandar-me quanto antes todos os socorros de víveres de toda a qualidade, não só para manter a esquadra, como para dar de comer a tantos infelizes, quase todos com filhos, esperando que V. Ex^a. tome este objeto em sua especial consideração, pois no dito meu ofício de 17 deste mês pelo Moderado já me preveni, pedindo a V. Ex^a. mantimentos de boca. Não devo concluir sem rogar a V. Ex^a. fazer saber aos Ex.^{mos} Presidentes do Ceará e Pernambuco todo o exposto por me faltar tempo para o fazer, e de fazer remeter quanto antes ao ministérios os ofícios que ora remeto a V. Ex^a. para esse fim. Também devo comunicar que não tenho bloqueado a cidade pela falta de embarcações pequenas de guerra, é forçoso dizer a V. Ex que eu me perco no mistério que envolve estes, sucessos de uma inesperada covardia ou falta de interesse nos voluntários, no abandono da maior parte dos empregados públicos em desprezo das minhas ordens da ilusão às mesmas preventivas sobre pólvora, porquanto os rebeldes acharam com que teimaram em seus intentos, e todos os dias se apreendia pólvora se faturavam em palácio de 1.500 a 2.000 cartuchos, sabendo-se já que os atacaram com poucas munições, de que se fizeram na cidade. Cumpre contudo dizer a V. Ex^a. que o Alto-Amazonas está submisso e sujeito à lei, e que só nas comarcas perto da cidade aparecem distúrbios e partidas de tapuios, mas não apresentam por ora decidido, e que reconquistada a cidade, tudo voltará à ordem. Deus guarde a V. Ex^a. Bordo da fragata Campista surta em frente da barra do Pará, 26 de agosto de 1835. - Il.mo e Ex.mo Sr. Antônio Pedro da Costa presidente da Província do Maranhão. - Manuel Jorge Rodrigues.

tesouraria da fazenda, ele designou a corveta Defensora servindo-lhe de cofre o do mesmo navio. Esta repartição começou as suas operações pelas entradas que fizeram o seu tesoureiro e o da mesa de rendas, dos dinheiros públicos salvos em pequenas parcelas antes do abandono da capital, assim como das somas com que diversos negociantes compraram saques sobre a tesouraria de fazenda do Maranhão, perfazendo tudo a importância de pouco mais de cem contos de réis.² Fortificou a ilha, deu-lhe regulação de polícia local, confiando a sua defesa e segurança ao major João Raimundo Carneiro Junqueira.³

Era conveniente separar a gente aglomerada nos navios, transportando-a para lugares onde pudesse cada um melhorar de condição e viver em mais liberdade, com menos ônus para o governo. Neste intuito o marechal franqueou passagem a quem quisesse ir para o Maranhão na corveta Regeneração, fez desembarcar na ilha a tropa e a maior parte das famílias, mandou levantar barracas em terra, facilitou que outras se levantassem por conta própria, e deu ordem para abrir-se na ilha próxima de Cutijutuba um arraial, no qual as famílias fossem recrear-se e morar, quando preferissem lá ficar sob a proteção de um destacamento que resolvera criar.

Idênticas providências tomou para várias localidades, nas quais os rebeldes não tinham ainda podido penetrar. Fez seguir no brigue Cacique cerca de mil pessoas para o rio Arari na ilha de Marajó, a fim de serem alojadas na fazenda Santana da propriedade da família Chermont. Aí o major de guardas nacionais Antônio de Lacerda Chermont, depois visconde de Arari, achava-se à frente de duzentos homens; eram seus fâmulos e vizinhos reunidos e preparados por ele para defesa daquele rio onde existiam importantes estabelecimentos rurais e de criação de gado. Tinha pedido ao marechal e obtivera armamentos e munições para toda essa gente.

No mesmo navio, pouco tempo depois do seu regresso de Arari, fez embarcar outras tantas pessoas para a vila de Cameté, que o padre Prudêncio continuava a manter em rigorosa defesa contra os rebeldes. Mandou ainda várias famílias para Abaeté e Igarapé-miri, onde os habitantes se conservavam em armas: e por temer que os rebeldes atacassem a primeira destas duas últimas vilas, fez por precaução regressar os cem homens que se lhe apresentaram, vindos dali em socorro da capital sob o comando do tenente-coronel de guardas nacionais Francisco Antônio da Costa.⁴

² As entradas foram as seguintes:

Tesoureiro da tesouraria de fazenda... 10:960\$000

Tesoureiro da mesa de rendas..... 1:543\$000

Diversos negociantes.....87:767\$000

Total..... 100:270\$000

³ Ofício referido de 27 de outubro de 1835.

⁴ Ofício do marechal ao Ministro da Guerra, de 28 de agosto de 1835:

Il.mo e Ex.mo Sr. - Ontem, 27 do corrente, o Tenente-Coronel de Guardas Nacionais de Abaeté, Francisco Antônio da Costa, chegou com guardas que vinham em socorro da cidade, boa gente na aparência, 25 armados e os mais sem armas, que eu não tinha para lhes dar: fiz que partissem hoje, armando sessenta com as armas dos que se retiraram da cidade, sendo que devem voltar para ali os malva dos que tinham vindo à cidade, e já encontraram no caminho, que alguns mataram e lhes tiraram os roubos, o que tudo levo ao conhecimento de

E sabendo que tinha chegado um navio inglês com armamentos e munições de que tanto precisava, mandou efetuar a compra de tudo, para assim evitar qualquer negociação que os rebeldes tentassem fazer. Eram mil e oito armas com baionetas e dez mil libras de pólvora. Nas condições críticas em que se achava, vinham estes artefatos prestar-lhe poderoso auxílio. Fez o pagamento com saques sobre o Maranhão.⁵

E comunicando tudo ao governo imperial, expôs circunstanciada mente os meios de resistência que empregara contra a invasão dos rebeldes, os reveses que sofreu por falta de forças, os motivos que forçara a sua retirada da capital, os embaraços enfim em que estava no meio de tanta penúria e misérias, sem meios de acudir as mais urgentes necessidades da população; pelo que pedira com instância e brevidade provisões de boca de toda a qualidade assim como dezoito embarcações de guerra, pequenas e próprias para a navegação dos rios, e mil e seiscentos homens de tropa de linha com artilharia de campanha e munições. Disse ele ao ministro da Guerra:

“Dos meus ofícios e das notícias que V. Ex^a. terá tido desta província, seria fácil de prever os resultados finais da luta com os sediciosos, quando viessem as mãos com a gente da legalidade que, sem tropa regular e ensinada pela experiência dos sucessos passados, nenhum elemento tinha de vitória, esperando tudo da fortuna e do entusiasmo da mocidade em sua maioria vã e sem esses estímulos que nas crises elevam os esforços ao heroísmo.

“E a mim tinha o destino reservado a sorte de presenciar a desgraça desta província, depois de uma vida arriscada e laboriosa de aturadas campanhas. Mas grande foi, e nem eu desconheci como V. Ex^a. o sabe, o sacrifício à nação de ter aceitado e tomar sobre meus ombros um encargo, para o qual não tive os necessários recursos. Revezando-se de contínuo as informações sobre as reuniões dos sediciosos que circundavam esta cidade, interceptavam o comércio do interior e preparavam-se para o ataque, decidi mandar ao Bujaru um capitão de guardas nacionais daquele rio, por me prometer ele trazer dali alguns cidadãos. Chegou apenas com vinte e três, e temendo que fossem surpreendidos os demais que tinham de acompanhá-los em número de sessenta em pequenas canoas, pediu-me mandasse-os proteger.

“Fiz sair os mesmos vinte e três homens já armados, com um alferes e doze praças de linha, em uma lancha armada e guarecida com vinte e dois marinheiros e soldados de artilharia sob o comando do segundo tenente de marinha Veiga. Recomendei-lhe não

V. Ex.^a. Deus guarde a V. Ex^a. Bordo da fragata Campista, 28 de agosto de 1835. Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

⁵ Ofício do marechal ao Ministro da Guerra, de 8 de setembro de 1835:

Ex.mo Sr. Depois de haver comunicado a V. Ex^a no meu ofício n^o18, de 7 deste mês, ter comprado 1.008 armas com baionetas a 7\$200 réis cada uma, letra sobre Maranhão, efetuei igualmente a compra de 10.000 libras de pólvora à Arch Campbell a 450 réis a libra, letra também sobre Maranhão, por se combinar idêntica falta de pólvora e armas; portanto não careço mais destes dois artigos. - Deus guarde a V. Ex^a. Bordo da fragata Campista surta na baía de Santo Antônio no Pará, 8 de setembro de 1835. Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

se empenhasse em com bate, senão quando previsse grande vantagem, e felizmente foram e voltaram todos a salvamento; faltando-lhes, porém a maré e mantimentos defronte da fazenda Pernambuco em 10 deste mês, saltaram em terra e foram assaltados pelos tapuios e negros que estão ali levantados. Ficaram mortos o dito segundo-tenente Veiga e dois marinheiros, feridos gravemente o alferes, dois soldados e cinco marinheiros, e levemente seis soldados: retiraram-se para o Bujaru e há dias saiu a escuna Mundurucu para protegê-los sem que até hoje se tenham recolhido.

“Todos os indícios, todas as comunicações eram concordes de que se avizinhava o ataque à cidade, e eu esperei sair-me vitorioso pelo apoio dos voluntários que franca e entusiasticamente pegaram em armas, e dos contingentes das forças estrangeiras que a prudência me inspirou requisitar. Com efeito, na manhã de 14 deste mês, muito depois das dez horas e meia foi esta cidade atacada por duas massas de sediciosos, uma pela estrada de Nazaré comandada pelo primeiro chefe Antônio Pedro Vinagre, e outra pela estrada de Mazagão ou Santo Antônio⁶ comandada por Eduardo. Chegados à cidade, dividiram-se em bandos. Tudo estava disposto, e eu fiz logo marchar duas peças de campanha com as poucas praças do batalhão 4º de caçadores sob o comando dos meus dois ajudantes-de-ordens, o meu filho capitão graduado Jerônimo Herculano Rodrigues, que foi ferido e faleceu nessa noite, e o segundo-tenente José Luís de Faria. Viram-se obrigados a retirar-se para o palácio, centro das forças, por causa do sistema de guerra adotado pelos facciosos, em muitos bandos entrincheirados nas estacadas dos quintais da cidade e nas casas, donde faziam a coberto fogo mortal. E pelo modo por que aí se portaram os voluntários sob o comando de Falcão, comandante dos permanentes, eu conjecturei logo os resultados que eram de esperar: contudo foi morto o primeiro chefe Antônio Vinagre.

“Sustentei desde o dia 14 até 22 uma defesa vigorosa com as poucas praças de tropa regular e de marinha, não podendo, apesar mesmo dos contingentes estrangeiros, conseguir outra vantagem que não fosse o arsenal de guerra repelir com uma briosa defesa, superior a todo elogio, seis ataques atrevidos de mais de trezentos tapuios, e espaçar por algum tempo os fatais resultados que eu previa e me esforçava por evitar, entusiasmei os voluntários que começavam a abandonar-me fazendo eles com que os estrangeiros não desembarcassem mais e presenciassem impassíveis a covardia, a falta de interesse e brio dos nacionais. Disto resultou que os ferimentos e mortes somente recaíssem nos oficiais e soldados de linha e da armada, que expunham com denodo o peito à vil traição de homens feras que os atacavam a coberto, sendo mui poucos os voluntários que secundaram os seus bravos companheiros.

“Depois enfim de nove dias de renhidos ataques e defesas, estando já fatigada a tropa que não excedia de cem praças capazes de guarnecer os principais pontos ambicionados pelos rebeldes, o palácio, o seminário e o arsenal de guerra; - cansados os marinheiros dos navios da esquadra, que nem tinham a necessária guarnição para fazer o ser viço

⁶ Esta estrada já não existe; está transformada em outras, cortadas por novas ruas e travessas no bairro de Nazaré.

e ao mesmo tempo o fogo indispensável contra os edifícios e sítios em que se abrigavam os rebeldes; durando os tiroteios dia e noite e crescendo o número de mortos e feridos; – vendo-me abandonado e desamparado todos os pontos pelos voluntários, principalmente no dia 22 em que os rebeldes penetraram até a praça de palácio e fizeram fogo entrincheirados nas casas de frente do quarteirão ao lado de leste; ouvindo eu o chefe comandante das forças navais João Taylor e os oficiais superiores que me cercavam, decidi retirar-me para bordo da esquadra com a gente fiel e as famílias que quisessem embarcar, refugiadas como estavam em palácio.

“De fato, efetuei com o maior segredo a minha retirada de maneira que na manhã de 23 ainda os sediciosos fizeram fogo contra o palácio. Fixei a sede do governo a bordo da fragata Campista, donde tenho feito constar às autoridades que nela continua a legal administração da província até receber ordens da Regência em nome do Imperador. Como o segredo era de absoluta necessidade, com o inimigo ao flanco direito em distância de cem a cento e vinte passos, e como me era talvez forçoso sair debaixo de tiroteio, não pude tomar senão medidas de momento. Fiz embarcar os bravos defensores do arsenal de guerra inutilizando ali a pólvora, o cartuchame, tudo que pudesse servir aos malvados.

“Em palácio mandei lançar nos poços as granadas e todos os petrechos bélicos, assim como encravar as quatro peças de campanha, as duas de nove e um obus de cinco e meia polegadas, que tinha feito desembarcar, visto nada poder conduzir para bordo. Sinto muito tê-las deixado em poder do inimigo, embora não estejam em termos de dar fogo. Se o obus e as duas peças se achassem em bom estado, talvez que ao me nos eu tivesse podido espaçar a minha retirada, quando não obtivesse vitória; mas os reparos eram tais, que ao terceiro tiro ficariam inutilizados dos!

“Por um tal Agostinho, forçado a andar entre os rebeldes, fui informado de que eles nos atacaram em número superior a oitocentos tapuios com muitos desertores e soldados a quem Vinagre dera baixa; nem todos vieram bem municiados de pólvora e bala, mas esperavam conseguir na cidade tanto armamento como munições. Fiquei abismado de ver a maior parte dos empregados públicos, das pessoas gradas e comerciantes, fugir para o mar em canoas deixando-me só, com postergação de minhas ordens. Tanto os bandos como as minhas determinações preventivas sobre a pólvora e os editais do juiz de direito, chefe de polícia, eram iludidos, e nos dias de ataque se apreenderia pólvora com que se faziam em palácio de mil a mil e quinhentos cartuchos diariamente.

“Fiquei ainda surpreendido de ver uma mocidade reunida em número de quinhentas pessoas, com a lembrança viva dos recentes sucessos de sua província, vendo na cidade o inimigo a respirar roubo, morte e guerra aos brancos, e não ter estímulo bastante para salvar a vida e os bens de suas famílias, e desafrontar a nação ao abrigo dos bravos que lhe davam o exemplo, ficando estes em pouco reduzidos a menos de oitenta pelas mortes e ferimentos que recebiam.

“Tudo é extraordinário, e sem uma longa história eu não poderia in formar como devo a V. Ex^a. sobre este acontecimento digno da mais circunstanciada publicidade. Tinha eu fortificado o palácio como centro das forças e o arsenal de guerra. Eram os dois pontos principais. Tinha também guarnecido o seminário para ter a frente segura e manter livre a comunicação com o mar. Nestes três pontos havia o possível número de praças de primeira linha com os seus oficiais, únicos que persistiram aí: nos diferentes lugares da praça e da cidade assim como na rua da Praia eram os voluntários que guarneciam, e todos com escandalosa facilidade desamparam seus postos, sem que ao menos se lembrassem do sangue com que os marinheiros e os poucos soldados tomavam esses pontos aos revoltosos! Nunca foi possível conservar qualquer deles nem sequer por vinte e quatro horas! Era alternativa amargurada ganhar e perder constantemente posições!

“Esta inconsequente conduta ou covardia, e a falta de tropa que eu pressentia e sem a qual eu não devia ter vindo a esta província, fez com que eu não pudesse dispor de força longe de palácio, e por isso toda a cidade do bairro da Campina foi logo vítima de assassínios e roubos, desamparando as famílias as suas casas e fugindo na maior mi séria com os seus filhos; e assim tem continuado. Sou agora informado pelo cônego Raimundo Severino de Matos, que veio da cidade, de ser geral ali o saque e espantosa a carnificina nos brancos. É forçoso declarar que todos os que me cercavam fiéis, bem como as suas famílias, se acham pobres, roubados, apenas com a roupa do corpo. Toda a gente que está refugiada nesta esquadra em número superior a cinco mil pessoas, pela maior parte proprietários, negociantes, cidadãos da primeira classe, oferece o mais lamentável aspecto, digno da maior compaixão! Roubados, com as suas casas saqueadas, todos só têm a roupa que trouxeram no corpo! Não posso convenientemente descrever a V. Ex^a. o estado horrroso desta cidade que sempre reclamou providências. O saque geral, a mortandade sistemática, a ruína dos edifícios causada pelo fogo da esquadra, tudo apresenta um quadro desolador e uma solidão de túmulos! E se os sediciosos levarem a efeito a liberdade dos escravos como prometem, não sei como se resgatará esta província!

“A horda dos tapuios é principalmente da costa do Pinheiro até às Salinas, ainda que o Acará, Itapicuru, Beja e Conde dessem também consideráveis contingentes. Em Marajó, nas vilas de Monsarás, Monforte e outros pontos têm aparecido rebeldes: por ora tem-se contido naquela ilha a vila da Cachoeira, onde o major de guardas nacionais Chermont tem reunido uma força de duzentos homens. Em todos os distritos vizinhos da cidade aparecem mais ou menos partidários dos rebeldes, e de toda parte me pedem providências e barcos armados. Os malvados acabam de praticar um ato que depõe bem contra o seu caráter, segundo me informa o referido cônego: fizeram um golpe na cabeça do retrato de Sua Majestade o Imperador e outro no pescoço figurando-o degolado, com o que Eduardo, já elevado a presidente e comandante das armas, enfureceu-se e pregou aos seus asseclas que a gente da legalidade não queria imperador, sendo ele quem nos

repetidos ataques ao arsenal de guerra dava, no bulício das armas e furor dos golpes de machados, continuados vivas a Sua Majestade, como já em outubro de 1823 o tinham feito outros que se fartaram de sangue e roubos.

“Os estrangeiros saíram da cidade e alguns mesmo da província como os portugueses, e outros se dispõem a isto, tendo sido violadas as suas casas. Em algumas fazendas, como as dos frades do Carmo, os escravos se têm revoltado, e eu acabo de receber officios de Macapá, nos quais vejo ter o comandante daquela fortaleza apenas onze praças e essas de pouca confiança, pedindo-se da vila providências. Donde pode concluir-se que os distritos do Baixo-Amazonas até o desta cidade se acham mais ou menos em agitação promovida pelos malvados. Resta-me dizer a V. Ex^a. que para reconquistar esta província, careço de mais de mil e seiscentas praças de primeira linha com artilharia de campanha e munições suficientes, além de provisões de toda qualidade. E bom seria se houvesse foguetes de congreve e quem os soubesse aplicar. Espero que haja em tudo a maior brevidade possível antes que o Alto-Amazonas enfraqueça em seus bons sentimentos, e a gente pacífica, mesmo dos tapuios que ainda existem no Baixo-Amazonas, venha a fazer causa comum com os rebeldes. Em um país hidrográfico como este, cheio de matos e de florestas, não serão decerto mil e seiscentos homens que o poderão conquistar, mas agora será bastante este número de tropa nem só para reduzir esta gente à obediência como para conservar depois o sossego. E se os quinhentos voluntários fossem praças de linha, certamente eu não teria saído da cidade, e quatrocentos homens disciplinados acompanhando-me fariam então mais do que hoje mil e seiscentos!

“A esquadra está estacionada em frente da Barra por falta de embarcações pequenas. E como seja muita a gente e nos achemos sem mantimentos, reduzidos já a meia ração de arroz, tenho feito sair para Cameté algumas famílias, e continuarei a mandá-las para Marajó e outros lugares, onde melhor se proporcionem os meios de vida. Tenciono formar em uma das ilhas vizinhas, talvez na de Cutijuba, uma casa que sirva de alfândega e arraial para desafogo das famílias, o que já fiz participar aos cônsules. E por me ter escapado em meus officios anteriores em consequência da demasiada lida, devo ainda dizer a V. Ex^a. que as circunstâncias de tal crise me decidiram a chamar as minhas ordens o coronel reformado José de Brito Inglês, por assim convir ao serviço público, esperando eu que a Regência aprove esta nomeação como medida urgente. Por ora o nomeado nenhum vencimento percebe a não ser o seu soldo.

“Recomendo à magnânima atenção da mesma Regência os serviços que me prestaram os comandantes das corvetas de guerra portuguesa e inglesa, o chefe de divisão João Taylor, que infatigavelmente me ajudou, aparecendo sempre nos pontos mais arriscados, encorajando os voluntários, dando as providências de que carecia a esquadra, apoiando pelo mar o arsenal de guerra, facilitando e protegendo o embarque. Recomendo também o capitão-de-fragata Jorge Manson que incansável se fez distinguir. Acha-se ferido o capi-

tão-de-fragata Eyre. São dignos de louvor o diretor do arsenal de guerra capitão Joaquim Rodrigues de Andrade e seus valentes defensores, bem como os comandantes dos corpos e oficiais dos batalhões 4º e 5º de caçadores e do 5º corpo de artilharia, ainda que tenha o desgosto de conservar presos o ajudante e um cadete, por deixarem o seu posto sem ordem.

“Cumpriram o seu dever e sempre estiveram comigo o coronel Brito Inglês, o tenente-coronel reformado Portugal que os voluntários nomearam seu comandante, o meu ajudante-d’ordens tenente Faria e o seu secretário do comando das armas Raimundo Veríssimo Nina. Todos os oficiais inferiores, soldados e marinheiros satisfizeram as suas obrigações, e se fossem secundados pelos cidadãos decerto não estaria tanta gente desgraçada, nem a cidade em poder dos rebeldes. Não posso, entretanto deixar de declarar que alguns voluntários prestaram bons serviços, e entre todos é de justiça fazer menção de um tal Manuel Luís.

Peço a atenção e piedade de Sua Majestade Imperial para tantos homens de bem e tantas famílias, que se acham pobres e na maior penúria reclamando a generosa compaixão da nação. Incluso remeto o mapa dos mortos e feridos. E tendo assim exposto o estado desgraçado da cidade e os sucessos fatais que tiveram lugar nesta província, espero que V. Ex.^a. se dignará decidir sobre o destino deste povo e o meu, mandando-me com a maior brevidade possível os mil e seiscentos homens, armamentos, munições, peças de campanha e dezoito embarcações pequenas de guerra que possam entrar nos rios, sem o que não poderá ser restaurada esta província.”⁷

⁷ Ofício de 25 de agosto de 1835: extraíamo-lo por ser péssima a sua redação no registro da secretaria do governo.

O ofício que o marechal dirigiu ao ministro do império, com data de 23 do mesmo mês de agosto, contém idêntica exposição *mutatis mutandis*; por isso deixamos de transcrevê-lo, para dar lugar a outros de datas posteriores, os quais aqui em seguida fazemos publicar:

Ofício ao Ministro da Guerra, de 2 de setembro de 1835:

Il.mo e Ex.mo Sr. – Em consequência da lida e afazeres acumulados da terrível posição em que me acho, efeito dos desastrosos acontecimentos da capital, do que tudo a V. Ex.^a. dei circunstanciada parte para subir ao conhecimento da Regência em nome do Imperador, e mesmo por se achar fora do corpo, me escapou dizer a V. Ex.^a. que o capitão de artilharia diretor do arsenal de guerra Joaquim Rodrigues de Andrade foi duas vezes ferido na valente defesa do mesmo arsenal. E também foram feridos, um leve e outro gravemente, dois soldados do 1º corpo de artilharia de posição. Desde o último meu ofício até hoje nada sei com segurança da cidade além da horrível matança dos brancos, no que concordam todas as pessoas, inda que poucas e alguns escravos, que têm conseguido escapar-se para esta esquadra; e acrescentam que o bispo se dispõe a sair para a vila de Tapajós (antes Santarém) com as famílias e sete brancos que estão em sua casa refugiados;” que tanto o Eduardo como os seus se apropriam dos escravos daqueles da legalidade que pegaram em armas; que tem mandado para diferentes rios os roubos que fizeram, o que não posso evitar pela falta de navios pequenos, como tenho sempre dito a V. Ex.^a, e é neste lugar que me cumpre dizer também que a gente prudente calcula em milhão e meio de cruzados o saque na cidade, porque confiada toda a gente na força numérica dos voluntários e na justiça da causa que os devia inflamar, para baterem o inimigo ao abrigo das forças com que aportei a estas praias, não esperavam um desfecho filho da covardia e falta de bons sentimentos, e por isso quase ninguém se tinha acautelado; é esta a razão do estado desgraçado de milhares de famílias que fugiram com a roupa que tinham vestido.

Permita-me V. Ex.^a. ainda repetir que, ou esta rica província está perdida para sempre, ou há de ser socorrida quanto antes com forças de 1ª linha; é ocasião dos últimos esforços da nação; que é de absoluta necessidade uma medida para logo se fuzilarem os rebeldes carregados de enormes crimes, bem como encorajar conforme a Regência melhor julgar os indivíduos que se têm mostrado fiéis e prontos, sem o que não há fervor heroico; e finalmente que não pode ser a província reconquistada e conservada com menos de 2.000 homens de tropa

de linha, 100 mil cartuchos de fuzil e quantidade proporcional de pedrneiras, artilharia de campanha e mais trens de guerra, e munições de boca de toda qualidade, ainda que nos meus anteriores officios eu diga que carecia acima de 1.600 homens; pois que prevejo a demora destes socorros, e que neste espaço devo esperar que toda a província esteja mais ou menos em necessidade de se mandar bater. V. Ex^a, que reconhece a importância desta província, julgará em sua sabedoria se convém perder-se, ou fazerem-se os últimos esforços que a honra da nação exige, o que eu suplico, insto e até ousar propor pelo interesse de ver punida a rebeldia, caso seja do agrado da Regência, que eu continue a presidir a província, o que tudo rogo a V. Ex^a. de fazer chegar ao conhecimento da Regência em nome do Imperador o Sr. Pedro Segundo. Deus guarde a V. Ex^a. Bordo da fragata Campista, 2 de setembro de 1835. Il.mo Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, ministro e secretário de Estado dos negócios da guerra. – Manuel Jorge Rodrigues.

Officio ao ministro da guerra, de 5 de setembro de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. - Ao meu officio de 2 do corrente mês tenho de acrescentar que o francês Pierre Pigol, marceiro estabelecido na cidade, tendo vindo a esta fragata com licença do chefe dos sediciosos a fim de sair para a França, confirmou as notícias sobre o massacre e roubo, não sabendo ao certo da saída do bispo para o sertão. Afirma, como testemunha presencial, que a cidade oferece um deplorável e pavoroso aspecto, assim pelas ruínas do fogo de nove dias como pela destruição de muitas casas na ocasião do saque; o roubo foi geral e sem distinção. Estão muito arruinadas as duas principais ruas do comércio, a da Praia e a da Cadeia. Foi horrendo o massacre dos brancos; elle calcula em cento e oitenta as vítimas, no que concordam todas as notícias. Foram assassinados no largo do Carmo 29 cidadãos de distinção, sendo entre eles contados dois coronéis reformados José Narciso da Costa Rocha e Manuel Gomes Pinto, e os alferes de tropa de linha Vicente Ferreira da Silva, que se achava doente, há muito tempo. Não se encontram nas ruas senão pretos, tapuios e raros brancos do seu parti do. Os estrangeiros que voltaram estão se dispondo para sair. As casas melhores têm rótulo de papel designando as pessoas a que pertencem e se intitulam cabos, sargentos e officiaes.

Indo este francês autorizado pelo negociante Geraldo Antônio Alves à sua casa para certas disposições, um cafuz não consentiu dizendo que aquela casa lhe tinha pertencido. Entre os tapuios tem havido dissensões sobre a divisão dos roubos e dos escravos das pessoas da legalidade, a que eles chamam seus e os mandam para os sítios. Tenho de lamentar a falta de navios pequenos para os perseguir. As dissensões têm produzido mortes entre eles. Eduardo tem-se aquinhoado bem de escravos. Elle é o presidente e comandante das armas, o seu cunhado Inácio de Sousa Vieira Lima o secretário do governo, e o padre Casimiro acha-se empregado em diferentes serviços. Fortifica o Castelo e o Forte de Santo Antônio, e diz que não teme as forças do Rio de Janeiro; – que os brasileiros não são capazes de tomar a cidade; e se alguma esquadra estrangeira ali for com esse intento, ele passará à espada todos os brancos sem distinção, de sexo, idade ou nação. Esta notícia o francês ouviu do próprio Eduardo, e é bem oposta à primeira que tive – de ele submeter-se antes a estrangeiros do que a brasileiros ou portugueses. Na capital calcula haver de 500 a 600 tapuios, mas esperam mais gente que eles têm chamado para atacarem Marajó com 400 homens e Cameté com 600, tendo invadido a cidade mais de 800 no dia 14 do mês passado. Nesta noite, porém, e no dia seguinte os rebeldes receberam a gente que lhes faltava de Maguari, Acará, Conde, Beja e de outros pontos.

Quanto ao ataque de Marajó tenho-o prevenido mandando para ali o capitão Falcão comandante dos municipaes permanentes com 43 praças e o alferes Sales do 5o Batalhão de Caçadores a fim de reunirem-se ao major Chermont que tem na Cachoeira 270 homens. E a não fazerem o mesmo que a maior parte dos voluntários fez na cidade, julgo segura aquella parte da ilha donde vem o fornecimento da carne verde para a esquadra, já estando lá estacionada a escuna Rio da Prata. No caso de desgraça não sei como hei de decidir-me; faltando como já faltam mantimentos, não poderei contar com os da província por não ter vasos pequenos para os conduzir ou comboiar as canoas. Nem ainda chegaram os que pedi ao presidente do Maranhão. Quanto a Cameté, tenho ali a barca Independência, e dei ordem ao coronel-comandante militar Manuel José da Silva Melo para reunir os guardas nacionais. O número de tapuios que invadiram a cidade não podia deixar de ser grande; assim o creio tanto pelas informações que tenho colhido como pela extensão da linha de ataque, sendo a cidade invadida por toda parte, pelos flancos, frente e retaguarda, e introduzindo-se os rebeldes nas casas sem fazerem falta aos vigorosos ataques ao arsenal de guerra, os quais sempre foram feitos com mais de 300 tapuios.

Ainda que eu me pudesse sustentar por mais dois ou três dias, não teria forças para assegurar a cidade contra novos ataques, abandonado dos voluntários e tendo 230 mortos e feridos, sem que a esquadra me pudesse fornecer marinheiros. Como V. Ex^a. sabe saí dessa corte somente com 6 soldados, 1 sargento e 5 officiaes, além dos meus ajudantes d'ordens. A marinha não veio completa. O contingente do batalhão do Maranhão e o desta província apenas tinham 100 praças capazes de entrar em fogo, sem haver com que mudá-las para lhes dar sequer meia hora de descanso. Finalmente guerra sem sol dados, esmorecimento ou covardia da maior parte dos nacionaes – a cidade transformada em trem de guerra com muita pólvora, chumbo, armas e terçados a despeito de minhas

Como se vê, o marechal lançou à conta quase exclusiva dos voluntários o mau êxito de suas operações na capital, considerando-os covardes e até despidos de patriotismo! Julgou talvez que poderia justificar os seus reveses atribuindo-os a forças estranhas. Que muitos cidadãos espontaneamente, pegaram em armas e se apresentaram em defesa do governo, ele mesmo o declarou em suas comunicações oficiais. E que milhares de outros se apresentaram para combater os rebeldes, não temos dúvida em acreditar, uma vez que fossem excitados por quem lhes soubesse despertar o entusiasmo, os bríos, o amor da liberdade em perigo.

A história ensina que à voz ardente e enérgica de um chefe, ao exemplo vivo de sua valentia e dedicação, levantam-se os povos que nunca se recusam aos sacrifícios quando, ameaçados os seus direitos, vibra-lhes o coração a necessidade extrema da defesa principalmente do lar doméstico. Os voluntários não constituíam tropa regular, afeita a obedecer cegamente às ordens de seus superiores; eram simples paisanos que só por incitamento e simpatias à causa e aos homens que se debatiam poderiam expor-se às balas inimigas: movidos pelo interesse comum da ordem pública e sem nenhuma disciplina militar, precisavam de outros incentivos que pudessem impeli-los a encarar sem temor os riscos e perigos da contenda.

Não é mais tempo de ocultar a verdade. Octogenário como era o marechal sentia-se curvado ao peso dos anos: a sua idade avançada não lhe permitia mais deixar a quietação da decrepitude. Recolhido ao seu gabinete, nenhuma vez tentou encorajar os combatentes, nem incitar ao menos a parte sã da população que se mostrava contrária

ordens preventivas – um alemão fabricando pólvora com materiais achados em casas particulares – um país hidrográfico sem navios pequenos – uma aturada impunidade a repetidos crimes, são as causas principais das desgraças desta província que, a não receber quanto antes socorros e tais que decidam e segurem a sua sorte, será desbastada pelos selvagens, atentas as disposições que vejo e porque toda é povoada de semelhante gente.

Resta-me dizer que aqui nesta província não há artificios, e isto causa prejuízo ao serviço e às operações: não há quem de pronto ocorra a qualquer falta que o armamento e reparos de artilharia possam sofrer, estando podres os que havia na província. Devo participar a V. Ex.^a, que as circunstâncias atuais me decidiram a nomear o major avulso Francisco de Siqueira Monte Roza, comandante interino da Praça de Macapá, achando-se ali também de comandante interino o capitão do 5o Batalhão de Linha; José Joaquim Romão de Almeida, com 11 soldados. – Deus guarde a V. Ex.^a.:– Bordo da fragata Campista, no Pará, 5 de setembro de 1835. – Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, ministro e secretário de Estado dos negócios da guerra. - Manuel Jorge Rodrigues. Ofício ao ministro da guerra, de 7 de setembro de 1835:

Il.mo e Ex.mo Sr. – Tenho repetido que esta província, particularmente a cidade, era um perfeito trem; todas as casas cheias de pólvora, depois de se' mandar recolher. O vil interesse, e talvez em alguns a conveniência, obrigou a desprezar a minha ordem. Tanta é a força que as leis têm presentemente! Perto de 4.000 lazarinhas se recolheram: quase todos os armazéns tinham terçados mouriscos e outros mais curtos; deviam passar de 8.000. Estes têm a culpa do roubo que sofreram. Comprei, como avisei a V. Ex.^a, 375 armas, que tinha justo o vice-presidente; e no dia 23 entraram em um navio inglês 1.008 com baionetas, que comprei a 8\$000 em papel, letra sobre o Maranhão. De Abaeté, Igarapé-miri, Cachoeira e Bujaru me pedem armas e munições, e não tenho para lhas dar. Algumas que os voluntários de mais consciência trouxeram para bordo já as dei. Tenho pedido ao presidente do Maranhão a quem faço aviso da compra. Parece de justiça haver uma lei que proíba tal comércio com tanta franqueza, ou pondo-lhe um direito subido, ou proibindo-o para que não vejamos realizada a visão do Itagiru, como parece principiar por esta infeliz província. - Bordo da fragata Campista, no Pará, 7 de setembro de 1835. Il.mo e Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, ministro e secretário de Estado dos negócios da guerra. – Manuel Jorge Rodrigues.

à anarquia. Podia presumir ninguém o contesta que Eduardo Angelim, simbolizando o espírito faccioso que então reinava, tivesse em seu favor as adesões da população ávida de aventuras, porém não devia isso entibiar-lhe a atividade tão necessária nessa ocasião. É certo que nos desvarios populares os homens cordatos de ordinário retraem-se e desaparecem do burburinho das turbas, mas não deixam nunca de acudir aos justos reclamos do patriotismo, quando são estimulados por exemplos sinceros de abnegação e valor contra os atentados que ameaçam o domicílio, a segurança e a propriedade de todos, com risco iminente da tranquilidade pública.

Demais, português de nascimento, o marechal tornou-se em geral antipático pela rivalidade que ainda subsistia no espírito da população; e estranho à província, sem conhecer os personagens que figuravam na sociedade paraense, chamou para junto de si o coronel Brito Inglês, também de nascimento português, homem fútil, tímido e malquistado, que influiu no seu ânimo e o comprometeu com insinuações desfavoráveis ao caráter e índole de todos, mormente dos rebeldes que ele considerava, sem nenhuma exceção, como tapuios, vis salteadores e assassinos, que não resistiriam ao menor aceno do governo, sem esquecer-se de propalar que os mesmos o lançaram na miséria roubando-lhe tudo, até os seus ricos uniformes, as suas espadas e dragonas!⁸

⁸ Carta de José de Brito Inglês a seu filho:

“Bordo da fragata Campista, 26 de agosto de 1835. – Meu caro filho. Estou vivo! e creio para te ver, se chegar a ter essa fortuna, porque estou rodeado de desgraça, de miséria e de fome, com teus irmãos e a família, menos o teu irmão Carlos, que não sei dele, e o supponho morto! Desde o dia 4 deste mês que o marechal me chamou para suas ordens: tenho tido um trabalho que mal o posso contar, e já havia 20 dias que eu não dormia em casa. Enfim não tenho tempo para historiar aqui a bordo; o marechal me não deixa. estou sempre a escrever, e por isso saberás por outra via a fatal história do Pará, e só devo dizer-te que a cidade foi atacada em 14 do mês por mais de 800 tapuios, mas que não metiam medo, se os tais voluntários não fugissem, apesar de não haver tropa de linha, que o marechal não trouxe: por nove dias se sustentou a defesa contra os cabanos que faziam fogo pelas casas e penetravam umas pelas outras: na noite de 22 o marechal se recolheu à esquadra, e formou sua residência na fragata Campista, onde continua a legal administração da província; embarcaram muito mais de 5.000 pesos, e aqui estamos a meia ração de arroz, esperando socorros de Maranhão; tudo é uma miséria... Meu filho, necessário é falar-te como devo, estou desgraçado com a família; a camisa que tenho não é minha, nem as calças, nem o colete; teus irmãos nus sem uma camisa, minha sogra e minha mulher apenas com um vestido, sem terem meias, nem sapatos, nem camisas; não há, nem tenho dinheiro para comprar, e por último, fome; é muita a gente, e só vive a arroz. Deus queira não nos falte. A nossa casa foi roubada e destruída, e tudo perdemos, porque se não contava com a fuga dos voluntários, e os tapuios começaram a roubar logo e a matar; o governo não tinha gente para repelir, em consequência a família fugiu, tal qual estava, e apenas se lembraram da caixa da prata, mas não toda, porque alguma estava de fora; portanto não se salvou roupa alguma, nem vidros, nem trastes de valor; tudo me roubaram, os meus livros, o meu relógio, as minhas espadas, as minhas dragonas, os meus bons e ricos uniformes, bastantes lençóis, muita roupa branca de cama. A cidade sofre um saque geral, uma carnificina horrível; tem-se matado muitos brancos; consta ter morrido J. A. Lopes, e mataram no largo do Carmo 16 brancos, entre eles o coronel José Narciso etc. Enfim a cidade apresenta um aspecto de ruínas, horrores e solidão dos túmulos; os fogos da esquadra e das corvetas de guerra, portuguesa e inglesa, fizeram muitas ruínas; imensas famílias vão para o Maranhão na maior miséria e penúria, e eu também queria, e devia ir, mas o marechal não me deixa, tendo-lhe morrido o filho ferido dos cabanos; tudo está em ruínas e em pobreza; ninguém faz ideia! Aqui andam as senhoras de primeira representação, como minha mulher, as Charmonths e outras que metem dó, sem fato, descalças, enquanto lavam sem sabão as meias, e só com um vestido! Basta; esta te será remetida por Meireles, a quem escrevo pedindo-lhe por esmola alguma fazenda para mim e para vestir a família. Estou pobre e muito pobre, nada tenho; os tapuios roubaram, escangalharam tudo e deixaram a casa aberta, segundo diz um francês. Por ora nada se sabe individualmente, mas somente que o saque é horrível, e muitas as mortes nos brancos! Hoje veio da cidade o cônego Raimundo, secretário do Bispo, e conta horrores,

Veio, sobretudo o exagerado bombardeamento da cidade aumentar o estado de abatimento moral, em que já se achava a classe sensata da população. O fogo excessivo da esquadra causou grandes estragos tanto nos edifícios como na força do governo. A tropa e os voluntários com batiam a peito nu nas ruas e nas praças, e eram constantemente mortos e feridos pelas balas dos navios de guerra ou pelos estilhaços que estas produziam de encontro às paredes, aos telhados, às janelas, as portas e vidraças das casas. E isto deramou o desânimo e o descontentamento entre os defensores do governo. Se estes, pois, abandonaram os seus postos, e os outros cidadãos se conservaram esquivos ao movimento, não foi por covardia, nem por falta de bons desejos para salvar a vida e os bens de suas famílias, como asseverou o marechal; foi antes por tática mal dirigida e frouxidão do delegado do governo imperial.

Referem que logo nos primeiros dias, quando ainda todos estavam animados, os voluntários quiseram por mais de uma vez cortar a reta guarda dos rebeldes na ocasião em que estes se retirassem do Arsenal de guerra, apossados das granadas e esmorecidos pelo mau sucesso dos seus ataques àquele estabelecimento. Parece que semelhante plano era bem concebido, e surtiria bom efeito aproveitando-se em tempo do cansaço e fadiga do inimigo, para acometê-lo com toda a força reunida do governo na praça ou rua em que fosse encontrado, antes de entrincheirar-se em qualquer dos seus pontos fortificados.

Entretanto, o marechal por mal aconselhado não consentiu que tal plano fosse executado com receio de arriscar a gente que tinha na guarnição de palácio e de outros lugares. Nas convulsões nasce sempre dos chefes: são eles que inflamam e agitam os ânimos em favor da causa que defendem. A Eduardo Angelim nunca faltou gente que o auxiliasse. É que ele não se limitava a dar ordens. Mancebo de vinte e um anos de idade, ativo e cheio de vida, apresentava-se por toda a parte falando às massas, acompanhando as suas falanges animando-as nos lances mais arriscados, empregando, em uma palavra todos os meios ao seu alcance para agradar e criar prosélitos.

Nada disto, porém, fez o marechal. Vaidoso como era o seu conselheiro talvez lhe inspirasse sentimentos de injusta prevenção contra os habitantes. Sem esforçar-se por excitar a gente que poderia auxiliá-lo; sem visitar os pontos fortificados, não obstante dever como comandante das armas estimular ao menos a força legal que não era arremetada, permaneceu sempre no palácio do governo, tendo por companheiro inseparável o coronel Brito Inglês! Saiu à rua somente no momento de abandonar a capital, quando teve de retirar-se, alta noite e às escondidas, para bordo da fragata Campista!

conta que o saque é geral, e que são muitas as mortes. Mostra esta ao Chabi; não posso escrever mais; dize-lhe que, se eu estivesse mais perto, lhe pediria uma camisa, pois me custa a andar com uma só desde o dia 14; hoje é que me emprestaram uma para lavar a outra, e Inês não tem, nem teus irmãos! ... Que quadro! nem uma rede tenho, durmo sobre o chão, a família dorme com a cabeça no chão, não há nem uma coberta, não temos nada e andamos morrendo de fome, só com arroz, e as crianças a chorarem, nuas! ... Assim quer o céu, paciência; tem tu vida, que nos restituirás abundância e que comer. Eu te abençoo em nome de Deus. - Teu pai Brito". (Publicada no Maranhão, tipografia de Abranches & Lisboa, 1836).

O seu principal erro foi desembarcar no Pará sem a força necessária para garantir a sua autoridade contra a população anarquizada, pondo-se na dependência de Francisco Vinagre de quem servira-se como mediano dos rebeldes: daí se originaram o seu enfraquecimento e consequentes desastres que sofreu. Sem meios suficientes de resistência, não pôde mais reagir, e contemporizando com os facciosos, teve de ceder à pressão do movimento sedicioso, que por fim o levou de vencida na primeira tentativa de repressão, depois dos lamentáveis acontecimentos da Vigia que deram causa às prisões efetuadas na capital. Censurando-o por tal ato de imprudência, disse-lhe o ministro do império, Joaquim Vieira da Silva e Sousa:

– “O governo imperial, posto que reconheça a difícil posição em que V. Ex^a. se achou, não pode aprovar que o presidente entrasse na cidade e tomasse posse por uma espécie de capitulação com os chefes dos rebeldes, tendo sido mais decoroso e conveniente que, enquanto não fosse possível consegui-lo por outro modo, esperasse maiores socorros do governo ou em algum ponto da província mais acessível e defensível ou mesmo na província do Maranhão, para poder depois entrar na posse e livre exercício da presidência com maior segurança e dignidade. Se isto se tivesse feito, ter-se-ia talvez poupado muitos sacrifícios e as desgraças que têm sobrevivendo, como consta sem ser oficialmente, a saber: o abandono da cidade pelo presidente depois de oito dias de fogo, a ruína dos edifícios, a perda de muitas vidas, o saque e a destruição .

“O governo vai empregar dentro dos limites das leis todos os recursos que tem para desagrar a honra nacional e fazer triunfar a constituição e as leis, salvando a província do Pará dos horrores da anarquia que a devasta, e para este fim tem nomeado presidente da mesma o brigadeiro Francisco de Sousa Andréia com os convenientes, forças e instruções, devendo V. Ex^a., logo que entregar-lhe a administração, recolher-se à corte para esperar o que o governo tiver deliberado a seu respeito.”⁹

Esta censura, aliás, justa e merecida, devia naturalmente ferir o amor-próprio do marechal: a sua decepção não podia ser maior. Quando esperava a tropa e os demais recursos que pedira com tanta urgência, o governo imperial estranha que ele entrasse na capital e tomasse posse da presidência por uma espécie de capitulação com os chefes dos rebeldes, e declara-lhe que estava nomeado o seu sucessor e ia ser este investido de poderes, forças e instruções convenientes, para desagrar a honra nacional, fazer triunfar as leis e salvar a província da anarquia que a devastava!

A prova de falta de confiança era formal. Mas como quer que fosse, o mal estava feito e cumpria repará-lo por todos os meios possíveis sem que ninguém, principalmente um militar, se julgasse com direito de poder esquivar-se do serviço em tão apertada emergência. E o marechal, sentindo todo o peso de sua responsabilidade, não se mostrou agastado; conforme os minguados recursos de que dispunha, continuou a dar providências para remediar as desgraças e misérias que tanto flagelavam a popula-

⁹ Ofício de 6 de novembro de 1835.

ção. E nem a gravidade e rapidez com que os acontecimentos se sucediam, nem as necessidades instantes que reclamavam imediatas reparações, podiam deixar de instigá-lo no sentimento imperioso do dever.

E com estar fora da capital, distante dos rebeldes, não lhe diminuíram as preocupações; pelo contrário surgiram necessidades de outra ordem que vieram ainda mais acobardá-lo. A gente que embarcara sob a proteção do governo achava-se na maior penúria e não tinha a quem recorrer. Homens, mulheres, velhos e crianças aglomeravam-se nos tombadilhos e convés dos navios que não os podiam quase comportar, nem oferecer-lhes os necessários cômodos. Expostos de dia ao sol, dor miam de noite estendidos ao relento, sem cobertores que os amparassem do frio e ventanias. Amanheciam alquebrados, com sede e esfomeados, sem achar refeição nem água suficientes: a que bebiam era salgada e não saciava, e a bordo dos navios só havia restos de arroz que, cozido sem sal, era repartido em minutas e insignificantes rações, e estas mesmas muitos indivíduos ofereciam comovidos às mulheres e crianças doentes e mais necessitados de alimentos.

Acresciam os numerosos feridos, apinhados nas enfermarias, sem dieta nem higiene regular. E como complemento de tudo, havia ainda a falta de roupa que não permitia o conveniente asseio. Em geral cada pessoa tinha somente um fato que, imundo ou roto, servia sempre; não havia outro para mudá-lo. E nem os banhos indispensáveis à saúde, era decente tomá-los no meio de tanta gente reunida, apesar de todos sentirem a necessidade de limpeza e refrigério ao calor ardente da estação, dando isso causa às enfermidades de que eram vítimas esses infelizes.

Diante deste sombrio quadro de infortúnios, o marechal não podia ficar insensível e indiferente. E em verdade, ele foi solícito em tentar todos os meios de remediar o mal, pungindo-lhe amargamente o coração a escassez de recursos que o impossibilitava de acudir de pronto a tantas atribulações e misérias. Demonstrá-lo-ão os fatos que em tempo referi remos: o ilustre ancião não foi surdo aos clamores dos foragidos e seria injustiça calar os impulsos de sua piedade, os abençoados esforços que empregou para mitigar os sofrimentos de seus desventurados concidadãos.

VII

Comissão do cônego Severino de Matos a Tatuoca. - Ofício do bispo ao marechal. - Bom êxito da comissão. - Regresso da família Eduardo Angelim à capital e influência benéfica no ânimo deste - Permissão do marechal a vários negociantes ingleses para irem à capital salvar seus bens. - Partida da corveta Elisa para Lisboa - Protestos dos portugueses contra o governo imperial. - Correrias dos revoltosos. - Refúgio das famílias em Tatuoca. - Providências do marechal na Vila da Cachoeira. - Ataque e debandada dos revoltosos ali. - Deserção da força legal. - Retirada da mesma para a fazenda Santana. - Participação do major Chermont ao marechal. - Embarque deste para Santana. - Primeiro ataque contra os rebeldes na fazenda Itacuá. - Perda da força legal. - Regresso do marechal para a ilha de Tatuoca. - Segundo ataque e seu mau êxito. - Chegada de Chermont à esquadra. - Assassinatos e roubos no navio Clio, em Salinas.

Eram passados apenas três dias depois de fundeada a esquadra na baía de Santo Antônio, quando avistou-se pouco distante, ao alvorecer da manhã de 26 de agosto de 1835, uma canoa com bandeira branca, içada no mastro como sinal de ser de paz a sua missão. Prendeu a atenção de todos. Ao aproximar-se, fez proa direita para a fragata Campista; e atracada à escada deste navio, viu-se subir ao portaló um homem alto e corpulento, com vestimenta talar; era o cônego Raimundo Severino de Matos que vinha em comissão do bispo diocesano. Recebido a bordo, foi conduzido à presença do marechal a quem entregou um ofício que aquele, pedindo a este o regresso das famílias de Eduardo Ang e de seu cunhado, declarava ser intérprete das pessoas ameaçadas na capital, e como tal esperava decisão favorável como único meio de o rebanho confiado aos seus cuidados. Dizia assim o ofício:

“Como V. Ex^a., abandonando a capital, lançou uma boa porção deste rebanho na mais profunda consternação, somente com o pequeno e escasso alívio de recorrer ao seu pastor igualmente consternado e sempre moribundo, não posso deixar de atender a tantas lágrimas que solicitam com gemidos e clamores a minha intervenção, pedindo eu a V. Ex^a. em nome do rebanho e por tudo o que há de mais sagrado no céu e na terra, que permita o regresso das famílias do comandante que hoje serve de presidente, e do seu cunhado.

“Se V. Ex^a. as conserva para garantia de algumas negociações é justo que proponha o que pretende até chegar-se ao ditoso fim da paz e sossego público; aliás, salvando-se V. Ex^a. a si só, sacrifica uma multidão de pessoas inocentes. Espero, portanto que V. Ex.

por sua benignidade e por melhor serviço a Sua Majestade Imperial não hesitará um momento em anuir a todo o exposto. Compadeça-se da minha idade, das minhas moléstias e das minhas lágrimas.”¹

As pessoas reclamadas reduziam-se a quatro: à consorte, um irmão de doze anos de idade e duas irmãs de Eduardo Angelim, sendo uma casada com o francês Michel Barreau. O cônego Severino de Matos afiançara que o chefe dos rebeldes, ignorando a sorte da família, jurava tomar vingança de qualquer ofensa de que a mesma fosse vítima, principalmente a sua consorte cujo destino mais receava. E assim era de crer. Assomado e de espírito inculto, ele não hesitaria em levar a efeito as ameaças sob a impressão afitiva que o alucinava.

Lido o ofício, o marechal ouviu os seus mais íntimos confidentes acerca do pedido do bispo, e apesar de haver quem opinasse para que toda a família de Eduardo Angelim ficasse a bordo como reféns, ele resolveu dar liberdade à mulher do mesmo, D. Luísa Angelim, retendo somente o irmão menor de nome Francisco. Quanto às irmãs, já tinham ambas seguido no dia anterior para o Maranhão na corveta Regeneração com outras famílias e o referido Michel Barreau. O referido menor foi depois remetido por Andréia para o Rio de Janeiro, no ano de 1836. O governo imperial mandou abrir-lhe praça em primeira linha, e seguindo posteriormente para a província do Rio Grande do Sul com o batalhão a que pertencia sob o comando do coronel Guilherme José Lisboa, ali distinguiu-se em vários combates contra os rebeldes, e foi promovido a oficial. No Rio Pardo, porém foi prisioneiro com todo o seu batalhão, depois de morto o comandante que não se quis render aos rebeldes.

Por espontaneidade ou por força de circunstâncias, abraçou a causa dos republicanos sob as ordens de Bento Manuel Ribeiro, e serviu no mesmo posto combatendo ao lado de Garibaldi no ataque de São José do Norte, como comandante da força de infantaria. Submetidos os rebeldes ao governo imperial, foi ele anistiado com os seus companheiros. Casando-se naquela província, recolheu-se à vida privada e tratou de aumentar a fortuna que lhe trouxe a sua consorte. Quando o ditador Rosa declarou guerra ao Brasil, perdeu quase tudo, saqueada como foi a sua fazenda de gado, que ficava nas fronteiras. Estabeleceu então a sua residência em Bagé. Aí, na guerra do Paraguai, alistou-se como capitão em um dos batalhões de voluntários da pátria e seguiu para a campanha contra o ditador Lopes. Distinguiu-se sempre pelo seu valor, e na invasão de 18 de julho de 1866 recebeu morte gloriosa em desagravo da honra nacional.²

Mas como foi ter à esquadra a família de Eduardo Angelim? Teria embarcado de moto próprio, impelida pela necessidade da ocasião? Há quem assim o pense. Mas repugna que a família do chefe dos rebeldes fugisse da capital, quando esta já estava quase toda

¹ Tem a data e assinatura seguintes: - Pará, 25 de agosto de 1835. Romualdo, bispo.

² Extrato de uma notícia biográfica sobre Francisco Nogueira, publicada no Diário do Grão-Pará, nº 266, de 5 de outubro de 1866.

em poder daquele, sendo até inverossímil que ela por espontaneidade buscasse a convivência dos inimigos de seu marido, os quais naturalmente encontraria a bordo dos navios. A verdade é outra. Em 27 de julho, quando o marechal deu ordem para prender os chefes dos rebeldes, varejaram a casa em que residia Eduardo Angelim, e não o encontraram; havia seis dias que ele, já receoso, se tinha retirado da capital. Suspeitaram, entretanto que estivesse oculto nalgum esconderijo, e por isso deixaram uma escolta dentro e fora da casa, para prendê-lo na ocasião em que aparecesse ou fosse descoberto.

Alguns soldados não guardaram nessa ocasião o respeito devido às pessoas da família de Eduardo Angelim; dirigiram-lhes contínuas ameaças e ditos grosseiros, pelo que mais de uma vez aquelas desconfiaram de sua segurança individual. Na entrada dos rebeldes, no dia 14 de agosto, a escolta correu para o palácio do governo logo que rompeu o fogo na estrada de Nazaré, e as infelizes aproveitaram a retirada da força, para deixarem o seu domicílio em busca de asilo na casa de Michel Barreau de quem eram aparentadas. Morava ele no mesmo prédio em que tinha oficina de cutelaria, na rua dos Mercadores.

Seguiu-as um grupo de homens armados, que momentos depois invadiram a casa, e tentaram conduzi-las para a rua, apesar da enérgica oposição de Barreau e de algumas pessoas que acudiram ao conflito. Felizmente apresentou-se o capitão-de-fragata Manson, que, interpondo a sua autoridade, serenou os ânimos e comprometeu-se a levá-las à presença do marechal, como efetivamente o fez. Este mandou recolhê-las à esquadra, na qual foram depois transportadas em 23 de agosto, com os refugiados da capital, para a baía de Santo Antônio, onde as encontramos. Barreau teve a mesma sorte; conduzido também à presença do marechal, recebeu idêntica intimação. Permitido o regresso da mulher de Eduardo Angelim e de várias famílias que quiseram desembarcar dos navios de guerra, o cônego Severino de Matos transportou-as para a capital, despedindo-se contente do bom êxito da comissão de que fora incumbido.

Eduardo Angelim ficou penhorado com a restituição de sua mulher e com o tratamento respeitoso dado à mesma na esquadra, e isto serviu de muito para que o bispo conseguisse salvar alguns indivíduos refugia dos no seu palácio, fazendo conduzi-los de noite, às escondidas, para Tatuoca sob a proteção de um ou outro sacerdote que ele mandava em comissões imaginárias, com ciência e aquiescência do chefe dos rebeldes. Nessas ocasiões o bispo não perdia o ensejo de dar ao marechal notícias do estado da capital. E sabendo-se então que alguns estabelecimentos comerciais tinham sido saqueados, vários negociantes ingleses pediram por intermédio do comandante da corveta de guerra de sua nacionalidade permissão para irem à capital resguardar os seus bens, embarcando-os nos dois navios mercantes, Stranger e Alexander, que estavam fundeados na baía de Santo Antônio, e se prestaram a auxiliá-los nessa comissão.

O marechal, ou porque temesse novas complicações, ou porque não quisesse romper o bloqueio em que pusera a capital, quis de princípio opor-se a semelhante pedido, mas

por fim cedeu às instâncias do chefe da força naval João Taylor a quem eles recorreram. E para garantir os direitos da fazenda pública, ordenou que no ato do embarque das mercadorias, fossem relacionados os gêneros do país sujeitos a impostos de exportação para serem pagos na ilha de Tatuoca. Foram em tudo bem sucedidos. Eduardo Angelim, que conhecia esses negociantes desde o tempo em que comerciara na capital, facilitou-lhes os meios necessários, para que pudessem salvar tanto os seus bens como os de outros estrangeiros.

A corveta Elisa já tinha a esse tempo seguido para a Europa. Foi o primeiro navio de guerra estrangeiro que deixou a província. Ainda na capital, o seu comandante declarara ao vice-cônsul português que tinha mantimentos somente para trinta dias com um terço de ração diminuída, e dentro de uma semana partiria para Lisboa, devendo aquele comunicar esta sua resolução às embarcações mercantes de sua nacionalidade para que tomassem as providências necessárias, conforme o destino que tivessem de seguir: que tinha salvado quanta gente lhe fora possível assim como as suas fazendas; só a bordo do seu navio existiam perto de duzentos portugueses; pouco ou nada mais se poderia daí em diante fazer, porque os rebeldes estavam prestes a assenhorear-se dos lugares de embarque, e, portanto julgava cumprida a sua comissão.³

Nada o demoveu deste propósito. Chegado à ilha de Tatuoca, somente demorou-se o tempo indispensável para preparar o navio. No dia 25 de agosto despediu-se do marechal e do chefe da força naval, e no seguinte fez-se de vela para Lisboa com todos os seus compatriotas.⁴ Não esqueceram estes de protestar a bordo pelas perdas e danos que, diziam, acabavam de sofrer, lavrado de tudo um termo que assinaram com o vice-cônsul português, e foi subscrito pelo respectivo escrivão da corveta por ordem do comandante. Reclamando indenização dos seus prejuízos, responsabilizaram ao mesmo tempo o governo central por todos os desastres da província pelos seguintes fundamentos:

1.º) porque conhecendo o mesmo governo desde 1833 o estado anárquico e revoltoso da província, assim como a necessidade de uma força respeitável para conter os facciosos, principalmente depois dos sucessos de janeiro e fevereiro, contentou-se em mandar um presidente e comandante das armas, dando-lhe somente sete soldados, um sargento e alguns navios de guerra com guarnições incompletas, mal disciplinadas e na maior parte de estrangeiros, sendo necessário ao presidente vir de província em província pedindo esmolas de tropa, sem a poder encontrar senão no Maranhão, no pequeno número de cem soldados úteis; 2.º) por que eles não tiveram aviso prévio do estado de fraqueza em que se achava a província, para que pudessem com tempo embarcar as suas fazendas e o que tivessem de mais precioso; 3.º) porque o mesmo presidente confessava no seu ofício ao comandante da corveta em data de 19 desse mês, que a cidade se achava em miserável estado por falta de força regular para se opor aos inimigos; 4.º) finalmente

³ Ofício de 25 de agosto de 1835 e carta da mesma data, anexa esta como aquele à participação referida; documentos sob nº 21 e 24: Nota Final 11.

⁴ Ofício de 22 de agosto de 1835, publicado na dita participação; documento sob nº 20: Nota Final II.

porque não se tinha procurado meios de salvar a cidade e a província, nem de garantir as pessoas, quer nacionais, quer estrangeiros, como determinava a Constituição Brasileira.⁵

Apresentadas depois esta e outras reclamações idênticas ao governo central, por intermédio dos representantes das nacionalidades a que pertenciam os reclamantes, tiveram todos os deferimentos mais ou menos favoráveis, depois de proceder-se aos exames e convenientes liquidações dos pretensos prejuízos, conforme o direito internacional e tratados existentes, que garantem em certos casos a indenização dos estragos causados aos particulares pelas guerras e dissensões civis.

Sem mais necessidade de luta na capital, os rebeldes espalharam-se pelo interior da província, invadiram as povoações menos distantes e praticaram toda a sorte de extorsões sem respeitar o domicílio, nem a segurança individual. Atemorizadas, muitas famílias abandonaram as suas casas e vieram procurar a proteção da esquadra na ilha de Tatuoca, e lá quase todas fizeram moradia nas próprias canoas, em que se haviam transportado das localidades assaltadas pelos sediciosos, indo a terra somente em ocasião de urgente necessidade. Fundeadas perto e em derredor dos navios de guerra, essas canoas ofereciam-lhes seguro abrigo debaixo de barracas de palha ou toldos de panos que levantavam sobre as mesmas.

Os foragidos que podiam chegar salvos a Tatuoca davam sempre tristes notícias das correrias dos facciosos. E informado de que eles se preparavam para atacar vários pontos da ilha de Marajó com o fim de impedir o transporte de gado, o marechal fez marchar para ali o comandante dos permanentes com toda a força de que pôde dispor, ordenando-lhe que sem perda de tempo se fosse reunir ao major Chermont na Cachoeira. Esta vila fundada pelo capitão-mor André Fernandes Ga vinho, em 1774, à margem esquerda do Arari e distante sete léguas da foz deste rio, era a mais ameaçada de todas pela posição em que se achava em relação às fazendas de criação.

E os rebeldes não se demoraram em assaltá-la, pensando encontrá-la desprevenida e sem meios de resistência, mas foram repelidos e debandados. Muitos ficaram mortos e feridos no campo. Houve imprevidência em não persegui-los na retirada. Foram reunir-se na fazenda São Marçal, distante três léguas da Cachoeira; e aí fortificados, cortaram as comunicações pelo rio. A posição da força legal piorou consideravelmente daí em diante. O desânimo apareceu entre os defensores do governo, e deu causa à deserção de muitos para a ilha de Tatuoca.

O major Chermont, vendo enfraquecer as suas fileiras, apresentou-se ao marechal e pediu-lhe providências. Voltou numa escuna de guerra com alguns paisanos e em pequeno contingente que restava do batalhão de caçadores, sendo-lhe entregue duas proclamações para serem lidas aos guardas nacionais. Numa o marechal censurava os

⁵ Protesto lavrado em 20 de agosto de 1835 a bordo da corveta Elisa. Está publicado no final da participação aludida em seguida ao documento sob nº 24; Nota Final II.

que tinham abandonado os seus postos; noutra exortava o povo e o concitava às armas.⁶ Mas a despeito de todos os conselhos e admoestações, continuaram os ânimos no estado de esmorecimento. Longe de aumentar, a força legal tendia a diminuir. Os facciosos, entretanto se fortaleciam e ameaçavam a vila. Tudo fazia crer que eles não se demorariam em tentar novo ata que. Excitava-os a esperança nos proventos do saque. O major Chermont, em tão apertada conjuntura, vendo-se, além disto, privado de munições com que

⁶ Marajoenses: Que fado vos arrasta? Excessivo é por certo o pasmo com que este governo admira vossa inação, quando vos vê chegar a esta esquadra e à ilha de Tatuoca, desamparando vossos irmãos d'armas, que naquela importante ilha se acham a braços com o inimigo da nação, do Imperador e da humanidade, com o próprio inimigo das vossas vidas, famílias e bens, que a ferro e fogo destrói estabelecimentos de anos de fadigas! Nem que um raio, caindo junto de vós, vos entorpecesse, Vossos ânimos se achariam mais ocupados de terror e de susto! Marajoenses, lembrai-vos que sois brasileiros, acudi à vossa pátria moribunda que suspira em jorros de sangue por vossos socorros; voltaí, correí outra vez para aquela ilha a unir-vos aos vossos honrados patrícios; escutai suas vozes pela do vosso major comandante das guardas nacionais Chermont, que no cúmulo de sensibilidade participa o vosso não esperado abandono, e que vos convida a irdes ajudá-lo a salvar a pátria; convencei-vos da importância de conservar Marajó; correi de novo às armas. O vosso presidente acaba de mandar para ali fornecimentos de guerra e boca, e agora mesmo manda unir à tropa de linha, que ali está, mais sessenta praças para reforçarem vossos patrícios, e está disposto a todos os sacrifícios, e com ele imolai no altar da pátria todas as considerações que não derem vigor ao patriotismo, que só ele pode debelar nossos inimigos. Marajoenses, quando a pátria reclama vossos sacrifícios, a honra os pede, e o vosso presidente sente repugnância em recorrer aos meios de violência. Eia! Volvei àquela ilha, e dai à nação um testemunho do vosso brio e do vosso valor. Viva a religião de nossos pais! Viva a assembleia geral legislativa! Viva o nosso jovem e inocente Imperador o Sr. D. Pedro II! Vivam os Marajoenses que pugnam pela pátria, pela lei e pela honra! – Bordo da fragata Campista, surta na baía de Santo Antônio no Pará, 30 de setembro de 1835. – Manuel Jorge Rodrigues, presidente.

- Valentes Marajoenses: Sensíveis aos clamores e gemidos da pátria, formais um nobre e distinto contraste com esses homens-feras que a província produziu, como produz a cobra e a onça; e empunhando as armas vos achais decididos ao desagravo da lei, da nação e do Imperador, salvando a pátria. (vosso legítimo presidente se congratula convosco pelo vosso entusiasmo, e se compraz dos felizes resultados que tem dele a esperar. Marajoenses que estais em campo contra os inimigos: vossa conduta e valor serão o gérmen da redenção da cidade; na história moderna, e mesmo na história antiga, achareis que muitas vezes se têm perdido cidades, sem que se arraste a perda dos Estados, e que o cidadão amigo da sua pátria parece descoser-se em mais cidadãos, quando vinga os ultrajes e danos, que ela sofre; vosso desalento (se ele fosse possível) a lançaria no abismo que ameaça sorver, riscando-a da lista dos povos civilizados. Convencei-vos, bravos Marajoenses, da necessidade da conservação e segurança dessa famosa ilha a todo o custo, assim pela sua localidade e importância para os fornecimentos de carnes verdes, único recurso para manter as forças da legalidade, esta esquadra e vossos ilustres irmãos d'armas – os denodados cametaenses, que também já se acham empenhados na luta, tendo encetado a sua glória na capturação de alguns dos monstros antropófagos; como porque abunda de grandes estabelecimentos, obra do gênio, do tempo e de fadigas, que sucumbem ao ferro e às chamas do inimigo, que intenta volver este rico país ao primitivo estado de brutalidade e de selvagens errantes, sem fé, sem lei e sem moral; e sobretudo porque essa ilha produziu sempre peitos bem formados, cidadãos de brio, que não se incomodam com as baixezas, não harmonizam com os demagogos, e não sofrem violências e menos a traição; e é por isso que sobre vós o vosso presidente tem volvido suas esperanças, e para vós se encaminham as vistas dos vossos concidadãos. – Marajoenses, ao vosso digno major das guardas nacionais Chermont remete o vosso presidente a cópia da proclamação que dirigiu a esses dos vossos patrícios e companheiros que, tocados de um desalento, cuja causa é incompreensível, vos abandonou a braços com o inimigo aparecendo nesta esquadra e na ilha Tatuoca, desamparando a pátria aflita, esquecidos da dignidade do nome de — Brasileiros —, nada lhes importando o triste conceito de cobardia; e se não se mostrarem emendados, eles serão forçados a aparecer entre vos para testemunharem vossa bravura e reconhecerem sua vergonha. - Marajoenses: Quando a honra empreende ações que põem na glória o fito, o valor se multiplica, eleva-se ao heroísmo, e perpetua as famílias, a quem dá um nome eterno, que a pátria reconhece e o mundo admira.

Viva a religião de nossos pais! Viva a assembleia geral legislativa! Viva o nosso jovem e inocente Imperador o Sr. D. Pedro II! Vivam os valorosos Marajoenses que tomam a peito a salvação da pátria! – Bordo da fragata Campista surta na baía de Santo Antônio no Pará, 1o de outubro de 1835. – Manuel Jorge Rodrigues, presidente.

pudesse fazer-lhes séria resistência, julgou mais conveniente abandonar este ponto para ir fortificar-se em sua fazenda de Santana, por lhe oferecer esta melhores meios de defesa e segurança.

E de acordo com os oficiais e agentes da autoridade reunidos em conselho, resolveu fazer a sua retirada com toda a gente, de noite e sem outra prevenção que não fosse a indispensável para os preparativos, pouco antes da hora designada. E assim o fez, avisando de tudo aos comandantes das escunas Rio da Prata e Independência. Estes navios desceram logo o rio e o foram esperar na fazenda Sapará, situada à margem esquerda do Arari, quase fronteira à de Santana. Apesar das precauções tomadas, não deixou de ser contrariado na sua jornada. Os facciosos quiseram embargar-lhe os passos, mas ele, depois de destacar-se das famílias e de mandá-las resguardar por gente armada, os investiu com ardor e os levou de vencida. Na primeira refrega recuaram, e per seguidos sem tréguas fugiram todos em desordem. Com dois dias de penosa viagem debaixo de sol ardente, por campinas alagadas e cheias de tremedais, chegou ao lugar desejado, donde embarcou para a sua referida fazenda depois de dar algum descanso à gente que o acompanhava. De Santana expediu logo um emissário para comunicar tudo ao marechal. Este, surpreendido com o abandono da Cachoeira, deliberou ir a pessoa examinar o estado das coisas e facilitar a navegação do rio já interrompida conforme se lhe dizia.

Partiu de Tatuoca na manhã de 22 de outubro, acompanhado somente do comandante das forças navais e do seu ajudante-d'ordens. Conhecia o alcance da perda daquele ponto; além da falta de carne verde da qual ficaria privado, havia o receio de afluir para Tatuoca a gente que existia em Santana, e de assim piorar a condição das pessoas que lá já viviam aglomeradas, sem nenhum recurso próprio. Ao chegar a Santana, soube que no engenho Itacua, à margem do Arari e distante duas léguas pouco mais ou menos, havia gado arrebanhado sob a guarda dos rebeldes, e que estes realmente impediam a passagem por ali de todas as canoas que subiam ou desciam o rio, servindo-se de uma lancha artilhada e de uma peça, que anteriormente haviam tomado à força legal.

O marechal conheceu o dano que lhe causariam os rebeldes, se permanecessem fortificados em Itacua, e resolveu fazê-los desalojar quanto antes daquele ponto. Neste intento mandou atacá-los no segundo dia de sua chegada, e tirar-lhes todo o gado que fosse possível no campo onde eles o conservavam sob a vigilância de uma pequena guarda. A força, porém incumbida desta comissão não foi bem sucedida. Compunha-se a mesma de 128 praças, sendo 100 guardas nacionais e 28 de permanentes e tropa de linha. Desembarcada com feliz êxito com a proteção da escuna Independência, tinha já tomado alguns pontos quando, ferido mortalmente o seu comandante, ouviu-se um grito de espanto e terror! Seguiu-se logo a confusão e depois a debandada, correndo todos para bordo! Perderam num momento de irreflexão o que haviam conquistado com tanto sacrifício!

A expedição nenhuma tentativa mais fez; esmorecida, voltou a Santana sem delonga.⁷ O marechal recebeu os fugitivos com frieza, e depois de exprobrá-los pela covardia, ordenou-lhes que dessem novo ataque na manhã de 27 ao romper da aurora. E

⁷ Ofício do presidente ao ministro da guerra, de 26 de outubro de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. - Nesta ocasião do regresso da fragata Imperatriz para essa corte tenho feito ao ministro da marinha uma exposição tal que fico certo que, dando a precisa luz sobre o estado da esquadra e da província, fará que eu obtenha os socorros reclamados com urgência. E no meu officio ao ministro do império desta mesma data remeto os documentos do desastre de Igarapé-miri, ponto importante que caiu pela traição; e sou informado que os prudentes receiam que Cameté seja atacado e também caia por causa da intriga que lavra; mas eu não perco a esperança de se defender. In formado ainda de que a mesma intriga infestava a fazenda de Santana, único ponto submisso ao governo em Marajó, embarquei para ali na manhã de 22 deste mês somente com o comandante das forças navais João Taylor e com o coronel as minhas ordens Brito Inglês, voltando no dia 25. Proclamei assim que pus pé em terra, e devo assegurar a V. Ex^a. que voltei satisfeito em quanto à conciliação; mas forçoso é informar que vi ali as famílias refugiadas na última miséria. Não posso fazer a pintura fiel de semelhante quadro. Não conto com a conservação daquele ponto senão por fortuna em vista do desastre que observei. Pouco mais de 2 léguas existe dali o engenho Itacua onde os rebeldes têm muito gado que eles defendem com 80 homens pouco mais ou menos, como se reconheceu. E porque Santana só tenha gado para 6 dias, e a esquadra e os doentes não tenham carne verde há mais de mês e meio, e por se achar tão próximo o inimigo, como para evitar que aquelas famílias revertam para a esquadra, procurando alimentos que não há, fiz no segundo dia da minha chegada atacar Itacua com 100 guardas nacionais e 28 praças de tropa regular e permanentes debaixo do comando do capitão Gama e ao abrigo da barca Independência; e tendo-se a vitória já decidido pela legalidade, e estando em seu poder uma peça que os rebeldes tiraram da nossa lancha entregue pela guarnição que desertou, e bem assim a mesma lancha e 2 gambarras apreendidas para conduzirem gado, é pasmoso e fatal que com o ferimento mortal do comandante que veio a morrer nessa tarde, uma voz desse grito de espanto e terror, e alguns 17 guardas nacionais fugissem de um grupo de rebeldes, gritando e lançando-se no rio, intimidassem o resto, aliás bastante gente, e abandonassem os pontos já conquistados. Já tinham dado vivas! Isto é incompreensível e parece um fado!

E como a fragata devia sair por causa das águas, forçoso foi retirar-me, mas ordenei que se repetisse o ataque na madrugada de amanhã, e providenciei como entendi em presença das informações. Conseguindo este ponto, fácil é a conservação de Santana, que, estando na boca do rio Arari, e sendo este o mais interessante de Marajó, por ser povoado de grandes proprietários de gado até o lago, por oferecer fácil condução, quer por esse ponto quer pelo da Fábrica, e por se achar nele a vila da Cachoeira com transporte até por terra por toda a ilha e povoação do Equador, claro é a importância deste ponto e da sua defesa. Se perder-se por conquista do inimigo ou por voluntário abandono, ficará a esquadra sem fornecimento de boca. Restará então Cameté, e se o destino lhe der a mesma sorte, creio que V. Ex^a. não achará estranha a minha posição sob o império das circunstâncias conforme exponho ao ministro da marinha. À vista do exposto espero que V. Ex^a. dará as providências que exigem as circunstâncias críticas da província. É do meu dever participar que neste momento acabo de receber officio do comandante da praça de Macapá, em que me diz ter-se levantado o município pedindo me ele com urgência 300 armas, pederneiras, munições, 50 homens de tropa regular e um navio de guerra pequeno por se achar aquela praça e vila ameaçadas.

Falo a V. Ex^a. como devo; não posso, nem tenho com que acudir esta e outras requisições. Apenas vou mandar, quando tiver ocasião, as armas que puder, porque as 1.008 que comprei, e as 500 que vieram do Maranhão estão quase distribuídas, tendo • ido só para Cameté 600, e agora pedem mais 300 para guarnecerem alguns povos vizinhos. É fatal a falta de navios pequenos como tenho dito em todos os meus officios. Esta falta fará com que não mande as armas para Macapá tão cedo, por não dever aventurá-las em uma igarité que se arriscou a vir até aqui. Desde agosto do resto, aliás bastante gente, e abandonassem os pontos já conquistados. Já tinham dado vivas!

Não tenho tropa. O corpo 5o de artilharia tem 17 soldados que guarnecem a fortaleza da Barra; o 5o Batalhão de Caçadores tem 18 na fazenda de Santa; o 4o Batalhão de Caçadores tem 45 na dita fazenda, em Tatuoca e na corveta Defensora, e 53 doentes nos referidos pontos. Eis a força regular que sustenta a província em uma tal crise! Na minha primeira participação, logo depois da minha posse, pedi 600 homens, e V. Ex^a. conheceu dos meus officios o verdadeiro estado da província e se é possível por muito tempo assim sustentar-se.

Deus guarde a V. Ex. - Bordo da fragata Campista na baía de Santo Antônio no Pará, 26 de outubro de 1835 - Il.mo Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, ministro e secretário de estado dos negócios da guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

porque fosse indispensável a sua presença na esquadra, regressou para Tatuoca no dia 25, deixando tudo prevenido para efetuar-se na sua ausência aquela operação.

Não esqueceu mandar criar ali uma enfermaria onde fossem recolhidos os feridos e doentes que já apareciam em grande número, dando para tal fim as necessárias instruções.⁸ Voltou comovido da miséria em que vira as famílias sem ter meios de socorrê-las! As mais abastadas que de princípio haviam estendido mãos caridosas às pessoas necessitadas, começavam por sua vez a sentir também privações! Estavam exaustos todos os recursos. Faltava o pão, a farinha, o arroz, todos os gêneros de primeira necessidade. A alimentação reduzia-se à simples carne verde, preparada sem adubo nem sal, e esta mesma já era fornecida em rações muito diminutas e estava prestes a acabar, porque das fazendas que a supriam, sendo depois saqueadas pelos rebeldes, tornava-se difícilimo, se não impossível, arrebatar e conduzir para Santana o gado bravo, único que eles deixaram pelos matos.

A inúmera gente vinda de vários pontos em procura de asilo acumulara-se em breve à sombra da força legal, e na maior parte privada de todos os meios de vida, aumentara consideravelmente a penúria: Faminta, descalça e sem roupa, precisava de tudo, e não havia meios de prover as suas necessidades mais urgentes! A dormida em geral era sobre o chão nu ou sobre tábuas e palhas estendidas ao longo da casaria que contornava a fazenda. E por maior que esta fosse, não poderia dar acomodações convenientes a tanta gente aglomerada.

O segundo ataque a Itacuã, ordenado pelo marechal, foi ainda desfavorável ao governo. A força legal não pôde fazer frente por muito tempo ao inimigo que a recebeu entrincheirado e prevenido. Acossada por fogo vivo e incessante, retrocedeu para Santana,

⁸ Instruções que deve seguir o Cirurgião o Senhor Francisco Pinto de Moraes, encarregado de tratar dos doentes da Força da Legalidade na Ilha de Marajó:

Primeiro. Apresentar-se-á ao Senhor Major Antônio Lacerda de Chermont, comandante das ditas forças a quem dirigirá as suas requisições. - Segundo. Procurará reduzir, quanto ser possa, o sistema do arranjo do Hospital ou dos Hospitais Regimentais. - Terceiro. Deve reunir os doentes em um ou dois lugares, tendo em um os bexigentos, e no outro os enfermos de outras moléstias, com a separação possível, procurando que estes lugares sejam os mais secos e cômodos, e quando não haja sobrado, fará que estejam em jiraus e nunca na terra. — Quarto. Deve receber as rações de carne, farinha e aguardente, juntas, dando uma relação ao distribuidor para abatê-la nos vales dos corpos. - Quinto. Quanto a carne fresca, não pode haver economia, porque aos que não a comem, lhe deve a mesma ser aplicada aos seus caldos; quanto a farinha deve só dar aos doentes a que puderem comer, e fará vender o resto, aplicando o resultado da venda na compra de outras coisas precisas aos doentes, como açúcar, etcetera; a ração de aguardente deve ser toda vendida para o mesmo fim ou aplicada a algum curativo a que precise. - Sexto. Deve fazer que haja todo o possível asseio nas casas e nos mesmos doentes. - Sétimo. Pedirá um Oficial Inferior ou Cabo de Esquadra, que saiba ler e escrever para escriturar com toda a clareza os doentes que entram no Hospital, o dia da entrada e saída ou da morte, a moléstia e o corpo a que pertence; em outro caderno lançará a conta do que se vende e do que se compra com toda a clareza, e fazer todos os assentos precisos. - Oitavo. Os curativos e comidas se deram a horas regulares, e terá todo o cuidado que os caldos se deem regularmente, como ache a propósito, segundo as circunstâncias do doente. - Nono. Pedirá os enfermeiros precisos, conforme o número dos doentes, para que possa conservar o asseio e ordem recomendada. — Décimo. Pedirá as libras de arroz precisas para os doentes, ou seja para ajuntar a carne dos que a puderem comer, ou para preparar a água que devem beber, cujo arroz se lhe dará extraordinariamente, sem que entre na conta da etapa. — Décimo primeiro. Proporá como dito fica ao Senhor Major quanto ache útil e preciso a benefício dos doentes que se confiam ao seu cuidado. - Fazenda de Santana em Marajó, vinte e três de outubro de mil oitocentos e trinta e cinco. - Manuel Jorge Rodrigues, Presidente.

e daí em diante os guardas nacionais esmoreceram inteiramente e começaram a abandonar os seus postos, fugindo ao perigo que julgavam iminentes. Não houve mais meio de contê-los. Deixavam as armas e retiravam-se às dezenas com medo das ameaças dos rebeldes que, ufanos do triunfo, se mostravam arrogantes e os provocavam.

O major Chermont viu-se em breve sem gente, tendo denúncia de que os rebeldes se preparavam para atacá-lo. Enfraquecido pela deserção e desalento de seus companheiros, julgou-se incapaz de fazer resistência a qualquer cometimento hostil, e determinou embarcar para Tatuoca com todas as famílias que estavam sob a sua guarda. De fato, lá aportou no dia 30 de outubro com surpresa geral de todos. Contrariado em extremo com o abandono de Santana, o marechal não pôde conter-se e manifestou a Chermont o seu profundo desgosto e pesar. Perdera assim toda a esperança de receber mais gado pelo rio Arari, o que era por si só uma calamidade para a população esfaimada de Tatuoca. Nada porém o mortificou tanto como o aumento repentino da gente que lhe veio daquele ponto e continuou a chegar quase diariamente das circunvizinhanças, tendo todos de viver a custa do governo, das circunvizinhanças tendo todos de viver a custa do governo, quando mais escasseavam os gêneros alimentícios!

E para aumentar as suas apreensões, teve ainda a triste notícia do roubo de armamentos e mercadorias que um navio inglês transportava, assim como do bárbaro assassinato de sua guarnição. Clio, chamava-se o navio.⁹

⁹ Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 14 de novembro de 1835:

Il.mo Ex.mo Sr. - Aos meus ofícios de 26 do mês findo e de ontem só me cumpre acrescentar que infelizmente se verificam os nossos receios de não contar, senão por for tuna, com o único ponto na fazenda de Santana em Marajó, submisso à lei, onde havia eu pessoalmente observado o mesmo desalento a que se deve a desgraça atual, porquanto no dia 30 do mencionado mês de outubro se apresentou nesta fragata o major Chermont, dono da mesma fazenda, com os voluntários e contingentes de tropa regular sob seu comando e os proprietários ali refugiados com famílias, o que eu muito temia pelo aumento do consumo de mantimentos.

Cresceram a minha surpresa e desgosto, porque tendo ali ido, proclamado e examinado o terreno bem como a força protegida pela barca de guerra Independência, entendi ser suficiente para se sustentar; e conforme a opinião dos conhecedores da ilha que ouvi, ordenei segundo ataque à fazenda de Itacua, como já circunstanciadamente dei conta a V. Ex.^a em verdade não esperava tão cedo este sucesso, para o qual nenhuma razão suficiente se me tem dado, e assim frustraram o meu zelo, as promessas e protestos que me fizeram e muito me iludiram. Retirando-me satisfeito de ter aplinado dificuldades que produzia a intriga, e de ter conciliado os ânimos, não deixei de recear do desatino que observei.

E mui triste é o ter de declarar a V. Ex.^a que a minha posição atual não me permite o procedimento que as leis ordenam em casos tais, sentindo eu violência em deixar impunes estes atos em que não obedeceram às minhas ordens, nem os guardas nacionais cumpriram os seus deveres em serviço de guerra. A este sucesso tenho de juntar outro bem nocivo a esta província e lesivo à fazenda pública.

O navio inglês Clio, que conduzia armamento e correame contratados pelo finado presidente Lôbo com a casa inglesa de Campell, estabelecida na cidade, caiu nas mãos dos rebeldes. Achava-se Salinas sem cruzeiro por não ter navios; todos os pequenos estavam protegendo os sítios a braços com os mesmos rebeldes. Chegou o navio a Salinas, é mandando a terra o escaler para conduzir o práctico, os tapuios mataram os marinheiros, e indo eles no mesmo escaler e em uma igarité ao navio ai mataram toda a guarnição, à exceção de um único marinheiro que levaram para a Vigia: desembarcaram o armamento e encalharam o navio, que tem sido visto pelos que têm entrado. Esta notícia me foi dada por dois pescadores da Vigia. Segundo as notícias de Campell caíram em poder dos rebeldes 2.000 armas de andarme 17 com baionetas, 1.000 pistolas, 500 clavinhas, 500 espadas retas, 40 reflex com seus preparos, 24 cornetas, martelinhos, sacatrapos, patronas e mais correames correspondentes. Agora cruza ali a escuna Rio da Prata, visto que ficou abandonado o porto de Santana em Marajó.

É também do nosso dever participar a V. Ex.^a que os 100 homens de tropa regular comandados pelo major

Chegado a Salinas, o seu comandante foi a terra em busca de práctico depois de esperá-lo na costa por mais de um dia. Ao pisar na praia, encontrou um norte-americano, de nome John Priest, casado e estabelecido naquela localidade. Travando este conversação com aquele em língua inglesa, soube que o navio, além de fazendas e vários outros gêneros, trazia um importante carregamento de armas, pistolas, espadas, reflex, patronas e outros petrechos encomendados pelo infeliz presidente Lôbo de Sousa.

Nenhum práctico havia; todos se tinham retirado de Salinas com medo dos rebeldes e por falta de barcos próprios para fazerem o cruzeiro a que eram obrigados. Mas prometeu ele ao comandante um homem capaz de dirigir-lhe o navio até à capital, e retirou-se deixando os míseros na praia ansiosos a esperá-lo: apesar de convidados com instâncias, nenhum o quis acompanhar. Com bom ou mau desígnio, Priest referiu a vários indivíduos o que acabava de ouvir ao comandante. Tanto bastou para excitar os instintos ferozes dos malfeitores, que uma hora depois começaram a aparecer, como se viessem observar as suas vítimas e preparar Os meios de imolá-las! Um grupo de gente armada, embarcando pouco distante daí em uma possante canoa, seguiu à vela para bordo: lá simulando levar o desejado práctico da barra, e sendo recebido na maior confiança, assassinara os quatro homens que restavam da guarnição, apoderara-se do navio, e fizera proa para a praia. O comandante, surpreendido, quis evitar o perigo iminente daquele, e

Tôrres, que o presidente do Ceará mandou em socorro desta província, foram mui a tempo empregados pelo presidente do Maranhão em Turiaçu, em consequência dos sucessos anárquicos que ali apareceram, tendo já sido dispersados os revoltosos e aprisionados uns 17, como me comunica o mesmo presidente. De Cameté nada sei que desgoste: ao contrário minhas repetidas proclamações têm sido bem acolhidas e nutro esperanças lisonjeiras. Deus guarde a V. Ex.^a – Bordo da fragata Campista na baía de Santo Antônio no Pará, 14 de novembro de 1835. Il.mo Ex.mo Sr. Barão de Itapicuru-mirim, ministro e secretário de estado dos negócios da guerra. – Manuel Jorge Rodrigues.

Outro documento:

Participo a V. Si que no dia 27 do corrente chegou o Ajudante deste Batalhão José Tomé de Almeida, o qual logo que cheguei a Vila Nova e tive noticias, que na Vila de Salinas se havia tomado um Brigue Escuna com bastantes Armamentos fiz imediatamente, marchar, para ali, a conhecer se assim era, por impedimento de minha moléstia, o que com efeito: se realizou, trazendo o número de 100 Armas reúnas avulsas, e igual mente dois Caixões pregados, com Armas, que assim existe, não sabendo o número que tem dentro neles, cujas Armas arrei com elas a Tropa deste Batalhão, os quais conservo no mesmo estado até as sábias Determinações de V. Ex.^a, igualmente vieram 15 correamês pertencentes à Cavalaria, os quais aqui ficaram até eu para essa capital marche o mencionado Ajudante a levar algum Socorro de mantimento, por ele farei remessa a V. Ex.^a, desta mesma Comitiva, veio um Inglês daquela tripulação da mesma Escuna, que os mais todos ali os acabaram, ele por um Italiano que aqui existe, se tem descoberto, que a mesma Embarcação vinha do Conseve* e que trazia 2.000 Armas pouco mais ou menos, Pistolas não diz o número, Espadas e mais petrechos de Guerra, bem como Manteiga, muito sabão, bebidas e algumas fazendas, o que tudo ali se estrangulou, até o mesmo casco da Embarcação fizeram encalhar, e esbandalharam todo, que até, lhe tiraram o forro de cobre, que tinha, não olhando estes homens, que nos era tão necessário aquele vaso de guerra, para o que pretendemos, e pelo tempo que pretendemos e pelo tempo que diz trazia de viagem 52 dias, se pode coligir vir estes petrechos de guerra dirigidos à nossa causa, enfim Ex.mo Sr. V. Ex.^a, deliberará o que lhe parecer, sobre isto, e também sobre o Inglês, que aqui se acha; o que com efeito diz não trazia era munição. – Guarde Deus Vigia 29 de outubro de 1835.**

*Assim está escrito.

* Este documento foi encontrado no arquivo da câmara municipal da Vigia. Não tem endereço, nem assinatura; mas no verso encontramos a seguinte nota: – “O Presidente era o Eduardo. O Ajudante José Tomé de Almeida em sua expedição a Sintra manda do pelo Comandante Pires.”

(A redação deste documento é textual.)

ao mesmo tempo fugir dos bandidos no meio dos quais suspeitou achar-se então. Era já tarde. Correndo para o escaler com os marinheiros que tinham desembarcado, foi cercado, acometido e assassinado. Os seus companheiros tiveram igual sorte. Só um conseguiu escapar; internando-se pelo mato, pôde alcançar a casa do lavrador José Constantino, que, compadecido, o acolheu e fê-lo depois transportar para a Vigia.

Consumado o crime, os assassinos embarcaram no escaler e seguiram ao encontro do navio que, já navegando com preamar, fora levado até à praia, onde encalhou e tomou-se presa dos ladrões por muitos dias! Ficando o mesmo quase em seco na vazante das marés, podia ser fácil mente abordado, e poucos bandidos deixaram de ir aos seus porões partilhar do espólio! De Sintra e outros lugares afluíram gentes em levadas repetidas, e escolheram à vontade o que melhor lhes conveio!

Os assassinos eram rebeldes retirados da capital ou seus sequazes residentes naquele distrito, e como tais estavam todos empenhados no enfraquecimento das forças legais. Não os instigou talvez o latrocínio exclusivo das mercadorias: é possível que o principal móvel que os arrastasse ao crime fosse impedir que os materiais bélicos trazidos no navio chegassem às mãos do governo. Tirar-lhes era obstar que se fortalecesse o inimigo, como eles pensavam julgando que em todas as hipóteses o fim justifica os meios, quaisquer que estes sejam, embora imorais e criminosos! Nada, porém poderá eximi-los da responsabilidade desses atos de verdadeira selvageria!

Pode ser que Priest não tivesse interferência em semelhante atenta do; é provável mesmo que nem o imaginasse, quando fez a declaração sobre os aludidos materiais bélicos, mas incontestavelmente do seu referimento nasceu tudo, e em tais condições deve participar também da culpabilidade, posto que indireta e menor, menos jurídica que moral.

Como única providência possível nessa ocasião para obstar novos e idênticos atentados, o presidente mandou cruzar ali a escuna Rio da Prata, que pôde dispensar depois do abandono de Santana, sendo o respectivo comandante incumbido de desembarcar, quando fosse possível, em qualquer ponto onde pudesse obter informações sobre os assassinatos e roubos, prender os seus autores e cúmplices, fazê-los processar, e recolher ou conservar em guarda o que encontrasse pertencente ao navio.

Deixemo-la, porém de observação aos bandidos que continuaram nesse sítio as suas depredações, e voltemos ao centro das operações da força legal, onde nos chamam acontecimentos de ordem mais elevada.

VIII

Esquadrilha na baía do Guajará. – Chegada de tropa de Pernambuco. – Expedições no Mosqueiro e Chapéu-Virado. – Derrota dos rebeldes. – Outra expedição para a vila da Vigia. – Vitória da mesma. – Providências ali tomadas pelo major Sérgio de Oliveira. – Sua ida a São Caetano, Curuçá e Sintra. – Restauração da legalidade até Turiaçu. – Regresso daquele a Vigia. – Convite da câmara municipal ao marechal para estabelecer a sede do governo legal nesta vila. – Retrato dos rebeldes.

Era urgente circunscrever a ação dos rebeldes na capital, e o marechal na dificuldade que encontrava de estabelecer para este fim bloqueio regular, pôde apenas organizar uma esquadrilha da corveta Defensora, auxiliada por lanchões e pequenos barcos que, comprados uns e oferecidos outros por particulares, mandou armar como lhe permitiram as circunstâncias, para ao menos embarçar a passagem das canoas sus peitas que saíam da capital ou vinham do interior da província. Por tal meio, fazendo rondar de dia e noite a baía do Guajará e os seus furos, conseguiu aprisionar muitos rebeldes e alguns transportes de gado, com geral satisfação da esquadra e da gente de Tatuoca, que viam assim melhorar a sua escassa e péssima alimentação. Os conflitos apareciam quase sempre, e raro era aquele em que não havia vítimas quer de uma, quer de outra parte. Os rebeldes andavam prevenidos e não se rendiam nem deixavam facilmente abordar.

Já então começavam a chegar os socorros que o marechal havia pedido. Terminada a guerra de Panelas, o presidente de Pernambuco, Francisco de Paula Suassuna, apressou-se em fazer seguir para o Pará uma força de 505 praças, formada de dois batalhões de caçadores e de uma companhia de artilharia, sendo esta comandada pelo tenente Félix Pereira Dourado e aqueles pelos majores Francisco Sérgio de Oliveira Manuel Muniz Tavares. Esta tropa embarcou no brigue de guerra Pirajá, no paquete Constança e em três navios mercantes com gêneros alimentícios, fardamentos, petrechos bélicos e importantes auxílios pecuniários, sob a guarda do encarregado Luís Inácio Ribeiro Roma. Fundeou no ancoradouro de Tatuoca no dia 15 de dezembro, recebendo de todos as mais significativas provas de regozijo.¹

E não deixava de haver justos motivos para contentamento geral. Depois de quatro longos meses de penúria e sofrimentos era a primeira vez que o Pará recebia auxílio de tropa regular! É certo que o presidente do Ceará, padre José Martiniano de Alencar, já tinha mandado 100 praças sob o comando do major Francisco Xavier Tôrres, mas essas ao

¹ Ofício do marechal ao padre Prudêncio, de 17 de agosto de 1835.

passarem pela capital do Maranhão tiveram outro destino; o presidente daquela província julgou mais acertado fazê-las seguir dali contra os rebeldes que ameaçavam a vila Turiaçu, prosseguindo depois em defesa de Vizeu, Bragança e outras localidades até Belém, onde ainda não haviam chegado.²

Esta força marchava no encalço dos rebeldes e já os tinha batido na primeira das referidas povoações sem ter de vencer grande resistência. Dado o ataque de surpresa pela retaguarda com o auxílio da escuna Dona Francisca, postada em frente da vila, aqueles não tiveram tempo de fazer fogo; aterrados, fugiram em debandada. Dois dias antes eles se haviam retirado em grande parte com os roubos que puderam conduzir em pequenas embarcações, deixando a vila, em completo estado de ruínas, com as casas destelhadas, sem portas nem janelas! Cortando ou queimando destruíram os móveis, as fazendas, todos os gêneros que não lhes foi possível carregar! Seguiram em direção à fazenda de Pirucaua e a outros pontos onde esperavam fazer novas presas, mas, perseguidos sempre pela expedição, não puderam mais permanecer em parte alguma.

Pouco tempo depois chegou também a Tatuoca a charrua Carioca trazendo da corte mantimentos, marinheiros, materiais de guerra tanto para a esquadra como para a tropa, e ordem para bloquear os portos da província conforme os meios de que pudesse dispor o presidente.³ Depois de desembarcar grande parte da carga, este navio foi fundear

² Participação do comandante da força ao presidente do Maranhão, de 8 de outubro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. - Tendo saído do Maranhão no dia 6 do corrente, chegamos próximos a esta vila ontem pelas 4 horas da tarde, e hoje pelas 5 horas da manhã tendo efetuado o desembarque da tropa distante um quarto de légua, nos apoderamos da vila sem grande resistência da parte dos salteadores, morrendo deles 8 e fazendo nós 17 prisioneiros que estão a bordo da escuna. Dos mortos dizem que um era o 2º comandante. Ao tempo que atacamos pela retaguarda a escuna, que se tinha feito de vela, se colocava em frente da ilha. Antes de ontem à noite mais de 50 salteadores partiram daqui em uma gambarra e algumas embarcações miúdas com os roubos e se destinaram à fazenda de Pirucaua de José Gonçalves Teixeira para roubar e destruir o que encontrassem, como já têm praticado em várias fazendas de outros.

Esta vila se acha reduzida a casas sem portas, sem janelas, sem móveis e algumas sem telhados. O que esta gente vil e perversa não pôde roubar de gêneros e fazendas cortou e queimou: vinhos, aguardente e algodão estão espalhados pelas ruas. Por toda parte essa horda de celerados é pior que cafres; tem levado sempre consigo o ferro, o fogo e a desolação: nem sequer um miserável velho cego lhes mereceu compaixão: horríveis e duplicadas mortes têm praticado no caminho do Pará para aqui, reunindo novos tigres na crueldade. Pretendemos partir hoje ou amanhã para Pirucaua, se virmos ser prudente deixando então este ponto guarnecido, para o que nesta data oficiamos ao alfé res Pedro Alexandrino a fim de mandar para aqui com 50 praças da força que está no ponto da Boa Vista. Um juiz de paz eleito pela vil canalha depois que o padre João Filipe se retirara, passamos a prender por termos conhecido que ele coadjuvou e amparou a cáfila dos malvados, elevando-se por isso a 18 o número dos presos a bordo da escuna. Pedimos a V. Ex.^a nos remeta mantimentos, cartuchame de mosquetaria, pederneiras e 40 armas para substituir as que se forem inutilizando. - Deus Guarde a V. Ex.^a. Vila de Turiaçu, 18 de outubro de 1835, pelas 3 horas da tarde. Il.mo Ex.mo Sr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, Presidente da Província do Maranhão. Francisco Xavier Tôrres, Major Comandante do corpo expedicionário do Ceará. — Luís Sabino, Primeiro-Tenente Comandante da escuna D. Francisca. N.B. - Nenhum ferido tivemos da nossa parte. Precisamos de espoletas e velas místicas.

³ Ofício do ministro da guerra ao marechal, de 19 de novembro de 1835:

O Regente, em nome do Imperador, inteirado pelos ofícios de V. Ex.^a dos desastrosos acontecimentos que aí tiveram lugar, manda significar-lhe que uma tal notícia lhe fora sobremaneira sensível, e que, enquanto o governo não ocorre com outras providências, para conseguir-se o restabelecimento da ordem pública, ora faz

na ilha de Cutijuba, onde já se achava aquartelada a força vinda de Pernambuco. Reanimado com os socorros que acabava de receber, o marechal tratou de dar as providências que lhe pareceram mais urgentes para debelar o inimigo, perseguindo-o nos pontos mais próximos, onde o mesmo se havia fortificado. Mandou sem perda de tempo uma expedição de 100 homens batê-lo no Mosqueiro, no qual fazia fogo de canhão contra os navios que passavam. Destroçado, fugiu em debandada e internou-se nos matos, sem que ninguém pudesse ir-lhe no encaço com possibilidade de alcançá-lo, atenta a natureza e a grande extensão do terreno.

No dia seguinte soube-se que os rebeldes se tinham passado para o Chapéu-Virado, lugar pouco abaixo daquela povoação, e lá se fortificaram reunidos aos que já existiam nesse ponto. O marechal fez atacá-los pelo 2.º batalhão de caçadores, comandado pelo major Manuel Muniz Tavares, e por alguns paisanos sob a proteção de dois navios de guerra, Independência e Brasília, além de lanchões e canoas de pequeno calado. O desembarque que já era ali esperado no dia 21 de janeiro de 1836, foi seriamente disputado; serviu, porém de muito a esquadilha que o protegeu com renhido fogo de metralhas sob o comando do capitão-de fragata Ricardo Hayden. A resistência tenaz cedeu por fim ao valor e perícia da força militar. Depois de algumas horas de combate, os rebeldes abandonaram as trincheiras deixando alguns prisioneiros, peças de ferro, armamentos e munições.

Perseguidos na fuga por alguns dias, foram quase todos mortos quando encontrados, ora dispersos nos matos e caminhos, ora reunidos neste ou naquele ponto onde ainda tentaram resistir. A nova expedição que o marechal, por combinação, mandou no dia seguinte ao Mosqueiro, como os lanchões artilhados que ele fez seguir e cruzar pelos furos das baías do Sol e de Santo Antônio, completaram esta importante diligência expurgando daquelas ilhas os malfeitores que, cercados e atropelados na mesma ocasião por toda a parte, não puderam passar-se para outros lugares.

No dia 6 de fevereiro o marechal ordenou que partisse para a Vigia o 1º batalhão de caçadores, comandado pelo major Francisco Sérgio de Oliveira, com duzentas praças e cinquenta e um vigienses, a fim de restaurar o regímen legal ali e noutras localidades.⁴

seguir para essa província a charrua Carioca com mantimentos, sobressalentes e marinheiros para a esquadra, e bem assim munições de guerra, fornecidas pela respectiva repartição, por onde V. Ex.^a receberá a conveniente participação a semelhante respeito; devendo a dita char rua, logo que houver descarregado, regressar para aqui. Por esta ocasião determina o Regente que V. Ex.^a estabeleça o bloqueio nos portos dessa província, da maneira que for compatível com as circunstâncias atuais, e meios que tem à sua disposição, à visto da nota que se lhe transmite por cópia, dirigida ao corpo diplomático, existente nesta corte. - Deus guarde a V. Ex.^a - Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1835. - Manuel da Fonseca Lima e Silva.

⁴ Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 6 de fevereiro de 1836:

11.mo e Ex.mo Sr. - Quando dirigi. a V. Ex.^a o meu ofício de 26 do mês passado, não sabia o resultado do ataque na freguesia do Moju. Os bravos abaeteenses com alguns emigrados de outros lugares, sob o comando do valoroso tenente de guardas nacionais Manuel Antônio Cordeiro, fizeram levantar o cerco destruindo as canoas entrincheiradas dos rebeldes, que as tinham em frente da vila, tomando-lhes uma peça, matando e ferindo muita

Seguiu esta força nos navios de guerra Rio da Prata, Bela-Maria e Jaguarari até a Barreta, rio pouco abaixo da Vigia, onde desembarcou longe das vistas do inimigo, marchando sem demora em direção ao rio Açaí nas proximidades da vila. A esquadilha ficou para entrar na noite posterior, de maneira que se desse o ataque ao raiar do dia 10 de fevereiro.

Convém declarar que depois de tomada a capital pelos rebeldes, Eduardo Angelim tinha feito partir para a Vigia uma força, incumbida de entrar na posse da vila, sob o comando de Antônio Pires da Gama, que ele nomeara tenente-coronel. Ao chegar, encontrou este a vila quase deserta, pelo que tratou de constituir novas autoridades e chamar os moradores aos seus domicílios; porém, pouco ou nada conseguiu. Todos temiam os rebeldes e evitavam a sua convivência; preferiam habitar nos centros dos matos, ainda que cercados de necessidades e privações! Esperavam sair de seus esconderijos somente

gente. O mulato Fidélis, comandante dos mesmos, foi também morto. E porque não pode sustentar este ponto por falta de mantimentos, visto terem os malvados queimado e arrasado tudo, retirou-se para Abaeté com todas as famílias.

No dia 21 de janeiro mandei atacar o ponto de Chapéu-Virado, sendo encarregado deste ataque o 2º batalhão de caçadores da brigada de Pernambuco, comandado pelo major Manuel Muniz Tavares, e 36 cidadãos da Vigia e Pará, protegidos da barca de guerra Independência, paquete Brasília, igarités e botes para o desembarque. O resultado, foi tomarem os rebeldes 5 igarités, destruírem-lhes outras 5 muito grandes que estavam encalhadas por causa da maré, encravarem uma peça de ferro de calibre 12, tomarem outra de calibre 3 também de ferro e já muito velha, fazerem 5 prisioneiros, dos quais um é o capitão da extinta legião de Marajó, Francisco Xavier de S. Paio, que era o diretor e secretário do comandante do ponto, antigo sócio do cônego Campos, e um tal Filipe Joaquim, que, fazendo-se da legalidade, tinha estado em Cameté espiando e em outros pontos, e se retirava com as munições que podia haver.

Soubemos depois que tiveram muitos feridos, porque no combate só um morto se viu, o qual não puderam recolher tão rapidamente. Os caçadores se portaram valorosa mente, entrando no mato onde lhes fizeram os feridos. A marinhagem desembarcou para a tomada das canoas e sofreu também fogo. Tivemos 3 soldados gravemente feridos dos quais morreu 1; 5 soldados levemente feridos; 1 cabo e 1 soldado contusos.

Os muanenses refugiados em Abaeté e alguns de outros pontos de Marajó em relações com outros escondidos nos matos, tendo notícia de que a maior força havia partido para Cupijó, a fim de atacar Cameté, pediram socorro aos abaetenses que se não sabem negar contra os rebeldes. Partiram no dia 29 de janeiro os abaetenses comandados pelo valoroso tenente Manuel Antônio Cordeiro; e todos sob o comando do capitão de guardas nacionais José Francisco Alves, de Igarapé-miri, tomaram no dia 31 do mesmo mês de janeiro a vila e alguns pontos dos subúrbios. Ao chefe dos rebeldes Manuel Pedro dos Anjos, por antonomásia o Côco, quebraram um braço, e fizeram 5 feridos. Pensando que estava seguro, descuidaram-se e ele se escapou para um igarapé, e ainda não o puderam apanhar. Mataram mais 6 dos quais 2 são grandes malvados, e aprisionaram 8 dos quais um estava muito ferido. Pedem-me com justiça um barco armado para os proteger, porque esperam que não só os que dali saíram, como mais alguns voltem sobre eles, por ser um ponto interessante e o único que temos em Marajó. Não posso, porém, dar o que não tenho.

De Cameté saíram 190 guardas para Cupijó, a fim de bater os rebeldes; nada sei que me faça acreditar no bom resultado; é de crê-lo porque estavam 400 homens para partir por água. Pelas 3 horas do dia de hoje partiu para a vila do Vigia o 1o Batalhão de Caçadores da brigada expedicionária de Pernambuco, comandado pelo major Francisco Sérgio de Oliveira, com 200 praças e 51 cidadãos daquela vila, com o fim de restabelecer ali a ordem; bater Colares, freguesia toda de rebeldes; passar depois seguidamente a S. Caetano, Vila Nova e Sintra. Tomada a Vigia, devem dirigir o meu ofício ao major Francisco Xavier Torres, comandante da expedição do Ceará, a qual está em Turiaçu, para ir restabelecer a ordem em Bragança, se ainda lá não tiver chegado, e dali seguir a Salinas onde se devem encontrar as forças do dito major com as que vão da Vigia; porque nesse ponto como em Colares todos são tapuios, mamelucos, curibocos e cafuzes. É conduzida esta expedição e protegida pela escuna Rio da Prata, que, cruzando nas Salinas, veio receber mantimentos, pela escuna Bela-Maria que mandei descer de Abaeté, e pelo iate Jaguarari, que chegou de Marajó; é comandada esta esquadilha pelo capitão-de-fragata Hayden. - Deus Guarde a V. Ex^a. etc. etc.

quando entrasse a força legal. Pires da Gama pôde apenas nomear agentes da autoridade escolhendo-os entre os seus próprios sequazes. A intitulada câmara municipal reuniu-se e comunicou logo a Eduardo Angelim a sua reunião e empenho pelo restabelecimento da ordem pública.⁵

Ao romper do dia 10 de fevereiro efetivamente começou o fogo por mar e por terra, dado o sinal convencionado. Pouca resistência encontrou a expedição. Os rebeldes em sua maioria tinham abandonado a vila, obrigados pela dura lei da necessidade: estragando tudo, cedo exauriram os seus recursos e viram-se forçados a mudar de habitação. Eram em limitado número os que se deixavam ficar, e esses mesmos acordando sobressaltados com o estampido dos tiros, fugiram em debandada. Apenas quatorze foram presos; os outros puderam escapar buscando os pontos em que os seus partidários se achavam melhor fortificados, como Pôrto Salvo, Penhalonga, Veríssimo e Maurícia, todos situados nas margens do furo da Laura, que banha aquela cidade.

O major Sérgio de Oliveira mandou logo derrubar o matagal que havia em derredor da Vigia; fez uma esplanada de cinquenta braças; aproveitou os paus cortados para a trincheira que levantou em todo esse espaço; e porque não chegassem para tão extensa obra, ordenou que das cercas dos quintais arrancassem as estacas que fossem necessárias. Junto à trincheira mandou abrir um fosso profundo para impedir a passagem do inimigo. Feitas com atividade estas obras de fortificação, colocou na embocadura da estrada duas peças; guarneceu de soldados os lugares da trincheira que lhe pareceram mais vulneráveis, e esperou os facciosos que se preparavam para virem atacá-lo, como anunciavam e realmente tentaram por mais de uma vez, sem contudo se animarem a pôr em execução os seus planos; os que vinham de observação os convenciam naturalmente de que seria malograda qualquer tentativa de agressão.

O major Sérgio de Oliveira, nada mais tendo que temer na vila, cuidou de perseguir os rebeldes nos lugares onde se achavam reunidos; e auxiliado pelos paisanos que já se lhe haviam apresentado em grande número teve força bastante para levar a efeito o seu intento⁶. Deixando com respeitável guarnição na vila, marchou contra Pôrto Salvo, Penha

⁵ Ofício de Eduardo Angelim à câmara municipal da Vigia, constituída pelos rebeldes:

Tenho presente o ofício que essa câmara me dirigiu em data de 22 do próximo pretérito mês, e ficando inteirado do seu conteúdo direi que meu coração sobremaneira exulta pela notícia que me dá da sua reunião, e identificado com os sentimentos do mesma, espero que me ajude a sustentar a ordem e sossego, que de acordo com as autoridades dessa vila, espero que ali religiosamente seja conservada, e em toda a sua plenitude mantida. – Deus guarde a V.M.cê - Palácio do governo do Pará, 2 de outubro de 1835. - Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

⁶ Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 21 de fevereiro de 1836:

11.mo e Ex.mo Sr. - Para conhecimento do Regente, tenho a honra de participar a V. Ex^a. que no dia 10 do corrente foi restaurada a vila da Vigia pelas forças, que informei a V. Ex^a. em ofício de 6 deste mesmo mês: pelas 6 horas da manhã teve lugar o ataque; pouca resistência fizeram; deram três tiros de peça de calibre 6, e principiaram a fugir lançando algumas armas no igarapé Açaí, as quais na baixa-mar se tiraram em parte; tiveram dois mortos e levaram alguns feridos que retiraram; ficaram 10 prisioneiros sendo depois presos mais 4

Who Veríssimo, Maurícia e Colares; e depois de ter aí batido e rechaçado os rebeldes, seguiu para São Caetano, Curuçá e Sintra, onde soube que o major Tôrres, com a força vinda do Ceará, engrossada com muitos paisanos, já tinha restabelecido a legalidade até Bragança e Ourém, e for isso julgou não dever passar adiante. Estabelecendo nessas localidades fortes destacamentos sob o comando de oficiais de sua inteira confiança, regressou à Vigia que ele havia escolhido para centro de suas operações. Ao chegar aí remeteu para Tatuoca os presos que trouxera, lamentando a falta de alguns oficiais e soldados, mortos e feridos em vários encontros com os rebeldes, ou em ocasiões de serem estes perseguidos nos matos onde se emboscavam.

A câmara municipal composta dos vereadores e suplentes que escaparam ao morticínio, reuniu-se em sessão extraordinária para agradecer ao marechal o benefício que acabava de prestar aos vigienses, resgatando-os do jugo tirânico dos malvados, e aproveitou a oportunidade para convidá-lo a vir estabelecer a sede do governo na vila que, depois de ter sido expurgada da anarquia, oferecia para isso melhores acomodações do que a ilha de Tatuoca, podendo ele ao mesmo tempo animar o povo e atrair muitos homens que tinham sido iludidos pelos rebeldes.⁷ Resumimos de propósito a narração destes acontecimentos.

Tomaram-se 21 armas prontas, 22 desconserta das, 6 clavinas, 5 peças de ferro, sendo 4 de calibre 6 e 1 de calibre 12, 1 iate particular que já está armado, e 2 grandes canoas. Tivemos 1 único soldado da guarda nacional levemente ferido; e até às 8 horas da noite tinham-se apresentado mais de 200 cidadãos; hoje são mais de 400 capazes de pegar em armas.

Punge o coração mais forte ouvir narrar o estado em que se apresentam estes homens e muitas mulheres, o contentamento e alegria que manifestaram em seus semblantes. A Senhora de Nazaré, padroeira da vila da Vigia, que o vigário quando regressou trouxe em sua companhia, foi desembarcada e levada em procissão ao seu altar, acompanhada de música militar e com a possível pompa. No dia 11 partiram da Vigia 208 praças, sendo 80 de tropa e as demais paisanas, para atacar Colares. O encalhe de uma lancha e dois dias de copiosa chuva malograram o ataque molhando as munições dos que não tinham patronas. Tendo noticia o major Sérgio de Oliveira de que os rebeldes se reuniam em Pôrto Salvo, mandou para ali um destacamento na madrugada do dia 13, comandado pelo tenente Antônio Fernandes de Andrade. Foram desalojados e ficam em nosso poder 5 armas, 1 espada, alguns cartuchos e 1 clarim.

No dia 18 partiu deste porto o 2º Batalhão de Pernambuco, o capitão Luís Henrique Tota, 30 soldados de cavalaria da corte armados como infantes, e 53 paisanos para efetuar o desembarque pelo lado do sul na baía do Sol, de combinação com as forças que deviam vir da Vigia atacar Colares. Difícil é fazer esta combinação por causa dos mares, ventos e mil acidentes. Até hoje não tenho noticias, mas pelo que diz a gente de uma canoa chegada da Vigia ontem de madrugada, no dia 18 teve lugar outro ataque em Pôrto Salvo, sendo completamente derrotados os rebeldes que tiveram 9 mortos e muitos feridos. Da nossa parte ficaram feridos levemente o tenente Andrade, 1 sargento, 4 soldados e alguns paisanos. Este sucesso deve adiar o ataque contra Colares, o qual estava destinado para o dia 19.

Sobre os sucessos das nossas armas na ilha de Cupijó, conhecerá V. Ex^a. pela cópia do officio dirigido pelo capitão Manuel Ribeiro Guimarães ao juiz de paz de Cameté o que tem ali ocorrido até o dia 8 do corrente. O referido juiz de paz mandou mais 100 homens e 2 canoas artilhadas das que vieram do sertão, e munições para completar a derrota daquele ponto e dos mais onde tem de passar; enquanto que por aqui se bate a costa da Vigia até Salinas preparando deste modo a entrada para a cidade, hoje bem fácil: porque talvez não existam 300 homens, mas nada se adiantaria com a sua tomada, ficariam os malvados fortes no campo; e a gente que ali se iria empregar na guarnição faltaria para as operações de fora. O rigoroso inverno, havendo dias inteiros a chover, estorva muito o serviço. Deus guarde a V. Ex^a., etc. etc.

⁷ Ata da sessão extraordinária da câmara municipal da Vigia, em 8 de março de 1836:

Aos 8 dias do mês de março do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1836, nesta vila de Nossa

tecimentos, e resumiremos a dos outros que têm de sucedê-los, porque seria por demais longo e fastidioso descrever minuciosamente os múltiplos atos de selvageria, praticados pelos grupos sediciosos que invadiram todos os recantos da província. Nenhum interesse histórico, além disso, haveria em repetir os assaltos, os roubos e assassinatos que essas hordas inconscientes cometeram por todas as localidades onde pisaram.

Homens da ínfima classe social, sem educação nem moralidade, da dos na sua maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades e não estremeciam diante dos maiores atentados! Os seus intitulados chefes não tinham força moral para contê-los, nem se distinguiam por melhores sentimentos e dotes naturais, pelo que se faziam coniventes com os próprios subordinados. E em tais condições é de prever quantos desvarios não seriam eles capazes no domínio do terror em que viviam! É geralmente conhecido o conceito público sobre os promotores da célebre cabanada; e dos processos instaurados na província pelos crimes a que a mesma deu origem, consta que eles assaltavam as povoações como verdadeiros vândalos, sem nenhum fim político; entravam arrombando portas, invadindo casas, roubando o que achavam de melhor, castigando as mulheres com chicotes e palmatórias, assassinando os homens brancos que encontravam, a pretexto de serem maçons, caramurus e bicudos, praticando em uma palavra toda a corte de malfetorias e crueldades!⁸

Senhora de Nazaré da Vigia, em o paço do conselho e sala das sessões da câmara municipal às 9 horas do dia, pouco mais ou menos, com assistência dos Srs. vereadores Ferreira de Góis, Melo, Alexandrino Palhêta, Ribeiro, Ferreira e Rodrigues, à voz do Sr. presidente interino foi aberta a sessão, lida a ata do antecedente dia e aprovada pela câmara, continuara a mesma na presente tarefa. Reunidas todas as autoridades civis, eclesiásticas e militares, em consequência do convite da mesma câmara, o Sr. presidente Ferreira de Góis indicou que desejando a câmara municipal dar um testemunho autêntico do seu reconhecimento e fiel gratidão ao Ex.mo. Sr. presidente da província, pelo benefício que acaba de espargir sobre os vigienses, mandando-os resgatar do jugo tirânico dos malvados, e considerando estar próxima a chegada da nova autoridade que o vem substituir, e não havendo na ilha de Tatuoca proporções para ali se conferir a posse com aquelas formalidades que a lei recomenda, e nesta vila oferecer-se todas as vantagens para aquele fim: E vendo a câmara que a presença de S. Ex^a. nesta vila pode animar os povos a chamar a si grande número de homens que têm sido iludidos por esse partido infame, podendo daqui o mesmo dirigir mais comodamente as rédeas do governo; é por isso mesmo que esta câmara, querendo convidar a S. Ex^a. para vir formar a sede da presidência até que a ordem seja restabelecida na capital, convocou esta sessão para todos transmitirem suas opiniões a respeito de um negócio de tanta transcendência. O que ouvido por todos os circunstantes, foi unanimemente aprovado, e a câmara deliberou se oficiasse ao Ex.mo. Sr. presidente da província sobre este objeto, remetendo-se-lhe cópia da presente ata. – (Assinados). - Ferreira Góis, presidente. - Palheta. - Melo. - Ribeiro, - Ferreira. - Rodrigues.

⁸ Confirmam este juízo as declarações das pessoas que depuseram como testemunhas nesses processos, algumas das quais conviveram com os próprios rebeldes, sob a pressão de ameaças que estes lhes fizeram. Escolheremos de preferência o que correu pelo expediente do escrivão. Vicente A. da Silva perante o juiz de paz do 1º distrito da capital Matias José da Silva. Extrataremos os depoimentos somente na parte referente a este posto.

1ª testemunha. - Tomás Francisco diz, por ver e presenciar, que os rebeldes entraram na cidade no dia 14 de agosto de 1835, fazendo fogo ativo contra a força legal durante nove dias sucessivos, arrombando casas para fortificarem-se nelas, roubando, ferindo e matando a quantos encontravam, tanto nessa ocasião como em todo o tempo em que estiveram de posse da capital.

2ª testemunha. – Jerônimo José da Rocha diz, por ver e presenciar, que os rebeldes acometeram a capital fazendo fogo vivo contra os que a defendiam arrombando casas, roubando, ferindo, matando a quantos homens encontravam, e dando palmatoadas em muitas senhoras recolhidas e honestas e em algumas mulheres públicas:

Ninguém os conheceu tão bem como um modesto baiano que, de há muito residindo na Vigia, assistira à rebeldia e como testemunha ocular observara de perto os seus horrores. Esse homem era conhecido pelo nome de Bernabé, e todos o apreciavam pelas trovas populares que fazia em linguagem chula e incorreta. Ele os retratou fielmente nos seguintes versos que ainda hoje ali recitam as poucas pessoas que restam daqueles tempos:

MOTE

*Os honrados vigienses
Só amam a Constituição;
Não querem ser governados
Por chefes de pé no chão.*

GLOSA

*Mãe de Deus de Nazaré,
Patrona dos pecadores,
Que nos livrastes de horrores
Dessa vil gente relé!
Nós cremos com viva fé,*

que os rebeldes nos oito ou nove meses que estiveram de posse da cidade, continuaram em grupos ou patrulhas a cometer os mesmos crimes e desonestações.

3ª testemunha - Rosa Maria de Nazaré diz, por ver e presenciar, que os rebeldes entraram na capital arrombando portas e casas, roubando e matando a quantos homens encontravam, espancando a mulheres brancas e a outras com chicotes e palmatórias, como fizeram com ela testemunha que, arrancada da casa do padre Taumaturgo, foi levada para a rua onde a obrigaram a ajoelhar-se e lhe deram muitas vergalhadas no corpo e muitas palmatoadas nas mãos: – que depois a conduziram para o largo da Sé e lhe renovaram os mesmos castigos, em seguida dos quais a levaram para junto da casa em que ela morava, donde tiraram à força de golpes de terçados e mataram na rua o alferes Vicente Pereira: – que daí a conduziram até a porta da cadeia, onde lhe fizeram novos castigos; só a deixaram quando Eduardo Angelim a mandou buscar por pedidos do mestre André-préto e de Piroca-cana, que tinham algum conhecimento dela.

4ª testemunha. - Baltasar dos Reis Pereira diz, por ver e presenciar, que os rebeldes entraram na capital arrombando portas, furando paredes para estabelecerem comunicações por dentro das casas, roubando o que encontravam de melhor, e matando a quantos homens se escondiam nas mesmas: — que os rebeldes nenhum fim político tinham para cometerem tão grandes crimes; – formando uma horda de celerados vindos de todos os pontos, só tinham por fito roubar, matar, desonestar, destruir, acabar com os caramurus e maçons (quantos eram brancos), como publicamente diziam: – que ele testemunha horrorizado de ver praticar tantos crimes por homens bárbaros, inimigos da humanidade, apartou-se deles e evadiu-se para o Cacoalinho.

5ª testemunha. - Marcelino Antônio, depois de fazer declarações idênticas, acrescenta que os rebeldes eram uma horda de celerados, assassinos, ladrões e inimigos da humanidade, sem nenhum fim político; o seu fito era matar bicudos, caramurus e maçons, como se inferia de suas falas e cometimentos bárbaros.

6ª testemunha. — Domingos José d'Assunção diz que viu e presenciou que os rebeldes, ao entrarem na capital, invadiram e arrombaram casas, roubaram e mataram os homens que encontraram - que nos dias posteriores continuaram a dar buscar nas casas em procura de maçons e caramurus, distinguindo-se nas atrocidades Francisco Veado e os pretos Benedito e Diamante.

7ª testemunha. - Isabel Francisca da Mota diz que os rebeldes entraram na capital com ferocidade extraordinária, invadindo as casas, roubando e matando os homens que encontravam nas mesmas, nas ruas e nos próprios templos, como sucedeu no convento Carmo e na Sé com os infelizes que lá se foram esconder.*

Idênticos depoimentos encontramos noutros processos. No sumário procedido na Vigia pelo juiz de paz do 2º distrito, Manuel de Oliveira Barros, servindo de escrivão interino Teotônio Rodrigues Bastos, depuseram 29 testemunhas e todas declararam que os rebeldes que haviam entrado naquela vila e na capital só tinham por fim roubar e matar. O mesmo consta do sumário que o juiz de paz do 3º distrito de Colares, Manuel Paulo dos Santos, mandou proceder servindo de escrivão João Lamberto. As testemunhas declararam que os rebeldes marcharam dali para atacar a Vigia e depois a capital com o plano de roubar e acabar com os alemães, fragateiros e caramurus etc. etc.

* Mencionamo-los adiante. Leia-se a Nota Final 1 que contém o extrato de todo este processo.

*Que sois escudo valente
Contra a canalha insurgente!
Fizestes muitos fugidos,
Por não quererdes vencidos
Os honrados vigienses.*

*Digam-me, sim, donde vem
O nome de patriota?
Nascerá de arrombar porta,
Deixando os donos sem bem?
Isso não, não quer ninguém
Que tem brio e criação,
Amor sincero à nação;
Aqui, em todo hemisfério,
Os vigienses no império
Só amam a Constituição.*

*Grupo ruim, desgraçado,
Que sem dor, nem compaixão,
No dia da sacra Ascensão,
Invadiu nosso Senado!
Tantos homens golpeados,
Mortos sem culpa, inocentes,
Por canibais, por tais gentes!
Justos céus! homens honrados
Por hordas tão insolentes*

*Não querem ser governados.
Inda o mais pobre soldado
Desta vila da Vigia
Comparece todo dia
Com traje novo, mudado,
Claro, limpo, não furtado;
Menino, moço, ancião,
Todos odeiam o ladrão,
À rua chegam luzidos;
Não querem ser corrigidos
Por chefes de pé no chão.*

É possível que haja quem considere exageradas as cores deste quadro, mas não hesitamos em afirmar que os rebeldes constituíam em sua máxima parte a população embrutecida e sem escrúpulos, organizada e dirigida por anarquistas afamados que mais se recomendavam pela audácia e perversidade, como o carafuz Manuel Pedro dos Anjos ou o Côco em Muaná, o mulato Fidélis no Moju, o preto José Ourives, o Piroca-cana, o Chico Veado, o Saraiva, o Pepira e tantos outros celerados, a quem fascinava a sórdida esperança de pilhagens ou o sentimento ignóbil de vinganças e de ódios pessoais; não hesitamos também em afirmar que essa gente barbarizada e sem consciência surdia de toda a parte e na mais completa subversão moral agredia e devastava tudo!

Quando reatarmos os sucessos da capital tratando do governo intruso de Eduardo Angelim, teremos ocasião oportuna de comprovar esta nossa asserção com fatos especificados; por enquanto circunscrevemos a simples traços gerais a índole e caráter dos rebeldes. E sem acompanhá-los nos seus inúmeros assaltos pelo vasto interior da província, nem descrever cada um dos seus cometimentos brutais, o que por certo seria trabalho insano e improficuo, continuaremos, contudo a dar notícia dos mais interessantes, demonstrando-nos em Cameté por ter sido essa vila o baluarte inexpugnável da legalidade.

IX

Assaltos dos rebeldes em vários pontos. - Breve notícia dos mesmos em Ecuipiranga. - Reconhecimento de Eduardo Angelim como presidente da província pela câmara municipal de Santarém. - Serviços do padre Sanches de Brito e de Bararóá no Amazonas. - Novas providências tomadas em Cameté pelo padre Prudêncio. - Retirada do vigário de Baião. - Ataque dos Rebeldes. - Morte daquele e dos seus companheiros. - Gurjão feito prisioneiro com outros. - Plano de Tebas. - Encontro da força legal com os rebeldes. - Trama de Pedrada. - Mortandade daqueles. - Regresso da expedição a Cameté. - Várias considerações.

Nenhum lugar deixou de pagar o seu tributo na devastação geral da província! Raros foram os que puderam opor resistência ao movimento sedicioso, e esses mesmos nem por isso ficaram isentos dos sacrifícios e privações consequentes da desordem que abalou todo o maquinismo social. Batidos os rebeldes em um ponto com perdas mais ou menos consideráveis, eles fugiam, internavam-se pelos matos, e pouco depois apareciam fortificados noutros pontos repetindo os mesmos atentados. Conhecendo os sertões e os sítios, sabiam caminhar tão bem de dia como de noite. Era-lhes fácil viajar por terra ou pelos rios, e podiam com vantagem aproveitar em qualquer tempo as estradas, os caminhos e desvios que melhor conviessem aos seus planos.

Como a infeliz Vigia e tantas outras vilas já mencionadas, assim o Acará, Moju, Abaeté, Marajó, Amazonas, todos os povoados em suma foram invadidos e saqueados. Macapá com ser então fortificada por uma formidável fortaleza, não escapou das ameaças e sobressaltos próprios da ocasião, sendo o comandante da praça, major Francisco Sequeira Monterroso, obrigado a mandar bater os facciosos em vários pontos da ilha de Marajó, onde os mesmos se haviam reunido em grande número e cometiam toda a sorte de extorsões e violências.¹

¹ Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 20 de janeiro de 1836:

Il.mo Ex.mo Sr. - Pelas cópias juntas será V. Ex.^a ciente de haver sido libertado do jugo dos rebeldes o rio Moju pelos camaeenses que vieram pelas cabeceiras do mesmo rio, e pelos abaeteenses que subiram à freguesia, mas que estavam ameaçados de serem agredidos como o foram no dia 11 do corrente ao amanhecer, durando o fogo todo o dia; às 11 horas da noite partiu por terra reforço de Abaeté com munições, o que me foi comunicado pelo comandante das forças legais, tenente de caçadores João Luís da Gama, não sabendo eu do resultado. Conhecerá V. Ex.^a das mesmas cópias o iminente perigo da conspiração dos pretos, tendo sido fortuna temê-los os tapuios que mostram-lhes certa aversão; servem-se deles como criados e mesmo com armas, dispersando-os logo que conseguem os seus fins.

No dia 8 do corrente dirigiu-se a Muaná uma partida de 70 guardas nacionais de Abaeté, comandada pelo tenente das mesmas Manuel Antônio Cordeiro e alferes Antônio Sanches Tiburcio de Brito: bateram uma ilha no Paruru, meia maré da vila, onde o comandante dos rebeldes, por antonomásia o Côco, tinha o seu depósito de gado; mataram-lhe 14 rebeldes, fizeram-lhe um prisioneiro e tiveram muitos feridos. Retirando-se precipitadamente deixou em poder dos vencedores 32 reses, muitas bebidas, fazendas outras coisas de valor. Dos nossos ficaram 5 feridos.

De Cameté estava a sair uma expedição para bater a ilha da Conceição onde non mente se tinham reunido os rebeldes, mas havendo noticia de que em Muaná se junta os rebeldes de diferentes pontos para ir bater Cameté,

ficou sustada até o dia 15 rente em que tive dali as últimas notícias. A cópia de uma carta da capital instruirá V. Ex.^a. do seu estado: depois de ser escrita, têm-se recolhido ali tapuios de vários,

Deus guarde a V. Ex.^a. - Bordo da fragata Campista, 20 de janeiro de 1836 - 11.mo Ex.mo Sr. Manuel da Fonseca Lima e Silva, ministro e secretário dos da guerra. - Manuel Jorge Rodrigues.

Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 6 de fevereiro de 1836:

Ilmo e Ex.mo Sr. -Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a., para ser presente ao Regente, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, as notícias que depois de tantos trabalhos e fadigas cheguei a obter da praça e vila de Macapá, notícias que muito anelava por nada saber daquele ponto, nem tampouco de alguns outros do sertão, em consequência de estarem invadidos os trajetos pelos malvados. Pelo documento junto por cópia nº 1, o comandante militar por mim nomeado, major Francisco de Sequeira Monterroso, mostra a maneira por que ali foi publicada e reconhecida a eleição do Regente. Pelo de nº 2 se vê que os habitantes da vila do Equador (outrora Chaves) se bandearam ao partido dos rebeldes; mas sou informado de que nem todos se lhes têm unido; pelas fazendas ainda existem alguns habitantes amantes da legalidade: embora se encontrem no meio dos malvados por força de circunstâncias, para salvarem a vida e de suas famílias, só esperam ocasião para se evadirem dos tiranos, como já outros o têm feito. Pelo de nº 3 ficará V. Ex.^a. informado das vantagens que as nossas armas têm obtido nos distritos daquela vila até Gurupá. Nos ataques empreendidos se observa que os malvados têm sofrido uma perda considerável não só pela destruição dos seus entrincheiramentos como pelos muitos mortos e feridos, e pela falta de recursos que, in falivelmente, experimentaram pela perda das canoas e montarias que se lhes tomaram.

Pelo de nº 4 ficará V. Ex.^a. ao fato de que o comandante militar da praça é bastante ativo, solícito e cauteloso, e por isso estou descansado na certeza de que ele há de ocorrer de pronto com as providências que estiverem ao seu alcance, uma vez que os rebeldes tentem alguma agressão.

Foi a gambarra Jaguarari tão oportunamente mandada àquela vila, que muito protegeu as expedições que dali se fizeram, e cooperou para a destruição dos malvados. No regresso para esta esquadra deu caça a uma possante igarité; aprisionou-a com a farinha que levava para mantimento dos rebeldes na vila, sob a direção de um tal João Paulo de Sousa, o primeiro que amotinou e revoltou aquela vila: acha-se o mesmo já preso a bordo da corveta Defensora, que serve de presinganga.

Nesta ocasião não posso deixar de incomodar a V. Ex.^a. com a leitura do documento nº 5: é a cópia de uma carta que o chefe dos malvados, o rebelde Eduardo, teve o atrevimento de escrever-me; aí se mostra que ele pretende por termo à sua malvadeza com o aniquilamento total da cidade reduzindo-a a cinzas, porém eu confio na Providência, que serão frustrados todos os seus desígnios. As cópias inclusas queira V. Ex.^a. desculpar vê-las logo no seu começo com outros números, porque assim recebi os originais e não fiz senão coordená-los cronologicamente. Deus guarde a V. Ex.^a etc. etc.

(Não encontramos os documentos aludidos neste ofício.).

Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 21 de março de 1836:

Il.mo Ex.mo Sr. - Para conhecimento do Regente tenho a honra de participar a V. Ex.^a que se malogrou a expedição que, saindo da vila de Cameté, devia bater os rebeldes na ilha de Cupijó, depois de terem as nossas armas alcançado alguma vantagem sobre eles: com a chegada de reforço de 100 homens e das 2 canoas artilhadas de que trato em meu ofício de 21 de fevereiro, os malvados, que observavam tudo, de noite fugiram da ilha e dirigiram-se a Oeiras. Logo que a nossa gente soube, seguiu para lá. Estavam principiando a construir trincheiras; propuseram paz. Era ardil que usavam pela segunda vez; porque ao pé de Muaná fizeram o mesmo. O capitão Paulista Manuel Ribeiro Guimarães e os mais deram-lhes crédito: eles continuaram à sua vista a construção das trincheiras e a receber gente; e por mais que o comandante da escuna Mundurucu, 19-tenente Francisco Borges, lhes fizesse ver que tudo aquilo era estratagem dos malvados que obravam de má-fé, sendo bom atacá-los ou dizer-lhes que em 2 horas entregassem as armas e artilharia e se retirassem, ao contrário seriam batidos, nada os convenceu prevalecendo a boa-fé que supunham rebeldes; e nesta persuasão vinham aqueles a bordo e os nossos iam a terra, sendo o resultado ficarem 64 prisioneiros, dos quais se escapou o capitão Manuel Joaquim e mais 27, ficando por fim só 36 armados. E ficaria toda a expedição, se aí não estivesse a escuna Mundurucu: isto teve lugar no dia 24, e no dia 25 retiraram-se tornando a culpa uns aos outros. Não comento a simplicidade de estarem 3 dias a tratar de paz com semelhante gente!

Tenho a satisfação de comunicar a V. Ex.^a. que na noite do dia 10 do corrente. tendo os abaeteenses dormido nas trincheiras em consequência dos avisos de serem atacados por mar e por terra, às 10 horas da manhã avistaram a força que os vinha atacar, fundeando na ilha do Capão. Compunha-se de 1 iate armado, 3 batelões, 2 igarités e outros muitos barcos pequenos, e mais de 300 homens. O tenente João Luís de Castro Gama, comandante do Arraial, mandou dizer ao 2º-tenente Gabriel Ferreira da Cruz, comandante da barca Independência, que respondia pela segurança do ponto tanto de mar como de terra; em consequência este logo se fez de vela para ir atacar, seguido do iate Boa-Fé, do capitão José Francisco Alves, e de um batelão entrincheira do; e guarnecidos de guardas nacionais, seguiram diretamente contra os rebeldes que ficaram tão perturbados, que deram só os

primeiros tiros. A barca Independência dirigiu-se ao mais forte que era o iate com um belo rodízio de bronze de calibre 9. O iate Boa-Fé dirigiu-se ao imediato em força, sendo o resultado ficarem em nosso poder 3 bocas de fogo de bronze e 4 de ferro, 12 granadas, 32 espingardas, 4 velas de composição, bastantes balas e lanternetas, todos os barcos, 5 prisioneiros, 2 mortos nos barcos, e quase todos os 300 homens desarmados por deitarem as armas no rio para se escaparem nadando com mais prontidão.

O dito tenente Castro fez sair gente armada em barcos a fim de cortar-lhes o caminho por onde deviam passar: encontraram alguns grupos quase desarmados e os bateram até se sumirem no mato, fazendo 5 prisioneiros; estes e alguns pretos que passaram por onde eles se tinham escondido, confessaram que tiveram muitos mortos, por que sendo feridos não podiam nadar, e isto se verificou pelos que se viram boiando. Os que deviam atacar por terra não ousaram fazê-lo à vista das trincheiras. As forças da Vigia têm passado a S. Caetano, Vila Nova, e os julho há muitos dias em Sintra: as do Ceará, que estão em Turiaçu, não sei se terão passado a Bragança. Em Salinas todos são malvados, mais ou menos: para serem atacados é preciso que se combinem as forças de Sintra com as que vierem a Bragança. Nos subúrbios destes povos têm sido presos alguns malvados dos mais famosos que tiveram parte na morte do presidente Lôbo e mais autoridades.

Acabo de receber participação da vila de Muaná, em Marajó, de haverem saído para atacar rebeldes no rio Cajuúba; e de lhes terem tomado no último ataque do engenho da viúva do Vale toda a artilharia que tinham de ferro, sendo 4 peças, 2 mosteiros, 5 clavinas, 1 granadeira, 1 batelão, 1 lancha e todas as igarités. Tiveram mortos 16 indivíduos, inclusive um inglês; e pelos vestígios tiveram muitos ter fugindo o resto espavorido para o mato, seu forte. Custou-nos esta vitória a morte do valoroso tenente de guardas nacionais Domingos do Espírito Santo, de 2 guardas de Abaeté, e 6 feridos, sendo 1 da escuna Rio-Grandense cujo comandante o Manuel José Vieira, que se achou neste combate. Os três iates Providência, Dois de Janeiro e Trinta de Janeiro, comandados o 1º pelo alferes da extinta legião Teodoro Ferreira Ribeiro, o 2º pelo tenente da mesma José Correia de Faria, e o 3º pelo tenente de guardas nacionais Manuel Antônio Cordeiro, armados aqui ao modo possível, muito servem levando gente de desembarque. Por escravos vindos do lugar para onde fugiram os rebeldes se sabe que o seu comandante Saraiva foi transpassado de uma bala, e outra lhe quebrou uma perna. Se as três escunas que estão há mais de um mês no Maranhão, e 600 homens que hoje estarão na terça parte doentes, tivessem seguido para aqui, grandes vantagens se poderiam alcançar. Hoje a cidade não tem 300 homens, e estes com o entusiasmo muito perdido; com 200 eu os punha fora, porém, seria uma falsa glória, porque todos fugiriam: sem 600 ou mais para capturá-los, não me parece coerente batê-los: deitá-los da cidade para os matos é fazer que vão causar imensos danos, e pouca ou nenhuma vantagem real se conseguiria. Se eu tivesse aqui aquelas escunas à minha disposição, não hesitaria em mandar logo uma para o Amazonas, porque se ali desenvolver-se a desordem, tarde se tranquilizará a província.

Deus guarde a V. Ex.^a etc. etc.

Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 22 de março de 1836:

Il.mo Ex.mo Sr. Depois de haver fechado o meu ofício datado de ontem, recebi notícias de Macapá; anuncia-me o comandante da praça que no dia 28 de fevereiro último havia feito sair dali uma expedição de 2 barcos artilhados e 100 praças de guardas nacionais em direitura à foz do rio Cajuúba, a leste da ilha grande de Joanes e quase contigua à vila do Equador, por lhe constar que naquele ponto existia uma grande reunião de rebeldes. O resultado foi as nossas armas ficarem vitoriosas desalojando os malvados, dos quais morreram mais de 20 além de muitos feridos, e dispersarem-se pelo mato: tomaram-lhes todas as canoas e entre elas um grande batelão que servia para conduzir gado para o lugar onde se achava o seu comandante, o carafuz Manuel Pedro dos Anjos.

Ao tempo que esta notícia me era bastante satisfatória, tive outra de que alguns forasteiros de Caiena estão fazendo comércio ilícito de pólvora com os malvados da vila do Equador: ainda que esta notícia seja vaga, contudo admira-me de não o terem feito em maior quantidade. Eu já antevia estes acontecimentos como se demonstra dos meus ofícios a V. Ex.^a, e por isso eu lastimava não poder ter ali pelo menos um navio de guerra. O mesmo comandante da praça me diz o seguinte:

“Com grande mágoa comunico a V. Ex.^a que correm notícias vagas de que o juiz de direito e mais autoridades de Santarém se acham em Gurupá retirados daquela vila que se amotinou, querendo mudar a forma de governo; pois sendo assim aqui os espero para dar as providências mais terminantes antes que as cabeças vertiginosas de Santarém espalhem as suas doutrinas neste distrito que me foi confiado por V. Ex.^a e que desejo ver expurgado de semelhante peste social.”

Praza aos céus que esta notícia se não realize, porque em verdade assim se dificultará mais a pacificação da província. Em vista da referida notícia quando tocar no Maranhão o paquete Primeiro de Abril a fim de transmiti-la ao meu sucessor em ofício com selo volante dentro da carta que dirijo ao capitão-de-fragata Mariat para que possa na ausência daquele tomar algumas providências no intuito de obstar o contra bando de pólvora, visto estarem ali as escunas, podendo ele ao mesmo tempo apressar a sua vinda. Deus guarde a V. Ex.^a etc.

Por cautela havia sentinelas avançadas em diferentes lugares da vila, e as famílias passavam-se de noite para a fortaleza e lá pernoitavam sob a vigilância da guarnição, aumentada com paisanos que espontaneamente prestavam-se a esse serviço.

A mesma freguesia de Igarapé-miri não conseguiu livrar-se do assalto dos sediciosos, apesar das suas duplas trincheiras, levantadas com perícia e segurança. Sitiada por aqueles durante treze dias, foi por fim alta noite invadida e traiçoeiramente tomada. Os seus mais dedicados defensores ao amanhecer foram todos mortos, escapando somente os que fugiram antes de clarear o dia. Houve localidades que foram acometidas por mais de uma vez e outras que, abandonadas por seus habitantes, não ofereceram a menor resistência. Algumas, ameaçadas e sem meios de defesa, aquiesceram às imposições dos facciosos para evitar efusão de sangue e maiores calamidades. Em Santarém o juiz de direito temendo os rebeldes que ameaçavam a vila, reuniu as autoridades e pessoas gradas da comarca, e formou um conselho chamado defensivo incumbido de criar um cruzeiro de pequenas embarcações e um corpo de artilharia cívica, guarnecido com três peças de bronze ali existentes, estabelecer destacamentos em determinados pontos do município, chamar as armas os guardas nacionais e defender o governo legal e os seus agentes. Os sediciosos, porém, frustraram tudo, fortificados em um lugar de célebre nomeada, denominado Ecuipiranga, na margem direita do Amazonas, acima da foz do Tapajós; cortando as comunicações da vila, intimaram o reconhecimento de Eduardo Angelim como presidente da província com ameaças de derramamento de sangue no caso de recusa: E fosse por medo ou por conluio, a câmara municipal acedeu a tudo, e mais tarde aceitou todas as imposições que eles imaginaram.²

Ofício do marechal ao ministro da guerra, de 19 de abril de 1836:

11.mo Ex.mo Sr. Para conhecimento do Regente tenho a honra de levar à presença de V. Ex^a, por cópia, o extrato de ofício do tenente do 1º Batalhão de Caçadores de Pernambuco, Francisco José dos Santos, dirigido de Cintra em 28 de março findo ao major Sérgio de Oliveira, comandante do dito batalhão, o qual mostra o progresso das armas nacionais naquela costa. Os de Abaeté coadjuvados por cem cametaenses que esperam, e a barca Independência que está ali, propõe-se a ir restaurar a freguesia de Igarapé-miri, para cujo fim foi a escuna Mundurucu ficar no porto de Abaeté. Muaná não só se tem sustentado, mas tem piquetes avançados, tem explorado os seus contornos, sendo o único ponto que, além da farinha, pouco mantimento gasta e pode alcançar carne fresca.

Com o maior sentimento tenho de informar a V. Ex^a. que se realizou a infausta notícia da revolta em Tapajós, havendo chegado no dia 17 de março passado a Man capa o juiz de direito e chefe de polícia daquela comarca Joaquim Rodrigues de Sousa, o qual ainda não me oficiou. A vila de Óbidos conserva-se tranquila, porém a de Monte-Alegre ficou também revolucionada tendo dado a morte a todos os brasileiros adotivos, e saqueado, o que parece não ter sucedido em Tapajós. Pela secretaria de Estado dos negócios da justiça levo ao conhecimento do Regente a cópia do ofício do comandante militar de Macapá, o major Manuel Francisco de Sequeira Monterroso, a semelhante respeito.

Tenho notícia que a 22 de março último chegou ao Maranhão o meu sucessor; suponho que lhe terá sido entregue o meu ofício, e passo a dirigir-lhe segundo pelo paquete Dois Amigos, que parte para ali depois de amanhã, apesar de julgar que já não o achará, a fim de que ele dê as providências que eu não posso dar por falta de força de mar e terra. Se a tivesse, não deixaria arrebentar o vulcão de que havia não poucos vestígios. Pela cidade tive notícia de terem os rebeldes tomado um brigue francês, na contra costa de Marajó, com pólvora, mas foi falso; aquele navio veio carregar gado à ilha Mexiana, e voltou mandado pelo dono da ilha, o barão de Jaguarari, quando ainda estava em Caiena; mas está exposto a tudo como já informei a V. Ex^a. e em ofício de 22 de março. Deus guarde a V. Ex^a. etc. etc.

² Leia-se na Nota Final III: contém dez atas das sessões da câmara municipal de Santarém acerca de semelhante assunto.

O juiz de direito retirou-se da vila com outros cidadãos: logo que sentiu-se sem o apoio dos habitantes, cuidou de embarcar na escuna de guerra Guajará em direção a Monte-Alegre, aonde não chegou a tocar por ter em viagem a triste notícia de já estar em poder dos rebeldes; em consequência do que, seguiu para Gurupá e dali para a praça de Macapá, chegando por fim até à ilha de Tatuoca para expor ao marechal, de viva voz, as ocorrências que acabavam de dar-se naquelas localidades.

Não encontrando em Santarém resistência alguma, os rebeldes fizeram de Ecuipiranga um ponto terrível, que só com muito sacrifício pôde depois ser conquistado pela força legal, dirigida com incedível dedicação por Ambrósio Aires Bararó e pelo padre Antônio Manuel Sanches de Brito. Este ilustre sacerdote, dispondo de muita gente que reunira entre os seus paroquianos, restabeleceu também a legalidade em Juruti, onde era vigário, em Cururu, Faro, Alenquer, Silves, Atumá, Pacoval, Andirá, Luzéia, Arapixi e noutras localidades. Nas suas expedições ser via-se de uma escuna além de alguns barcos artilhados e canoas entrincheiradas.³ Ambrósio Aires era um degredado fugido de Lima, capital do Peru, e vivia no Rio Negro, na freguesia de Bararóá, donde tirou o sobrenome, pelo qual foi depois geralmente conhecido. Prestou, relevantes serviços na comarca do Alto-Amazonas⁴; mas em um encontro simulado no lago Autaz, caiu por fim em poder dos rebeldes; e, feito prisioneiro, foi lentamente assassinado com cruéis mutilações e suplícios.

Cametá tinha-se tornado um centro poderoso da legalidade, gerando no espírito do marechal a lisonjeira esperança de vir-lhe daí a força necessária para restaurar a capital, reunida que fosse a gente daquela vila à de Gurupá, Portel, Melgaço, Oeiras e de outras localidades fiéis ao governo.⁵ Regressando Ângelo Custódio Correia da capital depois de

³ Este denodado defensor da legalidade foi, em janeiro de 1839, preso a bordo da corveta 'Defensora e processado com outros por suposto crime de conspiração contra o general Andréia, sendo denunciante Francisco José de Oliveira Pantoja. O júri de acusação, porém, reconheceu a sua inocência, julgando sem fundamento a denúncia. Leia-se a Defesa do mesmo, impressa no Pará no ano de 1839, tipografia de H. da Silva.

O padre Sanches de Brito foi preso e processado com outros cidadãos pelo crime de tentar contra a vida do general Andréia, por denúncia de Francisco Oliveira Pantoja. Do assentamento da corveta Defensora consta o seguinte:

“Padre Antônio Manuel Sanches de Brito veio para bordo em 23 de janeiro de 1839. - Nota. Para ser conservado em camarote da coberta e incomunicável. Por portaria de S. Ex.^a. de 25 do mesmo mês, foi ele à residência do Juiz de Paz do 1º distrito nos dias 26 e 28. Por portaria de 28 de janeiro e 4 de fevereiro foi à residência do Juiz de Paz do 2º distrito que mandou conservá-lo no lugar em que se achava pelo crime de intentar o assassinio do Ex.mo Presidente, pelo que se acha pronunciado pelo Juiz de Paz do 19 distrito desta cidade cessando o motivo por que estava incomunicável. Foi apresentado ao Tribunal do Júri no dia 5 de abril por portaria de 4 do mesmo mês; e por portaria de 6 ficou na cadeia à disposição do Juiz de Direito do Crime da Comarca.”

O júri de acusação julgou improcedente a denúncia; e posto em liberdade, ele fez publicar a sua defesa em um folheto, impresso na tipografia de Justino H. da Silva, ao lado de palácio, em 8 de abril de 1839, e provou que fora vítima de intrigas e ódios pessoais.

⁴ Leia-se o Dicionário Topográfico e Histórico da Comarca do Alto-Amazonas, por: Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, impresso no Recife, ano de 1852, palavra Rio Negro, págs. 280 e seguintes.

⁵ Ofício do marechal ao padre Prudêncio, de 21 de outubro de 1835:

Sei que V. M.cê logo que recebeu as minhas recomendações não perdeu tempo em fazer requisições para reunir os amigos da ordem dos diferentes pontos que devem libertar a cidade do jugo dos rebeldes. É chegada a ocasião, já porque há pouca gente ali, já porque o último barco vindo do Maranhão confirma a notícia da próxima chegada de tropa que requisitei. Não deve haver, pois demora em dar o golpe para não se prevenirem os rebeldes. Estou esperançado de que V. M.cê poderá reunir de Gurupá, Portel, Melgaço, Oeiras e dessa vila 500 a 600

malgrado o seu desembarque, o padre Prudêncio não descansou mais um instante: receou que a vila fosse atacada e pôs em movimento toda a sua atividade. Levantou trincheiras; impôs aos proprietários a obrigação de ajudarem este serviço com escravos e madeiras que tivessem; intimou aos cidadãos mais abastados para que, auxiliando as despesas públicas, concorressem com víveres e quaisquer donativos em favor dos destacamentos e navios de guerra surtos no porto; dispensou do serviço os pescadores que abastecessem o mercado de peixe fresco; fez recolher toda a pólvora e armamentos existentes nos sítios e casas; mandou comboiar, fazendo-os descer de Breves e doutras localidades, onde se conservavam com medo de serem saqueados em viagem pelos celerados que infestavam os rios.⁶

homens, os quais sob o comando dos bravos major Joaquim Pedro Gonçalves Campos, capitão Pantoja e outros chefes virão meter de posse de seus lares as famílias foragidas. Abaeté poderá dar também o seu contingente de 50 a 100 homens, comandados pelo tenente Cordeiro. Cada cidadão perceberá uma diária de 250 réis além da etapa. E para que se não conheça o verdadeiro fim da junção desta força, deve-se efetuar a mesma com o pretexto de defender essa vila ou de atacar qualquer ponto dos rebeldes.

⁶ Circular aos inspetores de quarteirão:

Todos os cidadãos brasileiros devem concorrer com os seus teres para as despesas do Estado na forma da lei fundamental do império; e devendo Cameté conservar-se hoje na maior segurança possível para que os seus habitantes não sejam vítimas do assassinio e da violência, faz-se mister que os proprietários do seu quarteirão concorram com o que puderem para a conservação das embarcações de guerra e do destacamento que tomam parte na segurança pública. Portanto V. M.cê deve dirigir-se aos ditos proprietários e com eles contratará os gêneros com que se prestam para as despesas, e escrevendo numa relação os seus nomes e as qualidades dos gêneros que dão, V. M.cê mesmo ma trará com urgência. Cameté, 7 de julho de 1835. – Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté.

Ofício ao juiz de paz do 3º distrito de Cameté:

É sobremaneira sensível ao coração ver-me na necessidade de declarar a V. Sª que os negociantes do seu distrito se acham com muita pólvora em seus sítios rurais, sem que lhes sirva de exemplo o que aconteceu na capital aos negociantes nacionais e estrangeiros que, ocultando ao governo o que tinham, deram lugar a que os rebeldes saqueassem as suas casas e achassem munições com que sustentar a guerra. A vista do que tenho referido, rogo instantemente a V. Sª se sirva tomar com urgência medidas extraordinárias procedendo buscas nos sítios dos negociantes do distrito e reme tendo para esta vila toda a pólvora e armamento que encontrar, a fim de ser tudo guardado com a precisa segurança, pois assim convém à tranquilidade pública. Cameté, 31 de agosto de 1835. Il.mo Sr. Antônio Gonçalves de Aguiar, juiz de paz do 3º distrito, Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté.

• EDITAL: Prudêncio José das Mercês Tavares, presbítero secular e juiz de paz desta vila de Cameté, cabeça do termo da comarca do Pará etc. Faço saber a todos os habitantes que, respeitando eu o direito de propriedade de cada cidadão, muito mais respeito, consagro ao bem geral da sociedade e da salvação pública, para o que todos devem concorrer na forma da constituição, a custa de algum sacrifício em proporção de seus teres. A fortificação e entrincheiramento desta vila é um objeto de mui séria, atenção a bem de sua defesa; por isso rogo a todos os proprietários de es cravos queiram prestá-los diariamente de manhã e de tarde, a fim de que se possa conseguir o dito entrincheiramento e outros serviços que forem mister, pois que, se não prestarem agora quando mais se precisa, serão forçados a fazer em conformidade da lei de 9 de setembro de 1827. E para que chegue a notícia a todos, mando que este seja publicado pelas ruas e praças públicas, e afixadamente. Cameté, 7 de outubro de 1835. Eu, José Paulino Cordeiro dos Passos, escrivão, o escrevi. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz da cabeça do termo.

PORTARIA: – A salvação do Estado é a lei suprema, e por isso devem-se tomar medidas extraordinárias a fim de que os habitantes de Cameté não sejam vítimas do assassinio e do roubo por que já têm passado a capital e vários pontos da província. Tendo eu requisitado que os proprietários prestassem os seus escravos para o entrincheiramento da vila, o qual se faz necessário à nossa defesa, até o presente não me tem sido possível conseguir; não lhes serve de exemplo o estado em que ficaram os da capital e de Igarapé-mirim. A vista disto, achando-se esta vila ameaçada de ser atacada, e devendo-se lançar mão dos últimos recursos:

Ordeno ao Sr. tenente José Lopes de Mendonça por seu patriotismo e virtudes cívicas se dirija com urgência às casas e sítios de todos os que tiverem escravos e os obrigue a prestá-los fazendo-os embarcar e conduzir para

Demitido do comando militar o coronel reformado Manuel José da Silva e Melo, com quem o padre Prudêncio não estava em harmonia, o marechal encarregou este último de todo o serviço por depositar confiança ilimitada na sua dedicação. Não se escusou de tomar mais esta comissão a seu cargo, porém reconheceu a necessidade de ter um oficial do exército que, à frente da força ali organizada, pudesse dirigi-la com mais vantagem à causa pública. Lembrou-se do tenente-coronel João Henrique de Matos, que já nessa ocasião se achava em Cameté, e o incumbiu de todas as operações militares declarando-lhe que, confiando no seu patriotismo, esperava que não deixaria de aceitar a nomeação e conformar-se com as instruções confeccionadas por ele para regularizar a força armada na defesa da vila e seu termo.⁷

aqui a fim de conseguir-se o entrenchamento da vila, notificando-os para que se prestem com o mantimento preciso aos ditos escravos, na certeza de que em caso de recusa serão rigorosamente castigados como inimigos da nação e do Imperador. O Sr. tenente irá em caminho admoestando os povos a fim de virem a esta vila pegar em armas. Quero urgência nestes negócios. Cameté, 12 de outubro de 1835. – Prudêncio J. das Mercês Tavares, juiz de paz da cabeça do termo de Cameté.

OUTRA PORTARIA: O juiz de paz desta vila, tendo em vista a segurança pública e a defesa dos habitantes, pôs em prática o entrenchamento em circunferência da mesma vila, e não se tendo concluído por falta de mdeiras, urge o serviço nacional que os Srs. proprietários que as tiverem as prestem voluntariamente como muitos têm feito, aliás, serão forçados a prestá-las na conformidade da lei de 9 de 1827. Cameté, 3 de novembro de 1835. – Tavares.

Ofício ao comandante da expedição destinada às matas de Tocantins:

Não posso deixar de fazer sentir a V. M.ce a necessidade que há de viveres nesta vila, pois já os pontos padecem falta de ração diária e o povo já experimenta miséria do que vai resultar funestas consequências; por isso V. M.ce quanto antes faça conduzir para esta vila todo o gado vacuum que se achar por esse termo, tomando-o por conta da fazenda pública na forma da lei de 9 de setembro de 1827, e bem assim todos os porcos e ovelhas. Espero toda urgência no que lhe ordeno, devendo primeiro que tudo remeter o dito gado e mantimento. Cameté, 5 de novembro de 1835, Prudêncio J. das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté, Sr. Bernardo José Monteiro, comandante da expedição às matas de Tocantins.

(Ordens idênticas foram dadas ao alferes Manuel Antônio de Moraes, comandante da expedição a Pindobal e a outros agentes de forças expedicionárias.).

Ofício ao comandante da barca “Independência”:

Il.mo Sr. Convido facilitar a circulação interna dos produtos do país principalmente agora que esta vila padece falta de viveres para enviar à esquadra surta no porto da capital, como insta o Ex.mo Sr. presidente, cumpre-me requisitar que com urgência a barca do seu comando de à vela para Breves a fim de fazer descer em sua companhia e auxílio todas as canoas que ali se acharem para o porto desta vila, embarçando toda a comunicação com a capital que não seja diretamente com o governo. Espero do patriotismo de V. Si se digne anuir à minha requisição que muito convém à tranquilidade desta vila à vista das circunstâncias perigosas da província. Deus guarde a V. S* Cameté, 31 de agosto de 1835. Il.mo Sr. Gabriel Ferreira da Cruz, tenente comandante da barca Independência, surta no porto desta vila. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté.

Ofício ao comandante da escuna “Bela-Maria”:

Il.mo Sr. - Achando-se em Gurupá e Breves várias canoas do interior sem poderem transitar com terror de serem atacadas e roubadas pelos facinorosos que se acham em caminho, cumpre-me rogar a V. Si se sirva guarnecer este ponto com a escuna do seu comando, para que a barca Independência possa dar-se de vela em auxílio das ditas canoas que por aqui tiverem de descer, por assim convir, atenta a falta de viveres que esta vila padece. Deus guarde a V. S. Cameté, 31 de agosto de 1835, Il.mo Sr. João José Rodrigues, tenente comandante da escuna Bela-Maria, surta no porto. - Prudêncio José Tavares, juiz de paz de Cameté.

⁷ Ofício do padre Prudêncio ao tenente-coronel João Henrique de Matos:

Il.mo Sr. Tendo o Ex.mo Sr. presidente da província, por ofício de 29 do mês findo, demitido do comando militar desta vila o coronel Manuel José da Silva Melo, encarregando-me de tudo como antes de sua nomeação, e urgindo a crise melindrosa em que se acha a província, que se conserve nesta vila e seu termo uma defesa interna e externa, capaz de manter a ordem e bem-estar dos habitantes, faz-se mister ter em frente da força pública

Investido assim de plenos poderes, o padre Prudêncio redobrou de esforços; tratou de prover as necessidades da ocasião por todos os meios ao seu alcance; chamou os cidadãos às armas; providenciou sobre armamentos e munições; tomou enérgicas medidas acerca de carne fresca, peixe, farinha e outros gêneros alimentícios que escasseavam com a aglomeração de gente vinda de toda a parte em procura de segurança: proibiu a saída dos homens para fora do distrito sem passaporte ou licença sua por escrito; pediu, enfim, o auxílio de todos como justo reclamo da salvação pública e particular.

Com grande trabalho tinha conseguido aumentar a esquadilha que cruzava pelo Tocantins. Era indispensável quase sempre transportar por água as expedições e atacar os rebeldes em pontos algumas vezes inacessíveis por terra, e por esta razão fizera artilhar vários barcos e entrincheirar outros que tinha obtido por compras e concessões gratuitas. Estas pequenas embarcações serviram-lhe de muito também para trazer em comboios ao porto da vila as canoas chamadas do sertão, que desciam do Amazonas carregadas de víveres, do que todos careciam.

um militar hábil que possa dirigir as operações de guerra. E tendo eu em vista o conceito que V. S^a merece dos cametenses não só pela sua probidade e perícia militar como pelo seu aferrado patriotismo e bons serviços à nação, rogo a V. S^a se sirva tomar a si a defesa necessária desta vila e seu termo, e bem assim o comando das forças legais que devem operar em todos os atos de serviço. E convencido do seu zelo e amor pátrio, avanço em levar às mãos de V. S^a as instruções que julgo necessárias para de comum acordo com as autoridades civis desta v se dirigir com a prudência e acerto que costuma ter. Espero que se conformará com eleição que faço na pessoa de V. S^a aceitando tão importante comissão. Deus guarde a V. S^a. Cameté, 8 de outubro de 1835. Il.mo Sr. tenente-coronel João Henrique de Matos. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz.

INSTRUÇÕES PARA REGULAR O SERVIÇO DA FORÇA ARMADA E DEFESA DA VILA DE CAME-TÁ E SEU TÉRMO, A QUE ALUDE ÉSTE OFÍCIO:

Art. 1º Será permanente nesta vila e seu termo uma força defensiva que possa obstar qualquer insurreição do partido inimigo.

Art. 2º – Ao cidadão militar encarregado do comando da força armada e defesa da vila, compete:

§ 1º Detalhar o serviço da guarnição e pontos avançados, estabelecendo as patrulhas rondantes que se fizerem necessárias à segurança e sossego público; organizar o serviço defensivo e ofensivo na melhor ordem possível à vista da atitude perigosa em que se acha a província.

§ 2º Estabelecer a nomenclatura dos necessários pontos da vila e dos avançados para bom arranjo da defesa, criando além dos existentes outros pontos que forem convenientes, removendo, aumentando e diminuindo as guarnições dos mesmos.

§ 3º Dar o Santo para o serviço conforme as regras estabelecidas nas praças de guerra e destacamentos; e aplicar os castigos correccionais para conservação da disciplina militar, indispensável à subordinação.

§ 4º Tomar a força do seu comando, armada e municiada, quando as circunstâncias o exigirem, não só em defesa dentro da vila como fora dela, devendo para este fim requisitar-me os armamentos e munições de guerra para lhe serem fornecidos do depósito dos mesmos. Terá um oficial encarregado de fazer os pedidos necessários tanto dos artigos bélicos como dos de boca para as praças que se fornecerem.

§ 5º Estabelecer as linhas de defesa nesta vila e pontos avançados com a segurança que as atuais circunstâncias permitirem, dirigindo-se quando seja necessário as competentes autoridades sobre os fornecimentos de boca e os instrumentos dos operários da linha defensiva.

§ 6º Organizar finalmente a força para o melhor método do serviço e defesa tanto dos oficiais aqui existentes dos diferentes corpos da província como dos oficiais inferiores e mais praças, empregando-os como melhor convier ao mesmo serviço e a salvação pública, podendo estacionar a força no serviço e defesa pelo tempo de findos os quais serão impreterivelmente rendidos por igual número, para cujo pero se farão os necessários avisos nos competentes distritos para se apresentarem na vila a competente autoridade.

Cameté, 8 de outubro de 1835. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté.

Não se esqueceu de desvanecer a esperança do marechal sobre a pretendida restauração da capital com forças de Cameté e de outras localidades, sem primeiro derrotar os rebeldes nos diferentes pontos do interior da província: apresentando o plano de operações que julgava mais acertado, ponderou-lhe que, chegadas as forças de Pernambuco, Ora provável que os facciosos deixassem as povoações em que se achavam fortificadas e viessem engrossar as suas fileiras na capital; e assim, trocadas as cenas, convinha que fosse esta bloqueada antes de tudo com navios de alto bordo sem abandonar os rios Maguari e Moju.

As pequenas embarcações com a maior parte da força deviam ir bater Marajó onde ficaria um destacamento capaz de frustrar quaisquer reuniões que tentassem os rebeldes destroçados. Logo que pudesse ser dispensada, esta força voltaria pela Vigia, Maguari e seus contornos. Outras embarcações miúdas seguiriam para Cameté e com a gente ali reunida bateriam Muaná e desembaraçariam o trânsito das canoas do sertão. Feito isso, marchariam com parte da força de Abaeté contra Igarapé-miri e Moju; e batidos que fossem aí os anarquistas, deixariam no estreito ou canal um destacamento e um navio de guerra. O marechal marcaria um prazo certo e razoável para a reunião das duas divisões na esquadra, para então resolver-se sobre a retomada da capital.

Deste modo, estando já cansados de esperar e mortos de fome, os rebeldes se renderiam infalivelmente e talvez mesmo entregassem os seus chefes, uma vez que fossem ameaçados de serem fuzilados, quando não se entregassem desarmados. Assim se poderia restaurar a cidade sem perda de um só homem. Os facciosos do interior, vendo-se batidos e cercados por forças consideráveis, se submeteriam assim como os da capital desde que, bloqueados por muitos dias, famintos e desanimados com a perda de seus pontos exteriores, se sentissem sem mais recursos, ignorando as forças vindas do sul, as providências e destacamentos do governo, e vendo descer pelo Moju a primeira divisão e entrar a segunda pela barra, ambas engrossadas com a inúmera gente que acudiria de caminho.

O ataque à capital antes de enfraquecer o inimigo obrigaria o governo a bater-se com a maior força dos rebeldes; e quando estes fossem vencidos, retirar-se-iam às matas, matariam e destruiriam tudo no esta do de desespero em que naturalmente se achariam. Ninguém poderia viajar pelo interior; a capital estaria sempre ameaçada e seria muito difícil rechaçar os sediciosos.⁸

Trabalhando sinceramente para o bem comum de seus conterrâneos, o padre Prudêncio encontrara sempre apoio na população, e não lhe foi difícil organizar uma força respeitável com a qual pôde fortificar a vila e ao mesmo tempo bater os malfeitores em suas trincheiras, como sucedeu em Carapajó, Pracuúba, Canaticu, Cupijó, e ilha da Conceição, sem que eles ousassem vir atacá-lo.⁹ Era incansável na perseguição dos fac-

⁸ Ofício do padre Prudêncio ao marechal, de 24 de novembro de 1835. O plano que resumimos foi apoiado e quase inteiramente seguido pelo marechal, conforme consta do ofício que ele dirigira ao padre Prudêncio em 10 de dezembro do referido ano, em resposta àquele.

⁹ Leia-se a Nota Final IV; contém a correspondência oficial entre o padre Prudêncio, marechal e várias autoridades sobre os acontecimentos destas e outras localidades.

ciosos; e se uma ou outra vez deixava de frustrar-lhes os planos criminosos, era porque nem sempre tinha as informações em tempo de podê-los prevenir; em todo o caso os seus agentes sabiam castigá-los com severidade desusada. Como prova disto mencionaremos o seguinte fato a seguir:

Em outubro de 1835 o padre Francisco Gonçalves Martins, vigário colado de Baião, não podendo mais suportar as desordens que reina pelo distrito de Cameté, seguiu pelo Tocantins com destino à província do Maranhão, acompanhado de alguns amigos e diversas pessoas embarcaram em canoas guarnecidas de armamentos próprios para repelir qualquer agressão dos malfeitores.¹⁰

Era verão, e a viagem podia ser feita em três dias até à cachoeira de Itaboca. O vigário, infelizmente, julgou ser ocasião azada para cobrar no trajeto certas dívidas, e nisso gastou dezessete dias, causando, mas esta razão a demora que depois lhe foi tão fatal. Pôde apenas chegar a Itaboca, guardadas sempre as necessárias cautelas durante toda viagem. De noite quando o comboio pernoitava e de dia quando parava, havia sentinelas avançadas que velavam pela segurança comum de todos.

Descansavam numa linda praia, como as há naquelas remotas regiões, à espera do dia seguinte para subirem as cachoeiras, quando a tripulante de uma das canoas saiu a correr do mato, e espavorido declarou que tinha visto um homem agachar-se e esconder-se atrás de uma moita, ao avistá-lo, pouco distante daquele sítio. Riram-se todos, e não lhe deram o devido crédito. Longe como estavam do teatro da anarquia e não tendo sido perturbados na sua viagem tão demorada, julgavam-se já salvos do perigo. Mas o pobre homem, convicto da verdade e interessado na conservação da própria vida, repetiu a sua asseveração com insistência cada vez mais animada, e conseguiu por fim diminuir a incredulidade.

Algumas pessoas armadas foram examinar o sítio indicado, mas nada viram, nem encontraram coisa alguma que pudesse gerar a menor suspeita. Entretanto, o vigário por precaução mandou postar sentinelas em diversos pontos, fazendo-as dobrar de noite de duas em duas horas, e este ato de prevenção naturalmente observado pelos malfeitores emboscados nos matos, concorreu talvez para que eles receassem dar logo o ataque premeditado. Era já madrugada adiantada, e tudo corria placidamente. As sentinelas revezavam-se, o de vez em quando atiçavam as fogueiras que desde o princípio da noite acenderam para clarear os lugares suspeitos. Quase nenhum temor mais havia; descansavam todos tranquilos e sem preocupações.

¹⁰ Entre outros faziam parte da comitiva: o pai do vigário, Francisco José Gonçalves e o seu irmão Fernando José Gonçalves; o fazendeiro do Moju, Francisco Antônio de Queirós; o padre Maximiano, capelão da Sé; o tenente-coronel Manuel Jose Moura; o juiz de paz de Baião, Isidoro Pereira Leite; o padre Januário Francisco de Andrade; o major José de Moraes Bittencourt e seu irmão Hilário de Moraes Bittencourt; o capitão Marcolino Marinho Falcão; os portugueses Dionísio Jose da Manuel José Gonçalves; e Francisco Pedro Gurjão, que nos deu por escrito as informações sobre este acontecimento do qual foi ele testemunha ocular: transcrevendo-las quase literalmente. Tais informações já foram em grande parte publicadas por Pena na Revista Amazônica, n.º 4 e 5, de junho e julho de 1883.

A noite tornou-se de repente escura e tempestuosa. Uma copiosa chuva sobreveio e apagou as fogueiras. Eram três horas da madrugada. As sentinelas deixaram os seus postos e recolheram-se às canoas. Pouco tempo tinha decorrido, quando ouviu-se a detonação de uma descarga! Eram os facciosos que, aproveitando o mau tempo, a escuridão e o sono quase geral daqueles infelizes, abordavam as canoas e acometiam com as próprias armas e com as outras de que já se tinham apoderado! Acordaram todos sobressaltados, mas surpreendidos não puderam mais defender-se. O mesmo vigário que, do barco em que se achava, fez fogo por algum tempo contra os malvados, foi morto com seu velho pai e irmão. Outros tiveram igual sorte; alguns escaparam fugindo nas sombras da noite para os matos; foram ter a Arroios e ao presídio de S. João de Araguaia depois de inclemências e cruéis sofrimentos, tendo-se passado para a margem oposta do rio abraçados em toscos madeiros que lhes deparou a sorte.¹¹

Francisco Pedro Gurjão foi um dos poucos que os sicários respeitaram no conflito. No começo do assalto tinha recebido um profundo golpe na mão esquerda ao aparar o terçado que um facínora lhe descarregara sobre a cabeça, e refugiando-se atrás de uma canoa já encalhada na praia, tinha podido escapar à morte. Aí o encontrara banhado em sangue um tal Teobaldo de Oliveira, que o conhecia por ter sido, quando soldado, camarada de seu pai, o capitão do exército Hilário Pedro Gurjão.

Compadecido, este homem não consentiu que ele fosse nessa ocasião assassinado nem os seus companheiros que restavam; intercedendo em favor de todos, conseguiu que fossem metidos e escoltados em uma canoa, como prisioneiros. Ao amanhecer, os rebeldes desceram o rio sem importar-se dos cadáveres que deixaram insepultos. Chegados a Arroios, desembarcaram e trataram de efetuar a partilha dos despojos. Nenhum sabia ler, nem o seu principal chefe, que era um desertor de nome Severino, de há muito homiziado na Povoação dos Patos. Foi este que reuniu mais de cem homens por meio de engodos e ameaças, e seguiu a pista do vigário com intenção de roubá-lo por se dizer que levava muito dinheiro.

Começada em Arroios a partilha, não a podiam nunca concluir por causa das sérias contestações que constantemente apareciam; todos se consideravam lesados em seus quinhões. Para terminar a contenda, chamaram o padre Januário, que gemia de dores do ferimento recebido no conflito, e apresentaram-lhe grande quantidade de patacões. Feita

¹¹ O juiz de paz de Tocantins. Raimundo Ferreira Cantão, em officio dirigido ao padre Prudêncio com data de 20 de novembro de 1835, mencionando as vítimas de tão bárbaro atentado, remeteu-lhe a seguinte lista:

“Mortos: Padre Francisco Gonçalves Martins e Pontes, colado nesta vila; - Francisco José Gonçalves, português; - Fernando José Gonçalves, brasileiro; - Francisco Antônio de Queiros; Maximiano de tal, estudante com ocupação na Sé do Pará; - Dionísio José da Costa, português.

Feridos: Manuel José Gonçalves; tenente Manuel José de Moura; — Isidoro Leite; - Reverendo Januário Francisco de Andrade, cura nesta vila; - Hilário de Moraes Bittencourt; - José de Moraes Bittencourt; - Antônio de tal; - João, por alcunha Caxiri; - crioulo João de Sant’Ana; crioulo Marcelino Gonçalves”

O comandante da expedição, Bernardo José Monteiro, em officio de 18 de novembro de 1835 dirigido ao padre Prudêncio, acrescenta a estes últimos o filho do capitão Gurjão, o mesmo Francisco Pedro Gurjão, que já referimos na nota anterior.

a divisão com igualdade entre os rebeldes, coube a cada um nove pesos. Nenhum ficou satisfeito com tão insignificante quantia, e houve logo alguns que não temeram declarar que o tal chefe Severino não era leal e queria apossar-se de todo o dinheiro em ouro que eles elevavam uma soma fabulosa.

O descontentamento foi geral, e tão forte tornou-se a suspeita contra a boa-fé de Severino, que os rebeldes tiveram por mais de uma vez o sinistro plano de matá-lo com todos os prisioneiros que eles denominavam maçons. Reinava completa desordem; embriagados, entregavam-se aos maiores excessos, vociferando como possessos sem guardar conveniência alguma. Por felicidade sobreveio a noite que os foi adormecendo um a um, prostrados pelo uso imoderado de bebidas alcoólicas encontradas na povoação. O chefe sentia-se desmoralizado e apreensivo com as ameaças, e muito receava o dia seguinte.

Gurjão pernoitava em uma rústica casa de palha que lhe deram por prisão. Alta noite apareceu-lhe aí um homem pardo que ele soube depois ser filho do Maranhão, conhecido pelo apelido de Tebas. A sua aparição causou-lhe não pequeno terror sugerindo-lhe a ideia de que vinha assassiná-lo, mas este homem procurou tranquilizá-lo declarando-lhe que não era cabano; pelo contrário, andava comerciando em um bote pelo Tocantins quando foi preso pelos rebeldes que lhe tomaram tudo, não tendo podido salvar a vida senão depois de lhes ter assegurado que os acompanharia em sua expedição. Referiu-lhe as ameaças contra o chefe a quem lembrara a necessidade de proclamar àquela gente; prometeu-lhe, em conclusão, ir buscá-lo para que o aconselhasse sobre o alvitre que devia tomar nas condições críticas em que estava.

E retirando-se, trouxe-o pouco depois. Gurjão, aterrado, supunha que tudo isto não passava de cilada que lhe armavam. Severino repetiu-lhe o que já tinha ouvido do outro, e pediu-lhe que preparasse uma proclamação para ser lida por Tebas aos revoltosos, devendo tratar na mesma, sobretudo de desvanecer a suspeita de se haver ele assenhoreado da maior parte do dinheiro do vigário. Gurjão acedeu ao pedido, por assim o exigir a salvação comum do chefe e dos próprios prisioneiros que também tinham sido ameaçados; e terminada à proclamação, teve de fazê-la decorar, porque Tebas não sabia ler, nem Severino.

De manhã, tocada a chamada e reunida a gente por ordem do chefe, mandou este que Tebas falasse, o que ele fez sem demora, sendo recebido ao princípio com sinais de reprovação; mas sem se deixar perturbar, continuou a arenga com muita presença de espírito e energia até que pôde convencê-los da injustiça de suas recriminações fazendo que todos fraternizassem.

O chefe, vendo os ânimos acalmados, aproveitou as boas disposições em que todos se achavam para sair e tratar do assalto a uma fazenda próxima, onde havia gado de que carecia para alimentação. Tebas julgou que era tempo de escapar aos malfetores, e socorrendo-se da influência que granjeara no ânimo do chefe, deu-lhe de parecer que fizesse

aos os prisioneiros em uma canoa escoltada até um lugar em que conveniente esperar a expedição, a fim de não estorvarem o assalto projetado.

O chefe nem só anuiu ao seu conselho como o escolheu para comandar a escolta. Animado com este feliz resultado, não duvidou mais do bom êxito do seu plano. Tomou imediatamente a sua própria canoa, tri pulou-a com oito homens de sua confiança e seguiu rio abaixo com os prisioneiros. Pouco antes de embarcar, revelou a Gurjão atenção que tinha de embriagar a escolta com uma certa mistura de bebidas alcoólicas, e quando estivesse longe das vistas dos malvados, fazer remar a toda força até alcançar Cameté, salvando assim a todos.

Estavam já muito distantes, e nem um contratempo tinha havido na viagem a não ser a prisão de um homem que, embrutecido pela embriaguez, quisera ferir com terçado ora um, ora outro prisioneiro. Tebas continuava a dar amiudadas vezes a bebida preparada, e mandava dobrar de esforços os seus remeiros, quando avista muitas canoas que lhe vêm ao encontro! Imagine-se a impressão aflitiva que recebeu ao ver-se em frente de gente desconhecida que lhe podia trazer a morte ou a liberdade.

Era uma expedição comandada por Bernardo José Monteiro, que vinha a toda pressa de Cameté em socorro do infeliz vigário de Baião e seus companheiros. Parem! suspendam os remos! – ouviu-se logo um homem gritar com voz imperiosa e retumbante: quase em ato contínuo a canoa de Tebas foi abordada e invadida por homens armados e prontos a arrostar toda a sorte de perigos. Era Francisco Maurício, conhecido por Pedrada, quem intimara que parassem; fazia parte da expedição e a comandava de fato pelo seu caráter altivo e arrojado. Ele num relance reconheceu os prisioneiros, e o seu primeiro cuidado foi perguntar pelo vigário de Baião que ali não via, ficando profundamente comovido quando soube que tinha sido morto!

Pedrada era um homem singular. De estatura agigantada e imponente, olhos vivos e penetrantes, fazia-se respeitar e temer pelos ímpetos de seu gênio irascível e indomável. Compassivo em geral com todos, tornava-se não obstante desapiedado com os inimigos. Nascido e criado em Cameté, não tinha senão a instrução rudimentária, mas distinguia-se pela sua vivacidade, energia e coragem. Não sabia o que fosse perdoar rebeldes: matá-los durante o combate era lei de guerra, dizia-o ele sem reserva, matá-los depois era lei da paz que aconselhava enfraquecer a força inimiga por todos os meios possíveis, e poupar tempo, cuidados e despesas que demandaria a guarda de prisioneiros. E boa ou má, fazia observar esta doutrina, que também era adotada pelos rebeldes sem nenhuma restrição.

Fundeadas as canoas na extensa praia de Tauá¹², onde teve lugar o encontro referido, e aí desembarcados os presos, Pedrada tratou de informar-se das forças dos rebeldes, dos seus atos e desígnios; e sabendo que eles depois do assalto à fazenda para onde se dirigiram,

¹² Este é o nome que o próprio chefe da expedição, Bernardo José Monteiro, dá a essa praia, como se vê da sua participação oficial adiante publicada: preferimos este nome ao de Jequirapuá que lhe dá Ferreira Pena na referida Revista Amazônica, nota 1, à página 163, por nos parecer de melhor fonte a informação daquele como morador e conhecedor das regiões do Tocantins, além de ser um dos protagonistas de semelhantes acontecimentos.

tinham de descer o rio, e que esperavam mais dias menos dias tomar e dominar Cameté com o auxílio de seus comparsas, mandou sem mais delonga fuzilar os facínoras que compunham a escolta, com exceção somente de Tebas por quem intercedeu Gurjão referindo todo o plano e esforços deste homem para salvá-los da morte; fez retirar para um lugar afastado os prisioneiros libertados e quatro guardas doentes com recomendação de se ocultarem de modo que não fossem vistos nem presentidos; deu outras providências conforme reclamavam as circunstâncias da ocasião e aguardou impávido a chegada dos inimigos.

De tarde numerosas canoas, descendo o Tocantins, seguiram com direção à praia onde ele se achava. Não havia dúvida, eram os rebeldes que, vendo ali outras canoas, buscaram por cautela a outra extremidade da praia onde encostaram. Pedrada enviou-lhes logo um emissário bem insinuado para saber a razão por que ficavam em um porto tão afastado, quando a gente que eles aí viam fazia parte da força que acabava de tomar Cameté depois de renhido combate, mandou ao mesmo tempo censurá-los por terem poupado os maçons que, encontrados nesse dia, já tinham recebido com a morte o castigo merecido de seus crimes; por tanto, se eram amigos, que viessem congregar-se; ao contrário ficassem certos de que havia pólvora e muita bala para recebê-los. Estas palavras bruscas e arrogantes produziram maravilhoso efeito.

O chefe dos rebeldes respondeu-lhe que estimava a notícia da tomada de Cameté, e que só por certas considerações conservara a vida dos maçons, mas tencionava fuzilá-los logo que chegasse a Baião; que nada receava, e na manhã do dia seguinte entraria em conferência e melhor se explicaria. Os rebeldes tinham ouvido o estampido dos tiros dados na escolta e estavam na expectativa da tomada de Cameté, e por isso acreditaram facilmente nos embustes do emissário. Com a resposta que este trouxe, Pedrada teve de fazer no seu plano uma alteração vantajosa que lhe assegurou melhor resultado do que ao princípio imaginara.

De noite trabalhou com admirável atividade; chamou a gente à forma; distribuiu-a em grupos com aparência de desordem para não haver desconfiança; ordenou que cada homem marcasse bem na areia um lugar que devia de manhã ocupar e guardar até o momento de um sinal que indicou: explicou depois com precisão o seu plano e o modo rápido com que devia ser executado. Em cada lugar marcado devia estar enterrada uma arma carregada e pronta, e ao sinal dado deviam todos tira-las e fazer fogo contra os rebeldes, perseguindo sem piedade os que o capassem aos primeiros tiros.

Pedrada fez por fim postar vedetas e sentinelas em vários pontos, receoso de que eles tentassem escapar-se durante a noite, e esperou com impaciência que se aproximasse a hora fatal. Conhecido como terror dos cabanos, ele procurou sempre encobrir-se entre os seus subordinados de maneira que nenhum daqueles o pudesse distinguir. Ao amanhecer, estiveram todos a postos, e não tardou que os rebeldes se movessem em direção ao ponto ocupado pela força legal, que os aguardou imóvel e em silêncio. Marchavam com as armas ao ombro.

Perspicaz como era, Pedrada tinha previsto esta hipótese e soubera em tempo preveni-la. Viu-se logo destacar do primeiro grupo um homem de aspecto marcial representando o papel de comandante da força, e este, dirigindo-se com intrepidez aos rebeldes, fê-los parar com um aceno de mão e lhes perguntou com que intenção avançavam armados: se eram amigos, ponderou-lhes, não deviam trazer armas; se eram inimigos, então esperassem que eles fossem buscar as suas guarda das nas canoas.

Com tais palavras os rebeldes se convenceram de que com efeito estavam em frente de camaradas, e foram guardar nas canoas as armas, voltando logo depois inermes e cheios de confiança. Então, vendo-os quase em contato com a gente legal, o improvisado comandante desta deu vivas a Eduardo Angelim e a Vinagre, sendo todos correspondidos com ardente entusiasmo por uns e outros. Neste momento apareceu o sinal convencional: Pedrada e a sua gente, abaixando-se repentinamente, suspenderam da areia o armamento que haviam escondido, e com incrível rapidez deram uma descarga geral contra os rebeldes.

Mais de dois terços desses desgraçados caíram logo mortos. Os poucos que restaram foram depois perseguidos e mortos também na sua maioria a golpes de terçados quando, aturdidos por semelhante espetáculo, buscaram as canoas para se armarem, ou lançarem-se ao rio para fugirem: não lhes deixaram quase meio algum de salvação; apenas doze escaparam ao morticínio.¹³ Cento e três cadáveres juncaram aquela praia deserta que ainda

¹³ Participações do comandante da expedição ao padre Prudêncio:

II.mo Sr. - Em cumprimento das ordens e instruções de V. S^a sair dessa vila com a expedição do meu comando no dia 27 do mês findo depois de se me ter reunido o cidadão Francisco Mauricio Correia Pedrada com 11 praças do acampamento de Pacajá, e seguindo com direção ao Moju-Tapera, onde cheguei a 28 do mesmo mês, aí estacionei à espera de Antônio José de Medeiros, que me vinha auxiliar com mora dores do seu distrito, como com ele em viagem tratei. Mandeí Pedrada para o distrito do Umarizal reunir a gente que lhe fosse possível. Escrevi ao inspetor do 1o quartelão do 1º distrito da vila de Tocantins, e a Raimundo Ferreira Cantão, que se me disse ser suplente do juiz de paz, para me esperarem na vila com a gente que também pu dessem reunir. No dia 29 pelas 8 horas da manhã prossegui para a vila onde cheguei no dia 30: achei-a deserta e abandonada de suas autoridades, pois que o presidente da câmara e o vigário padre Francisco Martins, o juiz municipal padre Januário de Andrade, o juiz de paz Isidoro Leite e outras muitas pessoas de representação se haviam retirado para Minas, e os malvados os tinham seguido logo que souberam da partida deles, deixando por isso de invadir a vila. Pedi a Raimundo Cantão que tomasse conta da vara de juiz de paz como imediato do juiz fugido Isidoro Leite, como era vontade de todos.

Os moradores foram reunidos a esforços de Cantão; eles não se negaram a mar char sobre os malvados, e prestaram-se já com as suas pessoas, já com pólvora, armas, Canoas, escravos e mantimentos. A vontade de um era a de todos para salvarem-se do perigo em que estavam. Muitos louvaram as providências de V. Si confessando-se gratos. Sucedeu que um só individuo se opusesse à marcha contra os malvados, resistindo as ordens que se lhe intimaram. Aplicada a força, resistiu com arma; porém pagou caro o seu atrevimento, porque morreu logo ficando livre aquele distrito desse malvado que era um dos propugnadores da revolta

Pelas 4 horas continuei a minha viagem, e no dia 31 postei a expedição na foz de Paraná-mirim, onde esperei o comandante. Pedrada com a gente que reunia; hoje chegou. Amanhã, 2 de novembro corrente, pretendo seguir os malvados que, segundo as noticias que tenho obtido, se acham quase perto do Furo de Itaboca com intenção de assassinar o padre vigário e seus companheiros de viagem a fim de os roubarem. Tendo eu ocupado o Paraná-mirim, devo deixar uma força para guarnecer as embocaduras do rio e seguir então para cima sem demora. Do que ocorrer darei parte a V. S^a como me tem ordenado. Não necessito de mais força além da que tenho. Deus guarde a V. S'. Em viagem pelo Tocantins, 19 de novembro de 1835. II.mo Sr. Padre Prudêncio José das

hoje desperta a curiosidade de quem passa por aquele cenário de tão trágica mortandade!

Mercês Tavares, juiz de paz e comandante das forças de Cameté. - Bernardo José Monteiro, comandante da expedição.

Il.mo Sr. Havendo eu marchado com 134 praças, além das do comando de Francisco Maurício Correia Pedrada, da vila de Tocantins em procura dos rebeldes assassinos como ontem participei a V. Sem ofício da mesma data, pelas 4 horas da tarde do referido dia de ontem, pouco abaixo das Pedreiras encontrei umas canoas guarnecidas de malvados, em que traziam presos e feridos do assalto que eles haviam dado, os alferes Hilário de Moraes Bittencourt, o irmão deste José de Moraes Bittencourt, o padre Januário Francisco de Andrade, o padre Raimundo Correia de Miranda, o filho do capitão Gurjão, um tal João Caxiri e muitos outros companheiros do padre vigário Francisco Gonçalves Martins e Pontes.

Fiz aportar as ditas canoas na grande praia de Tauá depois de ter atacado os rebeldes que as traziam. Oito morreram e os mais puderam evadir-se. Salvei desta forma os desgraçados presos que vinham ser vítimas do furor dos vândalos no sítio Bom Sucesso como eles mesmos me informaram. O padre Francisco Martins e seu pai, Fernando do Anapu, um moço de nome Maximiano, capelão acólito da Catedral desta província, um sujeito de nome Queirós e mais três companheiros foram barbaramente assassinados no Furo de Itaboca, onde estes desgraçados tinham aportado e os malvados de surpresa os assaltaram.

O padre Francisco resistiu com outros ao furor dos malvados, porém nada conseguiu, porque o padre foi logo morto e os mais emoreceram inteiramente. Pelas 5 horas da tarde avistei os malvados que se dirigiam sobre os presos em torna viagem. Deixei na praia os ditos presos guarnecidos por 20 homens bem armados, e parti sobre os malvados para a parte das Pedreiras. Eles, descobrindo a minha direção, passaram para a parte oposta do rio já na praia do Tauá, onde pernoitaram. Ao amanhecer para hoje, 2 do corrente, segui para a predita praia, e pelas 9 horas do dia desembarquei e tomei direção, de acordo com o comandante Pedrada, sobre os assassinos. Minha marcha não foi ignorada por eles. Às 9 horas e meia avistei-os; vinham sobre mim. Deixei-os aproximar-se a tiro de espingarda. Os meus camaradas se arrojaram então sobre eles com tanto ímpeto e rapidez que não lhes deram tempo de disparar um tiro. Num momento se tornaram cadáveres 103 malvados assassinos. Puderam fugir apenas 12. Tomei-lhes muitos objetos que fiz repartir pela tropa segundo as ordens do Ex.mo governo da província. Ao meu ver, tanto os cametaenses os tocantinenses fizeram prodígios e são credores da estima pública. O valor cisco Maurício Correia Pedrada, Manuel Gonçalves de Oliveira, Manuel Francisco da Conceição, Joaquim Rodrigues de Sousa, Francisco Xavier de e João Pedro Monteiro muito concorreu para serem batidos completamente os Fique certo do que o sossego público está restabelecido nos distritos da vila de Tocantins, e que as autoridades legais principiam a exercer as suas funções cumprindo desta maneira as ordens de V. S^a.

Não havendo, nestes lugares ermos, recursos para acudir aos do poder dos assassinos, ordenei ao comandante Pedrada que conduzisse os que quisessem acompanhá-lo, deixando os outros pelas suas casas Tocantins. O comandante Pedrada, portador deste, vai com as praças despedido. Fiz voltar para as suas habitações rurais, ficando eu só com 30 para prosseguir na minha derrota até o extinto destacamento de Arroios, os muitos malvados e algumas pessoas que escaparam nas matas de Deus guarde a V. S.^a Quartel das forças de Cameté em operação no Tauá, 2 de novembro de 1835. Il.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês ! vila de Cameté. - Bernardo José Monteiro, comandante-chefe da expedição.

(Neste ofício o comandante da expedição não faz menção contra os facciosos, talvez para evitar compromettimentos. O mesmo acontece na proclamação do padre Prudêncio, de 6 de novem Primário oficial ao marechal, de 10 e 18 do mesmo mês e ano, publicada na Nota Final III. Mas nem por isso deixa de ser verdadeira a nossa narrativa. A trama é geralmente sabida em Cameté e deu-se tal e qual a expusemos, fundados tanto na tradição como informação escrita de Gurjão. A circunstância de não ser morto nem ferido um só homem da força legal prova a ferocidade da trama. Tanta felicidade se não daria se tivesse havido conflito.).

Il.mo. Sr. - Tenho a honra de participar a V. S^a que no dia 6 do corrente cheguei com a partida do meu comando ao lugar de Arroios; explorei os lugares e matos que me ficaram em caminho desde que marchei de Tauá. Achei em Arroios Domingos Pôrto. Isidoro Pereira Leite e Manuel Pereira Leite, que escaparam com vida do assalto que lhes deram os rebeldes em Itaboca, e se achavam gravemente feridos. Ali tinham ficado por ter-lhes o chefe dos rebeldes concedido licença por estarem impossibilitados. Eles deram-me notícia de que dois rebeldes tinham seguido a dois indivíduos, brasileiros adotivos, companheiros do falecido padre Francisco Martins, os quais tinham fugido pelas matas de Itaboca para fugirem à fúria dos malvados. Não encontrei os 12 assassinos no dia 2 do corrente fugiram no combate que lhes dei, porém eu não desisto das minhas explorações até dar cabo do último dos rebeldes foragidos. Eu só espero as últimas ordens de V. S. para o meu governo. Deus guarde a V. S.^a Jutai, 10 de novembro de 1835. Il.mo Sr. Padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz e comandante de todas as forças de Cameté. - Bernardo José Monteiro, comandante da partida.

Pedrada mandou depois chamar a Gurjão e seus companheiros que, sentindo cessar o fogo sem saber quem tinha alcançado à vitória, permaneciam na mais aflitiva ansiedade, receosos da sorte que os aguardava! Embarcados todos, a expedição regressou para Cameté, onde foi recebida com aplausos gerais por ver-se a população livre desses salteadores que infestavam as altas regiões do Tocantins. O padre Prudêncio anunciou logo o resultado obtido pelos seus emissários, fazendo espalhar uma proclamação com simples alusão do fato como talvez aconselhassem as circunstâncias críticas da época.¹⁴

Barbaridade! não deixará de haver quem exclame. Não contestamos; foi atroz a mortandade, porém contra tais inimigos era perdoável qualquer ato de represália, praticado no estado de desesperação em que todos estavam, vendo a sua vida e propriedade constantemente atacadas pelos assassinos e ladrões. Diante de tanto vandalismo não era possível que vingassem os nobres sentimentos de humanidade. Diga-se embora que em Cameté houve excessos nas medidas repressivas, a verdade é que estas e o rigor exagerado das autoridades salvaram aquela vila dos horrores da anarquia, amedrontando os rebeldes de maneira que nunca ousaram invadi-la, apesar de frequentes ameaças.¹⁵

¹⁴ Cametaenses! O Céu, condoído de nossas lágrimas e horrorizado de tantos crimes perpetrados por esses monstros da espécie humana, tem coroado os nossos esforços de rápidos e felizes sucessos. A vitória que as nossas armas ganharam em Cupijó tem sido acompanhada de outras não menos brilhantes e decisivas. Os sediciosos que temerários ousaram pisar o nosso território e fizeram da fazenda Carapajó o lúgubre teatro de roubos e de mortes, foram pronta e corajosamente derrotados no sítio Santa Maria: o campo de combate ficou juncado de cadáveres, e nós apenas teremos de chorar a perda de um dos nossos bravos patrícios.

Não tardou muito que os malvados reunidos acima da vila nova de Tocantins não dessem ocasião de vos cobrir de imensa glória; alucinados pelo desejo do roubo, marcham em seguimento do padre Francisco Gonçalves Martins e Pontes, que se retirava para o Maranhão; atacam-no no furo da Itaboca e banham as suas sacrílegas mãos no sangue do seu próprio vigário! Que horror! Com ele acabaram muitas vítimas inocentes, e os que escaparam ficaram gravemente feridos. Entre estes notam-se dois ministros de Jesus Cristo!

O padre morreu, mas o seu sangue foi completamente vingado: 103 cabanos assas caíram debaixo dos golpes dos nossos bravos e valorosos soldados, desses intrépido defensores da legalidade, que fiz imediatamente marchar logo que fui informado do plano dos malvados. Onze pacajaenses comandados pelo sagaz e valente Francisco Maurício Correia faziam parte da expedição.

Vós conheceis os sentimentos que animam esses nobres peitos, por isso basta no meá-los para formar o seu mais completo elogio.

Este pequeno número foi engrossado com mais 150 homens pela maior parte tocantinenses: o entusiasmo que se desenvolveu entre o povo desses distritos garante o seu acrisolado patriotismo, unidos conosco em sentimentos, eles protestam partilhar os nossos incômodos e sustentar o império da lei.

Cametaenses! Não deve ficar em esquecimento o nome do comandante-chefe desta a expedição, Bernardo José Monteiro, cuja prudência soube poupar o sangue dos nossos patrícios, e destruir toda a força dos malvados que já infestavam as deliciosas margens do Tocantins, Cametaenses! Os nossos louros não murcham. Os Céus nos protegem, e conduzidos pela mão da Vitória, marchamos para o templo da Memória.

Viva a Santa Religião Católica e Apostólica! Vivam as assembleias Legislativas Geral e Provincial! Viva o Imperador o Sr. D. Pedro II e a Regência em seu Imperial Nome! Viva o Ex.mo Marechal Presidente da Província! Vivam os Cametaenses com os Tocantinenses! Cameté, 6 de novembro de 1835, - Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté.

¹⁵ O padre Prudêncio em remuneração dos seus serviços teve uma pensão de 400\$000 réis anuais que lhe concedeu o general Andréia, como se vê do ofício daquele em agradecimento a este, de 31 de junho de 1836. Depois de pacificada a província, o governo imperial elevou esta pensão a 600\$000 réis. Ele continuou ainda a servir a causa publica por muito tempo: foi eleito várias vezes juiz de paz e deputado provincial, até que por fim faleceu em 14 de fevereiro de 1861, com 51 anos de idade; foi vítima das febres malignas que nesse ano devastaram as regiões do Tocantins. Havia já seis meses que se achava completamente cego, vivendo sob os cuidados da

Quem dera que as páginas sangrentas da história paraense possam inspirar lições salutares de moralidade aos pregoeiros das más doutrinas, aos instigadores das multidões contra as leis e os princípios de justiça, com sacrifício da ordem e das próprias garantias individuais. Os erros de uns hoje geram os erros de outros amanhã. Os desvarios das turbas nas cem sempre dos desvarios das classes superiores que lhes servem de mira,

A cabanagem no Pará prende-se aos fatos subversivos cometidos nos anos anteriores: é o resultado natural da anarquia promovida pelos agentes do poder público, de mãos dadas com os intitulados diretores dos partidos que nesses tempos se gladiavam em lutas fratricidas, tratando cada um de desmoralizar por sua vez o princípio da autoridade, arrastando as massas populares aos movimentos tumultuários, apagando nelas a noção dos deveres sociais, cavando o abismo em que mais tarde uns e outros se precipitaram, com irreparável dano de todos e ruína geral da província.

É tempo de reatar os acontecimentos da capital: interrompemo-los para acompanhar os rebeldes nas suas excursões pelo interior da província. Sigamo-los agora no principal teatro de suas façanhas. São de inaudita selvageria os atos que eles aí praticaram, quer durante a louca expansão do triunfo, quer nos dias posteriores quando a reflexão e o discernimento já deviam dominá-los e conter os seus assomos brutais. Vivendo nas trevas da mais crassa ignorância, e açulados por chefes inconscientes e de ruins instintos, pareciam fúrias rebeladas contra todos os sentimentos da humanidade!

Entremos de novo na cidade de Belém.

modesta casa de sua propriedade, sita na rua Formosa, de Cameté. Seus restos mortais jazem em frente à capela do cemitério daquela cidade, em sepultura comprada pela família do ilustre finado.

X

Eduardo Angelim toma conta da capital. - Morticínios e roubos no Carmo e noutros pontos. - Aclamação daquele para Presidente da província. - Seus primeiros atos e providências. - Nomeações de empregados. - Organização da força armada. - Estabelecimento de fábrica de pólvora, de açougue e padaria. - Anarquia na cidade. :- Pastoral do bispo. - Rigor de Eduardo Angelim contra os facciosos. - Prisão do padre Jerônimo Pimentel. - Conflito por tal motivo. - Ataque à fortaleza da Barra. - Reação por parte de Eduardo Angelim. - Conspiração contra este. - Medidas tomadas para frustra-la. - Manifesto do mesmo. - Considerações.

Os rebeldes estavam senhores da capital desde a retirada da força: legal para a ilha de Tatuoca! Nem bem tinha raiado o dia 23 de agosto de 1835, e já Eduardo Angelim percorria o litoral da cidade, visitava e guarnecia as fortificações! Há quem assegure que não lhe foi estranho o embarque do marechal: e seja porque o ignorasse ou porque tivesse receios de atropelar as famílias que supôs teriam também de embarcar na mesma ocasião para bordo dos navios de guerra; seja porque não se tivesse prevenido em tempo ou porque enfim desejasse o abandono da capital sem mais derramamento de sangue, como ele próprio nos declarou, o certo é que não opôs a menor resistência, efetuando-se tudo como se nada houvesse sabido.¹ Ficaram em terra somente as pessoas que não tiveram notícia do abandono da capital em tempo de poderem embarcar.

Refrear os desatinos da gente que o acompanhava era o primeiro dever de Eduardo Angelim, e justiça lhe seja feita, empenhou-se por cumpri-lo do melhor modo possível, empregando para tal fim todos os meios ao seu alcance. Mas força é confessar que, visto o estado delirante da população, nem sempre os seus esforços foram bem sucedidos. Os grupos dispersos em desordem pelas ruas principais arrombaram portas, invadiram casas, saquearam estabelecimentos comerciais, cometeram defloramentos violentos, maltrataram mulheres honestas, assassinaram quantos homens encontraram, sem respeitarem nem os templos onde muitos infelizes se haviam refugiado!

Na noite de 22 de agosto tinha ficado na igreja do Carmo um destacamento de força legal, o qual por descuido deixara de ser avisado da retirada do marechal. Ao amanhecer do dia 23 foi surpreendido pelos rebeldes e ninguém ali pôde escapar ao morticínio. Na ocasião do assalto alguns fugiram pelo quintal do convento, e outros escon-

¹ Pereira da Silva na sua História do Brasil de 1831 a 1840, Liv. I, Cap. VI, faz avançar os rebeldes contra a capital após o abandono da mesma pelo marechal, supondo que eles se achavam fora da cidade, quando pelo contrário já percorriam livremente quase todas as ruas desde o dia 14 de agosto em que entraram e ficaram logo senhores do bairro da Campina e de parte da Cidade.

deram-se atrás de altar-mor e noutros lugares sagrados que julgaram mais seguros.² Descobertos porém pelos sicários, foram arrastados com brutal violência e levados em triunfo para a rua, lá receberam morte cruenta a tiros da espingarda e a golpes de terçados, no meio de infernal algazarra!

Foram dezesseis as vítimas dessa horrível carnificina, mencionando-se entre eles os coronéis reformados José Narciso da Costa Rocha e Manuel Pinto Gomes, assim como o major João Inácio Cavallero. Antônio Rodrigues Neves e outros cidadãos não menos considerados, sem que lhes tivessem valido as súplicas e as sagradas imagens de que socorreram-se nesse terrível momento de angústias! Geraldo Gavião apareceu depois no meio de tão pungente cena a pedido do bispo, e pôde ainda salvar os poucos que restavam do sacrifício: levou-os pessoalmente àquele na casa onde residia nas proximidades da igreja, por ter o mesmo como pastor intercedido por esses desventurados, ao ouvir os seus comoventes gritos e lamentações.

Sem haver mais força capaz de conter as facções revoltadas, a anarquia avassalou a capital e desenvolveu-se com incrível crueldade. Espalhada a notícia da retirada do marechal, os rebeldes abriram as igrejas, repicaram os sinos em demonstração de regozijo, cantaram ladainha na catedral, deram salvas e vivas à liberdade assim como morras ao governo, aos covardes e fugitivos, acenderam girândolas, queimaram bombas, em bandeiraram as ruas, saudaram o povo, felicitaram os seus chefes e dispersaram-se em magotes pela cidade, praticando atentados sobre atentados contra a propriedade e segurança individual!

Sobressaíram nas atrocidades alguns libertos e escravos que abandonaram os seus domicílios e vieram delatar os seus patronos e senhores.³ Foram eles que mais ofenderam o lar doméstico, tentando requestar mulheres, ameaçando-as com grosserias e infligindo-lhes castigos quando repudiados por natural repugnância! Não esqueçamos declarar que durante três dias e três noites houve festas de toda a sorte, reuniões, discursos, hinos, serenatas, iluminações forçadas pelas casas, passeatas pelas ruas, tudo naturalmente para completar os festejos pelo triunfo solene da moralidade e justiça de tão santa causa, como propalavam os vencedores ostensivos no meio de gritarias e desordens indescritíveis! Enquanto se divertem, as turbas esquecem, disfarçam os sofrimentos; e entretê-las com passatempos é o melhor meio de distrai-las das coisas sérias.

A anarquia aumentava com o uso imoderado de bebidas alcoólicas. Os sediciosos não tinham mais limites nos seus excessos: entravam sem nenhum respeito pelas casas que viam abertas, e violentavam as que estavam fechadas em busca de supostos maçons e caramurus, e como tais consideravam todos os homens brancos. Nas mesmas condições estavam os portugueses que eles intitulavam bicudos ou marinheiros. Felizmente quase todos tinham embarcado. Os poucos, porém, que ficaram escondidos na cidade, eram assassinados sem compaixão, fossem embora decrépitos, doentes, inermes e inofensivos!

² Leia-se a Nota Final I: contém o extrato do processo-crime instaurado contra os rebeldes pelo juiz de paz do 1º distrito da capital, Matias José da Silva.

³ Isto, e o mais que temos referido, consta dos processos instaurados na capital contra os rebeldes, bem como vários outros fatos que em seguida mencionaremos.

Conta-se até que alguns infelizes eram obrigados a carregar, por zombaria, sobre os ombros, pesados troços de madeira, ou a subir, nus e descalços, em palmeiras e árvores cobertas de espinhos, os quais se lhes cravavam no corpo como lâminas de afiados punhais! E quando pareciam desanimar diante de tantos aguilhões que aos centos lhes rasgavam as carnes, eram brutalmente ameaçados com armas engatilhadas, e muitas vezes impelidos para cima com pontas de baionetas e de varas aguçadas! E não obstante este doloroso martírio por que passavam, nem sempre conseguiam salvar a vida! Os mesmos que eram poupados até à descida dessas árvores espinhosas, recebiam morte cruenta ao pisar em terra, ou momentos depois, no meio de mofas e assuadas!

Nem as mulheres escaparam! Algumas foram vítimas dos seus próprios atos de caridade por um ou outro desses desgraçados! Vivia na rua do Norte uma respeitável matrona de nome Mariana de Almeida, maior de setenta anos: era viúva do negociante português Joaquim de Almeida, e possuía aí um moinho de pilar arroz, para o serviço do qual havia, distante cinco: palmos da parede lateral da casa, uma outra parede com altura de quatro metros, formando nessa separação um esconderijo, fechado por cima, com duas pedras circulares pertencentes ao maquinismo do moinho.

Em tal esconderijo, escuro e quase invisível, Mariana costumava esconder os portugueses que eram perseguidos nos motins populares desde o tempo de Jales. Davalhes entrada suspendendo aquelas pedras quanto bastava para abrir uma fenda por onde eles se pudessem introduzir e deixar escorregar para o espaço que ficava por baixo das mesmas pedras. Na entrada dos rebeldes, em agosto de 1835, apenas o português João Pessoa, negociante estabelecido na rua do Espírito Santo, veio esconder-se aí. Não sabemos como os malvados tiveram notícia de que havia esse lugar onde se homiziava muita gente, conforme eles exageravam.

Mariana foi avisada disto em tempo de poder ainda salvar o fugitivo: que lá se achava: comunicou sem perda de tempo a ocorrência ao cônego Severino de Matos, que à pressa mandou-lhe uma batina e veio depois, pessoalmente buscar o Pessoa paramentado de padre! Assim o conduziu para a casa de sua residência donde fê-lo transportar de noite para bordo da esquadra sem incidente algum. Notável coincidência! Quando Pessoa via-se assim livre da morte, a sua generosa benfeitora era maltratada, coberta de opróbrio e por fim assassinada!

Uma malta de sicários, invadindo-lhe a casa, dirigira-se ao esconderijo aludido, e como quem estava informado do misterioso segredo, suspendeu as pedras do moinho e lá encontrou a roupa que Pessoa deixara sem prevenir a Mariana! Bastou isso para ser esta arrastada pelos cabelos, esbofeteada e morta por mais de um tiro de espingarda como, protetora de bicudos, sem lhe valerem as exortações que aos bandidos, o bispo dirigira das janelas da casa fronteira em que morava! O seu cadáver ficou insepulto no

quintal que dava para o Guajará! Uma irmã que tentara dar-lhe sepultura foi grosseiramente insultada e ameaçada de morte, não havendo mais quem se animasse a cumprir essa piedosa missão.⁴

Há inúmeros fatos, mais ou menos idênticos, que fora longo e talvez fastidioso referir. Cenas comoventes e revoltantes deram-se também no interior da província: destas mencionaremos apenas uma, como prova de que as paraenses não são indiferentes aos sublimes rasgos de heroísmo votando-se aos sacrifícios que o amor impõe à mulher quando a honestidade lhe domina sinceramente o coração. Joana Guerreiro de Moraes vivia em um sítio denominado Jenipaúba, no igarapé deste mesmo nome, com seu marido Manuel Ferreira de Moraes, que, temendo as correrias dos facciosos por aquele distrito, se refugiara nos matos. Joana ficara em casa somente com as suas filhas e familiares. Um dia viu-se assaltada por numeroso grupo de homens armados que lhe intimaram a entrega do marido ou a declaração do lugar onde ele se achava escondido! Nem uma nem outra coisa conseguiram. Sem o menor respeito e consideração cercam então a casa e a varejam por todos os quartos e lugares. O chefe do grupo recorreu a todos os meios; começou por amabilidades e acabou por ameaças e castigos, mandando dar em Joana palmatoadas até arrebenar-lhe as mãos! E só depois de vê-la banhada em sangue fez cessar esse violento ato de brutalidade. Idêntica selvageria praticou com todas as pessoas da família!

Observando os passos dos malfeitores, Joana teve justos motivos para recear que eles tentassem, à força, qualquer ofensa à sua fidelidade conjugal assim como à castidade de sua filha mais velha de nome Antônia, que já tinha atingido a puberdade. Como único meio de livrar-se da desonra que se lhe afigurava próxima e horrível, resolveu fugir e embrenhar-se no mato com a filha querida que lhe parecia mais ameaçada, entregando-se inteiramente com esta à força incerta do destino! Mas fugir como, se os seus algozes não a perdiam de vista? Neste transe doloroso veio-lhe a mente pôr termo à vida como recurso extremo para resguardar a sua honra! Lembrou-se que o seu marido lhe confiara a guarda de um resto de arsênico com que ele envenenara, havia pouco tempo, os cupins do madeiramento da casa de sua residência.

Joana considerou esta lembrança como uma inspiração divina! Buscar e tomar o veneno repartindo-o com a filha foi obra de um momento!... E abraçadas, esperaram ambas a morte no mesmo leito. No quarto a que se recolheram, havia silêncio tumular apenas interrompido por soluços que nem sempre as duas infelizes sufocar. Não demoraram os efeitos do envenenamento. Antônia sente-os, estorce-se de dor, desanima, pede socorro. Vicência, escrava fiel da casa, acode-a de pronto, dá-lhe vomitivo e consegue salvá-la! Joana, porém, persiste no seu intento de suicídio, resiste a todo o antídoto que lhe quer dar a família, e morre desesperada no meio da consternação geral!

⁴ Mariana de Almeida era avó do coronel Antônio Joaquim de Almeida Viana, que ainda hoje vive entre nós e confirma este fato, tal e qual o referimos.

Os malvados sentiram-se impressionados com tamanha prova de negação, e retiraram-se para outro sítio, acobardados pelo remorso da feia ação que haviam praticado. Mas duram pouco as comoções morais nas almas depravadas, e eles cedo esqueceram tudo continuando com mais ardor nos seus atentados.

Foram sem conta os desatinos dos facciosos em todas as suas correrias pela província. Como entre os romanos a luta incandescente dos plebeus contra os patrícios, assim a revolta dos cabanos desenvolveu-se sem tréguas contra várias classes, porém mais encarniçada e cruel, por não ter nenhum princípio ou interesse geral que lhe servisse de móvel. E sem um problema social cuja solução tentasse pôr em prática, essa agitação devia naturalmente cair no morticínio e desordem em que caíra.

Parece que o movimento faccioso tinha degenerado em ódio de raças, ódio nascido de vexames e extorsões de que se julgavam vítimas os índios, os pretos, os mestiços e os seus descendentes, ódio entranhado desde os tempos coloniais e sufocado por muitos anos, o qual irrompera nesses dias nefastos contra os opressores verdadeiros ou imaginários daqueles. Não há outra razão para tanta fereza da parte dos rebeldes, que manifestavam em todos os seus atos sentimentos represados de vingança.

Depois do abandono da capital, ninguém mais ousara contrariá-los; e, pois só rancores e sentimentos profundos de raças que se consideravam vilipendiadas, a não ser demência, aberração da natureza ou perversidade levada ao seu auge, podiam instigar tão desumanos cometimentos e servir de incentivo aos crimes que esses homens perpetraram a sangue frio, com premeditação e sem nenhuma resistência que ao menos autorizasse o desforço pessoal.

As famílias, não encontrando segurança em seus domicílios, procuraram a proteção do bispo: diz-se que este reclamara com energia a repressão dos atentados cometidos pela população, e que Eduardo Angelim se mostrara severo com os promotores das desordens, mandando até fuzilar os principais agentes do morticínio do Carmo e de outros atos criminosos, dos quais teve notícia, sem, contudo poder extinguir o furor dessa gente que, além de tudo, estava bestializada pela embriaguez.

Começava ele a sentir a gravidade de sua posição! Não tendo mais inimigos que, pela necessidade de combatê-los, compelissem os seus partidários à união e obediência, era-lhe muito difícil conservá-los em conveniente disciplina e subordinação, estando quase todos dominados de rancores e ambições talvez impossíveis de refrear. Em tais condições, sem meios eficazes de reagir contra as turbas amotinadas, julgou indispensável nem só invocar o apoio da gente sã como dar à administração o ar de legalidade, instando para que os padres Jerônimo Roberto da Costa Pimentel e Tomás Nogueira Picanço assumissem o governo da província na qualidade de deputados provinciais eleitos. Fez ao mesmo tempo o publicar a seguinte proclamação:

“Corajosos Paraenses, valentes defensores da Pátria e da Liberdade! Depois de nove dias de fogo mortífero com outras tantas noites, estamos senhores da formosa Be-

lém, capital da província! Os dois estrangeiros Manuel Jorge Rodrigues e João Taylor lá se vão de fuga e duma maneira vergonhosa, o primeiro à frente de seus aguerridos e briosos batalhões de voluntários, e o segundo à frente de sua esquadra de intrépidos marinheiros! Esta cidade que ainda há poucos dias era governada por um presidente rebelde, apresentava um quadro risonho e encantador. Girava o comércio, funcionava todas as repartições públicas havia sossego, paz e ordem. Hoje o que vemos nós? Com dor o digo, esta tão bela cidade, tão cheia de encantos, está reduzida a um montão de ruínas! Para todas as partes, onde lançamos as nossas vistas, só vemos a imagem da dor e da tristeza!

“Amados patrícios! Seremos nós os responsáveis perante Deus por tantos males que hoje pesam sobre o Pará? Certamente que não. Os dois monstros e fugitivos estrangeiros Jorge e Taylor serão os únicos responsáveis diante do Ser Supremo e perante a história, pelas grandes desgraças que hoje pesam sobre a inocente família paraense! Amparo e proteção para milhares de famílias inocentes, que neste momento estão sob nossa guarda! Seja cada um de vós um pai, um protetor da inocência desvalida! Procedendo assim bem teremos merecido da pátria e das gerações futuras.

“Meus amados patrícios! Eu vos afiançei que o infame e opressor jugo estrangeiro havia de cair por terra e que seríamos os vencedores. Realizaram-se os meus bons desejos e gratas esperanças. Vós sois dignos do nome paraense! Vós todos, soldados da liberdade, estais cobertos de glória pelo vosso patriotismo, valor e constância! Os nossos inimigos são os primeiros a confessar o vosso valor e heroísmo! Nos combates desesperados que sustentamos, eu fui o que menos fiz; porém sempre me achei ao vosso lado e, onde havia perigo. Era um dever de honra a cumprir. A nossa obra ainda não está concluída, ainda resta muito a fazer. Antes de tudo, peço-vos que modereis o vosso ardor guerreiro, e amanhã ou depois teremos que aclamar um presidente que mereça a nossa estima, confiança e respeito. Dignos chefes de todas as colunas, vós todos sois merecedores dos maiores louvores e elogios pelo vosso valor, firmeza de caráter e lealdade. Vivam os descendentes dos Ajuricabas e Anagaíbas! Vivam os paraenses livres! Viva o Pará!”⁵

Esta proclamação moderou nos primeiros momentos a ferocidade dos facciosos, e Eduardo Angelim aproveitou o ensejo para apressar a aclamação anunciada do presidente da província, reunindo no dia 26 de agosto em frente ao palácio do governo os seus partidários e alguns padres que convidou por serem respeitados pelos rebeldes. E aí presente, depois de falar às massas, indicou os dois referidos sacerdotes Jerônimo e Picanço, que assistiam ao ato; mas ambos declararam que não podiam aceitar a comissão, por se julgarem incapazes desempenhá-la como exigiam as circunstâncias críticas da situação.

Sentiu-se por algum tempo certo movimento e rumor que indicavam haver dificuldades na resolução; porém depois prorromperam calorosos vivas a Eduardo Angelim, e decorrida meia hora estava ele aclamado presidente da província! Afirma-se que por mais de ele se recusara a aceder à vontade de seus partidários, e que só anuiu por do bispo,

⁵ Está com a data e assinatura seguintes: - Belém, 23 de agosto de 1835 – Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

para não deixar acéfalas as multidões anarquizadas, que não reconheciam a autoridade do marechal nem de quer outro agente do poder público.⁶

Não sabemos se houve sinceridade da parte de Eduardo Angelim, mas há de crer que ele não ambicionasse o cargo pelo receio da própria conservação, convencido como devia estar de que ninguém açula a anarquia para depois querer impunemente contrariá-la. Houvesse ou não sinceridade, tomando conta do governo, devia dar quanto antes as providências necessárias para soffrear as turbas desvairadas que pareciam querer destruir tudo. E assim o fez, escolhendo antes de tudo entre os seus mais dedicados amigos quem melhor pudesse ajudá-lo em tão arriscada comissão.

⁶ Não é exato que, solto Francisco Vinagre, ele se declarasse restaurado na autoridade de presidente da província, como afirma Pereira da Silva na sua História do Brasil de 1830 a 1840, Liv. I. Cap. VI. Pelo contrário, Francisco Vinagre permaneceu preso na corveta Defensora desde 28 de julho de 1835, até 18 de outubro de 1836, em que passou por ordem de Andréia para a fortaleza da Barra, conforme consta do próprio assentamento dos presos daquele navio, do qual temos uma cópia autêntica. Este erro deu lugar a outro, qual o de afirmar o mesmo autor no Liv. II, Cap. I. que Francisco Vinagre enviara a Andréia uma proposta de capitulação, quando tal ato pertence exclusivamente a Eduardo Angelim, único aclamado presidente da província pelos rebeldes no dia 26 de agosto de 1835.

É ocasião de fazermos ainda algumas retificações que deixamos de mencionar em tempo nos outros volumes desta obra. Pereira da Silva na sua referida História do Brasil, Liv. I, Cap. VI, diz que o presidente Manuel de Sousa Lôbo, aliás, Bernardo Lôbo de Sousa, mandou prender independente de processo o cônego Batista Campos, e embarcando-o em um navio de guerra fê-lo transportar para o Rio de Janeiro. É inexato. Batista Campos andou foragido pelas matas e nunca puderam prendê-lo até o dia 31 de dezembro de 1835 em que faleceu, como tudo se acha confirmado no vol. 39 desta obra.

No mesmo capítulo Pereira da Silva afirma que no dia 7 de janeiro de 1835, invadida e assaltada a capital da província pelos rebeldes, Lôbo de Sousa resistiu e com bateu com valentia, bem como o comandante das armas. É também inexato. Ambas estas autoridades ao amanhecer daquele dia foram assassinadas pelos rebeldes, de surpresa e sem que houvesse combate algum no qual estivessem presentes, como se vê do 3º vol. desta obra, págs. 346 e 353.

No final do dito capítulo, Pereira da Silva afirma mais: que, aclamado Malcher presidente pelos rebeldes, Francisco Vinagre no movimento de 25, aliás 21 de fevereiro de 1835, obteve a entrega de Malcher, que, desembarcado, foi publicamente passado pelas armas como o traidor à revolução. É ainda inexato. Malcher foi assassinado por Quintiliano, quando por ordem de Francisco Vinagre era transferido do navio de guerra onde se achava para a fortaleza da Barra. Leia-se o 3º vol., págs. 444 e 445 desta obra: está aí descrita essa triste ocorrência.

Em outra obra denominada Narrativa Histórica sobre o Segundo Período do Reinado de D. Pedro I, o mesmo ilustre historiador atribui-me referências que pecam também por inexatas, como, por exemplo, a de ter sido Malcher remetido para o Rio de Janeiro como deportado, quando ele nunca saíra da província etc. etc. Não as retificamos por serem relativas e simples incidentes sem alteração nos pontos principais da narrativa. Demais, para restabelecer a verdade bastará ler com atenção o 1º volume dos Motins Políticos, a que alude a Pereira da Silva.

Também Moreira de Azevedo na sua História Pátria, publicada no Rio de Janeiro de 1884, quando refere acontecimentos políticos do Pará de 1831 a 1840, comete alguns erros, induzido naturalmente por más informações, como por exemplo, quando nas páginas 178 e 181 diz: - que a prisão de Francisco Vinagre motivara como represália o assalto dos revoltosos à vila da Vigia; que, conquistada a capital da província, os revoltosos proclamaram o governo republicano substituindo a bandeira nacional por outra, verde e encarnada com um tapuio de arco e seta! Nada disto houve. Os rebeldes não trataram de mudança de governo em agosto de 1835, nem o assalto da vila da Vigia podia ter por causa a prisão de Francisco Vinagre, por ser esta prisão posterior aquele assalto.

Estas e outras incorreções que se notam nos escritos sobre história política do Pará, poderão ser hoje retificadas com a narração fiel e documentada deste nosso trabalho. O mesmo Pereira Leal, quem em 1879 publicou na Bahia um opúsculo com o fim especial de corrigir e ampliar o que Pereira da Silva escreveu sobre a rebelião do Pará em 1835, não deixa de cometer erros de datas, de nomes, de fatos e de apreciações na exposição dos acontecimentos, aos quais ele diz ter assistido como testemunha ocular! Quarenta e quatro anos, que tantos decorrem daquela época ao ano em que foi escrito e publicado o referido opúsculo, deviam com certeza influir na reminiscência do autor não contando ele, como declara, com outro auxílio que não fosse o da memória.

Nomeou secretário do governo o padre Casimiro Pereira de Sousa; oficial maior da secretaria, Rufino Antônio da Silva Campos Jacarecanga: ajudantes-d'ordens da presidência, Manuel José Cavalcante com o posto de capitão de cavalaria, e Antônio dos Santos Vasques com o de capitão de infantaria; comandante das armas, o soldado de primeira linha Tomás Lourenço Fernandes com o posto de coronel; ajudante-d'ordens do mesmo, Ezequiel José de França com o posto de capitão de infantaria; seu irmão Manuel Antônio Nogueira, Manuel Sabino e Manuel José da Silva Paraense, tenentes-coronéis comandantes de guerrilhas; Geraldo Francisco Vinagre e José Ferreira Pestana, tenentes-coronéis comandantes de expedições; o capitão reformado Francisco Fernandes de Macedo, diretor do arsenal de guerra.

Organizando a força armada, criou um corpo de polícia com três comandantes sendo o primeiro o seu irmão Geraldo Gavião, segundo João Antônio de Faria, e terceiro Isidoro José Pereira, dando a todos o posto de tenente-coronel: – Criou um esquadrão de cavalaria com a quarte lamento nas cocheiras de palácio, sob o comando de Albino José Ato Rodrigues com o posto de tenente-coronel, e de João Nepomuceno, que ele nomeou major: – Criou mais um corpo de artilharia para o qual fez João Manuel Rodrigues coronel comandante, Manuel Henriques tenente-coronel, e Antônio Faustino major: – Criou ainda um batalhão de caça dores comandado por Manuel Sabino Lopes a quem deu o posto de coronel como a Bonifácio José da Costa o de tenente-coronel: – Criou finalmente um batalhão de guardas nacionais sendo ele o próprio comandante, e major José Agostinho de Oliveira.

Estabeleceu destacamentos em todas as estradas e em diversos pontos da capital e suas circunvizinhanças, além dos que ele já tinha fortificado com numerosas guarnições, sendo todos subordinados a três comandantes gerais que eram Geraldo Gavião, José Atanásio da Cruz e Albino José Ato Rodrigues, além de ter cada um o seu comandante especial.⁷ Dividiu uma parte da força em piquetes que percorriam as ruas e velavam pela manutenção da ordem, prendendo os ébrios, os ladrões e malfeitores. Nas mesmas cocheiras de palácio, nas quais estava aquartelado de esquadrão de cavalaria, fez também aquartelar um destes piquetes, com oitenta guardas policiais comandados por Isidoro José Pereira, para ocorrer de pronto a qualquer eventualidade que aparecesse.

Não se descuidou de organizar a sua esquadrilha mandando entrincheirar e guarnecer de artilharia todos os barcos e canoas que pôde obter, sem esquecer-se de nomear comandantes dos mesmos alguns dos outros seus mais ardentes auxiliares, como

⁷ Os principais pontos fortificados foram os seguintes: - Pedreira, comandante José Ferreira Pestana; Hospital da Misericórdia, comandante Benedito Antônio de Aquino; - Fortim, comandante Dionísio Ferreira da Costa; - Mercês, comandante Antônio Ferreira d'Oliveira; - Memória, comandante Francisco Pedro Leal; - Estrada da Olaria, comandante Macário José Teixeira; - Benjamim, comandante José Custódio Coutinho; - Maguari, comandante Domingos Ramos; - Val de Caens, Jeremias dos Santos; - Mosqueiro, comandante Nicolau José; - Chapéu-Virado mandante Antônio José etc.

Tudo isto consta dos processos crimes instaurados na capital contra os rebeldes. Os comandantes mencionados são das primeiras nomeações. Alguns foram substituídos e outros morreram nos conflitos.

Bernardino Mundurucu, Quintiliano Barbosa, Romão da Graça Forte, Lourenço Ferreira, Domingos Ramos, Inácio Furtado e José Vinagre.

Fundou uma fábrica de pólvora para supor a falta deste material que escasseava cada vez mais. Informado de que um francês de nome Pancioti, mandado da corte, havia muitos anos, como construtor naval do arsenal de marinha, sabia preparar este material de guerra, mandou busca-lo e o encarregou de todo esse serviço, fornecendo-lhe o pessoal e os ingredientes necessários. Por alguns meses este homem prestou aos rebeldes valioso auxílio com a sua indústria e dedicação. Por fim o assassinaram como maçom, retribuindo-lhe eles com vil ingratidão o benefício que lhes fizera!

Eduardo Angelim mandou agentes para todo o interior da província a fim de fazer reconhecer a sua autoridade, dando a cada um o posto de tenente-coronel, quando já não o tinham por outro título. Foi assim que Manuel Pedro dos Anjos seguiu para a ilha de Marajó, Manuel Joaquim Feio para o Moju e Acará, Agostinho de Sousa Moreira para o Guamá, Capim, Bujaru e Ourém, Manuel Ângelo para o Abaeté e Igarapé-miri, e tantos outros que fora logo mencionar. Muitos por ato próprio se constituíam comandantes de grupos que reuniam em seus distritos e lá se declaravam tenentes-coronéis, defensores de Eduardo Angelim, e como tais eram depois reconhecidos e praticavam sob a responsabilidade deste toda a sorte de desatinos. Tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos; mal sabiam escrever os que se presumiam mais instruídos.⁸

Destas nomeações feitas por Eduardo Angelim nasceram sérios descontentamentos entre os rebeldes que se julgavam com direito às honras e aos proventos da vitória. Alegando serviços prestados à rebelião, muitos exageravam o seu merecimento

⁸ Entre os embaixadores mencionaremos Constantino dos Santos e o seu ajudante Máximo José de Miscoito, ambos de Colares: consta do processo-crime instaurado naquela freguesia pelo juiz de paz Manuel Paulo dos Santos contra os rebeldes.

Para se avaliar a capacidade dos oficiais rebeldes, transcrevemos textualmente os seguintes ofícios escritos pelo próprio punho de dois dos mais considerados:

“Ex.mo Sr. Presidente - Axome çem monisão que muntas vezes tenho pidido. Çe uver cunfelito aqi não çei o qe socederá. Çe não á qartuxami proutu mandi polvra i xumbo qe aqi çe inbalará. Açim dispurvido como estú não poço respunder pelos soçeos qe agão e estarei em poucibilitado de ezequtar qarçer prugetu. Con esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche. Mande o que uver com brevidade. Halguns camararadas já çairão daqi pur farta de cumer. Deos garde v. ex. Pontu da Barra 3 de otobro de 1835. – Antónho Fostino. Manjor da Artilharia”

II.mo Ex.mo Sr. Prisenza. – Participu a V. Ex^a. q' tenho a honra Remeter novi Buis para despuzisons de V. Ex^a. Non repari não ter hido xegado amais tempu o Gado foi por non terin xegado amais tempu e tãooben non embarqasons soficiente: Rogó a V. Ex^a. q' dalguma manera nois quera quadejovar con a portesão de V. Ex^a en nois usquitaria comu de harthilharia cendo para pessa calibri I e 3, pôs nois estamo mointo ariscado nisti pontusigondo as nutícia q' temus dus nóssus enímitus. Tãoben rogo a V. Ex^a. nois quera há-remidiar com algun çal e mesmo hamentamento a estamos mointo faltos deles. Exmo Sr. non ce quera isquecer do pididu q' o Juiz de Pais 1594 Tuis de Pais desta Vila feis para as Povos q' V. Ex^a bem sienti ade estar. O mas V. Ex^a. verá no Pidido jontu q' fas obegeto tãoben desti ufisio. Deos Garde V. Ex^a. pur moitos anus. Soures 13 de Dezemburu de 1835, III.mo Exmo S. Eduardo Francisco Nuguera Amgulin Prisidenti.. José Antonho do Nascimento Tenenti Commandanti (Estes documentos foram-nos dados em original pelo próprio Eduardo Angelim com outros de sua correspondência.).

individual e queixando-se de preterições que sofriam, conforme o conceito parcial de cada um. Convém declarar que eles levavam em conta de seus decantados serviços toda a sorte de malfeitores, até os cometimentos de maior perversão moral! E fossem embora afagados com promessas de futuras nomeações, os descontentes não deixavam de concorrer para a desordem que se desenvolvia na capital. Os mais intolerantes não se resignavam; pelo contrário, tratavam de desprestigiar os seus competidores no meio das multidões alvoroçadas. O movimento tumultuário, assim estimulado por semelhante dissensão, crescia e perturbava tudo, com enfraquecimento sensível da subordinação e obediência dos rebeldes aos seus chefes.

Eduardo Angelim, temendo qualquer ato de violência, conservou a tesouraria de fazenda sob a guarda de pessoas da sua maior confiança, e só abriu-a quando encontrou as chaves na gaveta de uma das mesas do gabinete do presidente. Pouco dinheiro achou, e esse mesmo fez logo retirar dos cofres e recolhê-lo em lugar menos suspeito. E para ocorrer às despesas mais urgentes, mandou continuar o carimbo do dinheiro em cobre, começado por Malcher.

Decorridos os dias sem que fosse possível sufocar a anarquia. Na falta dos intitulados maçons, caramurus e bicudos que os rebeldes já não encontravam para assassinar, eles começaram a matar-se reciprocamente, uns aos outros, por supostas traições ou por qualquer outro frívolo motivo. Eduardo Angelim invocou o auxílio do bispo, que, vendo-o sem meios de combater a plebe insensata, se prestou de bom grado a ajudá-lo no restabelecimento da ordem pública, comprometendo-se a mandar uma comissão de sacerdotes falar aos rebeldes em certos lugares que convencionaram com designação de dia e hora.

E cumpriu a sua palavra: os padres Francisco de Pinho de Castilho, Raimundo Antônio Fernandes e Jerônimo Pimentel andaram todos os pontos em que estavam reunidos os rebeldes, e os aconselharam ao mutuo respeito de segurança individual e da propriedade, ensinando-lhes a caridade cristã, antes ou depois da leitura da seguinte alocução do bispo de quem se declaravam mensageiros:

“Bem quisera, amados filhos em Jesus Cristo, ir pessoalmente como bom pastor visitar os pontos em que vos achais, e falar-vos do doloroso estado de opressão em que gememos; mas não permitindo a terrível moléstia que me oprime cada vez mais, e próximo a comparecer no Tribunal Divino, tenho ao menos a consolação de cumprir este importante dever de pai pelo ministério dos nossos vigários gerais e um pároco, que são da minha maior confiança. Eles vos dirão que já é tempo de moderar o entusiasmo guerreiro e de restabelecer a ordem indispensável para o sossego público e continuação do Culto Divino: já não tendes inimigos que combater; são famílias pacíficas que começam a viver debaixo de vossa proteção.

Que diriam os vossos inimigos, se vissem manchar-se o vosso triunfo com qualquer ação que a humanidade e o decoro social e a nossa Santa Religião reprovam e condenam!

Ah! contentai-vos com a sua fugida precipitada que, sendo para eles decorosa, realça e dá novo esplendor à vossa intrépida coragem e valentia. Compadecei-vos enfim do lamentável estado em que se acha o vosso pastor que sempre vos amou com especial ternura que agora vos pede pelas entranhas de Jesus Cristo, que todo o vosso valor se empregue em promover e sustentar a felicidade da nossa capital, porque Deus assim o manda e eu o espero.

“Lamento que tão bons cristãos, como sempre foram os paraenses, respeitadores da lei e da autoridade, naquela ocasião em que mais convém seguir religiosamente tão bons princípios, se tenham afastado deles: exorto-vos a que, como filhos de Jesus Cristo que sois, cumprais a lei que professais desde o batismo, amando-vos mutuamente e não fazendo ao próximo aquilo que não desejais para vós. Lembrai-vos que, para serdes fortes, é mister que respeiteis a autoridade e a propriedade alheia, mantendo todos a tranquilidade pública, protegendo as famílias que estão desamparadas e devem achar amparo na força pública e no governo, qualquer que este seja. É contra a lei de Deus matar o próximo; por tanto, o cristão que mata comete pecado mortal, horroroso aos olhos e presença do Senhor.”

Não foram de todo perdidas as palavras do bispo e dos seus emissários, Muitos sediciosos acalmaram o seu furor sanguinário e abandonaram a capital conduzindo os despojos dos roubos que tinham feito nos estabelecimentos comerciais, nas casas particulares e nos próprios armazéns da alfândega. Dos processos crimes que examinamos, instaurados em vá rios distritos da província, consta que eles sempre regressaram aos seus domicílios em canoas carregadas de trastes, aguardente, vinhos, fazendas e muitos gêneros de negócio.

Por mais providente que fosse, Eduardo Angelim não podia evitar a calamidade da fome. Estabelecera uma padaria para fornecer pão à gente da cidade, mas essa não continuou por muito tempo; permaneceu apenas enquanto durou a farinha de trigo armazenada na alfândega e em alguns depósitos particulares. Estabelecera ainda um açougue para talhar o gado que fazia transportar das fazendas nacionais e de outras de Marajó.

Tirada a carne verde para a força armada, hospital militar, seminário e colégio das educandas, o resto fazia distribuir gratuitamente pelas famílias e pessoas necessitadas, mas a esquadrilha do marechal, embora fraca, dificultara-lhe o transporte de gado e a comunicação com o interior da província, donde lhe poderiam vir outros gêneros alimentícios, escasseando estes de dia para dia até ficar a capital reduzida a extrema penúria. Demais, os navios estrangeiros e nacionais, que também poderiam trazer-lhe suprimentos de víveres, não passavam da baía de Santo Antônio; e, pois não é para admirar que ele cedo começasse a sentir falta quase absoluta de todos os recursos.

Para tornar-se mais penosa a sua posição, sobreveio a varíola com intensidade, fazendo considerável estrago entre os rebeldes. Uma das primeiras vítimas foi o seu secretário e poucos dias depois o seu comandante das armas. Ambos prestavam-lhe valiosos serviços e eram amigos leais e muito dedicados; foi-lhe por isso duplamente sensível a

perda de um e outro. Preencheu o lugar do primeiro com o seu cunhado Inácio Vieira Lima, e o do segundo com o furriel Portilho, que dirigira assalto da Vigia.

A fome e a peste não abrandaram a sanha dos celerados contra certos indivíduos. Ê na convicção de estarem estes homiziados na cidade desesperavam por não poderem encontrá-los em parte alguma. Sentiam cada vez mais irritados com o malogro de suas constantes pesquisa Souberam por fim que o bispo os escondia, fazendo embarcá-los de noite para bordo dos navios de guerra fundeados nas proximidades da capital donde depois se passavam para a ilha de Tatuoca, sendo o padre Jerônimo Pimentel o principal agente deste ato que eles qualificavam crime de alta traição!

A delação era verdadeira, e Eduardo Angelim nem só sabia do fato, como facilitava os manejos empregados para tal fim; ele próprio ia de noite entregar ao bispo as pessoas que podia com as cautelas necessárias para prevenir suspeita; levava-as disfarçadas ora com uniformes de seus ajudantes-d'ordens, ora com trajos de sua consorte e de outras mulheres. Conta-se que assim salvara os coronéis Geraldo José de Abreu e Bento Garcia d'Aro Farinha, o capitão José Xavier de Brito, o professor primário Filipe Néri Pereira de Assis, que fora seu mestre, e outros que, ignorando o embarque do marechal, não tinham podido sair da cidade.

Isto deu causa a novos desvarios da parte dos rebeldes. Alguns dos mais exaltados dirigiram-se à residência episcopal com intenção de dar buscas na casa, mas a serenidade com que o bispo os acolheu, franqueando-lhes tudo, desarmou-os de tal maneira que nem ousaram declarar o plano que os levara ali! A odiosidade voltou-se então somente contra o padre Jerônimo Pimentel. Albino Rodrigues, já nesse tempo comandante do ponto de Santo Antônio, mandou conduzi-lo à sua presença no meio de numerosa escolta. No trajeto recebeu um tiro que felizmente só lhe feriu uma das mãos. Albino era o mesmo que Eduardo Angelim retirara do comando do esquadrão de cavalaria por motivos de insubordinação e desobediência.

Os tais oficiais e comandantes rebeldes, na maior parte das vezes, obravam por inspiração própria, sem consultar a ninguém; saqueavam, prendiam, castigavam, assassinavam, faziam tudo por impulsos das primeiras impressões, sem audiência de pessoa alguma. Seus atos só transpiravam depois de praticados, quando já não havia meio de preveni-los. Por felicidade, Eduardo Angelim foi avisado de poder ainda salvar a vítima. Deu ordem a seu irmão Geraldo Gavião para reunir toda pressa a força de que pudesse dispor, e fez incontinenti seguir para aquele ponto os seus ajudantes-d'ordens, reclamando o padre energia e ameaças.

Não nos foi possível averiguar qual o castigo que os malvados destinavam ao sacerdote: há quem sustente que eles pretendiam fuzilá-lo como geralmente faziam a todas as pessoas que prendiam; apenas nos certificamos de que dirigiram-lhe grosseiras recriminações e o apodaram desde o ato de sua prisão até o ponto de Santo Antônio onde,

sentado em um tosco banco de madeira, continuou a sofrer com resignação evangélica as provocações e ditérios dessa gente desalmada. Informado de que se reunia gente em frente ao palácio do governo, Albino mandou tocar a rebate e tratou também de reunir força. Disposto a resistir, recusou a entrega do preso. Ao saber disto, Eduardo Angelim deu ordem a Geraldo Gavião para o seguir com toda a gente do seu comando, montou a cavalo, e acompanhado de algumas praças de cavalaria, correu ao ponto de Santo Antônio, e pôde oportunamente evitar o conflito que estava iminente.

Na curta idade de vinte e um anos em que se achava, deixou-se arrastar pelos arrebatamentos assomados da mocidade que nunca mede os perigos. Aparecendo na praça, encontrou os facciosos enfileirados em ordem de combate. Não o esperavam, e a sua chegada repentina produziu em todos certo torpor, do qual soube tirar partido falando-lhes com aspereza e veemência. Depois de excitar-lhes os brios, censurou tanto o atentado contra o sacerdote como o ato de rebeldia contra a sua autoridade, e declarou em conclusão que tomava conta do preso, como fez, levando-o para o convento de Santo Antônio, onde o deixou em uma cela, entregue aos cuidados dos frades.

Voltando ao ponto, aí já encontrou seu irmão, e com o auxílio deste fez recolher à prisão o tal comandante Albino, que continuava a mostrar-se arrogante e desobediente. E dadas outras providências que as circunstâncias aconselhavam, retirou-se para o palácio, donde mandou buscar o padre para livrá-lo de qualquer novo desacato que tentassem, e lá o conservou como hóspede por alguns dias, enquanto não ficou curado do ferimento que recebera. Albino, submetido depois a um chamado conselho de guerra, formado de propósito para julgá-lo, foi condenado e logo passado pelas armas.

Não obstante estas e outras medidas repressivas, a insubordinação não deixava de lavrar entre os rebeldes; fatos posteriores vieram demonstrá-la e pôr de sobreaviso a Eduardo Angelim. Proclamando, recomendou ele que ninguém fizesse justiça por suas próprias mãos: prendessem embora os culpados, mas deixassem-lhe o direito de aplicar os castigos conforme a natureza dos delitos.⁹ Não tinha, porém, decorrido uma semana e já

⁹ Proclamação: - Paraenses. A Lei Suprema confiou-vos as armas que ora tendes; a vosso zelo e patriotismo está entregue a defesa da cidade; o sossego público, tantas vezes ameaçado por ambiciosos e perversos, tem sido conservado a custa dos vossos esforços; e aos sacrifícios que haveis feito deve a capital do Grão-Pará a segurança de que gozam hoje os seus filhos. Os exemplos de firmeza, constância e resignação nos trabalhos, a que vos chamaram os interesses da Pátria desde os escandalosos sucessos passados do governo transato, jamais serão apagados da minha memória e dos vossos concidadãos.

O respeito às autoridades, a veneração às Leis, de que haveis dado tantas provas, no meio da insubordinação e desobediência, com que homens desvairados e impelidos por paixões ignóbeis procuram manchar a glória do dia 23 de agosto passado, e frustrar-lhe os mais prósperos resultados, tem até agora livrado a esta capital das garras da funesta guerra civil, pelos nossos inimigos tão desejada.

Se trilhades pela mesma vereda que vos tem adquirido a gratidão de vossos conterrâneos, não temais as sugestões da ambição e malvadez; a nossa Pátria será salva. Se, porém afrouxardes na nobre defesa de vossos pais, de vossas esposas e filhos, ficareis com eles sepultados na ruína da mesma Pátria, e ligados ao corpo da servidão e esta calamidade vos será toda imputada, pois que as armas estão nas vossas mãos.

E vós outros, cidadãos e guardas nacionais que, atentos às vozes dos vossos comandantes, vos tendes dedicado a restabelecer a tranquilidade pública e a segurança da nossa cara Pátria, continui ainda com maior desvelo a merecer as bênçãos da Pátria que exige esses sacrifícios da nossa parte, para que apareça a paz, a serenidade, e

um novo atentado se praticava sem autorização non mento seu. O comandante do ponto da Barra, reunindo forma estendendo-a em linha pela margem do Guajará, encoberta pelos matos atacou loucamente aquela fortaleza sem probabilidade alguma assaltá-la, pois que não tinha nem meios de transporte. Eduarda Angelim, ao ouvir os tiros e informado de tudo, fez marchar para l uma força de sua confiança com ordem de apaziguar o conflito trazer  sua presença os principais promotores daquela inesperada agressão. Foi satisfatório o resultado; o fogo cessou logo que foi intimada a sua ordem. E trazidos a palácio os poucos que se não evadiram, ele os repreendeu severamente, e diante de todos deu voz de prisão ao comandante ainda nessa ocasião retorquira com ar ameaçador às suas admoestaoes e altanado alardeara o ato de indisciplina que praticara.

As transgressoes de suas ordens e os desacatos às famílias repetiam-se e ele via-se obrigado a mandar prender e frequentes vezes aplicar castigos de chibata aos mais turbulentos, entre os quais figuravam os escravos que se alistavam como livres.¹⁰ Semelhantes atos de rigor, aconselhados pela necessidade extrema da repressão, criaram-lhe indisposioes da parte dos anarquistas, que não hesitaram em tramar contra ele conspiraoes irrefletidas. As multidoes agitadas não aceitam contraditas nem correoes penais aos seus desatinos, são inconstantes e insaciaveis; como elevam, assim abatem. Sirva-nos de lioa a antiga Roma: as legioes pretorianas em menos de um ano confiaram o poder supremo e sucessivamente assassinaram a Galba, a Oton e a Vitelio. Alem das indisposioes pelos castigos infligidos, havia ainda contra Eduardo Angelim o descontentamento pelas pretericioes nas nomeaoes de empregos, nos quais os rebeldes esperavam ser contemplados, e não admitiam desculpa na falta de merecimentos e habilitaoes, quando viam um soldado nomeado coronel comandante das armas!

Desde os primeiros dias de setembro Eduardo Angelim tinha a sua policia secreta, e por agentes desta soube que alguns homens de cor se reuniram de noite em

apos dela a felicidade pública; não pareça jamais o inocente d'envolta com o culpado; não façamos mais justiça por nossas mos, prenda-se aquele que merecer, e eu lhe aplicarei o castigo conforme o delito; o repouso do estado civil assim exige. A sombra das nossas armas descansam cidadãos inermes e não queiramos perturbar a gloria que temos alcançado de verdadeiros patriotas.

Viva a nossa Santa Religião Catolica Romana. Viva a Liberdade brasileira dos homens livres. Vivam os briosos Paraenses. Viva a Constituio Federal. V Senhor D. Pedro II. Vivam todos os Brasileiros Patriotas Palácio do governo, 25 de outubro de 1835. — Eduardo Francisco Nogueira Angelim, presidente.

¹⁰ Na Ordem, de 26 de setembro de 1865, jornal publicado no Recife, le-se um artigo sob a epígrafe de – Pará em 1835 – assinado pelo próprio Eduardo Angelim, no qual ele, defendendo-se de arguioes que lhe fizeram no Jornal do Amazonas, não 166 do referido ano de 1865, disse o seguinte:

“Foi fuzilado em frente ao palácio do governo o cebre Joaquim Antônio oficial da milicia rebelde, que tinha o comando de uma força de mais de 500 homens e proclamava uma liberdade a seu jeito, incluída e de escravos em geral. Isto depois de provado o seu crime em conselho de guerra. Foi fuzilado em frente ao palácio do governo um preto, chefe de insurreio do rio Guamá logo que chegou a capital. Foi morto  surra em frente ao palácio do governo um mulato, escravo do português Nogueira, dono da fábrica de urucu em Igarapé-mir, por ter traído a seu senhor e lavado as mos em seu sangue inocente. O reverendo cnogo Pimentel, homem verdadeiro e honrado, poderá atestar esta verdade. Um homem livre, porém malvado, que deu a morte a duas mulheres, uma de nascimento portuguesa e outra brasileira foi fuzilado em frente ao palácio do governo. Um cebre patriota e da seita de Joaquim Antônio, foi morto em Muaná. Insurgindo-se Acará e noutros distritos, ordene a meu irmão Geraldo Francisco Nogueira os fizesse conter até entrarem na obediência e ordem. Em atos a mortos alguns, e outros surrados e entregues aos seus senhores...”

várias casas e tratavam de acordar no melhor plano de depô-lo, havendo entre eles quem opinasse pelo seu assassinato como meio mais pronto e decisivo. Fingiu que nada sabia. Convinha-lhe dissimular o fato para não arriscar as suas pesquisas, nem exasperar mais os ânimos. Acautelando-se apenas contra as ciladas de que poderia ser vítima, tratou de averiguar a denúncia no maior segredo possível.

Sem grande esforço convenceu-se da veracidade de tudo, e teve pleno conhecimento dos conspiradores. Faziam parte destes os escravos que ele mandara castigar e expulsar das suas fileiras, e os anarquistas de costumes libertinos e depravados. Não se alterou, nem deu indício de temor. Fez seguir os chefes sem perda de tempo em diferentes comissões para o interior da província, sob o comando de amigos seus devotados, com instruções reservadas para dar-lhes o castigo que merecessem. Qual o destino que tiveram, ninguém o soube com certeza; mas geralmente se disse que nunca mais voltaram à capital. É de crer que fossem fuzilados, porque a morte era a pena comum que os rebeldes infligiam tanto aos inimigos que lhes caíam nas mãos, como aos companheiros que eles indiciavam em traição e deslealdade.

Posteriormente ainda apareceram tentativas de outras conspirações que Eduardo Angelim foi abafando uma a uma, com o emprego inalterável dos mesmos meios. O preto João do Espírito Santo, mais conhecido por Diamante, homem de mau coração e rancoroso, quis vingar-se de contrariedades que imputara àquele, e reunindo os seus comparsas, organizou clandestinamente um corpo que denominou de guerrilheiros. O ponto do Porto do Sal foi o escolhido para as conferências noturnas. Como comandante que era desse ponto, podia, sem causar suspeita, congregar aí os conspiradores e transmitir-lhes as suas sinistras inspirações. Não pôde, porém, levar a efeito o plano que delineara: um dos seus cúmplices, embriagando-se, foi denunciá-lo. É no dia seguinte ele embarcou com alguns companheiros em comissão especial para fora da capital, sendo mudada a guarnição do Porto do Sal.

Eduardo Angelim era audaz e previdente, mas nem por isso estava isento de apreensões. Denúncias e rumores vagos contra a sua segurança individual vinham de contínuo assaltar-lhe o espírito. A sua vigilância, porém, o salvou sempre dos perigos. Por mais simples que parecessem os boatos, nunca os desprezou: procedendo a averiguações e precavendo-se, conseguiu livrar-se das tramas que lhe urdiram; cercado de um grupo de homens, que atraiu favores, soube conservá-los sempre em sua guarda pessoal a custa de benefícios e liberalidades. E valeu bem o sacrifício tanto mais que, feito como ônus geral de todos, nenhum gravame daí lhe veio. Esses homens, movidos mais por interesse próprio do que por afeições, constituíram-se seus fervorosos defensores; foram gratos e solícitos em retribuir-lhe o patrocínio que generosamente recebiam.

Eram passados mais de dois meses, e no intuito de despertar favor o reconhecimento dos rebeldes e justificar a sua intervenção movimento sedicioso, Eduardo Angelim fez uma exposição dos atos do governo legal, como dos serviços que ele julgara ter pres-

tado desde posse do marechal até à sua entrada na capital, atribuindo a rebelião à política desleal daquele e protestado obediência por si e pelos paraenses a qualquer presidente que, sendo brasileiro e não português nomeado pela regência para governar a província com a lei e não com arbitrariedades; ao contrário provaria, disse em conclusão, que um novo esquece a morte quando defende a sua liberdade, sendo ele o primeiro que preferiria morrer no campo de batalha a entregar-se às algemas do despotismo! Eis o seu próprio manifesto:

“Não se deve servir a um governo que para sustentar a ordem precisa oprimir a liberdade, e para manter a esta se expõe a cair em anarquia.”

Chateaubriand.

“A impostura e a fraude não podem fazer jamais a ventura permanente de um Estado. É debaixo deste princípio que vou traçar a presente exposição, para que o público imparcial conheça os feitos heroicos do marechal Manuel Jorge Rodrigues, presidente e comandante das armas, nomeado para esta província pela regência do império.

“A aparição da esquadra, que conduzia o nomeado presidente, baía do Guajará, porto desta cidade, causou a maior agitação possível, no povo da capital, e começaram a afluir dos distritos vizinhos aqueles brasileiros que dalguma forma se achavam comprometidos nos fatos de janeiro; receosos, descortinavam eles um porvir calamitoso e degradante à pátria e aos princípios da nacionalidade; – que recordavam sempre com horror as cenas de outubro de 1823, massacre e extermínio de todos os brasileiros - e por isso unidos aos guardas nacionais de alguns municípios, que vieram conjuntamente por própria inspiração ligar-se a força existente na guarnição dos pontos e fortes da cidade, resolveram obstar à posse do nomeado presidente, dispostos antes a deixarem o fuzil no campo, do que entregarem de novo os pulsos às algemas do despotismo.

Eis traçado o quadro verdadeiro e imparcial do estado em que se achava a cidade, e é sob auspícios tão pressagiosos de males que foi recebido o presidente neste porto; porém trabalhei afincadamente para sossegar os ânimos dia e noite, a fim de não romperem as hostilidades sem que houvesse para isso justos motivos. No dia imediato fui a bordo da fragata Campista na qualidade de 1º comandante dos municipais permanentes, e mais dois cidadãos que me acompanharam em deputação da parte do então presidente Vinagre e do mesmo povo, protestar ao novo presidente que estávamos dispostos a recebê-lo, e aquele mesmo povo em armas também de bom grado acederia, se ele presidente não viesse renovar as crises passadas que ainda eram bem recentes, e os atentados cometidos pela facção caída em 7 de janeiro: – que eu seria traidor aos meus patrícios e cometeria o infame crime de lesa-nacionalidade, se consentisse aquela facção erguer de novo o irado colo para nos devorar o que há de mais precioso – a liberdade; porquanto só era dirigida pelo espírito de sanguinária vingança e bárbaro predomínio.

“A isto respondeu o presidente que ele só vinha curar as chagas abertas na província, e não abri-las de novo, dando ao mesmo tempo a sua palavra de honra de lançar um véu sobre o passado e até impetrar do governo central a anistia, já que não tínhamos tido a lembrança de pedi-la; pois que seria a sua maior glória ver-se investido na presidência sem derramar uma só gota de sangue; e nesse sentido proclamou aos paraenses afiançando a sua palavra: a proclamação correu impressa. Voltamos para terra; e sempre amantes do bem público, marchando na boa-fé, começamos a persuadir os nossos patrícios que o novo presidente saltaria no dia seguinte, não pensando eu nunca nas suas malignas intenções, e que aquelas palavras para nós tão lisonjeiras, ditadas com boca de mel, eram nascidas de um coração de fel, que somente usava de artimanhas para nos enganar, atraíndo-nos como fez depois.

“Votado eu sobremaneira ao prometimento de no dia imediato saltar para tomar posse o presidente, fazia-se mister vencer não pequeno sacrifício, à vista da atitude bélica que apresentava a capital. E se não, digam os homens sensatos: na situação arriscada em que se achavam os negócios públicos, esforcei-me ou não por dar cumprimento às minhas promessas feitas àquele presidente, em quem eu supunha boa-fé, candura e dignidade? Resolvemos então, no dia aprazado, que fosse a bordo o mesmo presidente Vinagre, ficando nós outros em terra à frente do povo que, mostrando-se mais cauto que nós, não apresentava senão a tristeza em seu semblante, sendo que por isso cumpria evitar algum desacato falando-lhe eu sempre com a ingenuidade de homem de honra, abrir-lhe o meu coração, e assim patentear-lhe o vivo desejo que tinha de ver empossado o novo presidente na administração provincial.

“O motivo ponderoso, que, além da sua nomeação legal, me compelia a isso, era ter o novo presidente protestado ser independente de parti dos, e ter a lei e somente a lei por único móvel de seus atos. Em tão extraordinária situação, numa luta insana de opiniões diversas, consegui que o presidente desembarcasse no remanso da paz, vindo a seu lado o presidente Vinagre, e tudo isto no dia 25 de junho, dia o mais fatal que têm visto as praias do Guajará, como origem do pesado luto em que jaz hoje esta bela província!

“Entregue que foi a presidência pelo ex-presidente Vinagre ao marechal Manuel Jorge, tendo já anteriormente querido removê-la de si e entregá-la a quem por lei competia, como deputado mais votado que era, ao Dr. Ângelo Custódio Correia, o que não teve efeito feliz pela indiscrição de apresentar-se o referido doutor com uma força de quatrocentos e tantos homens a bordo da fragata Imperatriz, surta no porto, em maio passado, a fim de tomar pela força aquilo que se lhe entregava de boa vontade em virtude da lei. O povo, porém que existia em armas, cauteloso se reconcentrou, como para ver os passos do novo presidente que acabava de tomar posse. Já disse que os guardas nacionais de diversos distritos tinham concorrido a reunir-se aos da capital, para coadjuvarem o povo que se achava em armas; e porque a lei não veda que eles estejam armados no ato de

serem despedidos levaram as armas consigo estejam armados, no ato de serem despedidos. Isto foi bastante para entrar a haver pretextos da parte do presidente, que começou imediatamente a armar a todos quantos se lhe apresentaram pelos repetidos convites, e assim organizou um batalhão de mais intitulado – Corpo de Voluntários do Senhor D. Pedro II - o qual constava de portugueses adotivos e estrangeiros, ingleses, franceses e alguns brasileiros sem-vergonha que sempre pertenceram à facção lusitana

“E começando logo o novo presidente a ver as coisas no Pará pelo prisma da prevenção e da malícia, encarou os homens de cor como inimigos, e principiou a expulsá-los da guarda nacional, quando aqui, assim como em todas as províncias do império, a lei não tinha excluído os cidadãos de cor só por este único incidente. Seria esta a tão preconizada boa-fé com que vinha o marechal Manuel Jorge presidir e administrar uma província que por tantos princípios necessitava de boas intenções, lealdade e firmeza na sustentação da nacionalidade? Eis o partido caído em 7 de janeiro, escorado, de novo; aquela hidra de cem cabeças entra a fulminar para reganhar o decaído poderio, e o presidente desprezava com dissimulação as notícias que decerto havia de ter da perversidade de semelhante gente que, propalando a intriga e a desordem, só pretendia saciar a sede que tinha de vingança.

“Existia sim a desordem e o susto, mas era entre a mesma facção por pressentir que já havia alguns vislumbres da horrível conjuração forjada por ela, e que rompeu dias antes da nossa entrada na capital para virmos livrar o restante dos nossos patrícios, que estavam sendo a cada sendo a cada instante presos uns, e outros espancados ou fuzilados pelas patrulhas daquele malvados. Duzentos e tantos brasileiros foram vítimas do despotismo dos monstros! De passagem seja dito para que fim se organizou essa forças voluntárias, d’antemão disposta ainda quando nada soava a respeito dessa revolução acontecida na Vigia; planos sinistros delineavam desde muito os perversos, baseados na sólida confiança que lhes merecia aquela nova autoridade, em quem enxergavam todas as suas esperanças como membro que era da seita moderada. Antes de mancharmos do centro para capital, o falecido tenente-coronel Vinagre dirigiu ofício ao presidente, pedindo a soltura de seu irmão e de patrícios e protestando que largaria as armas imediatamente que isto fosse feito, porém assim não se fizesse, entraria na cidade e não deixaria pedra sobre pedra.

“Este ofício, bem longe de causar-lhe alguma sensibilidade não o moveu a soltar os presos que sem culpa formada nem processo tinham sido recolhidos a bordo e carregados de ferro por ordem de déspota chefe da esquadra, de nome João Taylor, que, desertado pela nação inglesa, foi admitido na marinha brasileira! Já não havia dúvida alguma da falta de palavra do presidente; já não se podia duvidar que não escaparia um só brasileiro, uma vez que não fosse do credo maçom. Portanto, isto nos determinou, e foi por isso o dia 14 de agosto o da nossa entrada na cidade; dispostos com muita firmeza e constância de não voltarmos caras às vidas, avançamos por baixo de vivo fogo, e ficamos senhores do bairro todo da Campina. O dia 23 desse mês foi o do triunfo das nossas armas, e o em

que os inimigos todos confusos se puseram em retirada para fora do porto, entregando a cidade e os seus habitantes ao abandono e discrição de um povo que, desesperado com nove dias de fogo, só respirava vingança, e espalhado pela cidade levou a golpes de espada e de fuzil quantos foram encontrados. Tudo isto se deve à política de sua excelência que, tendo sido qual outro Pompeu vencedor de tantas batalhas, pelo que traz o peito coberto de medalhas, deu aqui bem poucas provas de valor; mas talvez aquelas medalhas lhe fossem concedidas pelo simples motivo de ser português, no que era franco o duque de Bragança quando imperador do Brasil.

“Este era o quadro que apresentava o Pará, quando o povo me no meou seu presidente; a lei não me chama para tal cargo, e por isso resisti por vezes ao seu aceitamento, porém vendo o último aniquilamento da capital por falta de direção em um povo desesperado, me resolvi a. tomar as rédeas do governo, para depois de serenada a maior tormenta as entregar a quem por lei competisse, do que já tenho dado provas chamando para isso o deputado mais votado, no qual tenho encontrado resistência. Desde o dia em que tomei posse do governo, me tenho desvelado em manter a ordem e o sossego público, e já o Pará apresentaria um quadro mais risonho, se sua excelência aereamente não cercasse a barra da cidade com um tosco bloqueio, pois as famílias, os empregados públicos e os negociantes se teriam recolhido às suas casas, como tem acontecido nas revoluções passadas.

“Saibam, pois, o governo geral e o Brasil inteiro, que os paraenses não são rebeldes; os paraenses querem ser súditos, mas não querem ser escravos, principalmente dos portugueses; os paraenses querem ser governados por um seu patrício paraense, que olhe com amor para as suas calamidades, e não por um português aventureiro como o marechal Manuel Jorge; os paraenses querem ser governados com a lei e não com arbitrariedades, estão todos com os braços abertos para receber o governo nomeado pela regência, mas que seja de sua confiança, aliás eles preferem morrer no campo da batalha a entregar de novo seus pulsos às algemas e grilhões do despotismo; se o governo da corte teimar em subjugar-nos pela força, nós teimaremos em dar-lhe provas do valor de um povo livre que esquece a morte quando defende a sua liberdade.¹¹

Restabeçamos a verdade dos fatos. Há neste tardio manifesto in-- justiça que não devem passar sem reparo. Eduardo Angelim, além de mostrar-se extremamente prevenido tanto contra o corpo de voluntários como contra os portugueses, servindo de eco à exagerada rivalidade que existia entre estes e os filhos naturais do país, atribuiu à perfídia do marechal os sucessos desastrosos de agosto de 1835! Entretanto, é fato averiguado e sem contestação que o marechal nenhuma hostilidade cometeu contra os rebeldes antes do assalto da Vigia. Foi a mortandade e o saque desta vila que o instigaram a mandar prender por Taylor os chefes rebeldes, indigitados como mandantes ou cúmplices desse salvático atentado. Era imprescindível semelhante ato de repressão em tal emergência, provocado como foi o princípio da autoridade, o marechal não podia proceder de outro modo.

¹¹ Está com a data e assinatura seguintes: - Pará, 25 de outubro de 1835. - Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

Se houve perfídia, deve ser levada em conta dos rebela, saram da boa-fé do presidente retirando-se com o armamento de que estavam de posse, e conservando-se nas circunvizinhanças da capital à efetuar.¹² E se o corpo de voluntários compôs-se de portugueses adotivos, franceses, ingleses e brasileiros sem-vergonha, devotados à facção lusitana, como declara Eduardo Angelim e nós contestamos, foi os rebeldes manifestaram disposições hostis contra o governo posse do marechal; e reunidos no Benjamim, Maguari e outros ameaçaram a capital que permaneceu sempre em contínuos sobressalto Sem força como se achava, o marechal não podia deixar de criar recursos para policiar ao menos a cidade e prover as mais urgentes necessidades da segurança pública.

E neste louvável intento alistou, não estrangeiros nas condições que aprovou a Eduardo Angelim imaginar, mas cidadãos brasileiros que não estavam contaminados do vírus revolucionário, e se quiseram prestar ao serviço da manutenção da ordem, na qual todos eram geralmente interessados. Cumprindo a sua palavra, tratou sempre de cicatrizar as feridas abertas na província; era impossível ser mais condescendente do que ele o foi; contemporizou enquanto as circunstâncias lho permitiram, mesmo com quebra de sua dignidade; sentia-se fraco diante das facções agitadas e parecia-lhe imprudência reagir; pelo que foi mais de uma vez censurado: houve quem até desconfiasse de suas intenções e perícia militar, vendo-o manter relações amistosas com Francisco Vinagre e outros chefes rebeldes!

Ninguém mais hoje se ilude; os fatos que temos referido provam que a agressão partiu dos rebeldes; reunidos e armados, estes nunca per deram a ideia de invadir a capital, tendo Antônio Vinagre feito até seguir para o Acará, no dia da posse do marechal, um barco carregado de munições e armamentos tirados do Arsenal de guerra! Assim o afirmaram testemunhas presenciais desses acontecimentos. Digamos com franqueza e verdade: se é certo que a invasão da capital foi o efeito fatal da per dos chefes rebeldes, não é menos certo que essa prisão foi também, por sua vez o efeito inevitável do assalto à vila da Vigia. Um fato prende-se ao outro e todos provêm dos erros repetidos dos anos anteriores.

E dogma da história geral da humanidade: - a subversão moral de um povo nasce sempre dos homens que os dirigem, ou como depositários do poder público, ou como chefes de parcialidades políticas; e nos atentados acumulados de uns e outros está a causa eficiente das perturbações sociais. Dos metropolitanos nos vieram os primeiros germes de anarquia, que fecundaram no esterquilínio das facções desvairadas depois da independência do império, e por fim frutificaram nos dias procelosos da regência, com sensível enfraquecimento do princípio da autoridade nela intervenção indébita dos seus agentes nos movimentos tumultuários. Daí resultou, como era natural, a desmoralização geral do governo e da população, o estado anormal e desgraçado da província, principalmente no período da menoridade do príncipe.

Foi neste último período que a anarquia tomou maior desenvolvi mento. O primeiro presidente nomeado pela regência foi logo deposto pela força armada, quando

¹² Leia-se a Nota Final I.

apenas tinham decorrido dezoito dias depois de sua posse, seguindo-se a deportação de vários cidadãos que influíam no governo da província! Não tardou que aparecesse a oposição à posse de outro presidente que nem ao menos pôde desembarcar! O seu sucessor foi assassinado assim como o substituto que lhe deram os facciosos, terminando tudo pelos atentados que ensanguentaram os tumultuosos meses de 1835 e os anos posteriores, com descrédito do estado moral e intelectual da família paraense!

Esses fatos subversivos, como elos da mesma cadeia, ligavam-se a outros do primeiro reinado e aos conflitos anteriores, nos quais tomaram parte ativa e direta os próprios agentes do poder público¹³, com prejuízo manifesto de todo o corpo social. E em tais condições, amortecido entre os cidadãos o sentimento de fraternidade, e afrouxados os laços de mútuo respeito e obediência às leis, era inevitável o predomínio da anarquia com todo o seu cortejo de crimes e desgraças.

¹³ Estão descritos no 1º volume.

XI

Chegada da força expedicionária de Pernambuco a Tatuoca. - Desânimo entre os rebeldes. - Proclamação de Eduardo Angelim. - Misérias na capital. - Entrada no Guajará de uma esquadilha inglesa. - Reclamação pelos atentados do navio Clio. - Ofício do comandante da esquadilha a Eduardo Angelim. - Resposta deste. - Almoço à oficialidade inglesa. - Retirada da esquadilha. - Chegada do brigadeiro Andréia e do capitão-de-fragata Mariath. - Mu dança do acampamento de Tatuoca para a ilha do Arapiranga.

Era já o ano de 1836. A notícia de ter chegado à baía de Santo Antônio a força expedicionária de Pernambuco tinha causado alvoroço e profundo desânimo entre os rebeldes: dando eles a essa tropa proporções exageradas, temiam ser atacados e consideravam-se incapazes de fazer-lhe séria resistência. Muitos retiraram-se logo em procura de melhor abrigo fora da capital. Eduardo Angelim, informado disto, não deu de propósito a conhecer o fato; pelo contrário, simulando ignorar a deserção dos seus partidários, tratou somente de estimular-lhes os bríos por meio de uma proclamação que fez espalhar nestes termos:

- “Paraenses, patrícios caros: Nossos inimigos persistem em tentar contra nós, e nós descansados parece que só buscamos repousar em sossego! Não é assim que havemos de triunfar: suas intenções não ignoramos; eles quando intentam agredir-nos, não será com o poucas forças; E que vergonha, se depois de terem sido daqui lançados vergonhosamente nos fizeram agora outro tanto! Ah! não durma quando deveis velar; nossa segurança está ariscada: correi às armas, segui meus passos, que eu constantemente me acho à vossa frente; vinde unir-vos nos pontos e fortes da cidade, e aí sejam as vossas moradas principalmente de noite. Sedes vigilantes que também sereis triunfantes; nossos patrícios do interior já voam a coadjuvar-nos; tomai coragem, que a vitória será; lembrai-vos que é melhor morrer com honra, do que viver com ignominia. A pátria exige os nossos socorros, e ela tudo merece de nós. Às armas, paraenses, e contaí que nossos inimigos terão sorte igual à primeira vez. Todavia vos recomendo ordem e harmonia; cessem as dissensões, e sejam respeitadas religiosamente as inocentes famílias que entre nós existem, pois assim agradando a Deus, seremos protegidos. Viva a religião que professamos. – Viva o nosso jovem monarca o Sr. Dom Pedro II - Vivam os paraenses verdadeiros amigos da sua pátria.”¹

Esta proclamação pouco ou nenhum efeito produziu. O movimento sedicioso parecia ter chegado ao seu termo com a retirada das forças legais da capital, e era natural que houvesse arrefecido o entusiasmo dos seus mais ardentes sectários. Demais, as simp-

¹ Está com a data e assinatura seguintes: - Palácio do Governo do Pará, 25 de dezembro de 1835. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

tias dos rebeldes por Eduardo Angelim tinham amortecido desde que ele começou a reagir contra os excessos dos principais facciosos, impedindo que continuassem a perturbar impunemente o sossego público com frequentes atentados contra a propriedade e segurança individual. A energia que empregava para debelar a anarquia era quase sempre qualificada de falta de lealdade para com os seus adeptos, e enfraquecia cada vez mais o seu prestígio. Nem o palácio em que residia estava já isento das visitas domiciliárias dos facciosos!

Referem que entre os encarregados do expediente de sua secretaria havia um moço de nome Natividade. Os malvados suspeitaram que este os intrigava com Eduardo Angelim, e andaram-lhe no encaço dando buscas em diferentes casas, sem nunca poderem encontrá-lo, por ser sem avisado em tempo de poder prevenir-se. Desesperados e enfurecidos, invadiram um dia inesperadamente o palácio do governo onde julgavam descobri-lo, e sem nenhum respeito varejavam todos os esconderijos! Eduardo Angelim não pode contrariá-los com receio de arriscar a sua vida ameaçada. Exasperava-os a série de privações que não podia mediar.

De há muito que eles haviam esgotado os seus recursos, e por míngua quase absoluta de víveres, já a fome os flagelava. Não tinha mais pão, nem farinha, nem peixe ou carne com que pudessem prover a sua subsistência. O bloqueio continuava a impedir que lhes viessem do interior gêneros alimentícios, e nem os havia em parte alguma da capital. Comiam frutas e ervas agrestes dos quintais abandonados, raízes de certos arbustos e couros secos reduzidos a uma espécie de cola dura e indigesta.

A agricultura, o comércio, todo o movimento industrial tinha paralisado. Os operários fecharam as suas oficinas, os lavradores desampararam as suas roças e plantações; uns refugiavam-se nos matos, outros voluntariamente ou constrangidos faziam causa comum com os rebeldes. E assim perturbadas as leis econômicas do trabalho, era consequente a penúria geral que, sobreexcitando os espíritos pelos sofrimentos de cada dia, irritava os facciosos e parecia aluciná-los.

Nem a deserção que rarefazia as suas fileiras abrandava a insânia com que eles continuavam a instigar a desordem incitando os ânimos abatidos. Os timoratos não tinham energia para resistir à suas provocações e ameaças, e nem era lícito manifestar indiferença ao movimento Sedicioso. Quem não acedia aos convites e recalcitrava era julgado sumariamente como desleal à rebelião, e sofria castigos arbitrários a capricho dos mais audazes, que por si mesmo se constituíam chefes. E feliz se considerava quem não era logo espingardeado em ato contínuo a qualquer sinal de desgosto e relutância!

Diferentes emissários mandaram eles aos sítios e povoações a fim de aliciar gente, procurar e reconduzir os foragidos da capital, sob pena de serem havidos por traidores e como tais punidos com todo o rigor das leis militares em tempo de guerra. Foram fuzilados os primeiros que se opuseram às intimações. Alguns puderam esconder-se no centro das florestas, ao terem tal notícia; outros, porém, surpreendidos, sujeitaram-se a

tudo com medo das ameaças. Era difícil, entretanto contê-los na capital que, exausta de meios de vida, nada mais oferecia-lhes a não ser a miséria. Evadiam-se logo que se lhes deparava oportunidade. Nesta alternativa permaneciam, quando um fato inesperado veio assaltá-los e absorver por algum tempo a sua atenção.

No dia 17 de março os rebeldes avistaram três navios singrando as águas do Guajará em direção à capital. O alarma foi geral; todos correram a postos e puseram-se de observação, assustados e receosos da sorte que os aguardava. Conheceram depois que os navios pertenciam à marinha inglesa e traziam bandeira branca içada como sinal de que vinham com intenções pacíficas. Passando as linhas do bloqueio com permissão do marechal, saudaram a fortaleza da Barra, e de tarde fundearam no porto da cidade.

Era uma esquadilha mandada pelo governo inglês para fazer as reclamações devidas pelos assassinatos do comandante e equipagem do navio Clio e pelo roubo de todo o seu carregamento. Momentos depois de ancorada, desatracou e seguiu para a terra um escaler bem tripulado conduzindo vários oficiais que, desembarcados na ponte de Pedras, seguiram sem demora para o palácio do governo. E lá recebidos com ostentação de etiquetas, um deles entregou a Eduardo Angelim o seguinte ofício:

- “A bordo da embarcação Belvedere de Sua Majestade Britânica, no rio do Pará, 17 de março de 1836. – Senhor: No ‘mesmo momento que S. Ex^a. o muito honrado Sir George Cockbler, Grã-Cruz da Ordem do Banho, comandante britânico em chefe nestes mares, recebeu a horrorosa notícia do vil assassinato da equipagem do navio mercante inglês Clio, com exceção de um só homem que escapou, e do roubo de sua carga por algumas pessoas da ilha de Salinas, onde tinha ido procurar práticos, S. Ex^a. não perdeu um instante em mandar uma esquadra de navios de Sua Majestade Britânica ao Pará para exigir de qualquer que esteja comandando em chefe esta província, que se dê busca imediata e se instaure processo a fim de serem castigadas todas as pessoas que cooperaram para tão atroz ato, ou de qualquer maneira tiveram parte nele, seja por assistir o roubo, seja por ter recebido a propriedade roubada depois de enalhada a embarcação, e assassinado o mestre e sua equipagem. E demais sou ordenado a exigir de qualquer que esteja no governo uma asseveração de que o seu governo indenizará aos donos do Clio pela perda de sua embarcação e carga.

“O crime pelo qual venho exigir satisfação, assassinio e piratagem, todas as nações são obrigadas por dever a impedir, castigando os perpetradores com a maior severidade, depois de descobertos. Mas a Inglaterra com especialidade sobre todas as nações, possuindo uma me poderosa marinha, nunca consentirá que os seus navios mercantes sejam por qualquer povo molestados, quando se achem navegando os mares para fins pacíficos e legais. Estou certo que este bárbaro ato foi como tido sem o seu conhecimento, e que se servirá de toda a sua autoridade para que sejam processados e castigados os delinquentes, provado que seja o crime.

“Também sou obrigado a exigir para desagravo da bandeira inglesa ofendida e desrespeitada – que esta seja arvorada em todas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira; – que seja cumprimentada com uma salva de vinte e um tiros, e que os criminosos sejam entregues ao governo inglês. Enfim, tenho a informar-lhe que a força de meu comando nada tem a favor ou contra a infeliz dissensão que presente mente existe nesta província, mas vem somente exigir justiça contra os monstros de Salinas, que vilmente assassinaram os meus patrícios encalhando a embarcação e roubando a carga. Tenho a honra de ser, Senhor, o seu mais obediente criado – Cho.s B. Strong, capitão.”

Os oficiais retiraram-se para bordo logo que cumpriram a sua missão. Eduardo Angelim sem perda de tempo mandou traduzir o ofício em português; ouviu as pessoas com que costumava aconselhar-se em negócios mais graves; fez minutar a resposta que devia dar; reuniu em conselho os seus principais auxiliares; comunicou-lhes a ocorrência, e de comum acordo resolveu escusar-se de fazer a saudação à bandeira inglesa e de entregar os criminosos sem prévia ordem do governo imperial, garantindo, todavia nem só a punição dos mesmos conforme as leis do país, como a indenização dos roubos cometidos em Salinas. No dia seguinte assim respondeu ao comissário inglês:

- “Il.mo Sr. Foi-me presente o ofício de V. S^a. datado de 17 do corrente, e sobre o seu conteúdo passo a responder: - Que relativamente àquele desastroso acontecimento das Salinas, nem eu nem pessoa alguma desta capital teve parte nele. porque tudo foi operado por alguns mal intencionados daquele lugar; contudo, sendo do meu dever rigoroso proceder contra atentados de semelhante natureza, já tinha ordenado ao respectivo juiz de paz para processar os compreendidos nessa horrorosa catástrofe, a fim de serem punidos na forma da lei, o que até agora se não tem verificado pela razão dos choques há pouco sucedidos na Vigia e em outros lugares para baixo, místicos àquele; mas posso asseverar a V. S^a. que de novo vou empregar diligências para a captura daqueles delinquentes que devem sofrer todo o rigor que as leis ordenam a respeito, e que jamais os entregarei ao governo inglês sem ordem do governo do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e que igualmente não sujeitarei a bandeira da minha nação à humilhação exigida, sem ordem da corte.

“Quanto à segunda parte do conteúdo do mesmo ofício, exigindo saber se o governo indenizará aos donos do Clio, pela perda desta embarcação e sua carga, cumpre-me dizer-lhe que o governo central é obrigado a ordenar esta indenização por conta da nação, uma vez que o Pará não está desmembrado da integridade do império; no caso, porém, de circunstâncias poderosas assim não o permitirem, então posso certificar a V. S^a. que esta província tomará sobre si a dita indenização.

“Não é estranho aos paraenses a amizade que a nação inglesa lhes consagra, acrescentando ainda mais as boas maneiras com que V. S^a. advoga uma causa tão justa neste porto, o que é mais uma prova evidente do caráter da honrosa nação que V. S^a. representa.

Deus guarde a V. S^a. - Palácio do governo do Pará, 18 de março de 1836. – Il.mo Sr. Chos B. Strong. Capitão. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim.”

Esta resposta foi bem acolhida pelo comissário inglês, o qual em seguida pediu e obteve permissão para visitar a cidade com a sua oficialidade, oferecendo-lhes Eduardo Angelim nessa ocasião um modesto almoço e mandando saudar a bandeira inglesa, içada conjuntamente com a brasileira. A esquadriha correspondeu à saudação, e no dia imediato deixou o ancoradouro fazendo-se de vela para a baía de Santo Antônio, onde demorou-se por alguns dias. Aí justificou-se de arguições que lhe fizeram de haver liberalizado favores aos rebeldes contra os deveres de neutralidade.

Disse-nos Eduardo Angelim – que durante o almoço aludido houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo ele que não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido! O que há de verdade nesta asseveração, não o sabemos: a não ser a palavra do próprio informante, confirmada na carta que o mesmo dirigira ao general Andréia em 30 de abril de 1836, carta que adiante transcrevemos, nenhuma outra prova temos para afirmar ou negar o fato. Referimo-lo por isso sem comentário algum: declaramos apenas que qualquer tentativa contra a integridade do império seria de todas a maior calamidade, atentas as deploráveis condições em que se achava a província.

O comissário inglês não se descuidou de aproveitar o tempo de sua estada na baía de Santo Antônio para averiguar as ocorrências do navio em todas as suas particularidades. Com prévia permissão do marechal mandou a Salinas, Cintra e Vigia procurar informações que pudessem habilitar o seu governo a reclamar contra semelhante fato, protestando antes de partir por perdas e danos a que tivessem direito os seus com patriotas. Facilitou-se-lhe tudo para chegar ao pleno conhecimento da verdade e não haver depois complicações diplomáticas.

Com ter sido demitido, o marechal não arrefeceu no empenho de render o inimigo que devastava a província; continuou nesta árdua tarefa com a mesma dedicação e lealdade. Estimulava expedições feitas pelas forças auxiliares que lhe haviam chegado de Pernambuco. Mas desautorado como se achava, e sabendo que seu sucessor estava prestes a chegar, julgava-se sem a necessária força moral para prosseguir na pacificação da província, e por isso desejava entregar quanto antes a administração desta e seguir para a corte, onde tencionava defender-se perante o governo imperial.

No dia 9 de abril de 1836 efetivamente chegou a Tatuoca, o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia, acompanhado do capitão-de-fragata João Frederico Mariath, nomeado para suceder ao chefe de divisão João Taylor, e de muitos outros oficiais que vinham auxiliá-lo na pacificação da província². Trazia quatrocentos recrutas tirados

² Além de outros, mencionaremos o 1º-tenente Francisco Manuel Barroso da Silva, o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Baiano, o capitão de artilharia Francisco Antônio Bittencourt, o capitão de cavalaria

maior parte dentre os presos e sentenciados, recolhidos nas cadeias da corte, da Bahia e outras províncias por onde passara.³

Trazia também sete pequenos navios de guerra apropriados aos fins a que os destinava⁴, além das embarcações mercantes que conduziam os mantimentos, petrechos bélicos e grande parte da gente. O marechal, que o esperava com ansiedade, entregou-lhe no mesmo dia a administração da província, e depois de dar-lhe as necessárias informações sobre o estado dos negócios públicos, retirou-se com Taylor para a corte na fragata Campista. Posteriormente foi incumbido de outras comissões e por fim nomeado barão de Taquari.

Andréia, depois barão de Caçapava, não era estranho à província; já tinha sido comandante das armas em 1831 na administração do barão de Itapicuru-mirim. E de caráter altivo e austero, fazia-se respeitar e temer. No cumprimento dos seus deveres mostrava-se às vezes até de zelo exagerado, pelo que foi vítima de acrimoniosas censuras por vários atos seus, considerados como excessos de poder. Dedicado ao serviço público, esforçava-se sempre por corresponder com lealdade à confiança que julgava merecer do governo imperial.

De posse do governo, tratou de dar começo à sua espinhosa comissão. Desembarcados os recrutas em Tatuoca e reunidos às praças regressadas do Maranhão onde se tinham ido curar, ele os dividiu em três corpos e mandou dar-lhes instrutores que os habilitassem manejos das armas, sem interrupção de tempo que não fosse o indispensável para o repouso e refeições.

E julgando conveniente às suas operações aproximar-se mais da capital, resolveu deixar Tatuoca e mandar o seu acampamento para a ilha do Arapiranga, que, além de ser maior e mais apropriada, tinha um importante estabelecimento rural que lhe facilitaria as acomodações necessárias para a tropa. E neste propósito determinou que o major Luís de Sousa fosse explorá-la com o batalhão do seu comando, e que o capitão-de-fragata Mariath fosse bater os rebeldes fortificados em diversas localidades.

Entre estas contava-se Igarapé-miri, que, depois de resistir por treze dias a um rigoroso assédio dos facciosos, caíra por fim em poder deles com grande morticínio dos sitiados. Para esta povoação seguiu logo a expedição em dois navios de guerra, e sitiando os malvados ao chegar, sem dar-lhes tempo de prevenir qualquer providência, obrigou-os no terceiro dia à retirada precipitada no meio de vivo fogo, com perda considerável de gente.

Preparados os depósitos de mantimentos e materiais de guerra assim como o quartel-general e os abrigos para as famílias e pessoas existentes em Tatuoca, Andréia João Antônio Tota os tenentes de engenheiros José Soares de Andréia e Albino dos Santos Pereira, o 1º-tenente Joaquim Vitorino Cabral.

³ Filipe José Pereira Leal. Correções à História do Brasil, de Pereira da Silva, pág. 25.

⁴ Os navios de guerra foram os seguintes: - Patacho Januária, comandante 1º-tenente João Manuel da Costa; brigue Brasileiro, comandante capitão-tenente Angelo Petra de Bittencourt; - brigue escuna Dois de Março, comandante 1º-tenente Manuel Francisco da Costa Pereira; - as escunas Fluminense, Pelotas, Pôrto Alegre e Rio Grandense, comandadas a 1ª pelo tenente Francisco Osório, a 2ª pelo tenente Francisco dos Santos, a 3ª pelo tenente Manuel Vieira e a 4ª pelo tenente Fernando de Lima.

passou-se para o Arapiranga nos últimos dias de abril, e aí cercou sempre de mistérios as suas operações, sem deixar conhecer os recursos de que dispunha, nem transpirar as providências que tomava. Proibidas as comunicações com a gente de terra, só permitia audiências no navio em que permanecia, e na maior parte das vezes por interpostas pessoas que eram incumbidas de transmitir-lhe de outro navio as reclamações e necessidades do serviço público.

XIII

Intenções hostis dos rebeldes. – Conselhos e prédicas do bispo. – Conselho formado de Eduardo Angelim com os seus officiais. – Resolução dos mesmos. – Correspondência entre Eduardo Angelim, o bispo e Andréia. – Recusas deste às propostas do primeiro. – Os rebeldes deliberam abandonar a capital. – Proclamação de Eduardo Angelim. – Sua despedida ao bispo e entrega de dinheiro da fazenda pública. – Malogro de suas últimas tentativas.

A chegada das novas autoridades complicara a posição de Eduardo Angelim. Divulgada a notícia, os mais exaltados se dispuseram a resistir a todo transe. O bispo, sabendo do alvoroço, mandou chamá-lo e ponderou-lhe que, em vez de colocar-se em novas hostilidades, seria melhor propor ao presidente a sua retirada da capital impetrando anistia, visto que ele já não tinha nem alimentos, nem munições, com que pudesse sustentar luta renhida, como seria a que estava prestes a começar; e concluiu por lhe assegurar o seu auxílio e valimento quando assim o resolvesse.

Eduardo Angelim aceitou o conselho, mas declarou-lhe que os ânimos estavam sobrecitados, e que só ele com a sua autoridade pastoral poderia acalmá-los, se quisesse falar ao povo. Não se negou o bispo a prestar mais este serviço à causa pública. Por mútuo acordo, no dia seguinte, reunidos os rebeldes em frente ao palácio do governo, appareceu o illustre prelado, moribundo e apoiado em dois sacerdote, e os exortou tanto a deporem as armas como a obedecerem às leis e às legítimas autoridades; declarou-lhes que era o único meio de salvar a província e evitar maiores calamidades; só assim poderiam merecer a sua proteção e a anistia do governo imperial.

Retiraram-se descontentes na persuasão de que estavam traídos e iam ser sujeitos ao julgamento das comissões militares que tanto causava. E nessa ocasião Eduardo Angelim teve mais uma prova não eram mais cumpridas as suas ordens tais e quais as dava. Tinha mandado que comparecessem sem armas à reunião; entretanto todos se apresentaram armados e municidados, o que demonstrava não lhe terem mais a confiança de outros tempos, além de ser um sinal evidente de insubordinação e indisciplina.

Não tardou que começasse o incêndio em diferentes pontos da cidade. O bispo mandou a toda pressa chamar Eduardo Angelim e acusou por falta de lealdade à promessa que lhe fizera, mas ele mostrou-se estranho a semelhante fato, e teve a franqueza de confessar que já não sentia-se com força para reprimir os malfeitores; pelo que o prelado pediu-lhe reunisse quanto antes a sua gente, à qual desejava falar segunda vez.

E feita a reunião no mesmo lugar da primeira, o bispo apresentou-se exprobrando com veemência a perversidade dos que queriam atear o incêndio na cidade e, com

um crucifixo na mão, impôs que fossem extinguir o fogo sob pena de perderem a graça de Deus e não merecerem perdão nem anistia. Suas palavras foram bem acolhidas. Os facciosos cuidaram de apagar o incêndio, e o conseguiram sem muita fadiga pelo auxílio da chuva torrencial que então caía.¹

Eduardo Angelim aproveitou a oportunidade para reunir os seus oficiais e demonstrar-lhes a necessidade de entabular negociações com o presidente recém-chegado, a fim de não serem perseguidos e poderem voltar anistiados aos seus domicílios. Atentas as circunstâncias aflitivas em que se achavam, ponderou ele, privados de recursos e sem nenhuma esperança de obtê-los, era difícil, senão impossível, resistir à força legal, e nem mais havia razão para hostilizar as autoridades legitimamente nomeadas pela regência. E assim foi resolvido, sendo por isso logo redigido, lido e assinado o seguinte ofício ao brigadeiro Andréia:

“Il.mo Ex.mo Sr. - O atual da força armada, considerando as desgraças a que estão expostos ambos os partidos na infeliz dissensão que presentemente existe, è instado pelo Ex.mo prelado diocesano, convoca um conselho composto dos seus respectivos comandantes, os quais resolveram unanimemente que ponderasse a V. Ex^a. o último meio que resta de salvar esta importante província, propondo-lhe as condições seguintes:

“1.^a) Sendo o último meio de salvar a província uma anistia geral, esperam que V. Ex^a. a publique com a segurança necessária, pondo em liberdade todos os presos que se acham a bordo e lançando um véu sobre os males passados que já hoje são irremediáveis.

“2.^a) Anuindo à nossa rogativa deverá prestar-nos uma garantia que mostre não ofender pessoa alguma, que esteja comprometida na presente revolta, não devendo todavia persuadir-se de que a nossa força atual se ache enfraquecida, pois que temos à nossa disposição todo o alto e baixo Amazonas, como V. Ex^a. já hoje saberá, e se for preciso provaremos.

“Este rasgo de humanidade, Ex.mo Sr., é nascido de corações brasileiros que sabem apreciar a sua pátria, e que desejam poupar o precioso sangue de seus irmãos, pois que, a não ser assim, nos veremos na dura circunstância de sustentar o que até aqui temos feito, e de ora em diante V. Ex^a ficará responsável pelos males que se seguirem”.²

¹ É imaginário o incêndio descrito com cores tão carregadas por Pereira da Silva na sua História do Brasil de 1831 a 1840, página 189. Procuramos por todos os meios possíveis verificar semelhante asseveração, e chegamos à certeza de ter sido mal informado o ilustre historiador. O que houve de verdade é o que acabamos de referir: começado o fogo, foi logo abafado, sem dano sensível para a cidade. As testemunhas do processo a que temos por mais de uma vez aludido, instaurado pelo juiz de paz do 1º distrito da capital, mencionam como presas do incêndio somente as casas de D. Inácia Bulhão, de José Pais de Sousa, de Vicente Antônio de Miranda e do capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim da Silva. Leia-se a Nota Final I.

² Está com a data e assinaturas seguintes: – Palácio, 26 de abril de 1836. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim. — Geraldo Francisco Nogueira Gavião, Comandante do Pôrto do Sal. - Bonifácio José da Costa, tenente-coronel do Batalhão. Geraldo Francisco de Oliveira, tenente-coronel de Polícia. - Manuel José Cavalcante, Capitão de cavalaria. - Albino José Neto Rodrigues, tenente-coronel de cavalaria e 1º Comandante do ponto de Santo Antônio. - Rufino Antônio Barbosa, Comandante do Forte do Castelo. – José Antônio Maciel, Comandante do Forte de S. Pedro Nolasco. - José Ferreira Pestana, Comandante do porto do Carmo. - José Custódio Coutinho, Comandante do ponto do Benjamim e Barra. - Macário José Teixeira, Comandante do ponto da estrada da Olaria. - João Evangelista Paraná-açu, Comandante da estrada de Nazaré. - Francisco Fernandes de

No mesmo conselho Eduardo Angelim mostrou a conveniência da intervenção do bispo perante o presidente, e foi em seguida nomeada uma comissão para ir ao paço episcopal impetrá-la. Recebidos e ouvi dos os comissários, o prelado prometeu auxiliá-los em todos os atos que tivessem por fim restabelecer a tranquilidade pública e debelar a anarquia que tão fatal estava sendo à província; e no dia seguinte mandou a Eduardo Angelim, para ser remetido a Andréia, um ofício concebido nestes termos:

“Ex.mo Sr. - Assim mesmo no estado de moribundo, em que me acho há dois anos, ainda me alenta um resto do espírito vital para dizer a V. Ex.^a com o coração na mão, que como pai não terei valor de ver, sem pasmar, tantos estragos entre filhos que eu amo com ternura em Jesus Cristo. Parece-me que uma boa e generosa anistia não será desagradável a Sua Majestade Imperial com a vantagem de fazer mais firme o sossego e a estabilidade desta importante província, sem efusão de sangue que tanto horroriza a humanidade; o que decerto se verificará se V. Ex.^a atender à proposta do chefe da força armada. Constando-me pois que Pernambuco deve o seu sossego a uma igual medida, eu conto já com o feliz êxito do zelo paternal que anima o meu magoado coração.”³

Este ofício acompanhou a proposta de Eduardo Angelim e foi conjuntamente levado no dia 28 a Andréia, por uma comissão composta de Antônio de Azevedo Santos, Manuel Pereira Dutra e do cônego Severino de Matos, por acordo com o bispo para tornar aquela comissão mais respeitável, contando entre seus membros um sacerdote. Não passaram da corveta Defensora onde Andréia ainda se achava e dava seu expediente. Ele nunca consentiu que um só indivíduo fosse ao seu acampamento, para evitar que se soubesse a força que tinha. A sua comunicação e correspondência eram feitas por intermédio desse navio fundeado nas proximidades do Arapiranga. No mesmo dia disse a Eduardo Angelim:

“Em resposta à comissão que hoje recebi do chefe da força que existe na cidade, tenho a declarar o seguinte: 1.º) Que não estou autorizado pelo governo a publicar anistia alguma, nem o mesmo pode fazer sem que esta seja concedida pela assembleia geral. 2.º) Que a melhor garantia dos negócios, que trato, é a minha palavra e que assim, quando a desse, havia necessariamente de cumpri-la. 3.º) Que pela mesma razão de não poder publicar uma anistia, também não posso soltar os presos; tenho contudo melhorado a sorte de alguns mandando-os soltos para o Rio de Janeiro, inclusive o irmão do chefe, que recomendei ao governo. 4.º) Que servindo desde os meus primeiros anos o Brasil e descendendo dele, ninguém tem direito de julgar-se mais amante deste rico império do que eu; e em caso algum poderei ser responsável pelos atos destruidores que outros praticarem, mormente quando eu cum pro com os meus deveres. Em conclusão, estarei sempre pronto para evitar a efusão de sangue, todas as vezes que o puder fazer de acordo com as leis e com as ordens do governo central.”⁴

Macedo, Diretor do Arsenal de Guerra. – Manuel Domingos Barbosa, Comandante da boca da Pedreira.

³ Está com a data e assinatura seguintes: - Pará, 27 de abril de 1836. – Romualdo, Bispo do Pará.

⁴ Está com a data e assinatura seguintes: Bordo da corveta Defensora, 28 de abril de 1836. - Francisco José de

E respondendo ao bispo, disse: – “Recebi com todo o respeito devido a carta com que V. Ex.^a me honrou, e muito me penaliza saber o mau estado de saúde de V. Ex.^a. Tinha uma carta para lhe entregar do Ex.mo e Rev.mo Sr. Arcebispo da Bahia, e muito sentimento me acompanhava de lhe não poder enviar, mas felizmente proporcionou-se a ocasião de cumprir aquele dever. Ex.mo Sr.: seria um bem que eu fosse autorizado para salvar todo este povo que, como os dentes de Cadmo, se devora uns aos outros; mas não está nas minhas mãos ou atribuições. Posso recomendar aqueles que se quiserem confiar nesta esperança; a esses eu receberei em paz, mas não posso prometer que o chefe atual da administração do império dê importância às minhas recomendações, e assim não é promessa que eu faça. Estou pronto, como respondi ao chefe das forças que ocupa a cidade, a concorrer por todos os modos compatíveis com os meus deveres, para evitar os estragos e a efusão de sangue que deve produzir uma luta vigorosa. O Senhor Todo-Poderoso prolongue os dias de V. Ex.^a para consolação das suas ovelhas e dos seus amigos.⁵

Eduardo Angelim, ao ter a resposta de Andréia, tornou a reunir a conselho os seus oficiais e deu-lhes conhecimento de tudo, mandando pelo seu secretário o ofício que Andréia dirigira ao bispo com autorização deste, e a declaração que o mesmo lhe fizera; resolveram impetrar anistia por intermédio do presidente e propor uma suspensão de hostilidades enquanto a assembleia legislativa não deliberasse, endereçando-lhe para tal fim a proposta que passamos a transcrever:

“Eu e os oficiais do meu comando, a quem fiz presentes as respostas dadas por V. Ex.^a, não só às proposições que de nossa parte se lhe Cineram, como à rogativa de S. Ex.^a Rev.ma, ficando inteirados de tudo, resolvemos ainda esta vez levar à presença de V. Ex.^a o seguinte: Que em vista das boas intenções com que V. Ex.^a vem escudado relativa mente à salvação desta importante província, manifestadas na conclusão dos artigos da sua resposta, tendo de reunir-se a Augusta Assembleia Geral no dia 3 do futuro mês de maio, V. Ex.^a, por bem do serviço de S.M. Imperial, da salvação pública e da humanidade, implore da mesma a anistia pedida, suspendendo-se, no entanto as armas de ambos os partidos, que eu afaço a V. Ex.^a com a minha palavra e dos oficiais que me cercam, de fazer cessar as hostilidades nos territórios que me obedecem, esperando o mesmo da parte de V. Ex.^a.

“Deve V. Ex.^a ficar convencido de que os meios pacíficos de que lançamos mão, todos devidos ao santo prelado a quem adoramos, temo-los adotado como único recurso de salvação para a pátria: não devem por tanto ser desprezados por V. Ex.^a nem tampouco atribuídos a covardia da nossa parte, porque sempre temos lançado mão deles nas crises passadas como constará a V. Ex.^a não só na época do Dr. Ângelo Custódio Correia, quando chamado para tomar as rédeas do governo desta província, em maio do ano passado, como também ao presidente Manuel Jorge Rodrigues quando se deram as prisões sem

Sousa Soares de Andréia.

⁵ Está com a data e assinatura seguintes: - Corveta Defensora, 28 de abril de 1836. - Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

culpa formada e a perseguição feita aos brasileiros em julho do mesmo ano, em menosculpa da palavra que havia dado, sendo sempre desprezadas e tidas como covardia as nossas proposições, dando assim causa aos estragos presentes. Não queira portanto V. Ex.^a dar agora causa aos futuros que tiverem de seguir-se, nem tal se pode esperar de um militar honrado que tem servido ao Brasil com cordial afeto como V. Ex.^a.⁶

Na mesma data Eduardo Angelim agradeceu em carta particular a Andréia o bom tratamento que dera a seu irmão e aos rebeldes presos por ordem do marechal Manuel Jorge Rodrigues; – declarou-lhe que seria uma fortuna efetuar-se a sua entrada na cidade sem um tiro, e se não fosse a incerteza de segurança para os seus companheiros, entregar-lhe-ia já o governo da província, pois que assim obedeceria ao Imperador como sempre o fez, apesar das promessas de alguns agentes estrangeiros que lhe haviam patenteado a conveniência de ligar-se à sua nacionalidade. Parecia-lhe que, tendo desprezado tudo, prestara um bom serviço ao país; e merecia ser anistiado com os seus sectários, como outros muitos já o tinham sido em idênticas circunstâncias.

Ponderou-lhe, em conclusão, que um governo filantrópico vivia sempre rodeado de amor e afeições, ao passo que o déspota era atormentado por maldições e remorsos que o acompanhavam até ao túmulo. E para convencê-lo de que tinha o apoio de várias localidades, remeteu-lhes alguns ofícios do interior da província; pretende assim provar-lhe que não se achava isolado, pelo contrário, seria coadjuvado na capital quando assim fosse preciso.⁷

⁶ Está com a data e assinaturas seguintes: Pará, 30 de abril de 1836. — Eduardo Francisco Nogueira Angelim. - Geraldo Francisco Nogueira Gavião. Albino José Neto Rodrigues. - Rufino Antônio Barbosa. João Antônio Pará-açu. – Antônio Manuel da Costa, - Manuel Domingos da Costa. - Bonifácio José da Costa. – Geraldo Francisco de Oliveira Vinagre. Manuel José da Silva Paraense. - Antônio Pinto Amazonas.

⁷ Carta particular de Eduardo Angelim a Andréia, de 30 de abril de 1836:

“Ilmo e Ex.mo Sr. - Vou por meio desta agradecer a V. Ex.^a em particular os bons ofícios praticados com meu irmão Francisco e com todos os meus patricios que despoticamente foram presos pelo Ex.mo presidente Manuel José Rodrigues. E confiando sobremaneira nas boas intenções com que V. Ex.^a se acha revestido segundo a resposta que deu à comissão que foi mandada a instâncias de S. V. Rev.ma e informações dadas pelo Rev.^o cônego Severino, deputado da mesma eu me sinto vivamente penetrado dos princípios filantrópicos, que constantemente me têm guiado e seria uma fortuna para V. Ex.^a, e para mim a maior glória, efetuar-se a sua entrada neste porto sem um tiro de parte a parte; mas se V. Ex.^a tem vencido o meu coração sem pólvora nem bala, para que se há de negar a fazer o mesmo com os paraenses, que me têm seguido e a quem eu não tenho ânimo de desamparar? Eles me estão obedientes e dispostos a todos os sacrifícios por meu respeito, porém já bastante escarmentados não se querem confiar de ninguém, e dizem que melhor é morrer combatendo do que serem enganados segunda vez; mas de V. Ex.^a depende hoje a salvação desta província; eu ansiosamente desejo ver a V. Ex.^a dirigindo as rédeas do governo e a não ser a incerteza de segurança, eu o faria neste momento por obedecer a S. Majestade Imperial, cuja effigie tem sido aqui evidentemente adorada a despeito de todas vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros que me patentearam a necessidade de ligar-me a seus Estados.

“Parece-me, pois, que, tendo tudo desprezado tenho feito não-pequeno serviço ao mesmo Augusto Senhor, baseado tão-somente na lisonjeira esperança de ser agraciado o presente caso político da mesma maneira que outros têm sido em idênticas circunstâncias, porquanto a necessidade armou nossos braços para resistir à opressão da-quele presidente que nos iludiu e, cercado de lisonjeiros, deu causa a todas as desgraças. Por tanto, um povo que se considera perdido não pode ser mais perdido, sendo V. Ex.^a agora quem deve pôr termo aos males presentes e futuros pelos meios que altamente reclama a humanidade; e confiando nos paraenses que generosamente o hão de conservar no honroso cargo, deve ter em vista que um rodeado de amor, ao mesmo tempo que os remorsos e as maldições de todo um povo atormentam o déspota em vida e o acompanham ao túmulo. Eu tenho-me

No dia 1º de maio, Andréia respondeu-lhe que não estava autorizado a suspender as hostilidades que fossem necessárias para vencer a desobediência; e nem era caso de armistício, visto que não se tratava de nação para nação: podia apenas permitir que ele, abandonando a capital, escolhesse uma posição onde esperasse a anistia impetrada, contanto que não lhe servisse de ponto para novas tentativas.

“Sr. chefe das forças da cidade, disse ele, a minha situação é melindrosa; tenho ordens a cumprir e não posso fazer reflexões, sobre elas, nem buscar pretextos para as iludir. Segundo as leis do império, está de uma parte a desobediência ativa, e da outra a

escorçado por manter a ordem e desterrar a anarquia; e salvando aos nossos semelhantes sem poupar-me a sacrifícios, sempre que posso executar esse benefício, tenho observado leis da humanidade e punido com o fuzil alguns malvados que me acompanhavam.

“Queira, portanto, aquele mesmo Deus Poderoso que tem até hoje dirigido os meus destinos inspirar no coração benfazejo de V. Ex.^a os meios que deve plantar a paz e a concórdia neste ameno país do Amazonas, que por todos os princípios dever-se-ia ter constituído a república do grande mestre de Aristóteles, a terem sido manejadas por filósofos as rédeas do governo; porém infelizmente é que o suborno, o peculato, a descarada venalidade, o vício, a libertinagem, a irreligião e o crime, enfim, ergueram um sólio majestoso, como V. Ex.^a não ignora, ameaçando-se com ferros até ao mesmo prelado diocesano, que hoje tem dado impulso a estas rogativas, como verás dos ofícios que remeto. Igualmente remeto a V. Ex.^a os ofícios originais do Amazonas para ficar certo de que aquelas localidades coadjuvarão a capital sendo preciso – Deus guarde a V. Ex.^a como é mister – Palácio, 30 de abril de 1836 – De V. Ex.^a humilde servo e criado, Eduardo Francisco Nogueira Angelim”

Os ofícios do prelado, a que Eduardo Angelim alude nesta carta, não os encontramos. Os do Amazonas são os seguintes:

“Monte-Alegre, 25 de março de 1836. - Il.mo Ex.mo Sr. – Tenho a satisfação de comunicar a V. Ex.^a que nesta vila e em todo o seu respectivo distrito, e igualmente a comarca do Baixo e Alto Amazonas, se acham de brasileiro, e dispostos a derramarem a última pinga de sangue pela defesa da pátria, restando tão-somente a vila de Gurupá, com a qual já se conta por estar já a unir-se e isto tudo sem a maior efusão do sangue brasileiro, e neste distrito tudo se acha em perfeita união.

“Rogo a V. Ex.^a me queira mandar esclarecimentos, pelos quais nos devemos guiar, para que não haja alteração no pequeno sossego, que ora estamos gozando, bem como o estado da nossa capital, asseverando-lhe que não houve roubo em nenhuma das vilas. Outrossim haja de me mandar alguma pólvora com o competente chumbo, para quando for preciso; e fico certo que V. Ex.^a como brasileiro nato, e ornado de patrióticos sentimentos e amor pelos seus patrícios, promoverá tudo a benefício da pátria e felicidade nossa, pois que se acham os nossos patrícios bastantemente precisados do mais preciso para a subsistência, suspirando pelo trabalho do comércio, agricultura, sossego e tranquilidade; participando-lhe mais que foi lida neste ponto é mais distritos a proclamação de V. Ex.^a de 5 de outubro do ano passado, vinda do comando do Ecuipiranga ao comandante geral desta vila e deste distrito. 2º distrito da vila de Monte-Alegre, ponto das Barreiras, 25 de março de 1836. — Il.mo e Ex.mo Sr. Eduardo F. N. Angelim, presidente da província. - Celestino Guilherme Acpu, comandante”.

“Oeiras, 5 de abril de 1836. – Il.mo e Ex.mo Sr. – Tenho a honra de participar a V. Ex.^a duas boas notícias que me vieram do Alto Amazonas, pois tudo está reunido. à nossa causa até Gurupá, como V. Ex.^a verá pelos ofícios que de lá vêm dirigidos a V. Ex.^a.

“Acompanha o correio do Amazonas duas canoas com tropa para maior segurança; também tenho a honra de participar a V. Ex.^a que eu dei logo cumprimento à ordem que V. Ex.^a dirigiu-me sobre o abaixo assinado, do ponto de Canaticu, sendo nomeada. por comandante do mesmo, que os ditos assinantes requereram o cabo de guardas nacionais José Raimundo Rodrigues. Eu chamei todas as autoridades e cidadãos deste distrito e formei um conselho; e todas unanimemente deliberaram que fosse o próprio. nomeado; também rogo a V. Ex.^a por mercê me queira dizer a deliberação que devo. tomar sobre o tenente-coronel Côco, pois no meu ver este homem tem perdido toda a opinião pública, pois é a origem de toda a desgraça de Muaná, pois os povos queixam-se amargamente da sua malvadeza, e hoje ainda existe numa paragem remota daquele distrito, chamando a si alguns patrícios e proibindo-os a que não se reúnam às minhas: forças nesta vila, é o que tenho a honra de participar a V. Ex.^a, que mandará o que for servido. - Deus Guarde a V. Ex.^a os mais dilatados e felizes anos. - Ponto fundado na vila de Oeiras, 5 de abril de 1836. Il.mo e Ex.mo Sr. Eduardo F. N. Angelim, digníssimo presidente da província do Pará. — Tomás José de Albuquerque, tenente coronel comandante da força armada.”

autoridade da lei para restituir a ordem e a paz à província. Se os que desobedecem continuam a existir no mesmo estado, vem a ficar da outra parte a necessidade de vencer a desobediência ou de sucumbir na luta. Se tratássemos de nação a nação, podia ter lugar a suspensão de armas ou hostilidades: no caso em que nos achamos não estou autorizado para tanto.

“Se da sua parte e dos seus subordinados está o desejo sincero de obterem perdão da Assembleia Geral, principiemos por atos que mostrem claramente a sua intenção de voltar à ordem: abandonem a cidade, escolham uma posição em que possam esperar uma resposta à sua súplica, sem que a mesma seja tal que possa servir de base a novas tentativas. Então eu tomarei a responsabilidade e me encarregarei de mandar imediatamente e em diretura ao governo semelhante súplica, e respeitarei essa posição enquanto não vier a resposta; não prometo nada mais.

“Devolvo os papéis que me mandou em confiança. Sobre a proposição que lhe faz S. Ex.^a Rev.ma, sou de parecer que um brasileiro não precisa usar de bandeira estrangeira. Torno a repetir que estarei pronto sempre a evitar desgraças em tudo que realmente depender de mim.”⁸

Eduardo Angelim resolveu então retirar-se para o Amazonas e lá esperar a decisão da assembleia geral sobre a anistia; - pedir vinte dias para ultimar a sua saída da capital e ordem aos pontos da legalidade para não o hostilizarem em seu trânsito; - ponderar enfim que convinha retirar da foz do rio Guamá as embarcações que, ali fundeadas, embarcavam as famílias que desejavam regressar aos seus domicílios no interior, e neste propósito no dia 3 escreveu a Andréia:

“Confiando na promessa de V. Ex.^a, me retirarei com os meus subordinados deixando-lhe a cidade onde tantos sacrifícios tenho feito para desterrar a anarquia desenfreada depois de uma guerra sanguinolenta; e a não ser o horror que me causa ver mais sangue derramado, decerto não o faria, assim como outro qualquer colocado na minha posição como os dados que se me oferecem, porém o amor da pátria e o bem da humanidade vencem tudo.

“Portanto exijo vinte dias para ultimar a minha marcha, que deve ser para o Amazonas, onde pretendo colocar-me à espera da decisão que V. Ex.^a se encarrega de obter da assembleia geral sobre a minha súplica: e vou fundado unicamente na boa-fé que creio existir nas boas intenções de V. Ex.^a, assegurando-lhe a mesma da minha parte, tanto que pretendo não interromper a comunicação daquele lugar, se a V. Ex.^a parecer acertado. Depois da minha retirada se lhe fará aviso: por último peço a V. Ex.^a o livre trânsito para o destino que me proponho, mandando a todos os pontos da legalidade que não me hostilizem, protestando eu igualmente a V. Ex.^a que de minha parte não haverá a menor hostilidade até última decisão

⁸ Está com a data e assinatura seguintes: Acampamento do Uarapiranga, 1º de maio de 1836. - Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

“Este passo vai cobrir de glória a V. Ex.^a, e o mundo conhecera que o Ex. mo presidente Manuel Jorge Rodrigues, tendo desembarcado em par nesta província, plantou nela a discórdia, a guerra e a dissolução, quanto que V. Ex.^a chegando nesta terrível tempestade soube acalmar os ânimos; e a paz, a doce paz, sucedeu à furiosa tormenta. Meus fins nunca foram destruidores e a causa dos estragos presentes nasceu de ambos os lados pelos conflitos da guerra, sequênciã certa entre os povos mais cultos.

“Conservei em bom estado quanto pude, e por isso remeto a V. Ex.^a as cédulas da corte, que existiam encaixotadas na contadoria. Que assim obra parece que só guia os seus passos pelo amor da pátria. Algumas famílias pretendem retirar-se para as suas casas no interior, e lhes obsta a estada das embarcações na boca do rio Guamá, pelo que espero, confiado no generoso caráter de V. Ex.^a, as faça retirar dali para o fim somente exigido.”⁹

Andréia respondeu-lhe: – “Na minha última comunicação disse eu que consentia na sua retirada para uma posição qualquer fora da cidade, mas que não fosse tal que pudesse ser base de novas tentativas. Quando a posição escolhida desempenhar esta condição cumprirei a minha palavra; de outro modo não posso, nem estou obrigado. A ocupação de uma grande parte da província é mais uma partilha feita entre nós do que um ato de obediência encetado da sua parte para dar mais força à súplica que pretende lha envie ao governo. É preciso portanto que nos entendamos francamente.

“Tomo sobre mim a responsabilidade de o deixar passar em paz com todas as pessoas, que deseja compreender em um perdão, para uma posição dada unicamente com o fim de evitar a efusão de sangue e para que não pareça que abuso das minhas circunstâncias; isto porém deve fazer-se em regra. A sua fazenda de Carnapijó está em uma posição vantajosa, militarmente falando. Eu o deixarei passar para ali com todas as pessoas que constarem de uma relação que me deve enviar, podendo passar com as suas armas e conservar-se naquele lugar sem invadir outros distritos, nem passar além do rio Barcarena e do furo Atitéua.”

“Nesta fazenda e limites dados estarão em perfeita paz ‘até que venha decisão da corte, a qual lhe farei saber infalivelmente antes de qualquer ulterior procedimento de minha parte. Não lhe será tolhida à entrada de mantimentos e de pessoas que ali queiram ir, mas será vedada a saída das pessoas compreendidas na relação. Convindo nisto, trataremos dos dias precisos para esta passagem que decerto não precisará de tantos dias, por isso mesmo que é para muito menor distância e todas as embarcações servem.

“Devolvo as cédulas e o mais que me enviou, porque não sei se aceita estas condições, e não quero abusar de modo algum da franqueza com que as mandou. Se, porém aceitar as condições, deve mandá-las, porque é objeto da fazenda nacional. Quanto às famílias que pretendam sair da cidade, sendo senhoras e menores, o poderão fazer com os

⁹ Está com a data e assinatura seguintes: - Pará, 3 de maio de 1836. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

escravos e remeiros, de dia, em todos os sentidos que queiram, recebendo as embarcações mais próximas a que se apresentarem, para o que mando amanhã as ordens”.¹⁰

Não duvidamos das boas intenções de Eduardo Angelim: privado de recursos como se achava e vendo consideravelmente reduzido o número de partidários que o apoiavam, era natural que lhe tivesse calado no espírito o prudente conselho do prelado para não fazer mais resistência ao governo legal, procurando os melhores meios de salvar-se sob a proteção da lei. Mas Andréia estava informado do que sucedera a Ângelo Custódio Correia e ao marechal, e desconfiava de Eduardo Angelim; por isso prevenira-se contra a retirada inesperada deste para qualquer outro ponto que dificultasse o seu plano, mandando desde o dia 2 estabelecer rigoroso bloqueio no furo Piramanha e na foz dos rios Acará e Guamá por navios de guerra, que proibissem por esses lugares a entrada e saída de quaisquer barcos e canoas.

Eduardo Angelim, ou porque considerasse este bloqueio como princípio de hostilidade, ou porque visse frustrados os seus desígnios mostrou-se muito contrariado com a recusa de Andréia, e no dia 4 reuniu um conselho os comandantes de todos os pontos e alguns padres¹¹, a fim de resolverem de comum acordo sobre os perigos que julgava iminente, atenta a resposta que acabava de receber e lhes foi lida.

Depois de ridícula ostentação de pujança que já não tinham, deliberaram que Eduardo Angelim contestasse com energia. se lhe apresentara sem dar nenhum sinal de fraqueza. E ele assim o fez no mesmo dia oficiando a Andréia da maneira que se segue:

“Tendo em vista a sua proposição anterior a esta última, fui de acordo com a mesma e em resposta lhe mandei propor o meio em que concordamos como o mais firme e valioso para evitar efusão de sangue, não podendo eu convir no que V. Ex.^a agora exige, por serem dições muito pesadas e duras para um povo que se considera triunfante, e no qual não falecem valor e coragem para defender a sua liberdade quando esta seja agredida.

“Ainda estamos em tempo de remediar os males que ameaçam a província, anuindo V. Ex.^a ao que eu lhe propus. Se lhe mandei pedir que desse ordem nos pontos da legalidade para não impedirem o nosso trânsito, não foi por temer os seus canhões, com os quais por vezes já me tenho visto batido; foi unicamente para levar a efeito os fins a que me propunha, conforme a palavra dada. Sinto todavia que V. Ex.^a pretenda abusar agora do povo paraense que aqui existe, em menoscabo da boa-fé que me tem assistido para com a pessoa de V. Ex.^a que talvez atribua este procedimento a covardia.

“A minha fazenda além de não ser suficiente para acomodar quatro ou cinco mil homens que me devem acompanhar, não tem os recursos necessários à vida e fica muito perto da capital, onde não se poderá evitar as consequências que darão as novas

¹⁰ Está com a data e assinatura seguintes: - Acampamento do Uarapiranga, 3 de maio de 1836. – Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

¹¹ Ordem. - Sua Ex.^a ordena que vá o Sr. Oficial às ordens deste governo Manuel José Cavalcante, avisar aos Rev.mos padres Picanço, Raimundo Severino e Loureiro para às 9 horas sem falta se acharem neste palácio do governo do Pará, 4 de maio de 1836. - Inácio Vieira Lima, secretário do governo.

desconfianças causadas pelo contato em que existirão um e outro partido. Se V. Ex.^a se pôde acampar nessa ilha em que tenho parte, o mesmo não poderei eu fazer ali. Se não quiser mandar retirar as embarcações do Guamá, não mande que já não assustam como o exemplo tem mostrado. Firme nestes princípios em que ora permaneço, deles não me afastarei enquanto V. Ex.^a não mandar o contrário.”¹²

Andréia respondeu-lhe logo: – “Eu não julgo ter faltado em coisa alguma ao que disse na minha segunda comunicação, propondo-lhe a sua fazenda de Carnapijó para nela esperar a concessão da anistia que pretendo obter da assembleia geral sobre os fatos passado nesta província; antes entendo que levei muito além a minha responsabilidade consentindo na sua passagem de mão armada de um lugar para outro, e só o fiz com o fim de lhe facilitar os meios de patentear as suas boas intenções e tomar mais fácil a concessão daquela graça: como não lhe convém em dá-lo, podem as coisas ficar como dantes.”¹³

Andréia deu assim por finda a sua correspondência, e julgou-se daí em diante desobrigado de qualquer compromisso que tivesse contraído. Os rebeldes esperavam com impaciência a resposta que supunham talvez lhes fosse favorável ou pelo menos dada com timidez por causa da arrogância e provocação manifestada no ofício; e ao regressar de bordo o comissário, padre Miguel Antônio Cabral, o acompanharam até ao palácio do governo, onde lhes foi lida a resposta com surpresa geral.

Era já noite, e todos se retiraram desanimados. No dia seguinte, porém, voltaram em maior número e instaram para que se nomeasse uma comissão, que fosse pedir ao bispo a sua intervenção em favor das propostas de Eduardo Angelim, de maneira que se pudesse evitar derramamento de sangue e outras desgraças que ameaçavam a capital. O bispo tinha certeza de que não seria satisfeito o seu pedido, mas para enfraquecer a resistência e firmar a retirada dos facciosos sem os incêndios premeditados, dirigiu-se ainda a Andréia nestes termos:

“Reunindo-se hoje o povo no palácio do governo, me pediram com instâncias por uma deputação, houvesse eu de rogar a V. Ex.^a se digne de anuir a todas as propostas que se lhe têm feito, na certeza de que, recusando V. Ex.^a a acomodação pacífica, passarão a incendiar e destruir a capital, como fizera a legalidade no Igarapé-miri, o que eles muito têm sentido. Espero, pois que V. Ex.^a se compadeça do deplorável estado em que me acho, não tendo mais do que pele colada nos ossos; e sobretudo pelo interesse da humanidade oprimida que deve tocar o piedoso coração de V. Ex.^a, tudo fique em boa ordem, mediante a prudência e sabedoria que caracterizam a V. Ex.^a”¹⁴

Foram portadores deste ofício Inácio Vieira Lima, secretário de Eduardo Angelim, e os padres Antônio José de Sousa Loureiro e Miguel Antônio Cabral, os quais diri-

¹² Está com a data e assinatura seguintes: Palácio, 4 de maio de 1836 - Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

¹³ Está com a data e assinatura seguintes: - Acampamento do Urapiranga, 4 de maio de 1836. Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

¹⁴ Está com a data e assinatura seguintes: - Pará, 6 de maio de 1836. - Romualdo, bispo do Pará.

giram-se à corveta Defensora como faziam todas as comissões, e lá esperaram a resposta que só lhes veio na manhã do dia 7, e foi assim concebida:

“Não é a mim que V. Ex.^a deve dirigir as suas rogativas ou conselhos; ainda não cometi maldade alguma, nem tenho dado ordem para que se cometa. Se o chefe que hoje domina na cidade quer aumentar o número dos seus erros com mais um atentado em que nem ele nem pessoa alguma tira vantagem, não sou eu que o deve prevenir, faltando aos meus deveres e consentindo em proposições inadmissíveis.

“Quem pretende ser anistiado dobra-se na presença da lei e sujeita-se ao que é justo. Já não é pouco encarregar-me eu de receber e enviar ao governo a sua petição de suplicante e deixá-lo esperar com as armas na mão a resposta que lhe possa ser dada. Faço nisto talvez mais do que devo, porém não levarei mais adiante a minha responsabilidade; nem V. Ex.^a o deve pedir nem esperar. Nos incêndios têm acabada vezes os mesmos que lhes largam fogo.”¹⁵

Eduardo Angelim ficou desenganado ao ler esta resposta que transmitiu-lhe logo, e em conselho com os seus principais resolveu definitivamente abandonar a capital à força legal. Com um rigoroso bloqueio, a sua posição tornava-se cada vez pior, sem esperança alguma de poder melhorá-la: faltavam-lhe munições de guerra, e a fome fazia-se sentir por toda a parte da cidade. No dia 8 dirigiu às turbas a seguinte proclamação:

- “Paraenses, meus caros patrícios: Sempre ao vosso lado sido testemunhas do valor com que tenho sabido defender vossos direitos. Quando se trata de atacar o inimigo, sou o primeiro que à vossa forma dou provas do amor, que vos consagro, encarando sem horror a salvação das vossas vidas me é mais amável que a minha própria. Jamais poderei consentir que sejamos sacrificados ao furor brutal de inimigos desesperados. A capital se acha em rigoroso bloqueio, e a falta de mantimentos já nos persegue com bastante força; inocentes famílias, míseras crianças, velhos decrepitos que até hoje têm vivido tranquilos a sombra de nossa proteção, vão ser as primeiras vítimas da fome. E quem poderá deixar de enternecer-se à vista de tão triste cena? Somos cristãos e temos um dia de dar contas a Deus do que fizemos no mundo!

“Nossa posição é mui triste, pois já começamos a experimentar falta de munição de guerra; nossos covardes inimigos não se atrevem a atacar-nos, e só tratam de render-nos pela fome: não lhes demos esse gosto; uma boa retirada nos é mais airosa do que morrer de penúria; vamos pois para o interior com as nossas armas e munições esperar a anistia que nos promete o governo dentro de três meses; e quando nos faltarem, nós lhes faremos o que hoje pretendem fazer-nos. Sim, nós os poremos em sítio na capital e por último os lançaremos fora vergonhosamente como das mais vezes o temos feito.

“Meu irmão Geraldo marcha a reunir-se ao comandante das forças do Capim e Guamá Agostinho de Sousa Moreira: meu irmão Manuel vai reunir-se ao major José

¹⁵ Está com a data e assinatura seguintes: - Uarapiranga, 7 de maio de 1836, Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

Agostinho de Oliveira, para sustentarem as forças nos rios Acará e Moju; eu também saio a tomar minha posição, e igualmente os comandantes dos diversos pontos, a quem vou mandar minhas ordens a respeito: fica, portanto à vossa escolha o acompanharem a mim ou a meus irmãos, para o que desde já deveis estar prontos na capital para a hora em que se designar a retirada. Resta recomendar, que durante este tempo vos conserveis tranquilos, e com todo o respeito às vossas autoridades, respeitando o sagrado direito de propriedade amor do próximo, como nos ensina a Religião Santa que professamos Viva o nosso jovem monarca o Senhor D. Pedro II! Vivam os para que por suas liberdades esquecem a vida! Vivam os paraenses que hoje me seguem!¹⁶

Esta proclamação tirou aos rebeldes a possibilidade de resistência e desde então cuidaram de preparar a sua retirada. Eduardo Angelim foi fazer suas despedidas ao bispo, e nessa ocasião lhe entregou para ser levada às mãos de Andréia a quantia de noventa e cinco contos de réis, desprezadas as frações. Também entregou posteriormente ao negociante inglês Henrique Dickson oito contos para o mesmo fim, por ser pertencente à fazenda nacional tanto esta importância como aquela. Ao cônego Raimundo Severino de Matos confiou para guardar dezesseis contos que eram seus; mas tudo foi recolhido sem distinção aos cofres da tesouraria como dinheiros roubados aos cofres públicos.¹⁷

Preparavam-se todos para abandonar a capital, e ainda não se achava convencido o lugar onde deviam recolher-se e esperar a anistia! É certo que Eduardo Angelim na sua proclamação declarava que os seus irmãos iam reunir-se aos comandantes das forças dos rios Capim, Guamá, Acará e Moju, e que também ele sairia para tomar posição, dando a cada um dos seus partidários a liberdade ou de acompanhá-lo ou de escolher qual qualquer destes pontos. Mas Andréia, não concordando com a sua retirada para o Amazonas como pretendia, tinha-lhe indicado a sua própria fazenda de Carnapijó sem poder passar além do rio Barcarena e do furo Atitéua; e não sendo aceita esta proposta, lhe declarou que as coisas ficavam no mesmo estado, como dantes.

Parece, pois que Eduardo Angelim não se importava mais de entrar em acordo com Andréia, tencionando talvez retirar-se e escolher posição que melhor conviesse aos seus fins, sem dar-lhe a menor satisfação. Reconheceu, porém em breve que não podia

¹⁶ Está com a data e assinatura seguintes: Palácio do governo do Pará, 8 de maio de 1836. Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

¹⁷ Certifico em virtude do despacho retro que à folha uma do livro de caixa de receita e despesa a cargo do tesoureiro interino de fazenda Vitório de Figueiredo Vasconcelos, no exercício de 1836 a 1837 consta o pedido por certidão pelo teor seguinte: mil oitocentos e trinta e seis, julho vinte e um. - Importância que se debita ao tesoureiro, parte da importância que se reconheceu roubada do tesouro desta província pelos rebeldes e que lhes fora entregue pelo presidente da província, depois da restauração da capital, ao inspetor da tesouraria: a saber: noventa e cinco contos e duzentos cinquenta e nove mil trezentos e cinquenta e seis réis pelo bispo desta diocese; dezesseis contos de réis pelo cônego Raimundo Severino de Matos, e oito contos e cento e um mil-réis pelo negociante inglês Dickson; aos quais o chefe dos rebeldes havia deixado, quando retirou desta cidade e como da guia número oito, cento e dezenove contos trezentos e cinquenta e seis réis em conhecimentos. O segundo escriturário, José Manuel Rangel de Carvalho. O tesoureiro interino, Vitório de Figueiredo e Vasconcelos. - Cartório da tesouraria de fazenda do Pará, 20 de março de 1852. E eu Filipe Joaquim de Sousa cartorário a escrevi e subscrevi. - Manuel Gonçalves Campos.

levar a efeito o seu desígnio, sem correr grande perigo diante dos navios que impediam a entrada daqueles rios: forçado por esta circunstância, no dia 10 dirigiu a Andréia um último officio, no qual declarou-lhe que estava disposto a deixar a capital e recolher-se ao rio Guamá, deixando na cidade uma força de pessoas escolhidas para garantir a ordem pública; ao mesmo tempo pediu-lhe mandasse retirar as embarcações do referido rio para que tudo se pudesse efetuar em paz.

- “Desejando ir, disse ele, de acordo com as proposições de V. Ex.^a para evitar efusão de sangue que uma luta renhida deverá produzir, proponho ainda o seguinte: Estou disposto a largar a capital recolhendo-me ao rio Guamá, onde pretendo conter a boa ordem que sempre prometi a V. Ex.^a para conseguir a graça que se me promete alcançar da assembleia geral. Como, porém há receios de que na minha retirada a capital sofra os destroços de que por vezes tem sido ameaçada conjuntamente com as imensas famílias que ainda existem, sendo tudo operado por alguns mal intencionados que se ocultam, tenho deliberado que fique uma força de pessoas escolhidas para manter a ordem até que V. Ex.^a tome conta da capital em boa paz, para cujo fim será avisado na véspera minha retirada.

“Se V. Ex.^a estiver pelo que exponho, e deseja, como creio, poupar o sangue brasileiro, espero faça retirar as embarcações que se acham no dito rio para se efetuar este negócio em harmonia, que eu protesto sair da mesma maneira. E isto tudo se praticará nestes dias: parece-me que obrando assim, não pretendo também abusar das minhas circunstâncias e que dou provas de obediência à lei. As cédulas e que eu tiver de deixar ficarão em poder de S. Ex.^a Rev.ma para serem entregues a V. Ex.^a”¹⁸

Andréia não fez a menor concessão a Eduardo Angelim pelo contrário insistiu na sua proposta indicando-lhe ainda a fazenda Carnapijó para recolher-se e esperar a anistia com a gente que o acompanhasse. Em resposta, disse-lhe no dia seguinte:

“Fiel ao que tenho dito, apesar de estar persuadido de estava rompida da sua parte toda a conciliação, estou ainda pelo que propus na minha resposta dada em data de 3 deste mês: e quando convenha nela, não é preciso a retirada das minhas embarcações de estação alguma, porque elas não farão embaraço; antes darão comboio até aquele destino. É contudo indispensável tratar este negócio mais em detalhe quando tenha de ir a efeito.”¹⁹

Esta resposta cortava a questão e não permitia mais tergiversações: Eduardo Angelim ou aceitava a proposta que lhe fazia Andréia, ou rompia o bloqueio sofrendo o fogo dos navios de guerra. E pensava no melhor meio de sair-se desta dificuldade, quando um fato imprevisto veio tirá-lo da hesitação e precipitar a sua retirada.

¹⁸ Está com a data e assinatura seguintes: Pará, 10 de maio de 1836. - Eduardo Francisco Nogueira Angelim.

¹⁹ Está com a data e assinatura seguintes: Acampamento do Uarapiranga, 11 de maio de 1836. - Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

XIII

Fogo de artilharia na Pedreira contra os navios de guerra. - Desembarque de tropa. - Debandada e fuga dos rebeldes para a capital. - Boatos de ataque contra esta. - Retirada precipitada de Eduardo Angelim e sua gente. - Entrada da força legal na cidade abandonada. - O treze de maio. - Comunicação de Andréia ao presidente do Maranhão. - Considerações sobre o governo da regência. - Notícias de vários motins no império durante a menoridade do imperador. - A imprensa no Pará. - Influência perniciosa da mesma nos acontecimentos. - Origem dos partidos liberal e conservador. - Promotores das desordens. - Várias considerações.

Era o memorável dia 13 de maio de 1836. A escuna Rio da Prata tinha antes recebido ordem para entrar em observação pelo rio Guamá, e no seu regresso fundear perto da Pedreira, que os rebeldes haviam fortificado e por onde eles poderiam escapar-se. E como no acampamento do Arapiranga corresse a notícia de ter este navio encalhado e estar cercado de canoas inimigas, que pretendiam abordá-lo, Andréia fez seguir em seu auxílio duas outras escunas, as quais poucas horas depois os avistaram descendo o rio sem perigo, com a vazante da maré. Era falsa a notícia; e reunidos os três navios, fundearam em frente à referida fazenda em curta distância um do outro. Os rebeldes estavam aí em grande número, e na manhã do dia 13 começaram a fazer fogo de artilharia com duas pequenas peças que tinham assestadas no porto. Dizem que Eduardo Angelim estivera aí ao amanhecer, tendo saído da capital durante a noite para verificar se havia possibilidade de poder por aquele ponto retirar-se para o rio Guamá, como projetava.

Os navios corresponderam ao fogo, e mais tarde deram um desembarque de tropa, a qual sem grande resistência levou em debandada os rebeldes apoderando-se das canoas, das peças e de vários objetos abandonados na precipitação da fuga. Esta gente recolheu-se aterrada à capital, asseverando que na Pedreira tinha desembarcado uma grande força que marchava contra a cidade. Tal boato espalhou-se e produziu pânico geral entre os rebeldes, tratando cada um de livrar-se do perigo como melhor lhe permitiram as circunstâncias. Eram três horas da tarde, quando os fugitivos começaram a chegar, e a exageração com que referiam o fato aumentava cada vez mais o pavor. Não havia mais que hesitar; a retirada era imposta pela necessidade extrema de salvação.

No porto do Arsenal de marinha havia diversas canoas e um barco artilhado; pertencia este a um dos práticos da barra, mas achando-se em construção quando o marechal abandonara a capital, Eduardo Angelim transformara-o em navio de guerra depois de acabado por ordem sua, servindo-lhe nessa ocasião para efetuar a sua retirada. Os rebeldes afluíram para aquele porto; as canoas que lá estavam encheram-se de gente, e formaram

um numeroso comboio com outras que apareceram de vários pontos da cidade. Eduardo Angelim apresentou-se no porto, acompanhado da família e de algumas pessoas de sua maior intimidade. Embarcados todos, deu ordem de levantar ferros. Quase a um tempo deixaram a capital, e seguindo o barco em que ele ia com direção ao rio Acará, esforçaram-se por ganhar a margem oposta do Guajará, para afastarem-se dos navios que defendiam a entrada do Guamá, fundeados nas proximidades da Pedreira, onde os deixamos.

Não lograram, porém o seu intento: foram avistadas as canoas que se tornaram suspeitas pela ordem e número avultado em que navegavam. Os navios de guerra começaram logo a fazer-lhes fogo, e muitas, amedrontadas, afastaram-se do comboio e entraram pelos rios e furos que lhes ofereciam mais pronto refúgio, no meio da cerração causada pela chuva copiosa que caía nessa ocasião. O navio que guardava o Acará lhes veio ao encontro e conseguiu aprisionar algumas. Eduardo Angelim foi o único que, tendo artilharia, deu vários tiros e aproveitou a forte Ventania que então soprava, para alcançar o Acará e escapar-se seguindo este rio águas acima.

Enquanto tais ocorrências se davam, Andréia preparava-se para tomar posse da capital. Informado por um foragido às três horas da madrugada de que os rebeldes nessa noite infalivelmente se retirariam fez incontinenti embarcar o major Francisco Luís de Sousa e o capitão-de-fragata Frederico Mariath com a marinhagem disponível e toda força existente no Arapiranga, para irem tomar conta da cidade abandonada. Fizeram-se de vela sem perda de tempo, mas só puderam chegar ao seu destino na tarde do dia 13 por causa da maré e ventos contrários. Na mesma ocasião efetuaram o seu desembarque no porto de Santo Antônio sem resistência alguma: apenas na pequena praça deste nome alguns tiros disparados de uma casa, onde se achava reunido um insignificante grupo de rebeldes que fugiram na primeira escaramuça tempo de serem perseguidos.

Dirigiram-se sucessivamente ao quartel de artilharia, ao palácio do governo e a vários outros pontos da capital, procurando obter as informações que as circunstâncias exigiam. Verificada a retirada dos rebeldes e nada mais havendo que reccer, comunicaram tudo ao presidente e prepararam-se para recebê-lo. No mesmo dia visitaram o bispo em retribuição dos cumprimentos e felicitações que lhes fizera pelo seu secretário percorreram as ruas; examinaram os estabelecimentos públicos; puseram em guarda os objetos encontrados; tomaram enfim todas as cautelas que a prudência aconselhava.

Abramos aqui um parêntesis para dedicar algumas frases de comemoração ao triunfo de uma grande ideia que o sentimento de humanidade de há muito afagava. Vários cidadãos, formando na capital do Pará em 1888 uma associação denominada Liga Redentora, haviam escolhido este dia, treze de maio, como aniversário do restabelecimento da legalidade na mesma capital, para efetuar a libertação dos escravos residentes no município de Belém, e quando todos se empenhavam por conseguir o seu louvável intento, auxiliados por diferentes comissões, a princesa imperial regente em nome de seu

augusto pai então doente na Europa, sancionou a lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que extinguiu para sempre a escravidão em todo o império. Este dia, pois marca também hoje uma das datas mais importantes da história geral do Brasil.

E já era tempo de dar-se o último golpe na malfadada instituição que entorpecu por tantos anos a vida nacional. Fatal herança de nosso, antepassados, a escravidão se tornava um mal canceroso no seio da família brasileira e servia, nos derradeiros dias, de pretexto para torpe especulações! Certos filantropos de ocasião, depois de terem martirizado e vendido os escravos que possuíam, fizeram-se arautos imprudentes da abolição, injuriando a cidadãos respeitáveis, adulterando a verdade dos fatos que ocorriam, roubando pecúlios dos infelizes que em boa-fé lhes confiavam, aconselhando-os à fuga para depois se locupletarem seus serviços com ameaças e promessas de proteção, perturbando de seus serviços com ameaças e promessas de proteção, perturbando o sossego das famílias, profanando o lar doméstico, excitando a odiosidade contra os senhores, pregando nas senzalas doutrinas sanguinárias, mentindo em suma e ostentando com embustes sentimentos de caridade que não tinham! Felizmente por honra do país, além de semelhantes hipócritas e miseráveis especuladores, houve abolicionistas sinceros que esposaram de coração a ideia humanitária, e elevando-a à altura de um princípio social, souberam fazê-la triunfar com abnegação e honestidade.

Ao escrever estas linhas, vem-nos naturalmente a lembrança das injustas apreciações de que fomos vítimas em anos anteriores, e os leitores nos permitirão neste lugar algumas palavras em defesa própria. No Ceará houve quem nos acusasse de ter intenções à propaganda dos abolicionistas, quando não fizemos senão obstar os excessos e desregramentos de espíritos exaltados. Na posição que ocupávamos como presidente daquela província, não podíamos ter outra conduta. Contrariamos os abusos praticados, sem necessidade, à sombra de uma ideia geralmente abraçada, mas nunca deixamos de auxiliar o movimento regular da propaganda, conforme permitiam os deveres de nosso cargo. No relatório com que entregamos a administração dessa província em 17 de maio de 1883, dissemos o seguinte:

“No Ceará a questão da extinção do elemento servil, retraída dos meios menos regulares, mereceu o geral apoio e elevou-se à altura de uma aspiração, para a qual todos concorrem com o mesmo empenho e franca cooperação. Admira o desapego com que hoje assim o possuidor de um só escravo como o de dezenas acodem solícitos a depor o seu tributo nas aras da liberdade, alforriando gratuitamente o que muitas vezes constitui o seu único e exclusivo patrimônio! O escravo além disto nenhum valor quase tem nesta província, e tal depreciação facilitará dentro de pouco tempo a sua completa extinção.”

Foi durante a nossa administração que ali se efetuaram as libertações de Acaraípe, Pacatuba, Icó, Baturité, Maranguape, Soure, Mecejana e de vários outros municípios, mandando nos aplicar a alguns destes atos de filantropia certas quotas do fundo de

emancipação, e facilitando às respectivas comissões os meios razoáveis que dependiam do governo, como tudo consta do aludido relatório.

Em S. Paulo também tivemos a sorte de assistir ao início de idêntica propaganda, mas lá fomos considerados como abolicionista declara do! As providências que tomamos em dois graves atentados, cometidos em Araraquara e Jacaré por questões de manumissão, sendo os patronos destas arrancados de seus domicílios e violentamente expulsos daquelas localidades, deram ensejo para nos julgarem até como agente da propaganda! Entretanto, nada fizemos que não fosse garantir a segurança individual das vítimas e responsabilizar os autores ostensivos desses atentados. E nem podíamos também ter outra conduta na qualidade de presidente que éramos então dessa importante província. Manter a ordem pública, fazer respeitar os direitos de cada um e castigar os transgressores da lei era dever nosso, e não podíamos transigir com os promotores desses atos de violência. Na fala com que abrimos a assembleia legislativa daquela província em 16 de janeiro de 1884, depois de referir essas lamentáveis ocorrências, concluímos nestes termos:

“É geral o desejo de ver extinto o elemento servil no império, e os poderes constituídos cuidam de levar a efeito esta humanitária aspiração nacional sem grande abalo nas fontes da riqueza pública e particular. As boas reformas devem ser sempre refletidas e ditadas pelos conselhos ajuizados da prudência, sem desrespeitar nunca o princípio da autoridade, nem violar os preceitos da lei; e uma vez acariciadas pela opinião pública, não necessitam de meios violentos para se fazerem vingar. Em tais condições a precipitação é má e pode trazer perturbação a ordem pública, o que por certo será um grande mal para o país. A questão do elemento servil é bastante séria e cumpre que os brasileiros se reúnam num só pensamento e tratem sinceramente de resolvê-la com calma, critérios e inteira isenção de espírito, evitando por todos os meios açular as paixões ruins das classes íntimas da população: extirpe-se a atentar nem contra a lei, nem contra a autoridade, nem contra os direitos individuais, nem contra a ordem pública”.

Eis a nossa justificação; e seguramente quem usa desta linguagem franca e sem réfolhos, quem pratica os atos referidos não podia ter os sentimentos que lhe emprestaram detratores sem consciência nem escrúpulos, habituados a difamar desvirtuando sempre as intenções alheias. Profiram os homens sensatos o seu julgamento, e estamos certos nos farão justiça. Dito isto, fechemos o parêntesis e continuemos o nosso assunto.

No dia 14 de maio Andréia fez a sua entrada oficial na capital, senda acompanhado do seu secretário Bernardo Joaquim de Matos, de seu ajudante-de-ordens alferes Ernesto Emiliano de Medeiros, do encarregado da caixa militar tenente Albino dos Santos Pereira, do seu filho tenente José Soares de Andréia e de vários oficiais, alguns dos quais ele sempre distinguiu com a sua confiança e intimidade. E por autorização que tinha do governo imperial promoveu logo a outros oficiais em postos que mereciam

por serviços prestados à legalidade em diferentes pontos do interior da província, e na capital por ocasião do desembarque da tropa e das suas operações em terra tanto no dia 13 como nos posteriores.¹

¹ Promoveu o capitão-de-fragata Francisco Mariath a capitão-de-mar-e-guerra; o capitão-tenente Ângelo Petra de Bittencourt a capitão-de-fragata; o major Joaquim Jose Luís de Sousa a tenente-coronel; os primeiros-tenentes Francisco Barroso, Francisco Osório e Luís Sabino a capitães-tenentes. Consta tudo das seguintes ordens do dia:

“Quartel-general no acampamento do Uarapiranga, 9 de maio de 1836. - ORDEM DO DIA n° 7. A tomada da freguesia de Igarapé-miri, é um efeito de armas digno de louvor pela pertinácia dos defensores e pela constância dos sitiados. A chegada do brigue Brasileiro e da escuna Leal Cametaense, com 100 homens do 2º Batalhão de Pernambuco, pôs termo à resistência, e os abriram caminho atacando à meia-noite um dos nossos pontos com todas as nossas forças, e assim conseguiram escapar-se em número mais que 100, deixando no campo 43 mortos e mais 4 mulheres e uma criança, que se acharam entre eles e 50 prisioneiros dos quais morreram 3. Dos fugidos muitos vieram a perecer das suas feridas, e alguns puderam recolher-se e são tratados com humanidade. O chefe dos rebeldes escapou a tudo. Apresentaram –se ao comandante das nossas forças 101 indivíduos, que tinham estado entre os rebeldes a seu pesar e que tomaram logo o partido legal

Esta ação é devida principalmente ao Sr. tenente do 5º Batalhão de Caçadores, João Luís de Castro Gama, que pela sua atividade e coragem soube pôr em ação as forças que formaram o sítio, e também se deve aos esforços dos Srs. 1º-tenente Francisco Manuel Barroso, comandante do brigue Brasileiro, do 2º-tenente Filipe José Pereira Leal, comandante da escuna Leal Cametaense, e do Sr. Capitão João Francisco de Melo, comandante dos caçadores de Pernambuco.

Muito agradeço, particularmente aos Srs. Barroso e Melo, a urbanidade com que se prestaram a servir em uma empresa cujo chefe lhes era inferior em posto, sem lhes importar mais do que fazer bons serviços. – Francisco José de Sousa Soares de Andréia.”

- “Quartel-General, na cidade do Pará, 25 de maio de 1836. - ORDEM DO DIA N° 17 Os sucessos vantajosos e felizes que têm coroado as armas de sua Majestade o Imperador, nas restaurações desta província, merecem uma exposição clara conte chegue ao conhecimento das forças confiadas ao meu comando, a par da recompensa dada aos dignos chefes que dirigiram as empresas. No dia 25 de abril foi atacada e tomada a povoação de Vizeu, pelo 19-tenente Luís Sabino, comandante da escuna D. Francisca. Este oficial, depois de concluída esta ação atrevida, seguiu suas vantagens, arrojando os rebeldes para o lado de Ourém até as margens do Guamá. Com esta vitória, ficou completa a restauração de toda a costa desta província até a do Maranhão.

Por outra parte a divisão composta das escunas Fluminense, Dezenove de Outubro e Pôrto Alegre, comandada pelo 1º-tenente Francisco de Paulo Osório, bateu completamente os rebeldes nos rios Guajará e Capim, expulsando-os das suas posições escolhidas em Bom-Intento, Pernambuco, S. Domingos, Tápicura e Trafaria, obrigando a Agostinho Moreira, chefe dos rebeldes destes distritos, a se entranhar pelo Guamá acima, contando com uma retirada até Vizeu, que já não o receberá como deseja. O 19-tenente Francisco Manuel Barroso, comandante do brigue Brasileiro, tendo debaixo de suas ordens a escuna Leal Cametaense e 100 homens de caçadores de Pernambuco, contribuiu habilmente para a tomada de Igarapé-miri, donde voltou para entrar no Moju, e tendo antes de ir ao Moju, mandado entrar no Guamá com ordem de atacar, na sua volta, o ponto forte, que os rebeldes tinham na Pedreira, combinando-se para este ataque com o comandante do bloqueio, entrou nele com a sua usual habilidade, o que muito contribuiu para as vantagens do dia 13.

O Sr. capitão-tenente Ângelo Petra Bittencourt, comandante do bloqueio e da escuna Rio da Prata, tendo debaixo de suas ordens a expedição do Moju, composta do patacho Januária, e escunas Bela-Maria e Pelotas, atacou e tomou, na manhã do dia 13, a posição da Pedreira, dirigindo depois as operações do bloqueio, batendo o inimigo na sua retirada, até que todos evacuaram a cidade. O Sr. capitão-de-fragata Frederico Mariath, encarregado por mim de pôr em terra as forças destinadas à ocupação da cidade, tudo manobrado habilmente por mar, saltou em terra com os seus 250 homens e acelerando depois o desembarque das tropas mandadas a esta empresa, contribuiu grandemente para a rápida e incruenta ocupação desta infeliz capital. Final mente, o Sr. major Joaquim José Luís de Sousa, a quem confiei as operações de terra, pelas suas acertadas e rápidas disposições, não só corou a empresa dando a paz e a segurança a todos os habitantes que ainda estavam neste vasto sepulcro, prendendo a muitos rebeldes, que não tiveram tempo de se evadir, como arrojou até Maguari uma forte partida deles, até se lançarem ao mar. Por tão plausíveis motivos e porque estou autorizado para o fazer, publico a promoção seguinte:

Para capitão-de-mar-e-guerra efetivo, o capitão-de-fragata Frederico Mariath. Para capitão-de-fragata efetivo, o Sr. capitão-tenente Ângelo Petra Bittencourt. Para capitães-tenentes efetivos os 1.os - tenentes Francisco de Paulo Osório, Luís Sabino e Francisco Manuel Barroso. Para tenente-coronel de artilharia, continuando no mesmo

Encontrou na cidade somente mulheres e a guarnição que Eduardo Angelim deixara; não excedia de duzentos homens. Ordenou que destes fossem presos os intitula-dos oficiais, e alistados os demais como recrutas. Por precaução dividiu-os em pequenos grupos, e assim os repartiu pelas diferentes companhias dos batalhões de tropa de linha. Também encontrou em guarda algumas mobílias e trastes que fez recolher a um depósito a cargo do quartel-mestre geral: serviu este ao mesmo tempo de depositário de todos os roubos achados em poder dos rebeldes e nos matos.

A cidade despovoada apresentava por toda a parte um aspecto sombrio e con-tristador. Os rebeldes se tinham descuidado inteiramente da limpeza pública. As ervas e arbustos invadiam as ruas, as praças e as estradas. As valas nem mais davam esgoto às águas; entulhadas de areia e lodo, formavam verdadeiros tremedais em vários pontos. Re-conheceu-se então o grande estrago causado pela artilharia dos navios de guerra durante os nove dias de fogo no mês de agosto. As casas estavam abertas e em estado de ruínas, com raras exceções; umas quase demolidas, outras destelhadas e esburacadas ameaçavam desabar, não tendo muitas nem portas nem janelas; os facciosos as haviam arrancado para servir-lhes de combustível nos diferentes misteres da vida, durante os oito meses e dezenove dias que estiveram senhores da capital. Andréia comunicando ao presidente do Maranhão tanto a retirada dos rebeldes como a estratégia de que ele se servira para enco-brir as suas forças, e as ocorrências que se deram antes e depois da sua entrada na capital, disse-lhe em ofício de 20 de maio:

“Participo a V. Ex.^a que no dia 13 deste mês foi esta cidade, da pelas forças debaixo do meu comando, sem que se encontrasse resistência alguma, mais que uma meia dúzia de tiros disparados da casa junto a Santo Antônio, não sendo possível prender aos que o porquê fugiram logo. Desde que o Eduardo estabeleceu a sua correspondência comigo, foi talvez seu único fim ter ocasião de reconhecer minhas forças; porém nunca o pôde fazer, nem veio da cidade pessoa alguma ao meu campo, que eu deixasse voltar a ela.

“Assim não podendo ter outra certeza senão a de que tarde ou cedo seria atacado; vendo-se bloqueado por mar e sabendo que cedo o seria por terra; vendo o rio Guamá ocupado por três escunas, e alguns de seus pontos perdidos, e ultimamente a derrota de Igarapé-miri, resolveu-se ou à fingir uma retirada para me atrair, ou a fazê-la de veras. Como quer que seja, no dia 12 à noite saiu por mar até à Pedreira, que é o mesmo que ficar na cidade, seguindo provavelmente um dos irmãos pelo Guamá acima. Deste movimento tive eu notícia pelas três horas da madrugada do dia 13, e fiz logo as disposições para entrar na cidade pelo lado de Santo Antônio, estabelecer o centro de operações no campo da pólvora, ocupar São José, e pelo lado do mar desembarcar uma força no Arsenal:

serviço de comandante da brigada de Pernambuco, o Sr. major da mesma arma, Joaquim José Luís de Sousa. E esta ordem do dia será registrada na tesouraria desta província nos livros competentes dos corpos e navios onde seu conhecimento seja necessário. - Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

“Estas disposições juntas a um ataque dado na Pedreira na manhã do dia 13 por uma combinação feliz de circunstâncias, fez desorientar planos de falsa retirada, se é que os tinham feito, e obrigou o resto das forças rebeldes a fugir ainda com dia por entre as nossas escunas que os metralharam, e deixaram mais de cem homens na cidade, entrando alguns dos seus tenentes-coronéis, que foram logo presos. Um forte reconhecimento levado até o engenho de Benjamim, em Maguari, também dispersou um grande número de rebeldes. deixando unicamente quatro mortos pela rapidez da fuga, e porque enfim se lançaram ao mar, passaram a uma ilha aonde os nossos não puderam ir.

“Eduardo está no Acará ajuntando forças, e os irmãos tomaram várias direções com o mesmo fim. Eu tenho uma força de infantaria ocupando Jaguarari, e três escunas bloqueando as bocas do Acará e Moju. Tenho tomado algumas medidas: o mesmo que fazem os nossos inimigos devemos nós fazer. Eles estão reunindo forças, e segundo as expressões de que se servem entre si, fazem-nos a guerra como nas antigas Cruzadas, falando muito em Nosso Senhor Jesus Cristo, declarando guerra de morte aos caramurus, bicudos e maçons, cometendo os mesmos crimes e atentados dos antigos cruzados, e sempre para a maior glória de Deus. Não estou resolvido a imitá-los em tudo, mas seja isto ao menos na primeira parte; ajuntemos também as nossas forças; mande-me V. Ex.^a mais alguma gente. Acuda-me como sempre tem acudido a esta província, e ela será salva. – Envio a V. Ex.^a as cópias das duas últimas correspondências com a cidade e a de uma proclamação do Eduardo”.

De posse da capital, Andréia desenvolveu toda a sua atividade e energia contra os rebeldes. E posta em ação a chamada legalidade, sucedeu uma nova ordem de fatos mais ou menos irregulares, atentas as condições excepcionais em que deixaram a província as lutas intestinas de tantos anos. Não cabe porém no plano deste nosso trabalho referi-los; já temos ultrapassado as raías que nos impusemos. A restauração da província teve lugar em anos posteriores ao de 1835, e excede por isso os limites do compromisso que contraímos. Entretanto, para satisfazer a curiosidade natural dos leitores, daremos nas últimas páginas deste livro uma ideia geral da mesma restauração, deixando que outros a descrevam com o cortejo de circunstâncias que a revestiram. Mas antes de tudo façamos proceder algumas considerações do príncipe herdeiro da coroa imperial.

Não há que duvidar; o país não estava preparado para o golpe de Estado que operara a inopinada abdicação do imperador, nem tinha homens capazes de dominar o movimento faccioso que posteriormente desenvolveu-se, com sacrifício dos princípios democráticos que acabavam de ser proclamados. A regência não pôde dominar os espíritos exaltados; fez o que lhe foi possível, é certo, para acalmar as facções e salvar a integridade do império abalada pela anarquia; não hesitou nem mesmo diante dos meios violentos de repressão, mas força é confessar que não conseguiu sufocar a rebeldia que tanto perturbou a ordem pública em quase todo o seu governo.

Os vencedores de 7 de abril, divididos em dois grupos, cedo começaram a digladiar-se e a negar apoio à regência, criando uma situação anormal da qual soube tirar proveito o partido decaído. Reanimado este com a dissidência dos seus adversários, não perdeu ocasião de fomentar a discórdia com sérios embaraços à suprema administração do país. A agitação recrudescceu então e tomou caráter cada vez mais assustador. Do seio do parlamento partiram as hostilidades que foram repercutir nas praças e nas ruas.

Foi um erro político não terem eleito para o governo supremo do país o tutor imperial ou qualquer dos seus irmãos. A rejeição dos Andradas na composição da regência influiu bastante nos graves acontecimentos daqueles tempos. Ofendendo o amor-próprio de José Bonifácio, essa exclusão veio desafiar os brios do velho patriota que, não podendo ser indiferente a tamanha falta de consideração, aceitou o repto como homem de luta. E nem estava em seu gênio altivo resignar-se a tal condenação quando justamente esperava uma manifestação de reconhecimento nacional.

O ato pareceu-lhe acintoso, além de exprimir formal negação de confiança. Resentido e despeitado por tanta ingratidão conforme deixara transpirar em suas queixas íntimas, José Bonifácio não hesitou em declarar oposição ao governo que ele julgava querer humilhá-lo. Há quem lhe atribua a criação do partido restaurador ou caramuru e da sociedade militar como arma de combate contra a regência.

E verdade ou não, o certo é que ele reagiu com valentia, apoiado por vários jornais que se dedicaram à sua causa, como o Brasil Afrito, a Arca de Noé, a Verdade Pura, a Trombeta, o Carijó, o Castão e outros publicados no Rio de Janeiro. Dizem que, fazendo do palácio onde residia com o seu augusto pupilo o centro principal de suas hostilidades, promoveu dali os primeiros atos de reação que, executados na corte, retumbaram depois em todo o império, e foram dia a dia aluindo a força moral da regência assim como a dos seus delegados nas provinciais.

É uma triste verdade que ninguém poderá contestar: de 7 de abril de 1831 a 23 de julho de 1840, que tanto durou o governo regencial quer provisório ou permanente, quer composto de três membros ou de um só, o país permaneceu sob a pressão continuada dos turbulentos, vendo paralisar o seu desenvolvimento e estancar os mananciais da prosperidade pública e particular.

O princípio da autoridade ficou enfraquecido em todo o império e tornaram-se frequentes tanto os movimentos facciosos como as reações que os mesmos deram causa, sendo de lamentar os atentados que uns e outros praticaram; aos tresvarios das turbas agitadas seguiram-se os excessos dos agentes do poder público que, abertamente interessados nos acontecimentos, cometeram por sua vez arbitrariedades e violências não menos condenáveis, sacrificando inúmeras vítimas a represálias e rancores.

Nem com ser depois nomeada a regência por eleitores, conforme o ato adicional, puderam serenar os ânimos. O regente, na impossibilidade em que se viu de obter do poder

legislativo medidas adequadas às necessidades da ocasião, julgou-se incapaz de remediar os males que afligiam o país², e resignou o cargo transferindo-o ao ministro do império³ nomeado por ele mesmo de propósito para tal fim. Ainda assim, pouco ou nada melhorou o estado de agitação pública. A crise só começou a desaparecer com a declaração forçada da maioria do príncipe antes da idade legal como medida extrema de salvação do império. Foi então que acalmando os ânimos com acertados atos de clemência, pôde o governo pacificar as províncias revoltadas e dar à suprema administração do Estado meios mais regulares de ação.

Os anos tempestuosos da regência realmente dão à história amargas lições sobre o exaltamento das paixões partidárias. Nem a energia reconhecida de Feijó, nem a sabedoria e patriotismo de tantos varões ilustres desses tempos memoráveis puderam impedir que a anarquia ensanguentasse o país, desde a abdicação do primeiro imperador até a decretação da maioria do segundo. Do Extremo Norte ao Sul do império os motins foram contínuos e desoladores. A revolução de 7 de abril, criando várias e opostas ambições no espírito público, excitara a população a cometimentos irrefletidos e precipitados: ao torpor do inesperado golpe de Estado seguiu-se a reação assomada dos impacientes em nome da nova situação política que ainda vacilava.

A capital do império foi o cenário dos primeiros movimentos tumultuários. Nos quartéis e fortalezas alguns corpos de linha e de polícia se revoltaram, e acompanhados da turbamulta dos ociosos perturbaram a ordem pública pelas ruas e praças da cidade: às desordens do teatro de São Pedro de Alcântara e à sedição da Quinta da Boa Vista sucederam os atentados contra a sociedade militar no largo de São Francisco de Paula, a destruição das oficinas tipográficas do partido restaurador e muitos outros fatos subversivos, que serviram de incentivo à conflagração das províncias.

No Maranhão, um grupo de exaltados reuniu-se à tropa indisciplinada e reclamou a suspensão dos funcionários suspeitos à nova situação política, e fugindo da capital devastou algumas localidades do interior da província, sob o comando do cearense Antônio Damasceno. Seguiu-se a rebelião de Raimundo Gomes, Militão e Balaio com todas as suas depredações e atrocidades.

No Ceará, Pinto Madeira, sectário frenético da política decaída, apossou-se do Crato e aí estabeleceu um governo próprio sem nenhuma dependência do presidente da província, sujeitando à sua autoridade Cariri e muitas povoações importantes daqueles sertões. No Rio Grande do Norte, foi até assassinado o presidente da província Manuel Ribeiro da Silva Lisboa.

Em Pernambuco e Alagoas, além dos tumultos da soldadesca no Recife, Vicente de Paula, acoutado nas matas de Pannels e Jacuípe, assolou o centro das duas províncias com os seus numerosos sequazes, sem respeito ao direito de propriedade e ao lar doméstico, nem consideração ao sexo e à idade.

² São palavras textuais de Feijó em seu manifesto de 19 de setembro de 1837.

³ Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda.

Na Bahia, sobre os tumultos da população e da tropa insubordinada, Sérgio Veloso e outros declararam a província independente do império durante a menoridade do príncipe, e adotaram o sistema republicano, instalando as novas autoridades no próprio palácio do presidente que, aos primeiros sintomas da sedição, abandonara a capital em precipitada fuga para bordo do primeiro navio de guerra que se lhe deparou.

Em Minas Gerais, os sediciosos aliciaram o corpo de cavalaria, após saírem-se das repartições públicas de Ouro Preto, destituíram o presidente da província que estava em Mariana, assim como o vice-presidente que na sua ausência exercia o cargo na capital, e proclamando um novo delegado do governo, declararam não ter outro fim que não fosse o da própria defesa contra autoridades insensatas e despóticas, pelo que protestaram inteira obediência à regência e aos agentes que a mesma nomeasse.

No Rio Grande do Sul, a agitação pública tornou-se mais grave e complicada. Frustrado o primeiro movimento militar na capital, foi esta depois invadida por um caudilho que obrigou o comandante das armas a evadir-se para o Estado Oriental e o presidente da província para a cidade do Rio Grande, onde o mesmo estabeleceu a sede do governo, seguindo-se as lutas encarniçadas que deram em resultado a república de Piratini, a qual, embora iniciada no acampamento de Jaguarão, só tomou corpo depois dos reveses de Fanfa como meio de despertar os ânimos abatidos pela derrota dos rebeldes.⁴

Mato Grosso, Sergipe, Piauí, Goiás, todas as províncias em suma foram vítimas do espírito faccioso da época; mas nenhuma sofreu tanto como a do Pará, que já de há muito se estorcia em convulsões repetidas por sugestões malignas de homens atrabiliários, entre os quais se distinguiram alguns clérigos pelo fanatismo religioso com que açularam a população contra os maçons. A massa inculta do povo, arrastada por fementidos patriotas, rompera os laços de obediência às autoridades constituídas e se debatera em constantes agitações e motins.

Os atentados repetiram-se subindo sempre na escala ascendente de gravidade. À deposição do visconde de Goiana em 7 de agosto de 1831, seguiram-se: a oposição feita à posse de Mariani e de Vasconcelos em 16 de abril de 1833, os assassinatos de Lôbo, de Santiago e de Inglis em 7 de janeiro de 1835, com aclamação imediata de Malcher para presidente da província e de Francisco Vinagre para comandante das armas!

E como resultado necessário e inevitável da anarquia que dominava, vieram logo com intervalos de poucos dias: o assassinato de Malcher em 21 de fevereiro, as hostilidades contra o vice-presidente Ângelo Custódio Correia e contra a esquadra em 12 de maio, o bárbaro morticínio da Vigia em 23 de julho, a entrada dos rebeldes na capital em 14 de agosto, a retirada de Manuel Jorge para a ilha de Tatuoca em 23 do

⁴ Na sua História do Brasil de 1831 a 1840, Pereira da Silva descreve circunstanciadamente, embora nem sempre com a devida exatidão, este e outros acontecimentos ocorridos durante o governo regencial na menoridade do imperador. João Mendes Almeida recapitula-os na sua obra intitulada Notas Genealógicas, descrevendo com interesse os que se referem à província do Maranhão. O mesmo faz Moreira de Azevedo com os que ocorreram na corte do império. Leia-se a sua obra – O Brasil de 1831 a 1840.

mesmo mês depois de nove dias de porfiado fogo, todos os sucessos enfim que enlutarão a sociedade paraense durante o governo regencial!⁵

A imprensa apaixonada e mal dirigida teve grande parte nas calamidades da província. A linguagem incendiária de seus intitulados após tolos concorreu poderosamente para que a população transviada se precipitasse na anarquia. Não faltaram os foliculários trêfegos e assalariados, ignorantes e vaidosos, para desviar a opinião pública sem nenhum interesse real pela causa comum da província. Foram muitos os jornais publicados na capital do Pará durante o período da nossa narrativa.⁶ Do ano de 1822 ao de 1841, desde o Paraense até o Correio da Assembleia Provincial do Pará, houve não menos de 37 periódicos, dos quais 23 pertenceram exclusivamente aos quatro primeiros anos da regência a contar do Sagitário ao Sabatina, sem incluir os avulsos e pasquins asquerosos, que nem o santuário das famílias respeitaram.

Redigidos, uns pelos próprios interessados que não primavam em saber nem em circunspecção, e outros por homens habituados a pôr em almoeda a pena e a consciência como meio lucrativo de vida, esses jornais na maior parte serviram de eco às facções que se disputavam a primazia nos acontecimentos, e sem fazerem o mínimo bem à sociedade, lançaram-se no terreno estéril das questões pessoais, e irritaram as turbas com doutrinas subversivas ao princípio da autoridade, à ordem e à moralidade pública. Adulterando os fatos, desmoralizando a lei e os seus executores, excitando os ódios e os maus instintos populares, esses chamados órgãos da opinião pública deturparam o nobre apostolado da imprensa e causaram a ruína da província. Amortecido o sentimento de mútuo respeito entre os cidadãos, e predispostos os ânimos à turbulência pelos germens da anarquia inculcados na população, foi-lhes fácil completar a obra de dissolução moral, sublevando as classes ínfimas da sociedade contra as primeiras, mais graduadas e esclarecidas.

Era a consequência fatal da política seguida por certos homens, que exerceram influência perniciosa na província, e por largo período de anos permaneceram sempre em hostilidades com os depositários do poder público, desmoralizando conforme os seus fins a massa inculta da população, com sacrifício dos deveres que impunham a todos o interesse geral da província. É conveniente fazer aqui uma declaração para prevenir qualquer

⁵ Estão minuciosamente descritos na 2ª, 3ª e 4ª partes todos os fatos aqui referidos.

⁶ Os periódicos publicados no Pará foram os seguintes: 1822, O Paraense - O Luso-Paraense - 1824, O Independente - 1825, O Amigo da - 1827, O Verdadeiro Independente e A Voz do Amazonas - 1829, O Brasileiro Fiel à Nação e ao Imperador e O Telégrafo - 1831, O Sagitário, Correio do Amazonas, Orfeu Paraense, Hemmedall, Opinião, Belerofonte e Eco Paraense - 1832, O Liberal, Soldado Liberal, Luz da Verdade, Amigo da Ordem, Despertador, Paraguaçu e Publicador Amazonense - 1833, Federalista Paraense - 1834, O Vigilante, Sentinela Paraense na Guarita do Pará, Desmascarador, Correio Oficial, Diário do Conselho Providencial e Mercantil - 1835, O Paquêto do Governo, e Sabatina - 1857, Comercial e Recopilador de Anedotas - 1840, O Treze de Maio e Paquêto Imperial - 1841, O Publicador Paraense, e Correio da Assembléia Provincial do Pará.

Esta notícia extraímos do editorial com que o Treze de Maio solenizou aniversário de sua existência jornalística em 13 de maio de 1849. Além dos periódicos referidos menciona ainda o aludido editorial os jornais publicados até o ano de 1848, pela maneira que se segue: 1846, O Jornal da Sociedade Filomática Paraense - 1847, O Cenobita e a Gazeta Mercantil - 1848, O Doutrinário, Têu-Têu, Carapanã, Japiim, Correio dos Pobres, Tolerante, Eco Independente e Publicador Paraense.

sentimento de prevenção, que porventura haja contra este trabalho, supondo-se talvez que seja escrito sob a influência partidária da parcialidade liberal a que pertencemos.

Não havia ainda nesse tempo os partidos que só apareceram em cena no ano de 1838, quando tratou-se do projeto de interpretação do ato adicional, sustentando uns e combatendo outros a necessidade de alterar tão depressa a reforma constitucional. Chamaram-se conservadores os primeiros e liberais os segundos. Estes constituíram-se defensores das teorias democráticas e opuseram-se com energia à projetada restrição da inteligência, ampla e vária, dada pelas assembleias provinciais às suas atribuições; aqueles supuseram ameaçada a integridade do império, e consideraram urgente fixar o verdadeiro sentido do ato adicional para cortar esse chamado arbítrio, evitar inovações perigosas e manter a lei nas suas mais restritas disposições.⁷

Estes dois partidos, que por muito tempo dirigiram os destinos do país, foram posteriores aos que promoveram no Pará os acontecimentos de nossa narração. Pode ser que, nascidos de sentimentos patrióticos nas lutas gloriosas da independência, os primeiros partidos tivessem intenções generosas e benéficas à província, como sinceramente acreditamos, mesmo durante o reinado do primeiro imperador, quando a nascente nacionalidade, tímida e receosa do passado, por toda a parte tratava de consolidar-se e garantir as suas novas instituições contra qualquer desígnio dos antigos dominadores. Mas os fatos ocorridos na província vieram demonstrar que, ou por más sugestões ou por desassida direção, esses partidos degeneraram nos últimos tempos em focos de perturbações da ordem pública. Se nos primeiros anos de sua existência mantiveram-se em posições convenientes e regulares, precipitaram-se depois nas lutas agitadas das facções, e por fim perderam-se na anarquia das turbas desvairadas.

Mortos ou retirados do cenário político os chefes primitivos e prestimosos, os homens de mais moralidade e merecimento, surdiram das trevas os ambiciosos vulgares que, menos escrupulosos e ajuizados, dominaram pela ousadia e perversão, sem nenhum temor de responsabilidade, tendo somente em consideração as simpatias e agrados dos seus insensatos adeptos. E firmando eles a sua principal força na população inconsciente, tiveram de ceder quase sempre à pressão dos maiores anarquistas para poderem conservar a sua confiança e apoio. E assim, a gente da última escala social, acariciada como elemento imprescindível do poder de que aqueles careciam, sentiu-se orgulhosa e por sua vez ergueu-se altiva avassalando os movimentos sediciosos, cometendo atentados sobre

⁷ Leia-se a História do Brasil de 1831 a 1840, de Pereira da Silva, Segundo Livro. cap. III.

Mencionamos a época do aparecimento e organização dos partidos liberal e conservador, porque já houve quem dissesse que nós, dominados pelo fanatismo partidário da arei a que pertencíamos, tínhamos sacrificado a imparcialidade histórica, deprimindo os mais nobres caracteres pelo simples fato de não pertencerem à nossa comunhão política, como sucedera com o ilustre D. Romualdo de Seixas, uma das maiores glórias da província do Pará! Entretanto, nem nos referimos a este distinto sacerdote, nem tais partidos ainda existiam no período de nossa narrativa! Não nos referimos a D. Romualdo de Seixas, arcebispo da Bahia, e sim ao bispo D. Romualdo de Sousa Coelho, cujo caráter nunca deprimimos; respeitamos sempre as suas virtudes, como demonstrou a Província do Pará em editorial de 10 de junho de 1886.

atentados, sacrificando ao gênio destruidor do mal a propriedade, a segurança individual, a paz doméstica, o futuro enfim da província.

Mas nem por isso a essa pobre gente cabe nos acontecimentos maior quinhão de responsabilidade do que aos seus desalmados corifeus. São estes e os insanos agentes da autoridade os principais culpados das des graças que devastaram o solo paraense. Atraído e agitando as turbas, foram eles que as perverteram e desmoralizaram. As massas populares têm sempre o instinto do bem, e só instigadas por maus conselheiros perdem o sentimento do dever e praticam desatinos: depois de transvia das é que correm às cegas e tonteiam, sem haver então mais força capaz de conter os seus delírios. São como os grandes volumes d'águas represadas que, transbordando, não encontram mais diques que possam sopeá-las, nem impedir os seus estragos.

Não é de razão que se lance somente em conta do povo paraense o que também pertence aos seus diretores e governo. Uns e outros concorreram para as tristes cenas que ensanguentaram a história do Pará. Antes da anarquia baixa da intitulada plebe houve a anarquia elevada das classes superiores. No regimento moralizado da lei nunca as massas populares se revoltam. E responsáveis por esses acontecimentos, governantes e governados estão sujeitos ao tribunal da opinião pública, e deve cada um sofrer a sanção moral, que lhe couber como autor ou cúmplice nas calamidades da província.

Não contestamos que a anarquia no Pará fosse o resultado fatal das lutas entre as facções, e nem destas era lícito esperar outra coisa, forma das como eram de gentes desconhecidas e somente capazes de fazer sequela aos turbulentos e ambiciosos sem moralidade, sobressaindo nos últimos tempos os malfeitores afamados, os vadios e analfabetos que, sobre serem de costumes dissolutos, viviam na mais crassa ignorância, sem a menor noção dos deveres sociais. Mas é fora de dúvida que essas facções receberam das camadas superiores da população as funestas lições dos primeiros atentados contra as leis e contra o princípio da autoridade.

As tempestades formam-se sempre nas altas regiões, e na vida geral da humanidade inúmeros fatos demonstram que os exemplos partidos de cima têm mil atractivos que fascinam as multidões mormente quando elas, por falta de cultura intelectual, não sabem apreciar o merecimento real dos homens e das coisas, nem distinguir os impostores políticos dos patriotas convictos que se dedicam sinceramente à causa pública. E impostores políticos houve-os no Pará com presunções de virtudes que nunca tiveram, e talvez ainda hoje os haja refinados no manejo indecente das especulações partidárias.

Semelhantes tipos, que brotam dos enxurros da política, nutrem-se da ignorância popular e fazem do patriotismo simples jogo de interesses individuais: pólipos asquerosos que afeiam e estragam o corpo social, é de necessidade extirpá-los pela raiz, e para isto só há um meio eficaz: é derramar a instrução pelo povo de maneira que este possa, com entendimento esclarecido e ajuizado, desviar-se das

seduções perigosas e castigar como merecem, com desprezo e escárnio, os mercenários que tentem iludir a sua boa-fé.

Iluminado qualquer edifício, naturalmente fogem do seu teto os daninhos que temem a claridade, as aves noturnas que se abrigam nas trevas. É o caso da instrução popular que, uma vez desenvolvida, dá luz ao espírito público e afugenta para longe os aventureiros que vivem da cegueira de seus concidadãos. A ignorância é a noite tenebrosa dos povos: obscurecendo-lhes a razão, torna-os indiferentes ao movimento social e reduz-os a instrumentos maleáveis dos ambiciosos, a fatores inconscientes de suas próprias desgraças. Privados de discernimento, todos deixam-se facilmente conduzir pelo primeiro astucioso que lhes estenda a mão, e como cegos guiados por estranhos ou a tatear na escuridão, nem conhecem o rumo a que são levados.

É de justiça não concluir estas considerações sem mencionar os corpos militares entre os protagonistas das desordens do Pará. Aquartelados na capital, todos tomaram parte nos movimentos tumultuários da província, como demonstram os fatos que temos referido. A indisciplina foi geral no exército desde o primeiro reinado. E nem no governo da regência foi menos sensível e pernicioso a influência da força armada. De 1831. 1840 os acontecimentos agravaram-se, e em todos ou quase todos ele interveio tomando posição ora mais, ora menos ativa. É uma triste verdade: não houve província em que a sua guarnição se não amotinasse. Os movimentos insurreccionais foram frequentes nesse período agitado de nove anos, e raro foi o motim que a força armada não instigasse. Di-lo assim a história do país.

XIV

(1836-1840)

Suspensão de garantias constitucionais. – Juízo de Andréia sobre as condições da província. – Expedição contra Eduardo Angelim. – Prisão do mesmo. – Várias providências contra os rebeldes. – Justificação de Andréia sobre os seus atos. – Criações de comandos militares, de corpos de polícia e de trabalhadores. – Organização dos mesmos. – Primeiro orçamento da receita e despesa da província. – Considerações a respeito do mesmo. – Agradecimento e felicitação da assembleia provincial a Andréia pelos serviços prestados à província. – Resposta do mesmo. – Sua exoneração e relatório ao entregar a administração a Sousa Franco. – Atos deste. – Pedido e concessão de anistia. – Apresentação dos rebeldes às autoridades. – Notícia do restabelecimento da ordem pública, dada por João Antônio de Miranda, sucessor de Sousa Franco. – Eduardo Angelim e Francisco Vinagre anistiados, com obrigação de irem residir no Rio de Janeiro. – Prisão do primeiro na corte e seu embarque para o presídio de Fernando de Noronha. – Várias considerações.

São estas as últimas linhas que prometemos consagrar à restauração da legalidade no Pará, referindo sucintamente os principais meios em pregados por Andréia para reprimir a rebeldia. Era nossa intenção fazer de tal assunto um novo trabalho, e para isso já tínhamos uma importante coleção de documentos colhidos durante muitos anos de labores. Infelizmente perdemo-los¹, e talvez não tenhamos mais disposição nem paciência para empreendê-lo de novo. Apreciando agora esses acontecimentos na sua máxima generalidade, nos limitaremos a expô-los em simples e resumido sumário. Começaremos pela autoridade de que Andréia foi investido.

O governo imperial, suspendendo no Pará por seis meses, conforme os poderes que lhe haviam sido dados por lei, algumas das garantias constitucionais outorgadas à liberdade individual e ao domicílio;² tinha autorizado ao presidente a mandar prender sem culpa formada e a poder conservar em prisão sem sujeitar a processo, durante o referido prazo que depois foi prorrogado, os indiciados em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio; – a fazer sair da província e mesmo assinar

¹ Em 11 de dezembro de 1883 desembarcando nós na cidade de Fortaleza, capita Ceará, para tomar posse da presidência dessa província, molhou-se-nos uma caixa que continha vários manuscritos nossos, inclusive os documentos e esboço sobre a pacificação do Pará. Dias depois, aberta a caixa, encontrou-se podre e inutilizado pela água salgada do mar tudo quanto existia dentro da mesma.

² Estas garantias são as mencionadas no art. 179. §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10º da Constituição do Império.

lugar certo para sua residência àqueles dos indiciados nos mencionados crimes, que a segurança pública exigisse se não conservassem na província.

Eram consideradas como ilícitas todas as associações secretas, e como sedição todo o ajuntamento armado que houvesse de mais de cinco pessoas contra as autoridades, seus agentes e execução dos seus atos legais. E qualquer comandante de tropas podia dissolver tal ajuntamento pelo uso das armas, quando os seus fautores não se dispersassem à primeira intimação.

O governo imperial tinha mandado dissolver os batalhões de guardas nacionais, autorizando ainda ao presidente da província – a armar em um ou mais municípios até 600 cidadãos dos referidos guardas; – a dar-lhes organização que fosse mais conveniente; – a nomear oficiais e a sujeitar esta força à disciplina dos corpos destacados. Podia, além disto, despendar até 220:000\$000 de réis para fazer estacionar na província um corpo de voluntários, que não excedesse de quatrocentas praças.³

Estava também autorizado o presidente da província a mandar executar, sem dependência de subirem à presença da regência, as sentenças que impusessem ou tivessem imposto pena de morte por crimes em que a mesma devesse ter lugar, cometidos na província depois do dia 6 de janeiro de 1835, e bem assim pelos que cometessem ou tivessem cometido as pessoas pertencentes às forças de mar e terra sujeitas ao presidente, devendo cessar tal medida quando ele declarasse restabelecida completamente a ordem e tranquilidade públicas.⁴

Pareciam de rigor exagerado estas medidas, mas para os grandes males que flagelavam a província só remédios enérgicos podiam convir. Havia muito tempo que a subversão moral contaminava a sociedade paraense, perturbando de contínuo o sossego geral, a ação benéfica da lei e da autoridade. A população vivia em completa desordem e entregava-se à devastação, ao morticínio, ao roubo, a todos os horrores da mais desenfreada anarquia.⁵

Não são desconhecidas as constantes dissensões dos tempos coloniais entre os naturais e europeus, entre os jesuítas e governadores, as quais transmitiram mais ou menos às novas gerações os seus perniciosos efeitos, com prejuízo dos princípios da ordem e moralidade públicas. E ainda fermentavam as animosidades dessas dissensões, quando proclamou-se a independência política do império. Os acontecimentos posteriores encontrando o sentimento sedicioso desenvolvido no espírito popular, fecundaram com rapidez e frutificaram à sombra das facções e dos agentes da autoridade. E desvairadas as turbas pelas paixões partidárias, deviam os movimentos tornar-se cada vez mais tumultuários, cavando de ano a ano a ruína da província.

³ Lei de 22 de setembro e decreto de 7 de novembro de 1835.

⁴ Decreto de 4 de novembro de 1835.

⁵ Leia-se a exposição geral que precede a defesa de Andréia perante o supremo tribunal de Justiça: mencionamo-la adiante.

“- É sabido o estado de furiosa anarquia, disse-o Andréia, a que chegou esta malfadada província, arrastada ao abismo pela liberdade, ou antes, pela licença da imprensa, pela impunidade seguida e sistemática de todos os crimes, especialmente dos que se encaminhavam à subversão da ordem, pela insubordinação de todos os empregados militares e civis pelo desprezo, menoscabo e insulto feito impudentemente às primeiras autoridades, pela jactância descarada com que homens ignorantes ostentavam a sua imoralidade e irreligião...

“- Não farei, continua ele, a exposição detalhada dos horrores de tal revolução espantosa em que o barbarismo parecia querer devorar de um só trago toda a civilização existente; direi somente em resumo alguma coisa de seus resultados gerais. À exceção da vila de Cameté, freguesia de Abaeté, praça de Macapá, e das vilas e pequenas povoações do rio Xingu, não me consta que alguma outra parte desta vasta província escapasse ao furor dos malvados. Assim foram destruídos em sua maioria os engenhos e fazendas, dispersos ou mortos os seus escravos, consumidos os gados de criação, extinta até a sementeira dos gêneros mais precisos ao sustento ordinário. Há distritos onde não deixaram vivo nem um só homem branco; por toda a parte sente-se a falta de população em todas as classes.”⁶

Ocupando-se do estado financeiro da província, acrescenta que não podia ser pior; a renda anual não excedia de sessenta e cinco contos de réis, e era muito miserável para acudir as necessidades do serviço público, sendo causa de tão lamentável atraso as contínuas revoltas e impunidades que estragavam o que existia e retardavam todo o progresso da agricultura e comércio. As despesas, entretanto aumentavam e exigiam imediatas providências, atenta a necessidade de reprimir o sentimento faccioso que arruinava tudo.

“As rendas desta província, gerais e provinciais, ponderou ele, são muito poucas e não têm relação nenhuma nem com a sua imensa extensão nem com a beleza, espaço, segurança e vantagens do seu porto, nem com o número e quantidade de seus gêneros de exportação e de uso interno, nem mesmo com o número de seus habitantes, bem que muito inferior ao que se devia esperar das vantagens que oferece o terreno; só poderão estar em relação com a indolência de muitos e com a perversidade de alguns: nem pode dizer-se outra coisa, se tivermos em lembrança quantas revoltas e quanta impunidade tem estragado o que existia e retardado todo o progresso da agricultura e comércio.”⁷

“O método ultimamente adotado de se receberem os direitos por coletorias concorre ainda por aditamento aos outros males, pelo muito pouco que se recebe dos direitos estabelecidos. Do balanço que apresento, da receita e despesa do ano financeiro

⁶ Fala com que o presidente do Pará, marechal Andréia, abriu a primeira sessão da assembleia provincial, em 2 de março de 1838, páginas 3 e 4.

⁷ São hoje avultadas as rendas do Pará, que em 1838 eram apoucadas e muito miseráveis para acudir às necessidades do serviço público, conforme as qualificou o general Andréia. No ano de 1889 foram de 8.767:120\$759, sendo: provincial, 2.806:382\$884; municipal, 346:276\$411, e geral 7.767:120\$759, tendo só esta última atingido a 9.826:392\$368 no ano anterior, de 1888, pelo que a renda total elevou-se a 12.979:051\$663, ou a mais de treze mil contos, contados os aumentos das rendas chamadas – provincial e municipal - nesse mesmo período. Este cálculo é de renda já liquidadas, feito sobre dados fornecidos pelas respectivas repartições.

de 1836 a 1837, se vê que só na primeira adição se encontra alguma coisa arrecadada pela recebedoria de Cameté, e mais adiante outra do oficial-maior da secretaria do governo, pelos emolumentos pertencentes ao secretário: tudo o mais é recebido do tesoureiro das diversas rendas, isto é, nesta cidade e por consequência em pura perda quanto se exige do povo em todos os outros lugares e vilas. Cumpre estabelecer outra maneira de arrecadar as rendas provinciais que apenas produziram a soma de 65.694\$551 réis, quantia suficiente para governar uma casa particular em grande tom, mas muito miserável para acudir às precisões de uma província.

“Pelas ordens do tesouro público nacional é suprida de alguma forma esta falta com o socorro de quarenta contos de réis, tirados da renda geral, e é fora de toda a dúvida que se terá necessidade de lançar mão de toda esta quantia. Apresento um orçamento para o futuro ano financeiro de 1838 a 1839, no qual é levada a receita a 96.076\$509 réis, que talvez se reduza de fato à pouco mais de 64.617\$900 réis, soma real que se poderá arrecadar pela recebedoria da província. Tudo o mais supõe-se que há de vir das coletorias ou da cobrança das dívidas ativas: e creio muito pouco no que hão de entregar as primeiras e no que se há de cobrar das segundas, enquanto a fazenda pública não tiver meios mais terminantes de cobrar as suas dívidas.

“A despesa está orçada em 104.731\$200 réis, sobre a qual devo observar que não entram as despesas da assembleia provincial, os aumentos indispensáveis com os oficiais da secretaria do governo, com os mestres de primeiras letras e professores de aulas maiores, além das cadeiras que se terão de criar, com vários empregados da catedral, com o aumento de algumas freguesias, com o reparo de edifícios, força provincial e outros serviços. Não será, pois, estranho que a despesa seja dobrada à do orçamento, convindo por isso ter muito a peito o melhor meio de arrecadação e um aumento de impostos, que possa fazer em face de todas as despesas. Ainda que uma das teorias mais seguidas seja falar sempre de alívios de tributos, para assim lisonjear o povo rude, eu não duvido apresentar-me como sectário da teoria oposta: os tributos só são prejudiciais quando não tocam a todos e se faz mau uso dos dinheiros públicos...”⁸

Estando assim a província sem recursos e inteiramente anarquizada, como acabamos de ver, não era de estranhar que Andréia fosse investido de poderes discricionários, com os quais pudesse reagir contra a demagogia desenfreada. O seu primeiro cuidado foi efetuar quanto antes a prisão de Eduardo Angelim para obstar que o mesmo se passasse ao Amazonas, onde contava encontrar partidários em grande número.

Soube que ele tinha subido o Acará, e guiado por índios se fora homiziar à margem de um lago nas cabeceiras deste rio. Imediatamente Preparou uma expedição e fez marchar para aquele ponto o tenente-coronel Luís de Sousa como comandante da força, composta do segundo batalhão da brigada vinda de Pernambuco, e das praças que os navios de guerra puderam dispensar das suas guarnições.

⁸ Fala referida de Andréia, páginas 807, 808 e 809.

Este oficial acampou na fazenda Jaguarari e aí colheu as informações necessárias ao bom desempenho de sua comissão. Dias depois prosseguiu a sua excursão até à freguesia do Acará: daí embarcou com a tropa em escaleres e pequenas canoas, e continuou a navegar rio acima. E quando se achava no lugar mais estreito do rio, viu-se acometido de uma e outra margem pelos rebeldes emboscados nos matos. Efetuado à pressa o desembarque de uma parte da tropa, fê-los perseguir e dispersar sem necessidade de grande esforço; aos primeiros tiros fugiram e desapareceram todos no bosque emaranhado que ali havia.

Eduardo Angelim foi nessa ocasião ferido e abandonado pelos seus partidários que, reduzidos já a pequeno número, não quiseram mais acompanhá-lo: julgando-se perdidos, cada um tratou de fugir e salvar-se como pôde. O índio que lhe servia de guia, vendo-o baleado na perna direita sem poder andar, cercado somente da família e de poucos amigos, compadeceu-se de sua desgraça e o transportou de noite, auxiliado por outros, para o centro das matas onde não pôde mais ser alcançado pelas forças legais.

A expedição andou-lhe na pista por algum tempo, mas nada conseguiu, nem mais notícia teve dele; e desenganada, voltou à freguesia do Acará e aí já encontrou muita gente vinda de Bujaru, Guamá, Moju e outras localidades, para ajudá-la nas diligências. O tenente-coronel Luís de Sousa, em consequência disto, resolveu retirar-se para a capital, deixando apenas na freguesia a escuna Rio da Prata e um pelotão de tropa de linha comandado pelo alferes Pedro José Gonçalves, com ordem terminante de averiguar o destino de Eduardo Angelim e de persegui-lo, podendo aumentar a sua força com paisanos que lhe inspirassem confiança, conforme aconselhassem as ocorrências.

Eduardo Angelim estava efetivamente à margem de um lago nos confins do Acará, no chamado Rio Pequeno. Habitava em uma humilde palhoça que construía com o auxílio dos gentios aldeados naquelas longínquas regiões. Nesse ermo passava vida de misérias. Privado de recursos, sem meios de remediar os seus contínuos sofrimentos, não tinha para alimentar-se senão palmitos e frutas agrestes, ou o que por com paixão lhe davam os gentios, ou o que ele colhia das suas pescas no lagos, mas tudo isso era falível, e por mais de uma vez sentiu em dias sucessivos os rigores da fome.

No conflito que teve com a força legal perdera tudo, e nem roupa tinha para mudar! Entretanto, não murmurava de sua sorte; lembrava-se que, ignorado nessas brenhas, ao menos não tinha que reçar de seus inimigos. E por certo não seria ali facilmente descoberto, se um índio da mesma tribo aldeada no Acará não viesse denunciá-lo, oferecendo para guia de quem o quisesse prender; queria vingar-se por supô-lo cúmplice na morte que o cacique dera a um sobrinho suspeito de traição, para com os fugitivos. O alferes Pedro Gonçalves presenteando ao denunciante, embarcou logo com ele, e acompanhado da força que havia organizado, seguiu em canoas enquanto o rio lhe permitiu navegação. De certo lugar em diante só pôde prosseguir por terra, atravessando matas ínvias, cortadas de brejos e riachos que se estendiam por entre altas ribanceiras, algumas difíceis de galgar.

Não foi sem trabalho e incômodos que conseguiu chegar ao termo da jornada. Eram quatro horas da tarde de um dos últimos dias do mês de outubro, quando avistou a humilde choupana de Eduardo Angelim. Preparados todos para repelir qualquer tentativa de resistência, avançaram com passos acelerados, em diferentes direções: uns cercaram e outros invadiram a casa. Quem eles procuravam estava ausente; andava pelo lago em busca de alimento. A sua consorte, pálida, descalça e coberta de andrajos, tiritava e gemia com febre: sobressaltada de repente, como foi, não proferiu uma só palavra, nem moveu-se da maca em que jazia! A penúria era tamanha que ninguém deixou de comover-se!

“A casa era coberta de ramos de palmeiras que também serviam de tapagem aos compartimentos. Os bancos de assento eram pedaços de madeiros broncos, e os leitos macas grosseiras de cipós e jiraus sotopostos a fibras tiradas da entrecasca de certas árvores. Nos quartos de dormir havia uma espessa camada de folhas para impedir a umidade do chão. Nenhum utensílio se encontrava. Na cozinha via-se apenas um grosso toro de pau seco que, queimado somente num dos extremos, fumegava brandamente e guardava o fogo sem extingui-lo. A escassa comida que a sorte lhes deparava era assada sobre brasas e servida sem sal em folhas de bananeira agreste.⁹ Por toda a parte notava-se a mi séria e o sofrimento! E não podia deixar de ser assim. Havia quase cinco meses que essa gente, abatida, doente e macilenta, vivia naquelas brenhas em completo isolamento e sem recurso de qualidade alguma!

Era necessário prevenir quanto antes a prisão do chefe dos rebeldes ao chegar da pescaria, sem dar-lhe tempo de evadir-se. O alferes Pedro Gonçalves ordenou às pessoas da casa que não saíssem de seus lugares e virassem as costas para o lago a fim de evitar que dessem àquele algum sinal, e mandou que a tropa se espalhasse, deitada de bruços no chão, nas proximidades do porto.

Uma hora depois apareceu Eduardo Angelim em uma pequena balsa em que costumava navegar o lago. Nada absolutamente suspeitava: ao saltar em terra foi surpreendido e preso, sem haver de sua parte a menor oposição; ficou estático e quedo ao ver-se cercado de soldados. Entregou-se, pedindo apenas que lhe respeitassem a vida e a família. Estava cadavérico, e ainda sofria do ferimento que havia recebido. Era entre lusco e fusco, e não havia mais tempo de caminhar por aqueles ermos. A tropa sensibilizada diante do estado contristador que se lhe apresentava a vista não pôde resistir aos impulsos da caridade e, esquecendo tratou de acudir as necessidades desses infelizes como lhe foi possível, repartindo com eles as suas escassas rações e as roupas dispensáveis que tinha.

O alferes Pedro Gonçalves resolveu pernoitar ali, tomando as necessárias providências para evitar qualquer cilada que se tentasse. Postou sentinelas em diversos pontos, e receoso não adormeceu um só instante a noite; entreteve-se em ouvir a Eduardo Angelim, que, despertado até o romper d'alva, não cansou de referir-lhe a desgrace que passara, os seus infortúnios e aventuras.

⁹ Os naturais chamam de pocova-sororoca a esta bananeira. Tem folhas largas, compridas e grossas; abunda nas várzeas e aplica-se a muitos serviços.

De manhã regressou a expedição ao porto em que deixara as c sem incidente algum, e de lá partiu depois de breve repouso para a capital, onde chegou em 30 de outubro de 1836. Conduzido em meio de numerosa escolta à presença de Andréia, este fez-lhe breves perguntas e o mandou recolher à corveta Defensora com os seus dois irmãos Geraldo e Manuel, ambos presos na mesma ocasião e lugar na dia seguinte foram todos transferidos para a fortaleza da Barra Francisco Vinagre e os demais chefes rebeldes que já estavam presos a bordo deste navio.

A fuga de Eduardo Angelim para lugar incerto tinha desanimado os seus partidários, e causara-lhes verdadeiro desalento a notícia inesperada de sua prisão. Sem mais um chefe audaz que os pudesse encorajar no meio das privações que sofriam, era-lhes impossível não entibiar em seu ardor sentindo-se fracos para continuar a luta. E sem mais um fim comum que os congregasse, na falta de um princípio ou ideia que não tinham, naturalmente deviam isolar-se em grupos destacados uns dos outros, e preocupar-se somente da própria defesa e conservação.

Andréia não desprezou este estado de abatimento e confusão em que ficaram os rebeldes. Confiando na força reunida em Cameté para restaurar a legalidade nas povoações próximas àquela vila, convergiu toda a sua atenção para o Amazonas e Marajó, mandando diferentes expedições para rebater os facciosos que dominavam por esses lugares, com autorização para prendê-los sem as formalidades legais, fazer visitas domiciliárias em qualquer hora do dia ou da noite, e dar buscas onde suspeitassem haver criminosos.

Não tardou que começasse o restabelecimento da ordem pública no interior da província, sendo perseguidos e debandados os rebeldes nas suas principais fortificações. Chegavam quase diariamente à capital numerosas levas de presos que, ou eram recolhidos e conservados nas cadeias e navios de guerra, ou embarcados para a corte como recrutas, morrendo muitos nas prisões e hospitais. Censurou-se como despótica a reação operada pela força legal.¹⁰ O mesmo Andréia, justificando os meios empregados na pacificação da província, declarou:

“O estado de guerra tem autorizado a atacar o inimigo por todos os lados até aniquilar-lhe a força, e para isto ter efeito foi preciso prescindir das formalidades com que a lei escuda os criminosos. Todo o homem que é acusado de algum crime tem a certeza de ser procurado e preso sem se lhe dar tempo de evadir-se. Todas as desordens têm sido corrigidas com prisões, que pela maior parte das vezes recaem em militares, porque os seus autores podem quase sempre ser considerados tais. As revistas domiciliárias ou buscas nas casas, hoje tão odiosas pela ofensa feita ao asilo sagrado do cidadão, têm sido procedidas por necessidade pública; têm posto em susto todos os malvados, ficando por este modo mais um escudo do crime quebrado a favor da razão e da justiça; tem feito cair nas mãos nesta cidade, como em toda a província, muitos dos rebeldes que se acham presos ou têm acabado os seus dias

¹⁰ Nos Anais do parlamento, dos anos de 1837 e 1838, câmara dos deputados acha-se a discussão agitada sobre este assunto. Já tivemos-la por cópia para publicar, porém ficou perdida entre os manuscritos molhados no Ceará.

nas prisões e nos hospitais: se estivessem soltos, nos teriam inquietado como ainda nos inquietam alguns. A prisão de quantos revolucionários têm aparecido, feita a despeito das leis existentes e continuada contra todas as regras da segurança individual, não tem concorrido pouco para o estado de paz em que nos achamos. Nada disto se poderia fazer a não se ter tomado por norma chegar sempre a justos fins por meios seguros.

“A lei de 22 de setembro de 1835 teria autorizado todos os procedimentos da minha administração, publicada que fosse, porém somente pelo tempo de seis meses. Mas aonde não teriam eles ido, se eu a tivesse publicado? Hoje mesmo não seria possível fazer uso dela sem alguma prorrogação, porque não é possível que daqui a seis meses estejam todos os rebeldes desta província processados ou executados, e então nem poderíamos dizer outra vez que o estado de guerra nos autorizava, nem poderíamos conservar presos esses muitos facinorosos que, animados pelo bom resultado do seu último crime, não deixariam de encetar novos para saciar suas almas nunca fartas de maldades. A publicação da lei para tão curto espaço equivalia a uma anistia geral, ou por outra, ao último garrote dado à civilização nesta província, à segurança e união de todo o império.

“No dia 21 do mês passado recebi do ministro da justiça o aviso de 21 de outubro do ano último, acompanhando a cópia do decreto de 20 do mesmo mês, pelo qual sou autorizado a prorrogar por mais um ano a execução dos S§1 a 3 do art. 1.º da lei que acabo de citar. Tanta tem sido a necessidade da execução desta lei por mais de seis meses que, dois anos depois, ainda o governo a julga precisa por mais um ano, e eu assim o penso, enquanto não estiver tranquila toda a província, e se não tiver dado um exemplo de castigos proporcionais às maldades cometidas por esses monstros da revolução. Com este decreto poderá publicar-se a lei desde já, porque teremos ano e meio para fazer uso dela nos lugares conquistados; e quando as coisas venham a tomar uma face tal que exijam a prorrogação desta medida, também haverá tempo para representá-la e pedi-la, mas não creio que se deva publicar de Gurupá para cima, antes julgo que deve ali permanecer o estado de guerra, enquanto durarem as hostilidades, e que só se deve aí publicar a lei depois de tudo estar reduzido à obediência.”¹¹

Andréia, expondo por tal modo, com admirável franqueza, as medidas que tomara contra os facciosos, não quis declinar de si a responsabilidade de seus atos; e força é confessar que nas condições deploráveis em que se achava a província seria improficuo o emprego de qualquer meio coercitivo que não fôsse de suma energia e rigor. Não contestamos que os agentes do governo abusassem do poder arbitrário que se lhes deu, praticando e consentindo que se praticassem atos criminosos contra inúmeros infelizes. Era uma triste consequência da guerra civil que, gerando na população profundos ressentimentos, devia criar odiosidades e desejos de vingança, quando ainda sangravam as feridas abertas no coração de tantas vítimas.

¹¹ Fala com que o presidente do Pará, marechal Andréia, abriu a primeira sessão da assembleia provincial, em 2 de março de 1838, páginas 16 e 17.

Houve muitos e graves abusos cometido pelas forças legais, sabemos nós, e com sinceridade os condenamos sem nenhuma restrição. Mas não devemos lançá-los em conta somente a quem se encobria a verdade dos fatos, e é de justiça declarar que Andréia, tentando com perícia a chaga cancerosa que corroía as entranhas da sociedade paraense, conheceu-a em tempo de poder cauterizá-la ao como exigiam a natureza e gravidade do mal. Desde que tomou posse da administração, ele sentiu a deficiência de força para restabelecer a ordem pública na província. A tropa estava em completo estado de insubordinação. Os três batalhões de artilharia, caçadores e permanentes, além de muito reduzidos, se haviam transformado em auxiliares dos movimentos sediciosos.

“Os corpos de primeira linha, disse-o ele, entregues à filosofia do tempo, tornando-se em salteadores fizeram-se odiosos e temíveis, e desapareceram. Aqui adquiriram o uso de fazerem uma ou duas revoltas por ano; e foi das suas fileiras que saíram os assassinos de seus próprios oficiais, e os que ajudaram ao assassinio das primeiras autoridades em janeiro de 1835. O corpo de permanentes, onde os princípios da moda tinham arraigado a indisciplina, principiou no dia 6 do mesmo mês os seus bons serviços por irem atacar a casa do seu comandante, darem-lhe uma descarga e retirarem-se, julgando que o tinham morto. A guarda nacional, pela boa qualidade de seus oficiais de nomeação popular, foi tão prejudicial em quase todos os lugares desta província que a assembleia geral do império autorizou o governo a extingui-la por três anos: o que é um reconhecimento tácito da inconveniência da sua instituição.”¹²

Nenhuma exageração há nestas autorizadas palavras de Andréia. E nem era só o Pará que sentia a influência perniciosa da soldadesca: o país inteiro sofria de há muito a desenvoltura da tropa, transviada por chefes facciosos e ignorantes de seus deveres. Inúmeros fatos o demonstram.

O ato da dissolução da constituinte, em 12 de novembro de 1823, foi o resultado fatal do movimento sedicioso dos corpos militares aquartelados na corte. A tropa que ali fazia a guarnição, a pretexto de insultos dos quais se considerava vítima, reuniu-se no campo de São Cristovão e pediu desagravo das ofensas imaginárias feitas por vários jornais à sua honra e à pessoa do imperador, arrancando por fim o decreto de dissolução da constituinte!

Por conviência ou temor, o governo anuiu à imposição da força armada; acreditou ou fingiu acreditar que as supostas ofensas partiram de membros da constituinte, apontados como redatores do Tamoio, da Sentinela e de outros jornais de oposição e deu-se por perjura, dissolveu-a e prendeu vários deputados, deportando posteriormente os que lhe pareceram mais perigosos!

A abdicação do imperador em 7 de abril de 1831 foi também um ato de força armada. Ainda os batalhões da guarnição da corte, incluída a própria guarda

¹² Fala com que Andréia abriu a primeira sessão da assembleia provincial do Pará, em 2 de março de 1838, páginas 19 e 20.

imperial, abandonando aquele nos últimos momentos do seu reinado, reuniram-se no Campo de Santana em formal oposição ao novo ministério, e forçaram a abdição pela impossibilidade de resistência! Estes e tantos outros atos de turbulência, ocorridos na corte e nas províncias, nem só o governo do primeiro imperador como principalmente depois de sua abdicação, autorizaram a um distinto historiador desses tempos a emitir acerca da tropa o seguinte juízo:

“Indisciplinada, arrogante – tendo a espada como o cetro da lei – crendo que tudo deveria decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados – orgulhosa por ver que desde 1821 satisfizera suas exigências. e representara papel conspícuo nos negócios públicos, deixara a força militar de ser a depositária da ordem, da tranquilidade pública. Debe-lava os cidadãos em vez de garanti-los: não era elemento de ordem, nem sustentáculo da lei, mas um corpo anárquico que alçava a cabeça logo que havia um motim, quando não era o primeiro a atear o facho da rebelião.

“E tão desorganizada e dissoluta andava a corporação militar, que qualquer tribuno aliciava soldados e levava-os de espingarda ao ombro a cometer desatinos, a desprezar a lei, a perturbar o sossego e a levantar exigências que, quando não cumpridas, eram o cartel de desafio e a iniciação de sedições repetidas, perigosas e sanguinolentas”.¹³

Nada há que aduzir a estas judiciosas considerações: acrescentaremos apenas que a interferência da tropa nos movimentos partidários é a maior de todas as calamidades públicas; afrouxando dia a dia a disciplina militar, afasta os soldados de sua nobre missão, derrama a anarquia na sociedade, faz vingar o direito da força, sacrifica todas as liberdades ao poder da espada e da baioneta!

Na desorganização militar e civil em que via a província, Andréia lembrou-se de chamar às armas os cidadãos que se conservavam fiéis à legalidade, fundando todas as suas esperanças nas povoações que mais se haviam distinguido contra os rebeldes. Neste propósito oficiou à câmara municipal de Cameté e recomendou à câmara municipal de Cameté e recomendou-lhe que falasse francamente aos seus munícipes, fazendo-lhes sentir que deviam sair de suas casas, para que merecessem o título de bons filhos da pátria, e se pudesse dizer que eles já tinham feito alguma coisa boa!¹⁴

Estas palavras bruscas do presidente não passaram despercebidas e sem reparo. A câmara municipal, reunida em sessão extraordinária, depois de proclamar aos cametaenses, convidando-os ao serviço voluntário das armas, respondeu a Andréia que era de presumir que ele não estivesse bem informado dos serviços prestados pelos habitantes daquele município e dos sacrifícios que os mesmos continuamente tinham feito em uma luta longa e arriscada, sem outra recompensa que não fosse a esperança de restabelecer a ordem perdida na província, e o prazer de prestar asilo aos que procuravam

¹³ Moreira de Azevedo, *Obra cit.*

¹⁴ Ofício de 12 de maio de 1836.

a sua proteção: concluiu com uma resenha dos atos que no seu conceito honravam a existência política do povo cametaense.¹⁵

¹⁵ PROCLAMAÇÃO: - Cametaenses! A pátria ainda geme sujeita ao jugo do punhal! As nossas instituições vacilam e a nossa segurança individual todos os dias se acha ameaçada; cumpre, portanto, que façais um novo sacrifício: prestai-vos voluntariamente ao serviço das armas; partilhai com os nossos irmãos, que de outras províncias vieram ao nosso socorro, os trabalhos de guerra e a glória de segurar a vida e a honra de nossas famílias. Jovens cametaenses: largai os vossos instrumentos rurais e pegai nas armas, correi ao chamado do Ex.mo Sr. Presidente, que no vosso valor deposita tamanha confiança! Pais de famílias, animai os vossos filhos ao serviço da pátria, que assim dareis ao Brasil e ao mundo inteiro uma prova de vosso elevado patriotismo e amor à ordem! A estrada da honra está aberta, a vós pertence trilhá-la. Viva a assembleia geral legislativa! Viva o senhor D. Pedro II, imperador do Brasil! Viva a religião católica romana! Vivam os bravos cametaenses! Paço da câmara municipal de Cameté, 2 de junho de 1836. – José Raimundo Furtado, Presidente. – Francisco Soares da Costa Côrte Real. – Manuel Pedro Gonçalves. – Nicolau Vicente de Leão. – José Luís de Jesus. – João Wanzeller de Albuquerque. Ofício da câmara municipal de Cameté ao presidente da província: A câmara municipal da vila de Cameté tem presente o ofício de V. Ex.^a, datado de 12 de maio findo, em o qual V. Ex.^a lhe recomenda que francamente fale aos cametaenses, fazendo-lhes sentir que convém sair de suas casas, para assim merecerem o título de bons filhos da pátria, e para que se possa dizer que eles já fizeram alguma coisa boa! É de presumir que V. Ex.^a ainda não esteja bem informado dos serviços prestados pelos habitantes deste município, e dos sacrifícios que continuamente eles têm feito em uma luta continua e arriscada, sem mais outra recompensa do que a esperança de restabelecer a ordem perdida na capital e em todos os mais pontos, e o prazer de prestar asilo aos que procuravam a sua proteção; por isso haja de consentir que a câmara leve em resenha ao conhecimento de V. Ex.^a os atos que honram a existência política de um povo que tem sabido manter a união e o sossego em seu seio nos momentos mais melindrosos, e em que todos supunham que a legalidade estava nos paroxismos.

Os trabalhos e padecimentos deste povo remontam à primeira reunião feita pelos malvados, no rio Acará: desde esse tempo nunca mais largou as armas, e quando a capital testemunhava as cenas de horror, que principiaram a representar-se no dia 7 de janeiro, Cameté tratava de separar-se da comunhão do partido desorganizador e cuidadosamente lançava os primeiros alicerces de sua defesa, não tendo outro recurso senão aquele que dá o entusiasmo de uma bem entendida liberdade, e de um puro patriotismo. Foi, sim, destituído de todos os recursos bélicos, que Cameté pronunciou-se em 21 de março do ano passado, contra os atos desumanos de um governo intruso.

Não contente com esta declaração, voluntariamente deixaram as suas casas e acompanharam o vice-presidente, que havia chamado para tomar conta das rédeas do governo. A perfídia triunfou aqui, da boa-fé, entretanto os cametaenses bateram-se com coragem: os que não morreram voltaram aos braços de suas famílias, com a firme resolução de sustentar até a última o protesto que haviam feito. Neste interim, chega o Ex.mo Sr. marechal Manuel Jorge Rodrigues; Cameté aplaude a sua posse e destaca para Igarapé-miri, onde foram alguns vítimas da traição manejada pelos próprios filhos daquela freguesia, outros escapando recolheram-se a seus penates e continuaram a defender a ordem sob o estandarte da legalidade. Ufanos os malvados, trazem a morte e o roubo ao território de Cameté, porém prontamente recebem o prêmio de seus crimes: batidos, nos deixaram em paz, na qual não tardou. de ser ameaçada por uma quadrilha que, infestando as margens do Tocantins, arrancou barbaramente a vida do padre Francisco Gonçalves Martins e Pontes e aos seus companheiros de viagem; mas não tardou muitos dias que eles não sentissem os braços cametaenses.

Cobertos de louros, correram ao Cairari e ao Moju e aí sustentam combates renitentes e sempre com vantagem nossa, se alimentam à sua própria custa e muitos dias passaram sem comer; o ponto não foi abandonado senão pelo receio de morrerem à mingua. Em Cupijó por duas vezes repeliram as forças inimigas, bem como completamente bateram os da ilha da Conceição. Pracuúba e da foz do mesmo Cupijó o ponto do Limoeiro tem perseguido constantemente os malvados, que assolavam a ilha fronteira denominada Tatuoca, e sem obstáculo as suas escoltas vão até Japiim. Não terminam aqui os serviços dos cametaenses: projeta-se uma expedição para o sertão, voluntariamente se oferecem, arrostando perigos e combates, conseguem trazer um comboio riquíssimo, que fez desaparecer dentre nós o osso da miséria tendo por prêmio de suas fadigas o ficarem sem a roupa que levaram; entre tanto, eles não se desgostam de servir a pátria, a quem não pedem recompensa.

No meio de tudo isto prepara-se uma brilhante expedição, que decerto decidiria da sorte da província, se houvesse melhor escolha de chefe; porém as autoridades de Cameté, cegas observadoras de ordens superiores, aceitam o homem nomeado pelo Ex.mo Sr. marechal: pouca confiança inspira e o resultado justifica as apreensões públicas. Sem direção a força em parte fica prisioneira; entretanto, foi feliz, não passou pelo fuzil, nem caiu debaixo do cutelo, e toda ela já se acha restituída ao ninho paterno, trabalhando novamente debaixo das armas.

Na tomada de Muaná, Cameté teve não pequena parte, e na restauração de Igarapé-miri, seus filhos partilharam os

Andréia cedo convenceu-se de que não poderia por tal meio conseguir a força que desejava. A província estava quase sem gente capaz de pegar em armas. A população que não abraçara a rebelião andava foragida, desgostosa e abatida pelos sofrimentos e infortúnios. A tropa de linha de que ele dispunha, excluída a guarnição dos navios de guerra, não excedia de 2.000 praças, das quais 1.300 pertenciam a outras províncias¹⁶ o governo imperial mandara criar três batalhões de caçadores, um de artilharia de posição e um esquadrão de cavalaria montada, mas a sua organização só com o tempo e muito trabalho poderia ser efetuada.¹⁷

Esta força era insuficiente para acudir, como convinha, às necessidades urgentes da situação, e Andréia tomou outras providências. Resolveu organizar corpos auxiliares nos maiores centros de população, militarizando assim toda a província, sem obrigar nenhum habitante a sair do seu distrito. Para garantir a ordem pública na capital e ao mesmo tempo suprir a falta da tropa espalhada pelo interior da província, criou um corpo de polícia com os nacionais e estrangeiros que se quiseram alistar, sob o comando do tenente-coronel Domingos Simões da Cunha em substituição do corpo de municipais permanentes, extinto por incapaz de serviço regular como conivente nos acontecimentos sediciosos.

Dividiu a província em nove comandos militares¹⁸ e fez seus respectivos chefes

trabalhos da guerra e no último combate que houve em Abaeté cooperaram para a completa derrota dos malvados que, pretendendo atacar esta vila, foram completamente destroçados, fugindo cheios de tanto terror e medo, que deixaram nos lugares por onde passaram os roubos que já haviam feito e até os próprios armamentos. A câmara omite muitas expedições, nas quais os cametaenses têm sacrificado os seus bens, estragado a sua saúde e exposto as suas vidas com o fim de conservar a boa ordem em seu seio, para servir de abrigo à humanidade perseguida.

Parece que os cametaenses alguma coisa boa têm feito e que eles não têm esta do com os braços cruzados: serviços não pequenos, Ex.mo Sr., têm eles prestado à causa pública. Se Cameté não tem sofrido as tristes consequências da anarquia, deve a si e à força moral que tem sabido ganhar, afastando o espírito da intriga e olhando para os seus gratuitos detratores com os olhos da indiferença, e este desprezo remonta a tempos anteriores e tem arredado certos espíritos, que nos fazem uma guerra mais terrível do que os próprios rebeldes, vulgarmente cabanos. Na presidência do Ex.mo Sr. Manuel Jorge Rodrigues, a intriga esforçou-se para sacudir entre nós o facho da discórdia; porém a câmara com a mesma franqueza com que hoje se dirige a V. Ex.^a, falou ao respeitável marechal: ela foi atendida e Cameté salvou-se do iminente perigo em que seus detratores a tinham conduzido, e tem-se até o presente conservado invariável nos seus princípios.

A câmara tem, portanto, todo o direito de esperar que V. Ex.^a fará melhor conceito do patriotismo dos cametaenses e que saberá pesar na balança da justiça os não obscuros serviços por eles prestados independentemente de paga ou recompensa. Haja, entretanto, de ficar convencido de que este povo tem uma inteira confiança em V. Ex.^a, e que esta câmara empregará todo o seu desvelo em persuadir os mancebos do seu município, que é mister fazer novo esforço para libertar a pátria e quebrar os grilhões da anarquia.

Deus guarde a V. Ex.^a muitos anos, como é mister. Câmara municipal de Cameté, em sessão extraordinária, 2 de junho de 1836. Il.mo e Ex.mo Sr. brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia, Presidente e Comandante das armas da província do Pará. - José Raimundo Furtado, Presidente. Francisco Soares da Costa Côrte Real - Manuel Pedro Gonçalves. - Nicolau Vicente de Leão. José Luís de Jesus. - João Wanzeller de Albuquerque.

¹⁶ Fala com que Andréia abriu a assembleia provincial em 2 de março de 1838, página 21.

¹⁷ Relatório com que o mesmo passou a administração ao Dr. Bernardo de Sousa Franco, em 8 de abril de 1839, página 9.

¹⁸ 1º) Da capital, compreendia todo o município da cidade de Belém, comandante o coronel Marcos Antônio Brício. - 2º) Da Vigia, compreendia Colares, S. Caetano, Curuçá, Cintra e Salinas, comandante o major Francisco Sérgio de Oliveira. - 3º) De Bragança, compreendia Vizeu, Turiaçu e Ourém, comandante o tenente coronel Francisco Xavier Torres. - 4º) De Marajó, compreendia toda a ilha deste nome, comandante o tenente-coronel Manuel Lourenço de Matos. - 5º) De Macapá, compreendia toda a margem esquerda da foz do Amazonas até encontrar, rio acima, o 7º comando, comandante o tenente-coronel Francisco de Sequeira Monte

os principais responsáveis pela segurança e conservação da ordem pública nos distritos de suas jurisdições, pelo que lhes deu importantes e amplas atribuições. Podiam formar corpos de guardas policiais e de trabalhadores, mais ou menos numerosos, alistando todos os indivíduos que fossem capazes de pegar em armas, de 15 a 50 anos de idade; e eram obrigados a empregar esta força em explorações ativas e constantes contra os rebeldes, perseguindo-os e apressando os seus processos, a alistar todas as famílias existentes nos distritos de seus comandos, a recrutar, prender os vagabundos e empregá-los em trabalhos de utilidade pública, bem como as mulheres inquietas e sem ocupação honesta que perturbassem o sossego das localidades.

Conforme as instruções de Andréia, a força empregada em explorações devia indagar das pessoas que encontrasse onde existiam os rebeldes, servir-se das mesmas como guias, perseguir-los enquanto fosse possível, matar os que resistissem ou se recusassem a entregar as armas, prender os que se rendessem ou fossem surpreendidos, empregar meios de brandura para convencer as famílias achadas nos terrenos ocupados pelos rebeldes, de que elas deviam procurar os seus maridos, filhos e parentes, e persuadi-los a se apresentarem para não incorrerem em maior delito, protegendo as que quisessem retirar-se de tais habitações.

Andréia recomendava todo o respeito às mulheres e filhos menores dos rebeldes, às solteiras e velhos decrépitos, de maneira que não fossem arrancados de suas moradas ou lugares em que fossem encontrados, nem se lhes tirasse coisa alguma do que possuíssem, excetuados os petrechos de guerra e os trastes que visivelmente fossem reconhecidos como roubados. Os primeiros seriam recolhidos à capital como pertencentes ao Estado, quer fossem achados dispersos, quer em boa arrecadação; os segundos seriam postos em depósito até decidir-se o que parecesse de melhor justiça.

O incêndio e a violência feita às mulheres, às menores, aos velhos e aos prisioneiros eram crimes punidos com todo o rigor da lei, devendo os comandantes militares prender logo os delinquentes e dar ao governo conhecimento de tudo. Dos rebeldes que se apresentassem seriam presos somente os que fossem reconhecidos como malvados por seus crimes; os demais seriam empregados em serviços públicos depois de desarmados. Chamadas as praças de mar e terra, que estivessem com baixas dadas pelas autoridades intrusas, seriam presas e consideradas como desertores as que não se apresentassem ao serviço perante qualquer dos comandantes militares. A autoridade destes, com ser tão ampla, não se estendia aos chefes das expedições, que o governo mandasse aos diferentes distritos da província; incumbia-lhes somente auxiliá-los em tudo que pudessem.¹⁹

Rozo. – 6º) De Cameté, compreendia Tocantins, Oeiras, Portel e Melgaço, comandante o padre Prudêncio José das Mercês Tavares, com o título de chefe civil e comandante geral de Cameté. - 7º) De Pôrto de Moz ou Gurupá, limitava com Macapá. Marajó, Cameté e Santarém. - 8º) De Santarém, limitava com o me com o alto Amazonas ou Rio Negro. – 9º) Do Rio Negro, que era o guarda das fronteiras do império com as nações limítrofes. - Estes últimos comandos foram entregues ao tenente-coronel Joaquim José Luís de Sousa na qualidade de comandante da expedição do Amazonas.

(Relatório com que Andréia entregou a administração ao Dr. Sousa Franco em 8 de abril de 1839, páginas 5 e 6).

¹⁹ Instruções gerais de Andréia, de 4 de abril de 1837, dadas para os comandantes militares da província.

Os corpos de guardas policiais eram compostos de quatro a seis companhias, não devendo estas ter mais de cem praças nos distritos populosos, nem menos de cinquenta nos outros, divididas em esquadras de 12 praças cada uma. Eram todos equiparados aos regimentos de segunda linha e subordinados aos comandantes militares.²⁰

Criou por autorização da assembleia legislativa provincial um esquadrão de cavalaria com duas companhias e parada geral na vila da Cachoeira: era sujeito aos regulamentos militares e podia ser destacado em todo ou em parte para a capital e qualquer outro lugar, conforme conviesse ao serviço público. Criou também como encarregados da polícia da capital um inspetor das patrulhas rondantes, dois ajudantes e dois sargentos.²¹ Criou ainda, por autorização da assembleia provincial, corpos de trabalhadores nas vilas e freguesias, destinados ao serviço da lavoura, comércio e obras públicas, a fim de moralizar com qualquer ocupação de utilidade os vadios, que os havia em grande número pelo interior da província, sempre prontos e preparados para fazer causa comum com os sediciosos. Esses corpos compunham-se de índios, mestiços e pretos que, sendo maiores de dez anos, não tivessem propriedades ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente, nem profissões conhecidas e ofícios em que estivessem em efetivo trabalho.

Eram alistados pelos comandantes militares, e estes não dispensavam indivíduo algum existente em seus distritos. E separados os melhores para guardas policiais, os demais eram divididos em esquadras de maior ou menor força, e formavam uma e mais companhias sob a inspeção de um fiscal.²² Dava-se a todos ocupação conveniente; dentre eles se tiravam operários ou para serviços particulares ajustados mediante salários perante os juízes de paz, ou para o arsenal e fábricas públicas, ou enfim para a cultura de terrenos devolutos, na falta de qualquer outro trabalho. Nenhum homem podia sair do distrito em que estava alistado sem uma guia ou motivo conhecido. O transgressor era preso e remetido ao governo como recruta.²³

Com tais providências Andréia nem só criou valiosos recursos contra os rebeldes, como tirou-lhes os seus melhores auxiliares. Mandando alistar nos batalhões de guardas policiais e nos corpos de trabalhadores todos os indivíduos residentes nos distritos, deu ocupação regular aos ociosos e turbulentos, sujeitou-os à disciplina militar e desenvolveu entre eles o amor ao trabalho e o sentimento de moralidade. E assim combatendo indiretamente a anarquia e hostilizando de frente os rebeldes, conseguiu restabelecer a paz e o respeito devido ao princípio da autoridade.

A falta de recursos pecuniários não deixara de preocupá-lo também, principalmente nos primeiros tempos de sua administração. As rendas públicas eram insuficientes para fazer face às despesas extraordinárias da província. Sobre o mal, dissera-o ele ao

²⁰ Ordem do dia, nº 224 do quartel-general do Pará, de 12 de agosto de 1838.

²¹ Leis provinciais nº 4, de 30 de abril, e nº 7, de 8 de maio de 1838.

²² Lei provincial nº 2, de 25 de abril de 1838.

²³ Instruções de Andréia de 8 de agosto de 1838, dadas para organização e serviços dos corpos de trabalhadores.

ministro da fazenda, de ser o orçamento para as despesas da repartição da guerra muito inferior às verdadeiras e inevitáveis necessidades, acrescia que, sendo a soma de todos os orçamentos parciais igual a 607 contos de réis, não se havia recebido senão 429, desprezadas as frações; o mal assim aumentara ao ponto de estarem os empregados e quantos recebiam soldos no sétimo mês de dívida, sem esperança de poder ele remediar esta falta.²⁴ As tesourarias de fazenda do Maranhão e Piauí haviam recebido ordem para suprir à do Pará, com todos os fundos que tivessem disponíveis, mas não faziam remessas regulares, e nem havia quem desse dinheiro mediante saques contra aquelas repartições. Além deste mal veio ainda a falta de moeda de cobre para as pequenas operações do comércio, dando lugar a frequentes rixas entre os compradores e vendedores: estes ou se negavam a dar troco ou davam-no com grandes reduções.

A assembleia provincial não escasseou sacrifícios nem dedicação pela causa pública. Três dias depois de instalada, dirigiu uma deputação ao presidente da província para declarar-lhe que, convencida como estava do desvelo e energia com que ele se esforçava para salvar a província dos horrores da anarquia, e lisonjeada de ser coadjuvada pelo governo na árdua empresa de promover o bem comum, mandava manifestar-lhe o júbilo com que ouvira ler o seu relatório, protestando que as medidas indicadas no mesmo ocupá-la-iam com preferência a quaisquer outras.²⁵

A assembleia provincial efetivamente satisfaz o seu compromisso: foi pronta em auxiliar a administração pública nas sérias dificuldades em que a vira, sem meios de remediar as necessidades urgentes da província. Atendendo às justas ponderações que o marechal Andréia lhe fizera em seu relatório sobre o péssimo estado do tesouro, elevou as despesas orçadas para o ano financeiro de julho de 1838 a junho de 1839, e sem afixar a

²⁴ Ofício de Andréia ao ministro da fazenda, de 15 de fevereiro de 1838.

²⁵ Discurso da deputação referida ao marechal Andréia, em 5 de março de 1838:

“Il.mo e Ex.mo Sr. A Assembleia provincial do Pará, intimamente convencida do desvelo com que o gênio e o valor de V. Ex.^a tem desenvolvido os meios de salvar da anarquia esta província e de a felicitar, manda por esta deputação significar a V. Ex.^a o jubilo e satisfação com que ouviu a fala que V. Ex.^a The dirigiu na sua instalação, protestando a V. Ex.^a começar os seus trabalhos pelos tópicos que V. Ex.^a tem indicado. Embora, Ex.mo Sr., o espírito desorganizador, aturdido pelos gritos da inveja, esquecido tão depressa de ver o resto de tantos homens trucidados a ferro e fogo; esquecido de ver a Cidade, seus Rios e Campos reduzidos a um teatro da ferocidade dos rebeldes que levaram a morte e o roubo até os fins desses sertões, tente escurecer os feitos e serviços relevantes com que V. Ex.^a tirou a Província das ruínas, fazendo por isso eterno o seu nome a todo o Brasil: Os Deputados Provinciais do Pará, vendo a sua Província restaurada, o sossego e tranquilidade pública restabelecidos; os meios de orná-la com a Ciência, Industrial, Cultura, Comércio. Polícia, e de possuir uma tropa regular e bem disciplinada, indicados já por V. Ex.^a dará sempre um testemunho público da sua gratidão, desejando que este seja patente a todo o Brasil e a todo o Mundo, pelo reconhecimento de ser V. Ex.^a o seu digno restaurador; e que o Grão-Pará à sombra do sábio e enérgico Governo de V. Ex.^a fará em pouco tempo a inveja das mais Províncias do Brasil. A Assembleia Paraense muito se lisonjeia, e está esperançada de que V. Ex.^a a coadjuvava nas empresas mais árduas de seus trabalhos. - (Assinados) O Cura da Sé. Fran cisco Pinto Moreira, O Doutor Lourenço José da Silva Santiago. Marcelino Manuel Perdigão.

Resumo da resposta que dera o presidente, recitado na assembleia pela mesma deputação: – S. Ex.^a respondeu que muito agradecia o cumprimento e bom conceito que a Assembleia faz da sua conduta na administração da Província; que por isso espera a sua coadjuvação, tendo-se feito cargo de toda a responsabilidade precisa para a salvação da mesma. (Impressos na Tipografia Restaurada de Santos e Santos menor, Rua d'Alfama nº 39.).

receita aumentou vários impostos e criou alguns outros novos. É raro encontrar-se hoje a legislação provincial daquele ano; damos por isso uma ideia resumida do primeiro orçamento do Pará, publicado pela lei nº 6, de 8 de maio de 1838. E um documento digno de ler-se. As despesas nesse ano de calamidades, ainda que agravadas pela guerra civil, foram orçadas em 247:770\$000, como demonstram os dados extraídos da mesma lei.²⁶

A receita não foi orçada em soma certa e determinada, conforme já o dissemos. As condições anormais da província não permitiram talvez calcular como provável qualquer renda por mínima que fosse. Foram somente marcadas as matérias tributáveis. A arrecadação, fiscalização, contabilidade e distribuição dos dinheiros e bens provinciais continuaram a cargo da tesouraria de fazenda como dantes, percebendo os empregados uma gratificação correspondente à terça parte de seus ordenados, enquanto se não montasse o tesouro provincial.

O governo foi autorizado a pôr em arrematação as rendas da província de conformidade com as leis gerais, e na falta de arrematantes, a mandar cobrá-las na capital pela recebedoria, e nos lugares do interior pelas coletorias, mediante a comissão de vinte por cento, aos encarrega dos da arrecadação, incluídas todas as despesas de expediente.²⁷ Para

²⁶ As verbas de despesas eram as seguintes: Corpo legislativo provincial..... 10:500\$000; Secretaria do governo, 6:800\$000; Instrução pública, 15:450\$000; Catequese, 2:050\$000; Passeio público, 2:300\$000; Saúde pública, 400\$000; Caridade pública, 6:000\$000; Obras públicas, 36:000\$000, inclusive 30:000\$000 para cação de uma companhia de obreiros; Iluminação da capital, 13:183\$000; Culto cubi.co. 58:440\$000; Justiças territoriais, 11:100\$000; Força provincial, 55:347\$000 Fazenda provincial, 24:900\$000; Pessoal da assembleia provincial. 1:700\$000: Expediente e impressão dos trabalhos da mesma, do relatório do governo das leis, instruções e regulamentos, 800\$000; Ordenados de três juizes de direito da comarca da capital. 1:300\$000, cada um, e das duas comarcas do Amazonas, 1:100\$000 além da gratificação de 50\$000 por cada dia fora dos termos de suas residências Administrador do Passeio Publico, 300\$000. Cada missionário, 150\$000. Professores de ensino primário da capital, 400\$000 cada um, das vilas 300\$000. das freguesias 200\$000. Professores de ensino secundário da capital 600\$000, e de certas vilas 350\$000 cada um.

Na mesma proporção eram mais ou menos os ordenados e gratificações de todos os funcionários publico Os empregados da assembleia provincial nos intervalos das sessões passavam a trabalhar nas outras repartições públicas, às quais eram adidos, conforme o governo julgasse conveniente, excetuado somente o porteiro. (Cap. 1 e tits. 2 a 14 da cit. lei nº 6, de 8 de maio de 1838).

²⁷ As fontes de receita eram as seguintes: Décimas de prédios urbanos; Dizimo de miunças; Meio dízimo de gêneros exportados de produção brasileira; Imposto de 20 por cento de consumo de aguardente; Décimas de legados e heranças; Meia sisa de escravos ladinos; Imposto de 100\$000 e de 60\$000 sobre casas de leilões e modas; Novos e velhos direitos sobre empregos provinciais; Terças partes dos officios da justiça; Dizimo de gado vacum e cavalari; Taxa de 20\$000 sobre casa de venda de aguardente, vinhos, licores e outras bebidas alcoólicas, e de 100 por frasqueira de qualquer destes gêneros; Imposto de 2\$000 por cada rês abatida para consumo; De 3\$000, por boi no porto da cidade, de 6\$000 por cavalo, e 2\$000, por vaca de leite; De 1\$000, por tonelada das canoas de comércio; Emolumentos da secretaria do governo; Imposto de 10\$000 por cabeça de gado exportado para fora da província; De 100\$000 a 200\$000 por cada caixa estrangeiro das lojas por grosso e a retalho, de casas de leilão, tavernas, botequins, padarias e casas de pasto; De 2\$000 por arroba de tabaco, 1\$000 por arroba de urucu em pão ou 300 réis por alqueire em grãos; De 500 réis por arroba de goma elástica em algálias e borrachas, 300 réis, em pães, 40 réis, em sapatos, e 100 réis em oleados; De 100 réis por arroba de café e 160 réis, pela de cacau; De 100 réis por alqueire de feijão e castanha; De 500 réis por canada de óleo de cupaíba e 60 réis por arroba de algodão em rama.

Pagavam também impostos a salsa, o guaraná, puxiri, cravo, azeite, manteiga, peixe seco e de moura, arroz, milho, breu, estopa, piaçava, couros, mel e madeiras exporta das. Os estrangeiros eram obrigados a tirar licença para poderem negociar na cidade mediante os impostos de 100\$000 por lojas de fazendas ou de molhados, por grosso e atacado; de 80\$000, por lojas de miudezas e fazendas a retalho; de 60\$000, por tavernas e botequins;

a arrecadação dos chamados dízimos da ilha de Marajó, Andréia publicou o regulamento de 29 de novembro de 1838, providenciando sobre os melhores meios de regularizar esta importante fonte de renda pública. Eram impostos a que já estavam sujeitos os criadores na razão de um décimo sobre o gado *vacum* e cavalar que possuíam em suas fazendas. Na lei não foi possível calcular a receita do exercício financeiro de que nos ocupamos, mas do balanço do tesouro verifica-se que a mesma atingiu à soma de 230:799\$524 réis, assim como que as despesas efetuadas não excederam de 138:783\$489 réis, resultando o saldo de 97:016\$035 réis, por não terem sido realizados certos serviços decretados na mesma lei, como a iluminação pública da capital, a companhia de operários e outros que ficaram adiados para melhores tempos.²⁸

Comparado este orçamento com os posteriores, torna-se manifesta a tendência, raras vezes interrompida, de exagerar tanto as despesas como as receitas da província, com sacrifício das teorias mais sãs da ciência econômica. Elevando-se os dispêndios além dos créditos, tem-se aumentado os encargos do tesouro e na mesma proporção os impostos, quando pelo contrário se devia com a suavidade destes estimular o desenvolvimento das indústrias, das artes, da agricultura e do comércio.²⁹ A brandura nas contribuições anima a atividade e é meio seguro de progresso. Repitamos aqui o que em anos idos já o dissemos:

– Na vida econômica dos povos há certas leis invariáveis a que a mesma está subordinada, como as há também na ordem dos fenômenos naturais. Os átomos imperceptíveis dos vapores da terra, elevando-se às regiões aéreas, lá se aglomeram e condensam em nuvens para descerem depois em chuvas ou em límpidas gotas de orvalho, que fertili-

de 40\$000, por padarias e casas de pasto, e de 100\$000, por casas ambulantes. Neste último caso a licença era concedida pela câmara municipal, e nos outros pelo presidente da província.

(Cap. 2 da cit. lei nº 6, de 8 de maio de 1838. Estes impostos foram repetidos na lei nº 12, de 12 de maio de 1838, com a declaração formal de que os estrangeiros fora da capital não poderiam negociar, nem nas vilas, nem em quaisquer lugares do interior da província, sendo imposta aos infratores a pena de perda total dos objetos que conduzissem.)

²⁸ Fala do presidente Sousa Franco à assembleia provincial em 15 de agosto de 1839, págs. 29, 31 e 32.

²⁹ Sirva de exemplo a receita da municipalidade de Belém, que, sendo no ano de 1889 de 346:276\$411, foi no ano de 1891 elevada a 1.749:591\$461! É certo que nem toda esta avultada soma provém de aumento de contribuições; está incluída na mesma tanto a importância das décimas urbanas que lhe passaram da antiga receita provincial, como a do empréstimo ultimamente efetuado; mas ainda assim, deduzidas que sejam estas duas verbas, a receita fica quase duplicada pela criação de novos impostos! A despesa subiu proporcionalmente a 1.116:899\$604, sendo de notar o enorme saldo de 632:692\$037! É mau sistema onerar os contribuintes por simples prazer e vaidade de guardar grandes somas em caixa! Leia-se o orçamento da Intendência da capital do Pará, aprovado pelo governador em decreto nº 253, de 26 de dezembro de 1890.

Parece que em todo o país se está reproduzindo o mesmo fato! Já um alto funcionário aconselhou a criação de novos impostos como fontes fecundíssimas de rendas até hoje inexploradas! Mas justiça lhe seja feita, na mesma ocasião ele também aconselhou que cada Estado, antes de tudo, tratasse de reduzir, quanto fosse possível, as suas despesas e compromissos. Consta do discurso proferido no Congresso, em sessão de 16 de dezembro de 1890, pelo Sr. Rui Barbosa, então ministro da Fazenda.

Fazemos votos para que no preconizado regime democrático não se queira adotar doutrinas geralmente condenadas, obrigando-se os contribuintes a pagar impostos até do ar que possam respirar, como meio pronto de fazer face a despesas exageradas e injustificáveis! Lembrem-se os regeneradores da pátria que em muitos países já os povos imigram por causa de excessos do fisco e do militarismo, procurando mitigar entre estranhos as misérias e sofrimentos do torrão natal!

zam a terra donde saíram. Assim é e deve ser o imposto: saindo do povo, deve reverter ao povo aviventando as fontes do comércio, da indústria, das artes e da agricultura. Houve já quem assim mais ou menos ponderasse.

- Para produzir o fim benéfico de sua criação, é necessário que o imposto redunde em benefício público e nunca deixe de ser brando e moderado: ao contrário será como a chuva torrencial e tempestuosa que, inundando o solo, devasta e estraga tudo, ou como os raios de sol ardente que, crestando os campos, esterilizam a terra, queimam e matam a vegetação. Os tributos são bagas de suor do corpo social: em demasia, trazem o enfraquecimento dos órgãos de transpiração; podem mesmo estancá-la com prejuízo manifesto dos elementos vitais da sociedade. A justa necessidade desta é que deve servir de limite à contribuição de cada um. Transgredir este princípio é atentar contra as leis gerais da propriedade.

- O crescimento da renda pública, para denotar verdadeira prosperidade, deve provir do desenvolvimento das forças produtoras do país, e não do excesso de impostos. Libertar quanto seja possível dos vexames do fisco o comércio, a agricultura, as artes e a indústria; conceder-lhes isenções que possam estimular o seu desenvolvimento; animar a iniciativa particular com a liberdade prática das transações e permutas, tais são os meios mais eficazes de abrir novas fontes de riqueza, de fazer florescer o estado financeiro de qualquer país.

- A renda pública provém da renda particular dos cidadãos: quanto mais esta se desenvolver, tanto maior será aquela. E o excesso de tributos, longe de trazer o desenvolvimento da riqueza de um E, mira pelo contrário todas as fontes de seu progresso, retrai a atividade individual nos grandes cometimentos da indústria e do comércio. O verdadeiro aumento de renda deve resultar da expansão das fontes de receita, e não do acréscimo de ônus lançados sobre os contribuintes. É o caso do locador criterioso que aumenta a sua renda, não pela elevação exagerada nos aluguéis dos prédios que lhe pertencam, mas pelo acréscimo na quantidade e melhoramentos dos mesmos ou por quaisquer outras novas fontes de receita, evitando assim o risco de vê-los fechados, sem inquilinos.³⁰

Estes princípios, porém têm sido mais ou menos postergados, e nem com exagerar-se os impostos se ha podido satisfazer os compromissos do Estado. Desequilibrado o orçamento de sua receita e despesa, tem-se mais de uma vez recorrido a empréstimos, a emissões de apólices como meio de suprir a deficiência de renda, mas nem assim se acham em condições normais as finanças deste Estado. Denota sempre falta de recursos, seja embora momentânea, quem contrai dívidas, e estas só podem ter justificação razoável em circunstâncias excepcionais, diante de acontecimentos imprevistos e extraordinários que reclamem prontas providências.

O progresso bem entendido tem desenvolvimento natural, e ninguém pode impunemente precipitá-lo com saltos arrojados e imprudentes. É erro querer fazer em

³⁰ Liberal do Pará de 27 de junho de 1877.

dias o que outros só têm conseguido em longos anos de experiências e fadigas. Os melhoramentos sociais têm limites que não é lícito ultrapassar, acelerando fora de tempo os movimentos regulares da civilização.

Prossigamos em nossas investigações.

A assembleia provincial compreendeu que, atento o deplorável estado de coisas, haveria naturalmente nem só escassez de impostos como dificuldades na sua arrecadação, e por isso autorizou como meio de suprir a deficiência de renda a emissão de 400 contos de réis em vales, que seriam recebidos como moeda em todas as repartições públicas, sob a garantia das rendas provinciais, e poderiam ser também aplicados às despesas gerais com amortização razoável, conforme fossem feitas as remessas de dinheiros pelo governo central.

Os vales seriam rubricados pelo presidente da província e assinados pelo inspetor do tesouro provincial, e no verso por três negociantes ou proprietários escolhidos dentre os mais conhecidos e abastados, sendo suas assinaturas reconhecidas por dois tabeliães da capital. A emissão seria feita somente das quantias indispensáveis para pôr em dia os soldos da tropa e guarnição dos navios de guerra, assim como os vencimentos dos demais servidores do estado, quando não houvesse outra moeda nos cofres públicos.³¹ Era uma medida excepcional que convinha justificar: o seu fim era patriótico, mas podia ser desvirtuado. Neste louvável intento a assembleia provincial dirigiu à geral em 14 de maio uma representação, com a cópia da resolução que acabava de tomar, expondo ao mesmo tempo as lamentáveis condições do Pará, nestes termos:

- “Augustos e digníssimos senhores representantes da nação: A assembleia legislativa da província do Grão-Pará, não podendo ser indiferente à indigência e à miséria, a que se acham reduzidos nesta província os servidores do Estado, e à triste colisão em que está o governo dela pela falta de meios pecuniários para pagar os respectivos vencimentos à tropa e marinha, aos empregados na defesa e sustentação da ordem, e a todos os mais empregados civis, a quem se deve mais de oito meses de soldos ou ordenados, dívida esta ocasionada pela falta das remessas dos dinheiros destinados para tais pagamentos, resolveu lançar mão da medida provisória que leva à vossa consideração pela cópia da resolução legislativa, com a qual autorizou a emissão de vales até a quantia de 400 contos de réis.

- “A assembleia legislativa paraense muito confia que vós, senhores representantes da nação, tomando em vossa alta consideração os males que têm pesado sobre esta infeliz província, digna de melhor sorte e que apenas ressurge do abismo a que foi levada pelos últimos acontecimentos; e atendendo que a maior parte dos cidadãos de que se compõem as classes dos servidores do Estado, uns acham-se fora de suas províncias e casas, e outros tudo perderam quando se viram forçados a abandonar esta província, autorizarei o governo geral para remover quanto antes tais males, habilitando o desta que conquanto tenha sido solícito e incansável não pode remediá-los, porque não cabe em suas atribuições) para providenciar a respeito da amortização da enorme dívida de mais

³¹ Lei provincial nº 9 de 12 de maio de 1838.

de 500 contos de réis, pertencendo a mor parte à despesa geral, por não ser possível por ora que cheguem as rendas provinciais bastante atenuadas.

“A assembleia legislativa paraense não deixa de reconhecer que lançou mão de uma medida extraordinária e arriscada, cuja autorização não faltará quem se lembre de contestar, mas ela entendeu que por maiores que se suponham os males que esta medida venha a produzir, eles serão sempre inferiores ao transtorno da ordem estabelecida, e à renovação de trágicas e horríveis cenas que nesta infeliz província se têm representado, e a que, aliás, está ainda exposta, não tendo o governo meios pecuniários para ocorrer às necessidades vitais da tropa e empregados públicos, e num tempo em que nas outras províncias, onde a ordem tem sido alterada, se está liberalmente pagando em dia avultados soldos a todas as praças que nelas servem. A assembleia legislativa do Pará julgou, pois, ter dado um passo mui avançado a bem dos interesses e tranquilidade da província, procurando pôr o governo dela em estado de continuar as suas operações militares, e sustentando também o crédito do governo geral do Império”.³²

Andréia receou fazer uso desta autorização; pareceu-lhe perigosa a emissão de vales como operação de crédito; preferiu tomar outras providências que julgou menos susceptíveis de abusos. – “Bem que a lei, disse-o ele ao ministro da fazenda, me autorizasse a emissão de 400 contos de réis, para fazer face às despesas mais urgentes, a embora o vexame tenha sido até assustador em uma província em que o povo está afeito a revoltas, não fiz uso da lei, porque tenho muito respeito à diversidade de moedas representativas de valor sem o ter, e mais ainda à impunidade com que se pode abusar de tais moedas, e por isso tomei antes o partido de tirar da tesouraria provincial todo o dinheiro que excede às suas despesas e ir com ele satisfazendo alguns pagamentos mais urgentes da despesa geral.

“Este dinheiro de excesso que se acha na tesouraria provincial não vem de que as rendas sejam superiores as despesas, mas de que algumas das despesas não tenham sido levadas a efeito, e isto me tem habilitado a ter tirado perto de 80 contos de réis dos cofres provinciais para os gerais. As providências que V. Ex.^a tem dado, ordenando que das províncias do Maranhão e Piauí se mandem para esta os fundos dispo níveis, são boas, mas não têm produzido efeito até agora, e vejo-me reduzido a nove meses de dívida sem esperança de recurso algum, e exposto a ser vítima de alguma desesperação furiosa, para o que não faltam instigadores...”³³

Fez mais: mandou pagar à tropa e aos empregados públicos os seus soldos e ordenados atrasados com a moeda de cobre punçada, que o tesouro nacional tinha remetido para o resgate e substituição da moeda ainda em circulação no Pará, e com as cédulas de novo padrão que restavam da última operação de resgate do papel e cobre, na importância

³² Está com a data e assinaturas seguintes: Paço de Assembleia Legislativa do Pará, 14 de maio de 1838. - Marcelino José Cardoso, presidente. João José de Deus e Silva, secretário.

³³ Ofício de Andréia ao ministro da fazenda, Manuel Calmon du Pin e Almeida, de 13 de dezembro de 1838.

total de 142 contos de réis.³⁴ E para suprir a falta de moeda de cobre fundou uma caixa de emissão de bilhetes impressos do valor de 100 e 500 réis, para troco das notas legais com o ágio de um a três por cento, fazendo-os correr na circulação e receber em todas as estações fiscais como verdadeira moeda, de acordo com os negociantes mais abastados da capital, com os membros da junta de fazenda e com o juiz de direito do cível.³⁵ A emissão elevou-se a pouco mais de seis contos de réis, e foi bastante esta insignificante quantia para remediar o mal como se pretendia fazendo desaparecer o exagerado prêmio que os especuladores levavam pelo troco da moeda de cobre, com grave prejuízo da população principalmente da gente mais necessitada que limitava as suas transações a pequenas parcelas.

É honroso declarar que os negociantes, encarregados da caixa de emissão de tais bilhetes, entregaram ao cura da Sé todos os lucros provenientes do ágio das operações de troco; e que Andréia com esses lucros e algumas outras esmolas fizera comprar uma casa para recolhimento de educandas.³⁶ Este recolhimento é o mesmo que hoje existe com o

³⁴ Idem, de 10 de outubro de 1838.

³⁵ Era então inspetor da tesouraria da fazenda Lourenço Lucidoro da Mota, procurador fiscal o Dr. João Maria de Moraes, e juiz de direito do cível o Dr. Bernardo de Sousa Franco. Estão todos assinados na ata da reunião que houve para tal fim. Andréia foi depois, em 1841, processado por estes atos perante o supremo tribunal de Justiça, por ordem do governo imperial, mas soube defender-se com vantagem, pelo que teve em seu favor a seguinte sentença:

“Julgam improcedente a denúncia de fls. 2, de excesso, abuso de autoridade e peculato, nos fatos praticados pelo marechal Francisco José de Sousa Soares de Andréia, no exercício do seu emprego de presidente da província do Pará. Porquanto, consistindo os ditos fatos em fundar uma caixa de emissão de bilhetes miúdos para facilitar os trocos das notas legais; em emitir a moeda de cobre punçada, que tinha sido para ali mandada para com ela se retirar da circulação a antiga moeda de cobre; em aplicar às despesas gerais a quantia de quarenta e dois contos doze mil oito centos e vinte e cinco réis (42.012\$825) em notas do novo padrão, que tinham restado da última operação do resgate do papel e cobre; e, finalmente, em tomar por empréstimo do cofre da renda provincial, para as despesas gerais, a quantia de noventa e três contos cento e sessenta e dois mil e setecentos e sessenta réis (93.162\$760) por meio de vales assinados pelo tesoureiro da tesouraria da mesma província e por ele presidente rubricados, sem ordem por escrito e sem a devida escrituração da saída de um cofre e entrada no outro, dando com isto causa ao grande alcance em que foi achado o tesoureiro; todos estes fatos foram praticados pela necessidade urgente e críticas circunstâncias em que se achava então a província do Pará, pouco antes rebelada e ainda não sossegada, e que se não acudisse com o pagamento de soldos e o mais necessário para a tropa em expedição, com o pagamento de ordenados dos empregados públicos já muito atrasados, e com moedas miúdas ao povo para trocos, seria muito arriscada a sorte da província, cuja restauração não estava ainda concluída nem consolidada. Em tal caso, era de rigoroso dever do presidente remediar e evitar pelos meios que estivessem a seu alcance, o que conseguiu lançando mão desses dinheiros, que emitiu e tomou de empréstimo o como o único meio de adiantar as consignações mensais que se lhe mandaram da tesouraria do Maranhão e que lhe faltaram, e por não haver na província ara o giro de letras, único meio de que poderia lançar mão nas urgentes circunstâncias de faltas de dinheiro e das consignações. Se a operação do empréstimo não foi feita com a devida escrituração, não é o presidente por isso responsável, assim como não é pelo alcance do tesoureiro, o que não é uma consequência necessária do mencionado empréstimo, e nem se prova que deste resultasse o alcance e não de qualquer outro modo, e muito menos se segue que o presidente fosse participante das negociatas do tesoureiro, pois que essas suspeitas ficam inteiramente desvanecidas com as cartas que o denunciado juntou à sua resposta a esta denúncia, e com o mais que na mesma expendeu não só para fazer desvanecer a desconfinça de peculato, como para remover toda a ideia de criminalidade nos fatos em que se fundou a denúncia. Pague o denunciado as custas ex causa - Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1841. - Campos – Cunha - Silva (Este processo está no Arquivo Público da capital federal, onde o examinamos. A defesa de Andréia acha-se publicada em um folheto, impresso no Rio de Janeiro, tipografia do “Diário”, de N. L. Viana, ano de 1842.).

³⁶ Defesa de Andréia no Supremo Tribunal de Justiça, pág. 8.

nome de Colégio do Amparo. Criado pelo bispo D. Manuel de Almeida de Carvalho, em 1804, tem tido várias transformações e atualmente é mantido pelo Estado do Pará, como asilo de meninas desvalidas, em prédio diverso, na rua de Santo Antônio.

Distante da corte e sem o auxílio poderoso da navegação a vapor, que então ainda não existia, Andréia via-se isolado no meio dos perigos, e tinha necessidade de vencer por si as dificuldades, sem contar muito com o apoio do governo central que, vendo-se a braços com os rebeldes de outras províncias, não podia prestar-lhe todo o socorro de que carecia. E foi por este modo que ele pôde desempenhar a sua árdua comissão, prestando o importante serviço de restabelecer o regímen legal na província. A assembleia provincial que em 2 de março de 1838 se reunira pela primeira vez, reconhecendo como assinalado este serviço prestado pelo presidente, nomeou uma comissão de três membros para Tho agradecer e cumprimentá-lo no aniversário da entrada da força legal na capital, lendo-lhe o seguinte discurso:

“À assembleia legislativa provincial do Grão-Pará, possuída do mais perene júbilo e contentamento pelo feliz dia do aniversário da restauração de sua pátria, vem por esta deputação congratular-se com V. Ex.^a como quem fez este dia notável aos paraenses, restituindo-os com glória aos seus lares, bens e famílias. Sim, foi V. Ex.^a que, ajuntando os infelizes emigrados, dispersos e fugitivos desde a cidade do Maranhão até às praias de Tatuoca, entrou triunfante e vitorioso nesta capital no sempre memorável dia 13 de maio de 1836, e decepando a altiva cabeça da anarquia, arvorou o estandarte da legalidade sobre os fortes da cidade, fez desaparecer os rebeldes, restituiu a ordem e o sossego públicos, e distribuindo medidas acertadas e enérgicas pelo centro da província, tem conseguido a paz e a tranquilidade na mesma.

“É também esta deputação que pela assembleia paraense se vai unir com todo o povo no sagrado templo para juntos e conformes, entre os fumos do incenso, não só dirigirem ao Senhor dos exércitos seus ardentes votos em agradecimento da vitória, que concedeu aos defensores da monarquia e da integridade do império, como também rogarem a Deus pela conservação da vida e saúde do restaurador desta província, a fim de levar a efeito os projetos de engrandecê-la, para que todos possam viver sossegados e tranquilos, escudados no enérgico governo de V. Ex.^a”³⁷

³⁷ Este discurso foi aprovado pela assembleia provincial em sessão de 12 de maio de 1838 e está assinado pelos membros da deputação: Dr. Lourenço José da Silva Santiago, Francisco Antônio da Silva Bittencourt e Bernardo Joaquim de Matos, Não deixam de ter interesse os atos da assembleia provincial do Pará, na sua 1ª sessão, e por isso extratamo-los aqui:

Andréia arbitrara em 3\$200 réis o subsídio diário de cada deputado, e em 2\$800 réis a indenização por dia de viagem, tanto na vinda como na volta dos que morassem fora da capital. (Fala do mesmo à assembleia provincial em 2 de março de 1838, pág. 42.). Por lei nº 11 de 12 de maio de 1838, a assembleia provincial marcou o mesmo subsídio; somente elevou a 2\$560 réis a indenização de viagem, designando o dia 15 de agosto, aniversário da independência política na província, para a abertura de suas sessões na capital ou no lugar em que se achasse o governo legítimo. Além desta lei e das outras que já mencionamos neste volume, a assembleia provincial ainda confeccionou as seguintes:

Nº 3 de 25 de abril de 1838, reorganizando a secretaria do governo. – Nº 5 de 30 de abril de 1838, marcando a congrua dos vigários. – Nº 8 de 8 de maio de 1838, autorizando ao governo a mandar vir de Portugal até 30

Andréia respondeu à comissão: – “É do meu dever agradecer à mui distinta Assembleia Legislativa do Pará a parte que toma no verdadeiro júbilo, que todos os amigos do trono de Sua Majestade o Imperial e da integridade do império devem ter experimentado pela fortuna que tem até hoje, acompanhado as forças debaixo do meu comando. Da minha parte, votado unicamente ao serviço da pátria, é por ela, e não por mim, que estimo os triunfos das armas brasileiras.³⁸

Durante treze meses e sempre em luta incessante com os rebeldes, ainda Andréia continuou a ocupar-se da pacificação da província, e apenas restavam alguns lugares longínquos onde os rebeldes permaneciam acoitados, quando recebeu a comunicação oficial de sua exoneração. Em 8 de abril de 1839 passou a administração e disse ao seu sucessor:

“Esta província está restabelecida à ordem depois de três anos de continuados esforços e fadigas, e geralmente tranquila com as exceções seguintes: no Amazonas e seus distritos só se pode conservar a paz com as armas na mão, particularmente no rio Madeira, onde os índios não estão completamente obedientes. Os rebeldes que tinham sido levados até às cabeceiras do rio Prêto ou Tapajós, atravessaram a terra firme e ameaçaram novamente a Luzéia, que foi posta logo em estado de lhes resistir. Neste rio precisa-se ainda do emprego de forças em operações para sustentar a livre comunicação com o Cuiabá, onde os rebeldes têm encontrado algumas simpatias favoráveis, por se julgar talvez que tapuios, carafuzes e outros homens de baixa extração, dados ao roubo e ao assassinio, são vítimas infelizes da perseguição de partidos por sistemas políticos, só porque alguns deles se intitulam – tenentes-coronéis.

“Todo o resto do Amazonas está tranquilo, mas havendo ainda alguns malvados embrenhados e sempre dispostos ao ataque, não pode haver segurança para as famílias sem a presença de tropas de primeira linha em atividade. Nas imediações de Breves e Gurupá aparecem, de tempos a tempos, algumas canoas com gente suspeita, e é preciso mandar

religiosos para servirem de vigários nas igrejas vagas nos sertões da província. – Nº 10 de 12 de maio de 1838, criando nas imediações da capital um hospital para os morféticos. – Nº 13 de 12 de maio de 1838, concedendo, sem nenhuma subvenção, privilégio exclusivo por 20 anos para a navegação a vapor de todos os rios, baías, enseadas e demais águas da província.

No encerramento da sessão em 15 de maio de 1838, Andréia proferiu o seguinte discurso: “Srs. deputados provinciais do Pará: A 1ª sessão dos vossos trabalhos legislativos tem produzido leis úteis e de mui transcendente vantagem aos futuros destinos desta província. Graças vos sejam dadas pelos vossos desvelos e pela sabedoria com que as ditastes. Sensível como sou à confiança que em mim tendes posto, e ao inteiro acordo e constante harmonia que mantivestes com o governo, farei quanto em mim caiba para corresponder dignamente à vossa confiança. Está encerrada a sessão.”

Foram treze as leis confeccionadas nessa sessão, e todas atenderam aos verdadeiros interesses da província; nenhuma há que não seja ditada por legítimas necessidades do serviço público. Estamos de inteiro acordo com Andréia. Era o bom tempo em que a assembleia provincial, ciosa de sua patriótica missão e composta, pelo menos em sua grande maioria, de homens sérios e honestos, não especulava com os cofres do tesouro público, nem dava guarida às pretensões audaciosas, com descrédito da província e da própria instituição que nos legaram os nossos avós! Não havia o mercantilismo que à custa da pureza dos partidos criou depois os políticos astuciosos de profissão!

³⁸ Esta resposta de Andréia como o discurso da deputação foram publicados no ara, tip. da Aurora Paraense, por Joaquim Francisco de Mendonça, ano de 1854.

ali e a toda parte expedições combinadas de mar e terra, empregando a gente dos distritos em obrigar os rebeldes, que existem escondidos, a se retirarem para outros lugares, onde os não conheçam, ou a recolherem-se às suas casas.

“Do lado de Macapá ainda se precisam explorações que são feitas com as guardas policiais daqueles distritos, e assim se tem conservado o sossego. A proximidade do Pôrto Francês, no Amapá, quando mesmo não produza uma proteção direta e decisiva aos rebeldes desta província, produz a confiança que todos têm de serem ali bem recebidos, e por este modo vão lá refugiar-se, quando se sentem perseguidos, e dali voltam a inquietar-nos quando julgam a propósito. A conservação daquele Posto, até hoje, só tem sido útil a esta qualidade de gente. Mandeí estabelecer na ilha do Bailique um destacamento de guardas policiais com soldo, e convém muito que aquela ilha seja bem guarnecida, fortificada e protegida com uma escuna de guerra, além das vigilengas exigidas pelo serviço ordinário de tão importante posição”.³⁹

O ilustre paraense Bernardo de Sousa Franco foi o sucessor que o governo imperial deu ao general Andréia. Era bacharel em ciências sociais e jurídicas pela academia de Olinda: concluindo os seus estudos em 1835, regressou ao Pará em março do ano seguinte, quando os revoltosos ainda estavam senhores da capital; pelo que teve de assistir às últimas cenas da rebelião. Exerceu o cargo de procurador fiscal da tesouraria de fazenda até agosto desse ano, em que foi nomeado juiz de direito da capital. Em 1839 o governo imperial nomeou-o presidente da província.

Tomando as rédeas do governo em 8 de abril, tratou ele de dar a maior atividade possível à expedição do Amazonas, onde os rebeldes ainda persistiam num ou noutro ponto perturbando a tranquilidade pública, mas ordenou na mesma ocasião que só fossem perseguidos, presos e processados os indiciados em crimes graves e especificados, assim como postos em liberdade ou remetidos ao governo, para serem retirados dos seus distritos, os que não tivessem contra si senão simples suspeitas. Na fala com que abriu a assembleia provincial, disse ele:

“No Amazonas continuam as operações, e difficil será concluir a guerra sem o emprego concorrente de meios brandos e conciliatórios, atenta a vastidão dos terrenos que têm de ser explorados e protegidos. A respeito dos réus da rebelião, tenho incessantemente trabalhado por entrar no conhecimento de tão importante assunto. Li todos os processos das comarcas da capital e do Amazonas, existentes em original ou por cópia, no cartório do juiz de paz da cabeça do termo e na secretaria do governo, e tenho calculado que já não existe mais de metade dos envolvidos nos mesmos processos, contando-se entre os falecidos a maioria dos chefes e os grandes malvados: há nas prisões considerável número destes últimos, e os que faltam prender são pela mor parte simples indivíduos sem designação de fatos, nem de crimes notáveis.

³⁹ Relatório com que o marechal Andréia entregou a administração da província ao Dr. Bernardo de Sousa Franco, em 8 de abril de 1839, páginas 3 e 4.

“Pedi ao governo imperial anistia excepcional, com exclusão dos cassinos, chefes, comandantes de pontos, oficiais ao serviço do rebelde Eduardo: e estou esperando-a. Concedida que seja, ficará reduzido o número dos criminosos puníveis a duzentos, e poder-se-ão meter em julgamento, o que agora não seria possível fazer sem risco, por não serem poucos os processados. E tão informes e irregulares são os processos, que só homens profissionais podem discriminar os grandes dos pequenos culpando-os e livrar-se ou de despronunciar a todos, criminosos e inocentes, ou de sustentar indistintamente a pronúncia de todos, trazendo a julgamento mais réus do que com segurança se pode fazer.”⁴⁰

Era já tempo de libertar a província do jugo com que o régimen militar avassalava por toda parte. Depois de queimada a pústula maligna com ferro em brasa, convinha aplicar-lhe remédios brandos para fazê-la cicatrizar. A necessidade extrema de repressão não podia mais ser justificada. Centenas de processos haviam sido instaurados contra os rebeldes, alguns dos quais eram até pronunciados pelo mesmo fato em vários distritos: dos elementos constitutivos da rebelião formavam crimes especiais, e assim condenavam sem nenhum escrúpulo nem consciência⁴¹; centenas de presos haviam sido recolhidos aos porões dos navios de guerra e às cadeias; centenas de inocentes de permeio com criminosos haviam falecido nos arsenais de marinha e guerra, nos hospitais, nas prisões e nos matos onde foragidos se homizaram; centenas de outros haviam sido remetidos para o sul como recrutas, ou mortos sob frívolos pretextos por agentes de força legal!

Ninguém imagina os martírios de que foram vítimas os infelizes que caíram em poder das chamadas expedições! Falam somente da selvageria dos cabanos, e esquecem a brutalidade dos apregoados legais! Destes referem atos cruéis que não depõem menos contra a natureza humana! Os rebeldes, verdadeiros ou supostos, eram procurados por toda a parte e perseguidos como animais ferozes! Metidos em troncos e amarrados, sofriam suplícios bárbaros que muitas vezes lhes ocasionavam a morte!

Houve até quem considerasse como padrão de glória trazer rosários de orelhas secas de cabanos! Conhecemos um célebre comandante dessas expedições, que desvanecia-se em descrever com ostentação os seus feitos de atrocidade, e equiparando os rebeldes com as cobras venenosas, dizia que não deviam em caso algum ser perdoados! Muitos dos entroncados nas viagens por canoas lançou ele nos rios, e outros tantos mandou espingardear nos calabouços a pretexto de quererem arrombar as prisões! Nos dias de pior humor fazia depenurar, em cordas presas ao teto da casa de sua moradia, os que lhe inspiravam maior antipatia, e compra zia-se em arremessá-los com violência de encontro às paredes, de mãos e pés atados, sem nenhum meio de poderem eles evitar os terríveis choques que lhes fraturavam os ossos!

⁴⁰ Extrato de fala com que Sousa Franco abriu a assembleia provincial em 15 de agosto de 1839, páginas 6 e 7.

⁴¹ De um memorial de Sousa Franco a que adiante aludimos, consta que Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e Geraldo Gavião foram pronunciados em Inhagapi, Guajará-açu, Guajará-mirim, Itapicuru, Barcarena, Muaná, Aicarau, Miritipitanga, Cairari, Moju, Ourém, Bujaru e Beja! Ainda mais: foram pronunciados na capital em cinco processos, no Acará em dois e no Igarapé-miri em três!

Nem as mulheres deixavam de sofrer! Encontradas em seus sítios ou em quaisquer outros lugares, eram presas e interrogadas com ameaças sobre os seus pais, maridos e parentes varões com quem moravam, e poucas livraram-se das palmatoadas e castigos com que as amedrontavam para obterem declarações! Algumas foram até violentadas na sua honestidade pela soldadesca desmoralizada!

Foram tais os atos de reação e represálias, praticados pelos agentes do governo, que o próprio Andréia se arreceou dos ressentimentos e vinditas particulares: julgando ameaçada a sua existência, nomeou o coronel Marcos Antônio Brício para sucedê-lo no comando das armas, quando fosse vítima de algum assassino, não obstante as precauções tomadas; ordenou que no caso de deixar ele de existir, se verificasse logo a posse do seu substituto, a quem a tropa de linha e a polícia reconheceriam como legítimo chefe e presariam o apoio indispensável à salvação geral da província.⁴²

Na verdade foram desastrosos os efeitos da rebelião no Pará! Consta aproximadamente a mortandade dos rebeldes que pereceram nos navios de guerra, nas prisões, nos hospitais e nos conflitos, mas é inteiramente desconhecida a que teve lugar em maior escala pelo centro da província, nas correrias das expedições e longe das vistas do governo. Os seus autores nunca a divulgaram; antes pelo contrário a ocultaram sempre, envergonhados da fealdade do ato e talvez receosos da responsabilidade!

Calculamos que mais de trinta mil homens foram imolados ao furor da demagogia e à reação dos emissários do governo. A dissensão tinha degenerado em ódio de raças, e tanto sofreram os brancos como os tapuias e homens de cor. O morticínio destes seguiu-se ao morticínio daqueles. A mortandade foi geral e na maior parte ignorada.⁴³ Chegadas as coisas a este ponto, tornava-se indispensável a anistia, nem só para obstar estes e outros arbítrios criminosos, como para completar a pacificação província, chamando com o ato salutar da clemência os poucos fugitivos que restavam, dispersos e embrenhados pelos

⁴² Ordem do dia nº 37 do Quartel-General do Pará, de 6 de fevereiro de 1839: Sendo possível que as tentativas contra a minha vida se repitam e que alguma chegue a efeito, e sendo do meu dever dar todas as providências para que o mal não passe de minha pessoa, nomeio desde já para me substituir no Comando das Armas desta província, verificando-se a posse no momento que eu deixar de existir, o Sr. Coronel Marcos Antônio Brício, e mando a todos os senhores oficiais, oficiais inferiores e soldados o reconheçam como seu Comandante-em-chefe, desde o momento em que lhes constar o fim de minha existência, e que todos formem um só corpo, compacto e unido, que salve a província dos horrores que já experimentou. Mando igualmente a todos os senhores oficiais, oficiais inferiores e soldados das Guardas Policiais dos diversos Comandos Militares, que também o reconheçam por seu Chefe e façam causa comum com os corpos de linha para salvação de todos. Ordeno enfim ao Sr. Coronel Marcos Antônio Brício, que se sustente no seu posto a todo o custo e não entregue o Comando senão por ordem do Governo Central. Francisco José de Sousa Soares de Andréia.

⁴³ Sousa Franco durante a sua administração examinou os processos instaurados contra os rebeldes, e organizou um memorial deste seu trabalho, mencionando um por um os pronunciados, presos, falecidos etc. etc. Deu-nos em 1865, este memorial, do qual extratamos as seguintes linhas:

“A rebelião do Pará começada em janeiro de 1835 deu lugar a imensa quantidade de processos. Dos que pude examinar consta que foram pronunciados 2.085, presos 206, falecidos 504. No número destes últimos só estão incluídos os rebeldes reconhecidos e pronunciados. Não se contam entre os primeiros os que estão a simples livramento. Há quem eleve a 4 mil a mortalidade dos desconhecidos e não-pronunciados, e ao duplo a dos falecidos nos navios de guerra, nos hospitais e prisões no tempo do general Andréia. O número total dos remetidos para o sul aproxima-se de mil.”

sertões, onde a autoridade não podia fazer sentir a sua ação. E o governo imperial, atendendo aos justos reclamos da opinião pública no Pará e noutras províncias que também se debatiam em guerras intestinas, aproveitou-se da nova situação criada pela declaração da maioria do príncipe, em 23 de julho de 1840. para anistiar, como anistiou, por decreto de 22 de agosto do mesmo ano, em todo o império, os que se achavam envolvidos em crimes públicos.

Os indivíduos indiciados em crime de rebelião deviam apresentar-se, dentro de sessenta dias, às autoridades legais, e tais eram consideradas tanto as civis das cidades, vilas e distritos como as militares encarregadas de comandos de tropas ou posições militares da legalidade. Quando a presença dos criminosos não conviesse na província, o presidente poderia fazê-los retirar, obrigando-os a assinar um termo pelo qual se sujeitassem à residência temporária noutra província. Quebrado este termo, perderiam o direito à anistia concedida.

Ficavam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido, os processos e sentenças, para não mais produzirem efeito algum contra as pessoas envolvidas em crime de rebelião, nem darem causa a novos procedimentos judiciais, excetuados somente os indivíduos que não se apresentassem no prazo legal ou quebrassem o termo aludido: uns e outros seriam punidos de conformidade com as leis em vigor.

Sousa Franco viu assim satisfeitos os seus bons desejos. O governo deu pronta execução a este decreto, e anistiou logo a muitos dos que se achavam presos, sendo os principais chefes com a cláusula de irem residir fora da província por prazos de dez anos a uns, de sete e três a outros, conforme a maior ou menor influência que exerceram nos acontecimentos⁴⁴⁴⁵. O efeito benéfico desta medida foi imediato: os rebeldes começaram sem demora a apresentar-se às autoridades, e um ano depois João Antônio de Miranda, sucessor de Sousa Franco, pode anunciar:

“Tôda a província goza de plena tranqüilidade. Nos pontos em que já dela se fruía, cada vez mais se tem consolidado; e nos outros vão geralmente desaparecendo os motivos de receios e temores. O progresso do comércio e da agricultura é o resultado dêste estado de paz e repouso. Novecentos e oitenta rebeldes com as suas armas reiúnas, arcos e

⁴⁴ Como se vê, não entram neste cálculo nem as vítimas dos rebeldes, as quais foram em número pelo menos igual, nem as vítimas da reação posterior da força governo. Parece portanto não haver exageração quando elevamos a 30 mil homens a perda total dos rebeldes e legais. Esta perda foi por certo muito considerável e sensível à província, cuja população era então diminuta e espalhada pelo seu extenso território.

⁴⁵ Bernardo de Sousa Franco conquistou posteriormente grande renome no império: foi um paraense distinto por virtudes e saber. Entre os mais notáveis estadistas brasileiros ocupou lugar assinalado principalmente como financeiro e parlamentar. Os seus numerosos e importantes discursos proferidos em oposição ao governo na 9a. legislatura da assembléia geral, câmara temporária, deram-lhe uma grande nomeada no país, nomeada que ele soube conservar em tôda a sua vida pública. Aposentado, seguiu a nobre profissão de advogado abrindo na corte o seu escritório, o qual sempre gozou de subido crédito. Durante o segundo reinado da monarquia, exerceu elevados cargos de eleição popular e de nomeação imperial, como o de deputado geral por diferentes vezes, de presidente de várias províncias, ministro da coroa, senador do império e membro do conselho de estado, sendo por fim agraciado com o título honorífico de visconde de Sousa Franco. Faleceu em 8 de maio de 1875, na capital império, onde residia, já havia muitos anos. A sua perda foi geralmente sentida e ainda hoje é pranteada.

flechas. apresentaram-se às autoridades de Luzéia, e êsse exemplo tem sido sucessivamente imitado por outros que, conhecendo a boa-fé com que o governo lhes acena e os recebe, também se têm recolhido aos seus distritos. Logo depois daquela importante apresentação, mais duzentos guardas policiais que haviam desertado do Tapajós e do Pauxis no tempo do antecessor do atual comandante da expedição ao Amazonas, apresentaram-se a êste, e talvez já tenham aparecido os que viviam fugitivos.

“A anistia concedida pelo governo de S. Majestade tem produzido os melhores efeitos e a ela se deve, sem dúvida, atribuir a resolução tomada pelos rebeldes de deporem as armas e procurarem a proteção do legítimo govêrno. Sem essa medida tão salutar e bem lembrada, êles unidos aos que ainda vivem foragidos, continuariam embrenhados talvez por êsses sertões, aos quais com suma fraqueza pode chegar a fôrça da autoridade pública, e nos ofereceriam a cada momento contínuos motivos para receios e inquietação. O govêrno tem por ora usado desse bálsamo político em benefício de sessenta e dois, como se vê da relação anexa, e espero os indispensáveis esclarecimentos para poder expedir as convenientes portarias, em referência aos apresentados.

O exemplo dêsses desvairados brasileiros, a publicação da anistia, os reiterados convites do govêrno e a bem recebida pastoral de S. Ex.^a Revd. ma que por todos os meios se desvela em auxiliar a administração, e a quem pela amizade e simpatia com que me tem tratado, aproveito esta ocasião pública para render o meu tributo de alto respeito e gratidão, têm pôsto em movimento os brasileiros refugiados ao Norte da província, além do Equador. Para sondar as disposições das autoridades têm êles empregado o expediente de emissários, aos quais se tem pro testado a sinceridade dos oferecimentos do governo.

Esta capital tem dado o maior exemplo de ordem e nela se tem gozado de um sossego verdadeiramente apreciável. Logo depois de minha posse foi necessário à noite tocar rebate por ocasião de haver apa recido fogo em uma casa. Correram todos aos seus quartéis, e apesar de se ignorar a princípio a razão da novidade, e de me achar há poucos dias com as rédeas da administração, a ordem foi tal, que a cidade de Belém não parecia aquela que, há bem pouco tempo, se agitava e estre mecia a qualquer toque desconhecido”⁴⁶.

Entre os anistiados com cláusulas foram incluídos Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e os irmãos de um e outro, designando-se para residência dos dois primeiros a província do Rio de Janeiro por dez anos, e dos últimos a de Pernambuco por sete e três anos. No princípio do ano de 1841 seguiram todos o seu destino.⁴⁷ Eduardo Angelim,

⁴⁶ Fala com que o presidente do Pará, Dr. João Antônio de Miranda, abriu a assem bléia provincial em 15 de agosto de 1840, páginas 7 e 8.

⁴⁷ Os rebeldes anistiados estão mencionados em duas relações anexas às Falas, com que abriram a assembléia provincial o presidente João Antônio de Miranda e o vice óresidente Sousa Franco, em 15 de agosto de 1840 e 14 de abril de 1841. Foram em número de 78, sendo 16 com obrigação de irem residir fora da provincia; entre êstes acham-se relacionados - Camilo José Moreira Jacareacanga, Manuel Sabino dos Santos Lopes, Romão da Graça Forte, João Miguel de Sousa Leal Aranha, Ge raldo Francisco de Oliveira, Manuel Antônio Ferreira, Tomé Antônio Cardoso, To más Antônio de Aquino, Lourenço Antônio Ferreira, e Leandro, escravo de D' Catarina Pastana, além de Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e seus irmãos Ge raldo Francisco Nogueira, Manuel An-

assistindo na corte às discussões da câmara temporária, estava um dia nas galerias quando falava Antônio Carlos, em oposição ao governo. Não Some conter-se ao ouvir aquele distinto orador, e levantando-se sôbre a bancada e deu-lhe repetidos vivas e apoiados, não obstante ser mais de ser mais de uma vez advertido e chamado à ordem. Este ato motivou a sua prisão ma ao sair do paço da câmara.⁴⁸ E recolhido à fortaleza de Santa Cruz, foi depois embarcado para o presidio de Fernando de Noronha em 1o de agosto de 1841, e dali só pôde sair para voltar ao Pará, quando decorreram dez anos de residência forçada fora da província, apesar de ter reclamado contra a sua estada naquela ilha, sendo-lhe favorável Câmara temporária.⁴⁹ O mesmo destino teve Francisco Vinagre, por ter o governo julgado inconveniente a sua permanência no Rio de Janeiro.

Eduardo Angelim chegou ao Pará, de volta de Fernando de Noronha em 5 de maio de 1851, tendo-se demorado alguns dias na cidade do Recife. Em 12 daquele mês, seguiu logo para o seu engenho Madre de Deus, onde residiu por mais de trinta anos, contados da sua chegada até poucos meses antes de falecer. A sua consorte o acompanhou sempre em todas as tormentas da vida agitada por que passara: nem no exílio o deixou um só instante, apesar das agruras do presidio! Referem que esta infeliz senhora ficara com as faculdades mentais mais ou menos aste radas desde o parto de seu primeiro filho, e que contrariedades e con tínuos sofrimentos agravaram éste seu estado já pouco sadio e normal.

tônio Nogueira, José Agostinho de Oliveira Vinagre e Raimundo de Oliveira Vinagre. Da segunda das referidas relações consta que estes dois últimos se ocultaram. Nesta mesma relação se faz menção dos lugares e prazos marcados para residência de cada um dos aludidos rebeldes fora da provincia.

⁴⁸ Nos Anais do Parlamento, câmara dos deputados, ano de 1841, está a discussão que agitou-se por causa da prisão de Eduardo Angelim.

⁴⁹ Parecer da câmara temporária contra a prisão de Eduardo Angelim: À comissão de constituição e poderes foi presente o requerimento de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, que pede ser restituído à sua liberdade e retirado do presidio de Fernando de Noronha, em que se acha contra a lei. E considerando a comissão:

1º) Que o suplicante, tendo sido implicado na rebelião do Pará, foi anistiado pelo decreto de 22 de agosto de 1840, e obrigado na forma do art. 2o do dito decreto a residir temporariamente onde a autoridade lhe indicasse; 2º) Que, sujeitando-se a esta condição e assinando o termo competente de residir no Rio de Janeiro, e não poder voltar para o Pará senão no fim de dez anos, foi para aqui mandado pelo presidente daquela provincia e apresentou-se à autoridade competente, mas que no fim de poucos dias foi preso, remetido para a fortaleza e embarcado no dia 1o de agosto para a ilha de Fernando de Noronha; 3º) Que, tendo o suplicante cumprido a condição da anistia, e surtindo ela por consequente o devido efeito sem poder rescindir-se senão no caso de quebrar o suplicante o termo, fato pelo qual perderia o gozo da anistia concedida, mas nunca poderia ser punido sem sentença; 4º) Que, lavando a anistia todos os crimes políticos para que fôra concedida, e não havendo o suplicante praticado nenhum outro que o sujeitasse à ação das leis, fôra o ato do ministro que o condenara a um degrêdo, um perfeito atentado contra a liberdade individual; 5o) Que assim o tem pensado o atual ministro da justiça, fazendo voltar para Goiás o Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, que ai estava em con seqüência do termo que assinara de residência, do forte do Príncipe da Beira, na provincia de Mato Grosso, para onde o arremessara injusta e violenta arbitrariedade; É de parecer que seja o requerimento do suplicante remetido ao ministro da justiça para lhe deferir na forma da constituição e leis. Paço da câmara, 14 de fevereiro de 1845 – Antônio Carlos R. de Andrada e Silva. – Teófilo B. Otoni -- Urbano S. Pessoa de Melo.”

Éste parecer foi aprovado em sessão de 21 de abril do mesmo ano, e remetido da justiça para os fins convenientes. Não obstante, nenhum deferimento favorável teve: Eduardo Angelim foi conservado no presidio de Fernando de Noronha até o fim do prazo estipulado no termo que assinara. Falaram contra e a favor do parecer D. Manuel, Getúlio, Andrada Machado, Wanderlei, Marinho, França e Ferraz. (Anais do Parlamento, câmara dos deputados, sessões de 15 de fevereiro e 21 de abril de 1845.)

Acometida na ilha de Fernando de Noronha de frequentes excitações nervosas com intervalos ora mais, ora menos demorados, não cansava de prantear a sua sorte nos momentos de lucidez, sem contudo atribuir ao seu marido os infortúnios que lhe amarguravam a vida. Melhorava às vezes, porém nunca ficou completamente restabelecida. O seu juízo res sentia-se sempre de sensível enfraquecimento, vindo por fim a perder inteiramente a luz da razão no seu regresso à terra natal, onde passara por tantos transe e desventuras, o que talvez influísse bastante no seu ânimo. Neste estado faleceu em 27 de dezembro de 1878 em sua fazenda, onde foi sepultada. A sua mãe e uma filha também sofreram de alienação mental, e isto faz presumir que a loucura fôsse enfermidade hereditária de família.

Eduardo Angelim sobreviveu à consorte por alguns anos. Em 1882 porém sentiu-se gravemente doente e fez-se transportar para a cidade de Belém, onde morreu em 11 de julho do referido ano. O seu cadáver foi sepultado no dia seguinte, junto ao túmulo da esposa na capela do engenho Madre de Deus, para onde fôra transportado da capital, como ele próprio pedira a seus filhos, horas antes de expirar.

Francisco Vinagre também voltou ao Pará, e viveu alguns anos na província, isolado e estranho às lutas políticas. Mostrava-se muito reservado e parecia enfadar-se, quando se lhe falava nas cenas da cabana gem. Várias vezes o procuramos com o fim de obter esclarecimentos sôbre certos pontos em que ele representara como protagonista ou como testemunha ocular, mas nem sempre nos satisfizeram as suas declarações. Notávamos nele demasiado laconismo e verdadeiro constrangimento, quando tratava dos fatos subversivos do Pará no ano de 1835. Residiu por muitos anos na cidade de Belém, onde faleceu em 2 de novembro de 1873. Seu cadáver foi sepultado no cemitério da Soledade.

Dos principais facciosos eram eles os únicos que restavam. Os outros de há muito tinham desaparecido, vítimas da rebeldia ou da reação posterior do governo. Arrastados aos movimentos tumultuários pelos seus próprios erros, todos sumiram-se nos turbilhões da anarquia, deixando a sua memória salpicada de sangue inocente, cercada de merecidas maldições da viuvez e orfandade. Querendo evitar males, aliás duvidosos, usaram outros maiores, de natureza mais prejudicial.

Assim terminaram os motins que por largos anos agitaram a sociedade paraense. Começados nas altas regiões do poder público, foram repercutir nas últimas camadas sociais, com perturbação geral da ordem depois e sacrifícios incalculáveis à segurança individual, à propriedade, à indústria, às artes, ao comércio, a tôda a província, em suma.

O governo envolvendo-se como parte diretamente interessada nas lutas apaixonadas dos partidos, exorbitou de seus deveres, enfraqueceu o princípio da autoridade e deu causa à anarquia vertiginosa das turbas. Afrouxados por esse modo os laços de submissão e obediência, a conflagração estendeu-se aos confins da província e arre-

messou a população no holocausto, sem distinção de individualidades nem de classes. As perdas e infortúnios foram recíprocos. Grandes e pequenos, poderosos e humildes, todos sofreram privações e misérias.

Ninguém escapou às lufadas da tormenta desfeita que, açoitando com igualdade, levou a desolação tanto à porta do rico e do nobre, como à do pobre e do plebeu. Não houve isenção para pessoa alguma. Aos suplícios dos maçons, dos bicudos e dos brancos sucederam os martírios dos tapuios e dos homens de côr. O mesmo tributo de sangue cobriu de luto a população inteira. A anarquia é sempre assim: cega e inexorável, devasta tudo com impiedade e sem discernimento. Em suas ondas tu multuárias envolve e arrebatava vencidos e vencedores, inocentes e culpa dos, sem haver quem possa resistir ao desencadeamento delirante de paixões. O sacrifício é comum e todos têm o seu doloroso quinhão na par tilha forçada das desgraças.

Não haja ilusão, a anarquia é um mal que geralmente afeta a todo o corpo social. Os mesmos que a instigam, açulando as massas populares, cavam a sua própria ruína e preparam de antemão a tumba que tem mais tarde de encerrar os seus restos mortais, antecipando à história o ensejo de entoar-lhes as pungentes nênias do sepulcro, e de esculpir na campa de cada um as justas imprecações da posteridade.

Contristam-nos realmente os fatos que acabamos de referir. E, certo, memum paraense deixará de sentir idêntica impressão de tristeza e pesar. É natural ao homem amar com enternecimento o lugar que lhe deu o berço, associando-se sempre com entranhada afeição às suas desditas e felicidades. E pois seja-nos lícito, ao concluir este trabalho, findo o canto fúnebre de tantas desgraças, dirigir à divindade uma prece, inspirada por sincero patriotismo:

Queiram os céus que as lições dolorosas do passado aproveitem a todos nossos concidadãos para que, esclarecido o espírito público, não mais se reproduzam as discórdias civis, odiosas e cruentas, que mancharam de sangue a história política das regiões amazônicas, e por muitos anos retardaram o seu desenvolvimento e prosperidade.

Digam embora que, depois de abrasado o solo, ficam as cinzas que o fertilizam; nem assim nos enlevam os fatos anormais que aos supostos benefícios fazem preceder a desordem e a destruição. Preferimos o amanhã regular dos agentes pacíficos da civilização. Não duvidamos que sejam lentas as suas conquistas, porém em compensação serão mais seguras e fecundas; pelo menos não custarão duros sofrimentos à humanidade.

Pensem os visionários como quiserem, a rebeldia será sempre condenável nas sociedades bem constituídas. Pintem-na com as cores mais vivas e sedutoras da imaginação; chamem-na tumulto ou sedição, revolta ou insurreição, motim ou rebelião, nada alterará a sua natureza e efeitos; dêem-lhe o nome que melhor soe e agrade aos ouvidos dos incensuráveis, ela não deixará nunca de ser uma transgressão sujeita à sanção penal. Os seus desastres são infalíveis; raros e somenos os seus benefícios. Nas mesmas revoluções e agitações

populares que têm de fazer vingar princípios sociais ou defender direitos conculcados, os levantamentos dos povos são remédios extremos de salvação pública, somente justificáveis diante da resistência criminosa da tirania aos preceitos salutareos da lei e da moral.

Há quem, em arroubos de fantasia, apregoe que as idéias fecundam no sangue e martírio dos seus intitutados apóstolos! É o grito de guerra dos demolidores, a canção da demagogia impaciente que, não confiando senão no poder da força material, espera tudo dos movimentos tumultuários. Que a decantem em cântico os amantes da turbulência; não aplaudamo-la nós que temos fé na influência dos raciocínios e nas leis providenciais do progresso.

Eleve-se a instrução popular à altura de um verdadeiro sacerdócio derramando-a com prodigalidade por entre as multidões; liberalize-se a todas as classes a educação profissional de que carecem; substitua-se a ignorância pelo conhecimento do bem coletivo e individual; moralize-se e afeiçoe-se o povo ao trabalho; illustre-se em suma a opinião pública, e todos abominarão as doutrinas subversivas como fontes perniciosas de anarquia.

As dissensões intestinas não diferem das lutas fratricidas; intolerantes e rancorosas, nada perdoam; falseando o caráter nacional, perturbam as relações sociais, enfraquecem a união benéfica das famílias que constituem os povos, e estes não poderão nunca desenvolver-se, privados que sejam da paz comum e fraternal, que os deve aviventar à sombra da lei fazendo medrar, no mútuo respeito e confiança, o comércio, a indústria, a arte, a agricultura, todos os ramos enfim da atividade humana.

NOTAS FINAIS

NOTAS FINAIS

I

Extrato do processo instaurado contra os autores do motim, de 14 de agosto de 1835 pelo juiz de paz do 1.º distrito da capital:

Inquirição para corpo de delito indireto:

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 1837, nesta cidade do Pará, na casa de moradia do juiz de paz do 1.º distrito, Matias José da Silva, onde eu escrivão de seu cargo ao diante nomeado vim para o fim de se produzir testemunhas para o corpo de delito indireto, que se vai proceder por motivo dos novos fatos praticados pelos rebeldes de 14 de agosto de 1835 em diante, foram aí inquiridas pelo dito juiz as testemu nhas em seguida nomeadas, do que para constar fiz este têrmo. Eu Vicente Alves da Silva o escrevi.

1.ª testemunha, Tomás Francisco, natural da cidade de Belém, 36 anos de idade, sineiro da Sé, declarou: que por ver e presenciar sabe que, chegando a esta província o marechal Manuel Jorge Rodrigues, tomou posse da presidência quando ainda estavam guarnecidos pelas forças dos rebeldes diversos pontos da cidade, e que eles só depuseram as armas na tarde do dia da posse do mesmo marechal por éste ir desarma-los, pelos pontos; que o presidente foi esbulhado do governo por uma fôrça rebelde que acometeu a cidade na manhã do dia 14 de agosto de 1835 com fogo ativo por nove dias sucessivos, arrombando casas para fazerem fogo contra os cidadãos e tropa, e para roubarem quanto nelas acha lavam, ferindo e matando os que encontravam; que, depois de o marechal abandonar a cidade no dia 22 do referido mês de agosto, os rebeldes logo ao amanhecer de 23 cometeram todas as qualidades de crimes tirando homens do convento do Carmo e da Sé e matando-os, como aconteceu com os coronéis José Narciso e Manuel Gomes Pinto, com João Cavaleiro, Antônio Rodrigues Neves, Amaro da Silva Teotônio e outros cujos nomes não sabe; arrastados à força para fora dos templos, foram todos mortos na rua a tiros e a golpes de terçados; que os rebeldes praticaram esses crimes nem só na ocasião da entrada como continuaram a praticá-los durante todo o tempo em que estiveram de posse da cidade, a qual só abandonaram pela fome em que os pôs o bloqueio, fazendo na retirada incendiar algumas casas, como as de Vicente Antônio de Miranda, José Pais de Sousa, José Joaquim da Silva, de D. Inácia Correia Bulhões e de outras pessoas; que os rebeldes obrigaram as famílias da cidade a acompanhá-los para o rio Acará deixando as casas em completo estado de ruínas, sem portas, sem janelas e sem chaves.

2.a testemunha, Jerônimo José da Rocha, natural da cidade de Belém, 62 anos de idade, armador da Sé, declarou: que por ver e presenciar sabe que, chegado o marechal à província, tomou conta da presidência estando ainda armados os rebeldes; êstes só depuseram as armas quando ele os foi desarmar nos pontos em que se achavam: que os rebeldes atacaram a cidade das dez para as onze horas da manhã de 14 de agosto de 1835, fazendo fogo ativo contra a tropa e cidadãos que se opuseram à sua entrada, arrombaram casas roubando o que encontravam nestas e nas lojas de fazendas, ferindo, espancando e matando os homens que achavam na cidade; que no dia imediato ao do abandono da capital, das sete para as oito horas da manhã, os rebeldes tomaram conta da cidade e cometeram tôda a sorte de crimes, e um grupo dêles foi ao convento do Carmo donde tiraram vários homens, que nêle se achavam escondidos, e levando-os para o largo do mesmo convento os mataram a tiros e a golpes de terçados, sendo vítimas deste atentado os coronéis Manuel Gomes Pinto e José Narciso, João Inácio Cavaleiro, o distribuidor Antônio Joaquim Rodrigues Neves, o prêto Amaro Paulo e outros muitos dos quais não sabe o nome; o mesmo fizeram a Teotônio de tal que estava escondido dentro da Sé, lançando-o fora à força de puxões e espancamentos até a rua onde o mataram; que outros grupos praticaram idénticos crimes por toda a cidade procurando os infelizes que lhes constava estarem refugiados dentro das casas, cujas portas arrombavam; continuaram nas mesmas desonestações e atentados durante todo o tempo que estiveram de posse da cidade, dando também palmatórias em muitas senhoras recolhidas e honestas e em algumas mulheres públicas; que a causa da retirada dos rebeldes foi o bloqueio da cidade, o qual lhes trouxe grande fome; ao deixarem a capital fizeram incendiar algumas casas, como a de Vicente Miranda, a de D. Inácia Bulhões, a de Jose Joaquim da Silva, e de outros; na mesma ocasião obrigaram com ameaças de morte a muitas famílias a acompanhá-los para o rio Acará, ficando a cidade quase deserta e com as casas sem portas, nem janelas, e maior parte esburacadas como ainda se notava.

Conclusos os autos, o juiz mandou por despacho do dia 28 de janeiro, que julgado procedente o corpo de delicto indireto, o escrivão notificasse testemunhas para jurarem no sumário; e procedendo-se a este, depuseram sob juramento as seguintes testemunhas:

1.a. Maria Rosa de Nazaré, natural da cidade de Belem, solteira, moradora na rua do Norte, 46 anos de idade, em audiência de 29 de janeiro disse que sabe por ver e presenciar: que Francisco Vinagre entregou a presidência ao marechal debaixo de falsa fé, porque antes da posse dêste não só o mesmo Vinagre e seus irmãos, como Eduardo Angelim e também os seus irmãos, Quintiliano e outros rebeldes, diziam muitas vezes que consentiam por enquanto na posse do marechal até que êle procedesse de qualquer maneira que os contrariasse, pois que então passariam tudo a fio de espada, e porque no dia da posse do marechal a estavam ocupados pelos rebeldes os pontos das fortalezas e de outros lugares, os quais só foram evacuados no dia seguinte a esforço do marechal. Uma porção de rebeldes na tarde do dia

da posse entrou na casa de Francisco Vinagre e carregou uma peça e munições que êle dizia ter para sua defesa, levando tudo para o Cacoalinho pela estrada de S. José e transportando depois para o rio Acará; que um barco artilhado carregado de armamentos e munições do trem de guerra, fundeado no pôrto do Sal onde passava revista a tôdas as canoas que por ali navegavam, na noite do mesmo dia da posse desapareceu daquele lugar, e foi levado para o sítio de José Agostinho de Oliveira no rio Itapicuru, e aí desembarcou êsses petrechos bélicos; que o marechal tratou sempre bem e com agrado a Vinagre e aos outros rebeldes, a fim de ver se os rebeldes depunham as armas, o que nunca pôde conseguir por estarem de má-fé; tanto assim que dias depois desapareceram da cidade os irmãos de Francisco Vinagre, o Eduardo e outros, constando que êles dirigiam-se a diversos distritos reunindo os seus moradores aos dos pontos do Pinheiro, Maguari e outros que estavam em armas esperando ordem de Francisco Vinagre, o qual se deixara ficar na cidade pelo plano que tinha com Eduardo e outros chefes rebeldes, por quem mandou atacar a infeliz vila da Vigia.

Disse mais que, tendo notícia dêste atentado, o marechal mandou prender a Francisco Vinagre e a Aranha, e conduzi-los para bordo da corveta Defensora; que os rebeldes na manhã de 14 de agosto de 1835 tinham atacado a cidade, principiando a fazer fogo contra a tropa que os foi encontrar na estrada de Nazaré, entrando depois pelas casas e arrombando-as para delas fazerem fogo contra a tropa e cidadãos que defendiam o govêrno, roubando e matando a quantos encontravam; este fogo durou até a noite de 22 de agosto em que o marechal viu-se obrigado a retirar-se para bordo da fragata Campista; que os rebeldes, tomando conta da cidade, fizeram abrir à fôrça os templos, mandaram repicar os sinos e cantaram na Sé uma ladainha das oito para as nove da manhã do dia 23, e logo depois fizeram sair à fôrça todas as pessoas que viram nos mesmos templos, continuando a dar buscas a fim de descobrirem os que estavam escondidos e os matarem a tiros de fuzil e a golpes de terçado, como aconteceu no convento do Carmo com os coronéis José Narcido e Manuel Gomes Pinto, major Cavalero, Antônio Neves, Antônio Mendes, Amaro e um dos filhos do coronel Nobre, além de outros que, arrastados para a rua, foram assassinados no largo do mesmo convento, sendo o último na porta do bispo, na Sé um Teotônio de tal, e pelas ruas muitos outros, entrando eles nas casas, espancando mulheres brancas com palmatórias, como fizeram com ela testemunha que, arrancada da casa do padre Taumaturgo para a rua, onde a obrigaram a ajoelhar-se, foi castigada com vergalho e palmatória; depois de muito açoitada foi conduzida para o largo da Sé e aí de novo flagelada no corpo e nas mãos; por fim foi levada para junto da casa em que morava, entraram e arrastaram à fôrça de golpes de terçado o alferes Vicente Pereira, a quem mataram na rua; um tal Manuel Bernardo mameluco lhe deu um tiro, e o mulato Florindo lhe cortou o pescoço com um terçado; dêste ponto ainda a conduziram até a porta da cadeia sofrendo aí novos castigos, e só a deixaram quando Eduardo a mandou buscar por pedidos do mestre André prêto e de Pirocacana, os quais a conheciam.

Disse também que, estando na janela do palácio do governo onde permaneceu oito dias por ordem de Eduardo, viu passarem várias pes soas carregadas de fazendas, que diziam serem achadas na alfândega: por três noites sucessivas presenciou o mesmo fato, distinguindo entre outros os mulatos Elias, Manuel Sabino e Francisco Veado; que Eduardo Angelim depois de aclamado presidente deu postos e comandos aos seus companheiros criminosos, como Portilho, seu cunhado e Vasques, elevando à comandante do pôrto do Sal o seu irmão Geraldo Gavião, Manuel Barbosa, comandante da Pedreira, José Pestana, comandante do pôrto do Carmo, Rufino Barbosa, comandante do Castelo, Manuel Sabino, comandante de guerrilhas, um tal Albino, comandante do ponto de Santo Antônio etc. etc.; que logo nos primeiros dias viu um carafuz de nome Antônio, escravo de Antônio de Serqueira, arrombar com mais alguns prêtos as lojas dos negociantes João Afonso, Antônio Guimarães e Guilherme.

2.a. Baltasar dos Reis Pereira, natural do Acará, solteiro, 27 anos de idade, lavrador, preso na corveta Defensora, em audiência de 20 de fe vereiro, disse: que foi avisado na qualidade de cabo da guarda nacional como tôda a companhia do igarapé Tapiocaba, a que pertencia, por ordem de Francisco Vinagre para vir à capital com o armamento que tivesse, sem declarar o fim para que era chamado. Chegando à capital, fôra logo despedido no dia da posse do marechal com ordem de levar o armamento que pudesse. Dias depois foram ele e todos os moradores dos igarapés Tapiocaba e Juruparitiba avisados para comparecerem no rio Itapicuru por ordem de Antônio Vinagre a quem se apresentaram, e na mesma ocasião o acompanharam, sob a pressão de ameaças, até a fazenda Jaguarari donde partiram para Itaboca, fazendo tôda esta via gem sempre por terra; aí esperaram a gente que Eduardo e seus irmãos, o padre Casimiro e um tal Manuel Pedro dos Anjos tinham de trazer de Conde, Beja e Muaná, como efetivamente sucedeu, chegando todos quinze dias depois. Dali partiram em canoas para a fazenda do tenen te-coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, denominada Murutucu, e reunidos à gente vinda de Maguari e Pinheiro, vieram por terra assaltar a capital na manhã de 14 de agosto de 1835, sendo o primeiro chefe dos celerados Antônio Vinagre, que foi morto na tarde do mesmo dia e substituído por Eduardo Angelim.

Disse mais que na ocasião do assalto à cidade os celerados entravam pelas casas, furando paredes e arrombando portas para estabelecerem comunicações de umas para as outras, e fazerem fogo de dentro contra a fôrça do governo, roubando quanto encontravam e matando os homens que achavam refugiados; que horrorizado de ver praticar tantos crimes, evadiu-se dêsses homens bárbaros para os matos do Cacoalinho, onde adoeceu de febres por cinco dias; acoitou-se no tujupar de uns pobres velhos na estrada que vai para Caraparu; deteve-se aí enquanto durou o fogo; dias depois é que se apresentou a Eduardo; que os celerados atacaram o destacamento legal estacionado no rio Acará-miri e mataram

bàrbaramente a toda a guarnição sem deixar uma só pessoa branca; nenhum fim político ocasionou tão grandes crimes; era uma horda de malvados vindos de todos os pontos com o plano de roubar, matar, desonestar, destruir, incendiar a cidade, e acabar de uma vez com os caramurus e maçons (todos quantos eram brancos) como públicamente diziam.

3.a. Marcelino Antônio, natural do Pará, solteiro, 36 anos de idade. alfaiate, morador na rua do Espírito Santo, disse: que Francisco Vinagre entregou a presidência ao marechal debaixo de falsidade, porque antes da posse nem só êle Vinagre como Eduardo, os irmãos de um e outro, Quintiliano e os demais chefes rebeldes diziam publicamente que tolerariam o presidente enquanto não os hostilizasse; contrariados que fossem, acabariam com os legais; que os rebeldes não quiseram depor as armas; só o fizeram depois da posse por ter ido o próprio marechal desarmá-los nos pontos que ocupavam; vira ancorado no pôrto do Carmo um barco carregado de armamentos e munições, o qual desapareceu na noite do dia da posse seguindo para o rio Acará; sabia que o marechal tratava bem e com agrado os chefes rebeldes para ver se por meio dêles conseguia que os facciosos entregassem as munições e as armas, o que nunca pôde obter; pelo contrário dias depois se retiraram da capital Eduardo, Antônio Vinagre, todos os principais cabeças dos rebeldes, e foram reunir gente em diversos distritos, mandando os aliados para os pontos do Maguari e Pinheiro, donde partiram depois para assaltar a Vigia.

Disse mais que, tendo notícia dêste triste acontecimento, o marechal mandou prender a Francisco Vinagre, João Miguel Aranha e mais alguns outros que foram recolhidos a bordo da corveta Defensora, vindo os rebeldes assaltar a capital na manhã de 14 de agosto de 1835; principiaram o fogo contra a tropa que os foi encontrar na estrada de Nazaré, e entrando na cidade arrombaram casas para fazerem fogo de dentro, roubando e matando quantos encontravam; continuou por nove dias o conflito e só terminou na noite de 22, quando o marechal retirou-se por não ter mais força para defender-se; que essa multidão de malvados no dia 23 das oito para as nove horas da manhã fêz repicar os sinos de todos os templos, e abrir as suas portas para procurarem os infelizes que viam escondido dentro dos mesmos, como sucedera no convento do o e na Sé ... *(Refere o morticínio havido nestas duas igrejas e nas ruas conforme consta dos depoimentos anteriores. Declara mais que vira cadáver do alferes Vicente Pereira estendido na rua defronte da casa em que o mesmo residia; que encontrara a mulata Rosa bastante maltra de chicotes e palmatórias; que Tomás Lourenço fôra nomeado comandante das armas por Eduardo, Antônio dos Santos Vasques ajudante-d'ordens, Manuel Sabino tenente-coronel comandante de guerrilhas, e tantos outros que nomeia. Confirma os roubos da alfândega e das casas durante as noites, assim como o incêndio dos prédios já mencionados pelas outras testemunhas. Disse em conclusão que nunca ouvia dos rebeldes ser outro o motivo de suas atrocidades senão matar bicudos, maçons e caramurus.)*

4.a. *Domingos José da Assunção*, natural da cidade de Belém, solteiro, 30 anos de idade, alfaiate, morador na rua dos Cavaleiros, em audiência de 13 de abril de 1835, disse: que os rebeldes entregaram com falsidade o governo ao marechal, como provou o fato de não quererem depor as armas, nem deixar os pontos; só o fizeram a esforços do marechal no dia da sua posse e no imediato em que andou desarmando-os, acompanhado de alguma tropa que trouxe do Maranhão; eles mesmos diziam que o presidente permaneceria enquanto não os contrariasse; que vira desaparecer na noite da posse do marechal um barco carregado de armamentos e munições de guerra. O presidente legal mandara muitas vezes Francisco Vinagre ao Maguari e ao Pinheiro desarmar os rebeldes e fazer que se retirassem aos seus domicílios, e nada conseguira porque o emissário aconselhava o contrário; que ouvira Eduardo com os seus irmãos dizer que Antônio Vinagre ordenara a todos que se reunissem no maior número possível, o que efetivamente fizeram; desapareceram da capital à exceção de Francisco Vinagre que deixou-se ficar na capital de cavilação, e foram aliciar gente pelos distritos.

Disse mais: que na manhã de 14 de agosto de 1835 e nos dias seguintes viu e presenciou arrombar portas, invadir casas, furar paredes, roubar, assassinar, praticar quantas barbaridades imaginaram os rebel des; por estar escondido por detrás do altar-mor da Sé, observara que eles cantaram aí uma ladainha das oito para as nove horas da manhã de 23 de agosto mandando repicar os sinos; soubera da morte que deram a Teotônio de tal, arrancado à força do templo, e a outros encontrados na igreja do Carmo. Os rebeldes continuaram nos mesmos atentados durante muitos dias, dando buscas por todas as casas em procura de maçons e caramurus; nenhum fim político eles tinham; praticaram tantos crimes atrozes por serem celerados, assassinos e ladrões vindos de todos os pontos e distritos ... *(Confirma as declarações das outras testemunhas sobre os roubos da alfândega e nomeações feitas por Eduardo dos maiores influentes nas desordens, assim como sobre o incêndio das casas e o estado deplorável e quase inabitável em que ficou a capital.)*

5.a. *Isabel Francisca da Mota*, natural do Pará, 50 anos de idade, moradora na rua da Atalaia, confirma as declarações das testemunhas anteriores com insignificantes alterações; acrescenta que entre os malvados mais influentes reconheceu os irmãos de Eduardo, um primo deste, de nome Vicente, Inácio Furtado, Jerônimo Furtado, Inácio Lima, Joao Tuguinhó, o mulato Simião, o tapuio Ângelo, Albino, o mulato Francisco Veado, os prêtos Severo, André e Custódio, o curiboca sacó, o carafuz Cristóvão, o mulato Caraipuna e mais alguns outros dos quais não lembra na ocasião.

Conclusos os autos, o juiz proferiu o seguinte despacho de pronúncia: “Os depoimentos das testemunhas do presente sumário obrigam à prisão e livramento como incursos em diversos arts. do Cód. Crim.. pelos crimes públicos e particulares que cometeram durante a rebelião de 1835 a maio de 1836 os réus seguintes: Eduardo Francis-

co Nogueira Angelim, presidente intruso e chefe dos rebeldes, Francisco Vinagre, também presidente intruso e chefe dos rebeldes, Antônio dos Santos Vasques, português e ajudante-d'ordens do governo intruso, Antônio Leocádio, capitão do estado-maior dos rebeldes, André, carapina, prêto fôrro que foi escravo do tenente-coronel Prestes, Benedito de Aquino, prêto fôrro, comandante do ponto do hospital da caridade, Benedito José, 1.o-tenente de artilharia dos rebeldes, Crispim dos Contos, carafuz, 2.o-tenente de artilharia dos rebeldes, Francisco Fernandes de Macedo, capitão reformado, diretor do arsenal de guerra, Francisco Veado, mulato, sapateiro, Filipe dos Santos, capitão dos rebeldes, Geraldo Nogueira Gavião, tenente-coronel comandante de expedições, Inácio Vieira Lima, secretário do governo intruso, Inácio Furtado, Jerônimo Furtado, João Fernandes Caraipuna, comandante dos rebeldes, José Leocádio, calceta, comandante do hospital, José Agostinho Vinagre, irmão de Francisco Vinagre, Lourenço Ferreira, filho do tambor-mor, comandante do Fortim, Manuel Antônio Nogueira, irmão de Eduardo, chefe de expedições, Manuel Cavalcante, capitão ajudante-d'ordens de Eduar do, Manuel da Silva Paraense, Manuel Pedro dos Anjos, tenente-coronel de Muaná, Manuel Sabino Lopes, coronel comandante, Raimundo de Oliveira Vinagre, chefe de expedições, Tomás Lourenço Fernandes, coronel comandante das armas, Vicente Ferreira da Silva, primo de Eduardo, Antônio Faustino, carafuz, major d'artilharia, Francisco Xavier da S. Paio, comandante do ponto de Chapéu-virado, João Evangelista Paranauçu, comandante do ponto da Estrada, João Nepomuceno, major comandante, João Manuel Rodrigues Piroca-cana, coronel de artilharia, João Manuel do Espírito-Santo, prêto Diamante, José Anastácio da Cruz, capitão comandante, Manuel Garcia, encarregado do trôco, Manuel Henriques, tenente-coronel d'artilharia, Albino José Ato Rodrigues, tenente-coronel de cavalaria, Alexandre José Cardoso, tenente de artilharia, Auto Lourenço, comandante do Chapéu-virado, Antônio de Oliveira Pantoja, comandante do ponto das Mercês, Bonifácio José da Costa, tenente-coronel de cavalaria, Benardino Mundurucu, comandante de uma barca artilhada, Dionísio Ferreira, major comandante do Fortim, Domingos Ramos, comandante do rio Maguari. Estêvão da Silva, capitão de artilhaa, Esequiel José de França, capitão de artilharia, Félix José Custódio, tenente de artilharia, Francisco Pedro Leal, comandante do ponto da Memória, Jorge de Araújo, alferes de artilharia, Jeremias dos Santos, comandante de Valdecães, João Amorim, comandante do ponto da Olaria, Joao Antônio de Faria, 2.o comandante da guarda municipal, Joao Salvaterra, capitão de artilharia, João Francisco da Silva, tenente-quartel-mestre, João Venancio, prêto ourives. tenente-ajudante e comandante do ponto da Pedreira, José Antônio Maciel, comandante do Fortim, José Agostinho de Oliveira, major comandante, João Francisco Terra, capitão de artilharia, José Paulino de Silva, comandante do Castelo, José Henriques, comandante do ponto de Valdecães, José Ferreira Pestana, co mandante do ponto do Carmo, José Custódio Coutinho, comandante do ponto de Benjamim, José Francisco Ferreira, capitão

de artilharia, Isidoro José Pereira, 3.o comandante da guarda municipal, Luís Antônio Cordeiro, 2.o comandante da mesma, Macário José Teixeira, comandante da estrada da Olaria, Manuel dos Santos, segundo-tenente de artilharia, Manuel Domingos Machado, tenente-coronel comandante da Pedreira, Marcos José, capitão comandante do Fortim, Nicolau José, inspetor comandante do Mosqueiro, Pedro de Sousa, tenente de artilharia, Quintiliano Barbosa, Romão da Graça, Rufino Barbosa, comandante do Castelo, Rufino da Silva Campos Jacarecanga, oficial maior da secretaria do Govêrno, Roberto de Oliveira Pantoja, tenente secretário de artilharia, Elias de tal, mulato fôrro de Genipaúba, Florindo, mulato, Silvério, prêto fôrro, sapateiro. (Alguns destes réus já se acham mortos, porém não consta em juízo.) O escrivão os lance no rol dos culpados e passe ordem para serem presos os que ainda não o estejam; recomende os outros na prisão, e prepare estes autos para subirem ao júri do distrito. Pará, 26 de junho de 1837. *Matias José da Silva e Cunha.*

II

Memória histórica sobre os sucessos do Pará em 1835, publicada pelo comandante da corveta “Elisa”.

Sendo-me ordenado pelo governo de S.M.F. de dirigir-me, na corveta do meu comando, à cidade do Grão-Pará, a fim de prestar, por todos os meios ao meu alcance, uma franca, generosa e eficaz proteção à segurança individual, propriedades e comércio dos leais súditos de S.M.F. residentes naquela cidade e província, que se achavam expostos ao furor e perseguição de uma população rebelde e vingativa, conser vando-me sempre em uma atitude respeitável, sem contudo faltar ao res peito devido ao governo do Sr. D. Pedro II, nem envolver-me direta ou indiretamente nos partidos e dissensões populares, empregando a mais circumspecta reflexão em não ultrapassar os limites de uma bem entendida proteção, limitada aos súditos de S.M.F. e ao interesse público, não devendo contudo negar o abrigo e acolhimento a que tem direito os súditos de nações amigas; fiz-me à vela desta cidade no dia 15 de abril do corrente ano. No dia 12 de maio dei fundo em frente da barra da cidade de S. Luís do Maranhão, para tomar informações do estado do Pará e de tudo o mais que pudesse concorrer para o bom desempenho da minha comissão. Aquela província estava perfeitamente tranquila, e não apresentava nem os mais leves sintomas de inquietação. A corveta foi muito bem acolhida, e eu recebi o mais obsequioso tratamento tanto das autoridades brasileiras, como de todos os indivíduos quer brasileiros, quer portugueses; foram-me oferecidos dinheiros, e tudo quanto precisasse, mesmo sem prêmios, ou câmbios, pois que o governo de S.M.F. gozava ali do melhor crédito e da mais alta reputação. Ali soube que a cidade e província do Grão-Pará estava ainda dominada pelo governo rebelde, e que dias antes tinha partido para aquele pôrto a fragata Im peratriz para se unir às mais fôrças marítimas que ali se achavam estacionadas, para fazer entrar de posse do govêrno o presidente legal, recorrendo mesmo à fôrça, se necessário fôsse. No dia 23 de maio deixei o Maranhão e no dia 31 ancorei sendo mal sucedida na baía de S. José (aliás de Santo Antônio), no Pará, encontrei fundeada tôda a esquadra brasileira, que sendo mal sucedida no desembarque que tentara fazer no dia 12 de maio, se viu obrigada a deixar o pôrto e ir buscar aquela paragem.

A esquadra estava em um estado deplorável; sem mantimentos, com as suas guarnições muito diminuídas, e essas pouco disciplinadas; sem medicamentos para os muitos feridos que tinha na ilha de Tatuoca, e enfim com falta de tudo, esperava sômente socorros da vila de Camutá a 14 léguas de distância, e que chegasse uma expedição que tinha já partido do Rio de Janeiro, com tropas, e mais navios de guerra. No dia 1.º de junho fiz-me à vela daquela baía e fui ancorar em frente da cidade, e próximo às embarcações de guerra inglesas e francesas, que ali se achavam estacionadas, para proteger o seu

comércio. Fui otimamente recebido pelo govêrno rebelde, que me mandou fazer todos os oferecimentos, e assegurar-me que os súditos de S.M.F. e suas propriedades seriam sempre respeitadas. Uma grande parte dos portuguezes tinham abandonado as suas casas; uns achavam-se a bordo da esquadra brasileira, e a maior parte deles nos navios de comércio das diferentes nações; confiados na proteção da corveta, e vendo a maneira obsequiosa com que eu era tratado pelo governo rebelde, recolheram-se às suas casas, e nem um só deles foi mais incomodado em coisa alguma durante o govêrno rebelde. Assim mesmo eu conservava-me sempre em uma atitude respeitável; mui poucas pessoas da minha guarnição desciam à terra, a não ser para coisa muito necessária. Tornando-se indubitável a vinda da expedição brasileira, que já se achava no Maranhão, os rebeldes principiaram a preparar-se para resistir-lhe; então os portuguezes, e mesmo brasileiros, deixaram as suas casas, e vieram para o mar acolher-se de baixo da proteção da corveta do meu comando. Os navios do comércio das nações que não tinham ali vasos de guerra, vieram igualmente buscar a minha proteção, e ancorar próximo da corveta. A fome começava a sentir-se na cidade, e a aparecer a anarquia, até que no dia 19 de junho constou que a expedição brasileira tinha já ancorado na baía de S. José (aliás Santo Antônio), trazendo a seu bordo dois ou três mil homens de desembarque. Assim mesmo os rebeldes não desanimaram, e preparavam-se para toda a qualidade de resistência. A população armada, isto é, os tapuios, tentavam um saque geral; mas o presidente rebelde não o consentiu jamais, e até porque ele sabia que no caso de se verificar os comandantes franceses e inglêses tínhamos acordado em fazer descer a terra as nossas guarnições e defender as propriedades dos súditos das mesmas nações, e as suas pessoas.

A esquadra brasileira subiu o rio no dia 20 e ancorou próximo da cidade, que esta estava já quase deserta; todos vieram procurar o abrigo da corveta, inclusive os mesmos brasileiros: a todos prestei generosa proteção, tratando de suavizar, quanto me era possível, todos os rebeldes, ignorando o número de tropa, de que se compunha a expedição, fizeram saber ao presidente legal que não duvi dariam entregar o governo, debaixo de certas condições; o presidente aproveitou esta ocasião, encobrindo sempre o número da tropa, que não chegava a mais de mil homens¹, o que tinha podido colhêr no Maranhão, pois que do Rio de Janeiro apenas tinha recebido sete soldados e um oficial inferior. As negociações duraram desde 20 de junho até 24. sem nada se concluir, porque de parte a parte não havia nem boa-fé nem confiança. A inquietação na cidade progredia, e esperava-se a todo o momento que principiasse a anarquia; porém na noite de 24, pela meia-noite, chegou a meu bordo o secretário do governo rebelde, a pedir-me proteção a bordo da minha corveta, porque ele, como ministro de um Deus de paz (dizia ele), não queria concorrer para fazer derramar o sangue brasileiro: acolhi-o, como era meu dever, com tôda delicadeza, e sabendo que ele tinha uma grande influência sôbre os rebeldes,

¹ É imaginária esta força de mil homens. Pouco mais de cem praças era a tropa com que chegou ao Pará o marechal Manuel Jorge Rodrigues.

pude persuadi-lo a que lhes escrevesse, e fizesse tudo para que eles entregassem o governo sem derramamento de sangue. Com efeito êle cedeu as minhas rogativas, escrevendo a todos os chefes cartas que eu, confidencialmente, fiz entregar, por um guarda-marinha meu, à pessoa que ele indicou. O resultado foi pronto e o melhor; porque o comandante da força armada, os das fortalezas, e o mesmo presidente rebelde prometeram consentir no desembarque da tropa e do presidente legal, sob a condição somente de não largarem as armas da mão nem serem inquietados em razão dos acontecimentos passados até àquele dia; e no caso de o serem, achariam asilo e proteção para as suas pessoas a bordo da corveta do meu comando. O presidente legal aceitou as condições e resolveu desembarcar no dia seguinte, 25 de junho, o que me fez saber imediatamente, pedindo-me acompanhá-lo naquele ato, visto a consideração que por mim tinham os rebeldes. Assim lhe prometi, bem como prometi aos chefes rebeldes dar-lhes acolhimento a bordo da corveta, se acaso se tentasse perseguir algum dêles.

No dia 25, às 11 horas da manhã, saiu o presidente de bordo da fragata Campista, acompanhado por alguns escaleres com tropa e marinagem armada, e esta saída foi anunciada por uma salva de artilharia. Imediatamente larguei de bordo com a maior parte dos meus oficiais, em três escaleres, levando todos arvorada a bandeira nacional, e fui sair ao encontro do presidente. A corveta do meu comando tinha a gente nas vêrgas, e logo que me aproximei do escaler do presidente rompeu uma salva de artilharia, que foi seguida pela dos brigues de guerra franceses, e corveta inglêsa. Os rebeldes, sempre em descon-fiança, estavam a postos nas fortalezas, com os morrões acesos, e o resto da canalha em armas. Logo que o presidente saltou em terra, eu fiz outro tanto; os chefes rebeldes vieram imediatamente fazer-me os seus cumprimentos, e eu, tomando o presidente pelo braço, encaminhei-me repentinamente ao palácio, onde por uma quase surpresa fiz com que o presidente se pusesse em estado de segurança, até tomar posse do govêrno, como tomou, na manhã seguinte, no meio de bastante confusão; pois que os rebeldes, armados, corriam as ruas da cidade, em um tom tão ameaçador e insultante, que indicava só o rompimento de uma nova revolução. O presi dente conhecia bem o perigoso estado que se achava, mas não se atrevia a obrar como quereria, porque não tinha fôrças, e neste caso julgou não ter outro meio de pacificar os rebeldes mais do que servir-se dos seus mesmos chefes. Êstes, hipòcritamente, acceitaram a comissão, mas não fizeram mais que persuadi-los a que não deixassem as armas, e que com elas se retirassem para o interior, com algumas peças de artilharia, que ainda tinham em seu poder; a fim de poderem um dia reunir-se em me em maior número, para vir sôbre a cidade, visto que tinham conhecido a fraqueza das fôrças do presidente, e a falta de meios, para sustentar-se no seu lugar.

A cidade estava em uma terrível agitação, e a maior parte dos portuguezes, e mesmo brasileiros, achavam-se todos no mar, sem se atreverem a ir a terra, pois que a canalha se mostrava cada vez mais desenfreada. Contudo nem um só portuguez foi insul-

tado, e pela guarnição da minha corveta houve sempre muito maior respeito e consideração do que pela dos mais navios de guerra ingleses e franceses. Passados dois dias, ainda os rebeldes estavam senhores das fortalezas, do trem militar e de uma escuna carregada de artilharia, armamentos e trem de guerra, e por isso a posição do presidente era mui crítica. No entanto ele e o comandante da esquadra, acompanhados de alguns chefes dos rebeldes, que eles julgavam estar unidos à sua causa, foram às fortalezas e ao trem militar, e estas foram, não entregues, mas abandonadas pelos rebeldes, que levaram para o interior seis mil armas e a escuna que guardava a artilharia e petrechos de guerra.

Os chefes dos rebeldes ficaram na cidade, foram bem tratados pelo presidente, e este até teve a desdita de persuadir-se que eles se interessavam pela pacificação da província, de sorte que por várias vezes os encarregou de ir ao interior para ver se podiam desarmar a canalha, e esta ocasião era a mais bem aproveitada por eles para dar as suas disposições, a fim de vir atacar a cidade e expulsar o presidente do governo, dar o saque que se havia prometido e assassinar tudo que fôsse branco, inclusive o mesmo sexo feminino. Esta era a sua profissão de fé política, que me foi declarada por pessoa que assistiu a algumas das suas sessões.

Já então não era desconhecido ao presidente que êle se achava rodeado de traidores, e que dentro da cidade havia um grande número e gente armada, para se unir aos rebeldes, quando atacassem a cidade. Então resolveu-se a prender alguns, e entre eles o ex-presidente rebelde Vinagre por cartas, que se apreenderam, e que lhe vinham dirigidas por seu irmão Antônio Vinagre, um dos maiores facinorosos e o chefe dos rebeldes no interior. Além do Vinagre foram presos uns 200, e conduzidos para bordo dos navios de guerra brasileiros. Assim mesmo isto a medida que pudesse obstar a agressão, porque inumeráveis partidistas tinham os rebeldes na cidade, e estes já metidos em casas, e entricheirados para romper o fogo, logo que entrassem na cidade, e o presidente apenas um punhado de brancos brasileiros e portugueses adotivos, de que formou uma guarda nacional, que não chegavam a 400 homens, dos quais não poderia contar nem com metade, no momento do perigo; e o mesmo deveria esperar dêsse batalhão do Maranhão, composto de 80, ou 100 homens, quase todos gente de côr, e por isso sem confiança.

As prisões que se fizeram na cidade exacerbaram muito a fúria dos revoltosos, e marcharam imediatamente sôbre a vila da Vigia² a 10 léguas de distância da cidade, onde entraram assassinando tudo, e fazendo as mais horrorosas crueldades. Então conheceu o presidente que era inevitável o ataque sobre a cidade, e que não tendo fôrças para repeli-lo. lhe era necessário, em nome da humanidade reclamar o meu auxílio é do comandante da corveta inglesa. Para isto convocamos um Conselho. e acordamos em dar-lhe, no caso de agressão, pois que o ataque era dirigido a todos os brancos, e por conseqüência a tódas as nações e seus súditos.

² As prisões foram posteriores ao assalto da Vigia. Foi este assalto que deu causa a tais prisões.

Tomando êste acôrdo, dei todas as providências para que os súditos portugueses pusessem em cautela suas riquezas, e indiquei-lhes o lugar e maneira de salvarem suas vidas, a coberto da fôrça que eu comandava, no caso de agressão, proibindo-lhes contudo de se alistarem em corpo algum militar, por isso mesmo que eram estrangeiros, e não duvidei, em uma assembléia, que convoquei em casa do cônsul, ler-lhes alguns artigos das minhas instruções, para verem qual devia ser a sua linha de conduta, para ter direito à minha proteção. Os documentos nha proteção. Os documentos que acompanhavam este relatório não deixam de ser muito interessantes, e por eles se conhecerá qual foi o meu comportamento militar nesta melindrosa comissão, e a maneira por que me houve para com a nação brasileira e suas autoridades.

Com efeito chegou o dia 14 de agôsto, que será sempre de triste recordação para o Pará. As 10 horas da manhã deste dia principiou a tocar a rebate e a ouvirem-se tiros ao longe; o povo correu imediatamente em multidão ao principal lugar do embarque, uns lançando-se precipitadamente ao mar, e outros às embarcações que encontravam. A corveta do meu comando estava fundeada em frente do embarque, e em curta distância; então fiz súbitamente largar os meus escaleres, para salvar a gente que fugia, e após eles a lancha, as dos navios portugueses do comércio, que tinha junto a mim, com 80 homens da minha guarnição, tropa e maruja, comandada pelo tenente J. F. de Sousa. As minhas ordens foram ocupar o lugar do embarque e praias vizinhas, e estender-se até à rua, onde morava o cônsul, e onde se deviam reunir todos os portugueses, a fim de embarcarem protegidos pela minha guarnição, ou sustentar esta aquela posição, pois que, sustentada, não poderiam os inimigos passar para o lado do palácio, nem fazerem-se senhores das praias, que era o seu principal intento. A minha gente apareceu em terra com a velocidade do raio, e executou a operação exatamente como eu lhe havia ordenado, mas quando chegaram à casa do cônsul, já encontraram o inimigo naquela proximidade, e entrincheirados em casas, donde faziam um vivíssimo fogo. Então principiou o combate, que durou desde as 11 horas do dia até à noite, sem que o inimigo pudesse avançar um só passo: tomamos-lhes três peças de artilharia, e no entanto que durava o com bate, salvaram-se os portugueses inumeráveis famílias brasileiras, ficando a corveta em breves momentos cheia de centenaes de pessoas.

À noite ordenei ao tenente Sousa que se retirasse; o que assim executou, lamentando a perda de um bravo marinheiro que morreu, tendo já tomado a 4.a peça, e restando uma só ao inimigo: tive também nove feridos que se restabeleceram em breves dias, à exceção de um que deixei no hospital Faial. Recebi a bordo quantos feridos se me apresentaram e todos foram tratados com o carinho e desvêlo que pedia a humanidade. A guarnição da corveta inglêsa desceu a terra, como havia pactuado, e ocupou a minha esquerda, guardando a praia por aquêle lado, e fazendo fogo sôbre os que atacavam o trem militar; mas o fogo era feito de dentro de uma casa, onde se tinham entrincheirado, e donde protegiam as dos principais negociantes inglêses.

Chegada que foi a noite, cessou inteiramente o fogo do inimigo, e então as mesmas embarcações, durante a mesma noite, continuaram a salvar todos os que corriam às praias. O presidente não aproveitou as vantagens do dia, e até pensou que o inimigo, pelo seu silêncio durante a noite, se tinha retirado e deixado a cidade: mas êle não fêz mais que procurar as casas, que lhe pareciam mais aptas se fortificar, e abrir comunicações de umas para as outras, a fim de se aproximar do palácio e do trem militar; e ao amanhecer rompeu o fogo com tanta vivacidade, como no dia antecedente. Os inglêses nessa mesma manhã presentiram o mau resultado da contenda para o governo legal, e retiraram-se para bordo com o cônsul e todos os mais negociantes da sua nação, tendo perdido um marinheiro e ficando-lhes dois feridos. Depois disto abriu o fogo da sua artilharia contra as casas, onde os inimigos se achavam entrincheirados, e durou o fogo até ao dia 23, em que cessou, por ter já mui pouca pólvora.

O inimigo, pensando que a minha guarnição ocupava ainda as praias e ruas vizinhas, não se atreveu a penetrar por aquele lado, e então deu-me ocasião a mandar a terra um reforço de trinta homens, com alguns portugêses armados, para ir salvar tudo o que estava por aquelas ruas, pertencente aos mesmos portugêses, como com efeito se salvou; e o mesmo se praticou com todos os que me pediam socorro, pois foram as minhas embarcações, e a minha guarnição a sós, que andaram neste serviço, por espaço de sete dias.

A guarda nacional brasileira nunca saiu de palácio; e pouco a pouco fugindo para o mar, levando até o armamento. Os marinheiros inglêses da esquadra brasileira foram os únicos que sustentaram o fogo contra o inimigo durante os nove dias do conflito, e por isso tantos foram os mortos ou feridos. Ao sexto dia de combate o inimigo aproximou-se tanto do palacio, que das casas que ocupava fazia já fogo de fuzil sôbre êle, e foi neste momento que todos principiaram a abandonar o presidente, e tão covardemente, que êle se viu na necessidade de pedir-me um socorro de 20 homens para guarda da sua pessoa. Neste caso, não podendo eu dar-lhos, pelas razões apontadas no meu officio de 22 de agôsto, em virtude do qual, e de uma conferência que teve comigo o chefe da esquadra, se resolveu a abandonar a cidade no dia 23, aproveitando-se do escuro da noite; o que assim praticou, salvando 200 feri dos e grande número de famílias que se tinham ido asilar no palácio. Os documentos que acompanham esta Memória darão melhores noções de toda esta catástrofe, e das suas causais.

A história do Pará é riquíssima em crimes e atrocidades; os portugêses encher-se-ão de horror, recordando-se que desde 1823 até hoje mais de 800 dos seus compatriotas têm sido assassinados pelos brasileiros e pelas gentes de côr; e se a corveta do meu comando não estivesse naquele pôrto no momento desta última revolução, os 400 a quem salvei a vida teriam sido outras tantas vítimas.

No dia 25 (aliás 23) de agosto, pelas 10 horas da manhã, tomaram os rebeldes posse da cidade. A esquadra brasileira, deixando a posição em que se achava, em frente

da mesma cidade, veio ancorar próximo do lugar do Pinheiro, tendo a seu bordo mais de seis mil pessoas, fugidas ao massacre, e desgraçadamente sem mantimentos mais para as sustentar do que um pouco de arroz. O presidente tinha destacado navios para as vilas do interior a pedir socorros e mantimentos, e o mesmo fazia para o Maranhão, para onde devia sair no dia 23 (aliás 25) uma corveta de guerra.

Deixando o Pará, trouxe debaixo da minha conserva, até fora dos baixos, os navios mercantes portugueses, e os de outras nações, e toquei no Faial no dia 1.º de outubro, donde parti para esta cidade no dia 3, conduzindo a meu bordo 136 emigrados; o resto vieram nos navios do comércio, e alguns foram para o Maranhão.

Tenho a consolação de poder dizer que, desde que cheguei ao Pará, foi a bandeira portuguesa e os súditos da rainha grandemente respeita dos; e que houve sempre pela corveta do meu comando a maior consideração possível, como se verá por todos os officios das autoridades, que submeto ao juízo do público, para que possa com conhecimento de causa avaliar de minha conduta e serviços. – Bordo da corveta Elisa, surta no Tejo, aos 23 de outubro de 1835. – *Isidoro Francisco Guimarães*, C. da M. e G. Comandante.

DOCUMENTOS

N.º 1 - Il.mo Sr. - É do meu dever comunicar a V. S.a que cheguei a esta província, encarregado pela Regência do Império, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, da presidência e comando das armas da mesma. Estou persuadido que os súditos do mesmo Augusto Senhor, que se têm afastado da lei, entrarão voluntariamente nos seus deveres, pela experiência dos males que têm causado à pátria, dos desvios dela; mas no caso, não-esperado, que seja preciso usar da fôrça, serão respeitados os súditos de todas as nações estrangeiras e suas propriedades, como é de justiça, tendo eu tôda a certeza de que eles muito ambicionam a tranqüilidade da província, tão necessária ao giro do seu comércio. É constante que os brasileiros perseguidos têm achado em V. S.a e em todos os súditos de S.M.F. todo o auxílio que era de esperar de uma nação civilizada e filantrópica, o que lhe devo agradecer em nome do governo, como faço. Esta ocasião me facilita a de protestar a V. S.a tôda a consideração e estima. – Deus Guarde a V. S.a – Bordo da fragata Campista, surta nas águas da cidade de Belém, 21 de junho de 1835. – Il.mo Sr. *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata e comandante da coveta portuguesa Elisa – (assinado) *Manoel Jorge Rodrigues*.

N.º 2 – Il.mo e Ex.mo S V. Ex.a - Acusando a recepção do officio que V. Ex.^a teve a bondade de dirigir-me eu tenho que primeiro que tudo a felicitar de novo a V. Ex.^a pela sua vinda a este porto, pois que ela porá sem dúvida termo as desgraças desta malfadada província. Quando aqui aportei, encontrei os súditos fiéis do Sr. D. Pedro II em triste

abandono e expostos ao furor de uma população desenfreada, rude e brutal; e então de fora de outras muitas considerações, escutando só as vozes da razão, da justiça e da humanidade ofereci aos mesmos súditos uma franca e generosa proteção a bordo desta corveta, para suas pessoas e guarda daquilo que tivessem de mais precioso. Todos acreditavam na sinceridade da minha oferta e muitos destes vieram procurar o abrigo que lhes havia oferecido. À confiança que eles em mim têm tido até hoje, e os agradecimentos que V. Ex.^a fez a honra dar-me em nome do governo de Sua Majestade Imperial, são-me tão lisonjeiros, que neles considero ter uma sobeja recompensa. Se os malvados anarquistas tentassem, como geralmente se dizia, levar a mais os horrores da guerra civil, eu e os comandantes das forças navais britânicas e francesas tínhamos acordado em nos opormos do modo possível ao nosso alcance à continuação de tantas desgraças, até que alguma autoridade legal pudesse dar as convenientes providências; porém como V. Ex.^a felizmente chegou, já não podem ter lugar os nossos projetos. Eu tenho toda a confiança que quaisquer que sejam os acontecimentos políticos, que dora em diante possam ter lugar nesta província, os súditos de S.M.F., e suas propriedades hão de ser religiosamente respeitados pelas forças que estão à disposição de V. Ex.^a e V. Ex.^a pode também ter em mim a confiança que enquanto tiver a for tuna de estar nesta província, não farei mais que estreitar os laços de união e fraternidade entre as duas nações portuguesa e brasileira, por que nisto não faço mais que cumprir com as ordens e instruções do governo de S.M.F., e com os desejos do meu próprio coração. Aproveito esta ocasião para assegurar a estima e consideração que tenho pela pessoa de V. Ex.^a, e dos desejos de ver prosperar este belo e rico país. – Deus Guarde a V. Ex.^a. - Bordo da corveta Elisa, surta no Pará, aos 22 de junho de 1835. – Il. mo Ex.mo Sr. Manuel Jorge Rodrigues, presidente e comandante das armas da província do Grão-Pará. – *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata e comandante.

N.º 3 – Il.mo Sr. – Pará, em 5 de julho de 1835. – Não me sendo possível até agora pelos muitos afazeres que tenho tido, agradecer os obstáculos que a nação brasileira de V. S.^a tem recebido, não só pelo vivo interesse que tomou a favor da causa da legalidade, cooperando para a posse do Ex.mo presidente o Sr. marechal Manuel Jorge Rodrigues nomeado pela Regência do império, em nome do nosso Augusto Imperador, o Sr. D. Pedro II, como também por ser o único dos oficiais estrangeiros, que em uma crise tão arriscada e melindrosa, acompanhou o Ex.mo Sr. presidente ao seu desembarque, o que muito cativou os bons brasileiros, e que de tudo eu participarei ao governo do Sr. D. Pedro II, não só para mostrar a harmonia que reina entre as duas nações irmãs, como também para agradecer ao governo da Sr.^a D. Maria II os serviços que no Pará fizeram o Sr. comandante e oficiais da corveta portuguesa Elisa; e no mais V. S.a determine-me as suas ordens como quem é – De V. S.a Att.º Ven.or. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, capitão-de-fragata e comandante. – (assinado) *John Taylor*, chefe e comandante das forças navais.

N.º 4 – (Está transcrito na pág. 819.)

N.º 5 – Il.mo Sr. – Tendo agora mesmo acabado de receber um officio do Ex.mo Sr. presidente desta província, em que o mesmo senhor, expondo o perigo de que se acha ameaçada esta cidade, em nome de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, reclama para ajudar a salvá-la as forças que S.M.F. tem neste país, como melhor V. S.a verá pela cópia que vai inclusa; para poder responder ao dito Sr. presidente, rogo a V. S.a haja de dizer-me quais são os seus sentimentos a tal res peito, ou se as suas instruções lhe facilitam poder prestar o reclamado socorro, o qual eu penso que, a ter lugar, será unicamente no caso em que apareçam os escravos armados. Aproveito esta ocasião para significar a V. S.a os meus protestos de respeito e estima. – Deus Guarde a V. S.a. – Vice-consulado da nação portugueza no Pará, 27 de julho de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, capitão-de-fragata, comandante da corveta Elisa. - *Francisco Gaudêncio da Costa*, Vice cônsul.

N.º 6 – (Está transcrito na pág. 819.)

N.º 7 – Il.mo Sr. Isidoro Guimarães. O generoso tratamento que V. S.a tem dado aos portuguezes que se têm ido asilar a bordo da corveta Elisa, do seu comando, e a urbanidade que V. S.a e os seus officiaes têm praticado comigo e com todos os portuguezes, durante a nossa estada a seu bordo, são motivos dignos da minha gratidão e dos meus mais sinceros agradecimentos. Eu estou certo que todos os portuguezes residentes nesta cidade vão dirigir a V. S.a expressões sinceras de sua gratidão; no entanto eu me apresso a fazê-lo, para comunicar-lhe que tudo vai ser presente a S.M.F. a Sr.a D. Maria II. – Deus Guarde a V. S.a. - Pará, 28 de julho de 1835. – De V. S.a o mais atento venerador, muito obrigado. – *José Coelho de Abreu*.

N.º 8 - Il mo Sr. - Ao Sr. vice-cônsul da nação portugueza acabo de escrever convidando-o a assistir a uma conferência neste palácio à 1 hora da tarde em bem do serviço nacional e imperial, e do da salvação pública, na apurada situação em que esta cidade e o governo se acham, esperando igualmente os Srs. vice-cônsules das nações aliadas, a quem dirigi idéntico convite, prevenindo o Sr. vice-cônsul da nação inglesa de que também convidava ao Sr. comandante da corveta de guerra, assim como ao predito Sr. vice-cônsul portuguez a respeito de V. S.a.

Rogo, portanto a V. S.a que me queira fazer a honra de assistir à mencionada conferência hoje à 1 hora da tarde, no que receberei um distinto testemunho da consideração com que V. S.a atende os interesses de ambas as nações aliadas, cuja conferência terá lugar neste palácio. - Deus Guarde a V. S.a. – Palácio do Governo, 7 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta de guerra portugueza. – *Manuel Jorge Rodrigues*, presidente.

N.º 9 - (Circular) – Achando-se a cidade ameaçada de uma agressão contra o atual governo, e sendo de presumir que os súditos portugueses, para evitar qualquer catástrofe, queiram recolher-se ou a bordo desta corveta, ou dos navios de comércio de sua nação, surtos neste porto, com aquilo que tiverem de mais precioso; ordeno aos Srs. capitães dos ditos navios, a que logo que se lhes faça o sinal convençãoado, mandem as suas lanchas armadas e equipadas, como lhes for possível, a bordo desta corveta, para receberem as ordens, e partir imediatamente para o lugar que se lhes indicar, a fim de receber as famílias que se lhes apresentarem, e conduzi-las a bordo dos supramencionados navios, onde fiquem em segurança. Espero que os mesmos Srs. capitães lhes prestem todos os mais socorros que necessitarem as ditas famílias, como e de esperar dos princípios de humanidade daqueles que têm a fortuna de viver debaixo de um governo livre e generoso. – Bordo da corveta Elisa, surta no Pará, aos 8 de agosto de 1835. – *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata comandante.

N.º 10 – Il.mo Sr. – Suplico a V. S.a me não desampare na melhor ocasião, pois consta-me que V. S.a tem dado ordem para a sua gente retirar-se às seis horas, o que certamente causará grande transtorno. Espero que V. S.a não deixará de anuir a esta súplica, por ser um grande serviço feito não só à nação brasileira, mas até à humanidade. – Deus guarde a V. S.a. - Palácio do governo do Pará, 15 de agosto de 1835. – comandante da corveta portuguesa Elisa. – *Manuel Jorge Rodrigues*.

N. B. – Alguns da sua gente mesmo é que tem pedido isto, além de que eu assim também suplico.

N.º 11 – Il.mo Sr. - Tenho a noticiar a V. S.a que os inimigos vão-se retirando em canoas para fora, nem menos de três carregadas deles já largaram a parte da cidade, a que os habitantes daqui chamam Cidade acossados pelos nossos; apenas ocupam cinco ou seis casas na Campina: a rua da Cadeia está em nosso poder; a nossa gente tem-se entusiasma: do, apesar da muita que se tem retirado para bordo, e novamente rogo a V. S.a faça desembarcar todos os covardes brasileiros que se acharem a bordo dos navios portugueses, e se V. S.a pudesse nesta crise desembarcar cinquenta homens, persuado-me poder asseverar a V. S.a que a vitória seria completa, e ficariam descansados os habitantes desta capital, gozando de repouso. V. S.a deu princípio à obra, é justo finalize. assim o espero. - Deus guarde a V. S.a. - Palácio do governo do Pará, 15 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, capitão-de-fragata e comandante da corveta Elisa. - *Manuel Jorge Rodrigues*.

N.º 12 – Nobre amigo e Sr. - Não me é possível espaçar mais tempo sem me dirigir a V. S.a dar-lhe os meus agradecimentos, pela valorosa cooperação que das forças do comando de V. S.a recebeu a legalidade nesta infeliz província, aonde, como V. S.a

tem visto, se há declarado uma implacável guerra à cor branca; e suposto muito regozijo me acompanhe pela vantagem tomada sobre o inimigo, do qual seu chefe, o criminoso Antônio Pedro Vinagre, faleceu, contudo uma amarga dor sinto, por me constar que das forças do comando de V. S.a 26 soldados e marinheiros têm sido mortos e feridos, perda que lamento sobremaneira, conjuntamente com a que houve nas demais forças legais, onde se contam 43, entre mortos e feridos, inclusive um capitão-de-fragata, um capitão ajudante-d'ordens do governo e três tenentes de mar e terra. Os inimigos parece que se têm retirado; eles têm deixado em nosso poder algumas peças e munições, para o que muito concorreu o valor da guarnição da corveta de V. S.a; e eu creio que à vista do valor e coragem com que experimentaram nossa gente não tentarão, por certo, novo ata que; entretanto, cumprindo-me prevenir o caso contrário, e conhecendo que a maior diligência dos inimigos é tomarem o trem militar, tenho diligenciado mandar hoje, antes de amanhecer, uma força de 50 homens, com uma peça de artilharia, pela rua da Praia, a fim de se postar no quartel das Mercês ou praça do Comércio, em frente ao teatro, edifício aonde os inimigos se fortificarão, o que acho dever comunicar a V.S.^a para na ocasião da marcha não julgar tal força inimiga.

Eu aproveito esta ocasião para reiterar a V. S.a os meus sinceros votos da mais alta estima, e sou de V. S.a com consideração e respeito, obrigado e afeiçoado amigo – *João Taylor*.

Quartel do palácio do governo do Pará, em 15 de agosto à 1 hora da madrugada, 1835.

N.º13 – Il.mo Sr. - A dura e indispensável necessidade de todos os esforços e recursos para terminar uma carnificina e roubo que têm durado seis dias sem poder opor-lhe força regular, que a não tenho, e única causa do estado atual desta cidade, me faz requisitar a V. S.a, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, alguns foguetes de congreve, que me consta V. S.a tem a seu bordo, servindo-se mandar quem os saiba dirigir, e afogues contra a casa do chefe dos assassinos e rebeldes, o Eduardo, onde é a reunião geral donde fazem fogo para este palácio, e não os posso desalojar, conquanto lhe tenha feito fogo de artilharia, e no caso de V. S.a os prestar, como confio, e exigem o serviço nacional imperial, e a humanidade, seja quanto antes, e hoje mesmo. - Deus guarde a V. S.a. – Palácio do governo do Pará, 19 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta portuguesa, surta neste porto. - *Manuel Jorge Rodrigues*, presidente.

N.º 14 - (Circular) – Se os Srs. capitães dos navios portugueses surtos neste porto têm a seu bordo súditos da mesma nação, fugidos à perseguição, roubo e barbaridade, que estão praticando em terra os malvados anarquistas, desde o dia 14 do corrente, façam-lhes saber que esta corveta tem de seguir viagem para Lisboa, no fim da contenda, a qual por certo não estará muito distante, visto que ao governo faltam todos os meios de poder destruir o inimigo, ou opor-se à continuação das suas barbaridades e destruição

da cidade. Portanto, aqueles que quiserem seguir o mesmo destino podem recolher-se a bordo desta corveta, onde serão recebidos hospitaleiramente, e onde se lhes distribuirá uma ração diária, igual em tudo à da guarnição, devendo os mesmos Srs. capitães remeter uma relação de todos os que tomarem esta deliberação, assinada pelo Sr. vice-cônsul da nação portuguesa, certificando que são súditos da mesma nação, sem que por isso todo e qualquer indivíduo, seja de que nação for, deixe de ter direito à proteção e hospitalidade que, em crises tão dolorosas, reclama a humanidade.

Esta circular será lida em público a todos os indivíduos que estiverem refugiados a bordo dos mesmos navios, para que não possam jamais alegar ignorância sobre as intenções do comandante da mesma corveta, que são as de adoçar, quanto lhe for possível, a sorte de tanto infelizes. - Boro da corveta Elisa, surta no Pará, aos 20 de agosto de 1835. - *Isidoro Francisco Guimarães. C. de F.* comandante.

N.º 15 – Il.mo Sr. – Il.mo Sr. – Ao meu conhecimento chegou que V. S.a tendo a seu bordo todos os súditos portugueses, ou a melhor parte deles, pretendia fazer-se de vela, notícia esta que profundamente me magoou, por que, diminuindo-me muito a força moral, atrevo-me a pensar que a continuação da existência de V. S.^a neste porto, enquanto a conserva, e me habilita a dirigir minhas operações ao abrigo dessa mesma força, não arrisca, segundo creio, em coisa alguma os súditos de S. Majestade Fidelíssima, porque este mesmo intento em que se me diz V. S.a está, a continuarem os seus motivos, poderá verificar-se então em ocasião mais conveniente, quando veja que nada há a esperar-se da salvação da província, em cuja hipótese não estamos, mormente porque devo crer que com a chegada do paquete ao Maranhão o presidente fará marchar o contingente que anteriormente me noticiara ficar arranjado.

Em presença, pois, desta exposição a que seu prudente e discreto conselho não pode deixar de dar-lhe a gravidade que importa, e conquanto eu não possa acreditar semelhante notícia, requisito a V. S.a em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, e da mesma humanidade, a continuação da presença da corveta do seu comando, na convicção em que estou de que não compromete o serviço de Sua Augusta Soberana, nem a existência de seus leais súditos. – Deus Guarde a V. S.a . – Palácio do Governo no Pará, 20 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta de guerra portuguesa Elisa, surta neste porto. – *Manuel Jorge Rodrigues.*

N.º 16 – Il.mo e Ex.mo Sr. – Nunca foram, nem são, as minhas intenções, deixar este porto sem ver terminar a desgraçada luta, em que V. Ex.a se acha, e ainda hoje mesmo eu acabei de fazer saber isto oficialmente a todos os súditos portugueses.

Algumas ordens, e essas mui positivas, que tenho dado para que os navios portugueses se ponham em estado de deixar este porto, quando aconteça a desgraçada crise

de ver-se V. Ex.a obrigado a retirar-se, é o que tem feito crer a muitos que eu pretendo fazer-me à vela, antes do tempo que digo a V. Ex.a.

Tendo eu considerado, desde princípio, esta causa como causa da humanidade, tomei a resolução de defendê-la até o último instante, e o que até aqui tenho feito não o quereria ver perdido, abandonando a V. Ex.a, sem ver o resultado da contenda.

Permita o céu que os esforços que V. Ex.a tem feito, e está ainda fazendo, para pôr termo a esta terrível cena, tenham o resultado de poder salvar esta cidade, abismada já em ruínas e mortes. – Deus Guarde a V. Ex.a. – Bordo da corveta Elisa, surta no Pará, aos 20 de agosto de 1835. – Il.mo e Ex.mo Sr. Manuel Jorge Rodrigues, presidente da província do Pará. - *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata comandante.

N.º 17 – Il.mo Sr. – Bastante lisonjeira é para este governo posta que V. S.a acaba de dar ao meu ofício, em que requisitei, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, a continuação da presença da corveta do seu comando neste porto, atenta a fatal crise em que esta cidade se acha, desde o dia 14, ameaçada do abismo que importa a perda da província inteira, por isso que a força moral que a V. S.a dá a este governo em mui subido grau supre a falta da regular, que me falta, e que é a única causa da continuação de um novo ataque pertinaz, feito com um sistema de covardia e traição a coberto das imensas estacadas dos quintais e dentro das casas que os rebeldes penetram

É, pois um precioso dever deste governo das a V. S.a os agradecimentos por um procedimento que muito deve ser agradável a S. M. Imperial, porque com ele aparece a boa inteligência e nobre harmonia com que a ilustre e brava nação portuguesa mantém com a nação brasileira laços de amigável fraternidade, agradecimentos que eu ousou dar no imperial nome de S.M. porque decididamente valem um importantíssimo serviço ao Brasil.

Enquanto, pois, deste modo respondo a V. S.a, cumprem-se assegurar, em testemunho do meu particular respeito à sua pessoa, que no caso do extremo que V. S.a pondera em vista do meu ofício, de chegar à crise de eu deixar a cidade, não o faria sem me dirigir a V. S.a pedindo-lhe a honra de uma visita, por isso que eu o não posso fazer. Concluo rogando a V. S.a de aceitar com bondade os meus mais firmes respeitos pela nobreza de sentimentos verdadeiramente portugueses, que reluzem nas estimáveis expressões com que V. S.a não cansa de mostrar que pertence a uma nação tão distinta e assinalada. - Deus guarde a V. S.a. - Palácio do governo do Pará, 20 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta portuguesa, surta neste porto. - *Manuel Jorge Rodrigues*.

N.º 18 - Il.mo Sr. - É forçoso que este governo recorra a V. S.a requisitando-lhe, a bem do serviço Nacional e Imperial e da humanidade, que V. S.a tem tão nobremente tomado a peito, um reforço de vinte praças, diariamente, para este palácio, somente de

noite, devendo estar aqui às seis da tarde, pouco mais ou menos, e podendo embarcar às seis da manhã, visto que este palácio se acha sensivelmente diminuído de forças, assim pela gente que se tem dado aos pontos ocupados, como pela que tem desamparado este governo, recurso este que a prudência justifica, porque hoje, deste palácio, foram vistos soltar ao ar, da casa do Eduardo, dois foguetes que não podem deixar de ser um sinal talvez do último arranco. Ao chefe previno de recorrer a V. S.a de minha parte, caso não possa ele dar este reforço em cujo caso só V. S.^a então se dignará prestá-lo, como devo confiar. - Deus guarde a V. S.a. – Palácio do governo do Pará, 21 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta de guerra portuguesa. - *Manuel Jorge Rodrigues*.

N.º 19 – Il.mo Sr. - Como saiba que V. S.a vai fazer-se de vela, saindo deste porto, é meu dever tributar-lhe um testemunho de minha respeitosa gratidão aos serviços que V. S.a tão ilustremente prestou à nação e à S. Majestade o Imperador, o Sr. D. Pedro II, nesta crise tão fatal que a V. S.^a presenciou. Não é menos dever meu assegurar no meu particular a alta estima que tenho pela pessoa de V. S.a, a quem protesto a mais distinta consideração. Permita-me V. S.a que devolvendo-lhe o seu incluso ofício por assinar, lhe rogue de querer ter a bondade de o firmar com sua assinatura, por me convir muito este título de conceito que V. S.a faz das causas do desastroso resultado de nove dias de vigo rosa defesa aos ataques dos rebeldes, porquanto, julgando fácil esquecimento, pelos muitos afazeres de V. S.a, daquela assinatura, é impossível que me seja indiferente pela importância que dou aos juízos e opinião de V. S.a. - Deus guarde a V. S.a. - Bordo da fragata Campista. 24 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta de guerra portuguesa. – *Manuel Jorge Rodrigues*.

N.º 20 – Il.mo Sr. – Por ocasião de officiar hoje ao presidente desta província, sobre diversos objetos de serviço, fiz-lhe saber que a minha demora neste porto (fazendo todos os sacrifícios) se não podia estender a mais do que até ao fim da semana que entra, porque tenho apenas mantimentos para trinta dias, e estes com um terço da ração diminuída. Assim é preciso que V. S.a fique nesta inteligência, e que faça esta comunicação aos nossos navios do comércio, para que tomem com tempo as medidas que lhes parecerem mais convenientes para qualquer destino que tenham a seguir. Os inimigos aumentam todos os dias os seus recursos para continuar a guerra, e ao presidente vão-lhe faltando todos, como ele próprio confessa nos seus ofícios. Portanto, que há a esperar? Os portugueses estão todos embarcados, e a meu bordo tenho já perto de duzentos, que seguem para a Europa. Tenho feito quanto tenho podido, e creio que nada mais me resta a fazer. Todas as minhas embarcações se têm achado e se acham ainda hoje ocupadas em salvar gente e fazendas, e muitas têm salvado; e pouco mais se poderão ocupar neste ser viço,

porque os inimigos estão a ponto de se assenhorearem dos lugares de embarque. Se a V. S.a lembra que eu tenho a fazer mais alguma coisa, indique-mo, porque a nada me pouparei para tornar menos desditosa a sorte de tantos infelizes. – Deus guarde a V. S.a. – Bordo da corveta Elisa, surta no Pará, aos 22 de agosto de 1835. - Il.mo Sr. Francisco Gaudêncio da Costa, vice-cônsul da nação portuguesa, na província do Grão-Pará. - *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata comandante.

N.º 21 – Il.mo e Ex.mo Sr. - Amanhã hei de partir para a Europa, penalizado de ser o emissário da nova dos desastrosos sucessos desta província e o condutor de duzentos infelizes que, perdendo toda a sua fortuna, levam apenas a vida, para dizer aos seus compatriotas a história de tantos crimes, tantas traições e tantas perfídias. Eu deixo a V. S.^a com uma viva saudade e com o pesar de não poder continuar a pena a V. Ex.a e à causa do Brasil os meus pequenos serviços. Eu sou una fiel testemunha das virtudes, coragem e sangue-frio que V. S.^a desenvolveu, no meio dos maiores perigos e das mais cruéis amarguras. Não é possível fazer mais, e a conduta de V. Ex.a nesta época é um modelo de honra e de bravura. Por agora só me resta pedir a V. Ex.^a as suas últimas ordens, e ao céu que coroe de felizes resultados os esforços que V. Ex.a ainda faz para livrar esta província do abismo da desgraça em que se acha submergida. – Deus guarde a V. Ex.a. – Bordo da corveta Elisa, surta na Tatuoca, aos 25 de agosto de 1835. – Il.mo e Ex.mo Sr. Manuel Jorge Rodrigues, presidente da província do Grão-Pará. – *Isidoro Francisco Guimarães*, capitão-de-fragata comandante.

N.º 22 – Il.mo Sr. - Em cúmulo de amargurada situação, em que acho, recebo o ofício de V. S.a que, noticiando-me a sua saída para Lisboa, amanhã, me faz sentir uma falta “mui sensível” da cooperação de uma pessoa de tanto mérito e conceito como V. S.a, que enquanto não saia da linha de suas instruções me facilitava um recurso em suas luzes, e conquanto V. S.a me honre muito, e em extremo me lisonjeie com as suas expressões, que comigo se dignou despende, esta glória, que aprecio, é bem assombrosa com a ausência de V. S.a. Contudo é superior à minha expressão o valor que dou a opinião e conceitos de V. S.a, sobre a minha conduta, assegurando que, entre bastante amargura, tenho a vantagem de colher este título precioso. Enquanto deste modo agradeço a V. S.a o seu ofício, não me penaliza menos a sorte dos trezentos infelizes súditos portugueses que, perdendo suas fortunas, puderam apenas salvar a vida; e se se pode dar consolação à sorte de milhares de companheiros, resta-me a tranquilidade da minha consciência, que todos confessarão que não estive em minhas mãos impedir seu fado, e que por nove dias sustentei uma defesa na ilusão de chamar à ordem, ao brio e à coragem aqueles que desde muitos dias me abandonaram. Concluirei assegurando mais à V. Ex.a que são tão graves e distintos os notórios serviços que V. S.a prestou ao Brasil, que eu faço um dever de os

levar ao alto conhecimento da Regência em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, e que as casas dos estrangeiros foram violadas e eles forçados, por isso, a saírem da província. Rogo, pois, a V. S.a de receber estes sentimentos que minhas expressões demonstram, e de conceituar a distinta estima com a qual eu me interesso pela feliz viagem de V. S.a e de seus ilustres passageiros, a quem desejo a melhor fortuna e pressinto que poderão ainda voltar com segurança a diligenciar do melhor modo os seus interesses. – Deus guarde a V. S.a. - Bordo da fragata Campista, surta em frente da Barra, no Pará, 25 de agosto de 1835. – Il.mo Sr. Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta de guerra portuguesa Elisa. – *Manuel Jorge Rodrigues*.

N.º 23 – Nós abaixo assinados, os súditos portugueses residentes na cidade e província do Grão-Pará, fugidos à cruel e feroz perseguição feita pelos tapuios, negros e carafuzes, contra toda a qualidade de brancos.

Atestamos, debaixo da nossa palavra de honra, que, dirigindo-nos a bordo da corveta Elisa, que comanda o Sr. capitão-de-fragata Isidoro Francisco Guimarães, fomos por ele generosamente e gratuitamente recebidos, para ser conduzidos a Portugal, distribuindo-se-nos uma ração diária igual em tudo à da guarnição: fazendo-nos mais o dito Sr. comandante todo o bom agasalho e o melhor tratamento, segundo as circunstâncias permitiam. E por ser verdade assinamos o presente. - Bordo da corveta Elisa, surta na Baía de S. José (aliás de Santo Antônio), no Pará, aos 27 de agosto de 1835. (Seguem-se 136 assinaturas.).

N.º 24 – Nobre amigo e Sr. – Tendo recebido a estimadíssima carta que V. S.a acaba de me dirigir, e pela confusão em que me acho com todos os navios cheios de inumeráveis famílias, não posso dar mais longa resposta, senão que saudoso fico pela retirada de V. S., a quem protesto inalterável estima, igualmente faço nesta ocasião conduzir para bordo da corveta do comando de V. S.a dois bois para os feridos, não podendo ser mais largo, atentas as circunstâncias, pois mais de seis mil pessoas que hoje sustento com os mantimentos dos navios estão a menos de meia ração: a desgraça é geral, como V. S.a sabe, mas não me restam remorsos de ter desprezado meio algum para evitar. - Sou de V. S.a com muita consideração e estima, amigo obrigado e atento venerador. - *João Taylor*. F. Campista. Pará, 25 de agosto de 1835.

PROTESTO

Que fazem os negociantes estabelecidos no Pará contra o governo central do Brasil, pelas perdas e danos que acabam de sofrer, nos desditosos sucessos de 14 de agosto corrente e seguintes dias.

Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, aos vinte dias do mês de agosto de mil oitocentos e trinta e cinco, nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, e a bordo da corveta Elisa, de que é comandante o capitão-de-fragata Isidoro Francisco Guimarães, destinado pelo governo de Sua Majestade Fidelíssima, para proteção dos súditos portugueses residentes nesta província e cidade, se reuniram os negociantes abaixo assinados, e o vice-cônsul, em nome de todos os mais portugueses que têm fundos nesta província, ou seus ou de comissão, para protestarem, como com efeito protestam, contra o governo central do Brasil, por todas as perdas e danos que acabam de sofrer em todos os seus bens e propriedades, em razão da bárbara e cruel invasão dos tapuios, negros e carafuzes, nesta cidade, no dia 14 do corrente, pondo a cidade a saque, e durando este já sete dias, sendo preciso aos abaixo assinados e a todos os mais súditos portugueses, para salvar suas vidas, lançar mão das armas, unidos a uma parte da guarnição da mesma corveta, que desceu a terra para cobrir as praias e defender o lugar do embarque, e sem o que eles e inumeráveis famílias teriam sido vítimas da ferocidade dos invasores, que não poupam pessoa alguma nem sexo, nem idade, sendo causa de tantas desgraças e da perda mesmo desta bela província somente o governo central do Brasil; 1.º) porque conhecendo perfeitamente, desde 1833, o estado anárquico e revoltoso desta província, e a necessidade de uma força respeitável para conter os facciosos, principalmente depois dos sucessos de janeiro e fevereiro do ano próximo pretérito, * se contentou somente de mandar um presidente e comandante de armas, dando-lhe apenas sete soldados e um sargento, e uns poucos de navios de guerra com as guarnições incompletas, mal disciplinadas, na maior parte estrangeiros, e sendo necessário ao presidente vir de província em província pedindo esmolas de tropa, sem a poder encontrar senão no Maranhão, e no pequeno número de cem soldados úteis; 2.º) porque aos abaixo assinados se não fez aviso prévio do estado de fraqueza em que se achava a província, para eles poderem com tempo embarcar suas fazendas e o que tivessem de mais precioso; 3.º) porque o mesmo presidente confessa, no ofício que dirigiu ao comandante desta corveta, em data de 19 do corrente, que a cidade se acha neste miserável estado por falta de força regular para se opor aos inimigos; 4.º) finalmente por se não terem procurado meios de salvar a província e cidade e garantir as pessoas, tanto nacionais como estrangeiras, como é marcado na mesma constituição brasileira.

Sobre todos estes fundamentos apoiam os abaixo assinados os seus protestos, para haver do dito governo central o ressarcimento de todas as perdas e danos sofridos por esta invasão. E como pode ser que pela forma de direito comercial faltem algumas formalidades para tornar valioso este protesto, os abaixo assinados as dão por supridas, obrigando-se a reduzi-lo à verdadeira forma pelas autoridades competentes, logo que cheguem a qualquer porto dos domínios de Portugal, para ter a devida validade. E eu, Constantino Xavier da Silva Freire, escrivão desta corveta, por ordem do Sr. comandante da mesma, subscrevi este protesto, a que fui presente. – Bordo da corveta Elisa, surta no Pará, 20 de agosto de 1835. – Constantino Xavier da Silva Freire, escrivão. – Francisco Gaudêncio da Costa, vice-cônsul. (Seguem-se as demais assinaturas dos negociantes residentes naquela província.)

(Impresso em Lisboa, no ano de 1835, na Tip. de C. J. da Silva & C.– Rua da Atalaia, n.º 33, ao Bairro Alto.)

III

ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPAJÓS

Sessão de 27 de fevereiro de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes o Sr. presidente e vereadores abaixo assinados, aquele declarou que reunia esta câmara extraordinariamente por lhe constar que o Dr. juiz de direito desta comarca pretendia retirar-se desta vila, o que fazia com que muitos habitantes estivessem resolvidos a praticar o mesmo; e sendo isto o princípio da total ruína de todo o Amazonas e de desgraças incalculáveis, resolvia a mesma câmara que se oficiasse ao dito juiz de direito para que lhe certificasse se com efeito abandonava a vila, porque sendo assim passava a lançar mão de todo e qualquer meio que ainda a pudesse salvar do abismo de males a que estava prestes a cair, ao que foi presente o referido juiz de direito que respondeu verbalmente dizendo que se retirava, porque não existiam forças da sua confiança para sua salvação nem desta vila, e vendo a comarca a sua resposta logo deliberou se oficiasse ao major comandante do batalhão de guardas nacionais para tomar o comando da força desta vila, visto que era quem a lei chamava; na mesma ocasião oficiou-se ao comandante da escuna de guerra Guajará para tomar o comando do porto. Oficiou-se ao comandante das embarcações armadas para ficarem de inteligência, e constando a esta comarca que o juiz municipal se achava embarcado, se lhe oficiou convidando-o para vir a esta câmara tratar de objetos tendentes ao bem público; compareceu o mesmo juiz e lhe foi proposto pela câmara que em vista do juiz de direito chefe de polícia haver abandonado o seu posto, achando-se prestes a retirar-se, lhe deprecava a mesma câmara e instava que se não retirasse, a fim de substituir a vara de juiz de direito, visto o abandono que tinha feito o atual, ao que respondeu o mencionado juiz municipal: - que jamais podia exercer o lugar de juiz de direito por reconhecer o atual Dr. Joaquim Rodrigues de Sousa, e só como seu legítimo substituto exerceria no seu impedimento ou falta, conforme dispõe o art. 35 do código do processo, o qual impedimento ou falta não existe, porquanto se acha o atual neste termo, e mesmo em qualquer outro para onde for o referido juiz de direito o reconheceria como tal e cumpriria as suas ordens como chefe de polícia da comarca, e em vista da sua resposta esta câmara oficiou ao dito juiz de direito pedindo certificasse-lhe das intenções que tinha, retirando-se desta vila com quase todas as forças e munições que a defendiam, sem ver, nem descobrir, até o presente, motivo algum que a tal pudesse obrigar. E fazendo-se de vela, a câmara oficiou-lhe protestando perante Deus, a nação e a regência, em nome de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, por todo e qualquer acontecimento funesto à ordem. Oficiou-se aos juizes de paz para estes promoverem quanto lhes fosse possível a bem de conservar a ordem e sossego público; resolveu mais esta câmara que se convo-

casasse as autoridades e mais cidadãos para assim se nomear uma comissão, a fim de tratar da paz com os brasileiros reunidos no Ecuipiranga, aos quais se enviou uma proclamação desta câmara em que se lhes pede o largarem as armas a bem do sossego público desta vila, e sendo todas as autoridades e mais cidadãos desta opinião, como consta do termo lavrado, foram nomeados os cidadãos Manuel Raimundo Ferreira, João de Deus Ferreira Canumam e Antônio Maciel Brancher. Recebeu-se um ofício do comandante das forças de Bararuá em que pedia se nomeasse um comandante para a escuna Federal, na qual se achava embarcado, e pedia a dita escuna para o acompanhar até à vila de Pauxis; esta câmara oficiou ao comandante da força para a nomeação do dito comandante, e foi nomeado o tenente João Caetano de Sousa Barreto, o qual, tomando conta do dito comando, representou a esta câmara que receava ir acompanhar aquele oficial e sua tropa, por ver que as suas forças eram superiores; pelo que oficiou-se ao comandante do pôrto para haver de mandar estes comandantes o da escuna Ligeira para a Federal, e o desta para aquela, e esta câmara oficiou ao comandante das forças de Bararuá até à vila de Pauxis e também oficiou a câmara daquela vila para esta prestar com vinte homens para a guarnição da dita escuna, na sua torna-viagem; nesta ocasião requereu o juiz municipal desta vila e termo a sua demissão, a qual não foi admitida por conhecer que nele existiam sentimentos patrióticos e capacidade para sustentar a ordem e a legalidade, e promover por meios pacíficos para que se não altere a tranquilidade desta vila e seu termo. E não havendo mais nada a tratar, o Sr. presidente fechou a sessão, o que, para constar, se lavrou a presente ata que assinaram. E eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. - Antônio Marcelino Marinho Gamboa, presidente; Lourenço Antônio da Silva, Raimundo Dias Leão, Bento José Rebelo, Pedro Alexandrino de Lira.

Sessão de 8 de março de 1836: – Reunida a câmara municipal na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. Presidentes e vereadores abaixo assinados, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara para se abrir um ofício trazido pela comissão que foi por esta câmara enviada aos brasileiros de Ecuipiranga, o qual sendo lido e juntamente uma proclamação, mostra que aquela reunião só rende vassalagem ao governo da capital o Ex.mo Sr. Eduardo Francisco Nogueira Angelim, e disse mais a comissão que a mesma reunião lhe tinha feito ver que, se esta câmara reconhecesse aquele governo se pouparia a efusão de sangue que decerto ia haver logo que o não fizessem, o que pondo o Sr. presidente à votação, decidiu a câmara que se convidasse as autoridades e mais cidadãos, para ouvir a opinião de todos: – se devia reconhecer-se aquele governo; e não havendo mais nada a tratar-se, o Sr. presidente mandou lavrar a presente ata que assinaram, e eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – Antônio Marcelino Marinho Gamboa, presidente; Lourenço Antônio da Silva, Pedro Alexandrino de Lira.

Sessão de 9 de março de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. vereadores Leão, Lira, Rebêlo, Canumam e Silva, faltando o Sr. Presidente, do qual apresentou o vereador Leão um ofício dirigido ao mesmo, em que faz ver que suas moléstias lhe privaram de comparecer na sessão de hoje, e como por lei competia ao mesmo vereador a presidência, lhe fazia ciente para dirigir os trabalhos da mesma, e que aprovaria todas as deliberações desta câmara, e como faltassem para preencher o número de vereadores, foram chamados os suplentes João Caetano de Sousa Barreto e Lisardo Antônio Loureiro. O Sr. presidente declarou que se tinha convocado esta câmara para tratar do reconhecimento do Ex.mo Sr. Eduardo Francisco Nogueira Angelim, o que sendo ouvido pelas autoridades e mais cidadãos estes todos foram de opinião que reconhecesse o mesmo como presidente desta província, o que determinou esta câmara que se lavrasse um termo de reconhecimento, em livro competente, e que o assinassem todas as autoridades e mais cidadãos, o que se fez.

Oficiou-se ao comandante da escuna de guerra Guajará para este entregar o comando da dita escuna e as pecas pertencentes a esta vila, visto a requisição da reunião de Ecuipiranga, ao que não respondeu e se fêz de vela dêste pôrto. Oficiou-se ao juiz de paz para que informasse os motivos pelos quais se fazem de vela dêste pôrto a escuna de guerra e mais embarcações mercantes, e se foram com licença; ao que o mesmo juiz de paz respondeu que não tinha dado licença alguma e os motivos da retirada ignorava. Recebeu-se um ofício do juiz municipal em que fez ver a esta câmara que motivos de moléstia faziam com que se retirasse para a capital da província, e pediu se juramentasse outro cidadão que interinamente exercesse o cargo de que se via empossado, até que se apresentasse neste têrmo. Fêz-se público por um bando o reconhecimento do Ex.mo Sr. presidente. Oficiou-se ao comandante de Ecuipiranga, dando-se-lhe por cópia os trabalhos desta câmara, a qual fica continuando no desvelo para a manutenção da ordem pública e segurança individual dos cidadãos. E não havendo mais nada a tratar, mandou o Sr. presidente que se lavrasse a presente ata que assinaram. E eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, João de Deus Ferreira Canumam, Pedro Alexandrino de Lira, Lourenço Antônio da Silva, Bento José Rebêlo, Lisardo Antônio Loureiro, João Caetano de Sousa Barreto.*

Sessão de 11 de março de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. presidente e vereadores abaixo assinados, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara para se officiar às câmaras de Pauxis e Monte-Alegre, remetendo-se-lhes as cópias, têrmo e proclamação do reconhecimento do Ex.mo Sr. Presidente Eduardo Francisco Nogueira Angelim, e levando ordem ao correio de Pauxis para tocar no pôrto de Ecuipiranga, e ali apresen tar os mesmos ofícios. Oficiou-se ao comandante geral de Ecuipiranga rogando ao mesmo mandasse ordem aos seus destacamentos para desim pedirem os caminhos, a fim de se mandar vir mantimentos

para o povo desta vila, pela grande falta que havia deles. E não havendo mais nada que tratar, se lavrou a presente ata que assinaram. E eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; João Caetano de Sousa Barreto, Pedro Alexandrino de Lira, Lourenço Antônio da Silva, Lisardo Antônio Loureiro.*

Sessão de 13 de março de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. Presidente e vereadores abaixo assinados, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara para se abrir um ofício dirigido de Ecuipiranga, em o qual faz ver que anuía que exercessem as suas funções, na forma da lei, o que passava aquela reunião a dar parte ao Ex.mo Sr. presidente da província, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, de todos os acontecimentos que têm obrigado a tanto, a fim de fazer uma só concordância com o governo da capital. Oficiou-se ao major comandante remetendo-se por cópia o dito ofício e rogando-se-lhe fizesse ler, perante a força do seu comando; havendo mais que tratar-se, mandou lavrar a presente ata que assinaram. E eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; Lourenço Antônio da Silva, Lisardo Antônio Loureiro, Pedro Alexandrino de Lira, Bento José Rebelo, João Caetano de Sousa Barreto.*

Sessão de 17 de março de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. Presidente e vereadores abaixo assinados, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara para se abrir um ofício vindo da reunião de Ecuipiranga, o qual foi resolvido se escrevesse na ata, e é o seguinte: “A necessidade á há de manter o sossego público e a tranquilidade desta comarca e ora conter os espíritos alucinados, resolveu esta reunião em nomear por Comandantes para essa comarca os cidadãos Bonifácio Nunes de Arruda Hermenegildo Fernando Valente, por serem brasileiros mui pacíficos e amigos da lei, não que a mesma os chamasse, porém a urgência da época assim o exige, devendo V. S.as coadjuvar em tôda a administração que a par da lei se deve obrar, para que possam os pacíficos cidadãos viver tranquilos, respeitando a lei em todas as propriedades brasileiras, assim como as nações aliadas, jamais deverão sofrer o mínimo insulto. E para fortificar esta infeliz comarca marcham os sobreditos comandantes com o número de cinqüenta praças armadas, pois que a comarca necessita bem pelas denúncias que ao nosso conhecimento têm chegado, respectivo a escravatura amocambada que ameaça a vila em querer apossar-se da mesma, pois deve haver todo o cuidado com grande vigilância e aptidão a este respeito. Esta reunião tem a honra de levar ao conhecimento de V. S. as a proclamação inclusa para ser pública nessa câmara, ficando V. S.as na inteligência que hoje só se trata da lei suprema, pelo contrário será postado o nosso seguimento, o que V. S.as deverão tomar em consideração com tôda a madureza: sôbre tão importante tarefa, que é tão melindrosa ao nosso bem estar pela ignorância que entre nós labuta,

devendo-se tomar as medidas pouco a pouco com sutileza; só desta forma se poderá fazer imperar a lei. Rogamos mais a V. S.as que prestem aquartelamento para as tropas que aqui marcham. – Deus guarde a V. S.as Acampamento de Ecuipiranga,. 16 de março de 1836. – Il.mos Srs. presidente e mais vereadores da câmara municipal da vila de Tapajós. - Brás Antônio Correia, primeiro comandante geral das fôrças; Francisco Antônio Batista, alferes comandante gundo; Antônio Correia Picance. Pedro Antônio Correia Viana, Manuel beira da Paz, Raimundo Elias de Carvalho, Bernardo Antônio de Aragão, João Pais Pedroso. Domingos da Conceição Ferreira, comandante o das trincheiras; Julião Correia Jataí, comandante segundo da mesma; Lourenço Raimundo Martinho, comandante terceiro; Martinho mandante quarto; João Ferreira Leal, juiz de paz da reunião. – Com mesmo ofício se recebeu uma proclamação, a qual foi publicada nesta vila, e se envia por cópia às demais câmaras da comarca para ficarem inteiradas do patriotismo dos brasileiros reunidos no Ecuipiranga; e sendo convidado o comandante desta comarca sôbre a defesa da mesma, ele se apresentou na sala das sessões e assim se tratou.” E não havendo mais que tratar, a mesma mandou que se lavrasse a presente ata que assinaram, e eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; Lisardo Antônio Loureiro, Lourenço Antô nio da Silva, João Caetano de Sousa Barreto, Bento José Rebelo, Pedro Alexandrino de Lira.*

Sessão de 18 de abril de 1836: – Reunida a câmara municipal, na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os senhores presidente e vereadores abaixo assinados, e autoridades eclesiástica, civil e militar, e dada a hora, o Sr. presidente abriu a sessão e se fez a leitura da ata antecedente, a qual foi aprovada. Apresentou o Sr. presidente um ofício dirigido pela câmara de Manaus a esta câmara e mais autoridades desta vila, e sendo aberto e lido, se vêem os atos praticados naquela vila, tendo tomado o comando da fôrça o cidadão Francisco Bernardo de Sena; e pede aquela câmara às do baixo Amazonas hajam de reclamar um dos Srs. deputados a quem a lei chama para tomar as rédeas do governo da província até que pelo governo central seja nomeado, em virtude do art. 165 da Constituição, um presidente brasileiro nato que administre justiça reta e fraternal aos povos paraenses; exigem as mesmas câmaras de comum acordo uma anistia geral: e da ata que acompanhou o dito ofício, sendo lida se vê que em consequência de haver recebido um ofício do comandante da expedição o Sr. Sena, com a data de 7 de março, que versava sôbre o elevamento das autoridades civis que pertencem àquela vila, o que não existia porque, não achando o dito Sr. Sena, comandante da fôrça, serem as referidas autoridades de confiança sua e do público, por se acharem suspeitas na atual crise, passava a fazer nomear novas para exercerem os ditos empregos, sendo juiz de paz, provedor da fazenda, escrivão da mesma, procurador fiscal da mesma, almoxarife, juiz de direito e juiz municipal, e tinham deferido juramento a estas autoridades. Na mesma ata

vinha transcrito um memorial do comandante da força daquela vila, o qual é o seguinte: “Em virtude dos atentados praticados na capital da província pelo presidente português Manuel Jorge Rodrigues, ajudado por alguns seus coniventes do interior, tem-se parte dos brasileiro pôsto em ação de defesa, o que não tem lugar em tempo de um governo livre, existindo alguns brasileiros em ferros, como presente mente acontece na vila de Tapajós, e a isto tem dado motivo ali o juiz de direito daquela comarca Joaquim Rodrigues de Sousa e Ambrósio Pedro Aires, europeu alemão, e como tal intruso capitão dos guardas nacionais da freguesia de Bararua, e nesta vila Henrique João Cordeiro, juiz de direito interino; éste chegou a pontos tais que não só atacava os direitos individuais dos cidadãos brasileiros, como arrogava a si aquilo que justamente a lei não lhe confere, como é justo seja acreditado pelos seus atos oficiais dirigidos por tôda esta câmara. E como eu fôsse vítima desta barbaridade, sendo por esta autoridade chamado à sua presença arbitrariamente, valendo-se do seu poder; e depois de existir três dias prêso, fui eu lançado pelas oito horas da noite em ferros, remetido para um lugar remoto e ali conservado com uma guarda armada e municada, e remetido depois dessa data para a capital da província com cartas de particulares, para assim poder levar a sua malvada complacência, ficou por isso transgredido o Código do proc. crim., arts. 98 e 209; chegando ao lugar do Ecuipiranga, achei a fôrça estacionada e disposta a defender a Constituição do império com as reformas decretadas, a pessoa de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II e a nacionalidade brasileira. E vendo que eu me achava manietado em ferros, me puseram em liberdade. Ficam debaixo do meu comando mil e oitocentos homens. A lei não me chama para política em virtude do art. 50 do Código crim., mas em con dos últimos acontecimentos nesta província, tomei a deliberação por consentimento dessas autoridades, de marchar para a comarca alto Amazonas a rogar às autoridades e cidadãos da vila de Manaus providências que possam libertar a pátria oprimida, chamando para a presidência da província o deputado mais votado, para que assim faça gozar os povos de tranquilidade até que o governo da côrte possa deliberar, providenciar a bem da salvação da província, oficiando-se por isso àquele govêrno em ordem a se lhe fazer conhecer o estado deplorável em que está uma das mais belas províncias pela falta de direção de um sábio presidente brasileiro, a quem os liberais paraenses obedeam. Da mesma forma se oficiasse a todas as câmaras do alto e baixo Amazonas, e mesmo ao governo atual do Pará, que a vila de Manaus e a comarca do alto Amazonas tem a força declarada, e está firme nos princípios já expostos; e quando o contrário aconteça, forte barreira farei aos usurpadores dos direitos pátrios, e estarei pronto a largar as armas tanto que seja pôsto na presidência um governo brasileiro a quem a lei o chame, pois que a mim não cabe nenhuma autoridade; sou um soldado da lei, firme na minha sentinela, à espera dos atos arbitrários; e sendo o exposto do agrado das ilustres autoridades e cidadãos, todos me ajudem a salvar uma das mais interessantes províncias do império. Manaus, 7 de março de 1836. – Francisco Bernardo de Sena, co-

mandante da força.” – Em vista disto, foram todos os Srs. vereadores de parecer se remeta por cópia o ofício e ata ao Sr. comandante geral para este informar circunstanciadamente sobre os ditos feitos, para assim esta comarca poder responder àquela. Foi determinado ao secretário tirasse por cópia a dita ata e ofício. E não havendo mais a tratar, e dada a hora, o Sr. presidente fechou a sessão, e para constar se lavrou a presente ata que assinaram. E eu, João de Deus e Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; Lourenço Antônio da Silva, Domingos Correia Picanço, Bento Jose Rebelo, Pedro Alexandrino de Lira, João de Deus Ferreira Canumam.*

Sessão de 2 de maio de 1836: - Reunida a câmara municipal na sa sessões da mesma, achando-se presentes os Srs, presidente e vereadores abaixo assinados, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara para se abrirem dois ofícios vindos da câmara municipal da Manaus, versando um dêles em pedir munições e reconhecimento do Ex.mo Sr. Presidente desta província Eduardo Francisco Nogueira Angelim. Oficiou-se ao comandante geral remetendo-se por cópia o ofício em que pede armamentos e munições, pedindo ao mesmo que lhe informasse sôbre este objeto: juramentou-se o cidadão Marcelino Lopes de Sousa para inspetor do 1.0 quarteirão desta vila; oficiou-se ao fiscal para tomar conta da coletoria por falta do atual; oficiou-se à câmara de Manaus em resposta dos que foram enviados a esta. E não havendo mais que tratar, mandou-se lavrar a presente ata que assinaram, e eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; Lourenço Antônio da Silva, João Caetano de Sousa Barreto, Pedro Alexandrino de Lira, Bento José Rebelo.*

Sessão de 13 de maio de 1836: – Reunida a câmara municipal na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. presidente e vereadores abaixo assinados, sendo convidadas as autoridades civis, eclesiásticas, militares e mais cidadãos, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara em virtude de um ofício do Il.mo Sr. Miguel Apolinário Maparajuba, e logo o mesmo comandante disse que a tinha requerido por requisição do segundo comandante, ao qual apresentou êste uma exposição que, depois de lida e posta a votação, foi unânime mente aprovada, e mandou o Sr. presidente que fôsse lançada. É do teor seguinte: “Tendo cessado a maior urgência que deu azo aos briosos e abençoados filhos da pátria a lançar mão da lei suprema para a salvar dos horrores da anarquia, a que o juiz de direito Joaquim Rodrigues de Sousa a ia conduzindo pela sua marcha antipolítica, reduzindo de pátria a calabouço e de cidadãos livres a escravos, vendo-se unicamente cenas de luto a representar-se, como fôssem roubos, mortes, prisões, incomunicáveis e sem declarações de culpa, outros em ferros sem sentenças condenatórias, rodeiras de pau dadas com a maior crueldade, e ultimamente incêndios e saques, sendo o executor de seus execráveis decretos o bem conhecido capitão Ambrósio Pedro

Aires, como melhor se evidencia do protesto feito pela reunião do rio Surubiri em fevereiro do corrente ano, exigindo-se no mesmo a execução da lei contra aqueles perversos causa dores de tantos males, vendo-se por isso obrigados a retirarem-se vergonhosamente; à vista do que sou a ponderar a V. S.a que, achando-se desvanecida a maior desconfiança, convém agradecer aos briosos habitantes os seus bons serviços, feitos a benefício da pátria, de havermos deitado por terra o colosso do despotismo que se tinha erigido contra o bem-estar de nossos sagrados direitos, devendo hoje gostosos tomar os instrumentos agrícolas para facilitar a indústria e o comércio, conservando-se unica mente em cada vila uma força de seus próprios habitantes para coadjuvar as autoridades civis e fazer inspirar a lei que algumas influências têm privado aquele andamento necessário patenteados pelo manifesto e protesto da reunião, e para privar-se o ingresso do déspota juiz de direito e assim gozarmos dos frutos da nossa sagrada Constituição à sombra de um governo livre, que só deseja ver reinar a liberdade e a lei, digo a paz, e a prosperar as leis, a indústria, o comércio, sendo estes dois últimos os que também chamam a vossa atenção, a fim de se dar empenho tão necessário à nossa subsistência, e que ao presente se acha inteiramente paralisado pelas opiniões políticas, as quais igualmente redundam em grave prejuízo das rendas nacionais, pelo que sou de parecer seja franco o comércio protestando pela opinião contrária. Requeiro que seja exarada exposição na ata de hoje, mandando-se por cópia às mais câmaras para o fazerem público, quando seja por esta e mais autoridades apoiada. Tapajós, 13 de maio 1836. – Brás Antônio Correia Miranda, tenente e segundo comandante – Depois de lançada, mandou o Sr. presidente que se lavrasse um termo em livro separado para ser assinado por tôdas as autoridades e cidadãos, o que foi apoiado, e determinou o Sr. Presidente que o secretário tirasse por cópia o termo que se mandou foi apoiada a exposição do Sr. segundo comandante, para ser remetida às câmaras, ao II.mo Sr. comandante para este a fazer cumprir. – Recebeu um ofício do Sr. comandante geral em que informou a esta câmara sôbre o ofício que esta lhe remeteu em sessão de 10 do corrente. E não havendo nada mais a tratar, o Sr. presidente mandou que se lavrasse esta ata que assinaram, e eu, João de Deus de Leão, secretário, que a assinei. – *Raimundo Dias Leão, presidente interino; Lisardo Antônio Loureiro. Lourenço Antônio da Silva, Bento José Rebelo, João de Deus Ferreira Canumam, João Caetano de Sousa Barreto.*

Sessão de 27 de maio de 1836: – Reunida a câmara municipal na sala das sessões da mesma, achando-se presentes os Srs. presidente, vereadores, autoridades civis, eclesiásticas, militares e mais cidadãos, declarou o Sr. presidente que tinha convocado esta câmara e autoridades para se ler um ofício vindo do juiz de paz da vila de Pauxis, o qual foi lido e apoiado em toda a sua plenitude: apresentou o Sr. comandante geral um ofício vindo do tenente-coronel Manuel Pedro dos Anjos, comandante das forças reunidas em Bararua, e sendo lido e pôsto a votação não foi aceito pelas subversivas e criminais idéias

em que era concebido, e uniformemente foi desprezado, e apresentou o Sr. comandante Arruda a resposta do mesmo officio, não sabendo se deveria ir aquella mesma, e sendo lida a resposta, pediu a palavra o Sr. major Antônio de Melo Garcia, e disse que aquella mesma resposta é que devia ir por ser oposta ao sentido do officio, e nela se tratar dos meios de segurança e tranquillidade pública, o que foi unânimemente apoiado, sendo depois lida a seguinte indicação: – Il. mos Srs. presidente e vereadores da câmara municipal de Tapajós: Indico a V. S.as nesta câmara extraor dinária do dia de hoje, a bem da salvação dos povos desta comarca, que se envie um correio a Gurupá e Macapá por meio de uma deputação, a ata desta câmara com os seguintes significados: Que o alto e baixo Amazonas se acha tratando da separação da capital, a fim de não ser responsável pelos feitos criminosos nela cometidos, e logo que a mesma vila anua, se recomende que nem por isso deixem as armas, a fim de que nem debaixo trepem para cima nem os de Almeirim para baixo, porquanto ente dos homens incautos é destruir a pátria e não progredi-la, como xa ver de um officio que em direção veio ao comandante geral, do qual se depreende uma declaração de guerra que manda fazer aos brancos e mamelucos, sem exceção do mais pequeno inocente, o tenente-coronel Pedro dos Anjos, estacionado no pôrto de Bararuá, e por isso é necessário obstar acarretarem-se crimes sôbre brasileiros cordatos, na administração de um governo de tanta importância, para nossa felicidade e dos nossos vindouros, se por acaso o Ente-Supremo ajudar-nos nesta importante tarefa, pelo que requeiro se lavre esta minha indicação na ata exarada no dia de hoje. Tapajós, 27 de maio de 1836. – João Caetano de Sousa Barreto, vereador da mesma.”

Apresentou o Sr. comandante um protesto à câmara de Pauxis, o qual, sendo lido, uniformemente foi concordado que o não remetesse até que chegasse a deputação que tinha ido àquela vila, a tratar de meios de segurança pública, e que ficasse tudo sus-tado até à chegada daquela deputação, o que geralmente foi apoiado, e assim prometeu cumprir o Sr. comandante. Logo se pôs em pé o Sr. principal da nação Mundurucu, Toaquim Frutuoso, e fazendo uma profunda vênia e garbo, pediu a palavra e disse: – “Ilustres Srs. e honrados cidadãos: pelo que tenho observado desde que cheguei a esta vila, e pelo que acabo de ouvir no officio do tenente-coronel Manuel Pedro dos Anjos, vejo claramente que a ínfima classe tenta impiamente contra as vidas dos mais nobres e esclarecidos cidadãos como são os brancos e mamelucos, com a mais refinada atrocidade; não é tão desviada de nós a sã razão para que deixemos de conhecer o abismo a que se vê propinqua esta vasta e rica província com tão bárbaros e iníquos projetos; por cujo motivo desde já me ofereço a V. S.as para que contem com todo o corpo da nação Mundurucu, para a defesa de suas vidas, famílias e bens, que ao mais leve aceno de V. S.as deixarão seus lares, e rápidamente aqui se apresentarão, debaixo das suas ordens; e então mostrarão que de longo tempo têm sido e serão os seus mais fiéis aliados.”

Este passo enterneceu, admirou, foi muito aplaudido e por todos, sem exceção, apoiado. Pediu a palavra o Sr. major Garcia e requereu que se lavrasse na ata o oferecimento que acabava de fazer o Sr. principal, e que esta fôsse levada ao conhecimento das demais câmaras do Alto e Baixo Amazonas, para que servisse de exemplo a uns e de repreensão a outros, o que foi geralmente aprovado. E não havendo mais que tratar, mandou o Sr. presidente que se lavrasse a presente ata que todos assina arm; e eu, João de Deus de Leão, secretário, que a escrevi. – *Raimundo Dias de Leão, presidente interino; Lourenço Antônio da Silva, João Caetano de Sousa Barreto, Domingos Correia Picanço, Lisardo Antônio Loureiro, Pedro Alexandrino de Lira.*

IV

Correspondência oficial entre o padre Prudêncio, o marechal e várias autoridades, acerca dos acontecimentos de Cameté e outras localidades.

Ofícios do padre Prudêncio ao marechal:

Il.mo Ex.mo Sr. Tendo esta vila tomado a atitude de defesa a prol do império da lei, conforme permitiam as suas circunstâncias, contra as incursões dos assassinos da capital da província, quando intentassem infestar os pontos do nosso litoral, e tendo o Baixo Amazonas simpatizado nos mesmos sentimentos, as vilas de Oeiras e Muaná marcham na senda do crime, e a hidra infernal da anarquia tem conseguido desorientar e desmandar uma parte dos seus habitantes a favor do intruso Francisco Vinagre, ao ponto de quererem acometer esta vila, para os seus fins. Tenho de todos os meios de lançado mão de todos os brandura e insinuações, para ver se consigo chamá-los à legalidade, mas em vão têm sido os meus esforços. A perversidade prevaleceu entre os incautos. Resta-me assegurar a V. Ex.a a minha solicitude e vigilância, e implorar se digne subministrar-me - com as suas competentes munições, um lanchão armado para as explorações que forem mister e a conservação, no pôrto desta vila, da barca da independência e do iate Mundurucu, que muito têm concorrido para a defêsa dêste pôrto. Agora, mais do que nunca, é necessário que sejam satisfeitas as minhas requisições, pois os assassinos se acham reunidos nas circunvizinhanças desta vila. Deus guarde a V. Ex.a. Cameté, 25 de junho de 1835. Il.mo Ex.mo Sr. marechal Manuel Jorge Rodrigues. digno presidente do Pará. – *Prudêncio José das Mercês Tavares*, juiz de paz de Cameté.

Il.mo Ex.mo Sr. Tenho a honra de levar com urgência ao conhecimento de V. Ex.a que pelo distrito de Igarapé-miri apareceu agora um magote de facinorosos, assassinando e roubando os habitantes inermes daquela freguesia: entre outros fôra vítima um morador chamado Nogueira, como estou informado. Espalhados pelo rio Moju, os malvados assassinos e salteadores praticam horrorosos feitos e monstrosidades que têm pôsto todos aqueles distritos em estado de terror, e entravado o comércio interno pelo canal que corta aqueles rios. Muitas canoas que se acham nesta vila, ocupadas em transportar gêneros para essa cidade, estão paralisadas com temor dos assassinos. Devo implorar a V. Ex.a providências para o fim de mandar cruzar nesses rios uma pequena embarcação de guerra para defender os habitantes vítimas da perseguição, e proteger o comércio interno.

Devo também trazer ao conhecimento de V. Ex.a que os cofres das coletorias das rendas nacionais desta vila estão exaustos; os negociantes e muitos outros cidadãos têm-se prestado com os seus bens para a sustentação das embarcações surtas neste pôrto. Digne-

-se V. Ex.a providenciar como fôr mister para a conservação das mesmas. Os malvados, reunidos nas circunvizinhanças desta vila. ainda permanecem na sua criminoso attitude, e 150 marcharam a agredir a barca Independência, que para o distrito de Breves, ponto que eles ambicionavam ocupar, para mais a salvo roubarem as canoas de comércio, vindas do Alto Amazonas etc. etc. — *(Suprimimos neste officio, e suprimiremos em todos os, o endereço e assinatura, por serem sempre idênticos.)*

Il.mo Ex.mo Sr. O dever me induz a levar, com urgência, ao conhecimento de V. Ex.a a fatal notícia de haver novo plano entre Francisco Vinagre e os revoltosos da ilha da Conceição, para porem em prática novas cenas de horror, como provam os diferentes avisos que tenho tido. Timóteo da Paz e Feliciano de Freitas, cabeças dos revoltosos, aliciam prosélitos na massa dos moradores rudes, para assaltarem esta vila e perpetrarem os seus infernais planos. Breves já foi por eles agredido, tendo, felizmente, havido heróica resistência. A ilha da Conceição, achando-se no meio do mar, e tendo um único rio que a corta pelo meio, pode ser rendida sem efusão de sangue, com um pequeno bloqueio. Digne-se V. Ex.a ordenar para que ali se dirija um vaso de guerra para ficar surto de um lado, e um lanchão para ficar de outro lado, procurando-se angariar dos revoltosos a confiança do que se lhes prometer, a bem da ordem, e obrando-se em tudo com circunspecção e sisudez.

Conheço os acanhados recursos de V. Ex.a para poder dar prontas providências, porém autorizando-me, perei em prática o que couber ao meu alcance. Lembro a V. Ex.a que o juiz de paz da ilha da Conceição e o seu escrivão, além de serem idiotas, acham-se implicados na revolta, tanto que dali não appareceu um só processo e nem apparecerá, porque ambos não sabem, nem ao menos, assinar os seus nomes. O batalhão de guardas nacionais daquele têrmo compõe-se, na maior parte, de indivíduos ignorantes, sem moralidade nem rendimento; não se consideram ligados a princípio algum de subordinação às leis, e por sua rusticidade, desconhecendo os seus deveres, estão aptos para cometerem tôda a sorte de malvadezas. Isto não pode ser indifferente ao zelo de V. Ex.a, pelo bem-estar da província, providenciando na forma do art. 5.o da lei de 18 de agosto de 1831, a fim de se obstar os males que vão progressivamente apparecendo e de perto ameaçam esta vila. Cametá, 29 de julho de 1831.

Il.mo Ex.mo Sr. Em aditamento ao meu officio de 29 deste mês, devo levar ao conhecimento de V. Ex.a que, neste momento, fui informado do estado de desassossego em que se acha o distrito de Moju. Uma cabilda de celerados está reunindo o povo alucinado e concitando-o a vir depor o governo legal. Eles intentam agredir o destacamento de Igarapé-miri para tomarem o lanchão que ali está. Têm assassinado alguns cidadãos pacíficos e uma mulher cujo marido não encontraram. Estes fatos coincidem com as sinistras pretensões dos da ilha da Conceição. Tome V. Ex.a em consideração estas ocorrências que

vão produzindo fatais estragos. A pequena lancha que se acha em Igarapé-miri nada pode obstar nem prevenir; só um navio de guerra naquele rio, ainda que seja de alto bordo, poderá restabelecer a ordem naquele território, povoado de habitantes desmoralizados e inclinados à maldade. Cameté, 30 de julho de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. Neste momento me veio representar o cidadão Manuel Pedro de Sá, inspetor de quarteirão do 4.o distrito deste tèmro, que, viajando para essa capital, foi impedido por uma reunião de facciosos na freguesia de Conde: outras muitas canoas já ali se achavam impedidas. Durante o tempo que ali existiu, presenciou que os cabeças dos facciosos eram o padre Casimiro, os cearás Eduardo e Geraldo e dois apelidados Paraense um e Amazonas outro. Assistindo à chamada dos reunidos viu que estes eram em número de 300 homens armados, mulatos, carafuzes e outros desta classe. As intenções dos cabeças, como disseram eram, no dia 15 do corrente, baterem-se com essa cidade, para cujo fim o padre Casimiro fazia proclamações e correspondia-se com Antônio Vinagre em sentido de desacreditar o governo legal e aliciar os incautos.

Disseram mais que Cameté êles haviam de bater impreterivelmente, quando estivessem juntos com Antônio Vinagre, porque já tinham de mão a João Remígio de Sousa e o Periquito, com quem se correspondiam a tal respeito. Tendo os facciosos notícia de que os do Moju já haviam batido o destacamento de Igarapé-miri, puseram-se em marcha para o dito rio Moju, para dali marcharem ao Acará e porem em prática os seus planos: foi então que o dito cidadão pôde evadir-se para esta vila. O que ponho a V. Ex.a é incontestável, e não despreze V. Ex.a êste meu aviso. o abominável exemplo da impunidade dos crimes de Periquito tem pro Juvido novos atentados. Foi ele um dos principais agentes da facção de Barbosa nesta vila, e com assombro não foi punido! Envolvendo-se por isso noutra, a de 23 de agôsto de 1832, também não foi punido! Aparece nesta vila sempre com o colo levantado, chamando o povo rude à desobediência e à desordem, ao ponto de estarem as autoridades e cidadãos pacíficos em risco eminente de suas vidas e propriedades.

Agora, sendo preso em uma estrada, armado de uma faca de ponta, acha-se na cadeia. A opinião pública o indigita de conivente com os facciosos, o que se verifica com as declarações do referido cidadão Manuel Pedro e com o que tem dito o tal Periquito, na prisão, onde vocifera em sentido favorável aos assassinos espalhados pela província. Digne-se V. Ex.a providenciar em ordem a ser arredado semelhante monstro desta vila, onde se faz muito pernicioso à tranquilidade de seus habitantes, como causa principal de tantos males. Cameté, 7 de agôsto de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. Dou conta a V. Ex.a que o juiz de paz de Igarapé-miri apareceu nesta vila representando-me sôbre o estado daquele distrito, sendo atacado pelos facinorosos o destacamento ali estacionado. Aparecem magotes deles pelos sítios e fazem que

inumeráveis famílias abandonem os seus lares, e venham procurar aqui refúgio aos seus males. Eu, depois de bem informado, disse àquele juiz de paz que fizesse a sua exposição por escrito. Feito isto, tomei as medidas ao meu alcance, a fim de auxiliar aquele destacamento e atalhar os atos criminosos dos salteadores, fazendo marchar o major Joaquim Pedro Gonçalves Campos vinte e tantos cidadãos armados. É patente o meu esforço para melhorar nossa situação, mas os mínguaos meios de que disponho não me permitem obrar como urgem as circunstâncias, o que deu causa a marchar para aquele distrito tão limitado número de cidadãos, por falta armamento. Cameté, 9 de agosto de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. Já escrevi a V. Ex.a em 29 e 31 do mês passado sôbre os revoltosos de Oeiras que ainda não desistiram das suas reuniões subversivas à ordem e à lei; bem como sôbre o pus vacínico para evitar o flagelo da bexiga, de que já se acham afetadas nesta vila algumas pessoas. Levo ao conhecimento de V. Ex.a que não tenho podido desfazer aquelas reuniões, por me faltarem armamentos que de novo imploro de V. Ex.a, para ver se consigo a pacificação daquela freguesia, o que muito concorrerá para o sossego desta vila. Cameté, 22 de agosto de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. Não devo fechar os olhos diante do quadro que apresenta o resto da província, por onde se observa derramado o terror e a dissolução, pelos horríveis atentados cometidos pelos celerados que assassinam quantos encontram, desde que não se amoldam com os seus crimes; que roubam e assaltam com furiosa atrocidade as fazendas e as canoas que passam pela ilha da Conceição, com grave prejuízo dos habi tantes inermes, por falta de segurança e mantimentos, começando-se já a sentir fome. Talvez pareça incrível o que estes réprobos têm praticado em Canaticu e Conceição, pontos estes ocupados por eles, para entravarem a comunicação do Baixo e Alto Amazonas. Esta vila não tem segurança para poder defender-se das invasões dos rebeldes, porque tendo bastante cidadãos, faltam-lhes armas, e desta maneira será vítima das catástrofes por que tem passado a capital.

Inumeráveis famílias e mais de mil cidadãos de Igarapé-miri, Anapu, Oeiras e capital, abandonando os seus domicílios, têm vindo procurar refúgio nesta vila, porém não estão seguros, por falta de armas e mantimentos. Já fiz seguir para Breves a barca Independência, a fim de proteger algumas canoas que ali estão paralisadas com mêdo dos malvados. Chegadas que sejam, poderei socorrer a V. Ex.a e aos habitantes desta vila. Repetidas denúncias comprovam as explorações que disfarçadamente tenho mandado fazer na ilha da Conceição, e confirmam o boato de que em breve esta vila será atacada. Os malvados tomaram gás com o estado da capital para porem em prática os seus planos de sangue. Êles já conhecem a fraqueza desta vila por terem interceptado dois correios que dirigi a V. Ex.a. A falta de armamento e munições priva-me de dissolver os ajuntamentos dos rebeldes. Digne-se, pois, mandar-me com urgência, mil armas, cinco mil cartuchos

e quatro peças de campanha com a sua palamenta, a fim de que o coronel comandante militar possa operar, e eu rebater os assassinos, coadjuvando a V. Ex.a no restabelecimento da ordem. Cametá, 4 de setembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Tendo-me o comandante militar mostrado um officio de V. Ex.a, convenci-me de que V. Ex.a foi informado de urdir-se nesta vila contra a ordem pública, fazendo-se assim idéia diferente do povo cametaense e de algumas das suas autoridades. Para limpar esta vila de qualquer nódoa que se lhe queira lançar, julgo de necessidade levar ao conhecimento de V. Ex.a que os cametaenses desde novembro do ano o que principiaram as facções do rio Acará, se declararam contra aquêlê partido com a câmara municipal e mais autoridades, em passado, em que prin contra aquele partido favor da integridade do império, do imperador o Sr. D. Pedro II, das leis e autoridades legitimamente constituídas. Quando houve a notícia assassinos das primeiras autoridades da província, em 7 de janeiro, cólera pública, em Cametá, manifestou-se contra os canibais é obrigou-me a tomar a vara. A câmara comigo e as demais autoridades não queria reconhecer govêrno algum intruso, porém a prudência de muitos cidadãos probos fêz com que tolerasse o de Vinagre, até que viessem providências da côrte. Enfim, os cametaenses arriscando a própria vida para recobrar a liberdade quase perdida e restabelecer o império da lei, capital, acompanharam o vice-presidente que a câmara chamou e por jidade não subiu à presidência, e continuaram a velar pelo bem-estar blico sem esmorecer, mesmo agora que os inimigos estão de posse da Capital e de vários pontos da província.

E se algum partido se promovesse contra a atual ordem de coisas, eu seria o primeiro a debelá-lo processando os seus agentes; mas não: até hoje os cametaenses têm-se votado à causa da independência e integridade do império, e a prova é a aversão e guerra que lhe vota o bando de feras que aniquila tudo; é a atitude respeitável em que se tem mantido esta vila, evitando os males que flagelam o solo paraense, e recebendo com os braços abertos tantas famílias que têm procurado agasalho. Afirmar o contrário é desacoroçoar a cidadãos prestantes e dar-se à virtude o que só cabe ao crime. Ninguém melhor do que eu poderá conhecer o povo cametaense, e em abono da verdade declaro a V. Ex.a que ele e tôdas as autoridades trabalham pelo bem geral da ordem pública fazendo resistência firme e corajosa aos malvados e à anarquia debaixo de qualquer aspecto que apareça. Cametá, 19 de setembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. - Para suavizar o laborioso serviço das armas, que há nove meses pesa sôbre mim além do efetivo expediente, em tão arriscadas crises, e por eu conhecer o caráter e boas qualidades do tenen te-coronel João Henriques de Matos, o encarreguei do comando das forças nesta vila debaixo das minhas ordens, e espero a aprovação de V. Ex.a. Participo a V. Ex.a que os anarquistas da ilha da Conceição já por duas vezes ousaram atacar

o nosso destacamento de Cupijó, e sendo batidos puseram-se em vergonhosa fuga para a mesma ilha, onde se presume estarem hoje completamente derrotados pelas fôrças que para ali fiz marchar por mar e por terra. Requisito de V. Ex.a munições, petrechos e armamento. Quando não possa ser tudo, ao menos espero me envie parte do que tenho pedido. para que eu possa armar barcos que um pelo interior. Cameté. 19 de outubro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. - Tenho a honra de acusar o officio de V. Ex.a 29 do mês passado, no qual declara-me ter demittido do comando militar o coronel reformado Manuel José da Silva Melo e ter-me encarregado de tudo como antes de sua nomeação, enviando-me ao mesmo tempo por cópia o conselho sôbre as circunstâncias imperiosas que obrigaram a V. Ex.a a evacuar a capital para bordo da esquadra. Cumpre-me responder a V. Ex.a que só por dever de súdito me encarregarei outra vez das armas, sendo eu o primeiro a reconhecer que a minha capacidade não é sufficiente para desempenhar tão oneroso cargo. Cameté 20 de outubro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Neste momento acabo de receber o officio de V. Ex.a de 16 do corrente declarando-me que está ansioso por notícias desta vila e seu térmo. Cumpre-me responder a V. Ex.a que fico inteirado das notícias que V. Ex.a se dignou comunicar-me da chegada de cem soldados vindos do Ceará. Esta vila e seu térmo tem-se conservado em sossego e obediência às leis. A expedição à ilha da Conceição já partiu, e agora soube que ontem houve muito fogo de artilharia e fuzilaria na dita ilha. É de supor que ali já tenha chegado a expedição. Levo ao conhecimento de V. Ex.ã a minha proclamação sobre o aco- metimento que tiveram os nossos soldados em Cupijó, cuja vitória ficou de nossa parte. Participo a V. Ex.a que os cidadãos que se conservam em armas são providos com meia ração, e as embarcações de guerra com o que pedem e sempre são fornecidos a custa dos negociantes, não só pela falta de víveres como porque o cofre da coletoria se acha exausto e não pode acudir a tamanha despesa. Imploro por isso de V. Ex.a se digne ordenar que os direitos de exportação que aqui pagam os navios mercantes sejam applicados às despesas indispensáveis desta vila. Cameté, 20 de outubro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Apresso-me em levar ao conhecimento de V. Ex.a o desastroso acontecimento que teve lugar na fazenda Carapajó. No dia 22 do corrente pelas duas horas e meia da tarde foram assaltados de surpresa os cidadãos inermes daquela fazenda por uma multidão de assassinos vindos de Igarapé-miri pelos campos de Cagi. Assassina- ram além de outros o inspetor de quarterião Manuel Pedro da Silva, o escrivão do juízo de paz, o alferes reformado de milícias Luís Antônio de Moraes, o inocente menino João de Moraes, ao todo quatorze vítimas foram sacrificadas ao furor daqueles antropófagos. Depois de roubarem dirigiram-se por terra aos sítios rurais daí para baixo, roubando e

destruindo as casas que lhes ficavam em caminho, e assassinando ainda três moradores do Igarapé Maum. Ciente destes fatos horrorosos, fiz marchar uma expedição de sessenta homens para aquela fazenda, onde já não foram encontrados os assassinos por estarem em caminho para a fazenda Santa Maria, onde foram batidos e pagaram com a vida os seus enormes crimes.

Lancei mão de providências enérgicas para perseguir os assassinos acoutados talvez pelos matos; mando uma outra expedição explorar os campos, e ainda outra para cima a fim de reunir o povo em massa de outros distritos e explorar os matos e campos de Tambaí. Trezentos homens do 3.º distrito se reuniram além das expedições que já exploravam em número considerável: até aqui não tenho recebido participação de suas diligências, nem também da expedição mandada à ilha da Conceição e a outros pontos dos rebeldes; porém tenho certeza de que o rondante capitão Manuel Joaquim Pinheiro tem batido e desvauniões das ilhas da Conceição e Pracuúba, segundo me informa o comandante do destacamento de Cupijó. Da barca Independência em auxílio de Igarapé-miri quando atacado pelos rebeldes, nenhuma notícia tenho tido. Alguns cidadãos, dos que estavam ali destacados e fugiram, me informam que vários cidadãos de Abaeté se têm ido reunir aos malvados com as próprias armas. Queira V. Ex.ª prevenir disto o comandante do dito destacamento. É quanto tem ocorrido até hoje. Este povo conserva-se firme na sustentação do sossêgo público e legalidade. Cametá, 29 de outubro de 1835.

Il.º Ex.º Sr. – Levo ao conhecimento de V. Ex.ª a chegada nesta vila da expedição que se dirigiu à ilha da Conceição: atacada esta na foz de Cupijó e Pracuúba, saíram vitoriosas as nossas armas. Subindo pelo rio Tocantins um bando de malvados, com o fim de revoltar o povo, e seguindo a vários cidadãos que por ali transitavam, conseguiram assassinar o vigário Francisco Gonçalves Martins e Pontes e outros; porém pagaram aquelas feras, com a vida, os seus crimes. Encontrados pela diligência que mandei sobre eles, se dispuseram a medir suas armas com os cametaenses, mas estes intrépidos obraram prodígios de valor, morrendo 103 malvados, e dos nossos nem um só ferido. - Cametá, 10 de novembro de 1835.

(Nem um só ferido da força legal! Entretanto, 103 malvados foram mortos! Este resultado seria impossível se tivesse havido conflito, e confirma a trama que referimos, única em que poderia dar-se tamanha mortandade somente de uma parte.)

Il.º Ex.º Sr. - Em aditamento ao meu ofício anterior, cumpre-me a V. Ex.ª que, quando eu começava a descansar do lúgubre sua fazenda Carapajó, eis que outro aparece no termo da vila de Tocantins. Em um dos dias do mês findo o padre Francisco Gonçalves Matins e Sousa, vigário e presidente da câmara municipal, o juiz de paz Isidoro Pereira Leite e o juiz municipal daquela vila, deixando-a em abandono, se retiraram com

outros cidadãos para o Maranhão. Empreenderam o trajeto arriscado pelo Tocantins e Araguaia, o que souberam os e vadios que abundam naquele distrito. Concitados pelos rebeldes reunidos a êles, puseram-se em seguimento daqueles cidadãos para assassinar e roubar, e ao mesmo tempo revoltar os habitantes, deixando embaixo alguns emissários para este fim. Informado eu dêste tiz seguir para ali uma expedição com ordem de reunir de caminho os cidadãos amigos da legalidade e batê-los onde fôssem encontrados.

Infelizmente foram os malvados encontrados já na sua volta para baixo, tendo já assassinado no fuo de Itaboca entre outros o padre Fran cisco Martins, e conduzindo presos e feridos o juiz municipal, o padre Januário de Andrade; o juiz de paz e outros que vinham ter a mesma sorte em outro lugar, mas a Providência que não cessa de velar sôbre a causa da legalidade em Cametá, ajudou a expedição de maneira tal que pôde esta escarmentar essa horda de feras e debelá-la de todo, ficando 103 mortos dêles. O comandante da expedição, o intrépido Bernardo José Monteiro, até agora ainda não se tem recolhido, porque foi-lhe necessário subir além da Cachoeirinha a fim de perseguir o resto, no que muito se tem empenhado. Cametá, 18 de novembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Tenho a honra de participar a V. Ex.a a triste notícia de que esta vila já sente penosa falta de víveres. Não têm vindo até hoje as canoas do Sertão e nem de Marajó, não obstante ter-me esforçado por mandar a Breves ver as ditas canoas que tinham de descer, e não têm sido encontradas, porque os malvados já infestam pelos distritos além de Breves. Esta falta tem sido causa de não terem ido algumas diligências para certos pontos. Não sei como será a desejada ida dêstes habitantes à restauração da cidade, o que me vai sendo difícil.

Lancei mão de um barco de José Demétrio Pereira Tavares, que o prestou para armá-lo com alguma despesa, artilhando-se com quatro caronadas, sendo duas prestadas por José Daniel & C.a, proprietários do brigue Destino, para que se lhe desse comboio desta vila para Tatuoca, como de tudo informará a V. Ex.a o comandante do brigue Cacique, Joaquim Marques Lisboa. O barco armado em escuna, com o nome de Leal Cametaense, a esforços deste oficial e do 2.o-tenente Filipe José Pereira Leal, pôs-se de vela com 100 homens, sob o comando do mesmo Leal, para Breves até Gurupá, no intuito de conduzir as canoas para baixo, e no trânsito bater os pontos dos malvados que fôssem encontrados, assim como fazer descer de Gurupá, Portel e Melgaço a gente ne cessária para a restauração da capital.

A necessidade urgiu que se comprasse um pouco de mantimentos para se fornecer a esta expedição e a algumas diligências. Participo, outrossim, a V. Ex.a que o comandante das fôrças de Abaeté tenente Joaquim Manuel de Oliveira Figueiredo, comunicando-me ambos, em 6 do corrente mês, o ataque aquele arraial, pelos rebeldes no dia 4 do mesmo mês, cuja vitória foi em prol da legalidade e do imperador, requisitaram-me

munições que mandou-se-lhes pelo iate Defensor da Legalidade, sendo três mil cartuchos de espingarda e sete arrobas de pólvora. Cametá, 18 de novembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Tenho a honra de acusar o officio de V. Ex.a de 16 do corrente, e fico certo da vinda do capitão Manuel Ribeiro da Silva Guimarães com cinco barcos que aportaram nesta vila com os petrechos de guerra que V. Ex.a menciona. Infelizmente, no trânsito, naufragou Marajó uma das canoas, com perda de algumas pessoas. Como aquêlê capitão comunicou-me as intenções de V. Ex.a a respeito da restauração da capital, conforme V. Ex.a já me disse em 21 do mês passado, permita-me que emita com franqueza as minhas reflexões que, se de nada servirem ao plano de V. Ex.a, servirão ao menos para manifestar o ardente desejo que me anima de concorrer para a salvação da minha pátria. É muito provável que com a F has fôrças se engrossem os rebeldes na capital. É muito provável que com a chegada das fôrças se engrossem os rebeldes na capital. Seus pontos por fora ficarão desfalcados. Julgo que V. Ex.a deveria trocar-lhes as cenas, mandando bloquear a capital pelos vasos de alto bordo, sem esquecer célebre rio Maguari e a embocadura do Moju.

As embarcações menores, com a maior parte da fôrça, devem ir bater Maraió, onde deve ficar um forte destacamento de gente boa daquele lugar, estabelecendo-se correios para haver comunicação com a esquadra. Esta fôrça voltará pela Vigia, Maguari, e seus contornos. Outras embarcações pequenas devem vir a Cametá, para reunirem-se à parte da fôrça que aqui tenho e bater Muaná, desempecendo todo o caminho por onde transitam as canoas do sertão. E esta fôrça se recolherá com parte da do Abaeté, batendo Igarapé-miri e Moju; deixará um destacamento no estreito, com uma embarcação de guerra, pequena. V. Ex.a marcará um prazo razoável em que as suas divisões se recolham à esquadra. Neste tempo já os rebeldes, cansados de esperar, mortos à fome e sem mais interesse algum, se podem render, e talvez êles mesmos entreguem os cabeças, uma vez que V. Ex.a os ameace que serão passados a fuzil os que se não entregarem desarmados. Deste modo julgo que V. Ex.a poderá restaurar a capital sem perder um só homem. Os destacamentos do interior, vendo uma fôrça considerável ameaçá-los, render-se-ão infalivelmente. Os da cidade, vendo-se cercados por muitos dias, ignorando-se as fôrças do Sul, sabendo da derrota dos seus pontos exteriores, considerando-se sem recursos nas matas, por não saberem onde ficam postados os nossos destacamentos nem as nossas medidas, vendo descer pelo Moju a primeira divisão e entrar a segunda pela barra, ambas engrossadas com as fôrças do Sul e com as que daqui e do Abaeté devem marchar, que farão, senão render-se?

Ao contrário, se V. Ex.a atacar primeiro a capital, terá de bater-se com a maior fôrça dos rebeldes. Se V. Ex.a ficar vencedor, o que não duvide, eles se retirarão outra vez nos matos e, julgando-se perdidos, continuaram a matar, queimar e incendiar tudo. Ninguém poderá viajar pelo interior. A capital andarás sempre ameaçada, e então será quase impossível exterminá-los. Com que gosto não entrará V. Ex.a na capital, tendo a paz em

todos os pontos da província? Acresce a isto a abundância de víveres da ilha de Marajó e do Amazonas, onde existe muita carne, peixe, café etc., que não têm podido descer. É também necessário mande duas embarcações de guerra para cruzarem de Uituquara à baía do Limoeiro, até que os rebeldes se desenganem e vejam punidos os seus corifeus.

Além destas considerações irá reunir-se à esquadra, devemos esperar que de todas as partes esquadra muita gente que, para poder viver, tem sufocado o seu patriotismo, e está talvez esperando por este tempo, não se tendo já reunido a V. Ex.a pelo perigo que corre e mesmo pelas misérias que há por tôda a parte. Perdoe-me V. Ex.a ter eu avançado tanto: as virtudes, talento e perícia militar de V. Ex.a dão bastante impulso ao melhor acerto de suas combinações. Digne-se V. Ex.a comunicar-me logo que apareçam as forças. Cametá, 24 de novembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Levo com urgência ao conhecimento de V. Ex.a que não tem marchado a expedição para a foz do Cupido, onde tornaram a aparecer os malvados, em grande número, porque há falta absoluta de víveres, por não terem descido as canoas do sertão. Dois barcos do capitão Guimarães e outros estão prontos, assim como a gente que tem de marchar, em número de 300 a 400 homens. Os rebeldes aí reunidos tencionam agredir esta vila, e urge que V. Ex.a me subministre os necessários mantimentos, para 15 dias, tempo que demorará a expedição àqueles malvados. Esta vila se acha tôda em armas, dentro e fora das trincheiras, à espera do inimigo que diz-se estar nos subúrbios. Com esta notícia ontem tocou a rebate e tive disposta uma fôrça de 550 homens, além de 300 armados de espadas e chuços, exclusive os pontos de fora, como Pacajá e outros: tive notícias da expedição que daqui fôra fazer descer as canoas do sertão. Os malvados foram atacar o ponto legal que ali existe, mas saíram-se batidos completamente. A nossa gente, apesar disto, não pôde conservar-se nesse lugar, por falta de mantimentos; seguiu com a expedição para Gurupá. A brevidade na remessa de víveres que agora peço é o que rogo instantemente a V. Ex.a por ser de urgência nacional. Cametá, 17 de dezembro de 1835.

Il.mo Ex.mo Sr. – Tenho a honra de acusar o ofício de V. Ex., de 17 do corrente mês, e fico certo de saber ter aí chegado, no dia 15, parte da expedição de Pernambuco, com 505 praças. Nesta vila continua a falta de víveres para a guarnição e povo. Tenho apenas providenciado em parte esta falta, fazendo abundar a vila de peixe fresco. Para conseguir isto, tive de dispensar do serviço os que se quisessem dedicar à pesca; muitos sujeitaram-se a esta condição que até hoje não têm faltado. Foi o recurso de que pude lançar mão, porém não pode esta providência estender-se à necessária subsistência dos que devem marchar em expedições para fora do município. Não posso destruir presentemente os pontos dos rebeldes, conforme V. Ex.a me ordena, por causa da falta de mantimentos, que me impossibilita a fazer sair expedições para fora desta vila. Cametá, 21 de dezembro de 1835.

Ofícios do marechal ao padre Prudêncio:

Recebi o seu ofício de 12 do corrente, sobre o qual sou a informar a Vm.cê que logo que chegou ao meu conhecimento a notícia dos sucessos de Igarapé-miri, dei as providências que estavam ao meu alcance, mandando armamento e cartuchame de que podia dispor; e se tivesse barcos pequenos disponíveis, teria dado tôdas as que Vm.cê aponta, por serem justas e de muita precisão. Esta capital sofre falta de mantimentos, porque os que conduzem os gêneros não podem chegar com eles ao mercado, nem levar outros em troca, e a fazenda perde os direitos. Tenho mandado aproveitar o comboio do iate, mas nem todos os barcos podem vir por fora. Quando o mesmo voltar, deve levar mantimentos para a escuna, e na intendência de marinha serão satisfeitos todos os recibos dos comandantes dos barcos, logo que haja dinheiro, do que há muita falta. Os negociantes duvidam dá-lo aqui para o receberem no Maranhão, por ali pagarem tudo em moeda-papel. O governo imperial deu ordem para se dar ali todo o preciso, mas eu não recebi um vintém. Não me esqueço da sua requisição. Já comprei 357 armas que o vice-presidente tinha ajustado; trouxe 400 armamentos da côrte, e tem-se consertado todas as que admitem consertos. Não tenho, uma só para lhe mandar. A gente aqui estava tôda desarmada. Da Bahia pedi tropa; do Maranhão reforcei o meu pedido, e devo esperá-la. Palácio do govêrno do Pará, 18 de julho de 1835.

(Suprimimos neste e nos seguintes ofícios o endereço e assinatura por serem sempre os mesmos: são todos do marechal Manuel Jorge Rodrigues, como presidente, ao padre Prudêncio José das Mercês Tavares, como juiz de paz da vila de Cameté.)

Foram-me apresentados os soldados que me enviou e ficam presos pelas razões que Vm.cê pondera. Aos soldados de primeira linha que obtiveram baixa do governo intruso, não convém entregar as armas, por que não merecem confiança, e por isso talvez sejam soltos e mandados embora, o que lhe servirá de inteligência. O alferes instrutor, Teodoro Fortal, pelos motivos que Vm.cê expende, pode continuar no serviço em que se acha, se assim Vm.cê julgar acertado. Estou contente com os serviços que Vm.cê tem prestado, e espero do seu patriotismo a continuação dos esforços que tem empregado para a conservação da ordem e bem estar dêsses habitantes. Belém, 27 de julho de 1835.

Acuso o ofício que Vm.cê dirigiu-me em 18 do corrente. Foi-me assaz a notícia de terem sido batidos os malfeitores de Breves pela fôrça da legalidade, cujo comandante, Inácio Egídio dos Santos, é digno de louvor com os cidadãos que souberam sustentar a causa da pátria. as providências necessárias para armar quatro barcos que coadjuvem o comércio do interior e acudam alguns pontos, visto não ter navios pequenos de guerra, quantos sejam precisos para êste serviço. – Belém 28 de julho de 1835. N. B.: No dia de hoje foi preso o chefe das facções Francisco Pedro Vinagre. O que lhe sirva de inteligência. A capital está tôda em armas.

Na data de hoje tenho nomeado comandante militar interino dessa vila e seu distrito, durante esta calamitosa crise, o coronel reformado Manuel José da Silva e Melo, por ditarem circunstâncias extraordinárias colocar à frente dos bravos cametaenses um oficial militar de experiência capaz de dirigi-los. Na nomeação que por cópia mando à câmara municipal desse município ordenando-lhe preste todos os socorros de que êle carecer a bem do serviço público, faço ver os motivos fortes para esta e outras medidas de que tenho lançado mão, a fim de salvar esta cidade e o governo diretamente ameaçado pelo chefe dos sediciosos, com intenções danadas que importam na dissolução de todos os laços sociais e dos sentimentos da natureza, do que são argumentos incontestáveis o horrível massacre e roubo da vila da Vigia, as reuniões em diferentes pontos dêsses malvados e as correrias que têm feito com injúria da humanidade.

E como esteja informado dos bons serviços que Vm.cê tem aí prestado e deva esperar outros do seu patriotismo, nenhuma dúvida me resta de que Vm.cê concorrerá com o referido comandante militar para conseguir-se a salvação pública. E porque o corpo de guardas nacionais se acha falto de gente pela demissão dos que se tornaram suspeitos, farei aqui sentar praça aqueles cametaenses que quiserem servir na referida guarda, vindo munidos de um atestado de Vm.cê. – Belém, 7 de agosto de 1835.

Podendo ser que por algum motivo não se ache aí o coronel Melo que tenho nomeado comandante militar dessa vila e seu distrito, ordeno a Vm.cê no caso de ausência do mesmo faça, sem perda de tempo, marchar 50 homens armados de guardas nacionais dêsse município para Igarapé-miri, onde se apresentarão ao 2.o comandante de permanentes desta cidade, João de Pina de Macedo, incumbido ali de desafrontar aquele povo dos salteadores que o inquietam, mantendo livre a comunicação do canal, tão importante ao comércio. Forneça Vm.cê ao referido comandante todos os socorros que ele exigir a bem do serviço, incluído o de bôca. – Belém, 9 de agosto de 1835.

Tendo os sediciosos atacado esta cidade no dia 14 deste mês, às dez horas e meia da manhã, dividindo-se em bandos e fazendo guerra de selvagem, entrincheirando-se nas inúmeras estacadas dos quintais, nas casas que à fôrça penetravam, abrindo buracos nas paredes para atirarem sôbre os defensores da legalidade, os quais a tal covardia e vil traição só opunham os seus peitos: vendo o governo que desde então até ontem, nove dias de fogo, nenhuma vantagem conseguia por falta de tropa regular, senão a valorosa repulsa de seis ataques ao arsenal de guerra, nos quais muitos pagaram com a vida seu audaz furor; vendo ainda o governo que, apesar de serem em grande número os mortos e feridos dêsses monstros, não podia impedir os continuados ataques e horrores de que era vítima dos voluntários, resolveu ontem retirar-se com a gente fiel que o cercava e com as famílias que quiseram embarcar para bordo da fragata Campista, onde tem fixado a sua residência.

Ordeno, pois, a Vm.cê que fazendo constar êsse sucesso no seu distrito, dirija a esta fragata tôdas as suas correspondências. Deve também fazer constar que a cidade

caiu em poder dos rebeldes e que tenho formado o seu bloqueio, proibindo Vm.cê tôda a comunicação com a cidade, processando os que a tiverem, capturando os rebeldes, procurando arrecadar os roubos de que tenha notícia, remetendo os presos às autoridades que se acham nesta esquadra. Remeta-me a maior porção que puder de peixe, carne e farinha o que lhe será pago pelos respectivos coletores. É muito grande o número de famílias refugiadas, e tornam-se por isso de necessidade urgente os gêneros alimentícios. Pode fazer constar também que o comércio do interior vai continuar, porque vou estabelecer uma alfândega a bordo de um navio. O que tudo lhe ordeno para ser fielmente executado debaixo da sua restrita responsabilidade. Belém, 23 de agosto de 1835.

Não permitindo a situação da província em conseqüência dos desastrosos acontecimentos da capital, que por mais tempo eu releve as informações reiteradas das legítimas autoridades da vila de Cameté sobre a conduta sediciosa dos habitantes da ilha da Conceição pertencente àquele têrmo, é de necessidade indispensável à salvação pública, que este govêrno na conformidade do art. 5.º da lei de 18 de agosto de 1831 suspenda, como de fato suspende, por tempo de um ano, o batalhão de guardas nacionais daquele termo da ilha da Conceição. As autoridades a quem competir farão que se cumpra a referida suspensão como nela se contém. - Bordo da fragata Campista, no Pará, 14 de setembro de 1835.

À câmara municipal dessa vila remeto nesta ocasião a suspensão do juiz de paz atual da ilha Conceição e do seu escrivão, em conseqüência da oficial declaração que Vm.cê me fez em 29 do mês de julho último. Em conseqüência ordeno-lhe proceda sem perda de tempo contra ambos como fôr de lei, tomando policialmente sobre êles as medidas que exigem o estado de defesa dessa vila, a crise da província e a posição dêste governo. - Bordo da fragata Campista, no Pará, 15 de setembro de 1835.

Constando-me o descontentamento geral do povo dessa vila e seu têrmo contra o comandante militar, coronel Manuel José de Sousa e Melo, e querendo eu dar mais um testemunho de quanto o prezo, resolvi demiti-lo nesta data, ordenando-lhe que fique tudo entregue a Vm.cê como antes da nomeação do mesmo para tal comando. Segundo todas as informações é inegável que êle tem atividade, zêlo, conhecimento militar, adesão ao imperador e a legalidade, sendo por isso muito sensível que a estas tão boas qualidades não ajuntasse a da prudência e paciência de que se devem revestir tôdas as autoridades. Chamara Vm.cê os dois oficiais que eu havia enviado para serem empregados no que mais convier ao serviço nacional e imperial. Ponho nas mãos de Vm.cê a cópia do conselho, do qual constam as circunstâncias imperiosas que obrigaram êste governo a evacuar a capital. - Bordo da fragata Campista, 29 de setembro de 1835.

Ponho nas mãos de Vm.cê a proclamação inclusa para patentear os sentimentos de meu coração a esse benemérito povo, do qual espero saia a salvação da província antes que cheguem os socorros da côrte. Este meu pensamento está de acordo com o da Regência que, confiando nos cametaenses e nos amigos da legalidade, não julgou mais preciso

mandar fôrça; e eu estou persuadido de que assim o seria, se eu tivesse tido as necessárias escunas de guerra para proteger em todos os pontos os cidadãos amantes da lei. – Bordo da fragata Campista, no Pará, 2 de outubro de 1835.

(Deixamos de publicar a proclamação a que alude este officio por não haver na mesma interesse histórico: é datada de 2 de outubro.)

Sei que Vm.cê não perdeu tempo em fazer as precisas requisições para a reunião dos amigos da legalidade que devem libertar a cidade e a província do ignominioso jugo dos rebeldes. É chegado o tempo oportuno já pelo abandono da cidade que tem pouca gente, já porque, sendo certa a notícia vinda pelo último barco chegado do Maranhão de haver, à sua saída daquele pôrto, sinal de brigue à barra com tropa de Pernambuco, não deve demorar o golpe para se não prevenirem os inimigos. Estou esperançado de que Vm.cê poderá reunir de Gurupá, Portel, Melgaço, Oeiras e dessa vila, de 500 a 600 homens, os quais sob o comando do bravo major Joaquim Pedro Gonçalves Campos, capitão Pantoja e outros chefes, venham meter de posse de seus lares as famílias errantes.

A lei e a honra nacional reclamam este sacrificio, e eu o peço. Abaeté pode dar o seu contingente de 50 a 100 homens sob o comando do tenente Cordeiro. Estes cidadãos que destacam para tão longe de suas casas, é justo tenham uma gratificação de 230 réis por dia para o seu tabaco, lavagem de roupa etc., além da sua etapa, o que lhe será abonado. Parece-me que a junção se deve fazer com o pretexto de defender essa vila ou atacar qualquer ponto, a fim de se não conhecer o verdadeiro fim. A barca Independência aqui chegou de Igarapé-miri sem pano nem guarnição, mas está se aprontando para levar algumas armas. Venham armados os que puderem, comboiados pela Mundurucu. No iate venham também os que se tiverem reunido; aqui se armarão todos. Não se deve ocupar a cidade sem uma fôrça que a segure e desaloje qualquer reunião dos seus subúrbios. Se vejo realizados os meus desejos, me esquecerei de todos os desgostos que tenho sofrido. - Bordo da fragata Campista, no Pará, 21 de outubro de 1835.

Sucedendo-se com incrível rapidez os infortúnios com incrível rapidez os infortúnios, para os quais não concebo causas a não ser o desalento, a indolência, a fraqueza e mesmo a intriga, não tenho o preciso sossego para responder os officios Vm.cê como queria. Havia eu chegado da fazenda Santana, em Marajó, no dia 25, tendo feito o excesso de ir até ali no dia 22 para enganar-me da existência de tais causas e dissipá-las. Eis que na tarde do dia 30 se apresenta a barca Independência com uma gambarra e igarités se de gente, famílias e tropa! Surpreso quanto devia sê-lo, por julgar-me seguro nos efeitos de minha viagem, convenci-me de serem as nas as causas do abandono daquele ponto, com fôrça sufficiente para sustentar-se! Resta-me Cameté, onde concentro todas as minhas esperanças: tenho fé de que essa vila será a salvação da província.

Aprovo a nomeação do tenente-coronel João Henriques de Matos para comandante da força aí existente, e muito me satisfaz a notícia que me dá de terem sido batidos os rebeldes da ilha da Conceição. Volta a barca Independência com munições constantes da relação junta. Para Macapá e Gurupá vou também mandar armamento e munições. Nessa vila vão reunir-se agora três navios de guerra, Cacique, Mundurucu e Independência, além do barco que aí se armou. Parece-me, pois, que Vm.cê poderá entrar em operações mais decisivas, a fim de dispensar qualquer dêstes navios que preciso para bloquear os rebeldes nos seus principais pontos, como Maguari e Carnapijô. A escuna Rio da Prata vai cruzar em Salinas. Tendo morrido o 2.º-tenente dos permanentes, desejo nomear o cidadão José Nunes dos Santos, de cujo patriotismo e bravura estou informado. Ouça-o a respeito: ele poderá continuar nessa vila, se o seu serviço fôr preciso. – Bordo da fragata Campista, 1.º de novembro de 1835.

Relação das munições de guerra e mais efeitos que vão na barca independência para a vila de Cameté, a entregar ao respectivo juiz de paz: 200 armas, 4.100 balas de fuzil, 5.300 cartuchos embalados de fuzil, 5 quintais de chumbo, 5 resmas de papel, 20 arrôbas de pólvora - Manuel Jorge Rodrigues.

Nesta ocasião mando ordem ao coletor para que os direitos de exportação pagos aí pelos navios mercantes sejam aplicados às despesas dessa vila, conforme a requisição que Vm.cê motiva. E se acontecer faltar na coletoria dinheiro, Vm.cê fará saber aí aos negociantes que serão pagos impreterivelmente dos abonos e prestações que fizeram, munidos de seus títulos legais; e que nesses abonos e prestações prestarão grande serviço à nação, além de cumprirem um dever na crise como cidadãos na crise atual em que a pátria exige sacrifício de todos. – Bordo da fragata Campista, 5 de novembro de 1835.

Está a partir o capitão Manuel da Silva Guimarães com 5 barcos. Leva 4 peças de artilharia de calibre 1 e 2, 20 cartuchos de calibre 3. 20 arrôbas de metralhas, 50 armas novas com baionetas e pedras, 50 patronas com correias, 50 cinturões e 50 bainhas de baionetas. A gente vai tôda armada e leva algumas armas de sobresselente, 2.330 cartuchos. uma fatura de remédios e um lancêta que se pôde arranjar. O referido capitão lhe dirá as dificuldades que há para conseguir-se qualquer coisa de que se precise. – Bordo da fragata Campista, no Pará, 16 de novembro de 1835.

Fico certo do que me diz sôbre o escrivão da Mesa Grande, Carlos Manuel de Alcântara sôbre pagar ou não um mês de vencimentos aos empregados públicos que se acham nessa vila. Nada duvido do que Vm.cê me observa a respeito de alguns que, longe de defenderem a pátria, tratam sômente de pôr a salvo os seus bens, mas não devem pagar uns pelos outros: são odiosas as seleções em pagamentos tendo todos igual direito. Quanto ao que Vm.cê me diz sobre guarda efetivo que tem enriquecido, desejava que se me apresentasse uma acusação em forma provando-se a fraude, a fim de que eu pudesse chamá-lo à responsabilidade. Os pagamentos devem

ser aí regulados pelo juiz de paz e comandante militar como melhor parecer. – Bordo da fragata Campista, no Pará, 1.º de dezembro de 1835.

No dia 15 chegou parte da expedição de Pernambuco com 505 praças de infantaria e 80 de artilharia, sendo uma parte de recrutas que já estão em escala na ilha Cutijuba. Vem esta tropa bem armada, equipada e fardada. Na côrte apronta-se outra expedição de 1.000 a 1.200 homens. Mas esta não poderá estar aqui antes do meado de fevereiro. Desejo que tenham chegado aí os mantimentos e tenham sido felizes as últimas diligências. Quando melhorarem as coisas e puder a fôrça avançar daí sobre a cidade, Vm.cê me participará com antecipação para melhor combinação. Acho muito a propósito que primeiro se ataque o igarapé Itapicuru para tirar aos rebeldes a esperança do dinheiro e fazendas que se possam apanhar, e destruir os que pretenderem defendê-las. No igarapé Murutucu convirá deixar uma embarcação armada, quando a expedição salte aí, para tapar a saída e tomar conta dos barcos que devem ficar. Nada determino a este respeito, porque confio nas medidas que Vm.cê e o comandante militar tomarão. Quando seja preciso cartuchame, aqui agora há bastante vindo de Pernambuco, mande buscá-lo pelo iate Defensor da Legalidade. – Bordo da fragata Campista, no Pará, 17 de dezembro de 1835.

Muito sinto a falta de mantimentos que tem sofrido essa vila, con forme o officio de Vm.cê de 17 do corrente, mas tenho o prazer de saber que a escuna Laura, se já não chegou a esta vila, chegará até amanhã, carregada de mantimentos, tendo após êste saído ontem um barco pequeno com idênticos gêneros. Por consequência Vm.cê já terá comprado o preciso. O tenente de milícias Joaquim José de Moura, portador dêste officio, disse-me que não queria mais tirar o custo do frete. Comprei-lhe 100 arrôbas de carne para a tropa e esquadra, a 600 réis dando-lhe letra sôbre o Maranhão. Pode-se ajuizar a quanto não venderá ele aí! Aproveitam-se da ocasião. Se não houver dinheiro nessa vila, um recibo rubricado por Vm.cê com a declaração do preço e quantidade dos gêneros bastará para eu passar-lhe a letra sôbre o Maranhão. Pelo o paquête Constância, que está a partir para Abaeté e Cameté, remeto 400 alqueires de farinha, medida do Rio, para sustento dos navios de guerra. É o gênero que daqui posso dispensar e 10 mil cartuchos embalados: apesar de não mos pedir, mando-lhos já, porque nem sempre há ocasião oportuna. – Bordo da fragata Campista, no Pará, 23 de dezembro de 1835.

Officios de vários agentes da autoridade ao padre Prudêncio:

Il.mo Sr. – Acuso recebido o officio que V. S.a me dirigiu em data de 4 deste mês, e sôbre seu conteúdo e à vista do estado em que esta vila está de ser ameaçada pelos rebeldes que pretendem assaltá-la, bem como da falta de armas para defesa de seus habitantes, eu tenho não só nesta data ordenado que o brigue Cacique e um lanchão vão nela estacionar juntamente com o barco Independência, como também tenho feito com

que o Ex.mo Sr. presidente mande-me uma porção de armas e munições, indo também a bordo do Cacique uma caronada de calibre 6 com os reparos e munições que foi possível arranjar-se. Eu espero que este socorro junto ao inequívoco valor dos cametaenses, valor em diferentes épocas experimentado, não consintam que a mais importante vila da província tenha a lastimável sorte da vila da Vigia e da capital da província, e ao contrário que nesta experimentem os malvados os golpes da espada da legalidade. Eu quisera também deixar nessa vila a escuna Bela-Maria e o iate Mundurucu, porém mister é acudir outros pontos da província, e mesmo convém bloquear o inimigo da melhor maneira; para isso é preciso embarcações pequenas, e é essa a razão por que mando agora mesmo, e com a máxima brevidade, recolher ao centro desta divisão a dita escuna e o iate. Declarando a V. S.a que meiro ponto dos rebeldes, no lugar denominado Ca-coal, avistei uma canoa da ronda deles, que saiu do dito ponto, incendiando a casa que lhes estava próxima, e apesar de todos os esforços que fiz para os capturar, não me foi possível alcançá-los; tanto que chegando à sua reunião tocou rebate; tudo isto sucedeu às cinco para as seis horas da tarde; informado de que o número deles era superior ao meu, deliberei destacar próximo deles, a fim de os embarçar que invadissem o rio para dentro, porém por outro lado tive motivo mui forte que me privou de assim obrar, este foi a falta de mantimentos em que acho, não tendo hoje nem para for. nacer metade da tropa, e por isso espero que V. S.a me remeterá peixe para ração de cento e dez praças, que é o que aqui existe, inclusive dez ligeiros, bem assim rogo a V. sa haja de mandar-me embarcações de guerra, e de coadjuvar as minhas operações e bloqueio que acho acertado fa zer-se aos rebeldes, entrando a dita embarcação pela foz do Cupijó, e eu os baterei de dentro, pois eles existem na ilha de Muruputara, bas tante entrincheirados com miritizeiros em toros. Vai doente o sargento Florêncio Ferreira da Fonseca. Incluso remeto a V. E.a a relação dos guardas que me pediram licença para chegarem às suas casas, a fim de trazerem o seu necessário. Deus guarde a V. S.a. - Quartel do destacamento de Cupijó, 13 de setembro de 1835. - Il.mo Sr. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz da vila de Cametá. – *Vicente Duarte Rodrigues*, capitão comandante.

Il.mo Sr. - Avistando-se hoje, pelas seis horas da manhã, pela boca do rio Mupim, os rebeldes inimigos, que em número considerável se dirigiam em canoas a atacar este destacamento, prontamente formei a minha gente, cujo número era de oitenta e três homens, que reparti em três divisões, comandadas pelo guarda nacional Francisco Xavier de Moura e pelos inspetores de quarteiros Félix de Moura e Bernardo Valente. À nove horas atacou o inimigo o destacamento, e repentinamente se viu envolvido entre as nossas balas, pela resistência vigorosa que lhe fizeram os nossos soldados que se arrojaram tão impetuosamente sobre eles, cujo fogo durou até às dez e meia horas. A ordem e bravura dos meus comandados faziam um contraste maravilhoso com a desordem e confusão dos

rebeldes, que fizeram uma retirada vergonhosa para a parte fronteira do rio Pracuíba, onde perpetraram suas costumadas malvadezas e queimaram as casas dos sítios rurais, e foram postar-se no seu antigo lugar.

Os inimigos tiveram muitos mortos e feridos; não é possível, nem por aproximação, calcular o seu número; de nossa parte não houve um só ferido. Não posso deixar de recomendar a V. S.a o merecimento que contraíram os Srs. inspetores e soldados, que se portaram com valor e sinceridade. V. S.a se digne enviar-me algum mantimento, cuja falta já padece este destacamento há três dias. Deus guarde a V. S.a - Cupijó, 14 de setembro de 1835. – Il.mo Rev.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, D. juiz de paz da vila de Cameté. – *Vicente Duarte Rodrigues*, capitão da 1.a companhia da guarda nacional.

Sempre serei pronto com tôdas as minhas fôrças em prol da lei, aproveito a ocasião para testemunhar a V. S.a e aos cametaenses meus firmes protestos de estima e consideração. Deus guarde a V. S.a. – Bordo da fragata Campista, surta em Franquia, no Pará, 13 de setembro de 1835. – Il.mo Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté. – *João Taylor*, chefe e comandante das fôrças navais.

Il.mo Sr. – Tendo ontem, 13 do corrente, marchado com a tropa do 10, com direção à foz do Cupijó, e estando próximo ao primeiro ponto dos rebeldes, no lugar denominado Cacoal, avistei uma canoa da ronda dêles, que saiu do dito ponto, incendiando a casa que lhes estava próxima, e apesar de todos os esforços que fiz para os capturar, não me foi possível alcançá-los; tanto que chegando à sua reunião tocou rebate; tudo isto succedeu às cinco para as seis horas da tarde; informado de que o número deles era superior ao meu, deliberei destacar próximo deles, a fim de os embaraçar que invadissem o rio para dentro, porém por outro lado tive motivo mui forte que me privou de assim obrar, éste foi a falta de mantimentos em que acho, não tendo hoje nem para for. necer metade da tropa, e por isso espero que V. S.a me remeterá peixe para ração de cento e dez praças, que é o que aqui existe, inclusive dez ligeiros, bem assim rogo a V. sa haja de mandar-me embarcações de guerra, e de coadjuvar as minhas operações e bloqueio que acho acertado fa zer-se aos rebeldes, entrando a dita embarcação pela foz do Cupijó, e eu os baterei de dentro, pois eles existem na ilha de Muruputara, bas tante entrincheirados com miriti-zeiros em toros. Vai doente o sargento Florêncio Ferreira da Fonseca. Incluso remeto a V. E.a a relação dos guardas que me pediram licença para chegarem às suas casas, a fim de trazerem o seu necessário. Deus guarde a V. S.a. - Quartel do destacamento de Cupijó, 13 de setembro de 1835. - Il.mo Sr. Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz da vila de Cameté. – *Vicente Duarte Rodrigues*, capitão comandante.

Il.mo Sr. - Avistando-se hoje, pelas seis horas da manhã, pela boca do rio Mupim, os rebeldes inimigos, que em número considerável se dirigiam em canoas a atacar

este destacamento, prontamente formei a minha gente, cujo número era de oitenta e três homens, que reparti em três divisões, comandadas pelo guarda nacional Francisco Xavier de Moura e pelos inspetores de quarteiros Félix de Moura e Bernardo Valente. À nove horas atacou o inimigo o destacamento, e repentinamente se viu envolvido entre as nossas balas, pela resistência vigorosa que lhe fizeram os nossos soldados que se arrojavam tão impetuosamente sobre eles, cujo fogo durou até às dez e meia horas. A ordem e bravura dos meus comandados faziam um contraste maravilhoso com a desordem e confusão dos rebeldes, que fizeram uma retirada vergonhosa para a parte fronteira do rio Pracuúba, onde perpetraram suas costumadas malvezas e queimaram as casas dos sítios rurais, e foram postar-se no seu antigo lugar.

Os inimigos tiveram muitos mortos e feridos; não é possível, nem por aproximação, calcular o seu número; de nossa parte não houve um só ferido. Não posso deixar de recomendar a V. S.a o merecimento que contraíram os Srs. inspetores e soldados, que se portaram com valor e sinceridade. V. S.a se digne enviar-me algum mantimento, cuja falta já padece este destacamento há três dias. Deus guarde a V. S.a - Cupijó, 14 de setembro de 1835. – Il.mo Rev.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, D. juiz de paz da vila de Cametá. – *Vicente Duarte Rodrigues*, capitão da 1.a companhia da guarda nacional.

Il.mo Sr. – Em 20 do mês passado anunciamos a V. S.a o que neste ponto se tinha praticado. Agora faço ciente a V. S.a o que e o comandante também lhe anuncia nesta ocasião. Como me consta que para aí se dirigem várias embarcações de guerra, seria bom que V. S.a fizesse que uma delas andasse sempre no giro, a fim de conduzir as diversas embarcações de comércio que se esperam de cima, porque umas ficariam nesta vila ultimando seus negócios, e outras dirigir-se-iam à cidade a fim de fornecerem à nossa esquadra naval, e ao mesmo tempo fazer algum ramo de comércio. Também seria bom V. S.a, se puder, mandar uma forte escolta bater parte dos malvados que se acham para o lado de Muaná, Conceição e Canaticu; enquanto os daqui ficam mais perto, logo que tenhamos mais força iremos destroçá-los. Eis aqui o que tenho a honra de comunicar a V. S.a. – Breves, 16 de setembro de 1835. – Il.mo e Rev.mo padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz.

Il.mo Sr. – Em 22, 23 e 25 do mês próximo passado já manifestei a V. S.a alguma coisa que ocorreu neste ponto, por um correio que já regressou da bôca do Cupijó, cujos ofícios agora mesmo remeto aqui inclusos, narrando, ao mesmo tempo, o mais que tem ocorrido de nôvo até hoje. Pelas atas que remeto a V. S.a verá o que aqui se tratou, relativamente à condução das embarcações para a cidade; porém na altura da bôca do Piriá ficou malograda esta expedição, por causa das tristes notícias que trouxe um correio que se mandou à cidade e que não passou da ilha das Onças, tendo de tal maneira se enchido de

terror o comandante da escuna artilhada que a comboiava, que nem só voltou a este ponto como se foi em marcha para cima; essas notícias fizeram tal impressão que pouco faltou para se dissolver aqui o destacamento, salvando-se ainda algum brio militar que há nos bravos defensores da legalidade, por se lembrarem que a covardia é o ato mais vergonhoso que há entre os defensores da pátria, e que aos covardes é permitido saíotes. Na mesma Viagem para a cidade foi o capitão Pantoja, com quarenta praças, destroçar o destacamento da Tapera, ilha do Bagre e Jacundá, aos dois primeiros derrotou de maneira que andou por vinte malvados que perece ham, e o terceiro foi pôsto em debandada e queimados os seus tijupares, os quais agora consta que estão reedificando de novo, porém brevemente lá se pretende mandar outra vez. Há muito tempo que este ponto está ameaçado dos malvados, porém agora já consta estarem perto para nos atacarem; por isso, se V. S.a pudesse aí dispensar pelo menos quarenta praças, seria muito bom para aqui nos ajudar a reforçar este ponto, como um dos principais na transição de todo o interior da província, os quais deverão ser rendidos mensalmente; então as comunicações oficiais seriam mais francas, e este mesmo auxílio quando daqui reverter poderá comboiar as embarcações de comércio que aqui houverem. Também seria muito bom que V. S.a mandasse aqui ao mesmo tempo uma embarcação de guerra para o dito fim, que ao contrário não só fica o comércio paralisado como esses habitantes exauridos, do mais preciso, e juntamente a nossa esquadra. Deus guarde a V. S.a. – Breves, 16 de setembro de 1835. – Il.mo e Rev. mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté. – *Inácio Egídio Gonçalves dos Santos*, tenente e comandante do ponto de Breves.

ORDEM DO DIA – Havendo S. Ex.a o Sr. presidente da província demitido do comando militar desta vila ao coronel Melo, encarregando ao Sr. juiz de paz o padre Prudêncio José das Mercês Tavares de tudo. nomeou para comandante da força ao tenente-coronel de artilharia João Henriques de Matos, visto a crise em que se acha a vila, o que me foi, por êle juiz de paz, comunicado em officio de 12 do corrente (outubro), exigindo o contingente do batalhão de guardas nacionais; portanto todos os Srs. oficiais, oficiais inferiores, cabos e guardas nacionais do batalhão de Cameté, debaixo do meu comando, se prestarão sem reserva alguma ao predito juiz de paz, bem como ao comandante da força, obedecendo suas ordens em tudo e para tudo, debaixo da restrita responsabilidade perante S. Ex.a e a lei; e para que ninguém possa alegar ignorância, todos os Srs. oficiais e oficiais inferiores, a quem esta fôr apresentada, farão pública aos seus subordinados. – João Maximiano Furtado, tenente-coronel comandante do batalhão.

Il.mo Sr. – Levo ao conhecimento de V. Ex.a a batalha que, com os cidadãos meus comandados, sustentei no dia de ontem, à margem do rio Cupijo. Nesta ação talvez mais disputada pela nossa parte e da dos rebeldes inimigos do nosso imperador, um incidente

inesperado me privou da glória duma completa vitória. As seis horas e três quartos da manhã, investindo os rebeldes em considerável número, em marcha para este lugar, onde eu, com oitenta e nove soldados, os esperei, pronto para a peleja, dividindo em quatro divisões comandadas por Francisco Xavier de Moura, Bernardo Valente, Manuel Ramos e Félix de Moura, fazendo marchar quatro soldados e um cabo para o campo de Mupim a espreitar o movimento inimigo. Achando os rebeldes defronte do destacamento, com dois tiros de artilharia agrediram, imediatamente dei a voz de fogo aos comandantes das divisões da frente, que enquanto sustentavam um vivíssimo fogo para o mar, revistei as divisões da retaguarda, e tomei a frente, e vendo que os rebeldes deitados no fundo das canoas, o nosso fogo não lhes fazia dano, mandei cessar; foi quando vi o destacamento cercado completamente pelo inimigo, que agrediram a nossa retaguarda, e sustentaram os nossos soldados um vivíssimo fogo; e porque vi que nenhuma vantagem conseguia mandei fazer fogo em retirada, o qual foi feito em melhor ordem possível e bizarramente sustentado. A perda do inimigo sem dúvida seria grande; porém a dos nossos soldados foi nenhuma.

Até agora não tem aparecido Francisco Xavier de Moura com a divisão de seu mando, que sobre os inimigos marchou depois da retirada. Deus guarde a V. S.a. – Quartel em Cupijó, 16 de outubro, às 7 1/2 horas da noite, de 1835. – Il.mo e Rev.mo Sr. padre Prudêncio José Tavares, juiz de paz da vila da vila de Cameté. – *Vicente Duarte Rodrigues*, capitão comandante

Il.mo Sr. – Participo a V. S.a que cheguei com as forças do meu comando ao destacamento de Pracuúba, às cinco horas da tarde do dia de ontem, e logo enviei o ofício a V. S.a ao juiz de paz do 1.o distrito de Oeiras, que deu cumprimento fazendo imediatamente reunir ao destacamento os cidadãos constantes da presente relação. Participo mais a V. S.a que desde as seis horas da tarde até às dez para onze da noite, e desde as sete horas da manhã de hoje até às oito para as nove horas, houve um vivíssimo fogo de artilharia e mosquetaria para as partes da ilha de Conceição, ou foz do rio Cupijó, o que julgo a ser a escuna Mundurucu e o barco artilhado, que com as nossas forças se acham em combate com os malvados; por falta de canoa não mandei observar; porém, agora vou passar em uma montaria que pude arranjar. Pelas informações que tenho obtido dos moradores que julgo fiéis à lei, faz-se necessário que este ponto seja guarnecido com 100 homens, para poder ser defendido e mesmo perseguir os rebeldes; para isso rogo a V. S.a de mandar mais 34 praças armadas e municadas e bem assim mais cartuchos embalados, e suficiente mantimento para o fornecimento deste ponto. Fui finalmente observar o estado em que se achava o lugar do destacamento em que estava o capitão Vicente Duarte Rodrigues, e achei inteiramente destruído do fogo, e muito custará com a brevidade com que se deseja fazer os consertos precisos para abrigar-se a tropa; pretendo colocar o destacamento em um sítio pouco mais acima daquele, por achar próprio. Deus guarde a V. S.a. - Quartel

das forças destacadas em Pracuúba, em 19 de outubro de 1835. – Il.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz da vila de Cameté. – *Pedro Gonçalves de Freitas*, sargento comandante.

Il.mo Sr. – Com o ofício que V. S.a foi servido dirigir-me, em 21 do corrente, recebi 800 cartuchos embalados de mosquetaria, em dois barris. Lembro a V. S.a a minha requisição feita em ofício de 19 deste mesmo mês: acerca da gente que se faz mister unir à força do meu comando, poder fazer a minha marcha em perseguição dos malvados, que julgo existirem pelos centros das ilhas, onde foram batidos pela expedição vinda dessa vila. A expedição cumpriu o seu dever, bateu os malvados do ponto de Pracuúba, e foram arrasadas as suas trincheiras: os que não morreram fugiram para os matos, onde hoje talvez estejam carpindo as suas desgraças. Ontem, pela manhã, marchei com o resto da gente que me ficou, por ter quase toda ela marchado na expedição, e cheguei até o lugar onde existiram reunidos os malvados, e não pude seguir até Canaticu, onde existe a expedição dando combate. Mandei uma pequena partida pelo mato de Mupum a capturar os rebeldes fugidos. Por falta de instrumentos próprios não tenho feito o abarracamento para a gente, que rogo nos mande. Deus guarde a V. S.a. – Quartel das forças acampadas em Pracuúba, 23 de outubro de 1835. – Il.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz de Cameté. – *Pedro Gonçalves de Freitas*, sargento comandante.

Il.mo Sr. – Tendo eu sido escolhido para comandar a força que marchou a bater em Carapajó os malvados vinagristas que aí se reuniram, é do meu dever levar ao conhecimento de V. S.a o resultado desta expedição. Tendo marchado desta vila pela volta dum hora da tarde do dia 29 do corrente, dirigi-me ao rio Paruru, por constar que os malvados tencionavam passar a essa ilha, com o intuito de massacrar e roubar as inocentes famílias que ali se achavam. Seriam cinco horas da tarde quando cheguei ao Paruru, e portei no sítio do Sr. tenente Lobato, onde procurei indagar o que ocorreu, mas infelizmente já não encontrei senão alguns habitantes que pressurosos se retiravam para esta vila, e desenganei-me, então, que os malvados persistiam ainda no Carapajó, para onde cuidei em marchar prontamente. Prontifiquei-me para seguir, o que fiz pela volta das seis e meia horas dessa mesma tarde, e durante a viagem fui explorando e indagando do lugar onde existiam os malvados. Chegando ao sítio do alferes de ligeiros, Manuel Antônio, ali me informaram que eles se achavam na fazenda Carapajó e em vários outros sítios na terra firme, fortificados com cinco pontos e guarnecidos de muita gente. Depois das informações que pude colher de pessoas fidedignas, soube que o inimigo se achava em seus pontos, deliberando confiadamente a sustentar suas posições à força de fogo, e consultando eu com a minha gente sobre a necessidade de bater o inimigo e derrotá-lo, fui correspondido pela boa vontade de meus companheiros d'armas, que à porfia se ofereciam para execu-

tarem as minhas ordens, mas o pequeno número de cartuchos com que a gente se achava municuada fez com que nós deliberássemos a retroceder para nos refazermos de suficiente munição, sem sujeitar-nos à contingência de retirarmo-nos por falta dela, e com efeito chegamos a esta vila no dia 23, pelas quatro horas da tarde. Nesta mesma hora, municuados suficientemente, marchamos em direção ao sítio de Antônio Castor, onde fomos informados que os inimigos se achavam na fazenda de Santa Maria, e em consequência marchamos para Maracu, no sítio de João Lopes, donde fomos por terra encontrá-los na dita fazenda. Aqui cheguei pelas cinco e meia horas da manhã, e tratei de pôr cerco ao inimigo pelos flancos e retaguarda sem que ele percebesse; não me sendo possível estender o cerco pela frente, pelo descampado do lugar, e por esta sorte daria lugar a que o inimigo (não-conhecedor da minha chegada) tomasse uma atitude ofensiva que malograsse a ruína total que pudesse alcançar d'ele então desprevenido. Rompeu o fogo dos nossos bravos, e os malvados que se achavam pelas varandas e lugares contíguos à fazenda se recolheram tropel ao sobrado da casa, e pelas aberturas que fizeram, começaram a em corresponder ao nosso fogo. Durou este por espaço de meia hora, e vendo que o inimigo paliava, sem se atrever a opor-nos seus covardes peitos, fizemos atear fogo na casa que logo começou a arder. Então o inimigo, vendo a sua ruína tão iminente, e não achando senão na fuga sua salvação, ainda que incerta, tentou salvar-se pela frente, e logo ordenei que 15 praças se estendessem a encontrá-los por esta parte. O inimigo começou a dispersar, e não vendo por onde se escapar, implorava clemência dos nossos bravos, a quem havia a pouco ameaçava estrangular. Entretanto o fogo lavrava e consumia tôda a casa, e quando os malvados pretendiam salvar-se do inimigo, caíam debaixo do bem dirigido fogo dos meus soldados, os quais eletrizados por minhas exortações avançaram à casa da posição do inimigo, onde a carnificina foi horrível e decidiu o ataque. Poucos malvados puderam escapar nesta ação, e as armas da legalidade alcançaram um triunfo imurchecível, e que servirá de estímulo aos defensores da pátria, da humanidade, da lei e do imperador. Ficaram mortos 37, fora os feridos cujo bom número atesta o copioso sangue que se descobriu em diferentes partes, na retirada que êles efetuaram em dispersão e desordem, para as partes do Pindobal. Dos nossos apenas foram 4 feridos, dos quais um gravemente; todos se distinguiram duma maneira superior a todo elogio; eu seria injusto se os fizesse mencionar especialmente, porque todos são credores de estima em geral e de serem recomendados ao govêrno de S. M. Imperial. Tomamos do inimigo seis armas e outros efeitos de valor que carregavam. – Vila de Cameté, 24 de outubro de 1835. – Il.mo e Rev.mo Sr. padre Prudêncio José das Mercês Tavares, juiz de paz e chefe da fôrça armada. – *Geraldo Ferreira Bentes.*

Il.mo Sr. - Participo a V. S.a que vim até Juaba, passei por Tamanduá e chegando à ilha de Moiraba encontrei com o juiz de paz do 3.º distrito, já com 90 homens reunidos, a fazer passar famílias da terra firme para as ilhas, sem deixar canoas em toda a corda de Moiraba ate Antonio Venâncio; uni-me com êles e exploramos os campos da

Moiraba, toda a ilha Miritituba e nada encontramos. Em Jauaroca me apartei do juiz de paz; ontem de tarde êle despediu a sua gente e eu hoje continuo a minha marcha pela corda abaixo. até Carapajó, com 40 homens que tenho reunidos com os que trouxe da vila onde pretendo achar-me amanhã esperando as ordens de V. S.a. Consta-me que abaixo do Carapajó, no rio Bom Jardim, existem umas canoas que os malvados deixaram em um igarapé, onde, dizem, ficaram alguns dêles tomando conta delas, e onde também pretendo chegar a tirá-las de lá. É o que por hora se me oferece participar a V. S.a. – Jauaroca, 29 de outubro de 1835. Deus guarde a V. S.a. – Il.mo Sr. padre Prudêncio das Mercês Tavares, juiz de paz. – *Joaquim Raimundo Furtado de Mendonça.*



[2023]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

